

LISBOA DE 1731 A 1833: DA *DESORDEM* À *ORDEM* NO ESPAÇO URBANO

por

Adélia Maria Caldas Carreira

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em História da Arte, realizada sob a
orientação científica da Professora Doutora Raquel Henriques da Silva

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA ARTE

da

Universidade Nova de Lisboa

Lisboa, Julho 2012

© Adélia Maria Caldas Carreira, Julho de 2012. Todos os direitos reservados.

Aos meus filhos Ana Rita e Luís António

AGRADECIMENTOS

Apresento os meus profundos agradecimentos à Professora Doutora Raquel Henriques da Silva, minha orientadora, ciente de que, sem o seu aconselhamento crítico e científico e sem as suas palavras de encorajamento não teria concluído este trabalho.

Agradeço à minha filha Ana Rita Caldas Patrício, a preciosa colaboração na edição deste documento.

Agradeço os conselhos e ajudas informáticas prestadas pelo dr. António Teixeira.

Agradeço a ajuda prestada pelo arquitecto Álvaro Costa na análise de algumas das plantas utilizadas.

Agradeço ao dr. Mário Cabeças a boa vontade com que partilhou algumas informações bibliográficas de grande utilidade.

Agradeço a gentil colaboração da dr^a Célia Pilão, que me disponibilizou algumas informações sobre o Hospital de S. José e me revelou algumas áreas desconhecidas (não acessíveis ao público) desse edifício.

Agradeço igualmente a colaboração do 1º tenente Paulo Reis do Hospital da Marinha, que me viabilizou a visita ao edifício e me forneceu alguma documentação iconográfica sobre o mesmo.

Agradeço a colaboração dos funcionários e directores de serviços de todos os Arquivos e Bibliotecas consultados.

Agradeço, por fim, a todos os que (professores, colegas, alunos, familiares e amigos) no decurso dos últimos anos me incentivaram a realizar o presente trabalho.

LISBOA DE 1731 A 1833: DA *DESORDEM* À *ORDEM* NO ESPAÇO URBANO

Adélia Maria Caldas Carreira

Lisboa foi, no decurso do século XVIII e até às primeiras décadas do século XIX, uma das principais cidades portuárias do Atlântico, a capital de um vasto império colonial e uma das cidades mais populosas da Europa, com uma população estimada, nas vésperas do Sismo de 1755, entre os 200 000 e os 250 000 habitantes.

A situação geopolítica da cidade, embora lhe garantisse importantes benefícios de ordem económico-cultural, também lhe trazia graves inconvenientes no que concernia à saúde pública, uma vez que a expunha a todo o tipo de doenças epidémicas trazidas pelos mareantes, pelos estrangeiros e pelos migrantes.

A multiplicação dos surtos epidémicos na capital portuguesa associou-se por um lado às características da sua malha urbana de matriz medieval – com ruas estreitas, tortuosas e pouco ventiladas – e, por outro lado, com a insuficiência dos meios sanitários e os limitados conhecimentos médicos e os ineficazes e absurdos métodos terapêuticos em uso na época.

Dadas as dificuldades de tratar as doenças, os médicos pré-modernos e modernos de Setecentos apostaram sobretudo na prevenção e, por isso, difundiram-se por toda a Europa os textos e tratados *higienistas*, dois dos quais – a *Anchora Medicinal para preservar a vida com saúde* (1731) e o *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* (1756) – se deveram aos médicos portugueses Fonseca Henriques e Ribeiro Sanches, respectivamente.

O discurso *higienista* – que defendia, acima de tudo, a *purificação* do ar, factor primordial na preservação da saúde – foi assimilado pelas elites urbanas e repercutiu-se nas medidas implementadas pelos monarcas esclarecidos os quais, embora interessados no embelezamento das suas capitais segundo os sucessivos “figurinos estilísticos” – do Barroco ao Rococó e ao Neoclássico –, se preocuparam em salvaguardar a saúde dos seus súbditos.

Para melhorar o saneamento urbano e preservar a qualidade do ar na cidade de Lisboa, D. João V determinou um novo sistema de limpeza urbana, a cobertura de esgotos, a regularização e alargamento das ruas e a construção do Aqueduto das Águas Livres mas, muitas destas intervenções foram interrompidas ou mesmo anuladas pelo Sismo de 1755.

O programa de reconstrução da cidade, elaborado sob o prisma das Luzes e sob a influência das ideias *higienistas*, dotou a cidade não só de uma nova malha urbana – com amplas praças e ruas rectilíneas, largas e calcetadas –, mas também de infra-estruturas e equipamentos sanitários – rede de esgotos e chafarizes – e de um novo hospital público.

A cidade em reconstrução – renovação (de 1758 a meados do século XIX), no entanto, apresentava-se muito *desordenada* e para resolver os problemas da insegurança pública, o poder central criou, em 1760, a Intendência Geral da Polícia. No reinado de D. Maria I, essa instituição policial foi dotada de novas competências o que lhe permitiu actuar com mais eficácia não só no combate à criminalidade, mas também na melhoria

do saneamento urbano e na implementação de medidas indispensáveis à salvaguarda da saúde pública, dentre as quais, o combate aos charlatães, a qualificação dos agentes da saúde e a criação dos primeiros cemitérios públicos.

PALAVRAS-CHAVE: epidemias, médicos, tratados de *higiene*, ar *puro*, *desordem*, *ordem*, polícia, saneamento, hospitais, cemitérios, urbanismo.

LISBON FROM 1731 TO 1833: FROM *DISORDER* TO *ORDER* IN THE URBAN SPACE

Adélia Maria Caldas Carreira

Lisbon was, throughout the XVIII century and until the first decades of the XIX century, one of the most important port cities of the Atlantic, the capital of a vast colonial empire and one of the most populated cities of Europe, with a population estimated, by the brink of the 1755's Earthquake, between 200,000 and 250,000 inhabitants.

The geopolitical situation of Lisbon guaranteed important economic and cultural privileges, however, it also led to serious inconvenience concerning the public health, since it exposed the city to all sorts of diseases brought by mariners, foreigners and migrants.

The booming of epidemic outbreaks on the Portuguese capital was associated both with the characteristics of its urban mesh of medieval matrix – with tortuous, low ventilated, narrow streets – and with the insufficiency of sanitary infrastructures, and the limited medical knowledge and ineffective and absurd curative methods employed.

Given the difficulties to cure diseases, the pre-modern doctors of the XVIII century invested mostly in prevention and, as a result, all around Europe the texts and *hygienist* treatises were disseminated, of which the *Anchora Medicinal para preservar a vida com saúde* (1731) and the *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* (1756) were the work of the Portuguese doctors Fonseca Henriques e Ribeiro Sanches, respectively.

The *hygienist* speech – which defended, most of all, the *purification* of the air, elemental factor for health preservation – was assimilated by the urban elite and was reflected on the implemented measures by progressive monarchs whom, though interested in the embellishment of their capital cities according to the successive “stylistic figurines” – from the Baroque to the Rococo and Neoclassic – worried with safeguarding the health of their people.

To improve the urban sanitation and preserve the air quality in the city of Lisbon, D. João V determined a new system of urban cleanup, the cover up of the sewage system, the regularization and enlargement of streets and the construction of the Aqueduct of “Águas Livres”, however, many of these interventions were interrupted or even canceled due to the 1755 Earthquake.

The city's reconstruction program, elaborated under the prism of the Illuminists and under the influence of the *hygienist* ideas, gifted the city not only with a new urban mesh – with wide squares and straight streets, wide and paved –, but also with infrastructures and sanitation equipments – sewage net and fountains – and a new public hospital.

The city in reconstruction – renovation (from the year 1758 to the midst of the XIX century), however, presented itself very *disordered* and to solve the public security issues, the ruling class created, in the year of 1760, the General Police Stewardship. In the reign of D. Maria I, that police institution was endowed with new competences which allowed it to act with efficiency not only in the fight against criminality, but also

in the improvement of public sanitation and in the implementation of indispensable measures to safeguard the public health, namely, the fight against medical charlatans, the qualification of health agents and the creation of the first public cemeteries.

KEYWORDS: epidemics, medics, *hygiene* treaties, *pure* air, *disorder*, *order*, police, sanitation, hospitals, cemeteries, urbanization.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. TEMA E PROBLEMAS	1
2. OBJECTIVOS E FONTES	11
PARTE I - LISBOA DE 1731 A 1760: A DESORDEM NA CIDADE	18
CAP. 1. A FALTA DE HIGIENE PÚBLICA E PRIVADA	18
1.1. A PROPAGAÇÃO DAS DOENÇAS. AS EPIDEMIAS NA CORTE	37
CAP. 2. OS LIMITES DA ASSISTÊNCIA MÉDICO-FARMACÊUTICA	42
2.1. HOSPITAIS	42
2.1.1. O HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS	42
2.1.2. O HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DA LUZ	61
2.2. MÉDICOS, CIRURGIÕES E BOTICÁRIOS	68
2.2.1. DOENÇAS E TERAPIAS	76
2.2.2. FONSECA HENRIQUES E A <i>ANCHORA MEDICINAL</i> , “PREVENIR É MELHOR DO QUE REMEDIAR”	84
CAP. 3. AS ELITES URBANAS E OS NOVOS SABERES	96
3.1. AS ACADEMIAS E A RENOVAÇÃO DO(S) SABER(ES)	96
3.2. AS ELITES URBANAS, OS NOVOS SABERES E O “MITO DO AR PURO”	106
3.3. O(S) PODER(ES) NA CORTE, O MITO DO AR PURO E AS MEDIDAS DE SANEAMENTO	129
3.3.1. A CONSTRUÇÃO DO AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES	141
3.3.2. O AR PURO E A ABERTURA E (OU) ALARGAMENTO DE RUAS	161
3.4. O SISMO DE 1755 E A INTERRUPÇÃO DAS MEDIDAS DE SANEAMENTO URBANO	174
II PARTE – LISBOA DE 1760 A 1833: A CIDADE ILUMINADA COMO CIDADE ORDENADA	191
CAP. 4. A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA E AINDA A QUESTÃO DO AR PURO	191
4.1. RIBEIRO SANCHES E O <i>TRATADO DA CONSERVAÇÃO DA SAÚDE DOS POVOS</i>	198
4.2. OS ENGENHEIROS-MILITARES, A RENOVAÇÃO DA CAPITAL E AS QUESTÕES HIGIENISTAS	210
4.2.1. LISBOA RENOVADA, AREJADA E ORDENADA: A NOVA MALHA URBANA E O SANEAMENTO	223
4.2.1.1. O PASSEIO PÚBLICO	248
4.3. PRESERVAR A SAÚDE PÚBLICA E TRATAR AS DOENÇAS: A REFORMA DOS HOSPITAIS	262
4.3.1. O HOSPITAL DE S. JOSÉ	275
4.3.1.1. A MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DAS PRÁTICAS MÉDICAS	297
4.3.2. O HOSPITAL DE N.º SR.ª DA LUZ: RECONSTRUÇÃO	306
4.3.3. HOSPITAL DA MARINHA	317

CAP. 5. A ORDEM IMPOSTA: DE 1760 A 1833

340

5.1.	A CRIAÇÃO DA INTENDÊNCIA GERAL DA POLÍCIA	347
5.1.1.	O INTENDENTE GERAL PINA MANIQUE E A ORDEM NA CORTE: AS QUESTÕES DA SAÚDE PÚBLICA E DA SEGURANÇA	353
5.1.1.1.	GARANTIR A LIMPEZA URBANA E SALVAGUARDAR A SAÚDE PÚBLICA	359
5.1.1.1.1.	UM PROJECTO ADIADO: A CONSTRUÇÃO DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS	375
5.1.1.2.	MEDIDAS PARA MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	386
5.1.1.2.1.	A QUESTÃO DAS PRISÕES	399
5.1.2.	A INTENDÊNCIA GERAL DA POLÍCIA, DE 1805 A 1833	406

CONCLUSÃO

409

I.	FONTES MANUSCRITAS	417
II.	FONTES IMPRESSAS	419
	BIBLIOGRAFIA GERAL	422
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	431

APÊNDICE A: RESIDÊNCIAS DE MEMBROS DA NOBREZA E DA BURGUESIA DO REINADO DE D. JOÃO V AO REINADO DE D. JOSÉ I. I

APÊNDICE B: RESIDÊNCIAS DE MEMBROS DA NOBREZA E BURGUESIA DO REINADO DE D. MARIA I. IV

APÊNDICE C: ESCRITOS E TRATADOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS DIVULGADOS PELA GAZETA DE LISBOA NO SÉCULO XVIII XVIII

LISTA DE ABREVIATURAS

ACL - Academia das Ciências de Lisboa

AHM - Arquivo Histórico da Marinha

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AML - Arquivos da Câmara Municipal:

Arco do Cego/ Histórico/GEO – Gabinete de Estudos Olisiponenses

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Chancelarias Régias - CR
- Condes de Linhares - CL
- Hospital de S. José - HSJosé
- Intendência Geral da Polícia – IGP
- Junta do Comércio – JC
- Mesa da Consciência e Ordem – COM
- Ministério das Finanças - MF
- Ministério do Reino – MR

BAHOP – Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas

BCM – Biblioteca Central da Marinha

BFM – Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

BN – Biblioteca Nacional

MC - Museu da Cidade

TC – Tribunal de Contas (arquivo)

Optámos por colocar todas as citações documentais e bibliográficas entre aspas no texto da Tese, mantendo-se os documentos em itálico no Anexo documental.

Nas citações documentais surgem, por vezes, sílabas sublinhadas ou formas verbais entre parênteses rectos decorrentes das opções de transliteração usadas. As citações documentais retiradas de textos estrangeiros foram traduzidas, mantendo-se, em nota de rodapé, os textos originais.

Todas as informações relativas às imagens (características, autoria, datação e proveniência) encontram-se no Anexo documental.

Introdução

1. Tema e problemas

A abordagem da história da cidade de Lisboa segundo os conceitos de *Desordem* e *Ordem* nunca foi realizada e, nesse sentido, julgamos que o nosso estudo tem alguma pertinência. Dito de outro modo, uma vez que a evolução do urbanismo lisiponense entre os reinados de D. João V e o de D. João VI já foi realizada por diversos estudiosos, do passado e da contemporaneidade, o carácter inovador do nosso trabalho consiste em relacionar momentos dessa evolução com o pensamento *higienista* e, consequentemente, com o combate à sujidade, à doença, à insegurança, à *desordem*, segundo a definição proposta por Michel Foucault¹.

As primeiras ideias para a elaboração da presente Tese surgiram há alguns anos atrás, na sequência de uma pesquisa realizada com o objectivo de conhecer melhor o quotidiano dos habitantes de Lisboa no século XVIII, particularmente no que respeitava às questões de salubridade e de segurança.

Os dados recolhidos a partir da consulta exaustiva dos periódicos lisiponenses de Setecentos – a *Gazeta de Lisboa*² e o *Hebdomadário Lisbonense*³ –, pareciam dar razão às opiniões emitidas pelos estrangeiros que nos tinham visitado nessa época: Lisboa era uma cidade suja, doente, insegura, *desordenada*.

Questionámo-nos, então, se os problemas de sujidade, de insalubridade e de insegurança, seriam exclusivos de Lisboa ou se também ocorreriam noutras capitais europeias? A partir da bibliografia que consultámos sobre a evolução urbana em cidades como Londres, Paris e Madrid, concluímos que, pelo menos até ao último quartel do século XVIII, todas as cidades europeias conheceram, em maior ou menor escala, idênticos problemas.

Lisboa, tal como as cidades atrás mencionadas, afirmara-se, no início de Setecentos, como uma criação barroca, ou seja, como um espaço que gerava e impunha

¹ Foucault, Michel, *Surveiller et punir*, Paris, ed. Gallimard, 1975, pp. 199-200

² A *Gazeta de Lisboa* começou a ser publicada em 1715, sendo o seu redactor José Freire de Monterroyo Mascarenhas. Com a morte deste último em 1760, o periódico foi temporariamente suspenso mas, ainda nesse mesmo ano, reapareceu, em resultado da concessão feita por D. José aos oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra para a sua redacção e publicação mas, dois anos mais tarde, voltou a ser suspenso. Reapareceu, de novo, em 1778 e só desapareceu de vez em 1833.

³ O *Hebdomadário Lisbonense* foi um periódico que começou a ser publicado em Dezembro de 1763 e foi extinto em 17 de Julho de 1767.

“a lei, a ordem e a uniformidade”⁴ mas, embora fosse a sede das mais importantes instituições e o centro produtor de normas jurídicas destinadas a regular (e a disciplinar) os homens e o espaço, estava longe de ser uma cidade *regulada e disciplinada*.

Efectivamente, apesar de se concentrar na *Corte* o maior número de burocratas, ligados à cada vez mais complexa máquina administrativa do Estado Moderno e da Monarquia Absolutista – das Secretarias de Estado, ao Desembargo do Paço, à Casa da Suplicação, etc. - não se vislumbrava a eficácia da sua acção na imposição da tão desejada *Ordem*.

A persistência dum clima de doença e de *desordem* na capital portuguesa (idêntico, contudo, ao que se verificava nas outras cidades europeias) suscitou-nos diversas questões sobre o papel desempenhado pelos médicos e pelos detentores do poder (Coroa e Senado) na resolução desses problemas. Teriam os médicos setecentistas conhecimentos e meios para tratar as doenças epidémicas? Que explicações apresentavam para a propagação dessas doenças na *Corte*, que propostas recomendavam para a sua irradicação e que impacto é que tais propostas tiveram no espaço urbano?

Os médicos modernos (mais e melhor informados) estabeleceram uma causa-efeito entre os surtos pestíferos e os ares *corrompidos*, apontando a necessidade de melhorar o saneamento urbano para melhorar a qualidade do ar e, conseqüentemente, a saúde pública. Alguns desses médicos apostaram, acima de tudo, na prevenção da(s) doença(s) e, para informarem o público e os detentores do poder (teoricamente, responsáveis pela saúde pública) publicaram diversos tratados *higienistas*, nos quais indicavam os factores condicionantes ou determinantes para a preservação da saúde dos indivíduos.

Vejamos, porém, o significado dos termos *higiene* e *higienistas* no século XVIII: Higiene designava a parte da Medicina que respeitava à conduta a ser seguida para se preservar a saúde e, conseqüentemente, o adjectivo *higienista* caracterizava os escritos médicos que indicavam os meios que deveriam ser observados (a nível e individual e colectivo) para se evitar a(s) doença(s). Um dos meios insistentemente apontados era o da *purificação* do ar, ou seja, a eliminação dos maus cheiros o que, por sua vez, exigia a limpeza (dos espaços privados e públicos), pelo que o termo Higiene acabou por se identificar com o asseio ou saneamento, a partir de finais do século XVIII.

⁴ Goitia, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, Colecção Dimensões, 2ª ed., 1989, p. 130

Assim, o termo *higiene* tal como se utilizou até finais de Setecentos significava, predominantemente, “meios de prevenção para a conservação da Saúde” e o termo *higiene* novecentista passou a ser usado, cada vez mais (como ainda hoje), com o significado de limpeza. Para evitarmos confundir os dois significados desse termo e dos seus correlativos na nossa exposição, utilizamos o itálico sempre que os referidos termos forem usados com os significados setecentistas.

Quando nos referimos às opiniões e propostas dos médicos *higienistas* de Setecentos (ou seja, dos médicos que advogavam as medidas preventivas para evitar as doenças) utilizamos, por vezes, a expressão discurso *higienista*, que encontrámos formulada num recente e interessante estudo sobre alguns tratados médicos setecentistas, da autoria de Bruno Barreiros.⁵

O discurso *higienista* encontrou receptividade nos círculos académicos (frequentados pelos agentes da saúde, por engenheiros-militares e por membros da nobreza) e, a partir desses e de outros espaços de divulgação dos novos saberes, também se fez sentir junto dos detentores do poder. Mostrando-se sensíveis para com as propostas dos *higienistas*, os monarcas recorreram aos seus pareceres para a tomada de decisões concernentes à construção de edifícios públicos e (ou) a diversas intervenções urbanísticas.

Não foi certamente por mero acaso que D. João V convocou alguns médicos para uma reunião ocorrida em 1719 (e esta não foi, com certeza, nem a primeira nem a última vez que tal aconteceu), a fim de auscultar a sua opinião a propósito da escolha do lugar ideal para a construção da sua tão desejada Igreja Patriarcal. Walter Rossa, no seu notável estudo intitulado *Além da Baixa*⁶, não se esqueceu de referir a presença dos médicos nessa reunião, mas valorizou sobretudo a presença do arquitecto italiano Filipe Juvara (encarregue do projecto) e do, então, jovem engenheiro militar Manuel da Maia.

Nos trabalhos que publicou sobre o urbanismo olisiponense setecentista, Walter Rossa sempre realçou o papel desempenhado pelos engenheiros militares nas grandes intervenções urbanísticas dos períodos joanino e josefino. Num estudo datado de 2004,

⁵ Barreiros, Bruno, “O discurso higienista no Portugal do século XVIII: tradição e modernidade” in *A Arte Médica e Imagem do Corpo*, catálogo, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional de Portugal, 2010

⁶ Rossa, Walter, *Além da Baixa. Índícios do planeamento urbano na Lisboa Setecentista*, Lisboa, ed. IPPAR, 1998

“Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado”⁷, acentuou mais uma vez, a relevância desse grupo de profissionais na implementação dos planos de construção/renovação de Lisboa *Pombalina*.

Graças à investigação desenvolvida nas últimas décadas, conhecemos melhor a acção dos engenheiros militares nas transformações urbanas lisipoenses, anteriores e posteriores a 1755 (e igualmente sobre as que ocorreram em todos os territórios portugueses no decurso dos séculos XVII a XIX) e sabemos mais sobre a sua formação teórico-prática.

Num estudo recente e de grande pertinência, intitulado *Eugénio dos Santos e Carvalho, Arquitecto e Engenheiro Militar (1711-1760): cultura e prática de Arquitectura*⁸, Leonor Ferrão analisou os aspectos mais significativos da formação teórica de Eugénio dos Santos e de outros engenheiros militares seus contemporâneos, a partir da inventariação das obras existentes nas suas bibliotecas. Essa autora constatou que nessas bibliotecas, além dos mais recentes tratados de arquitectura, existiam obras de outras áreas de estudo, nomeadamente livros de medicina, mas estes não lhe mereceram uma atenção especial.

Ora, a presença desses livros de medicina (dentre os quais os *Tratados higienistas*) nas bibliotecas dos grandes protagonistas das transformações urbanas, parece comprovar o interesse que esses profissionais nutriam pelas opiniões (e propostas?) dos médicos, particularmente pelas que respeitavam às questões do saneamento urbano e da *purificação* do ar. Assim, como dissociar as propostas dos médicos *higienistas* das intervenções arquitectónico-urbanísticas destinadas ao saneamento urbano – por exemplo, as redes de distribuição de água e de esgotos –, levadas a cabo por Manuel da Maia, Carlos Mardel e Eugénio dos Santos, entre outros?

Poderemos, igualmente, dissociá-las das obras que visavam proporcionar a circulação do ar e a sua *purificação* – por exemplo, o alargamento das ruas e o seu calcetamento - ou do processo de renovação e de modernização da rede hospitalar da cidade, que se processou entre o reinado de D.João V e os inícios do século XIX?

Vários autores - a começar pelo Professor José Augusto França, no seu pioneiro e sempre relevante estudo sobre *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* - comentaram as

⁷ Rossa, Walter, “Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado” in Revista *Monumentos*, nº 21, Lisboa, ed. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 2004, pp. 22-43

⁸ Tese de Doutoramento apresentada na FCSH da Universidade Nova em 2007

preocupações de Manuel da Maia sobre as questões sanitárias (referidas na 3ª parte das suas *Dissertações*), questões que também estiveram presentes no pensamento de Eugénio dos Santos ao elaborar o Plano de reconstrução da Baixa (1758) e que se patentearam, directa ou indirectamente, em todos os arquitectos e engenheiros que intervieram no programa de renovação da capital.

Se determinadas vertentes do Plano de 1758 reflectiram algumas das ideias *higienistas* assimiladas por Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, não poderemos considerar que foram também essas ideias que inspiraram o Conde de Oeiras e o arquitecto Reinaldo Manuel na criação do Passeio Público?

Os estudos mais significativos sobre este espaço arborizado no limite norte da cidade pombalina devem-se a Raquel Henriques da Silva⁹ mas trataram, fundamentalmente, da evolução desse jardim público a partir da década de 30 do século XIX até à altura da sua extinção. Nem a referida investigadora (nem qualquer outro estudiosos) encontraram documentos que explicassem as motivações que conduziram à sua criação em 1764, embora seja plausível que se relacionassem com as já referidas ideias *higienistas* ou *aeristas*¹⁰.

A divulgação dessas ideias (que nós apelidámos de “mito do ar puro”) cingiu-se inicialmente aos círculos restritos dos salões e das academias mas, a partir de meados de Setecentos e até meados do século seguinte, generalizou-se junto do grande público. Sob a influência do discurso *higienista*, as elites esclarecidas e, genericamente, o público informado, pressionaram os governantes – que cada vez mais, afirmavam governar em nome da Felicidade dos povos! – no sentido da implementação de medidas que prevenissem a propagação das doenças epidémicas e que salvaguardassem a saúde pública.

Para além das intervenções destinadas a acabar com a sujidade nos espaços públicos e a garantir o *ar puro*, os monarcas determinaram a remodelação e (ou) a construção de edifícios e de equipamentos públicos de crucial importância para a saúde pública: os hospitais. Seguindo as recomendações médicas, os engenheiros militares e os burocratas (administradores) analisaram o estado dos hospitais e propuseram

⁹ Silva, Raquel Henriques da, “O Passeio Público e a Avenida da Liberdade” in *O livro de Lisboa*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1994

¹⁰ No seu estudo *Lisboa 1740-1830. Cidade: espaço e quotidiano*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, p. 177, Nuno Luís Madureira adjectivou de *aeristas* as ideias ou teorias que relacionavam a saúde com a circulação do ar.

alterações que contribuíssem para a sua melhoria: nova implantação topográfica, nova morfologia arquitectónica, novos métodos administrativos e novos recursos técnico-científicos.

As remodelações introduzidas nos hospitais existentes na *Corte* antes de 1755 – o de Todos os Santos e o de Nossa Senhora da Luz, na periferia – e a construção dos novos hospitais – o de S. José e o da Marinha (este já no virar do século) visaram dois objectivos maiores: o da limpeza e o do arejamento dos seus espaços interiores.

Contudo, para se garantir o bom arejamento desses espaços, a localização do(s) edifício(s) era considerada de primordial importância. Justificou-se, assim, a proposta de Manuel da Maia que, como nos disse Gustavo de Matos Sequeira no seu *Depois do Terramoto*¹¹, propôs a mudança do Hospital Real de Todos os Santos (arruinado com o terramoto de 1755) para um lugar mais arejado, ideia que acabaria por ser aceite alguns anos mais tarde.

Para abordarmos a evolução desses hospitais, partimos dos respectivos de alguns estudos monográficos, dos quais destacamos, pela qualidade das informações que nos forneceram, os de Mário Carmona¹² e de Irisalva Moita¹³ sobre o Hospital Real de Todos os Santos e o de Victor Ribeiro¹⁴ sobre o Hospital de Nossa Senhora da Luz.

Os trabalhos monográficos relativos aos hospitais de S. José e da Marinha não apresentaram informações de particular interesse para o nosso estudo mas, em contrapartida, os trabalhos de Paulo Providência¹⁵ e de Ayres de Carvalho¹⁶, forneceram-nos informações úteis sobre os construtores desses edifícios e respectivos projectos.

Os debates sobre as novas tipologias arquitectónicas dos hospitais, que ocorreram em todas as cidades europeias iluminadas, com a participação de médicos, de arquitectos e de engenheiros-militares, a partir da década de 40 do século XVIII, deram

¹¹ Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do terremoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais*, Lisboa, ed. Academia das Ciências, 1917, 4 vol.s

¹² Carmona, Mário, *O Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1954

¹³ Moita, Irisalva, “Hospital Real de Todos os Santos. Enfermarias – Aposentadorias – Serviços” in *Catálogo da Exposição dos 500 anos do Hospital Real de Todos os Santos*, Lisboa, ed. Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993

¹⁴ Ribeiro, Victor, *A Infanta D. Maria e o seu Hospital da Luz*, Typografia da Casa da Moeda, Lx. 1907

¹⁵ Providência, Paulo, *A cabana do higienista*, Coimbra, ed. Departamento de Arquitectura da FCT da Universidade de Coimbra, 2000

¹⁶ Carvalho, Ayres de, *Os três arquitectos da Ajuda*, Lisboa, ed. Academia Nacional de Belas Artes, 1979

lugar, algumas décadas mais tarde, aos debates sobre a construção de cemitérios públicos nos países católicos.

Nesses países, as propostas relativas à construção de cemitérios fora dos espaços sagrados, tal como as primeiras decisões tomadas para a sua viabilização partiram, naturalmente, das elites cultas da época – em que se inseriam muitos membros do clero –, para as quais as preocupações com a saúde pública ultrapassavam os preconceitos de ordem religiosa.

Em Lisboa, o primeiro projecto de construção de cemitérios públicos surgiu nos últimos anos de Setecentos, graças ao empenho de Diogo Inácio de Pina Manique, o esclarecido Intendente Geral da Polícia, a quem a capital também ficou a dever a melhoria das condições sanitárias e o controle da criminalidade na capital, ou, generalizando, a *Ordem*.

Sobre o Intendente Pina Manique ainda não se sabe o suficiente ou, dito de outro modo, conhece-se sobremaneira o lado pior da sua acção e ainda muito pouco sobre os aspectos positivos do seu desempenho, nomeadamente na gestão urbana da capital.

Os escritos sobre Pina Manique surgidos a partir da Revolução Liberal de 1820, fortemente impregnados de preconceitos liberais, apenas se preocuparam em destacar o conservadorismo político do Intendente e o modo impiedoso como perseguiu os “jacobinos” (e todos os franceses suspeitos de o serem), os liberais e todos os que, de algum modo, ameaçaram a monarquia absolutista.

O primeiro trabalho que trouxe alguma luz sobre os aspectos positivos da acção do Intendente, particularmente sobre as medidas em prol da saúde pública, foi o de Augusto da Silva Carvalho, intitulado *O Ditador Sanitário*, datado de 1939. Sucederam-se depois vários estudos, a maioria de casapianos, destacando o desempenho de Pina Manique no apoio à educação, ao mecenato científico, etc.

Mas, os trabalhos de maior relevância, assentes numa aturada pesquisa documental datam das duas últimas décadas e propõem-nos, acima de tudo, a análise de alguns aspectos da *praxis* de Pina Manique – a assistência social, o projecto dos cemitérios, o apoio aos estudos artísticos e científicos – que evidenciaram o conhecimento de ideias e de práticas progressistas próprias dos países mais evoluídos da Europa do seu tempo. Dos trabalhos publicados com tais propósitos, salientamos o de Maria Margarida Correia Biléu, *Diogo Inácio de Pina Manique. Intendente Geral da*

Polícia: inovações e persistências, datado de 1995 e o de José Norton, *Pina Manique, fundador da Casa Pia de Lisboa*, datado de 2002.

Destacamos, ainda os trabalhos de Maria Alexandre Lousada¹⁷, datados entre 1995 e 2003, que se debruçaram sobre a acção de vigilância e de controlo do espaço urbano pelo Intendente Pina Manique na capital portuguesa e as “perturbações” e conflitos que geraram no campo da sociabilidade.

Os estudos que acabámos de referir constituíram e ainda constituem uma novidade visto que, até há bem pouco tempo, a Intendência Geral da Polícia não despertava grande interesse aos investigadores, apesar de seu riquíssimo fundo documental, particularmente para a compreensão do urbanismo e da vida quotidiana da cidade, de 1760 a 1833.

A existência dessa instituição limitou, em alguns campos, a acção do Senado camarário, mas esse órgão de governo municipal nunca deixou de desempenhar um relevante papel na criação (e também na execução e fiscalização) de normas regulamentadoras que, antes e depois do grande sismo de 1755, sustentaram e (ou) legitimaram muitas das intervenções urbanísticas que, por visarem o bem público, acabaram, muitas vezes, por entrar em choque com os interesses privados.

Os trabalhos publicados por Helena Murteira¹⁸ e, mais recentemente, por Cláudio Monteiro¹⁹, destacaram a importância desse corpo normativo e dos seus criadores (os funcionários da administração municipal), para o processo de *modernização* da malha urbana da capital.

Tendo presente que os referidos burocratas (funcionários ao serviço do poder central e da edilidade) frequentavam, na sua maioria, os mesmos círculos intelectuais dos médicos e dos engenheiros militares – as Academias -, não será plausível admitir a influência das ideias *higienistas* na produção dessas normas regulamentadoras?

Ao partimos da identificação dos problemas de saúde pública na cidade – os surtos pestíferos –, das causas que os determinaram, dos meios apontados pelos

¹⁷ *Espaços e Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834* (Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada), Lisboa, 1995; “A cidade vigiada – a polícia e a cidade de Lisboa no início do século XIX” in *Cadernos de Geografia*, nº 17, Coimbra, 1998; “The police and the uses of urban space. Lisbon, 1780-1830”, Lisboa, ed. Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade, 2003

¹⁸ Murteira, Helena, *Lisboa antes de Pombal, 1640-1755*

¹⁹ Monteiro, Cláudio, *Escrever Direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833)*, Lisboa, ed. da AAFDL, 2010

higienistas para os resolver e das decisões tomadas pelo poder central para os implementar, distinguimos dois períodos da evolução urbana, um anterior e outro posterior ao Sismo de 1755, os quais constituem a I e a II parte da nossa Tese.

Recorrendo aos já referidos conceitos de *ordem-desordem* definidos por Foucault, intitulámos o nosso estudo de *Lisboa da desordem à ordem*, tomando como bitolas cronológicas os anos de 1731 e o de 1833, correspondendo a primeira data à da publicação do alvará da construção do Aqueduto das Águas Livres - equipamento essencial para a futura rede de distribuição de água para o seu saneamento - e a segunda à da extinção da Intendência Geral da Polícia - instituição que muito contribuiu para a *ordenação* da cidade em diversos campos. Estruturámos o nosso estudo em duas partes: a primeira correspondente à Lisboa *desordenada* (ou seja, com mais sujidade e mais doenças), e a segunda correspondente à Lisboa *ordenada* (ou seja, com um maior controle sanitário e uma significativa redução das doenças epidémicas).

Na primeira parte da nossa Tese analisamos as intervenções urbanas ocorridas no período joanino e nos primeiros anos do período josefino, até aos tempos imediatamente subsequentes ao Terramoto de 1755 e, na segunda parte, as intervenções decorrentes do programa de renovação urbana, cuja implementação se iniciou em 1758 e se prolongou até ao reinado de D. Maria I.

Abordar a evolução urbana de Lisboa por um tão longo período de tempo, um tempo secular, não pode deixar de ser um desafio temerário, tanto mais que os mais reputados olisipógrafos e historiadores de arte se limitaram a fazer uma abordagem parcelada, ou seja, cingida a períodos temporais mais limitados.

Não foi, obviamente, nossa intenção reescrever a história urbana da cidade entre o período joanino e o período mariano, mas sim propor a leitura dessa história, orientada por um novo fio condutor, o do pensamento *higienista* ou *aerista*, cuja divulgação se verificou em Portugal e na Europa nos séculos XVIII e XIX.²⁰

Nesse sentido, interessaram-nos sobretudo as intervenções que se relacionassem, directa ou indirectamente, com a melhoria das condições sanitárias e que tivessem contribuído, de alguma forma, para melhorar a saúde pública da *Corte*. Seleccionámos, por isso, algumas das intervenções urbanísticas e arquitectónicas

²⁰ A crença de que os ares *contaminados* geravam as doenças e que o ar *puro* as prevenia ou tratava, só desapareceu nas últimas décadas do século XIX, na sequência das descobertas bacteriológicas de Pasteur.

ocorridas entre 1731 e 1833, umas directamente promovidas pelo poder real, outras pelo Senado camarário ou ainda pela Intendência Geral da Polícia, desde a construção do Aqueduto das Águas Livres aos cemitérios, passando pela cobertura dos esgotos e o alargamento e limpeza das ruas, etc.

O nosso trabalho assentou, naturalmente, nos notáveis estudos já realizados sobre as transformações arquitectónicas e urbanísticas ocorridas entre o reinado de D. João V e o de D. Maria I. Para a compreensão do urbanismo joanino, entendemos como imprescindível *Além da Baixa* de Walter Rossa, da mesma forma que entendemos imprescindíveis a já clássica *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* de José Augusto França para o urbanismo josefino (ou pombalino) e a *Lisboa Romântica – Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874* de Raquel Henriques da Silva²¹, para o urbanismo mariano.

Se a nossa Tese tem mérito, esse mérito deriva, em grande medida, do mérito dos estudos que acabámos de mencionar, nos quais encontrámos inspiração e, algumas vezes, fundamentação para os objectivos a que nos propusemos.

²¹ Silva, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica. Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874* (Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à FSCH, da Universidade Nova), Lisboa, 1997

2. Objectivos e Fontes

Um dos principais objectivos do nosso estudo consistiu na análise das intervenções urbanísticas ocorridas em Lisboa entre os reinados de D. João V e de D. João VI, partindo da compreensão da ideologia urbana das elites vigentes, ou seja, do modo como essas elites concebiam a cidade

Para podermos alcançar esse objectivo, estabelecemos várias etapas intermédias, nomeadamente o da análise da composição da nova elite urbana setecentista e de como os seus membros – os grupos sócio-profissionais *especializados* de médicos, engenheiros militares e juristas – se relacionava e sociabilizava com a elite aristocrática e de como, através desta última, fazia chegar as suas ideias ou concepções sobre a cidade, junto do poder central.

Para compreendermos essas concepções, partimos do princípio de que nelas se reflectiriam não só as principais preocupações sentidas por aqueles grupos socio-profissionais relativamente ao que se passava na cidade, mas também as soluções que preconizavam para o seu devir.

Constatando que os maiores problemas urbanos decorriam da proliferação das doenças epidémicas - e das perturbações ou *desordens* que lhes estavam associados -, analisámos as soluções propostas pelos médicos *higienistas* para a sua resolução - a salvaguarda do ar *puro* através de rigorosas medidas de saneamento urbano - e o modo como o discurso *higienista* foi assimilado pelos engenheiros militares (e por todos os membros da elite intelectual), o que nos conduziu à inventariação dos espaços de sociabilização, de comunicação e de discussão de saberes e de ideias, as Academias.

Logo, outro objectivo do nosso estudo foi o de relacionar a *conceptualização espacial* - a da cidade *limpa e ordenada* e (ou) a da cidade iluminada, racional, moderna e civilizada - formuladas pelos médicos e pelos engenheiros militares, com as intervenções urbanísticas verificadas a partir do período Joanino, uma vez que as entendemos como o resultado de uma reflexão interdisciplinar.

Analisámos, por isso, as medidas regulamentadoras impostas pela Coroa e (ou) pelo Senado camarário para melhorar a limpeza dos espaços públicos e impôr a *Ordem*, assim como as intervenções urbanísticas que, com idêntico propósito, foram implementadas na cidade, antes e depois do Terramoto de 1755.

Outro importante objectivo do nosso estudo consistiu em, por um lado, associar a reforma dos hospitais lisiponenses – consubstanciada nos programas de reconstrução de alguns já existentes e na construção de outros – ao discurso *higienista* de Setecentos – de Ribeiro Sanches em particular – e, por outro lado, relacionar o carácter inovador das obras efectuadas com a formação cultural – de cariz iluminista e *higienista* – dos arquitectos e engenheiros militares que as concretizaram.

Pretendemos, por fim, relacionar a criação da Intendência Geral da Polícia com as questões de ordem sanitária e de tentar perceber em que medida a acção desenvolvida por essa instituição e pelos respectivos intendentes – particularmente o Intendente Pina Manique – contribuiu para impor a *Ordem* ou, para ordenar a cidade nos seus múltiplos aspectos, se nos ativermos ao próprio significado que o termo “polícia” tinha na época. Relacionámos a existência da Intendência Geral da Polícia com a imposição da *ordem* (através da vigilância e controlo do espaço urbano e à *disciplinarização* dos seus habitantes) tendente a, entre outras coisas, a salvaguardar a saúde pública, o que se conjuga com uma ideia formulada por Michel Foucault segundo o qual “a peste como imagem real e imaginária da desordem, tem como correlativo médico e político a disciplina”.²²

Todos os objectivos que acabámos de apontar foram orientados por um objectivo de maior amplitude, tão ambicioso quanto irrealizável (pelo menos no seu todo): o de conhecer a evolução de Lisboa num tempo secular e o de associar as principais etapas dessa evolução com as concepções e (ou) imagens de cidade formuladas pelas suas elites político-económicas-culturais, como resposta aos problemas existentes.

As questões formuladas no decurso do nosso trabalho conduziram-nos à formulação das diversas hipóteses e a diversas pesquisas documentais as quais, por sua vez, nos conduziram a novas questões que só poderão ser resolvidas em posteriores pesquisas.

Uma vez que o tema do nosso estudo incide sobre Lisboa, cingimos a nossa investigação documental (escrita e iconográfica) aos arquivos e bibliotecas da cidade: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego, Gabinete de Estudos Lisiponenses, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Histórico da Marinha, Arquivo Histórico do Tribunal de

²² Foucault, Michel, opus cit., p. 199: “*La peste comme forme à la fois réelle et imaginaire du désordre a pour corrélatif médical et politique la discipline*”

Contas, Biblioteca Nacional – sala de leitura geral e secções de periódicos, de reservados e de iconografia -, Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Biblioteca-Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Biblioteca do Instituto Franco-Português, Biblioteca do Instituto Cervantes e Museu da Cidade.

Comentaremos, de forma sucinta, as obras impressas e os documentos, escritos e iconográficos, que serviram de base ao nosso estudo por entendermos, como afirmou Le Roy Ladurie, que “*qualquer estudo histórico deve ou deveria começar por uma crítica das fontes*”²³

Começaremos por destacar os dois periódicos setecentistas, a *Gazeta de Lisboa* (1715-1796) e o *Hebdomadário Lisbonense* (1763-1767), que constituíram fontes relevantes do nosso trabalho. Na *Gazeta de Lisboa*, o primeiro e o mais importante periódico português setecentista, além da divulgação das notícias das principais ocorrências nacionais e internacionais da época (políticas, sociais, económicas, culturais, etc.), eram divulgados anúncios sobre diversificadas matérias - venda de propriedades, extravio ou roubo de objectos e de animais, fuga de escravos, publicação de novas obras, abertura de colégios e de consultórios, novos medicamentos, etc.

A partir da década de 60, a *Gazeta* reduziu, cada vez mais, a divulgação de anúncios, passando estes a ser publicados do *Hebdomadário Lisbonense* e noutros periódicos da época.

Pela análise dos anúncios desses dois periódicos, em anos sucessivos, obtivemos um considerável número imensas informações não só sobre as doenças de maior propagação na cidade e os métodos terapêuticos propostos para o seu tratamento, mas também sobre os *físicos*, cirurgiões e charlatães, nacionais e estrangeiros, fixados na cidade e ainda sobre os escritos médicos da primeira metade de Setecentos – uns que defendiam concepções absurdas sobre as doenças e outros, mais inovadores, que as abordavam a partir do conhecimento experimental e racional.

Recorremos, paralelamente, a vários estudos, uns generalistas e outros de carácter monográfico, relativos à história da medicina, portuguesa e europeia, no decurso dos séculos XVIII e XIX, dos quais destacamos a *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições* de Maximiano Lemos. Passámos depois aos estudos

²³ Ladurie, Emmanuel Le Roy, *Cátaros e Católicos numa aldeia Occitana, 1294-1324*, Lisboa, edições 70, p. 18

especializados, nacionais e internacionais, relativos aos tratados de medicina *preventiva*, às questões *aeristas*, ao conflito entre médicos e charlatães, às práticas terapêuticas, à assistência hospitalar, etc.

Mas, o mais importante consistiu na análise de diversos escritos e tratados médicos – uns na secção de Reservados da Biblioteca Nacional e outros na Biblioteca da Faculdade de Medicina -, em particular os tratados de medicina preventiva de Fonseca Henriques e de Ribeiro Sanches.

Desejando conhecer o impacto das ideias *higienistas* nas transformações urbanas do século XVIII e dos inícios do século XIX, procurámos obter informações sobre a cidade e o seu quotidiano, a partir dos testemunhos dos que aí viveram e dos que por lá passaram nessa época.

Recorremos a vários livros de viagens e (ou) de memórias dos estrangeiros, sem nos esquecermos que muitas das informações que apresentavam - sobre o traçado viário, a arquitectura, o saneamento, a insegurança, a preparação (ou da falta dela) dos agentes de saúde, os hospitais, etc. - pecavam por subjectividade, sendo algumas delas bastante preconceituosas. Interessaram-nos, em particular, a *Relação do Reino de Portugal, 1701* de Thomas Cox e de Cox Macro, as *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, *Portugal, a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767* de Giuseppe Gorani, as *Cartas sobre a sociedade e os costumes de Portugal* (1778-1779) de Arthur William Costigan, o *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal, 1786-1788*, do Marquês de Bombelles, o *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha* (1787-1788), as *Viagens em Portugal* (1795) de James Murphy, o *Panorama de Lisboa no ano de 1796* de J. B. F. Carrère, as *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha* de Heinrich Friedrich Link, (de 1799), as *Recordações de uma estada em Portugal 1805-1806* da Duquesa de Abrantes, o *Diário de Viagem* de John Cam Hobhouse, de 1809 e *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823* de Marianne Baillie.

Os dados mais importantes sobre a evolução urbanístico-arquitectónica de Lisboa e sobre diversos aspectos políticos, sociais, religiosos e culturais que aí ocorreram nos reinados de D. João V e de D. Maria I, foram obtidos a partir de várias obras de autores portuguesas da época, das quais destacamos a *Corografia Portuguesa e descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal* de António Carvalho da Costa, datada de 1701, as *Memórias paroquiais de 1758* ou o *Dicionário Geográfico de*

Portugal do padre Luís Cardoso, o *Mappa de Portugal* de João Bautista de Castro, datado de 1762 e o *Almanaque de Lisboa* (anos de 1797, 1799 e 1802).

Completámos as informações recolhidas nos periódicos e nas obras acima mencionadas, com os contributos de vários olisipógrafos e ainda com os estudos especializados sobre o urbanismo, sobre a arquitectura e sobre algumas instituições urbanas da autoria de vários investigadores contemporâneos, já atrás mencionados.

Das obras publicadas pela Câmara Municipal de Lisboa, destacamos os *Elementos para o estudo do Município de Lisboa* de Eduardo Freire de Oliveira, que continua a ser uma obra imprescindível para o estudo da cidade pelo manancial de informações e de referências documentais (alvarás régios, assentos do senado, regulamentos camarários, etc.) concernentes à evolução urbana desde os tempos medievais até ao último quartel do século XIX. A partir das informações aí recolhidas, chegámos com mais facilidade às fontes primárias – documentos relativos à gestão urbana e (ou) documentos régios concernentes ao urbanismo olisiponense e a todas as vertentes do seu quotidiano, desde o fornecimento e fiscalização dos alimentos, à limpeza, aos equipamentos sanitários, às medidas de controlo das epidemias, aos cemitérios, etc.

Outra obra de edição camarária (1976) que reputamos de muito importante para conhecer a evolução da cidade após 1755, *Documentos do Cartório da Junta do Comércio* de Francisco Santana, forneceu-nos um importante conjunto de documentos relativos às obras de reconstrução/renovação nos períodos josefino e mariano e permitiu-nos chegar com mais facilidade ao núcleo histórico daquela instituição existente na ANTT (68 livros com documentos relativos às intervenções urbanas, aos edifícios pombalinos, aos engenheiros militares, às questões de saneamento, e sobre muitos outros assuntos).

Destacamos duas outras obras de edição camarária - *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa* (1990) e *Lisboa na 2ª metade do séc. XVII*, ambas coordenadas por Francisco Santana - ricas em documentação iconográfica respeitante às grandes intervenções urbanísticas anteriores e posteriores a 1755. Na primeira estão reunidos documentos escritos, plantas e desenhos do Aqueduto das Águas Livres e dos chafarizes e, na segunda, as plantas das novas freguesias de Lisboa (segundo a carta régia de 18 de Dezembro de 1769), levantadas cerca de 1770 pelo engenheiro militar José Monteiro de Carvalho.

No ANTT, além do núcleo documental da Junta do Comércio já mencionado, consultámos o da Intendência Geral da Polícia, que engloba uma vasta e variada documentação - requerimentos, ofícios, cartas, portarias, relatórios dos comissários de polícia, deliberações relativas à limpeza urbana, à segurança, à salvaguarda da saúde pública, etc. -, datada entre 1760 e 1833. Trata-se de um núcleo documental ainda pouco explorado e que, a nosso ver, é imprescindível para o estudo do urbanismo lisiponense, do quotidiano dos seus habitantes e do *modus operandi* das instituições policiais, judiciais, políticas, culturais, etc.

Outro núcleo documental de grande valor e de grande importância para o nosso estudo, também existente na ANTT, é o do Hospital de S. José, que reúne não só toda a documentação histórica desse Hospital, desde a sua fundação até ao século XX, mas também muitos documentos herdados do antigo Hospital Real de Todos os Santos. Trata-se igualmente de um núcleo documental ainda pouco conhecido, que não tem suscitado grande interesse aos historiadores.

Um outro núcleo documental da ANTT, até agora desconhecido ou mal explorado, é o dos Condes de Linhares, onde encontrámos documentos inéditos, escritos e iconográficos, relacionados com a construção do Hospital da Marinha e com o arquitecto Francisco Xavier Fabri.

Ainda na ANTT, consultámos o núcleo da Mesa da Consciência e Ordens (o qual, embora bem conhecido dos estudiosos ainda não está cabalmente explorado), onde encontrámos documentos inéditos e importantes relativos ao Hospital de N^a Sr^a da Luz.

No núcleo do Ministério do Reino da ANTT, rico em documentos escritos e iconográficos, analisámos alguns documentos importantes para o nosso trabalho, relacionados com algumas intervenções urbanísticas dos reinados de D. José e de D. Maria I.

No AHU e no AHM, também encontrámos um apreciável conjunto de documentos escritos e iconográficos, uns inéditos e outros ainda pouco divulgados, relativos à construção e ao funcionamento do Hospital da Marinha.

Relativamente à documentação iconográfica, além das plantas e alçados de algumas obras dos períodos josefino e mariano - Palácio da Inquisição, Hospitais da Luz e da Marinha, cemitérios - que encontrámos nos arquivos acima mencionados - ANTT, AHU e AHM - a maior parte da documentação iconográfica que utilizámos - plantas do

Hospital de S. José, plantas e desenhos da cidade e dos seus edifícios - encontra-se na secção de Iconografia da Biblioteca Nacional, no Arquivo do Arco do Cego, no Gabinete de Estudos Olisiponenses e no Museu da Cidade.

Parte I - Lisboa de 1731 a 1760: a *Desordem* na Cidade

Cap. 1. A falta de higiene pública e privada

Lisboa, crescendo em população²⁴ e em importância económica desde finais da Idade Média, conseguiu, no decurso dos séculos XV a XVIII, evidenciar a sua supremacia relativamente às outras cidades portuguesas, detendo em 1706, “4,9% da população total do país e 26,2% da população urbana, valores que, um século mais tarde, ascendiam já a 5,8% e 32%.”²⁵

Como sede da monarquia absoluta, da nobreza, da burocracia e do exército, Lisboa era o centro do poder político que emanava sobre todo o território continental e sobre um vasto Império e, conseqüentemente, tornou-se um ponto de atracção quer para os nacionais, quer para os estrangeiros. Os primeiros procuravam sobretudo trabalho, os segundos procuravam boas oportunidades para negócios e (ou) para conhecerem *in loco* o quotidiano da corte e das gentes de tão afamada cidade.

Aos olhos dos estrangeiros cultos²⁶ que a visitaram no século XVIII, Lisboa era tida como bela de longe mas muitíssimo suja, e até perigosa, quando vista de perto. Se, por um lado, alguns ainda a olhavam como a “mais deliciosa terra do mundo” ou mesmo como a “octava maravilla de las entranas de Espana”²⁷, muitos já a viam como uma “cidade de África” (Mercier) ou uma “formosa estrebaria” (Cavaleiro de Oliveira).²⁸

²⁴ Teresa S. Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa séculos XVI e XVII*, Lx., E. Livros Horizonte, p. 42, indica alguns valores concernentes à evolução demográfica verificada até finais do século XVII, embora considere que os dados apurados são ainda “extremamente grosseiros”: 1527-1531, população do reino, 1 400 000, população de Lisboa, 70 000 ; 1639-1640, população do país, 1 900 000, população de Lisboa, 180 000; 1700, população do país, 2 100 000, população de Lisboa, 190 000.

²⁵ Serrão, José Vicente, “O quadro Humano”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1ª ed., 1993, IV vol., p. 63

²⁶ Desde os que por razões profissionais, se fixaram por vários anos na capital portuguesa, como os diplomatas, militares, comerciantes e artistas, aos que por cá passaram no decurso do seu *Grand Tour* (viagem cultural aos espaços míticos da Antiguidade, como a Itália e a Grécia).

²⁷ vide Santos, Piedade Braga, Rodrigues, Teresa S., Nogueira, Margarida Sá, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, p. 15

²⁸ Idem, ibidem



Figura 1. Lisboa em 1650: planta da autoria de João Nunes Tinoco.

De facto, a disposição da cidade em anfiteatro, ao longo da margem esquerda do Tejo, pontilhada pelas torres e cúpulas dos edifícios religiosos e civis, não podia deixar de encantar todos os que a ela chegavam por barco. Mas, o encantamento inicial que todos os viajantes sentiam ao contemplarem a cidade a partir do rio, começava a esbater-se a partir do momento em que desembarcavam e acabava por desaparecer à medida que percorriam os bairros antigos da cidade, subindo e descendo as colinas, por travessas e ruelas estreitas, sinuosas, sombrias e sujas.

Observando a planta elaborada por João Nunes Tinoco²⁹ em 1650 (acima reproduzida), verificamos que esse tipo de ruas e travessas predominava por quase toda a cidade, em contraste com o pequeno número de ruas de traçado regular do Bairro Alto, o bairro que se desenvolvera a ocidente, no exterior da cerca fernandina.

A malha ortogonal regular desse bairro, constituída por quarteirões rectangulares de diferentes proporções e dimensões, abaixo ou acima da antiga estrada de Santos,

²⁹ João Nunes Tinoco (1610-1689) foi um dos mais conceituados arquitectos seiscentistas, cujo nome está associado a diversas obras régias, dentre as quais as de reconstrução de S. Vicente de Fora onde, em 1641, sucedeu ao pai, o arquitecto Pedro Nunes Tinoco. Ocupou também o cargo de arquitecto das Casas da Rainha.

denunciava as várias etapas da sua evolução, datadas entre finais do século XV e o século XVII.

Como nos diz Manuel Teixeira, numa primeira etapa evolutiva evidenciaram-se “as marcas de práticas de planeamento e de traçados urbanos [próprios] das cidades planeadas da Idade Média” e, numa etapa posterior, datável de meados do século XVI, reflectiram-se “conceitos e regras de planeamento [resultantes] quer de especulações teóricas do Renascimento, quer de práticas anteriores de urbanismo.”³⁰

Os visitantes estrangeiros procuravam conhecer os edifícios laicos e religiosos mais importantes da cidade (o palácio real e os palácios dos nobres e burgueses mais reputados; as igrejas e os conventos mais frequentados) e, conseqüentemente, acabavam por subir e descer colinas e circular no emaranhado de ruas e ruelas estreitas, escuras e sujas, que se apresentavam sempre enlameadas de inverno e poeirentas de verão.

Nos livros de viagens e (ou) de memórias legados à posteridade por alguns desses estrangeiros, repetiram-se as observações relativas ao mau estado das ruas, à sujidade, à falta de iluminação e à incapacidade da polícia para garantir a segurança dos cidadãos e dos viandantes.

Confrontando a *Relação do reino de Portugal*³¹, texto datado de 1701, com várias obras posteriores, muitas delas datadas entre a década de cinquenta do século XVIII e as primeiras décadas do século seguinte, verificamos que a questão da sujidade das ruas era sistematicamente referida.

Os autores da *Relação do reino de Portugal* referiram várias vezes a sujidade e mau cheiro das ruas da capital portuguesa, considerando que de todas as áreas sujas e nauseabundas, a pior era a que ficava “perto da água” que, como afirmaram, era “o lugar mais sujo (...) alguma vez [visto]”³².

No início da segunda metade de Setecentos, o cavaleiro des Courtils³³ observou que “quase todas as ruas [eram] estreitas e sujas”³⁴ e Gorani, por sua vez, anotou que “a

³⁰ Teixeira, Manuel C., Valla, Margarida, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal – Brasil*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1999, pp. 91 - 92

³¹ Cox, Thomas, Macro, Cox, *Relação do Reino de Portugal, 1701*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 2007

³² Idem, p.s 48 e 55

³³ J.B. Charles-Christian des Courtils de Bessy que, no desempenho do seu cargo de guarda da Marinha, chegou a Lisboa em Junho de 1755, integrado numa esquadra francesa, redigiu um *Journal de la campagne des vaisseaux du Roy en 1755 (...) dédié à Madame des Courtils, ma mère*.

³⁴ Amand, Jacques et Bourdon, Albert-Alain, “Une description de Lisbonne en Juin de 1755 » in *Bulletin des Études Portugaises*, ed. Instituto Francês em Portugal, vol. XXVI, 1965, p. 146

maior parte das ruas eram bastante sujas (...)”³⁵. Na década seguinte, em 1766, o general Dumouriez referiu-se no seu diário de viagem, à acumulação de imundices nas ruas de Lisboa³⁶ e, cerca de doze anos mais tarde, William Costigan³⁷ afirmou nas suas *Cartas*, que existiam poucos esgotos em Lisboa e que, por isso, todas as coisas desagradáveis eram “atiradas todas as noites de cada andar para estreitas ruas, e que para ali ficavam a deitar exalações de toda a espécie, tão pestilentas que [bastavam] para ocasionar uma epidemia”.³⁸

Chegados aos últimos anos do século XVIII, a situação de sujidade continuava muito longe de ser resolvida, como se depreende das afirmações de Carrère, para o qual não havia “cidade, vila ou aldeia cujas ruas [fossem] tão lamacentas, tão poeirentas, tão sujas e intransitáveis como as de Lisboa (...)”. Segundo esse autor, os problemas de falta de saneamento eram particularmente graves na parte antiga da cidade, que apresentava uma “imagem triste, desagradável, nojenta”.³⁹

E até mesmo Link⁴⁰, que tanto se esforçou por apenas registar as boas impressões que acumulara sobre o país e sobre a capital no decurso viagem realizada no ano de 1797, acabou por anotar que as “(...) pequenas vielas que [desciam] para a praia [eram] horrivelmente imundas, [e que] a sujidade [estava] amontoada em colinas [sendo necessário conhecer] o pequeno caminho que se [retorcia] por entre esses montes de imundície para as poder passar ”.⁴¹

Alguns dos autores atrás referidos, dentre os quais Carrère, foram, indubitavelmente, virulentos e tendenciosos no seu modo de ver Lisboa mas, quanto à questão da sujidade das ruas, não nos parece que tenham exagerado muito, uma vez que a documentação da época comprova bem a sua existência. Curiosamente, até na

³⁵ Gorani, Giuseppe, *Portugal, a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1992, p. 68

³⁶ Dumouriez, *État présent du Royaume de Portugal en l'année de MDCCLXVI*, Lausanne, 1775

³⁷ Arthur William Costigan é, na verdade, o pseudónimo escolhido por James Ferrier, um dos oficiais que acompanhou a Portugal o conde de Lippe

³⁸ Costigan, Arthur William, *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal, 1778-1779*, Lisboa, ed. Lisóptima, 2 vol.s, vol. I, p. 23

³⁹ Carrère, J.B.F., *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 1989, p. 23

⁴⁰ Heinrich Friedrich Link (1767-1851), médico e naturalista alemão, foi escolhido pelo conde de Hoffmansegg, para o acompanhar a Portugal, em 1798, numa viagem que visava essencialmente o estudo da flora do país. Link leu diversos relatos (descrições) sobre Portugal e (ou) Lisboa e considerou que os seus autores tinham emitido juízos falsos, muitos deles preconceituosos, como é explicado no texto introdutório às *Notas de uma viagem a Portugal*, pp. XIV a XVII

⁴¹ Link, Heinrich Friedrich, *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 2005, p. 104

toponímia setecentista ficou registada essa situação, uma vez que na freguesia do Socorro existiu uma artéria designada Rua Suja.⁴²

Mas a falta de limpeza da capital portuguesa, tão criticada pelos estrangeiros, não se verificaria nas cidades dos seus próprios países? Existiriam, de facto, práticas de saneamento nas principais cidades europeias setecentistas?

Madrid foi conhecida até ao último quartel do século XVIII, como uma das cidades mais sujas, mais insalubres e mais *desordenadas* da Europa, não só porque os seus habitantes despejavam todo o tipo de lixos e de águas residuais pelas janelas gritando o “agua va!” (“água vai!”), mas também porque a edilidade não tinha um eficiente serviço de limpeza urbana. O estado de sujidade das ruas era de tal modo deplorável que o italiano Baretti, ao visitar a cidade em 1747, classificou-a de “cloaca máxima”.⁴³

Fernando VI foi o primeiro monarca espanhol a preocupar-se seriamente com essa situação mas, durante o seu curto reinado (1746 – 1759), foram poucas as medidas criadas para a resolver. O seu irmão e sucessor Carlos III (1759-1788) ordenou ao Município madrileno que implementasse normas sanitárias – a proibição de lançamento dos resíduos sólidos e das águas sujas nas ruas; a proibição da circulação de porcos e outros animais de criação; a varredura e remoção frequente dos lixos, etc. -, que fiscalizasse o seu cumprimento e que punisse com coimas os que as desrespeitassem. Carlos III determinou também o empedramento das ruas – para o qual foi elaborado um projecto pelo arquitecto Sabatini -, decisão que teve implicações positivas no saneamento da cidade.⁴⁴

Paris, embora fosse na época uma das poucas cidades com rede de esgotos, não deixava de ser uma cidade muito suja porque, apesar das sucessivas normas proibitivas e do controle policial, a prática do “água vai!” ainda não estava erradicada e o sistema de remoção dos lixos urbanos continuava muito deficiente.

Londres, a maior capital europeia do século XVIII, em termos demográficos e em crescimento económico, era igualmente uma das cidades mais sujas e mais mal

⁴² Esse topónimo é referido por João Bautista (ou Baptista) de Castro, *Mappa de Portugal*, vol. III, parte V e surge no elenco das ruas da *Regulação para o estabelecimento da pequena posta, caxas, e portadores de cartas em Lisboa*, Lisboa, ed. Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1801, p. 89

⁴³ Santos, Juliá, Ringrose, David e Segura, Cristina, *Madrid. Historia de una capital*, Madrid, Alianza Editorial, 1ª ed., 1995, p. 262

⁴⁴ Corral, José del, *El Madrid de los Borbones*, Madrid, ed. Avapiés, 1ª ed., 1985, p. 30

cheirosas da época. As suas ruas apresentavam-se frequentemente pejudadas de lixos e dejectos lançados, diariamente, pelas janelas das habitações (de novo, o “água vai!”)⁴⁵ a que se somavam os animais mortos (cães, gatos e até mesmo cavalos) e os detritos de actividades poluentes (açougues, peixarias, oficinas de curtumes, tinturarias, etc.).

No que respeitava ao saneamento urbano, as cidades germânicas não se destacavam das restantes cidades europeias setecentistas. Na sua maioria, apresentavam ruas muito sujas, apesar da existência de normas que proibiam o lançamento de lixos nas ruas e (ou) de imundices pelas janelas, como as que se publicaram em Bremen (1710), em Hamburgo (1778) e em Manheim (1790)⁴⁶.

Podemos, portanto, afirmar que o saneamento urbano foi praticamente inexistente em quase todas as cidades europeias do século XVIII, independentemente das decisões tomadas pelos detentores do poder para acabarem com a sujidade e os cheiros *pestilentos* dos espaços públicos. Grande parte do problema residia sobretudo na falta de redes de distribuição de água e de esgotos, assim como no deficiente sistema de limpeza urbana que, na prática, não consistia em limpar mas apenas em remover das ruas as imundícies e lixos, transportando-os para os cursos de água ou para as lixeiras mais próximos.

No caso de Lisboa, as normas (régias e camarárias) regulamentadoras da remoção dos lixos, foram sucessivamente implementadas a partir do século XV: um primeiro conjunto de normas respeitantes à limpeza da capital foi integrado nas Ordenações Afonsinas (1427), sendo posteriormente confirmado e ampliado nas Ordenações Manuelinas (1521).

Sob a influência da legislação régia, o Senado camarário foi elaborando, por sua vez, um conjunto de regulamentos que instituíram o pelouro da limpeza urbana, definindo as suas competências, funcionamento e financiamento, vindo esses regulamentos a ser compilados, no último quartel do século XVI, no Livro das Posturas do Concelho de Lisboa.

As posturas inerentes ao pelouro da limpeza determinavam não só os processos a utilizar - a varredura e remoção dos lixos sólidos e o escoamento das águas sujas -, mas

⁴⁵ Jonathan Swift (1667-1745), o célebre autor das *Viagens de Gulliver*, escreveu um longo poema satírico sobre a prática do “água vai!” (o “gardy-loo!” londrino) que intitulou “A description of a city shower”.

⁴⁶ www.lixoeducacao.uerj.br/imagens (Eigenheer, Emílio Maciel, *Lixo. A limpeza urbana através do tempo*).

também os meios ou equipamentos a utilizar - o transporte dos lixos das ruas pelos carretões ou *ribeirinhos* e a sua deslocação para as lixeiras ou *monturos* e (ou) para a zona ribeirinha (praias) e o escoamento das águas residuais para os canos de esgoto - e ainda o modo de financiamento pelos particulares - contribuição pecuniária proporcional à dimensão da habitação, assim como as coimas que seriam devidas pelas infracções.

Na primeira década do século XVII, o Senado camarário regulamentou, entre outras coisas, o horário do sino, ou seja, do toque que permitia aos particulares lançar para a rua todo o tipo de dejectos, gritando o popular “água-vai”⁴⁷. Em finais de Setecentos, essa prática continuava em uso e Carrère descreveu-a da seguinte maneira: “Nove horas da noite; [abriam-se] as janelas e nelas [assomava] uma chusma de bacios que [avançavam] para fora dos parapeitos, e logo por todos os lados [desabava] uma chuva de excrementos infectos, de que só [podia] resguardar-me caminhando encostado às paredes (...) Pelas janelas [deitavam-se] para a rua águas limpas e águas sujas, as lavaduras das cozinhas, as urinas, os excrementos de toda a família que se foram acumulando (...)”⁴⁸.

Na sequência da reunião camarária de 13 de Setembro de 1619, surgiram novas posturas a definir a localização dos *monturos* (loais de vazamento dos lixos sólidos varridos e removidos dos espaços públicos pelos carretões), outras a definir os locais onde era vedado o “lançar sujidades” e outras que (re)definiram as penas a aplicar aos infractores. Ficou, então, determinado que se colocariam nas zonas baixas da cidade “carretões bastantes, que [levariam] ao mar tudo, sedo antes de amanhecer e o [lançariam] dentro na agoa” e que se colocariam “nos altos da cidade (...) ribeirinhos, com as suas bestas, para despejar tudo, sem deixarem criar monturos.”

Definiram-se nessas posturas os sítios para a criação dos *monturos* destinados às “immundisias”, como os que aqui apontamos: “(...) para o baixo dalfama, campo de santa clara e são vicente (...) detras da serqua de são vicente onde logo se [marcaria] cõ

⁴⁷ O horário do “sino”, embora tenha sofrido alterações até ao século XIX, conjugava-se com as primeiras horas nocturnas e as primeiras diurnas. Refere Eduardo Freire de Oliveira, nos *Elementos para a História do Município de Lisboa* (1ª parte, pp. 557-558), um edital datado de 13 de Abril de 1835 no qual se permitia aos moradores que vivessem em casas sem esgotos “o despejo das aguas immundas desde as 11 horas da noite até às 4 da manhã no Verão, e das 10 horas da noite até às 6 da manhã durante o Inverno”

⁴⁸ Carrère, opus cit., pp.70-71

estaquas; item, mouraria, o seu distrito⁴⁹, são lasaro e anjos; item, são josé, anunciada, bairro de são roque, nos cardaes (...); item, abaixo de nossa sr^a de jesus, calçada do congro e do o bairro das chagas (...). ”.



Figura 2. Lisboa, localização dos principais “monturos” no início do século XVIII

Nas referidas posturas explicitavam quais as práticas proibidas, de que damos alguns exemplos: “Que não lancem bacios nem sujidades em Alfama, onde lavam as mulheres (...) Que não deitem lixo nem outra sujidade senão ao marco de pedra, além do chafariz del-rei (...) Que não levem bacios ou cisco ao mar senão em canastras (...) Que ninguém faça os seus feitos debaixo dos arcos do rocio, nem nas ruas e travessas (...) Que nos poços públicos desta cidade se não deitem nenhuma imundicias (...) Que de S. Paulo até à Boavista se não deitem bacios de sujidade senão no caes (...)”.

Definiam-se igualmente as sanções a aplicar aos que desrespeitassem aquelas proibições, variando as medidas punitivas entre a prisão e as multas pecuniárias, como podemos constatar pelas seguintes passagens: “(...) toda a pessoa que no Terreiro do Paço da Ribeira até ao Terreiro do Trigo deitar ou mandar deitar bacio de sujidade, pagará do tronco, onde estará 10 dias, mil réis, a metade para a cidade e a outra para quem o acusar (...); item, toda a pessoa que no sobredito lugar deitar sujidade de esterco, ou cão ou gato morto, pagará mil réis (...); toda a pessoa que deitar bacio de

⁴⁹ A prolongada presença desses *monturos* em várias zonas da cidade, originou alguns topónimos como o do “Monturo do Colégio”, designando a área próxima do Colégio dos Meninos órfãos, na Mouraria, ou o do “Sítio do Monturo” na freguesia do Salvador, referidos no *Roteiro de Lisboa de 1755*

sujidade no tabuleiro da Sé, pagará dois mil réis e estará 20 dias na cadeia (...); toda a pessoa que deitar bacio de sujidade ou caqueirada nas portas dos vizinhos (...) pagará de cadeia, onde estará 20 dias, quatro mil réis (...); toda a pessoa que lançar água limpa das janelas (...) pagará cem réis e, sendo suja, pagará mil réis.”⁵⁰

Uma vez que o problema da sujidade dos espaços públicos se mantinha, D. Pedro II ordenou ao Senado camarário, a 7 de Outubro de 1673, que fizesse executar “os alvarás, provisões, leis e regimentos que [havia] sobre a limpeza, e [procurasse] que na distribuição e arrecadação e despeza [houvesse] tal forma, que os moradores se [persuadissem] que se [gastava] nella e se não [desviava] para outro algum effeito”.⁵¹

A Câmara, queixando-se da insuficiência das verbas destinadas a melhorar a limpeza urbana, conseguiu que, por decisão régia datada de 10 de Julho de 1702, lhe fosse consignado “um real no vinho e outro na carne para a nova forma da limpeza da cidade”⁵², cuja inovação principal parecia consistir na deslocação dos lixos sólidos para campos mais distanciadas das áreas centrais da urbe ou (recorrendo a barças), para o meio do rio.

Porém, em consulta datada de 18 de Setembro de 1715, o Senado camarário explicou ao monarca que essa modalidade de limpeza não provara ser a mais eficiente porque, sendo diariamente despejadas nas praias de Alfama, Ribeira e Boa Vista, cerca de “mil e tantas cargas de lixos”, para as mudar “para outros sítios ou campos fóra da cidade, pelas distancias a que necessariamente [teriam] de ir (...) não lhes [seria] possível [fazerem] todos os dias a metade dos caminhos, nem com a promptidão necessaria [para] ter a cidade a limpeza de que [necessitava]; e das demoras se [poderia] sem dúvida seguir o prejuízo da saude publica.”⁵³

Face à referida exposição do Senado, o monarca aceitou que se continuassem a lançar as *immundicias* nas praias ribeirinhas, exigindo, porém, que tais despejos se fizessem “do caes de Santarem para cima, mas não em outra qualquer parte do dito caes para baixo(...)”⁵⁴, o que nem sempre (ou na maior parte das vezes) foi respeitado.

⁵⁰ Freire de Oliveira, Eduardo, *Elementos para a História do município de Lisboa*, Lisboa, ed. Typographia Universal, 1903, vol II, pp 509-510

⁵¹ Idem, vol XII, pp 592-600

⁵² Idem, p. 590

⁵³ Idem, ibidem

⁵⁴ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol. XI, pp. 106 a 111

Apesar do reforço orçamental do pelouro da limpeza e dos ajustes que se foram fazendo para melhorar o sistema de varredura e de remoção dos lixos sólidos das ruas, o processo de limpeza continuou ineficaz ao longo de todo o século XVIII.

Na década de 90 dessa centúria, Carrère observou que as ruas pequenas nunca eram varridas, havendo algumas “em que a porcaria se [acumulava havia] mais de vinte anos e todos os dias [crescia], havendo sítios onde as [obstruía] completamente.” E, quanto às ruas principais, só eram “varridas por ocasião de ali passarem as procissões”.⁵⁵

Se por um lado, o sistema de varredura e de policiamento das ruas não funcionava eficazmente, por outro lado, os equipamentos imprescindíveis para garantir a higiene, pública e privada - tais como um sistema de distribuição de água e uma rede de esgotos – ou não existiam ou já não correspondiam às novas realidades demográfica e urbana.

Quanto ao abastecimento público de água, desde sempre considerado insuficiente, foi-se agravando no período medieval tornando-se, a partir do século XV, cada vez mais problemático. De facto, de finais do século XVI a meados do século XVIII, a falta de água passou a ser um problema frequente no quotidiano da cidade, problema que se sentia de forma mais grave nas freguesias ocidentais e que, sazonalmente, gerava situações muito dramáticas.

Excluídos dessas situações estiveram sempre as comunidades religiosas e os nobres, uma vez que os conventos e os palácios (pelo menos os mais importantes) possuíam cisternas e (ou) poços que lhes garantiam o abastecimento da água necessária. Numa descrição quinhentista de Lisboa, o autor indicou a localização de alguns dos poços inseridos em casas nobres, nomeadamente o poço do Conde de Linhares (cujo Palácio se situava na Calçada de Arroios), que tinha água “muito fria e de boa qualidade” e o poço do Conde de Portalegre.⁵⁶

Agravando-se, a escassez de água em Lisboa, a partir do século XVI, os monarcas D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião, determinaram que se fizessem as necessárias medições entre a(s) nascente(s) e a cidade e que se calculassem os custos

⁵⁵ Carrère, J.B.F., opus cit., p.66

⁵⁶ Brandão, João, *Grandez e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, col. “Cidade de Lisboa”, 1990, pp.103 - 105

inerentes às obras da condução da água, mas tais obras não chegaram sequer a ser iniciadas.

Alguns anos mais tarde, D. Filipe II encarregou o arquitecto régio Leonardo Turriano⁵⁷ de examinar as medições já elaboradas e de apresentar o traçado mais adequado para fazer chegar à cidade as águas da serra de Sintra. Efectivamente, esse projecto foi elaborado mas a realização da obra foi, mais uma vez, adiada, embora não deixasse de ser cobrado o “real d’água”, o imposto que fora criado, especificamente, para o financiamento dessa obra.⁵⁸

Assim, o abastecimento público de água continuou a confinar-se aos chafarizes construídos entre os séculos XIII e XVI os quais eram, desde as primeiras décadas de Setecentos, manifestamente insuficientes para fornecer água a uma população que já ultrapassara os 200000 habitantes.

Por outro lado, a distribuição desses chafarizes era muito irregular, localizando-se a maior parte deles nas zonas central e ribeirinha e poucos havendo nas outras áreas urbanas. Próximo da zona ribeirinha (dentro e fora da muralha fernandina) e no lado oriental da cidade, encontravam-se os chafarizes D’el-Rei (com seis bicas), dos Paus (com quatro bicas), da Praia (com cinco bicas), de Dentro (ou da Preguiça), da Bica do Sapato e da Fonte da Samaritana.⁵⁹

Todos esses chafarizes eram já seculares, sendo o D’el-Rey o mais antigo de todos (as primeiras referências a seu respeito datam do século XIII), embora a sua composição tivesse sido sucessivamente alterado, antes e depois do Terramoto de 1755. Uma dessas alterações ocorreu em 1747, tendo sido acrescentadas mais três bicas às seis existentes, ocorrendo as outras a partir de 1757. Segundo uma consulta da Junta do Comércio de 1 de Janeiro desse ano, para se facilitar o acesso à “Alfândega interina”, instalada entre esse chafariz e o “Estanco do Tabaco”, era necessário demolir “huma

⁵⁷ Leonardo Torriano (1559-1629), arquitecto italiano nascido em Cremona, entrou ao serviço de Filipe II e trabalhou nas fortificações de Espanha e das ilhas Canárias, antes de chegar a Portugal. Pelos alvarás de Abril e de 28 de Agosto de 1598, foi nomeado engenheiro-mor do reino (por morte de Filipe Tércio) e, no nosso país, além dos estudos que realizou sobre a entrada das águas para o abastecimento de Lisboa, projectou a fortaleza de S. Julião.

⁵⁸ vide *Memória sobre o Aqueducto Geral de Lisboa feita por ordem do Ministério das Obras Públicas*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1857.

⁵⁹ Francisco Fonseca Henriques (de quem falaremos mais adiante) publicou em 1726 uma obra intitulada *Aquilégio Medicinal*, na qual inventariou todos os chafarizes, fontes e poços de Lisboa e do País, referindo a sua origem histórica e indicando as características terapêuticas das suas águas. Segundo os seus estudos, todos os chafarizes e fontes da zona oriental da cidade de Lisboa possuíam águas tépidas, eficazes para diversos problemas como, por exemplo, a da Bica do Sapato que era útil para tratar as “intemperanças quentes e para curar achaques cutâneos”.

Arca de Agoa (...) fundada na rua em parte opposta á porta da mesma Alfandega (...) [e] recolher a Cortina do Chafariz d’El Rey”⁶⁰. Referia-se no mesmo documento que o chafariz deveria ser reconstruído segundo a planta anexada, sobre a qual nada mais era dito.

Embora não tenhamos informações sobre o início das obras de reconstrução do referido Chafariz, sabemos que essas obras estavam em curso nos anos de 1774-1775, delas resultando “o apainelado da frontaria do corpo inferior”, tal como ficou registado num desenho datado de 1821. Posteriormente, nos anos de 1836, 1859 e 1861, o Chafariz sofreu novas intervenções que originaram o “apainelado superior do frontespício”, rematado com uma platibanda adornada com “dez vasos com piteiras de folha-de-flandres e as oito pirâmides”⁶¹

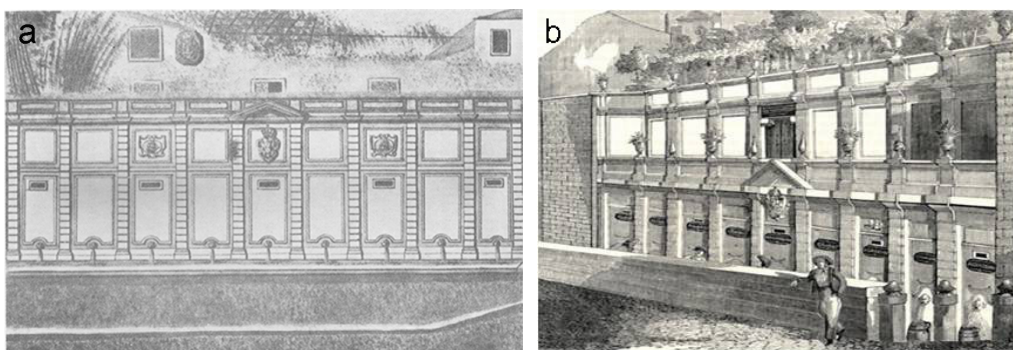


Figura 3. a) Chafariz d’El-Rei 1821, desenho aguarelado por Luís Gonzaga Pereira, b) Chafariz d’El-Rei, c. 1861.

Dos chafarizes atrás referidos, apenas quatro desapareceram definitivamente já no decurso do séc. XIX: o dos Paus, o da Praia, o da Bica do Sapato e a Fonte da Samaritana. Esta fonte que, segundo a tradição, fora mandado construir pela rainha D. Leonor para a cerca do Convento da Madre de Deus, foi desmontada do lugar original mas os seus elementos componentes – tanque, espaldar com decoração esculpida - foram preservados e o conjunto foi reconstruído, encontrando-se no Museu da Cidade.

Quanto ao chafariz da Bica do Sapato, cuja origem remontava a 1674 e que desapareceu no último quartel do século XIX, Veloso de Andrade confirmava, em 1851,

⁶⁰ Santana, Francisco, *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa*, Lisboa, ed. C.M.L., 1976, 2 vol.s, I vol., pp. 11-12

⁶¹ Silva, Augusto Vieira da, *A cerca moura de Lisboa*, Lisboa, ed. C.M.L., 1987, p. 150

a boa qualidade das suas águas que, além de ajudarem a “curar os achaques cutâneos”, também eram de grande utilidade “para as queyxas da ourina, dysuria, estranguria; e finalmente para todos os males que [procediam] do calor.”⁶²

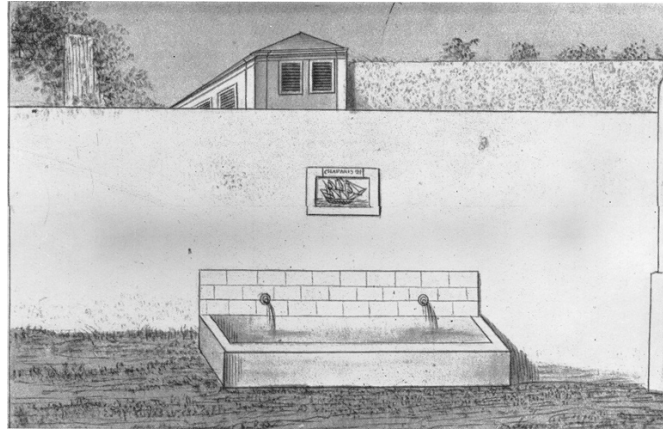


Figura 4. O Chafariz da Bica do Sapato, 1ª met. do séc. XIX.

Na zona compreendida entre o Terreiro do Paço e a Mouraria, encontravam-se os chafarizes de Apolo (Terreiro do Paço), do Frol, de Nossa Senhora da Oliveira, do Chão, dos Cavalos⁶³ e de Neptuno (ambos no Rossio) e o do Borratém. Alguns destes chafarizes desapareceram com o Terramoto de 1755 e (ou) com as obras de reconstrução da capital, restando-nos nalguns casos, as respectivas imagens, em representações pictóricas datadas do século XVII e do século XVIII.

O Chafariz de Apolo, erguido na década de 50 do século XVII frente à fachada oriental do Palácio Real (e muito próximo dela), foi representado em múltiplos desenhos e pinturas do antigo Terreiro do Paço como, por exemplo, a da autoria de Dirk Stoop⁶⁴, abaixo reproduzida.

⁶² Andrade, José Sérgio Veloso, *Memória sobre chafarizes de Lisboa*, Lisboa, ed. Imprensa Silvana, 1851, p. 259

⁶³ Como registou Fonseca Henriques no já referido *Aquilégio Medicinal*, o Chafariz dos Cavalos situava-se na “rua nova de Lisboa Occidental” e a sua designação devia-se ao facto de ter havido “nelle doys cavallos de bronze, que nas hostilidades de Portugal se tirarão do seu lugar”.

⁶⁴ Dirk Stoop (1612 – 1686), pintor e gravador holandês, nascido em Utreque. Veio para Portugal em 1650 e esteve ao serviço de D. João IV como gravador tendo, em 1662, acompanhado a Infanta D. Catarina a Londres para o seu casamento com Carlos II. Regressou em 1678 a Utreque, onde faleceu.



Figura 5. Terreiro do Paço com o Chafariz de Apolo: pintura de Dirk Stoop

No lado norte do Rossio, localizava-se o Chafariz de Neptuno, que fora construído nos anos de 1605-1606 e cujo risco se deveu, provavelmente, ao arquitecto Nicolau Frias. A imagem desse Chafariz surgiu em quase todas as representações do Rossio, datadas de Seiscentos e de Setecentos, sendo a de Zuzarte uma das mais conhecidas.

Mas, quando Zuzarte representou o Rossio, em 1787, o Chafariz de Neptuno já não se encontrava na praça, uma vez que fora desmontado em 1785. Algumas décadas mais tarde, a famosa estátua do deus do mar que encimara o Chafariz e lhe dera o nome foi colocada no Chafariz do Campo Grande e, em 1850, foi transferida para o chafariz da Praça da Armada em Alcântara.⁶⁵



Figura 6. O Chafariz de Neptuno: fragmento do desenho de Zuzarte de 1787

⁶⁵ Caetano, Joaquim Oliveira, *Chafarizes de Lisboa*, Lisboa, ed. Distri, 1991, p. 58 e *Lisboa e o Aqueduto*, ed. CML, 1997, p. 92

Mais distantes da área central da urbe, para norte e para ocidente, encontravam-se os chafarizes do Andaluz, do Artibelo em S. Paulo e o da Bola em Belém. Quanto ao do Andaluz, a sua construção remonta a 1336 e foi determinada pela Câmara de Lisboa, como consta da inscrição⁶⁶ inserida no respectivo espaldar, no qual também se encontra o brasão de armas da cidade e a pedra de armas de D. Afonso IV.



Figura 7. Chafariz do Andaluz: aspecto actual do chafariz e placa epigráfica trecentista localizada no seu espaldar

Na zona de S. Paulo (*Lisboa Ocidental*), o Chafariz mais antigo era o de Artibelo, também conhecido como o da Bica dos Olhos, datado de 1615, derivando a primeira designação do seu primitivo proprietário e a segunda da reputação das suas águas, consideradas eficazes no tratamento de problemas oftalmológicos.

O Chafariz da Bola, localizava-se num pequeno largo fronteiriço à fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos, onde se manteve até 1837, altura em que foi decidido o seu derrube.⁶⁷ Uma das mais antigas representações desse curioso chafariz data de meados do século XVII e foi elaborada pelo pintor Filipe Lobo.⁶⁸

Se a maioria da população urbana tinha dificuldades em obter água para os usos domésticos essenciais (beber e confeccionar alimentos), é óbvio que pouca água dispensava na limpeza das habitações e na higiene privada.

⁶⁶ Segundo Joaquim Oliveira Caetano in *Chafarizes de Lisboa*, p. 50, a lápide existente no espaldar desse Chafariz tem a seguinte inscrição: “Na era de 1374, o concelho de Lisboa mandou fazer esta fonte a serviço de Deus e do nosso senhor Rei Dom Afonso por Gil Esteves, tesoureiro da dita cidade, e Afonso Soares escrivão, a Deus graças”.

⁶⁷ *Archivo Pittoresco*, Lisboa, ed. Typographia de Catro & Irmão, 1860, vol. III, p. 56

⁶⁸ Filipe Lobo (activo entre 1650 e 1673), cuja pintura parece ter recebido algumas influências do holandês Dirk Stoop

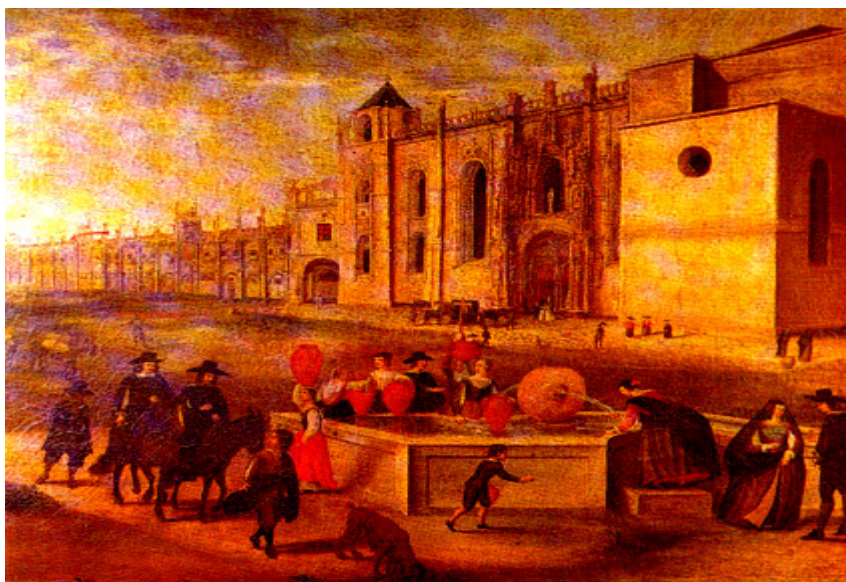


Figura 8. O Chafariz da Bola: pintura do *Mosteiro dos Jerónimos*, de Filipe Lobo (MNAA), datada de meados de 1657.

A sujidade das habitações e das pessoas, tal como a sujidade das ruas, motivou a crítica depreciativa dos estrangeiros que nos visitaram no decurso do século XVIII, para os quais a “higiene pessoal dos portugueses em geral deixava muito a desejar”.⁶⁹

Referindo-se às estalagens existentes em Lisboa, Carrère afirmava que poucas apresentavam os requisitos mínimos de higiene, caracterizando-se muitas delas por terem “paredes negras, mesas enebadas, cadeiras desengonçadas, uma cama nojenta (...) uma cozinha suja, vasilhas porcas, trem de cozinha mal cuidado (...) [e à hora da refeição] uma toalha com mais de oito dias de serviço, um garfo ferrugento e gorduroso, pratos rachados ou esbeçados (...)”.⁷⁰

Link também comentou a “falta de asseio dos portugueses” e, a propósito das estalagens, confirmou o que Carrère e outros disseram, observando que tinham “aposentos sujos” e que ou não possuíam latrinas ou, se as possuíam, eram “execráveis” e que era de todo impossível repousar de noite devido à “horda de bichos de toda a espécie [que perturbava] o sono do viajante (...)”.⁷¹

⁶⁹Braga Santos, Piedade e outros, opus cit., p.29

⁷⁰ Carrère, J.B.F., opus cit., p. 37

⁷¹ Heinrich Friedrich Link, *Notas de uma viagem a Portugal*, Lisboa, edição da Biblioteca Nacional, 2005, p.129

A falta de higiene também se verificava nas casas aristocráticas, como testemunhou William Beckford, a propósito da visita realizada ao palácio do Marquês de Marialva em Belém⁷², de cuja descrição, transcrevemos a seguinte passagem: “o grande pátio [do palácio] estava coberto de montes de estrume e cheio de escalavradas segas de duas rodas (...) Conseguimos abrir caminho entre montões de imundície até à grande escadaria e íamos caindo sobre uma monstruosa porca e a sua numerosa prole, que se escapou (...) soltando dolorosos grunhidos.”⁷³

Mais adiante, Beckford referiu-se aos criados que se encontravam ao serviço do Marquês, descrevendo-os como “um rancho de saracoteantes e ramelosos”, o que não destoava das opiniões emitidas por Carrère e outros visitantes estrangeiros, que classificaram todos os serviçais (mesmo os das casas ricas) como “andrajosos, porcos e piolhosos”.

Resumindo, a falta de higiene pública e privada acentuaram-se até meados do século XVIII, em grande medida, devido às deficiências do abastecimento público de água. Mas, tão grave quanto a falta de um bom sistema de distribuição de água, era a falta de uma ampla e moderna rede de esgotos, visto que os que se conservaram até 1755, datavam dos reinados de D. Manuel I e de D. João III e, como tal, estavam longe de cobrir todas as áreas urbanizadas. Todos esses canos que inicialmente, corriam a céu aberto, começaram a ser cobertos a partir do século XVII mas, na primeira metade do século XVIII, alguns ainda se mantinham, parcial ou totalmente, a descoberto.

Aos “canos reais”, mais extensos e de maior dimensão, que desciam pelas vias principais até à zona ribeirinha, foram-se ligando os particulares (de conventos, de palácios ou de alguns prédios de rendimento), normalmente de pequena extensão e capacidade.

Com o tempo, acentuou-se a degradação desses canos (de fraca qualidade e de limitada capacidade) e, por isso, em 1685, o vereador do pelouro das obras, Francisco da Fonseca Sinel, entendeu que era indispensável elaborar um inventário desses canos, a

⁷² Segundo António Luiz Gomes, na monografia *Centro Cultural de Belém, o sítio, a obra*, Lisboa, ed. Sociedade de Gestão e de Investimento Imobiliário, S.A., 1993, o Palácio do Marquês de Marialva correspondia ao antigo Palácio da Quinta da Praia, mandado construir no 2º quartel do século XVI por D. Manuel de Portugal, 2º filho do conde de Vimioso. Esse Palácio passou no século XVII à posse da família dos Silva César e Meneses, cujos descendentes o venderam a D. João V e, após o Sismo de 1755, D. José doou-o ao 4º Marquês de Marialva, em cuja família se manteve até 1929, altura em que foi vendido ao Estado. Acabou por ser demolido entre 1940 e 1962 e, no seu espaço, iniciou-se, a partir de 1989, a construção do actual CCB.

⁷³ Beckford, William, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Lisboa, ed. B.N., 2009, p. 48

fim de precisar a responsabilidade, quer da edilidade quer dos particulares na sua conservação.

Nesse inventário, designado “*Notícia dos canos antigos da cidade*”, elaborado pelo mestre João Luís, ficaram registados os canos então existentes, os mesmos que se mantiveram até ao Sismo de 1755. Após um meticoloso estudo desses canos, o referido mestre anotou os que eram da responsabilidade da Câmara para efeitos de limpeza e reparação e que eram os seguintes: “cano do chafariz d’Arroyos, cano de S. Sebastião da Pedreira, cano da Correaria, cano da porta do Terreiro, cano da Ribeira, cano do marquez de Gouveia, cano da Pichelaria, cano da Fonte da Flor, cano que vem do Castelo, cano do arco do chafariz d’El-Rei, cano do chafariz dos Cavallos, cano do beco da Estopa, cano da rua da Mouraria, cano da rua dos Cavalleiros, cano da portaria do Salvador, cano da rua de Nossa Senhora dos Remédios, cano das Achas, cano da Pimenteira, cano do tanque de lavagem de Alfama”.⁷⁴

As insuficiências (em extensão e capacidade) do sistema dos “canos reais” e o facto de só uma pequena percentagem das habitações privadas e conventos possuírem esgotos próprios, levava a maioria dos habitantes das cidades a lançarem as águas sujas (urinas, excrementos, etc.) às ruas, tal como faziam com os lixos sólidos.

As ruas (e todos os outros espaços públicos) onde se acumulavam os lixos domésticos e por onde corriam as águas residuais, estavam permanentemente sujas e (devido à deterioração das imundices) insuportavelmente mal-cheirosas sendo, como tal, espaços não só desagradáveis de ver mas, mais grave ainda, com ares “irrespiráveis”.

Como já atrás referimos, as normas de limpeza urbana implementadas pela edilidade consistiam, fundamentalmente, na varredura das ruas e na deslocação dos lixos aí acumulados para os *monturos* e para determinadas praias da zona ribeirinha. Assim, se os lixos acumulados nas ruas (nalguns casos, durante meses ou mesmo anos, segundo a opinião, talvez exagerada, de Carrère) criavam maus cheiros, os lixos acumulados nos *monturos* ou nas praias ribeirinhas degradavam continuamente o ar que das zonas que lhes ficavam próximas.

⁷⁴Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol II, pp. 552-560

O Marquês de Bombelles, embaixador da França em Portugal entre 1786 e 1788, residiu perto da Rua dos Mastros⁷⁵ e queixava-se, assim, do cheiro nauseabundo que lhe entrava pelas janelas, um odor terrivelmente “insuportável”, porque a casa em que vivia se localizava na Boavista, muito próxima da zona ribeirinha para onde levavam “todas as imundices da cidade” e onde as negras iam “despejar todas as matérias fecais das redondezas.”⁷⁶

Somando o testemunho do Marquês de Bombelles a tantos outros que se pronunciaram ao longo do século XVIII, parece-nos poder concluir que, devido às medíocres condições de higiene pública, os ares que se respiravam na maioria dos bairros da cidade eram desagradáveis e insalubres.

⁷⁵ Rua localizada nas proximidades da zona ribeirinha, que esteve integrada na freguesia de Santos até 1780 e, a partir dessa data, na de Santa Catarina

⁷⁶ Bombelles, Marquis de, *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal, 1786-1788*, Paris, ed. PUF, 1979, p. 33

1.1. – A propagação das doenças. As Epidemias na Corte

O perigo da eclosão e da propagação das doenças, proporcionado pela acumulação e deterioração dos lixos e pela presença dos ares *pútridos* ou *corrompidos*, era mais acentuado nas freguesias de maior densidade populacional, como as situadas na área da primitiva cerca moura – Castelo, Sé, Santa Cruz, S. Tiago, S. Mamede, de Santo Estêvão e de S. João da Praça⁷⁷ – e nas freguesias das áreas semi-rurais a norte e nordeste - Pena, S. José, Anjos e Santa Engrácia -, onde predominavam as pessoas de baixos estratos sociais.

A miséria, a promiscuidade, a sujidade e a subnutrição caracterizavam o quotidiano dessas pessoas tornando-as, por isso mesmo, extremamente vulneráveis a todo o tipo de doenças, aumentando essa vulnerabilidade quando as condições climáticas se agravavam.

De facto, os grandes surtos epidémicos ocorriam sobretudo nos meses de inverno e nos meses estivais: a subnutrição e a falta de agasalhos favoreciam a propagação das infecções bronco-pulmonares (gripes, pneumonias, tuberculose) nos meses mais frios e a falta de água (habitual nos meses mais quentes, como já referimos) e (ou) a ingestão de alimentos degradados no período estival, contribuíam para a propagação das infecções hepáticas, gastro-intestinais e dermatológicas.

Consultando os dados relativos aos surtos pestíferos no século XVII⁷⁸, verificamos que mais de metade ocorreram nos meses mais quentes e mais frios do ano, intercalando-se ou sucedendo-se a períodos de grandes secas, de perda de colheitas e de escassez de alimentos: de Abril a Julho de 1600, de Maio a Agosto de 1602, em Outubro de 1617, em Maio de 1631, em Novembro de 1632, em Fevereiro de 1636, em Julho de 1645, em Janeiro de 1647, em Novembro de 1657, em Outubro de 1663, em Janeiro de 1680, em Maio de 1682 e em Março de 1692.

Resumindo, as condições de pobreza, de subnutrição, de promiscuidade e de sujidade, sempre presentes nas freguesias de maior densidade populacional e que tendiam a agravar-se nos períodos mais frios e mais quentes do ano, favoreciam o

⁷⁷ Teresa Rodrigues, opus cit., p. 63

⁷⁸ Idem, pp. 174-175

rápido contágio de todo o tipo de doenças, muitas delas chegadas por mar, como a febre tifóide, a cólera, as sezões, as pintas, o tabardilho, a febre-amarela, a sífilis, etc.

Aquando da ocorrência dos surtos pestíferos, as taxas de mortalidade mais elevadas verificavam-se nos agregados familiares mais pobres e a maioria das vítimas eram, quase sempre, crianças. De facto, este grupo etário era, pela sua fragilidade, o que mais sofria com a propagação das doenças epidémicas, desde as febres tifóides, ao sarampo, bexigas, escarlatina, tosse convulsa, tuberculose, e outras.

A partir do século XVII, os surtos epidémicos ter-se-ão tornado mais frequentes - 1615-1623, 1645-1646, 1651-1652, 1674-1676, 1677-1679, 1692, 1698, 1712, 1731, 1741, 1779, 1786, 1793, 1794, 1802, 1806, 1836-1837 - mas, duma maneira geral, menos intensos, provocando, por isso, menos vítimas mortais. Ocorreram, porém, nesse mesmo período, três surtos epidémicos excepcionais pela sua intensidade e pelo elevadíssimo número de mortes: os de 1723, 1811 e de 1833.

Mas a redução do número de vítimas deveu-se igualmente a uma maior intervenção dos poderes central e municipal, apoiados pelo “saber” dos médicos. De facto, a partir de finais do século XVII e sobretudo no decurso do século XVIII, os detentores do poder habituaram-se a recorrer à opinião dos médicos, sempre que se verificavam novas situações de contágios e (ou) de eclosão de pestes, tentando compreender os mecanismos dessas situações perturbadoras da *ordem* pública.

Em consulta datada de 14 de Maio de 1694, o Senado camarário informava o monarca que, em virtude de um surto de doenças na zona do castelo, mandara realizar uma vistoria “com os médicos da saúde”, os quais haviam concluído que essas doenças derivavam dos maus cheiros, provocados quer pelo deficiente enterramento dos corpos no cemitério do Hospital dos Soldados⁷⁹, quer pelo entupimento do cano do dito hospital. Concluindo a exposição, o Senado pedia a intervenção do rei junto dos responsáveis do referido hospital, para que com brevidade fosse determinada a reparação “no cemitério como no cano referido, para se evitar promptamente o prejuízo da saúde publica, especialmente dos moradores do castello (...)”.⁸⁰

No mês de Outubro de 1723, eclodiu uma terrível epidemia na freguesia da Sé, que rapidamente se espalhou para outras freguesias, particularmente para as localizadas

⁷⁹ Hospital fundado por D. Pedro II, em 1673

⁸⁰ Livro XIII de consultas e decretos d’el-rei D. Pedro II, fs. 419, referido por Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, p. 349

entre a rua nova da Palma e o Rossio, onde existia um maior número de ruelas estreitas e muito sujas.

A propagação dessa epidemia de *febres graves* (talvez febre amarela) foi muito rápida e a mortandade foi enorme, calculando-se em seis mil o número de óbitos e, para a generalidade dos médicos consultados sobre o assunto, as razões que justificaram a intensidade dessa epidemia foram o “estado immundo da cidade [e a] adulteração dos alimentos”.

O monarca responsabilizou o Senado camarário pelo “descuido na limpeza das ruas da cidade (...) matéria tão importante à saúde pública” e, através do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real⁸¹ exigiu aquele órgão municipal que, “sem dilação alguma”, mandasse proceder à limpeza de “todas as ruas, becos e alfurjas (...) das immundicias” e mandasse despejar “alguns armazéns e tendas de queijos podres, de carnes, peixe, e principalmente de bacalhau corrupto”, uma vez que se entendia que as muitas e “graves doenças, e tantas mortes, como [tinha] havido n’estas cidades”, resultavam do descuido na limpeza.”⁸²

Também o Cardeal Cunha⁸³, na qualidade de “protector da saúde do reino”, dirigiu um ofício ao Senado, a 23 do mesmo mês e ano, pedindo-lhe para que exigisse aos contratadores da limpeza urbana que limpassem diariamente todas as ruas “de sorte que em nenhuma d’ella, ou seja principal ou seja beco, se [achassem] as immundicias que tanto [prejudicavam]” e que igualmente determinasse a fiscalização dos mantimentos suspeitos de estarem “viciados” ou “corruptos”, recorrendo à assistência “do provedor-mor da saúde com todos os medicos e mais officiaes da sua repartição”.⁸⁴

Nas décadas seguintes, com a ocorrência de novos surtos epidémicos, os médicos continuaram a emitir pareceres sobre tal matéria, tornando-se habitual que as explicações apresentadas por esses “especialistas” assentassem nas relações de causa-

⁸¹ Diogo de Mendonça Corte Real (1658 – 1736), doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, desempenhou relevantes cargos públicos, dentre os quais os de embaixador extraordinário e secretário das mercês de D. Pedro II e de secretário de Estado de D. João V

⁸² Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol. I, pp. 493-494, n. (Livro IV de Conselhos e Decretos de D. João V)

⁸³ D. Nuno da Cunha e Ataíde (1664 – 1750), filho de Luís da Cunha e Ataíde, senhor de Povolide, graduou-se em Direito Canónico, recebeu do Papa Inocêncio XIII, o chapéu cardinalício com o título de Santa Anastácia, em 1721. Antes da sua ida para Roma e depois de regressar, em 1722, desempenhou diversos cargos, nomeadamente os de inquisidor-geral, de conselheiro de Estado, de ministro-assistente ao despacho, etc.

⁸⁴ Freire de Oliveira, opus cit., vol. XII, p. 9

efeito entre a sujidade dos espaços públicos (e os maus-cheiros) e a eclosão desses surtos.

Reflectiram-se esses pareceres na correspondência oficial entre a coroa e a câmara, a propósito das questões da saúde pública e reflectiram-se igualmente em alguns alvarás régios como, por exemplo no de 5 de Novembro de 1740, no qual se atribuía a propagação das doenças nos bairros da *Corte* à falta de limpeza das ruas e à acumulação das “lamas e lixos (...) no sítio da Cotovia”.⁸⁵

Apesar das ordens régias e das medidas implementadas pela Câmara (novos contratos para a varredura e remoção dos lixos, cobertura de alguns canos, etc.) a sujidade nos espaços públicos não desapareceu nas décadas seguintes, vindo mesmo a agravar-se na sequência do Terramoto de 1755.

Naturalmente, o atravancamento das ruas e ruelas devido à ruína dos prédios e à acumulação de entulhos e, posteriormente, à acumulação de materiais de construção, pioraram a situação, como veremos mais à frente.

As opiniões médicas também se difundiram junto do público letrado, graças à publicação de estudos como o do Dr. Simão Félix da Cunha, datado de 1726 e intitulado *Discurso e observações apollineas sobre as doenças que houve na Cidade de Lisboa Occidental, e Oriental no Outono de 1723*.

Nas primeiras páginas desse texto (de 139 páginas), o médico afirmava que a epidemia se devera “ ao estado de imundice da cidade e à adulteração de alimentos [porque existiam] cortelhos onde se creava gado suíno e este vagueava pelas ruas, como os cães (...)” e que observara “ que só nas partes immundas [tinha] havido esta multidão de doenças (...) porque o Sol (...) [fazia] com que as partes mais subtis sobissem em vapores (...) e introduzindo-se os taes vapores pelas casas, também se introduzirão nos corpos”.⁸⁶

Perante a constatação de novo contágio, não bastava determinar a sintomatologia das doenças e definir as causas que as haviam proporcionado, visto que tais informações só poderiam ser úteis para a prevenção de situações futuras. Perante a eminência ou a ocorrência de um novo contágio, importava fundamentalmente acertar na terapia a

⁸⁵ AML. Histórico: Livro 6º de Consultas e Decretos de D. João V, fl. 200

⁸⁶ BFM: Res. 2253/1

aplicar aos primeiros infectados, para que estes não transmitissem a doença aos familiares, aos vizinhos e a todos com quem habitualmente contactavam.

Mas, neste campo, a assistência médica falhava completamente. Em primeiro lugar, faltavam na cidade instalações hospitalares suficientes para receber e tratar os doentes das diversas patologias e, em segundo lugar, a maioria dos técnicos de saúde – físicos, cirurgiões, parteiras, sangradores, uns legalizados e, a maioria sem habilitações e sem legalização – se mostravam incompetentes nas práticas terapêuticas.

Cap. 2. Os limites da assistência médico-farmacêutica:

2.1. Hospitais

2.1.1. O Hospital Real de Todos os Santos

Dentro da cidade, o único estabelecimento hospitalar público era o Hospital Real de Todos os Santos que, nas vésperas do Sismo de 1755, ocupava o espaço actualmente compreendido entre um dos quarteirões orientais do Rossio e a antiga Praça da Figueira (Praça D. João I), limitado a norte e a noroeste pelos edifícios e cerca do Convento de S. Domingos e a sul pela Rua da Bitesga. A horta do Hospital, localizada atrás do edifício hospitalar, confinava no seu extremo oriental com o palácio dos Condes de Monsanto (depois Marqueses de Cascais) e a Capela de S. Mateus.

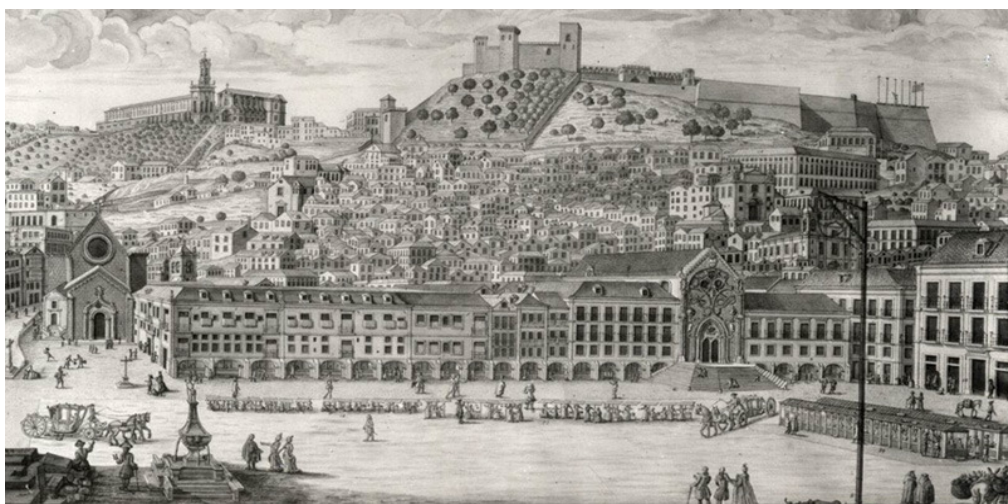


Figura 9. O Rossio antes do Terramoto de 1755, segundo a “visão” de Zuzarte (1787): no lado oriental dessa praça, da esquerda para a direita, as fachadas da Ermida de N^a Sr^a da Escada e da Igreja de S. Domingos, as arcarias do dormitório conventual e do Hospital de Todos os Santos e fachada da respectiva igreja.

A decisão inicial da sua construção coubera a D. João II o qual, pretendendo reunir os meios económicos necessários para tal empreendimento, requereu (e conseguiu obter) a autorização do Papa Sisto IV para extinguir um bom número dos cerca de 43 hospícios então existentes (a maioria fundados e mantidos por doações e

testamentos de beneméritos particulares)⁸⁷ e para transferir os respectivos rendimentos para o futuro Hospital.

Foi ainda D. João II quem lançou a primeira pedra, em Maio de 1492 mas, vindo o mesmo a falecer a 25 de Outubro de 1495, as obras prosseguiram já no reinado de D. Manuel I até ao ano de 1504⁸⁸ e, nesse mesmo ano, foi promulgado o *Regimento* do Hospital. Estruturado em várias secções e capítulos, regulamentava todos os aspectos do funcionamento hospitalar, desde os de âmbito administrativo e económico aos de carácter religioso, até aos concernentes aos agentes de saúde (físicos, cirurgiões, sangradores, enfermeiros) e aos funcionários da recepção, do alojamento e do tratamento dos doentes.

No capítulo I do *Regimento*, enumeravam-se os *oficiais* (funcionários) que prestariam serviço no Hospital - 2 capelães, 1 provedor, 1 vedor, 1 físico, 2 *sollorgiaes* (cirurgiães), 1 almoxarife, 1 escrivão do provedor, 1 escrivão do almoxarife, 4 *enfermeiros maiores*, 7 *enfermeiros pequenos*, 1 despenseiro, 1 cozinheiro, 1 porteiro e guarda-portas, 1 boticário, 3 moços ajudantes de botica, 1 enfermeira de mulheres, 1 *cristaleira* (encarregue de ministrar clísteres), 1 *lavadeira*, 1 *alfaiata*, 1 *espritaleiro* (responsável pela limpeza das enfermarias e roupas), 1 barbeiro e 2 sangradores -, explicitando-se não só o valor dos respectivos vencimentos, como também se teriam ou não direito a alojamento (com ou sem direito a alimentação) no edifício hospitalar.

Nos diversos capítulos ou *Titulos* do *Regimento*, eram minuciosamente regulamentadas as funções desempenhadas por todos os *oficiais* do Hospital. Assim, no *Título do Físico* determinava-se, entre outras coisas, que o mesmo fizesse “a vizitação dos doentes duas vezes no dia, pela manhã ao nascer do sol e à tarde até às duas horas (...) a começar pela enfermaria maior” e que visitasse os enfermos que estivessem nas enfermarias, observando “as aguas de cada hum que lhe [seriam] dadas pelos

⁸⁷ Pelas informações recolhidas nas *Memórias paroquiais de 1758*, referentes à freguesia da Madalena, o Hospital dos Palmeiros, que fora criado em 1330 como “*Albergaria de pobres a quem davão cama, agua, e candeia por tres dias*” manteve-se em funcionamento até 1755.

⁸⁸ A tipologia arquitectónica do Hospital Real de Todos os Santos, tal como o respectivo Regimento de 1504, inspiraram-se, pelo menos parcialmente, nos hospitais italianos de Santa Maria Nova de Florença e de Santa Maria de Siena. Tido como um hospital moderno no séc. XVI, foi elogiado pelos estrangeiros e pelo nosso humanista Damião de Góis que, por ser muito viajado, afirmou com conhecimento de causa, que o nosso Hospital podia “(...) reivindicar a primazia sobre todos os hospitais reais, embora muito numerosos e célebres, que se encontram através da Espanha ou das restantes regiões do mundo cristão”. Até 1530, a administração do Hospital pertenceu à Coroa, sendo esta que designava o Provedor ou Enfermeiro-Mor; de 1530 a 1564, a administração passou à Congregação de S. João Evangelista e, a partir de 1564, à Misericórdia de Lisboa.

Enfermeiros pequenos” devendo, após tal observação, decidir “sobre o remedio de cada hum paciente, [ordenando] as mezinhas de cada hum, segundo [o] que lhe melhor [parecesse], [e mandando-as] compor, e ordenar ao Boticário do dito Esprital, que com elle nas vezitações [estivesse] presente”.⁸⁴

Além de visitar duas vezes por dia os doentes internados, acompanhado pelo *cellorgião* (cirurgião) e pelo boticário, também cumpria ao *Fízico* “ver todos os enfermos que à porta do Esprital [viessem] e de ally à porta de lhe ver suas agoas (na casa das águas, ou futuro banco de urgências) e tomar seus pulços, e [daria] todo conselho, e remedio, que para suas curas lhe [parecesse]”.⁸⁹

No *Título de cirurgiões* (um interno e outro externo) determinava-se que visitassem duas vezes ao dia os doentes de cirurgia e os das *boubas* e ainda que o cirurgião residente lesse todos os dias uma lição aos dois ajudantes que o auxiliavam, para que estes aprendessem teoria e prática.

No *Título do Boticário* determinava o *Regimento* que se escolhesse um que soubesse “muito bem do ofício” e tivesse prática dele e fosse “muy prestes e despachado”, sendo sua obrigação acompanhar “nas visitações aos enfermos os físicos e os sollorgiões (...) [levando] uma imenta (livro de registo) (...) onde faria dois títulos, um das purgas, apartado por si, e outro de todas as mezinhas místicas que se haviam de fazer”.⁹⁰

No *Título dos enfermeiros* determinava-se que os enfermeiros “maiores” acompanhassem o(s) *Físico(s)* e os cirurgiões na visita diária aos doentes e que “nas suas tábuas” assentassem as dietas e rações de comida e que se encarregassem do serviço aos doentes: refeições, distribuição e aplicação dos remédios, limpeza dos doentes e das suas camas, etc.

O *Título do barbeiro e sangrador* determinava que esse *oficial* tinha a obrigação de fazer todas as barbas e de tosquar todos os doentes e também de os sangrar “em todas as horas e tempos para que [fosse] requerido, e pelo Fízico [fosse] ordenado”.⁹¹

O *Regimento* regulamentava igualmente a casa dos *engeitados*⁹² (localizada nos edifícios voltados à Rua da Betesga), as funções do pessoal administrativo – almoxarife,

⁸⁹ ANTT, Hospital de José, livro 939, *Regimento do Hospital*

⁹⁰ Carmona, Mário, *O Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1954, pp. 180-182

⁹¹ Idem, p. 184

vedor, provedor, despenseiro e hospitaleiro - e a contratação e as obrigações de serviços como o *espritaleiro* (responsável pela manutenção das roupas brancas e de vestir, dos colchões), o hortelão, o medidor do celeiro, o *atafoneiro*, a *amassadeira*, a *forneira*, o aguadeiro, os homens do esquife, o coveiro, entre outros.

Embora o *Regimento do Hospital* tivesse vigorado até ao século XVIII, nem sempre as suas normas foram cumpridas por razões muito diversas mas, sobretudo, pela falta de provedores capazes e pelo desinteresse e incompetência dos *oficiais* contratados. Por vezes, até os *físicos* tentavam fugir ao cumprimento das suas obrigações, evitando ou reduzindo as visitas diárias aos doentes internados, como parece sugerir um despacho da Mesa da Misericórdia, datado de 1715,⁹³ no qual se ordenava aos dois oficiais da fazenda que acompanhassem (e vigiassem?) os dois médicos residentes na visita diária aos doentes.

O Hospital Real de Todos os Santos quando começou a funcionar, nos primeiros anos do século XVI, era composto pela parte hospitalar - enfermarias e respectivas áreas de apoio -, pela Igreja e por diversas outras secções ou *casas* como a albergaria dos peregrinos (*casa dos pedintes andantes*), o hospício dos inválidos, a casa dos *engeitados*, as casas de aposentadoria, etc., uma vez que ao herdar os rendimentos dos antigos hospícios (como atrás referimos), também assumira muitas das suas obrigações religiosas e assistenciais.

As enfermarias (inicialmente, apenas as de S. Vicente, de S. Cosme e de Santa Clara) e a Igreja constituíam a parte edificada mais importante e inseriam-se numa planta cruciforme fechada num quadrilátero irregular, cujas fachadas principais viravam para o Rossio e para a Rua da Bitesga.

Segundo uma descrição de meados do século XVI, o interior do Hospital apresentava “quatro crastas [claustros], com suas árvores e poços em cada huma, quadradas todas, com seus arcos de cantaria e por cima suas varandas, com seus mármore; e as mais casas de dentro (...) edificadas sobre abóbadas, e os baixos [ficavam] para despejos e coisas necessárias”.⁹⁴

⁹² As crianças abandonadas eram entregues às amas até aos 3 anos e depois mantidas no Hospital até aos 7 anos, devendo nessa idade começar a trabalhar “à soldada” ou como aprendizes de ofícios.

⁹³ ANTT, Hospital de S. José, livro 942, fl. 64

⁹⁴ Brandão, João, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, col. “Cidade de Lisboa”, 1990, p. 132

Das três enfermarias principais, as masculinas – as de S. Vicente e de S. Cosme - albergavam um total de 36 doentes, instalados em leitos individuais “cada um com suas cortinas, colchões e almofadas” e a enfermaria feminina – de Santa Clara – comportava 16 doentes. Existiam ainda outras duas enfermarias destinadas a doenças venéreas (uma masculina com 24 leitos e outra feminina com 19 leitos), que se encontravam “apartadas das outras, e [tinham] forno e cozinha apartados” e ainda outra enfermaria apartada, a dos beguinos capuchos, “onde sempre [estavam] dez ou dozes beguinos doentes”.⁹⁵

Por baixo do corpo principal do Hospital, virado ao Rossio, existia uma grande galeria com “mais vinte e cinco arcos”⁹⁶ de pedraria, com sua abóbada (...) [com arcos de] setenta e três braças de comprido [160,6m] e trinta e cinco de largo[77m]”⁹⁷ pela qual se acedia a um albergue com 20 leitos para homens e outros 20 para mulheres “onde [agasalhavam] peregrinos (...) [aos quais se davam apenas] camas e água para beber”.⁹⁸

Reportando-nos ainda a meados do século XVI, sabemos que o Hospital recebia, anualmente, entre 2500 e os 3000 doentes e que o número de doentes internados oscilava entre os 130 e os 150.⁹⁹

Talvez por já nessa altura, ser insuficiente o número de leitos disponíveis, o Hospital Real anexou dois pequenos hospitais para aí internar os “entrevados” e “incuráveis”: o Hospital de Santana, às Fangas da Farinha, para os “males incuráveis” e o de Nossa Senhora da Vitória, no Poço do Chão, para “os enfermos desamparados que têm enfermidades incuráveis”.¹⁰⁰

No início do século XVII, o Hospital Real conheceu as primeiras obras de renovação e ampliação, na sequência do incêndio ocorrido a 27 de Outubro de 1601. Porém, o número de camas disponíveis continuou a ser limitado, não tendo o Hospital capacidade de resposta para o acréscimo de doentes que se verificou aquando do deflagrar dum novo surto pestífero em 1631.

Face a tão grave situação, em Maio desse ano, os médicos e cirurgiões do Hospital apresentaram uma exposição ao monarca sobre “a qualidade das fevres que

⁹⁵ Idem, p. 125

⁹⁶ Desses 25 arcos, 17 pertenciam ao edifício hospitalar e 8 ao dormitório do Convento Dominicano, encontrando-se, de permeio, a Ermida de Nossa Senhora do Amparo.

⁹⁷ Idem, ibidem

⁹⁸ Idem, p. 126

⁹⁹ Idem, p. 127

¹⁰⁰ Idem, p. 129

[havia] nelle, e da quantidade dos doentes, e o que [diziam] sobre se curarem em lugar separado (...) advertindo-se que (...) não havia já ordem nem lugar de receber mais doentes.”¹⁰¹

Desconhecemos se a resposta da Coroa a essa exposição foi imediata, mas as obras de ampliação e (ou) melhoria das instalações hospitalares acabaram por se realizar, tendo sido criadas mais seis enfermarias até final do século XVII.

Com a criação dessas novas enfermarias e com o aumento do número dos doentes internados, tornou-se impossível para o único *Físico* existente cumprir todas as obrigações que lhe estavam consignadas, vendo-se, por isso, a Mesa da Misericórdia obrigada a reforçar o número dos médicos residentes, como se deduz do seguinte despacho: “Por nos constar ser muito conveniente á asistencia dos Enfermos do Hospital Real, por aver crescido grande numero de doentes, e não poderem dar expedição os dous Medicos que nelle há, e nos constar da Sciencia, e bom procedimento do Doutor Roque da Costa (...) Havemos por bem de o prover em o primeiro Lugar dos dous, que novamente creamos para asistencia dos Enfermos do Hospital”.¹⁰²

As várias intervenções sofridas pelo edifício hospitalar até inícios do século XVIII, não alteraram substancialmente nem a estrutura geral do edifício nem a fachada principal virada ao Rossio, se levarmos em conta as descrições e os documentos iconográficos elaborados até às primeiras décadas do século XVIII.

Segundo uma descrição datada dos primeiros anos de Setecentos, o Hospital Real estruturava-se numa “Cruz de quatro braços iguaes, ficando-lhe em os quatro ângulos quatro claustros muy grandes, lageados de pedraria, & hum poço de agua no meyo de cada hum, excepto o claustro, sobre que cae a cozinha, que para sua limpeza [tinha] o poço a hum canto (...) Hum dos braços desta Cruz [ocupava] huma fermosa, & grande Igreja, que ficando com a porta sobre o Rocio, se [subia] para ella por huma famosa escada de pedra, de vinte e hum degráos (...) [Entava-se] nesse Templo por hum portal de obra muy custosa, todo de pedraria lavrada, que o [fazia] ser hum dos melhores, que [havia] neste Reyno. No outro braço desta Cruz que [atravessava] para a parte direyta, [ficava] a enfermaria dos feridos com o título de S. Cosme. Em o outro braço opposto a este, [estava] a enfermaria das mulheres com o título de Santa Clara, & no que [ficava] no direyto da Igreja [havia] huma enfermaria de febres com o titulo de

¹⁰¹ Freire de Oliveira, Eduardo, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. III, p. 436

¹⁰² ANTT, Hospital de S. José, livro 942, fl. 56

S. Vicente, & nestas tres enfermarias [estavam] os leytos postos em repartimentos dentro de huns arcos, de modo que [ficassem] livres os corredores para mayor limpeza, & o corredor da enfermaria de S. Vicente [tinha] cento & cincoenta & sete palmos de comprido, & vinte de largo, & trinta de altura (...) A enfermaria das mulheres [tinha] cento & trinta & tres palmos de comprido, & de largo, & altura os mesmos, que os de S. Vicente. A enfermaria de S. Cosme [era] do mesmo comprimento, altura & largura que a das mulheres (...) A Capella mór da Igreja, que [era] muy alta, & larga, [ficava] no fecho da Cuz deste edificio do Hospital, & em tal sitio, que por tres janellas, que nella havia, ouvião missa os doentes no Altar mór, estando deytados nos seus leytos ”.

O mesmo documento informa-nos que a capacidade do estabelecimento hospitalar era, nessa altura, de aproximadamente 300 leitos, repartidos pelas diversas enfermarias: 22 na de S. Vicente, 22 na de Santa Clara, 18 na de S. Cosme, 22 na de S. Damião, 14 na do camarentos, 45 na dos feridos, 25 na dos “males das mulheres”, 77 na dos “males dos homens, corredor & outras casas”, 12 na dos convalescentes, 30 na de S. Diogo, 30 pelas “casas de doudos” e pelos corredores.

Como já atrás foi referido, o piso superior do edifício principal do Hospital de Todos os Santos foi, desde o início, ocupado pelas três enfermarias mais importantes - as de S. Vicente e de S. Cosme para homens e a de Santa Clara para mulheres - enquanto o piso térreo foi ocupado pelos alojamentos do pessoal residente, num número aproximado de 50 *oficiais* (funcionários), englobando dois capelães, um físico (médico), dois cirurgiões, dois ajudantes de cirurgião, um boticário, três ajudantes de boticário, doze enfermeiros, um barbeiro-sangrador, uma cristaleira (que administrava os clisteres), o almoxarife, o escrivão, o hospitaleiro, o provedor, o vedor, o despenseiro, a costureira, o cozinheiro, a lavadeira, a alfaiata, etc.

Também se localizavam no piso térreo do edifício principal, a já citada casa de *pedintes andantes* (com porta de acesso sob a galeria, ao lado da Igreja) e, no piso térreo dos quatro claustros, distribuíam-se diversos compartimentos como o refeitório, a botica, a casa da fazenda, a cozinha e a *casa dos engeitados* e, por detrás dos edifícios, encontrava-se uma grande horta onde se situava “huma enfermaria de Capuchos (...) para curarem os Capuchos enfermos, aos quaes o Hospital [dava] em abundancia todo o necessario (...)”.¹⁰³

¹⁰³ Carvalho da Costa, p.e Atónio, opus cit., p. 280

Por documento datado de 8 de Junho de 1715, sabemos que a Mesa da Misericórdia determinou a realização das necessárias obras de reparação e ampliação de algumas enfermarias que se apresentavam arruinadas e “(...) *por cuja conta temos feito algúas despezas* ”.¹⁰⁴

Passaram então, a existir vinte enfermarias, cada uma com o nome do respectivo santo patrono, sendo as masculinas as de “S. Cosme, febres, S. Francisco, febres, S. Damião, febres, S. Francisco Xavier, febres, S. Lourenço, febres, P.es Capuchos, febres, S. Pedro, febres, S. Bernardo, febres, S. Vicente, febres, S. João, doudos, S. António, galico e feridas, S. Domingos, feridas, S. Caetano, feridas; [e as femininas as de] Santa Clara, febres, Santa Izabel, camarentas e tizicas, Santa Catarina, feridas, Santa Anna, doudas, Santa Maria Magdalena, galico, S. Jorge, camaras e tizicas, S. Marco, feridas”.¹⁰⁵

Mas, três décadas mais tarde, a vida do Hospital Real foi, mais uma vez, perturbada pela deflagração de um devastador incêndio, na madrugada de 10 de Agosto de 1750, que foi assim descrito: “Corrião as três da manhã (...) Começou este lastimoso incendio em huas poucas de apáras das obras, na casa que chamão das tinas, que he aonde se aqueuta agua par os banhos dos doentes. Dalli foi discorrendo até à casa do Irmão maior, e Ermida dos enfermeiros, em que havia já dous rombos, que fazião já sair pela Sacristia muito fumo, e não pouco fogo. Foi-se logo communicando á enfermaria de S. Cosme, e Damião; daqui às casas dos doudos, e dos mortos, e á enfermaria de S. Pedro: não perdoou a sua viloencia á de S. Lourenço (...) chegou ás duas de S. João de Deos, e de S. Francisco de Sales, situadas ambas superiormente á casa das amas dos engeitados (...) Passou dalli á enfermaria de S. Francisco Xavier pegando também no novo corredor de S. Camillo de Lelis; e já ardia com summa voracidade na habitação dos feridos, convalescença, e casa da Anatomia. Chegou á cozinha, ás enfermarias de Santa Clara, e de Santa Joana, das mulheres feridas e doudas. Ameaçou também a de Santa Madalena (...) ”.¹⁰⁶

Dadas as gigantescas proporções desse incêndio, que destruiu quase todo o conjunto edificado do Hospital, excepto a sua fachada principal virada ao Rossio

¹⁰⁴ ANTT, Hospital de S. José, livro 942, fl. 98

¹⁰⁵ ANTT, Hospital de S. José, livro 942, fl. 64

¹⁰⁶ *Relação verdadeira, e individual do formidável incendio, que se ateou no Hospital real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa, em 10 de Agosto, deste anno de 1750*, Lisboa, ed. Officina de Manoel Soares, 1750, pp. 2-3.

(englobando a fachada da Igreja) e a enfermaria de Santa Madalena, a maior parte dos doentes (seriam cerca de 723 nessa altura) foram de imediato evacuados para o contíguo Convento de S. Domingos, com a total concordância dos “Reverendos Padres Dominicos”, que “ajudarão a trazer os pobres doentes para o seu Convento, depositando as mulheres na Igreja, e os homens nas casas do seu Capitulo, e Portaria, e os doudos que erão desaseis, nos carceres”.¹⁰⁷

Além do Convento de S. Domingos, também o Convento do Desterro e algumas casas particulares garantiram o alojamento temporário aos doentes do Hospital Real. O monarca, que se mostrara “sumamente sensível” perante tão grande tragédia, ordenou que se tomassem todas providências necessárias para que se repararem os danos existentes.

É provável que o monarca tivesse pensado em aproveitar a ocasião não só para reconstruir as enfermarias afectadas pelo grande incêndio, mas também para ampliar as instalações hospitalares, o que resolveria o já antigo problema da sobrelotação do espaço. Só assim se compreende que tenha sido ordenada a elaboração de uma planta topográfica abarcando a área do Hospital Real e das zonas envolventes, a qual antecedeu, sem dúvida, a elaboração do projecto de reconstrução do edifício hospitalar.

A planta em questão, abaixo reproduzida, apresenta a seguinte legenda: *Planta Topographica, e exacta do Sitio, que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade, o Convento de São Domingos, e Casas assim do Ill.mº e Exmº Marquês de Cascaes, como as dos particulares, a qual foi tirada na prezença do Sargento Mor Philippe Roiz de Oliveira¹⁰⁸, pello Ajudante Guilherme Joaquim Pais de Menezes e o Discípulo Thomas Roiz da Costa, a que assistirão também outros Discipulos todos do dito Sargento Mor, e se finalizou a 9 de Dezembro de 1750.*¹⁰⁹

¹⁰⁷ Idem, p. 5

¹⁰⁸ Segundo Nuno Luís Madureira, opus cit., p. 18, posteriormente ao terramoto de 1755, o sargento-mor Filipe Roiz de Oliveira foi encarregado pelo Duque Regedor de apresentar um plano de urbanização para a zona noroeste da cidade, tendo para tal elaborado a *Planta do Andaluz e seus confins* que compreendia as zonas entre os limites de S. Sebastião da Pedreira, Portas de Santo Antão, Largo da Cotovia e Largo do Rato.

¹⁰⁹ B.N. Iconografia, D 100 R

Trata-se de uma planta pouco conhecida¹¹⁰, apesar das relevantes informações que apresenta concernentes às áreas compreendidas entre o lado oriental do Rossio e o Borratém e quanto à toponímia existentes até ao Terramoto de 1755.

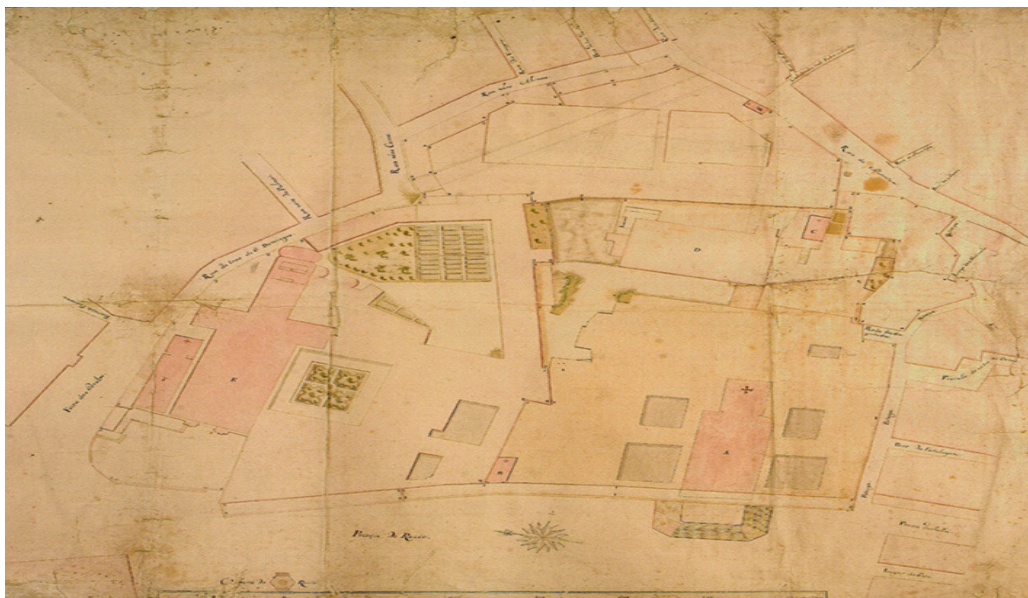


Figura 10. Planta topográfica representando as áreas ocupadas pelo Hospital Real de Todos os Santos e edifícios contíguos, realizada em 1750.

Como podemos observar, foram aí representados os espaços então ocupados pelo Hospital Real, pelo Convento de S. Domingos e pelo Palácio do Marquês de Cascais e quase todas as artérias limítrofes dessas áreas, algumas das quais viriam a desaparecer com a implantação do Plano de Renovação da Baixa Pombalina - Rua detrás de S. Domingos, Rua dos Álamos (a nordeste); Pocinho de entre as hortas, Beco da Estalajem, Praça da Palha, Lagar do Sebo (do lado sul), etc. - ou seriam bastante alteradas na segunda metade do século XVIII - Rua da Bitesga, Rua do Borratém, Rua dos Canos, entre outras.

Para a concretização do plano de reconstrução e de ampliação das antigas enfermarias e (ou) para a construção de novas enfermarias era imprescindível aumentar a área disponível e, por isso, a Coroa mandou adquirir, em 1752, “14 propriedades de

¹¹⁰ No conjunto de desenhos, plantas, azulejos e diversos objectos e fragmentos do edifício hospitalar inventariados no *Catálogo da Exposição dos 500 anos do Hospital Real de Todos os Santos*, a Planta surge com o nº 13, sendo referido que dela “existem duas cópias: uma de Maximiano José da Serra, datada de 20 de Fevº de 1773 (MC, Des. 11) e outra feita por Julio de Castilho a que o autor acrescenta, em sobreposição, a planta da cidade pombalina [datada de 1882]”.

casas nas ruas da Betesga e do Poço do Borratem avaliadas em 39:202\$900 réis e além delas as do marquês do Lourçal, nessa altura o representante da Casa de Cascais.”¹¹¹

Esta última propriedade localizada entre o extremo oriental da horta do Hospital Real e as Ruas dos Álamos e do Poço do Borratém era, pelas suas dimensões, a mais importante para o projecto de ampliação da área hospitalar. Porém, as negociações relativas á aquisição do Palácio dos Marquês de Cascais ou do Couto de S. Mateus¹¹² arrastaram-se por vários anos e, em Março de 1754 continuava na posse do antigo proprietário, o Marquês de Lourçal (herdeiro do Marquês de Cascais), o que levou o monarca a exigir-lhe “que entregáce logo as chaves daquelle palacio, para que se podece usar delle na acomodação dos doentes que necessitavão delle (...)”.¹¹³

Se a ampliação do Hospital Real dependia da utilização da área do Palácio do Marquês de Cascais e se até 1754 esse edifício ainda não fora entregue, presumimos que o projecto para a referida ampliação fora adiado. Contudo, as obras de reparação das enfermarias e de outros compartimentos afectados pelo grande incêndio, não deixaram de se realizar e o Hospital já estava de novo a funcionar em 1751.

De facto, em 28 de Junho de 1751, a Mesa da Misericórdia requereu ao monarca autorização para abrir uma nova porta na fachada principal do Hospital (talvez por ter aumentado a afluência de doentes?) e, em resposta a esse pedido, D. José ordenou ao Senado que facultasse a abertura dessa porta “para a parte do Rocio por baixo de hum dos arcos dele [do hospital]” mas recomendou que fosse “no Lugar que mais conveniente à proporção daquelle edificio, mas que por ele não [houvesse] serventia de Carros nem bestas, e somente dos doentes e mais pessoas.”¹¹⁴

Dos documentos consultados, depreendemos que o Hospital de Todos os Santos estaria a funcionar e, ao mesmo tempo, a ser alvo de intervenções destinadas à sua ampliação e (ou) renovação, na altura em que ocorreu o Terramoto de 1 de Novembro de 1755. Os danos provocados pelo sismo e pelo violento incêndio que se seguiu, afectaram todo o complexo hospitalar, incluindo a própria igreja, que ficou completamente arruinada.

¹¹¹ Carmona, Mário, opus cit., p. 67

¹¹² Segundo Mário Carmona, opus cit, p. 67, “(...) o conde de Monsanto (...) já quando marquês de Cascais, depois de 1643, fez grandes obras de remodelação e ampliação das suas casas de S. Mateus, jardins e horta. Demoliu a ermida velha que estava arruinada e em seu lugar edificou outra. Então com mais propriedade se lhe pôde chamar palácio dos marquês de Cascais ou do Couto de S. Mateus (...)”

¹¹³ ANTT, H S José, cx. 390, maço 36

¹¹⁴ AML: livro 2º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I, fl. 85-86

Querendo assegurar a assistência aos doentes do Hospital e às vítimas do próprio Terramoto, a Coroa reagiu com prontidão e, nos dias 3 e 4 de Novembro, através de ordens enviadas pela Secretaria de Estado, foi ordenado à Mesa da Misericórdia que convocasse “todos os Medicos, e Serurgiões da Corte, e que devidindo-os nos turnos (...) os [mandasse] assistir Repartidamente aos Enfermos, e feridos, que se [achassem] em deferentes Campos da mesma Corte, e Seurbios della sem que em tudo se [faltasse] aos que [estivessem] may's distantes quando (...) assistindo (...) com a Botica do Hospital a todas as sobreditas emfermidades (...)” e que se socorressem os doentes “ não só com Medicos, Cirurgiões e Botica mas tambem com os alimentos necessarios e mandando V.M pôr em (...) separada esta despeza para Sua Magestade dar providencia de pagamento della.”¹¹⁵

Em cumprimento dessas ordens, os doentes foram repartidos por vários edifícios, pertencentes a civis (Palácio dos condes de Almada no Rossio) e a comunidades religiosas (Mosteiros de S. Bento da Saúde e do Desterro, entre outros), nos quais se estabeleceram enfermarias provisórias, ao mesmo que se iniciaram as obras de reparação das enfermarias afectadas. Desconhecemos se essas obras assentaram, ou não, num projecto previamente elaborado, visto que não encontrámos quaisquer referências nem ao presumível projecto nem ao respectivo autor.

Sabemos que em Maio do ano seguinte já estavam reparadas quatro enfermarias, sendo nessa altura emitida uma ordem ao Monteiro-Mor para que se providenciasse a transferência para o Hospital dos “homens doentes” que se encontravam nas “Casas de D. Antão de Almada, nos Celeiros do Conde de Castelo-Melhor e no Mosteiro de S. Bento da Saúde”¹¹⁶. Até ao final desse mesmo ano repararam-se (ou reconstruíram-se) mais duas enfermarias como se informava no *Aviso* enviado ao Duque Regedor, datado de 30 de Novembro, informando-o de que deveria mandar transferir para o Hospital as “mulheres doentes, assim de febres como de feridas” que se encontravam “nos Celeiros e Armazens das Casas do Conde de Castelo-Melhor.”¹¹⁷

Embora algumas enfermarias tivessem entrado em funcionamento em 1756, as obras de reconstrução do complexo hospitalar continuaram nos anos seguintes,

¹¹⁵ ANTT, Hospital de S. José, livro 943, fl. 14 - Doc. 41

¹¹⁶ *Providência III, Aviso VI* in 1755, vol. III, pp. 122-123

¹¹⁷ *Idem*, p. 124

particularmente depois da designação de D. Jorge de Mendonça Castro Vasconcelos e Magalhães¹¹⁸ como Enfermeiro-Mor e Tesoureiro Executor do Hospital Real.

Nos primeiros meses do seu mandato, D. Jorge de Mendonça fez uma avaliação exaustiva dos múltiplos problemas com que se confrontou no Hospital - falta de instalações, de alimentos, de medicamentos e de roupas para os doentes; falta dos mais variados utensílios e instrumentos necessários ao funcionamento das enfermarias, da botica, etc. - e descreveu-os no Relatório que enviou ao Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, a 18 de Outubro de 1759.

A falta de adequadas instalações para os doentes constituía, indubitavelmente, um dos maiores problemas, tanto mais que o seu número crescera exponencialmente após o Sismo de 1755, tendo chegado aos 9827 (dos quais 8319 foram curados e 1508 faleceram) no período compreendido entre Julho de 1758 e Julho de 1759.¹¹⁹

Ciente desses problemas, D. Jorge de Mendonça empenhou-se na construção e (ou) reparação de novas enfermarias “(...) para acomodação dos pobres enfermos do mesmo Hospital (...)”¹²⁰, como justificou na portaria interna de 20 de Junho de 1761.

Uma das primeiras intervenções foi da responsabilidade de Carlos Mardel, como se depreende do Aviso datado de Março de 1760, pelo qual a Secretaria de Estado ordenava à Junta do Comércio que colocasse à disposição desse engenheiro militar “trez moyos de Cal, trez Officiaes de Alvinéo, e trez Officiaes de Carpinteiro, para hum concerto, de que [carecia] o Hospital (...)”.¹²¹

As obras de reparação das enfermarias e de outros espaços hospitalares prolongaram-se por toda a década de 60 e, provavelmente, Mardel continuou a supervisioná-las, mas não encontrámos quaisquer documentos a comprová-lo. Por outro lado, encontrámos nos Diários da Administração do Hospital, o registo minucioso das despesas decorrentes do pagamento a pedreiros e carpinteiros envolvidos nessas obras. Por exemplo, no Diário da Administração do Hospital, de 11 de Fevereiro de 1769, foram registadas as despesas com o pagamento de mão de obra (mestres e oficiais carpinteiros e pedreiros) e com o pagamento de alguns materiais utilizados, como se vê

¹¹⁸ Jorge Francisco Machado de Mendonça, senhor da Quinta da Torre de Entre Homem e Cávado, foi coronel de infantaria e comendador da Ordem de Avis, antes da designação para Enfermeiro-mor do Hospital de Todos os Santos.

¹¹⁹ Lemos, Maximiano, *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, Lisboa, publ. D. Quixote/Ordem dos Médicos, 2 vol.s, vol. I, p. 141

¹²⁰ ANTT, HS. José, livro 1106, fl. 84

¹²¹ ANTT, JC, livro 106, fl.s 138vº e 139

pelo seguinte extracto: "Obras de carpinteiro. Pago a Antonio Roiz Gil mestre carpinteiro da Caza, para pagar aos officiaes que trabalharão nas enfermarias deste Hospital, desde a semana que findou em 13 de Setembro té 4 de Outubro de 1766, incluídos os jornaes do dito Mestre, e 3,325 rejs de ferrage que se gastou na dita obra (...) A importância das Jornas que venceram os officiaes de Carpinteiros que trabalharão no (...) conserto q. se fizerão em humas cazas nobres de frente do convento de S. Camilo (...) vários concertos que se fizerão neste Hospital desde 21 de Julho the o prezente dia (...) Obras de pedreiros. Pago a Francisco Xavier Pinto Mestre pedreiro da caza para pagar aos officiaes, que trabalharão nas enfermarias deste Hospital desde a semana que findou em 13 de Setembro té 4 de Outubro de 1766 incluídos nas jornaes do dito mestre, e alguns aviamentos (...) ao dito para pagar aos officiaes que trabalharão neste Hospital desde a semana, que deu fim em 31 de Dezembro de 1768 té 11 do prezente mez e anno, incluídos os aviamentos, que se gastarão na dita obra (...)".¹²²

Ao mesmo tempo que tomava medidas para melhorar as instalações hospitalares, D. Jorge de Mendonça tentou reorganizar alguns serviços hospitalares (desde os de carácter administrativo e financeiro, como a Fazenda e o Contencioso, aos da recepção e internamento dos doentes e aos da assistência espiritual) e tentou disciplinar o corpo clínico, na altura constituído por "4 médicos, um anatómico, um oculista e quatro cirurgiões, mais um ajudante dos cirurgiões dos males e um cirurgião algebrista e ainda dois mestres de sangria".¹²³

Para acabar com as práticas irregulares dos *Físicos* do Hospital, que descuravam as suas obrigações, regulamentou o serviço de assistência aos doentes ordenando, por documento interno de 11 de Julho de 1758, que os médicos do Hospital visitassem diariamente os enfermos que pertenciam "a cada hum na sua Repartição" e que o médico que estivesse "de Semana na aceitação dos doentes", depois de os aceitar, ficasse "mais huma hora de manha e tarde para que no Cazo que [viesse] algum emfermo depois da vezita o [visse] o dito Medico, e o [aceitasse] para que não [tivesse] a mortificação de esperar para outra vezita. Ordenava, por sua vez, ao cirurgião que estivesse "de mês" que fizesse "a mesma espera de manhã para ser mais comodo aos Enfermos".¹²⁴

¹²² ANTT, HS José, livro 4776, fl.s 154, 155 e 421

¹²³ Carmona, Mário, opus cit., p. 260

¹²⁴ ANTT, HS José, livro 1106, fl. 2 – doc. 43

D. Jorge de Mendonça também reorganizou o serviço de consulta e admissão dos doentes, mandando fazer a “casa de aceitação dos doentes e para a visita dos médicos e cirurgiões, casa separada com toda a comodidade (...) e logo casa para o confessor e tudo próximo com porta nas enfermarias para o doente depois de ser aceite (...) sem demora e com todo o cómodo ser conduzido para o leito na enfermaria respectiva á sua enfermidade”.¹²⁵

Tendo igualmente detectado grandes falhas no fornecimento de medicamentos aos doentes internados, depressa compreendeu que tal se devia ao ambiente “anárquico” que se instalara na Botica, que favorecia o “desvio” dos medicamentos por “estranhos ao serviço”. Para acabar com “as dezordens e inquietações” que prejudicavam “o sucego da Botica”, o Enfermeiro-Mor ordenou “ao Boticario (...) Joze Pereira Esteves e maiz officiaes e Aprendizes para que na caza da Botica não [consentissem] Enfermeiros e Ajudantes, e pessoas desta condição mais que aquelle tempo percizo de pedirem e levarem os Remedios para os doentes” e ordenou ao boticário que examinasse os recipientes (“bilhas e Canecas”) em que se colocavam os remédios, para que estivessem “com toda a perfeição e limpeza”, que não autorizasse “passagem pela Botica a pessoa nenhuma de qualquer condição e qualidade” e que fosse cuidadoso “na Limpeza e promptidão dos remedios” e que estes fossem sempre “frescos.”¹²⁶

O funcionamento da botica começou nessa altura a melhorar, tendo melhorado ainda mais quando o Secretário de Estado determinou a transferência para o Hospital Real de Todos os Santos da “botica e tudo o mais a ella pertencente que foi do Collegio de Santo Antão dos Regulares da Companhia denominada de Jezus (...) para fazer empregar em beneficio dos doentes do dito Hospital”.¹²⁷

Preocupado com a assistência espiritual aos doentes, D. Jorge de Mendonça tomou providências para garantir os serviços religiosos em espaços alternativos ao da destruída igreja, convicto de que esta seria reconstruída (o que, não chegou a acontecer).¹²⁸

Apesar dos esforços despendidos por D. Jorge de Mendonça quer na reconstrução do edifício hospitalar, quer na melhoria dos serviços prestados aos doentes, o Hospital Real de Todos os Santos continuou com graves problemas de

¹²⁵ Carmona, Mário, opus cit., p. 259

¹²⁶ ANTT, HS José, livro 1106, fl.s 64vº - 66 /doc. 43

¹²⁷ ANTT, HS José, livro 1106, fl.s 55-55vº /doc. 45

¹²⁸ vide Mário Carmona, opus cit., p. 261

funcionamento, o que contribuiu, sem dúvida, para a decisão régia no sentido da sua desactivação, depois de escolhido o local de implantação do novo hospital.

De facto, quando em Setembro de 1769, a Coroa doou à Misericórdia o Colégio de Santo Antão o Novo para ser adaptado a hospital, também determinou que o edifício e terreno do antigo Hospital de Todos os Santos fossem vendidos para “ benefício da obra do novo Edefício sendo para isso devidido e alinhado na conformidade da Planta assignada pello Conde de Oeyras Meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno que baixa com esta Doação.”¹²⁹

Definitivamente desactivado em 1775 e derrubado pouco depois, o Hospital Real de Todos os Santos desapareceu sem deixar quaisquer vestígios visíveis.¹³⁰

Do desaparecido Hospital Real, ficaram-nos as descrições (algumas já atrás referidas) e as representações iconográficas datadas dos séculos XVII e XVIII que, embora nem sempre rigorosas e (ou) completas, permitiram preservar a sua memória. Na imagem abaixo reproduzida, destaca-se em primeiro plano a fachada da Igreja do Hospital Real e a respectiva escadaria e, num plano mais recuado, o vasto alpendre de arcarias que ligava o corpo do Hospital ao dormitório do Convento de S. Domingos.

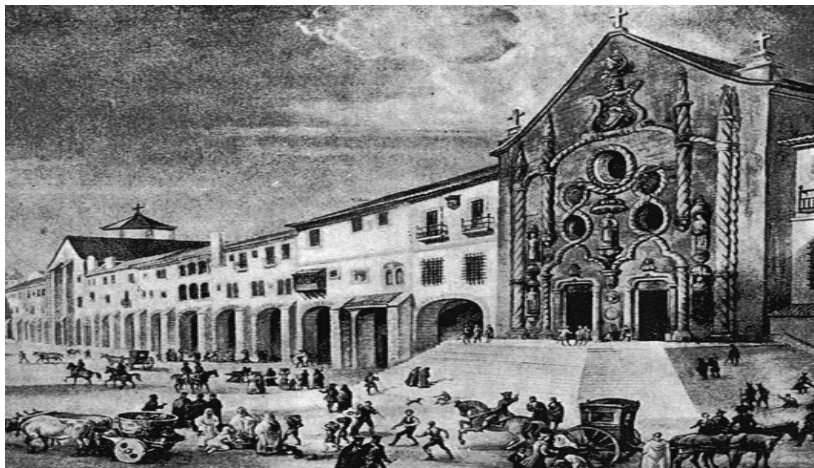


Figura 11. Hospital Real de Todos os Santos: fachada principal virada ao Rossio.

¹²⁹ ANTT, HSJosé, livro 943, pp 136vº a 137vº /doc. 48

¹³⁰ Embora invisíveis porque soterrados sob alguns edifícios pombalinos e sob a Praça da Figueira, os vestígios do Hospital Real (fundações, restos de paredes e fragmentos de escadas, bases de colunas, canalizações, azulejos, além de objectos diversificados como jarros, canecas, pratos, etc) foram descobertos e analisados nas escavações arqueológicas realizadas em 1960, como podemos constatar pelo Catálogo da Exposição *Hospital Real de Todos-os-Santos, séculos XV a XVIII*.

As características morfológicas do edifício hospitalar aqui representado (o número de pisos, o tipo de vãos e a cobertura) e o traçado manuelino da fachada da igreja, particularmente no que respeita às molduras dos portais e sua decoração, não correspondem às que foram registadas por Zuzarte em 1787, quando elaborou um desenho reconstitutivo do Rossio, anterior ao Sismo de 1755.

Zuzarte criou, na opinião de Mário Carmona, um “documento fantasioso” que, além dos erros de perspectiva, evidenciava um grande desconhecimento da arquitectura portuguesa correspondente às duas primeiras dinastias, daí decorrendo não só a “trapalhada gótico-manuelina”¹³¹ do frontispício da igreja do Hospital, como também o desenho seiscentista ou já setecentista dos corpos que a ladeavam.

Conjugando os dados inerentes à documentação iconográfica e escrita com os obtidos a partir dos trabalhos arqueológicos (anos 60 do século XX), foi possível reconstituir, nos anos 90 do século XX, a imagem quinhentista do antigo Hospital Real, que podemos *visualizar* graças à maqueta elaborada pelo Museu da Cidade.¹³²

¹³¹ Mário Carmona, opus cit., p. 83

¹³² No Catálogo da Exposição *Hospital Real de Todos os Santos, séculos XV a XVIII*, explica-se, nas páginas 63 e 64 que a elaboração da maqueta (da autoria de Carlos Loureiro segundo um desenho elaborado por Carlos Ribeiro, ambos técnicos do Museu da Cidade), em 1992, se baseou “ num longo trabalho de avaliação das fontes disponíveis, fossem elas gráficas, lapidares ou literárias (...) [e] a sua execução obedeceu a critérios rigorosos, que levou em conta, ainda, paralelos joaninos e manuelinos colhidos em edifícios existentes. A iconografia antiga do Hospital foi ponderada para determinar a área real ocupada pelo edifício em confronto com a planta das escavações arqueológicas de 1960 (...) Determinaram-se com a máxima precisão possível as superfícies planimétricas que cabiam à Igreja, às enfermarias principais e aos claustros envolventes, atendendo à estrutura funcional que se sabe através de descrições e de panorâmicas, ter existido. Do mesmo modo, sabendo por representações fidedignas e textos descritivos que a arcaria possuía intervalos irregulares, o modelo adoptado para a reconstituição foi a Praça do Giraldo em Évora (...) A altura da fachada voltada ao Rossio (incluindo a frontaria da Igreja) foi determinada pela soma de dois factores o número de degraus da escadaria descritos nas crónicas e registos literários (qu oscilam entre 19 e 21 ...), confrontados com a secção da escadaria posta a descoberto em trabalhos [arqueológicos] (...) A torre do templo foi colocada no cruzamento das enfermarias, uma vez que houve que respeitar o importante “cruzeiro” tão celebrado pelos cronistas na sua posição quase “panóptica”, pois o altar-mor era visível de todos os pontos onde se registava o internamento dos doentes (...)”



Figura 12. Hospital Real de Todos os Santos (reconstituição)

O Hospital Real de Todos os Santos, o maior hospital público da *Corte*, foi criado por D. João II com o objectivo de albergar e tratar os doentes pobres e (ou) os de baixos recursos económicos.¹³³

Os nobres e os burgueses tinham assistência médica no domicílio e os membros do clerto, exceptuando os Capuchos, recebiam assistência nas enfermarias e boticas existentes nos respectivos conventos e nalguns hospitais de fundação privada (desaparecidos com o Sismo de 1755), como o Hospital de Nossa Senhora da Conceição dos Clérigos Pobres (instituído em 1619, na freguesia de N^a Sr^a da Encarnação) e o Hospital da Calçadinha do Carmo (da Ordem Terceira do Carmo, na freguesia de S. Nicolau).¹³⁴

Também os “irmãos e irmãs pobres” da Ordem Terceira de S. Francisco passaram a ter hospital próprio, a partir dos primeiros anos do século XVIII: o Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco.¹³⁵

¹³³ Brandão (de Buarcos), João, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1990, p. 123, referindo-se à decisão de D. João II de fundar o Hospital de Todos os Santos, afirmou que isso se devera ao facto de o monarca se ter apercebido de que muitos dos que vinham para Lisboa (nacionais e estrangeiros) à procura de trabalho, “adoeciam e morriam ao desamparo” por não haver na cidade senão “hospitais de homens de ofícios mecânicos que não tinham forças para prover das coisas necessárias a eles”.

¹³⁴ vide João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, Lisboa, 1762, vol. III, p. 266 e p. 390

¹³⁵ Embora a construção deste Hospital tivesse sido decidida em 1690, o seu funcionamento regular, com enfermarias femininas e masculinas, só começou em 1703.

Os militares, por sua vez, deixaram de utilizar o Hospital Real (excepto nos casos de doenças venéreas) a partir de 1673, uma vez que a partir dessa altura passaram a ter hospital próprio, por iniciativa do Príncipe Regente D. Pedro: o Hospital dos Soldados ou de Nossa Senhora da Conceição, localizado no Castelo (na actual Rua do Recolhimento, designada Rua do Hospital até 1755).

Além dos hospitais referidos, existia um hospital exclusivamente destinado aos pestíferos, o de S. Lázaro, cuja fundação remontava a 1220 e que se manteve em funcionamento até 1844, altura em que foi integrado no Hospital Real de S. José.

2.1.2. O Hospital de Nossa Senhora da Luz

Na periferia urbana ou no Termo da cidade¹³⁶ e mais concretamente na freguesia de S. Lourenço de Carnide, foram erigidos a Igreja, o Mosteiro e o Hospital de Nossa Senhora da Luz, por determinação da infanta D. Maria (1521-1577), filha de D. Manuel I e da sua terceira mulher D. Leonor da Áustria.

Tendo a Infanta adoecido e tendo ouvido falar das curas “milagrosas” proporcionadas por Nossa Senhora da Luz¹³⁷, decidiu adquirir uma quinta em Carnide, nas proximidades da fonte “milagrosa” e da ermida dedicada a Nossa Senhora. Tendo-se restabelecido dos seus males, a Infanta quis agradecer a intervenção de Nossa Senhora da Luz e, por isso, decidiu erigir um grande Santuário em substituição da pequena ermida¹³⁸ existente tendo, para o efeito, legado a sua quinta aos freires de Cristo.

A construção do Santuário, sob projecto de Jerónimo de Ruão, foi iniciada em 1575 (prolongando-se as obras até 1596) e, alguns anos depois, foi iniciada a construção do Hospital que, de acordo com a vontade da Infanta D. Maria, expressa no testamento lavrado a 17 de Agosto de 1577, se destinava a alojar e curar “perpetuamente secenta e três pobres enfermos”.¹³⁹

Não há certezas nem quanto à data de arranque das obras de construção do Hospital Real de Nossa Senhora da Luz, nem quanto à autoria do seu projecto inicial, embora já tivesse sido aventada a hipótese de se ter tratado de Jerónimo de Ruão, o arquitecto responsável pelo projecto da Igreja.

¹³⁶ O *Termo* constituiu uma vasta área administrativa (criada por D. João I em 1385), que englobava as freguesias rurais de Benfica, Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Odívetas e Olivais e outras. A remodelação administrativa da 2ª metade do século XIX, determinou a extinção do *Termo* em 1885 e a integração das suas freguesias no concelho de Lisboa.

¹³⁷ Ermida mandada erigir por Pero Martins, em 1463, agradecendo a Santa Maria da Luz a intervenção milagrosa que dela recebera e que lhe permitira obter a sua libertação do cativeiro em Tânger.

¹³⁸ Alguns vestígios dessa primitiva ermida - um portal afonsino e azulejos hispano-árabes - foram conservados na base da sacristia do novo templo e podem observar-se descendo por uma escada localizada na fachada sul do edifício.

¹³⁹ Soveral, fr. Roque, *História do insigne aparecimento de Nossa Senhora da Luz, e suas obras maravilhosas*, 1610

Sabe-se, por documentos revelados pelo Professor Vítor Serrão¹⁴⁰, que Baltazar Álvares, arquitecto régio e dos Mestrados das Ordens Militares e cavaleiro do Hábito de Cristo, foi Mestre das obras deste Hospital, pelo menos de 1610 a 1614, ou seja, já na fase final da sua edificação.

O Hospital iniciou o seu funcionamento a 23 de Abril de 1618 e, nessa mesma data, entrou em funcionamento o Regimento Hospitalar que, de acordo com as recomendações deixadas pela Infanta, seguiu o modelo do regimento que D. Leonor criara para o Hospital das Caldas da Rainha.

O Regimento do Hospital da Luz determinava que as enfermarias deveriam ter “um caixão ou almario com todos os aparelhos para sangrar e mais benefícios dos enfermos e púcaros com refrescos extraordinários para elles [e] leitos numerados, com roupa que em rol se menciona, e à cabeceyra uma taboa e boffete pequeno para comerem; no meio da enfermaria uma lâmpada e nos retretes que ficam dividindo os leitos, escabellos pequenos. Em tudo abundância, perfeição e limpeza quanto for possível (...)”.¹⁴¹

O referido Regimento estabelecia o número de *officiaes* (funcionários) permanentes no Hospital - um Provedor, um Escrivão, um Capellão, um enfermeiro, um ajudante de enfermagem, um médico, um cirurgião, um boticário, um barbeiro, um despenseiro, um cozinheiro, um homem “para ter cuidado na roupa”, um porteiro, um “comprador” – e as regalias concedidas a alguns deles, como a do alojamento no próprio espaço hospitalar.

Vários capítulos do Regimento regulavam igualmente a escolha dos “*officiaes*” e as funções que lhes seriam atribuídas. Assim, no capítulo IV, respeitante ao *Físico*, determinava-se que deveria ser tanto “quanto possível christão velho e homem experimentado (...) [e deveria assistir] á acceitação dos doentes [e visitar] duas vezes cada dia os enfermos ás 6 horas da manhã e 3 da tarde, no verão, e ás 7 da manhã e 2 da tarde no inverno. Ao entrar na visita ordinária [daria] signal cõ três pancadas na campainha (...), para que os doentes se [preparassem] e o enfermeiro e mais officiaes se [dispussem] ao que (...) elle [ordenasse]. Prescreve[ria] pela ordem dos leitos o que

¹⁴⁰ Documentos referidos por Hilda Moreira Frias, em *A arquitectura régia em Carnide/Luz*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, Lda, 1994, p. 96

¹⁴¹ O *Regimento do Hospital da Luz* (código 741 da Coleção Pombalina da B.N., fl.s211-232vº) foi transcrito por Victor Ribeiro, *A Infanta D. Maria e o seu Hospital da Luz*, Typografia da Casa da Moeda, Lx. 1907, pp. 54-59.

[fosse] necessário e receita[ria] os charopes e purgas”. Competia igualmente ao médico fiscalizar “o serviço dos enfermeiros e moços”, avisar o Provedor do Hospital sempre que detectasse “algum doente tísico ou de doença contagiosa”, para que o mesmo fosse enviado para o Hospital “del-rey” (Hospital de Todos os Santos) ou fosse colocado “em casa separada” e visitar “anualmente a Botica.”

No capítulo V, respeitante ao *Chyrurgiam*, também ele “christão velho e experimentado”, determinava-se, entre outras coisas, que visitasse “os doentes depois do medico, advertindo a sua entrada com duas pancadas de campainha”. No capítulo VI, respeitante ao Boticario, depois da referência à sua qualidade de “christão velho e homem de credito na sua arte”, determinava-se que teria “botica dentro no Hospital” e que aviaria as receitas prescritas pelo médico”. No capítulo VII, eram definidas as funções a desempenhar pelo “Barbeyro (...) official encarregado de barbear e sangrar, sarjar e lançar ventosas”.¹⁴²

Tal como a Igreja de Nossa Senhora da Luz, também o Hospital da Luz ou de Nossa Senhora dos Prazeres (por referência à respectiva padroeira), ficou a cargo dos freires da ordem de Cristo, cujo convento, contíguo à Igreja, se estendia de sul para norte, virando a fachada principal ao Largo da Luz.

O Hospital, construído num terreno fronteiriço à Igreja, de planta quadrangular, era constituído por quatro corpos rectangulares envolvendo um claustro central com dois níveis de arcarias. No piso superior do corpo situado a sul do claustro situava-se a capela, de planta centralizada em duplo quadrado, com cobertura de cúpula assente sobre tambor e zimbório. Apesar das suas pequenas dimensões, foi enriquecida pela decoração pictórica dos alçados, em que sobressaem os motivos de *grotesco*, pela pintura retabular – de autor desconhecido e de características maneiristas - do altar-mor representando a *Infanta D. Maria a oferecer a sua obra a Nossa Senhora dos Prazeres*.

À semelhança da igreja do Hospital de Todos-os-Santos, esta capela abria lateralmente para as duas enfermarias adjacentes, permitindo aos enfermos que aí se encontrassem, acompanhar os ofícios religiosos sem sair dos respectivos leitos.

A fachada principal do Hospital, de grande simplicidade formal, é constituída por três corpos, um central e dois laterais, separados uns dos outros por duplas pilastras. O corpo central, mais elevado, apresenta no piso térreo, três arcos plenos com janelas

¹⁴² Idem, pp. 56-57

inscritas nos arcos colaterais e o portal principal inscrito no central, encimado por um brasão e nicho com a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres. Acima da cornija deste corpo central, ergue-se um frontão triangular com a cruz da Ordem de Cristo.

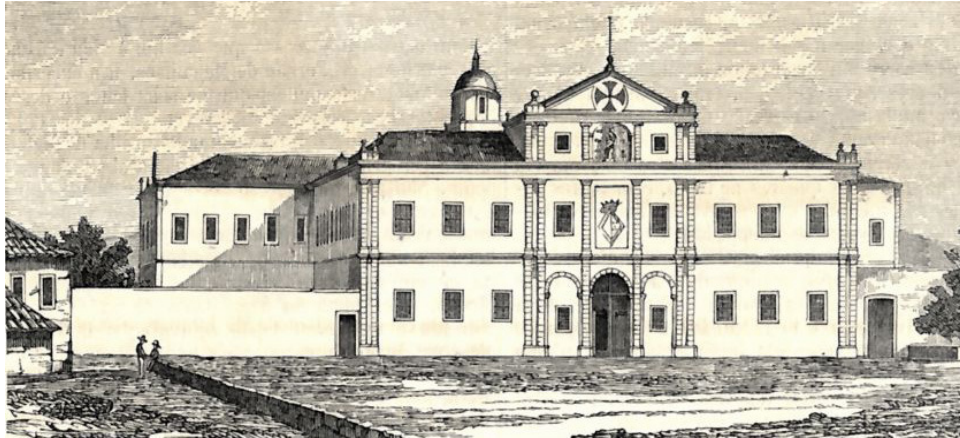


Figura 13. Hospital Real da Luz, fachada principal

O Hospital de Nossa Senhora da Luz, gerido pelos freires da Ordem de Cristo, funcionou até às primeiras décadas do século XIX, embora com muitas dificuldades decorrentes da insuficiência de meios económicos para garantir as necessárias reparações de manutenção e (ou) as obras de reconstrução e, ao mesmo tempo, a devida assistência aos doentes. Essas dificuldades orçamentais e a questão das obras foram os temas dominantes na correspondência mantida entre o provedor do Hospital e a Coroa no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

Num ofício datado de 27 de Março de 1688, informava-se o monarca de que o Provedor se vira na contingência de proibir a admissão de doentes em Julho de 1886, para “acudir aos reparos da ruyna que ameaçava o Hospital de nossa Senhora da Lus” e que tendo desde então mantido “a Suspensão de não admitir os Enfermos”, não se tinha feito “despeza das suas Rendas” e tinha sido reunido “dinheiro bastante para se poder principiar as obras”, o que deveria verificar-se dentro de pouco tempo.¹⁴³

Mas, os problemas orçamentais do Hospital da Luz mantiveram-se nas décadas seguintes, continuando os provedores sem meios suficientes para proporcionar uma boa assistência aos enfermos e para as reparações necessárias ao edifício.

¹⁴³ ANTT, MCO, Hospitais, maço 12, doc. nº 2 / Doc. 162

Em carta dirigida ao monarca, datada de 90 de Junho de 1745, o Provedor pedia autorização para vender “algum estanho, cobre, e arame” existente no Hospital e que não tinha “serventia alguma”, para obter algum dinheiro que lhe permitisse “comprar algumas pessas novas de que muito se necessita para o uso dos enfermos (...); como tãobem [para arranjar] muitas portas sem chaves (...) juntamente as cazas que se [alugavam] (...) dentro da serca do mesmo Hospital com as portas para a Azinhaga da fonte (...) Como tãobem outrossim [era] perçiso que o aqueducto por onde as agoas [saíam] para a estrada [fosse] consertado por se achar este com ruína mottivo porque [retrocediam] as agoas com damno (...)”.¹⁴⁴

Decorridos mais três anos, o edifício hospitalar continuava a necessitar de obras e o Provedor continuava sem meios para as mandar executar, como se depreende do ofício dirigido ao monarca a 9 de Setembro de 1748, no qual se explicava a difícil situação económica da instituição. Segundo o Provedor, as restrições orçamentais existentes eram tão graves que se via impossibilitado de cumprir as disposições testamentárias da Infanta, no que respeitava à admissão dos sessenta e três doentes pobres, havendo apenas condições para “curar sinco, ou seis, consumimdo-se com a cura destes, e com ordenados, do Medico, Serurgião, e mais Serventes deste hospital todo o rendimento (...), sem que [crescesse] couza alguma para os reparos do Edifissio (...) [que] já se [achava] com grande damnificação, em tilhados, madeiramentos, e algumas Couzas interiores”. E, mais adiante, reafirmava o Provedor a impossibilidade de reparar o edifício, a menos que se deixasse de receber e tratar os “Enfermos, para cuja assistencia [havia] tambem grande falta de roupas (...)”.¹⁴⁵

Apesar deste dramático apelo, as obras de manutenção do Hospital da Luz continuaram adiadas e, por isso, algumas partes do edifício hospitalar degradaram-se cada vez mais, como depreendemos da leitura da exposição que o médico do Hospital, Simão Victorino de Castro, enviou ao monarca, a 4 de Setembro de 1750. Nessa exposição, o médico explicava que as casas (salas) em que assistia se encontravam bastante arruinadas, sendo particularmente grave o estado da casa principal onde chovia “nas invernadas” por ter “os telhados desconcertados” e, depois de referir a necessidade

¹⁴⁴ ANTT, MCO, maço 12, doc. nº 3 /Doc. 163

¹⁴⁵ ANTT, MCO, Hospitais, maço 12, doc. 21 /Doc. 164

de uma urgente reparação dos telhados para evitar a ruína completa dessas salas, apelava ao monarca para que ordenasse “o ditto concerto”.¹⁴⁶

Nesse mesmo ano, o monarca ordenou ao arquitecto da Mesa da Consciência e Ordens, Pedro Franco, que fosse ao Hospital da Luz e verificasse quais os problemas aí existentes. Pelo relatório elaborado a 10 de Julho de 1754, Pedro Franco informou o monarca de que após a vistoria que fizera ao edifício hospitalar, verificara ser necessário realizar obras nalgumas partes, indicando as mais importantes, ou seja, as mais úteis para “a subsistência e conservação do idifício” como, por exemplo, “betumar a sisterna com batume”, reparar “alguns Lanços de telhados”, reparar “hua porssão de forro e soalho da cozinha e caza contígua a ella [e] parte dos forros do claustro junto a çella do Porvedor, e Almoxarife”, arranjar “huas Janellas nas ditas sellas” e consertar “alguas portas na Enfermaria” e reparar “varias paredes do hospital”.

Estimava o architecto que o valor dos ditos “Reparos” seriam ao todo “pouco mays ou menos cento e trinta mil reiz” e recomendava ao monarca que ordenasse a realização dessas obras ou autorizasse o Provedor do Hospital a fazer esses “módicos reparos ou pellos mesmos que costumão servir a caza ou por outros que melhor lhe [parecessem]”, comprometendo-se ele em “ver e examinar os materiais e de hir instruir aos mestres”¹⁴⁷

Desconhecemos se as obras propostas pelo architecto chegaram a ser realizadas ou, pelo menos, a ser iniciadas até à ocorrência do Sismo de 1755. Sabemos sim que, imediatamente após a ocorrência desse cataclismo, se acentuou consideravelmente a degradação do edifício hospitalar, do que falaremos na II Parte deste trabalho.

Do que foi dito, conclui-se que o Hospital de Nossa Senhora da Luz enfrentou consideráveis dificuldades até meados do século XVIII, faltando-lhe as condições físicas (espaço) e (ou) materiais (insuficiência de verbas para aquisição de roupas, alimentos, medicamentos, etc.), que lhe permitissem garantir a assistência aos 63 “pobres enfermos”, como estipulara a fundadora da instituição.

Tal como o Hospital da Luz, também o Hospital Real de Todos os Santos conheceu situações muito difíceis, entre o século XVII e a 1ª metade do século XVIII,

¹⁴⁶ ANTT, MCO, maço 12, doc. 7

¹⁴⁷ ANTT, MCO, maço 12, doc. 10

decorrentes da sobrelotação do espaço, da insuficiência dos meios financeiros e da incúria dos profissionais da saúde que aí trabalhavam.

Faltavam, de facto, nesses dois hospitais reais de Lisboa, como em todos os hospitais da época, recursos materiais e, sobretudo, recursos humanos qualificados para garantir aos enfermos uma adequada assistência médico-cirúrgica. Em absoluto contraste com a actualidade, os doentes pobres que recorriam aos hospitais no século XVIII, não podiam esperar muito mais do que alojamento, alimentação e conforto espiritual, visto que as terapias e (ou) as cirurgias a que eram sujeitos raramente conduziam a bons resultados.

Os doentes dependiam de agentes de saúde – *físicos* cirurgiões, barbeiros e parteiras – com fraca preparação teórico-prática, que não só falhavam nos diagnósticos dos seus males, como ainda os sujeitavam a práticas terapêuticas absurdas e ineficazes que incluíam, obrigatoriamente, as purgas, as sangrias e os caldos de galinha.

Assim, até meados de Setecentos, a assistência hospitalar, em vez de proporcionar a cura, acelerava a morte dos pacientes, o que justificou o seguinte comentário de Thomas Cox: “os doentes [enviados ao] hospital público (...) [eram] tão mal tratados que as coisas não se [alteravam] para muito melhor”.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Thomas Cox, opus cit., p. 63

2.2. Médicos, cirurgiões e boticários

Com uma assistência hospitalar tão limitada e ineficiente, a maioria dos doentes preferia receber tratamento domiciliário, desde que tivesse possibilidades económicas para contratar os profissionais de saúde - os *físicos*, os cirurgiões, as parteiras - disponíveis, uns com melhor preparação do que os outros, uns com formação académica e licença, outros que não passavam de meros empíricos ou de charlatães.

Os ricos podiam sempre pagar aos médicos e aos cirurgiões mais conceituados da *Corte*, nomeadamente aos que garantiam a assistência à família real e às famílias aristocráticas de maior importância mas, os de menores recursos económicos recorriam a médicos e a cirurgiões menos conhecidos que, por isso, recebiam menos. No início do século XVIII, segundo as informações registadas por Cox Macro, os honorários pagos a um cirurgião que prestasse assistência domiciliária era de “quatro vinténs, aos bem pagos [os quais recebiam] meio tostão por sangrarem num braço e três vinténs numa perna” e os honorários pagos a um médico nas mesmas condições, eram de “seis vinténs por cada vez que [ia ver] os seus doentes (...) uma ou duas vezes por dia”.¹⁴⁹

A formação académica dos *físicos* que assistiam os doentes particulares, não diferia da que possuíam os médicos que trabalhavam nos hospitais reais e que, como já atrás dissemos, era muito deficiente. De facto, os médicos que trabalharam em Lisboa até ao último quartel do século XVIII, tinham frequentado o curso de Medicina na Universidade de Coimbra que, até essa altura, continuara a ser ministrado segundo os princípios fixados pelo estatuto universitário de 1653. De acordo com as orientações impostas por esse estatuto seiscentista, o curso de Medicina assentava nos ensinamentos dos Antigos (Hipócrates e Galeno), dos Árabes (Mesué e Razés) e de autores medievais. Vinculados ao estudo e à veneração dos Antigos¹⁵⁰, os médicos portugueses (e a maioria dos médicos europeus) entendiam que as perturbações ou males do corpo humano

¹⁴⁹ Thomas Cox e Cox Macro, opus cit, p. 307

¹⁵⁰ Segundo Arlette Lebiage, “Et saigner et purger!” in *L'Histoire*, nº 74, 1985, p. 113: “Les deux plus célèbres médecins de l'Antiquité ont exercé une influence déterminante, pendant trois siècles, sur la formation du corps médical français et nul ne songe à remettre en question la théorie des humeurs”

derivavam da perturbação ou “desequilíbrio” dos “humores”¹⁵¹ e que estes poderiam corrigir-se (ou purificar-se) por meio das purgas e das sangrias.

Em contraste com o que passava no curso de medicina da Universidade portuguesa, os cursos de medicina de outras universidades europeias – particularmente as holandesas, inglesas, italianas e algumas francesas – iniciaram a sua actualização a partir das primeiras décadas do século XVIII e, embora não tivessem abandonado radicalmente os saberes antigos, tornaram-se receptivas aos novos saberes, nomeadamente aos que tinham decorrido das descobertas de Harvey¹⁵², de Sthal, de Paracelso¹⁵³, de Malpighi¹⁵⁴ e de Boerhaave¹⁵⁵.

Contudo, mesmo nos países acima referidos, a recepção aos saberes modernos foi difícil e demorada, devido à oposição dos catedráticos e dos médicos “antigos”. Durante muitas décadas, a medicina francesa também recusou “as descobertas de Harvey sobre a circulação sanguínea”, mantendo-se até “uma boa parte do século XVIII, paralisada pela excessiva veneração da Antiguidade”.¹⁵⁶

A falta de receptividades que, até à Reforma de 1772, a Universidade portuguesa evidenciou para com os “novos saberes”, tornou o curso de medicina cada vez mais obsoleto. A desactualização desse curso era de tal ordem que, pelo menos até 1739,¹⁵⁷

¹⁵¹ Hipócrates e Galeno formularam a “teoria dos Humores”, segundo a qual os humores (sangue, linfa, pítuita e biles) eram determinantes nos fenómenos vitais, resultando as doenças do excesso, da efervescência ou da alteração desses humores.

¹⁵² Guilherme Harvey (nascido em 1578), fisiologista inglês, que estudou em Cambridge e em Pádua, praticando depois a medicina em Londres, tornando-se em 1615 professor de Anatomia e, em 1630, médico da câmara de Carlos I. Dos muitos estudos que realizou, destacaram-se os relativos à circulação sanguínea, divulgados a partir de 1628, com a publicação da obra *De motu cordis et sanguinis*

¹⁵³ Nome latinizado de Teofrasto Bombast von Hohenheim (1490 – 1541), médico e químico suíço-germano que depois de estudar Química na Universidade de Basileia, foi para Itália, aí se doutorando em Medicina na Universidade de Ferrara. Tornou-se em 1523, professor na Universidade de Basileia, destacando-se o seu ensino por repudiar os clássicos da Medicina e assentar os conhecimentos médicos na observação e na experiência.

¹⁵⁴ Marcelo Malpighi (1628 – 1694), médico e anatomista italiano, doutorado em Medicina e professor nas Universidades de Bolonha e de Pisa, nomeado em 1691, primeiro médico do Papa Inocêncio XII. Foi o primeiro médico que se dedicou ao estudo da Histologia, tendo revelado, entre outras coisas, a camada profunda da epiderme, que ficou conhecida como o *corpo mucoso de Malpighi*. Mas muitas outras partes anatómicas ficaram com o seu nome: cápsula de Malpighi, corpúsculos de Malpighi, pirâmides de Malpighi, etc.

¹⁵⁵ Hermann Boerhave (1668 – 1738) foi um dos mais notáveis médicos holandeses do século XVIII, embora também se tivesse destacado como anatomista, botânico e químico. Em 1709, tornou-se professor de botânica e de medicina na Universidade de Leiden e graças aos seus conhecimentos e ensino inovador, contribui para dar renome mundial à universidade, atraindo alunos de todos os países, muitos dos quais (caso do nosso Ribeiro Sanches) vieram, posteriormente, a notabilizar-se como clínicos e investigadores. Publicou inúmeros estudos e tornou-se sócio da Academia das Ciências Francesa em 1728 e, em 1730, da Royal Society de Londres.

¹⁵⁶ vide Arlette Lebigre, opus cit., p 113

¹⁵⁷ vide *História de Portugal*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, pp. 425-428

os estudantes chegavam ao último ano de formação desconhecendo em absoluto a anatomia humana e, quando nessa fase final assistiam a dissecações anatómicas, estas resumiam-se a um máximo de duas e não eram de cadáveres humanos mas de... carneiro(s).

A tal propósito, Luís António Verney ¹⁵⁸afirmou no seu *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), que “o conhecimento anatómico não se [achava] neste Reino e muito menos nesta universidade, onde de anatomia não sabem senão o nome”. Verney também criticou o *galenismo* do ensino médico da universidade portuguesa e, em oposição aos *galénicos* ou *mezinheiros*, defendeu a utilização dos novos remédios, entre outros, a quina e a ipeca.¹⁵⁹

As características curriculares (e de conteúdos) inerentes ao curso de medicina de Coimbra, antes da reestruturação que lhe foi imposta pela já referida Reforma de 1772, contribuíram para lançar no mercado de trabalho *físicos* e *boticários* (e cirurgiões) que, embora nada, ou muito pouco, soubessem de anatomia humana, se expressavam num latim correctíssimo.

Naturalmente, a maioria desses licenciados em medicina conformou-se com o (pouco) que tinham aprendido na universidade mas, alguns consciencializaram-se acerca do carácter limitado e obsoleto dos seus conhecimentos e, desejando tornar-se bons profissionais, preocuparam-se em colmatar as falhas que sentiam a nível da formação teórica e a nível das competências práticas (clínica e cirúrgica). Por um lado, procuraram actualizar os seus conhecimentos pela aquisição das novidades científicas chegadas do estrangeiro e, por outro lado, tentaram melhorar o seu desempenho profissional através da frequência de “cursos de formação”, leccionados pelos mais conceituados *físicos* e *anatomistas* da época.

¹⁵⁸ Luís António Verney (1713 - 1792) iniciou a sua formação no Colégio jesuítico de Santo Antão de Lisboa, donde transitou para a Congregação do Oratório e posteriormente para o Colégio jesuítico da Madre de Deus em Évora, onde se agrudou em Artes, ingressando em seguida na Universidade onde se formou em Teologia. Em Agosto de 1736, foi para Roma onde repetiu o curso de Teologia e se formou em jurisprudência civil. Confrontando o panorama cultural, político e educacional do nosso país com o que observava no estrangeiro, começou a redigir textos em que chamava a atenção para o atraso português, particularmente grave no que respeitava ao ensino universitário e de modo ainda mais grave no curso de medicina então ministrado. Pela sua permanência fora do país e sobretudo pelo seu pensamento racional e iluminista (ferozmente combatido pelos grupos mais conservadores, incluindo os detentores das cátedras universitárias), foi classificado (pejorativamente) como um “estrangeirado”. Contudo, as suas ideias, contribuíram significativamente para a grande reforma dos estudos universitários, determinada por Pombal em 1772.

¹⁵⁹ vide *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 34, p. 714

Os médicos que se instalaram na *Corte* no período joanino puderam frequentar cursos práticos de anatomia e de cirurgia, criados em 1704, por decisão régia, e que eram ministrados no Hospital Real de Todos os Santos. Embora se destinassem à preparação prática dos futuros cirurgiões e fossem, por isso, frequentados pelos barbeiros-sangradores¹⁶⁰, estavam abertos a todos os profissionais da saúde (licenciados em medicina ou não) e até aos curiosos.

Coube a Luís Chalberto, formado em medicina pela Universidade de Reims, a regência do primeiro curso, que teve apenas a duração de quatro anos (de 1704 a 1709). Seguiu-se uma interrupção até 1722, por falta de professor adequado e, nesse ano começou o segundo curso de cirurgia regido pelo prestigiado Dr. Monrava y Roca¹⁶¹, médico formado pela Universidade de Lerida e autor de várias obras de cirurgia, como a intitulada *Curso de la nueva Cirurgia*, editada em 1726, com dedicatória a D. João V.

As aulas práticas desse anatomista foram frequentadas por profissionais da saúde (*físicos, sangradores* e cirurgiões), por estudantes e até por leigos¹⁶², mas acabaram por gerar grandes polémicas entre os participantes e, por tal motivo, o monarca ordenou o afastamento de Monrava em 1732¹⁶³.

Não menos polémico foi o seu sucessor, o italiano Bernardo Santucci¹⁶⁴, designado para reger o terceiro curso, de 1732 a 1747. Santucci, que se doutorara na Universidade de Bolonha e fora prático de anatomia no Hospital de Santa Maria Nova

¹⁶⁰ Em Portugal como no resto da Europa, os cirurgiões começavam por ser barbeiros e depois sangradores

¹⁶¹ Antonio de Monravá y Roca, médico catalão (oriundo de Pons), estudou nas Universidades de Barcelona, Valhadolid e Lérida. Enquanto regente da Aula de Anatomia e apesar das grandes polémicas que gerou, contribuiu para o progresso dos estudos anatómicos no nosso país onde conseguiu, depois de outras tentativas falhadas, criar com outros cirurgiões, a Academia Médico-Portopolitana, em 1749.

¹⁶² Nas suas *Memórias*, D. Francisco Xavier de Meneses, o 4º Conde da Ericeira, escreveu sobre a sua presença numa dessas aulas, a 13 de Novembro de 1731: “ Houve no Hospital umas conduções de Anatomia em que o Doutor Monrrara que está para ser aposentado quis mostrar a sua ciência com grande concurso da Nobreza, e homens doutos: abriu-se um cadáver de um homem morto havia duas horas de sezões, mas foi o acto mais ridículo, que horroroso (...)”

¹⁶³ Segundo Mário Carmona, opus cit., p.300, “Monravá tinha 50 anos quando iniciou o seu magistério em 1722, o qual durou, sem interrupção, até 1732, data em que foi obrigado a aposentar-se por decreto de D. João V, sendo essa decisão justificada pelo facto de se ter verificado que a cadeira de anatomia que ele regia tinha pouca utilidade (...)”

¹⁶⁴ Este anatómico e médico italiano, de linhagem nobre, estudou primeiramente na Universidade de Bolonha e daí transitou para o Hospital de Santa Maria Nova de Florença, onde existia uma escola prática de Medicina e Cirurgia, com um notável anfiteatro anatómico criado em 1727. Nomeado lente da Aula de Anatomia do Hospital Real de Todos os Santos em 1732, aí se manteve até 1747, altura em que regressou a Itália por quatro anos, retornando depois disso ao nosso país, donde saiu definitivamente para Florença em 1764, ano da sua morte. Deve-se a este anatomista a primeira Anatomia em língua portuguesa, publicada em 1739, intitulada *Anatomia do Corpo Humano, recopilada com Doutrinas Medicas, Chemicas, Filosoficas, Mathematicas, com índices e estampas* (representando todas as partes do corpo humano), dividida em três Livros e dedicada ao muito alto, e muito poderoso Rey de Portugal D. João V

de Florença, estruturou sequencialmente as suas lições (de Circulação do sangue e Angiologia, de Artrologia e Osteologia), não dispensando o estudo de cadáveres humanos o que, de imediato, gerou uma forte oposição.

Para evitar a suspensão do anatomista italiano e, simultaneamente, para acabar com as críticas que se tinham levantado contra o curso, D. João V decidiu suspender, temporariamente, as “anatomias nos corpos mortos” e manter as “lições na *postilla*”.¹⁶⁵ Santucci recusou essa proposta e o curso foi suspenso.

Em Abril de 1750, começou um novo curso de anatomia e cirurgia, sob regência do francês Pedro Dufau, que se tinha destacado como cirurgião-mor no hospital militar de Viena¹⁶⁶. Mas este curso foi bastante atribulado, devido aos problemas de logística que se verificaram no Hospital de Todos os Santos, decorrentes primeiramente do grande incêndio de 1750 e depois do Terramoto de 1755. Esses dois cataclismos ao provocarem a destruição, parcial ou total, de algumas áreas hospitalares, entre as quais se encontrava a sala destinada às dissecações anatómicas, dificultaram o trabalho de Dufau.

Quando D. Jorge de Mendonça (a quem já atrás nos referimos) assumiu o cargo de Enfermeiro-Mor do Hospital Real apercebeu-se de que as aulas de anatomia se faziam “ com grande desconforto do Anatomico Pedro Defaut, e dos seus discípulos, por não haver todo o cómodo para se poder regullar, o que se [devia] observar” e, reconhecendo o quanto era importante que as aulas fossem ministradas num espaço adequado, para serem bem compreendidas quer pelos “discipulos”, quer ainda pelos “muitos cirurgioens de fora, e os de dentro do Hospital”¹⁶⁷, ordenou em 1759, a criação de uma sala adequada para esse efeito.

O curso de anatomia continuou a ser ministrado por Pedro Dufau até 24 de Novembro de 1764, data em que foi jubilado. Sucedeu-lhe o cirurgião Manuel Constâncio, que fora um dos seus mais destacados e promissores discípulos, o qual se manteve na regência desse curso, ininterruptamente, até 1805, trabalhando

¹⁶⁵ Lemos, Maximiano, opus cit., vol. I, p. 174

¹⁶⁶ Este cirurgião francês foi durante 16 anos cirurgião militar na Hungria e em Viena de Austria e foi aqui que conheceu o futuro Marquês de Pombal, em 1750, que lhe sugeriu o lugar de anatomista no Hospital Real de Todos os Santos onde, de facto, começou as suas aulas a 2 de Março desse ano. Jubilado em 1764, faleceu em 1806, deixando várias obras publicadas: *Tratado de Osteologia* (1750), *Breve e compendiosa dissertação anatômica pelo que respeita aos ossos do corpo humano* (1750) e *Exposição de anatomia pelo que respeita aos ossos e músculos* (1764)

¹⁶⁷ ANTT, Hospital de S. José, livro 1106, fl.s 64vº-66 / Doc. 44

primeiramente no Hospital de Todos os Santos e, a partir de 1775, no Hospital Real de S. José.

Os cursos de anatomia e de cirurgia ministrados no Hospital Real contribuíram, indubitavelmente, para melhorar as competências práticas dos sangradores, dos cirurgiões e até dos físicos que os frequentaram, embora a formação de todos esses técnicos de saúde continuasse a ser muito deficiente até finais de Setecentos.

Efectivamente, até ao último quartel do século XVIII, a percentagem de cirurgiões e de médicos informados e actualizados era insignificante, prevalecendo, pelo contrário, os que tudo ignoravam da sintomatologia das doenças e das terapêuticas a aplicar. E, mais grave ainda, aos licenciados de medicina de fracos saberes, somavam-se os “curiosos” e charlatães de todo o tipo, com pretensões de saberem tanto ou mais do que os primeiros.

Não será, pois, de admirar que um dos mais esclarecidos médicos do período joanino, o dr. Francisco Fonseca Henriques (de quem falaremos mais adiante), no preâmbulo da segunda edição da sua *Medicina Lusitana*, tivesse denunciado essa “legião de ignorantes que não tendo de Medicos mays que as apparencias, com que enganão o vulgo, tirão a vida aos homens, e fazem perder os creditos á ciencia; por não haver ley que castigue estes delitos, nem para os aggressores mays pena, que a da ignominia (...) desacreditão não só os Medicos idiotas, ignorantes, mas tambem os Barbeyros, os Cirurgiões, os Quimicos, os Boticarios, os estrangeyros (...) e finalmente toda a pessoa que se resolveo a curar, sem mays estudo, que o seu atrevimento, sem mays ciencia, que a sua resolução.”¹⁶⁸

Com a Reforma Pombalina de 1772, o curso de medicina da Universidade de Coimbra passou por uma grande reformulação curricular e pela actualização de conhecimentos (integrando os mais recentes saberes e métodos de tratamento) e os médicos que concluíram a sua formação académica depois dessa reforma, passaram a ser designados de “modernos”.¹⁶⁹

Mas, tal como os antigos, os médicos modernos continuaram, na sua maioria, a ser incompetentes, como se depreende da observação (muito crítica) feita por Carrère

¹⁶⁸ Henriques, Francisco Fonseca, *Medicina Lusitana*, Amsterdam, ed. em Casa de Miguel Diaz, 1731.

¹⁶⁹ Mesmo antes da reformulação do curso de Medicina, na sequência da dita Reforma Pombalina, já se designavam de “modernos” todos os médicos que acompanhavam as “novidades científicas” vindas do exterior e que tentavam conjugar com estes novos saberes, os “saberes dos Antigos”.

em 1796, segundo o qual Lisboa possuía “cinquenta e cinco médicos, entre antigos e modernos. Os antigos [mantinham] a sua gravidade – rosto severo, passos medidos, falas dogmáticas e sentenciosas. [Estavam] ainda imbuídos dos erros e preconceitos dos séculos mais bárbaros. Os novos [apresentavam-se] levemente, rosto risonho, presunçosos, maneiras urbanas; [faziam] gala em rejeitar, talvez excessivamente, os princípios dos seus antecessores, e [tratavam] tudo pela rama, sem aprofundar coisa alguma. Os antigos não [conheciam] nem [citavam] senão os médicos muito antigos, os novos apenas [juravam] pelos mais modernos (...) Os antigos [eram] fiéis ao que aprenderam – os novos [hesitavam e [perdiam-se] na ânsia de modificar tudo, no desejo de submeter tudo ao seu orgulhoso amor pelas novidades. Os primeiros [eram] pedantes, os outros inconsequentes (...) Afinal, uns e outros não [passavam] de rotineiros - os antigos apenas ignorantes, e os novos ignorantes e presunçosos”¹⁷⁰

Os chamados modernos (que, afinal de *modernos*, isto é, de actualizados e competentes pouco tinham) tentaram conjugar a herança galénica com os novos saberes, mas essa tentativa falhava nos seus actos médicos como, por exemplo, nas prescrições terapêuticas que, na maioria das vezes, pouco se diferenciavam das que eram feitas pelos médicos ditos antigos, pelos falsos médicos, pelos “curiosos”, pelos sangradores e pelos boticários, com quem disputavam a clientela.

Embora conhecedores dos progressos da fisiologia dos séculos XVII e dos inícios do século XVIII (alguns de grande relevância, como o da descoberta do processo da circulação do sangue), os médicos modernos não alteraram muito as suas práticas médicas e, por isso, até aos inícios do século XIX, continuaram a sangrar os doentes e a sangrá-los o mais perto possível do órgão doente, para evacuar os “humores pecantes”. O recurso à sangria, que se associava à teoria dos humores, já perdera a sua lógica mas, à falta de outros recursos, continuava a ser praticada, apesar dos inconvenientes das perdas de sangue¹⁷¹, o mesmo acontecendo com outras práticas terapêuticas de duvidosa eficácia.

E porque na sua maioria os doentes eram ignorantes, supersticiosos e crédulos, com muita facilidade eram enganados pelos médicos incompetentes e mais ainda pelos falsos médicos (empíricos e charlatães) que, sem quaisquer escrúpulos, lhes prescreviam

¹⁷⁰ J.B.F. Carrère, opus cit., p. 100

¹⁷¹ vide Tubiana, Maurice, *História da Medicina e do pensamento médico*, Lisboa, Editorial Teorema, 2000

os métodos terapêuticos tradicionais – purgas e sangrias – e os mais absurdas e inimagináveis *mezinhas* que, não só não curavam como, a maior parte das vezes, ainda contribuía para agravar as situações.

2.2.1. Doenças e terapias

Dentre as muitas doenças contagiosas e de elevada gravidade que afectavam a população da *Corte* até ao século XVIII, contavam-se as doenças venéreas¹⁷², englobando a blenorragia, o cancro mole e a sífilis.¹⁷³

A sífilis, responsável por uma vasta pandemia na Europa, nos anos de 1493 a 1495, fora sistematicamente estudada em todos os países onde a doença continuara a grassar de forma endémica, nos séculos XVI a XVIII. Os estudos levados a cabo por conceituados médicos europeus conduziram à definição dos sintomas nos diversos estádios de progressão do mal mas, muitos aspectos da doença continuaram desconhecidos e as terapias recomendadas (exsudação, banhos, pau guáiaço, etc.) para o seu tratamento, mostraram-se ineficazes.

A situação em Lisboa não diferia do que se passava nos grandes centros populacionais da restante Europa e, também aqui os médicos mais destacados, incluindo os que se internacionalizaram como Zacuto Lusitano (nascido em Lisboa em 1557 e falecido em Amesterdão em 1642) e Ribeiro Sanches (nascido em Penamacor em 1699 e falecido em Paris em 1784), reflectiram e escreveram sobre o “*morbus galico*”.

Do conjunto de escritos relativos a essa doença, que foram publicados em Portugal até à primeira metade do século XVIII, destacou-se o do dr. Duarte Madeira Arrais, datado de 1642, intitulado *Methodo de conhecer e tratar o morbo gallico*, que descrevia minuciosamente os sintomas da doença (desde o estádio inicial após o contágio até ao mais avançado, caracterizado pela formação de *cancros* ou *cavallos*) e propunha a utilização do mercúrio e da balneoterapia nos estádios iniciais, a fim de se evitar a progressão do *mal* para estádios mais avançados.

A validade desse Tratado foi reconhecida por vários médicos de Seiscentos e de inícios de Setecentos, sendo um deles Francisco Fonseca Henriques a quem se ficou a dever a sua reedição embora, como o próprio explicou, já “reformado ao sentir dos

¹⁷² No *Tratado de las siete enfermedades en la ciudad de Lisboa*, obra da autoria do dr. Aleixo Abreu, médico de Filipe III, as doenças venéreas - “*passiones de los rinones (...) del dolor, de la inflammation y obstrution delles*”- eram apontadas como as mais graves dentre as que então existiam na cidade.

¹⁷³ Designação divulgada a partir do poema “*Syphilis sive morbus gallicus*”, da autoria do médico Fracastor, publicado em Verona em 1530, segundo Anne-Marie Moulin e Robert Delort in Duby, Georges, *Amor e sexualidade no Ocidente*, Lisboa, ed. Terramar, s/d, p. 298

modernos [porque houve] muytas cousas que o tempo convenceo de falsas com experiencias verdadeiras (...).¹⁷⁴

O que levou Fonseca Henriques a reeditar o Tratado de Madeira Arrais foi o desejo de combater a terrível doença que tantas vezes observara no decurso da sua actividade clínica, ao ponto de considerar que “a mayor parte dos males que [padeciam] os homens, ou [eram] gallico, ou se [complicavam] com elle”¹⁷⁵. Convicto de que o “método do azougue ou do mercúrio” preconizado por Arrais, era o mais eficaz no combate à sífilis, podendo mesmo “extinguir totalmente o contagio gallico”, como constataria em alguns dos seus doentes, Fonseca Henriques preocupou-se em divulgar essa informação em vários escritos.¹⁷⁶

Mas, contrariamente às suas expectativas, a divulgação do “método do azougue” processou-se de forma muito lenta até finais de Setecentos, continuando essa terrível doença sexual a ser tratada (de facto, a não ser tratada) pelas fórmulas prescritivas tradicionais propostas pelos médicos antigos e pelas fórmulas secretas inventadas pelos boticários e por todo o tipo de “curiosos” que então exerciam o “mester de curar”.

A maioria desses agentes da saúde, que desconheciam a obra de Madeira Arrais e seu método do mercúrio, não desconheciam, provavelmente, os escritos eivados de ignorância, superstição e magia que então se publicavam como, por exemplo, “A apologia & discernida explicação do verdadeiro methodo com que se deve usar da Aguardente” (1719), a “Oração para as mulheres prenhasdas” (1727), a “Ennea, ou Applicação do Entendimento sobre a Pedra Filosofal” (1733) ou o “Anacephaleusis Medico Theologico Magica Juridica Moral e Politica sobre a cura das doenças dos feitiços e seu conhecimento” (1735).¹⁷⁷

Ignorando tudo, ou quase tudo, das doenças que se propunham tratar, incluindo o “morbus gallico”, a maioria dos técnicos de saúde prescreviam, como já dissémos, os mais absurdos meios terapêuticas, em que se incluíam os vesicatórios, os purgantes, os

¹⁷⁴ Fonseca Henriques, Francisco, *Madeira Illustrado*, Lisboa, 1715,

¹⁷⁵ Fonseca Henriques, Francisco, *idem*,

¹⁷⁶ Na opinião de Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, Lisboa, ed. D. Quixote/Ordem dos Médicos, 1991, 2 vol.s, 1º vol. p 97, “A sífilis foi objecto de trabalhos de importância por parte de 2 dos médicos mais ilustres que possuímos no século XVIII, Fonseca Henriques e Ribeiro Sanches”.

¹⁷⁷ A *Gazeta de Lisboa* na sua secção de “anúncios”, além das obras de conceituados médicos e cirurgiões da época, também divulgava escritos de curiosos, como se pode constatar no anexo C.

vomitórios, as sangrias e, claro, os indispensáveis caldos de galinha, meios esses que tanto serviam para os casos de sífilis como para quaisquer outras problemas de saúde.

Tendo observado (ou sido informado) do uso e abuso desses meios para o tratamento de todo o tipo de doenças, Thomas Cox observou, em 1701, que os médicos recorriam sempre ao mesmo método, que consistia em mandar “que os seus doentes [fossem] sangrados, ou que [tomassem] Clisteres e [comessem] caldo de Galinha”.¹⁷⁸

A estes métodos terapêuticos amplamente generalizados (porque entendidos como indispensáveis!), somavam-se os pseudo-medicamentos, as mezinhas, normalmente anunciadas como “medicamentos especiais”, “remédios particulares”, “remédios secretos”, “segredos médicos”, “remédio maravilhoso”, etc., muitas delas divulgadas no único jornal da época, a *Gazeta de Lisboa*.¹⁷⁹

Nesse periódico, anunciava o dr. Luís Morette, a 11 de Julho de 1716, que possuía um “medicamento especial para a cura da gonorreia” e, a 8 de Agosto do mesmo ano, “hum Francez Ecclesiastico” anunciava que tinha “hum remedio particular prodigioso para curar dentro de doze ou quinze dias todo o genero do mal gallico, por mais envelhecido, & incurável (...)”.

Os anúncios divulgados pela *Gazeta* sobre as mezinhas e os métodos “infalíveis e radicais” para extirpar o “morbus galico” e outras moléstias, continuaram a aparecer nas décadas que se seguiram, como veremos pelos exemplos que seleccionámos e que seguidamente, transcrevemos.

. A 14 de Janeiro de 1717, Jacob du Mont informava possuir “ remedios bons, suaves & efficacissimos, experimentados por espaço de vinte annos em Hospitaes, & armadas, em muytas pessoas de ambos os sexos” destinados a todas as pessoas que padecessem de “doenças (...) em estado incuráveis, procedidas de Gálico”; a 20 de Maio de 1717, D. Balthasar Gisbert, químico Valenciano, advertia as pessoas que se achassem “enfermas de humor gallico de qualquer das quatro especies, & lhe [quisesse] applicar remédio” de que lhes facultaria “hum efficacissimo [tratamento] com methodo suave, em que no espaço de dezoito dias, nove para tomar os medicamentos, & nove para eles fazerem a sua operação, se [achariam] effectivamente livres”; a 1 de Dezembro de 1718, “hum Estrangeiro na Rua da rosa das partilhas” anunciava que

¹⁷⁸ Thomas Cox, opus cit., p. 163

¹⁷⁹ B.N. Periódicos, *Gazeta de Lisboa* (J 2510 M)

curava “o mal gallico, quebraduras e alporcas”, a 4 de Setembro de 1721, o dr. Jeronimo Moreira de Carvalho anunciava que tinha “remedios particulares para tratar carnosidades e gallico pertinaz”; a 21 de Fevereiro de 1737, “Antonio Mengin, abridor de cunhos das moedas de Portugal” publicitava “hum Elixir antifebril para curar infallivelmente todas as castas de febres”; a 31 de Março de 1740, informava-se de que na botica de José Gomes Ferreira se vendiam “humas velinhas que [eram] remedio único contra as carnosidades”; a 20 de Junho de 1748, Manuel Dupré, que se intitulava licenciado e “cirurgiam aprovado”, anunciava que tinha “um remedio específico, methodico e curativo para carnosidades”; a 27 desse mesmo mês e ano, Joam Francisco Ferandy anunciava que possuía um “segredo maravilhoso [para curar] carnosidades, chagas e fístulas”; a 30 de Janeiro de 1749, o Doutor Clemente Vaz Bélo Cidade, anunciava que tinha “hum remédio especifico para curar o mal gálico em qualquer estado (...) sem unções, nem pyrolas de panacea (...) [servindo o mesmo também] para incordias, mulas, e hérnias”; a 1 de Outubro desse ano, avisava-se o público interessado de que na casa de D. Agueda Maria Theresa, viúva do Doutor João Pinheiro Pereira Coutinho, se vendia “com aprovaçam do Fysico mor hum Balsamo descoagulante, que entre as mais virtudes (...) [era] efficacíssimo remédio, e obrava prodigiosos efeitos nas queixas de hydropesia, obstrucção, sufocação uterina, Paralysis, vertigens, dor de ciática, febres rheumaticas, e pintas, gota, gálico, alporcas e toda a casta de tumor cangroso.”

Constatámos, a partir da leitura dos anúncios da *Gazeta de Lisboa* que as “infalíveis mezinhas” ou os “remédios particulares e secretos”, tanto podiam ser produzidos por profissionais de saúde devidamente aprovados – médicos, boticários e cirurgiões diplomados – como poderiam ser produzidos por simples curiosos ou meros charlatães e tanto podiam ser vendidos em boticas, como nas casas particulares ou nos locais de trabalho dos referidos inventores.

Constatámos igualmente que a oferta dos remédios “secretos e milagrosos” por parte dos particulares ultrapassava sempre a que era feita pelas Boticas e pelos Boticários aprovados, cujo número era ainda muito reduzido na primeira metade do século XVIII.

Pelos dados que possuímos para a primeira metade de Setecentos, verificamos que existiam nove boticas nas áreas mais centrais da *Corte*, localizando-se, estrategicamente, nas freguesias mais populosas e (ou) nas artérias mais concorridas

como as boticas de António Fernandes Carneiro e a de Manuel Jorge de Faria localizadas na Rua da Rosa das Partilhas (freguesias de N^a Sr^a da Encarnação - N^a Sr^a das Mercês), a de Luís de Maia Pinto (boticário do Duque de Lafões) situada na Rua direita das Portas de Santa Catarina (freguesia do Sacramento), a de Manuel da Silva Vilela localizada junto à Cruz de Cata-que-farás (freguesia de S. Julião), a dos Anjos na Travessa da Chancelaria Mor, a de Bartolomeu da Fonseca junto à Igreja da Madalena (freguesia de S.t^a Madalena), a de José Gomes Ferreira situava-se na Rua dos Arcos, a de Pedro Nobre, situada na Rua Nova do Almada (freguesia de S.t^a Catarina) e a de António Lopes de Lima localizada junto à ermida de N^a Sr^a dos Remédios (freguesia de S.t^o Estêvão). Já mais afastada, numa área de fraca urbanização até meados do século XVIII, apareceu em 1729, a botica do Rato.¹⁸⁰

Além dessas boticas privadas, disponíveis para todos os cidadãos com algum poder de compra, existiam as boticas conventuais que, embora destinadas aos religiosos, não deixavam de facultar “mezinhas” aos leigos mais necessitados e ainda as boticas dos hospitais já referidos - o Hospital Real de Todos os Santos, o do Hospital dos Soldados no Castelo, o Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco e o Hospital de N^a Sr^a da Luz no *Termo*, cujos boticários produziam todo o tipo de *mezinhas* prescritas pelos médicos e cirurgiões para os doentes internados e para os que aí eram assistidos.

Focando, apenas, os boticários privados, é surpreendente a sua aparente passividade, face à concorrência que lhes era movida pelos curiosos e charlatães no que respeitava à produção e venda dos “efficacíssimos remédios”. Não teriam eles bases científicas e legais irrefutáveis para provarem a superior qualidade dos seus fármacos?

A preparação teórica e profissional dos boticários assentava essencialmente na memorização de duas obras fundamentais: as fórmulas dos *Cânones* de Mesué (que integravam a farmácia tradicional ou galénica) e o *Exame de Boticários, com úteis doutrinas concernentes à Arte Pharmaceutica*, texto da autoria do beneditino Frei Estevam de Villas (que administrara a Real Botica de S. João de Burgos) no século XVI, que conheceu sucessivas reedições até meados do século XVIII.

A publicação, em 1704 (a que se seguiram várias reedições), da *Farmacopeia Lusitana*, da autoria de D. Caetano de Santo António (boticário do Convento de Santa

¹⁸⁰ Na década de 40 do século XVIII, o Largo do Rato foi integrado na freguesia de Santa Isabel e, na década de 70, na de S. Mamede, uma vez que depois do Terramoto de 1755, a Igreja de S. Mamede passou da zona do Castelo para a actual Rua da Escola Politécnica.

Cruz de Coimbra), viria a contribuir para melhorar os conhecimentos dos boticários, porque englobava, a par das fórmulas tradicionais, informações sobre o modo de preparação de alguns medicamentos químicos.

Seguiu-se, em 1716, a publicação da *Pharmacopea Ulyssiponense*, da autoria de João Vigier (farmacêutico francês estabelecido em Lisboa desde finais do século XVII), que incluía um bom número de fórmulas químicas com a indicação da sua preparação, mas que não negava a “existência de virtudes especiais em certos medicamentos de preparação secreta”.¹⁸¹

Outro importante contributo para melhorar a formação dos boticários ficou a dever-se à obra do dr. Jacob de Castro Sarmento¹⁸², intitulada *Matéria Medica Physico-Historico-Mechanica, Reyno Mineral, a que se juntam os principaes Remédios do presente estado da Medicina*, editada em Lisboa a 7 de Fevereiro de 1737.

A divulgação destas últimas obras processou-se de forma lenta e, por isso, a maior parte dos boticários mantiveram-se fiéis, até finais do século XVIII, aos já referidos *Cânones* de Mesué e ao *Exame dos Boticários*, logo, à farmacopeia galénica.

A actuação dos boticários não diferia, obviamente, da dos outros profissionais, pelo que não estranhámos que só uma minoria se preocupasse em actualizar os seus conhecimentos e em criar medicamentos novos, com recurso a fórmulas químicas de maior eficácia no tratamento dos males, enquanto a maioria preferia, comodamente, continuar a produzir mezinhas, xaropes, bálsamos, “remédios secretos”, etc., que nada curavam. Assim, a maioria dos boticários aprovados, pouco se distanciava do modo de actuar dos “curiosos” e dos charlatães.

De facto, os estabelecimentos especializados e abertos com a prévia autorização das autoridades - as boticas - produziam e vendiam “elixires milagrosos” e “segredos” para as mais variadas moléstias, como constatamos pela leitura do folheto publicitário da Botica do Rato, aquando da sua inauguração em 1729. Esse folheto¹⁸³ informava os potenciais clientes de que na “nova Botica” se estilavão “todas as agoas em lambiques de vidro”, e de que também aí se encontravam “a mayor parte das Pedras, Ossos, Dentes, Raízes, Páos, Oleos, e Simples da Índia, e America com todas as receytas de

¹⁸¹ Mira, M. Ferreira de, *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa, p. 244

¹⁸² Médico português, nascido em Bragança e formado em Évora e Coimbra, que se fixou em Londres, onde foi admitido no Colégio Real dos Médicos e na Sociedade Real de Londres. Em Londres conheceu Ribeiro Sanches, de quem se tornou amigo.

¹⁸³ B. N. Reservados, cod. 1566, fl. 114

suas virtudes”. Anunciava-se ainda que a botica era “especializada” em “segredos”, de que tinha a exclusividade, nomeadamente de um “Remedio (...) para suspender, e curar as sezões, e toda a casta de febre”, de uns Pós que curavam “toda a casta de fluxo de sangue por qualquer via que seja (...)”, de um “Remedio, e segredo notavel para curar os Cancros (...)”, de um “Segredo novo effiacissimo, e suave para curar toda e qualquer casta de queixa Galica ainda que (...) na ultima especie, remedio certissimo, e aprovado sem suores nem medicamento que leve azougue e com moderado regimento”.

Nesse mesmo ano, o boticário António Lopes de Lima, publicou, com “todas as licenças necessarias”, um opúsculo intitulado *Remedio Novo, e admiravel de huns pós sympathicos*, no qual anunciava que, na sua botica, se preparavam “huns pós, que [excitavam] o suor sem nenhum abalo, e sem tocar no enfermo” e, mesmo que este estivesse distante, ficaria curado. Seguia-se a descrição das várias etapas desse extraordinário e “milagroso” método terapêutico: primeiro, recolhia-se a urina matinal do(a) enfermo(a); depois deitava-se essa urina numa garrafa com os ditos “pós suporificos”; em seguida, colocava-se a garrafa ao lume até a mistura começar a ferver e finalmente, decorrida cerca “hum hora pouco mais, ou menos, [começaria] a suar o enfermo (...) ainda que a ourina [fervesse], por exemplo, no bayrro alto, e o enfermo [morasse] no bayrro de Alfama.”¹⁸⁴

Se as autoridades, ignorantes nestas matérias, legalizavam, com o seu aval, a produção deste tipo de “segredos” pelos boticários aprovados, não tinham fundamentos para impedir que os *empíricos*, as parteiras, os sangradores e toda a casta de curiosos fizessem o mesmo. E os doentes, ainda mais ignorantes e supersticiosos do que as autoridades, por sua vez, nada questionavam sobre a legitimidade e a qualidade das mistelas vendidas como “segredos” e “remédios particulares”.

As mentes mais esclarecidas, nomeadamente as dos nossos “estrangeirados”, tentaram chamar a atenção dos governantes e do público em geral para o perigo decorrente da venda desses falsos medicamentos, fossem eles as “águas milagrosas”, “os pós infalíveis” ou os “segredos”. Luís António Verney chegou a afirmar que “não se [poderia] fazer maior serviço à República do que desenganar os médicos que a maior parte dos remédios [eram] importunos” e Ribeiro Sanches não se coibiu de

¹⁸⁴ Silva Carvalho, *Médicos e curandeiros*, Lisboa, ed. Tipografia Adolpho de Mendonça, 1917, pp. 106-107

responsabilizar as autoridades por essas práticas fraudulentas e nocivas para a saúde pública, uma vez que eram elas que as autorizavam e (ou) pouco faziam para as combater.

Mas, como as medidas de controlo de qualidade demoraram muito a ser implementadas e como o “segredo” continuou a ser “a alma do negócio”, ainda no terceiro quartel de Setecentos, o *Hebdomadário Lisbonense* divulgava anúncios deste teor: na “Botica junto às portas de Santo Antão [vendiam-se] segredos particulares (...) de admiráveis e infalíveis efeitos”.¹⁸⁵

¹⁸⁵ B.N. Periódicos, *Hebdomadário Lisbonense*, n.º 19, 1763

2.2.2. Fonseca Henriques e a *Anchora Medicinal* - “Prevenir é melhor do que remediar”¹⁸⁶

O provérbio popular “Quem não morre da doença, morre da cura” parece adaptar-se perfeitamente a tudo o que acabámos de expor quanto às práticas médicas e medicamentosas, generalizadas na *Corte* e no país, pelo menos até finais do século XVIII.

Efectivamente, a maioria dos pacientes arriscava-se a ver a sua saúde a degradar-se ainda mais ou até a acabar por morrer, na sequência dos tratamentos terapêuticos a que se sujeitava, sobretudo quando se tratava da aplicação de sucessivas sangrias e (ou) da ingestão dos famosos “segredos”.

Mas, se é certo que a maioria dos médicos e dos boticários se mostravam indiferentes aos resultados da sua acção, ou seja, não analisavam criticamente a validade das práticas médico-terapêuticas que aplicavam, os médicos pré-modernos começaram, a partir das primeiras décadas de Setecentos, a questionar a eficácia dessas práticas, partindo da observação e da experimentação.

Em Portugal, um desses médicos pré-modernos foi Francisco Fonseca Henriques, a quem já atrás nos referimos (p. 86) a propósito da reedição do Tratado de Madeira Arrais, com a designação de *Madeira Illustrado*, em 1715.

Fonseca Henriques nasceu em Mirandela a 6 de Outubro de 1665, sendo filho de Gabriel Pereira e de Grácia Mendes e, em 1685, foi para Coimbra onde se licenciou em Medicina. Iniciou a sua actividade médica em Chaves mas, em 1695, deslocou-se para Mirandela, onde o seu irmão António (licenciado em Direito) exercia o cargo de corregedor e aí abriu consultório.

Tendo dois familiares a trabalhar para a família dos Távoras¹⁸⁷ - um tio como feitor e o irmão Manuel como procurador -, o “dr. Mirandela” (nome com que veio a ser

¹⁸⁶ Esta máxima popular contrapõe-se a muitos dos provérbios setecentistas que evidenciam uma atitude muito céptica em relação aos médicos e boticários como se pode ver pelos seguintes exemplos: “O melhor médico é o que se procura e não se encontra”; “Se tens Físico amigo, manda-o a casa do teu inimigo”; “Com malvas e água fria, faz-se um boticário num dia”; “Mal por mal antes cadeia do que hospital”.

¹⁸⁷ O 1º Marquês foi D. Luís Álvares de Távora (1634-1672), 17º senhor da Casa de Távora no Mogadouro; o 2º Marquês foi D. António Luís de Távora (1656-1720) e a 3ª Marquesa foi D. Leonor Tomásia de Távora (1700-1759).

conhecido) acabou por ser apresentado a esses fidalgos e, com o seu apoio, estabeleceu-se em Lisboa, nos primeiros anos do reinado de D. João V.

Recomendado, provavelmente, pelos próprios Távoras às melhores famílias da *Corte*, rapidamente granjeou uma grande reputação como clínico entre a clientela fidalga, o que terá contribuído para que o monarca o escolhesse para seu médico pessoal.

A par da sua reputação como clínico, Fonseca Henriques também se notabilizou pelas obras que foi publicando no decurso da sua vida e, por tudo isso, foi elogiado em vida e depois de morrer, como constatamos pelas palavras que Baptista de Castro lhe dedicou: “Francisco Fonseca Henriques, natural de Mirandella, foy hum dos Medicos mais doutos que florescerão no nosso século”.¹⁸⁸

Dentre as principais obras publicadas pelo “dr. Mirandela”, destacaram-se as seguintes: a *Pleuricologia* ou *Tratado único do uso e administração do azougue nos casos em que é proibido*, em 1708; *Medicina Lusitana: socorro delfico aos clamores da natureza humana para total profligação de seus males*, Amesterdão, 1710; o *Apiarium Medico-Chymico, Chyrurgico e Pharmaceutico* (coleção de observações clínicas); a *Anchora Medicinal para preservar a vida com saúde*, em 1721; o *Aquilégio Medicinal em que se dá notícia das águas de caldas, de fontes, rios, poços, lagoas e cisternas do reino e dos Algarves, que ou pelas virtudes medicinaes que tem, ou por outra alguma singularidade, são dignas de particular memória*, em 1726.

Nos seus primeiros textos e tratados, escritos em latim, revelou uma grande erudição e um profundo conhecimento dos ensinamentos dos Antigos. Nos últimos textos, que já foram redigidos em português, Fonseca Henriques evidenciou um maior distanciamento relativamente aos autores clássicos e medievais e uma clara aproximação aos autores contemporâneos ou modernos.

O processo de aproximação aos modernos iniciou-se, provavelmente, por volta de 1709, uma vez que em 1708, Fonseca Henriques publicou, em latim, a *Pleuricologia* a qual era, segundo as suas próprias palavras, “filha da escola de Galeno” e, em 1710, publicou a *Medicina Lusitana*¹⁸⁹, que já era fruto da “escola da razão”.

¹⁸⁸ Baupista de Castro, *Mappa de Portugal*, vol. 2, p. 356

¹⁸⁹ *Medicina Lusitana, Socorro Delphico aos clamores da Naturesa humana para total prosligação de seus males*, Amsterdam, 2ª ed., 1731. BN (S.A. 6513 A)

Esta última obra relativa à concepção, ao parto e ao tratamento das crianças e de adultos foi organizada em três partes, tratando a primeira parte da “vida do Homem antes de nascer”, a segunda da “Arte de criar, e curar mininos, desde que nascem até serem adultos” e do “Methodo Racional para curar a mayor parte dos males, que padecem os homens” e a terceira de um “tratado de febres”.

Talvez pela sua modernidade, em confronto com a maioria dos escritos médicos até então publicados, a primeira edição desse Tratado teve grande procura e já estava esgotada por volta de 1729, como depreendemos pela petição que, nesse mesmo ano, Fonseca Henriques dirigiu ao monarca, expondo o seu receio de vir a ser prejudicado se algum “impressor ou livreiro o fizesse imprimir ou mandar vir de fora do Reino”.

Como seria de esperar, D. João V atendeu ao pedido do seu médico e, por carta datada de 3 de Novembro de 1729¹⁹⁰, determinou que, num prazo de dez anos, a contar a partir daquela data, “nenhú impressor ou livreiro (...) nem outra qualquer pessoa [pudesse] imprimir vender nem mandar vir de fora do Reino o Livro referido sem Licença do Suplicante sob pena de perder todos os volumes que (...) achados para o mesmo Suplicante e de pagar sincoenta cruzados”.

Dois anos mais tarde, Fonseca Henriques reeditou a *Medicina Lusitana*, introduzindo-lhe diversas alterações que, como explicou, eram justificadas pelos resultados das recentes descobertas, que se deviam à “sedula investigação dos Modernos contra o sentir dos Antigos, cujos erros certamente se [convenciam] com a clara luz de infalliveys inspecções Anatomicas (...)”.

Portanto, na reedição deste Tratado, tal como se verificara aquando da já referida reedição do *Madeyra Illustrado* em 1715,¹⁹¹ Fonseca Henriques demonstrou, sem tibiezas, que conhecia e aprovava os autores *Modernos*, visto que estes tinham provado “com experiencias verdadeyras” a falsidade de “muytas cousas tidas até então como certas”. Claro que as “experiências verdadeiras” referidas pelo clínico eram as dos médicos de finais de Seiscentos e inícios de Setecentos – Harvey, Sthal¹⁹², Malpighi,

¹⁹⁰ ANTT, Chancelaria de D. João V, livro 74, fl.

¹⁹¹ B.N.L., *Madeyra Illustrado* (...) Reformado ao sentir dos modernos, illustrado com muytos casos praticos & enriquecido com varios & efficazes remedios, para extinguir com facilidade este contagio & para acodir promptamente aos seus productos pelo Doutor Francisco da Fonseca Henriques, natural de Mirandella, Médico do Sereníssimo Rey de Portugal Dom João V.

¹⁹² Georg Ernst Stahl (1659-1734) foi um destacado médico e químico alemão. Tendo-se doutorado em medicina na universidade de Jena tornou-se em 1694, professor da recente universidade de Halle na der Saale e ocupou também o lugar de médico pessoal do Duque de Saxónia-Weimar. De 1716 a 1734, foi médico pessoal de Frederico I da Prússia.

Leeuwenhoek¹⁹³, Boerhaave e outros –, cuja divulgação (embora não muito generalizada) já se verificava em vários países europeus.

Em 1721, Fonseca Henriques publicou a *Anchora Medicinal para conservar a vida com saúde* (de que falaremos mais adiante) e, em 1726, escreveu o seu último tratado, o *Aquilégio Mineral*, cuja publicação foi apoiada pelo Marquês de Abrantes. Este último Tratado completava, em certa medida, o seu tratado *higienista* (ou seja, o Tratado de medicina preventiva), uma vez que apresentava um exaustivo inventário das “caldas, rios, fontes, etc.”, fornecendo informações detalhadas sobre a composição das águas e sobre as suas qualidades na prevenção e (ou) no tratamento não agressivo das mais diversas patologias. O valor do *Aquilégio Medicinal* não se alterou ao longo dos tempos, tendo conhecido sucessivas edições no século XIX e no século XX e sendo ainda hoje considerado uma obra de referência no âmbito do termalismo e da hidroterapia.

Embora todos os escritos do “dr. Mirandela” tivessem tido boa recepção junto do público letrado da época, a obra que conheceu maior sucesso no período joanino e ainda nos primeiros tempos do reinado de D. José I, foi a já referida *Anchora Medicinal para preservar a vida com saúde*, o que ficou demonstrado pelas quatro edições sucessivas: em 1721, em 1731, em 1749 e em 1754.¹⁹⁴

O sucesso deste Tratado decorreu, sem dúvida, do seu carácter inovador, uma vez que apareceu como uma obra de medicina *higienista* ou preventiva, em absoluto contraste com os habituais escritos médicos que se reportavam aos estados patológicos e às respectivas terapias.

No Preâmbulo do Tratado, o próprio Fonseca Henriques clarificou essas diferenças, afirmando que a obra, embora fosse “pequena no volume”, excedia as outras “no assumpto, & na matéria”, porque as obras que escrevera anteriormente se tinham destinado aos doentes e esta fora escrita para os sãos e, mais ainda, aquelas tinham sido escritas para “curar achaques, & enfermidades” e esta fora escrita com o

¹⁹³ Anton van Leeuwenhoek (1632-1723), de nacionalidade holandesa, destacou-se como construtor de microscópios e cientista, tendo deixado importantes contributos para o conhecimento da biologia celular.

¹⁹⁴ Lemos, Maximiano, *História da Medicina em Portugal*, Lisboa, ed. D. Quixote e Ordem dos Médicos, 1991, 2 vol.s, vol. II, p. 143

objectivo de “não achacar, nem adoecer, & não [havia] duvida, que [era] muyto melhor não padecer, do que curar”.¹⁹⁵

Esta última frase do “dr. Mirandela” parece-nos particularmente elucidativa sobre as razões que o levaram a escrever a *Anchora Medicinal*: por um lado, o reconhecimento, pela experiência adquirida com a sua prática clínica, da pouca eficácia dos meios terapêuticos tradicionais para curar a maior parte das doenças; por outro, a crença de que com os meios preventivos adequados e (ou) com correctas opções de vida, todos os indivíduos poderiam evitar as doenças, logo, “não padecer”.

Fonseca Henriques, tal como a maioria dos médicos do seu tempo, embora fosse um conhecedor e defensor dos novos saberes e embora se declarasse adepto do “verdadeyro methodo racional de curar a mayor parte dos males”, não conseguira ainda libertar-se da sua “herança galénica” ou empírica na prática médico-terapêutica. Assim, embora já prescrevesse alguns dos novos medicamentos químicos (a quina, o ópio e o azougue), não deixara de recorrer às sangrias, aos purgantes e aos “segredos”, ou seja, às terapias tradicionais (galénicas).

Essa atitude de Fonseca Henriques decorria das dificuldades partilhadas na época por todos os clínicos pré-modernos (nacionais e estrangeiros) os quais, não dispondo senão “da lanceta e do clister como armas”¹⁹⁶, não se libertaram totalmente da herança galénica, sobretudo porque faltavam “tratamentos baseados nestes novos conhecimentos (...) [e] porque as descobertas [ainda eram] pouco coerentes entre si para permitirem a elaboração de um novo universo intelectual capaz de rivalizar com o de Galeno”.¹⁹⁷

Condicionado a recorrer aos métodos terapêuticos galénicos (os que existiam!), mas ciente, sem dúvida, da inutilidade dos mesmos, Fonseca Henriques procurou compreender os mecanismos da doença e da saúde, identificando primeiramente os factores que condicionavam ou determinavam esses estados e detectando depois os meios ou medidas acauteladoras ou preventivas que permitiriam evitar as doenças.

E, convicto de que era melhor “prevenir do que remediar”, elaborou um tratado exclusivamente direccionado para a preservação da saúde, a *Anchora Medicinal para conservar a vida com saúde*, que surgiu, na primeira metade de Setecentos, como o

¹⁹⁵ BFM, Res. 192.

¹⁹⁶ Tübiana, Maurice, opus cit., p. 142.

¹⁹⁷ Idem, ibidem.

primeiro tratado português de Medicina Preventiva ou *higienista* (no sentido em que visava preservar a saúde) e como um dos primeiros tratados *higienistas* europeus de Setecentos.

A obra foi dedicada ao Marquês de Cascais (D. Manuel Joseph de Castro Noronha Ataíde & Sousa) porque, como explicou Fonseca Henriques, fora esse fidalgo que o persuadira a escrevê-la e que pagara a sua impressão. À dedicatória, licenças e antelóquio, sucedia-se o texto do Tratado propriamente dito, com um total de 537 páginas, organizado em cinco partes ou “Sessoens” subdivididas, por sua vez, em vários “Capitulos” nos quais se explicava como é que, com “recto uso y boa administração das seys cousas não naturaes” se podia conservar a saúde.

Essas “seys cousas não naturaes” - “o Ar ambiente; o Comer, & o Beber; o Sono e a Vigília; o Movimento, & o Descanço; os Excretos, & os Retentos; e as Payxoens da alma” -, que tinham sido enumeradas e explicadas pelos autores clássicos (Hipócrates em particular) foram, no decurso do tempo, valorizadas ou revalorizadas de diferentes maneiras. Para alguns médicos a “cousa” mais importante era a alimentação, para outros era o exercício, para outros era “o ar” e assim sucessivamente, embora a valorização de um factor não implicasse o esquecimento dos outros.

Nos séculos XVI e XVII, muitas vezes no rescaldo de novos surtos epidémicos ou perante a sua ameaça, publicaram-se vários escritos que explicavam a importância das referidas “seys cousas” (valorizando, normalmente, uma delas) para a preservação da saúde e da vida sendo, por isso, textos *higienistas*.

Um dos escritos mais importantes deveu-se ao médico português Rodrigo da Fonseca que, em inícios do século XVII, ocupou o lugar de “primo lettore” nos estudos médicos da Universidade de Pisa. No seu tratado intitulado *Del conservare la Sanita*¹⁹⁸, publicado em 1603, Rodrigo da Fonseca destacou, dentre as “seys cousas” ou factores mais significativos para a preservação da saúde, o exercício físico (capítulos 3, 4, 5, 6 e 7), a alimentação (capítulos 8 a 15), o descanso (capítulo 18) e o ar (capítulo 25)¹⁹⁹.

¹⁹⁸ BN, Res. 2562.

¹⁹⁹ O Tratado *Del Conservar ela Sanita* tem 147 páginas e é constituído por 32 capítulos, dos quais cinco dos primeiros são dedicados ao exercício: Cap. 2, De gl' Instrumenti di que st' Arte; Cap. 3 – Delle differenze dell'esercizio, & del moto universale; Cap. 4 – Qual sai l'esercizio à qualunque persona conviene; Cap. 5 – Del modo dell'esercizio conforme all' età; Cap. 6 – Qual maniera d'esercizio al corpo temperato, & à gli altri convenga da i quattordici anni infimo alla fine della vita; Cap. 7 – Segue dell' esercizio de corpi alla servitù sottoposti & de gli intemperati -, seguindo-se sete capítulos sobre os alimentos e as bebidas, um sobre o descanso e um sobre o Ar.

Sem deixar de referir a importância do ar temperado na saúde, Rodrigo da Fonseca deu, indiscutivelmente, mais importância ao exercício físico e à alimentação, no conjunto das seis “cousas” que contribuíam para a preservação da saúde. Dado o prestígio de que gozou como professor de uma das mais conhecidas universidades europeias da época, o Tratado do referido médico português teve, indubitavelmente, repercussão junto dos *físicos* da época.

Por sua vez, Fernão Solis da Fonseca, reputado *físico* e lente da Universidade de Coimbra (de 1584 a 1585), publicou em 1626, um texto intitulado *Regimento para conservar a saúde e a vida*, no qual referia as “seys cousas não naturais”, das quais destacava a alimentação, embora sem menosprezar a importância dos “bons ares”.

O destaque dado à alimentação, entendida como a “cousa” mais importante, foi habitual na maioria dos escritos de carácter *higienista* de Seiscentos, por se entender que dela dependia o equilíbrio/desequilíbrio dos *humores* os quais determinavam, por sua vez, os estados de saúde ou de doença dos indivíduos.²⁰⁰

As preocupações com a preservação da saúde, que motivaram os primeiros textos *higienistas* (ou preventivos) como os que atrás indicámos, também se reflectiram na obra utópica do filósofo Francis Bacon (1561-1626), a *Nova Atlantis*, publicada em 1627. Ao descrever a arquitectura de Bensalem, a capital da sua ilha, Bacon apontou novas categorias tipológicas de construção, em que se inseriam, por exemplo, os “quartos de saúde” e as “torres de insolação e de refrigeração”²⁰¹, estando estas últimas associadas à questão da purificação do ar.

De meados do século XVII ao século XVIII, verificaram-se consideráveis alterações nas urbes europeias – grande crescimento demográfico, agravamento da sujidade urbana, maior propagação das doenças contagiosas, etc. – ao mesmo tempo que diversos estudiosos (médicos, químicos como Robert Boyle, Giovanni Lancini e Arbuthnot, entre outros) analisavam a composição do ar e relacionavam as doenças contagiosas com os ares *corrompidos*. Assim, para os médicos pré-modernos, informados das experiências e estudos desse teor, o Ar ganhou uma particular relevância para a preservação da saúde, particularmente nos espaços urbanos mais populosos.

²⁰⁰ vide Georges Vigarello, *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, ed. Fragmentos Lda, 1988, p. 43

²⁰¹ Choay, Françoise, *La règle et le modèle*, Paris, ed. du Seuil, 1980, p. 59

Ora, sendo Fonseca Henriques um médico pré-moderno, não podia deixar de destacar a importância do Ar no seu Tratado *higienista* ou de medicina preventiva, embora não tenha negado que as outras cinco *cousas* também contribuíam para a preservação da saúde. Aliás, no Antelóquio da sua *Anchora Medicinal* começou, precisamente, por explicar a importância das “seys cousas não naturais”, do seguinte modo: “quem [respirasse] bons ares: quem com moderação, & prudência [usasse] de bõs alimentos: quem [dormisse] com sossego as horas que [bastassem]: quem [fizesse] exercício; quem [trouxesse] a natureza bem regulada nas suas evacuações: & quem não [tivesse] payxoens, que lhe [alterassem] a harmonia dos humores: não [podia] deixar de ter boa saúde (...)”.²⁰²

Dedicou, porém, a I Sessão (ou Parte) da *Anchora Medicinal* ao Ar, definindo-o como “a cousa mais importante” e, para justificar a sua relevância, afirmou que ele era tão necessário para a “duração da vida, que nem hum instante [esta] se [podia] conservar sem elle (...)” e que “nos danos, & outras utilidades da saúde [podia] tanto, que huas vezes com suas boas qualidades a [conservava] & com suas impuridades a [arruinava].”²⁰³

O desenvolvimento desse raciocínio, conduziu necessariamente à análise dos diversos tipos e (ou) qualidades de ares e aos efeitos que os mesmos exerciam na conservação da saúde e no tratamento de algumas doenças em particular. No capítulo II, designado “Da eleyção do Ar”, Fonseca Henriques referiu a importância dos ventos, os quais “sendo moderados, & brandos (...) [serviam] muyto para que o Ar se não [corrompesse] com as impuridades (...), de que [nasciam] graves, & pestilentes enfermidades, como [experimentavam] muytas vezes, as regioens estagnantes, paludanas, & bayxas, menos combatidas, ou lavadas dos ventos (...)”.

Referindo-se, mais adiante, à importância dos bons ares no tratamento dos “males do peyto, & cabeça”, afirmava que a qualidade do ar devia ser observada “na cura de todos os males; que sendo o Ar cousa tão principal nelles (...) [havia de se] pôr todo o cuydado em que o [respirassem] conveniente ás queyxas, que [padecessem]; &

²⁰² Henriques, Francisco Fonseca, *Anchora Medicinal para conservar a viada com saúde*, Lisboa, ed. Oficina da Musica, MDCCXXI, p. 1

²⁰³ Idem, p. 4

por isto os Práticos entrando a descrever a cura dos males, antes de insinuárem os alimentos com que [deviam] tratar-se, [disseram] que se [cuidasse] primeyro do Ar”.²⁰⁴

Recorrendo à opinião dos *Práticos* (ou seja, dos médicos *experimentais* ou *modernos*), Fonseca Henriques defendeu a relevância do ar acima de quaisquer outros factores, incluindo a alimentação porque, como afirmava, contra o Ar nada resultava “por mais que a Arte se [empenhasse], & por mays remedios que se [aplicassem]”.²⁰⁵

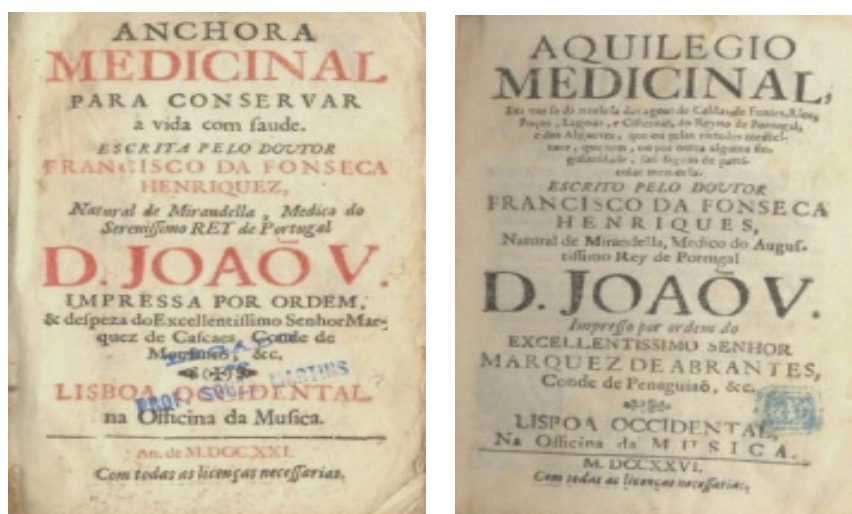


Figura 14. Capas de duas obras de Francisco Fonseca Henriques, a *Anchora Medicinal* (esquerda) e o *Aquilegio Medicinal* (direita)

Ora, ao hiper-valorizar o *Ar Puro* como factor determinante na preservação da saúde, Fonseca Henriques distanciou-se dos *higienistas* que o precederam (que valorizaram o exercício físico e a alimentação como as “as cousas” ou os factores mais relevantes) e evidenciou um pensamento inovador, pré-moderno. É certo que o carácter inovador do seu pensamento já se evidenciara na própria decisão de escrever a *Anchora Medicinal*, uma vez que a elaboração de um tratado destinado a preservar a saúde e a vida era revelador de um espírito científico (ou pré-científico) optimista, muito próximo do que evidenciaram os estudiosos modernos e iluminados.

Contudo, o carácter mais inovador do seu pensamento *higienista* decorreu da valorização dada ao *Ar puro*, no que se afastou dos médicos de Seiscentos e dos que lhe

²⁰⁴ Henriques, Francisco Fonseca, opus cit., p. 9

²⁰⁵ Idem, p. 13

eram contemporâneos e o aproximou dos médicos *higienistas* europeus da segunda metade de Setecentos, para os quais o Ar se converteria numa preocupação central.²⁰⁶

As teorias *aeristas* ou o “mito do ar puro”, que estabeleceram uma ligação directa, de causa-efeito, entre o ar e a saúde (ou a doença) decorreram das conclusões precipitadas a que chegaram os médicos de Seiscentos e de inícios de Setecentos, na sequência das experiências laboratoriais que realizaram para compreenderem o mecanismo da respiração. Consistiram algumas dessas experiências em fechar os animais (coelhos, galinhas, aves, etc.) em recipientes de vidro, sem comunicação com o ar exterior, o que acabava por lhes provocar a morte por asfixia.

Os estudiosos envolvidos em tais experiências, como Arbuthnot²⁰⁷, Hales²⁰⁸, Boissier de Sauvages²⁰⁹ e outros, concluíram que a agonia e morte dos animais naquelas circunstâncias, se devia à existência de elementos tóxicos no ar expirado, que era considerado um “excremento volátil e mefítico”. Depressa se chegou à conclusão de que as doenças (e a morte), ocorriam sempre que os indivíduos se encontrassem em espaços fechados (onde o ar não podia circular nem ser renovado), visto que o seu hálito tinha componentes “mefíticos” e “venenosos”.

Faltando, na altura, os meios necessários para se conhecer a composição do ar, foi abandonada a outra interpretação possível (que só seria retomada nos finais do século XVIII, na sequência dos estudos de Lavoisier), para os factos observados, segundo a qual a agonia e morte dos animais fechados em recipientes estanques se devia à falta de um componente no ar que respiraram: o oxigénio.²¹⁰

Por outro lado, partindo do conceito de que o ar *puro* não tinha cheiro, contrariamente ao ar *pútrido*, depressa se estabeleceu a relação entre este e os cheiros fétidos e nauseabundos que decorriam da acumulação e decomposição dos lixos, presentes em todos os grandes aglomerados populacionais. Deduziu-se, então, que, quanto maior fosse a sujidade, mais nauseabundos seriam os cheiros e,

²⁰⁶ vide Georges Vigarello, opus cit., p. 186

²⁰⁷ John Arbuthnot (1667 – 1735), foi médico, matemático, escritor e musicólogo. Tendo nascido na Escócia, formou-se em Medicina pelas universidades de St. Andrews e de Cambridge e tornou-se sócio da Royal Society e membro do College of Physicians. Realizou importantes estudos sobre a composição do ar.

²⁰⁸ Stephen Hales (1677-1761) médico fisiologista e químico inglês, destacou-se sobretudo como inventor. Entre as suas invenções mais conhecidas, encontram-se o *fórceps* cirúrgico e o ventilador.

²⁰⁹ François Boissier de Sauvages de Lacroix (1706-1767), médico e botânico francês, professor na Universidade de Montpellier a partir de 1734

²¹⁰ Como explica Georges Vigarello, *Histoire des pratiques de santé. Le sain et le malsain depuis le Moyen Age*, Paris, ed. Seuil, 1993, p. 176: “(...) Ils ignorent en 1740-1750 le rôle de l’oxygène (...)”

consequentemente, mais *corruptos* seriam os ares que se respiravam, devido à falta de circulação e de renovação do ar. Estabeleceu-se, por fim, uma relação de causa-efeito entre a sujidade, geradora de cheiros *pútridos* e a frequência e duração das doenças.

Ainda que se tivesse partido de um conceito falso (o de que os maus cheiros eram a causa directa das doenças), gerou-se uma atitude benéfica: sob o impulso dos médicos, desenvolveu-se uma crescente preocupação pela higiene individual e urbana e pela boa circulação do Ar, preocupação que viria a ser partilhada, a partir das primeiras décadas do século XVIII, pelos engenheiros-militares, pelos burocratas e pelos governantes mais esclarecidos.

As preocupações com a qualidade do ar, logo, com a sua *purificação*, aumentaram ainda mais a partir do último quartel dessa centúria, na sequência dos estudos de Lavoisier²¹¹ conducentes à descoberta do oxigénio. De facto, as explicações desse químico francês sobre a importância do oxigénio para alimentar os músculos e para gerar energia, levaram outros estudiosos, como Priestley²¹² a olhá-lo como um “prodigioso elixir de vida”.²¹³

Conjugaram-se, assim, os estudos dos químicos, dos botânicos e de outros estudiosos com os dos médicos *higienistas*, na criação do “mito do ar puro”, curativo e regenerador, mito absolutamente necessário numa Europa cada vez mais urbanizada, mas cujas cidades se caracterizavam pela sujidade, pelos maus cheiros e pelas altas taxas de mortalidade. Nessa Europa doente e pestífera, a esperança de não adoecer e até de se garantir a longevidade, passou a depender exclusivamente do ar *puro*.

As crescentes preocupações com a purificação do ar acentuaram-se a partir de meados do século XVIII, acompanhando a crescente divulgação desse “mito” ou das teorias *aeristas* no seio das elites intelectuais europeias. Sob a influência de tais ideias, os membros dessas elites passaram a olhar (e a pensar) as questões da saúde (individual e colectiva) de outro modo, ou seja, associadas, cada vez mais, aos problemas urbanos – sujidade, maus cheiros e má qualidade do ar. A necessidade de combater tais problemas, conduziu às grandes intervenções urbanas de cariz *higienista*.

²¹¹ Antoine Lourence Lavoisier (1743 -1794), foi um destacado químico francês que, aos 25 anos, foi admitido na Academia das Ciências como químico-adjunto e, aos 28 anos, empreendeu a série de experiências que conduziram às grandes descobertas e revolucionaram a Química.

²¹² Joseph Priestley (1733 – 1804), foi um cientista inglês que realizou notáveis trabalhos sobre pneumato-química. Tornou-se sócio da Royal Society em 1766 e membro correspondente da Academia das Ciências de França, em 1772

²¹³ Vigarello, Georges, opus cit., p. 190

Tal como as suas congéneres europeias, as elites portuguesas também se mostraram sensíveis aos discursos *higienistas* e interessaram-se cada vez mais pelas questões da limpeza e do bom arejamento dos espaços públicos das povoações, indispensáveis para garantir a saúde dos seus habitantes. No caso de Lisboa, é possível que algumas das intervenções urbanas de carácter *higienista* do período joanino tivessem decorrido da influência exercida por Fonseca Henriques junto da elite intelectual e dos detentores do poder, os quais sempre lhe granjearam grande respeito e admiração.

Sintetizando o que acabámos de expor, Francisco da Fonseca Henriques ao publicar a *Anchora Medicinal para preservar a vida com saúde*, iniciou o discurso *higienista* português de Setecentos, o qual viria a conhecer um novo e decisivo desenvolvimento com a publicação, em 1756, do *Tratado da conservação da saúde dos Povos*, de Ribeiro Sanches (II Parte do nosso trabalho).

Cap. 3. As elites urbanas e os novos saberes

3.1. As Academias e a renovação do(s) saber(es)

Debruçando-nos sobre o percurso profissional de Francisco Fonseca Henriques - de teórico a prático, de galénico a experimental, racional e pré-moderno - não pudemos deixar de nos interrogar sobre as circunstâncias que motivaram e (ou) proporcionaram a evolução do seu pensamento. Julgamos que a atitude inovadora, pré-moderna, de Fonseca Henriques, que o levou a questionar o saber dos Antigos e a valorizar a experiência e a razão, assentou em três factores: a leitura dos trabalhos científicos de biólogos, de químicos e de médicos, estrangeiros e (ou) estrangeirados; a troca de informações com outros agentes da saúde sobre as práticas médicas e cirúrgicas; e a discussão inter-pares sobre os métodos terapêuticos aplicados.

Na Universidade e nas instituições oficiais prevaleciam o conservadorismo e o imobilismo, decorrentes do pensamento escolástico e, por isso, os físicos, os cirurgiões e os boticários mais conscienciosos procuravam colmatar as suas falhas académicas, quer pela frequência de “cursos de formação” (como os de cirurgia no Hospital Real de Todos os Santos, já referidos), quer pela frequência de associações particulares de carácter profissional e (ou) cultural como as Confrarias, as Academias e os Salões.

As associações destinadas a melhorar os conhecimentos e práticas dos profissionais da saúde de todo o país, foram criadas em Lisboa, no Porto, em Santarém e noutras cidades e surgiram a partir dos primeiros anos do século XVIII. Em Lisboa, depois da Confraria de S. Cosme e de S. Damião, que agregava médicos, cirurgiões e boticários, surgiu, em 1722, a Academia de Alvestaria que, embora mais vocacionada para os veterinários, também admitiu médicos como associados e cuja actividade principal consistia em *“fazer cada quinze dias as suas Conferências, nas quaes se [havia] de tratar de todas as enfermidades dos corpos animados”*.

No Porto, foi fundada, em 1746, por iniciativa do cirurgião Manuel Gomes Lima, a Real Academia Cirúrgica Protótipo Lusitânica Portuense, que se destinava a divulgar junto dos sócios as mais recentes informações sobre as práticas cirúrgicas e os métodos terapêuticos mais adequados e modernos. Sobre as intervenções cirúrgicas,

afirmava-se no respectivo estatuto que para cada doença, deveriam aplicar-se as “mais próprias (...) sem se aderir a sistema particular mais que ao da razão ”.²¹⁴

Contrariamente ao desejado pelo seu findador, a participação dos associados começou a falhar, como se deduz de uma nota publicitária, divulgada em Junho de 1748, em que se noticiava que a “Academia Chirurgica Portuense, desejando nam faltar á observancia dos estatutos (...) [pedira] a todos os Cirurgiões do Reino lhe [quisessem] remeter as observações mais notáveis, que [tivessem] feito no discurso da sua praxe, e de 120, a que pediram, só responderam 35, [repetindo-se de novo] a mesma diligencia”.²¹⁵

A Academia Protótipo Lusitânica Portuense acabou por falhar mas o seu fundador não desanimou e, no ano seguinte, fundou a Academia Medico-Portopolitana, cujos Estatutos foram publicados com o apoio do Arcebispo Primaz de Braga, D. José, em 1749. Organizada em moldes diferentes, esta nova Academia abarcava médicos, cirurgiões, boticários e eruditos de Portugal, de Castela e do sul de França. No *Anteloquio* da obra, afirmava-se que a Academia fora fundada para “o cultivo da Medicina Experimental”, sendo o mesmo reafirmado no Estatuto I, onde se explicava que tal decorreria de seguir “as máximas da Natureza, os Experimentos praticos, e o methodo experimental”²¹⁶.

Nos vinte e nove estatutos que se seguiam, definiam-se as “quatro classes” de Académicos – “Illustres, Collectores, Eruditos e Experimentaes” – aos quais competiria divulgar os conhecimentos e progressos que pudessem contribuir para os “progressos da Medicina” e fazer dissertações sobre diversas matérias. Explicava-se no Estatuto XXI, a importância do envio para a Academia dos estudos resultantes da aplicação “das novas ideas” em “novas operaçoens, ou por experimentados remédios”²¹⁷ e, a propósito destes, recomendava-se que a sua composição correspondesse “aos termos das leis modernas dos Collegios, e Sociedades Medico-Europeas”.²¹⁸ No Estatuto XXVIII, declarava-se que o principal objectivo da Academia era “aclarar os pontos escuros da Medicina por via da Observação”, tomando-se, por isso, o compromisso da publicação anual de uma

²¹⁴ Mira, M. Ferreira de, *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa, ed. Empresa Nacional de Publicidade, 1947, p. 247

²¹⁵ BNL, periódicos, *Gazeta de Lisboa*, 25 de Junho de 1748

²¹⁶ *Estatutos da Real Academia Medico-Portopolitana*, Porto, ed. Lito of. Artistas Unidos, s/data, p. 16

²¹⁷ Idem, p. 27

²¹⁸ Idem, p. 28

obra que seria intitulada *Zodiaco Lusitanico Delphico*, a qual seria publicada em “doze meses, constando de cada mês de certo numero de Observações, ou Discurso.”²¹⁹

Tal como acontecera com a anterior, também esta Academia teve uma curta existência e foi necessário esperar pela segunda metade da centúria para que uma nova academia médica fosse criada com sucesso.

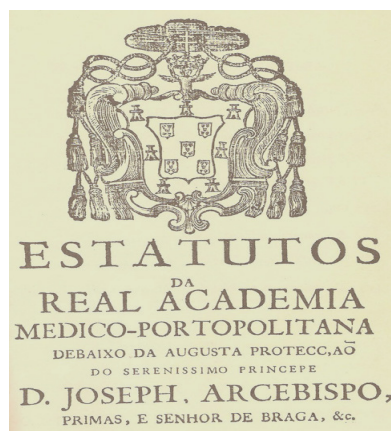


Figura 15. Capa dos *Estatutos da Real Academia Medico-Portopolitana*

A par destas Academias de profissionais, existiram as Academias de carácter cultural e científico que se tornaram, a partir de meados do século XVII, os locais privilegiados de divulgação dos novos conhecimentos (a maioria dos quais de proveniência estrangeira) e de debates entre os participantes, muitos deles membros da aristocracia e muitos outros representantes dos novos grupos socio-profissionais em ascensão, como os médicos, os engenheiros militares e os burocratas (letrados e juristas).

A primeira dessas Academias foi a dos *Generosos* criada em Lisboa em 1647, por iniciativa de D. António Álvares da Cunha. As palestras dos Generosos foram interrompidas em 1648, voltando a funcionar nos anos de 1685/86, por iniciativa de D. Luís da Cunha, até serem definitivamente interrompidas.²²⁰ Na mesma linha de intervenção dessas palestras, sucederam-se as *Conferências Discretas e Eruditas*, iniciadas sob a protecção de D. Francisco Xavier de Meneses, Conde de Ericeira, onde

²¹⁹ Idem, p. 30

²²⁰ *Historia dos Estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia*, Lisboa, Editora Typografica da Academia Real das Sciencias, 1881, p. 155

se tratavam de matérias “absolutamente científicas, isto é, questões filosóficas, problemas matemáticos, exposição crítica dos melhores autores”. Essas Conferências, embora discretas no nome, comportavam, de facto, uma notória “indiscrição de atitudes e valores”, como foi observado por Silva Dias.²²¹

Em 1663, surgiu a *Academia dos Singulares*, cujas sessões deram azo a duas publicações, datadas de 1665 e 1668 (posteriormente reeditadas em 1692 e 1698).

Na primeira metade do século XVIII, surgiram novas Academias: a dos *Anónimos* criada por D. Manuel Teles da Silva, Marquês de Penalva, que funcionou entre 1714 e 1728; a *Portuguesa* fundada pelo Conde de Ericeira, que se manteve em funcionamento até 1722; a dos *Aplicados* que funcionou entre 1724 a 1734; a dos *Escolhidos* criada em 1742; e a dos *Ocultos*, fundada em 1745 e cujas sessões (realizadas na livraria dos marqueses de Alegrete²²²) se prolongaram até ao último quartel de Setecentos.

Nas sessões académicas não era invulgar a leitura e o comentário de obras estrangeiras ou de estrangeirados, ainda desconhecidas do público letrado porque proscritas pelo *Index* e que, em muitos casos, haviam entrado clandestinamente, por correio diplomático. Assim, desde cedo os diplomatas surgiram como um grupo precursor na crítica às “vigências socioculturais do Portugal da época, em função de modelos colhidos no estrangeiro”²²³, o que contribuiu para que alguns deles também fossem apelidados de estrangeirados, a par dos exilados como Ribeiro Sanches ou Luís António Verney.

Muitos desses nobres académicos e estrangeirados participaram nas sessões promovidas pelo Conde de Ericeira²²⁴ na sua Academia Portuguesa, que era uma das mais prestigiadas da *Corte*. Dos frequentadores dessa Academia que desempenharam cargos diplomáticos, destacamos: D. Martinho Mendonça de Pina Proença Homem²²⁵,

²²¹ Araújo, Ana Cristina, *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 2003, p. 27

²²² vide Maria Leonor Ferrão de Oliveira, Tese, 2007, p. 84

²²³ vide *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. VII, pp. 423 a 425

²²⁴ Como afirma João Carlos Pires Brigola, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 71 “O nome dos Ericeira tem sido associado ao movimento literário e científico das Academias eruditas - que culminaria em 1720 com a fundação da Academia de História à qual D. Francisco de Menezes estaria intimamente ligado(...)”

²²⁵ Originário de uma família da pequena nobreza (1693-1743), filho e sobrinho de cronistas da Casa Real, cursou Filosofia em Coimbra e desde os vinte anos viajou pela Europa, tendo conhecido a Espanha, a Itália, a Austria, a Hungria, a Holanda e a França. Graças à sua erudição, tornou-se um colaborador

D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses²²⁶ embaixador em Roma em 1712, o 3º Conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Câmara, embaixador em Paris em 1715 (tendo como secretário o *cartesiano* Alexandre de Gusmão), o 5º Conde de Tarouca, D. Estêvão de Meneses (em 1750, 1º Marquês de Penalva), embaixador em Viena em 1734 (tendo como secretário o Cavaleiro de Oliveira).

Embora sem provas documentais que confirmem as nossas hipóteses, julgamos que Fonseca Henriques frequentou alguma das Academias atrás elencadas, uma vez que todas elas constituíam espaços não-oficiais de divulgação das novidades literárias, filosóficas e científicas, que tanto o interessavam. Se assim foi, parece-nos plausível que o “dr. Mirandela” tenha optado pela Academia Portuguesa, não só por ser a mais prestigiada, mas também porque aí se reuniam alguns dos nobres mais cultos e progressistas, seus conhecidos, como era o caso do Marquês de Abrantes (que tanto o incentivara a escrever o *Aquilégio Medicinal*).

O facto dessa Academia se localizar numa zona relativamente próxima da sua área de residência, poderia também justificar essa preferência. Residindo na Calçada do Jogo da Pela (lado sudoeste da freguesia do Socorro), Fonseca Henriques podia facilmente chegar à Rua Nova da Palma, seguindo depois para a Rua detrás de S. Domingos e daí para a Rua das Portas de Santo Antão até chegar à zona da Anunciada (freguesia de S. José), onde se localizava o Palácio dos Condes de Ericeira²²⁷, em cuja biblioteca ocorriam as sessões académicas.

Na Planta abaixo, marcámos esse hipotético percurso (o mais fácil de entre outros também possíveis), desde a Calçada do Jogo da Pela até ao Largo da Anunciada, passando pelo lado nordeste do Rossio e pela Rua das Portas de Santo Antão.

chegado do Conde de Ericeira (foi secretário da Academia Portuguesa fundada por aquele fidalgo) e tornou-se um dos 50 sócios fundadores da Academia Real de História. Escreveu os *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, em 1734.

²²⁶ O 1º Marquês de Abrantes (1676-1733), notabilizou-se pela sua erudição e curiosidade científica, tendo criado no seu palácio um Gabinete de curiosidades. Foi um dos sócios fundadores da Academia Real de História.

²²⁷ Segundo descrição inserta na *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Reyno de Portugal*, vol. III, p. 438, esse Palácio situado entre a Rua das Portas de Santo Antão e a Anunciada, tinha “120 compartimentos, 10 pátios, galeria com 200 pinturas de célebres mestres espanhóis, franceses, italianos, flamengos, holandeses (...) [e uma] magnífica livraria (...) de 18000 volumes impressos, 1000 colecções de papéis vários, cartas de marear (...) uma colecção numismática, museus de curiosidades e antiguidades (...)”

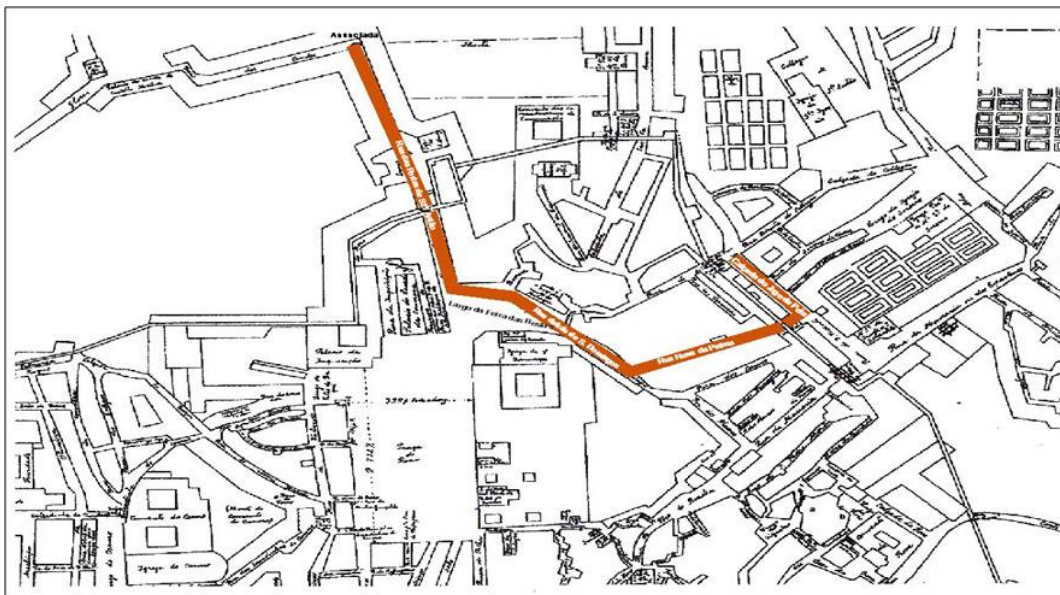


Figura 16. Percurso (hipoteticamente utilizado por Fonseca Henriques da sua residência à Academia Portuguesa) ligando a Calçada do Jogo da Pela, ao Rossio e deste à Rua das Portas de Santo Antão e à Anunciada.

O que mais atrairia Fonseca Henriques às sessões da Academia Portuguesa, seriam os temas propostos às discussões dos académicos e que, a partir da leitura dos anúncios divulgados na *Gazeta de Lisboa*²²⁸, imaginamos sugestivos e inovadores. Num dos primeiros anúncios, datado de 17 de Setembro de 1717, informava-se o público de que o “Conde da Ericeira querendo fazer communicavel a sua universalidade em toda a literatura, e dirigir os corações, e os discursos às virtudes moraes, e às sciencias, tirando destas as especulaçoens inuteis, instituhio no seu palacio hum congresso de pessoas eruditas, com o titulo de Academia Portugueza.” Informava-se ainda que as “assembleias” ou palestras começariam a 26 de Maio desse ano e que os temas das dissertações seriam as “Mathematicas, Phisicas, Moraes e Criticas (...)”²²⁹.

Sendo os temas abordados por destacados estudiosos da época – “A lógica moderna comparada com a dos antigos”, Azevedo Fortes; “A ética dos modernos”, António de Oliveira Azevedo; “O método dos estudos”, Conde de Ericeira; “O progresso das ciências e o modelo do sábio cristão”, Rafael Blutteau – é de presumir,

²²⁸ Cujo director, José Freire Montarroyo Mascarenhas, foi igualmente membro da Academia Portuguesa

²²⁹ vide João Carlos Pires Brigola, opus cit., p. 72

segundo as palavras de Ana Cristina Araújo, “que a exposição crítica dos melhores autores estrangeiros estivesse na ordem do dia nas sessões da *Academia Portuguesa*.”²³⁰

Estando essas sessões académicas abertas a todas as pessoas eruditas, proporcionavam o convívio entre os membros da nobreza (a maioria com cargos políticos e administrativos de relevo) e os representantes da burguesia letrada, ou seja, de formação universitária (ou equivalente), onde se incluíam os juristas (muitos deles ligados ao poder local ou central), os médicos, os engenheiros-militares.

Um dos mais destacados representantes deste último corpo profissional, Manuel de Azevedo Fortes, frequentou a *Academia Portuguesa* do Conde de Ericeira e, como já referimos, fez uma conferência intitulada “As Lógicas antiga e moderna” com o fito de explicar “alguns dos pontos essenciais do modelo cartesiano”.²³¹

Nascido em Lisboa em 1660, Azevedo Fortes acompanhara os pais para Espanha por volta de 1670 e aí estudara, primeiro no Colégio Imperial e mais tarde na Universidade de Alcalá de Henares. De Espanha seguiu para França, onde frequentou o Colégio de Plessis, cursando Filosofia Moderna (Lógica e Física) e Matemática e, alguns anos mais tarde, daí partiu para Itália, a fim de leccionar a cadeira de Filosofia na Universidade de Siena.

No seu regresso a Portugal, em 1695, trazia “uma ampla bagagem cultural, assente em três pilares fundamentais: um bom conhecimento de três grandes países da Europa; uma prática de seis anos de ensino; uma sólida formação superior, nos domínios da literatura, da metafísica e em matemática, no que respeitava tanto aos autores antigos, quanto aos modernos”.²³²

Em 1706, foi nomeado professor substituto da cadeira de matemática na Academia de Fortificação e, em 1719, foi promovido a engenheiro-mor do Reino.

Contrariamente a muitos dos seus contemporâneos, que receberam uma “formação escolástica, mais tarde complementada, em regime de autodidactismo, com a aquisição de informação sobre os autores modernos” (como foi o caso, entre outros, de Fonseca Henriques), Azevedo Fortes beneficiara “de um conhecimento de nível superior das várias matrizes filosóficas vigentes, podendo assim compará-las e decidir

²³⁰ Araújo, Ana Cristina, opus cit., p. 35

²³¹ Bernardo, Luís Manuel A.V., *O projecto cultural de Manuel de Azevedo Fortes*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. Temas Portugueses, 2005, p.34

²³² Idem, p.27

qual se lhe afigurava mais verdadeira.” Tornou-se, por isso, o “único conhecedor creditado e credível da cultura cartesiana em Portugal”.²³³

Na opinião de José Esteves Pereira, Manuel de Azevedo Fortes evidenciou uma posição anti-conceptualista através dos seus escritos (defendendo, por exemplo, que no “grande ornato e elegância, há pouco conteúdo”), reveladora de uma opção estética que privilegiava a ordem, a medida e a racionalidade. E, afirma o mesmo estudioso, que “Das coordenadas estéticas implícitas no discurso de Fortes importa (...) chamar a atenção para o que não sendo expressamente afirmado é a valoração técnica.”²³⁴

Se, como admitimos, Fonseca Henriques frequentava a Academia Portuguesa, é muito provável que tenha assistido à conferência do engenheiro-mor e que com ele tenha debatido diversas questões pertinentes, desde as que respeitavam às novas correntes filosóficas europeias e aos novos saberes em diversas áreas científicas, até às que respeitavam às respectivas actividades profissionais. E, provavelmente, as opiniões destes dois notáveis representantes das elites emergentes convergiram em diversos assuntos²³⁵, nomeadamente no que concernia à necessidade de melhorar a preparação teórica e prática dos futuros médicos e engenheiros, para garantir a sua dignificação socio-profissional.

Como já atrás referimos, Fonseca Henriques, no preâmbulo da sua *Medicina Lusitana*, tecera algumas considerações sobre a sua própria classe profissional, afirmando que a mesma não estava tão dignificada quanto devia porque, no passado, só “exercião a Arte os Varoens doutos”, no seu tempo ela era exercida por “hua legião de ignorantes”.

Se a ignorância dos clínicos contribuía para a sua desvalorização social e para o descrédito da própria “Arte de curar”, a inversão dessa situação só poderia verificar-se se a respectiva formação teórica e prática melhorasse. Ciente disso, Fonseca Henriques preocupou-se em reforçar e actualizar continuamente os seus conhecimentos, ao mesmo

²³³ Idem, p. 28

²³⁴ vide Pereira, José Esteves, “Manuel de Azevedo Fortes – Ética, estética e técnica”, *Actas do Congresso Portugal no século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, ed. Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, 1991

²³⁵ Como refere Luís Manuel Bernardo, opus cit. p. 35, Manuel de Azevedo Fortes, influenciado pelos cartesianos (que utilizavam sempre as línguas naturais), escreveu todas as suas obras em português, tal como se verificou com Fonseca Henriques, a partir de 1710, ano em que publicou pela 1ª vez a *Medicina Lusitana*.

tempo que procurou divulgá-los junto dos seus pares, através das obras que foi publicando.

Atitude idêntica manifestou Azevedo Fortes que, desde o início das suas funções docentes na Aula Militar de Fortificação (1701), se preocupou com a boa preparação teórica e prática dos seus discentes (futuros engenheiros militares), por entender que essa preparação era indispensável à sua dignificação socio-profissional.

Publicou, por isso, sucessivos “textos de suporte a uma prática diferenciada, o primeiro dos quais foi a *Representação (...) sobre a forma e direcçam que devem ter os Engenheyros para melhor servirem*, datado de 1720, e o mais importante de todos, foi o *Engenheiro portuguez*, publicado em 1728.”²³⁶

Para além das questões inerentes à dignificação social das respectivas corporações profissionais, muitas outras questões motivariam o diálogo entre Fonseca Henriques e Azevedo Fortes, não sendo de excluir a hipótese deste último possuir na sua biblioteca privada alguns dos textos da autoria daquele clínico e de outros médicos *higienistas*²³⁷. Talvez tivessem debatido alguns dos temas mais controversos dessas obras, particularmente o da relevância do ar puro na preservação da saúde das populações, como se defendia na *Anchora Medicinal*.

Discutindo a questão do ar *puro*, como garante da saúde e do ar *pútrido*, como causador das mais graves doenças, depressa chegariam os dois interlocutores à análise dos problemas urbanos que mais contribuíam para adulterar os ares: a falta de limpeza pública e privada, a localização dos *monturos*, a escassez de água corrente, as deficiências da rede de esgotos, a estreiteza das ruas, etc.

De tudo isto decorreria a conclusão de que urgia intervir na cidade, dotando-a de estruturas, infra-estruturas e de equipamentos, desde a criação da rede de fornecimento de água à rede de esgotos ao alargamento das ruas e à abertura de praças e ao seu calcetamento e limpeza.

Faltam-nos provas documentais para assegurarmos que Fonseca Henriques e Azevedo Fortes estiveram juntos nalgumas das sessões académicas promovidas pelo Conde de Ericeira e que nessas sessões poderiam ter debatido, entre outros, o tema do ar

²³⁶ Ferrão de Oliveira, 2007, 143-144

²³⁷ Leonor Ferrão, opus cit., inventariou as bibliotecas de vários arquitectos portugueses de Setecentos, incluindo as de Manuel Caetano de Sousa e Eugénio dos Santos, e encontrou nelas várias obras de Medicina, uma das quais o *Tratado de Conservação da saúde dos povos* de Ribeiro Sanches

puro versus o ar *pútrido*, analisando as suas implicações urbanas, mas não duvidamos que esse tema aí tivesse sido discutido com estes ou outros interlocutores, visto ser um tema de grande modernidade na época.

3.2. As elites urbanas, os novos saberes e o “Mito do Ar Puro”

A propósito das Academias, vimos como muitos membros dos grupos profissionais mais destacados da primeira metade do século XVIII – engenheiros-militares, médicos e juristas –, frequentaram esses espaços de cultura e de transmissão dos novos saberes, ansiosos por ampliarem e modernizarem os seus conhecimentos.

Graças ao seu saber e competência profissional, esses profissionais afirmaram-se como uma nova elite emergente²³⁸ que, conjuntamente com a elite tradicional, aristocrática, formavam as elites urbanas, englobando os extractos sociais, económica e culturalmente mais privilegiados, que trabalhavam e (ou) residiam na *Corte*.

No lugar cimeiro da sociedade lisiponense de Setecentos, encontrava-se, obviamente, a nobreza, o que decorria não só da riqueza que possuía, mas também dos muitos cargos (político-administrativos e militares) que desempenhava.

Mas, nessa sociedade (como em todas as sociedades urbanas da Europa do século XVIII) a importância da burguesia tendia a crescer cada vez mais, não só pela acumulação de riqueza resultante das actividades mercantil e industrial, mas também pelo nível cultural atingido.

Compreendo as vantagens sociais que a formação académica lhes poderia proporcionar, as famílias burguesas com recursos económicos enviaram os seus filhos para a Universidade, de onde retornaram como bacharéis, licenciados ou doutorados sobretudo em Direito e em Medicina.

Os diplomados em Direito depressa acederam a cargos burocráticos que anteriormente eram exclusivos da nobreza (o que também se deveu à crescente complexidade dos assuntos do Estado e da administração fiscal, judicial, etc., que requeriam mais preparação académica) e, muitos acabaram por se destacar socialmente, graças ao bom desempenho profissional.

Quanto aos diplomados em Medicina, o seu prestígio cresceu ao longo de todo o século XVIII, paralelamente com as crescentes preocupações e interesses do poder

²³⁸ Leonor Ferrão, no cap. VI da sua Tese utiliza esta classificação para os engenheiros militares mas, verificando-se com os médicos e com os juristas o mesmo processo de ascensão social (assente num reforço da sua preparação teórico-prática), resolvemos estender esta classificação a estes profissionais.

central no combate às doenças contagiosas (e particularmente, às de carácter epidémico) com o fito de garantir, na óptica da filosofia das Luzes, a “Felicidade” ao povo.

Na Europa de Setecentos, o prestígio sócio-profissional dos médicos decorreu do avanço dos estudos médico-cirúrgicos e da melhoria dos resultados obtidos com a aplicação de novos medicamentos (químicos) e das orientações da medicina preventiva. Foi, em grande medida, graças ao seu papel preventivo (exercido através da publicação de Tratados ou artigos em periódicos da especialidade) e às novas competências demonstradas na prática clínica, que o estatuto dos médicos se alterou substancialmente até finais do século XVIII, garantindo-lhes mais prestígio e uma crescente capacidade de intervenção social.²³⁹

Em Portugal o estatuto dos médicos também começou a mudar no século XVIII, sendo essa mudança mais significativa a partir do último quartel do século XVIII, ou seja, após a reforma da Universidade Portuguesa em 1772, que introduziu consideráveis alterações no curso de Medicina. Essas alterações foram, em grande medida, inspiradas nas propostas presentes no *Verdadeiro método de estudar* de Luís António Verney e no *Methodo para aprender e estudar a Medicina* de Ribeiro Sanches²⁴⁰, sendo de admitir que foram precisamente as deste último que tiveram mais relevância. Efectivamente, um dos primeiros passos conducentes à reforma do ensino universitário ficou a dever-se a João Mendes Sachetti Barbosa o qual, para a elaboração dos estatutos médicos se inspirou nos textos de Ribeiro Sanches, de quem era amigo pessoal.²⁴¹

Após a aprovação dos estatutos a 28 de Agosto de 1772, o curso de Medicina passou a funcionar com um novo currículo, no qual se conjugaram os ensinamentos dos autores antigos com os dos modernos (um dos quais, Boerhaave) e se integrou uma nova componente de carácter prático, consistindo em aulas experimentais e laboratoriais, para as quais foram construídos o anfiteatro de anatomia, o laboratório de química, o jardim botânico, etc.

²³⁹ Afirma Georges Vigarello, opus cit., p. 186 que “Une originalité toute particulière de cette enquête aériste (...) est de confirmer la place nouvelle faite au médecin. Son statut n’ est plus le même, à la fin du siècle, comme n’ est plus le même son rôle préventif: homme des Lumières, il revendique une influence qu’ il n’ avait pas (...)”.

²⁴⁰ Na opinião de António Coimbra Martins in *Dicionário de História de Portugal*, vol.3, p. 737, “A reforma pombalina da Universidade, no que respeita à Medicina, segue em vários pontos as ideias de Sanches como, por exemplo, ao estabelecer a obrigatoriedade de se ensinar pelos Aforismos e pelas Instituições Médicas de Boerhaave”.

²⁴¹ Lemos, Maximiano, *História da Medicina em Portugal: doutrinas e instituições*, Lisboa, ed. Publicações D. Quixote-Ordem dos Médicos, 1991, 2 vol.s, vol. I, p. 188

De acordo com os novos estatutos universitários, os candidatos ao curso de medicina, só poderiam inscrever-se depois de aprovados às disciplinas de latim e grego e, facultativamente, a uma língua viva (francês ou inglês), além de filosofia racional, física e matemática. O curso foi estruturado em cinco anos: o 1º, compreendia a matéria médica e a prática farmacêutica; o 2º, compreendia o estudo da anatomia, das operações cirúrgicas e da obstetrícia; o 3º, integrava o estudo das instituições médicas e a clínica hospitalar; o 4º, o estudo dos *Aforismos* e a clínica hospitalar; o 5º, consistia sobretudo na prática clínica, devendo o futuro médico observar, diagnosticar e tratar um determinado número de doentes, sob a supervisão dos professores do curso.²⁴²

As alterações curriculares do curso de Medicina, nomeadamente no que respeitava às práticas laboratoriais e clínicas (reclamadas por Ribeiro Sanches), que melhoraram a qualidade do curso de medicina português, aproximando-o dos que eram leccionados nas universidades europeias mais qualificadas (a de Leiden, em particular).

Claro que nem todos os licenciados em Medicina depois da Reforma de 1772 exerceram a prática clínica com um espírito aberto, crítico, inovador e moderno, assim como nem todos os médicos antigos, ou seja, diplomados antes da Reforma, desconheciam as descobertas dos modernos ou rejeitaram o saber adquirido pela experiência. Pelo contrário, alguns desses médicos formados pelos saberes antigos, não se coibiram de criticar alguns aspectos da escola galénica e de pôr em causa algumas das práticas terapêuticas tradicionais.

Importa reter a ideia de que o número de médicos esclarecidos, modernos e competentes, foi aumentando entre o período joanino e o período mariano, proporcionando um crescente prestígio à respectiva classe profissional. Preocupados em criar uma boa imagem social, os médicos e os cirurgiões diplomados, apostaram na melhoria dos seus conhecimentos e das suas práticas clínicas e cirúrgicas, frequentando, dentro e fora do país, cursos de especialização.

Ao mesmo tempo que investiam na sua formação teórico-prática, os físicos e os cirurgiões começaram a pressionar o poder central (ou os órgãos decisórios a ele ligado) para que o seu mérito fosse reconhecido e se estabelecesse uma clara diferenciação em relação aos prestadores de serviços de saúde sem diplomas, vulgo, charlatães. O poder central respondeu positivamente às expectativas da classe médico-cirúrgica (dos

²⁴² Lemos, Maximiano, opus cit., vol. I, pp. 199-191

profissionais diplomados e legalizados), criando a Junta do Proto-Medicato em 1782, órgão destinado a validar os diplomas de medicina e de cirurgia.

Não menos prestigiados do que os médicos eram os engenheiros militares, embora a sua formação teórico-prática não derivasse da frequência de cursos universitários, mas sim da frequência de cursos ministrados pela Aula de Fortificação e de Architectura Militar, criada em 1647²⁴³ a qual passou a designar-se por Academia Militar da Corte, entre 1651 e 1675.

Convém, porém, lembrar que alguns destacados engenheiros militares dos séculos XVII e XVIII, fizeram os seus estudos de arquitectura na *Aula da Esfera* do Colégio Jesuítico de Santo Antão como foi o caso, entre outros, de Luís Serrão Pimentel e de Eugénio dos Santos.

A conjuntura político-militar seiscentista proporcionou a criação de diversas escolas de fortificação por todo o território português (Elvas, Viana do Castelo, Baía, etc.) que, conjuntamente com a Academia Militar da Corte, garantiram uma sólida formação teórica e prática aos futuros engenheiros militares, proporcionando-lhes um notável desempenho na defesa do território.

Apesar dos esforços e saber demonstrados, os engenheiros militares não obtiveram, de imediato, o seu reconhecimento social, como opinou Leonor Ferrão.²⁴⁴ Para que esse reconhecimento acabasse por se verificar, foi de extrema importância a acção desenvolvida, em dois momentos diferentes, por dois destacados lentes da já referida Academia ou Aula de Fortificação de Lisboa, Luís Serrão Pimentel (1613-1679) e Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749).

Graças aos seus métodos pedagógicos e às obras publicadas²⁴⁵, esses dois professores e engenheiros mores do Reino contribuíram para o alargamento e actualização dos conhecimentos científicos, para a melhoria das competências práticas e para a dignificação profissional dos futuros engenheiros militares.²⁴⁶

²⁴³ A formação de especialistas em fortificações que começara nos finais do século XV nas Casas da Mina e da Índia, teve continuidade na Aula de Architectura do Paço que, em 1594, era dirigida pelo arquitecto Filipo Terzio

²⁴⁴ Ferrão, Leonor, opus cit., p. 139

²⁴⁵ Pimentel, Luís Serrão, *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, Lisboa, 1680; Fortes, Manuel de Azevedo, *Engenheiro Português*, Lisboa, oficina de Manuel Fernandes da Costa, 1728/29

²⁴⁶ Como refere Leonor Ferrão, opus cit., p. 139 “ Na segunda metade do século XVII, a engenharia militar foi o campo disciplinar que mais puxou pelo progresso científico em Portugal. Contribuiu para o

O processo de dignificação profissional e de ascensão social desses profissionais começou a verificar-se desde os primeiros anos do reinado de D. João V, mercê das suas bem sucedidas realizações arquitectónicas e urbanísticas, quer na capital (o Aqueduto é, talvez, o exemplo mais relevante), quer no resto do território português e acentuou-se consideravelmente depois do Terramoto de 1755.

O prestígio sócio-profissional do corpo de engenheiros militares portugueses em Setecentos associou-se às suas intervenções nos programas urbanísticos, tal como se verificou em França com os engenheiros da “École des ponts et chaussées” (criada em 1747) e na Espanha de Carlos III com os profissionais envolvidos nas obras hidráulicas e de saneamento de Madrid como, entre outros, Francisco Sabatini e José Hermosilla.²⁴⁷

Resumindo, a partir dos inícios do século XVIII, as sociedades urbanas viram emergir novos grupos sócio-profissionais - os juristas e, particularmente, os médicos e os engenheiros-militares - que, graças aos seus saberes especializados, depressa se afirmaram como uma importante elite intelectual.

Esses intelectuais de origem burguesa acabaram por frequentar os Salões e as Academias (os espaços privilegiados para o debate das novas ideias e dos novos saberes) e até as lojas maçónicas, onde confraternizaram com os nobres cultos, progressistas e esclarecidos (uns mais do que os outros, naturalmente) e onde debatiam as novas ideias e conhecimentos, nomeadamente as que foram divulgadas pela *Encyclopédie*.²⁴⁸

De facto, os leitores dessa extraordinária publicação provinham, essencialmente, de “quatro grupos profissionais que pertenciam aos meios urbanos dominantes pelo dinheiro, pelo poder político ou pelos conhecimentos: os negociantes, os administradores (juristas e burocratas), os engenheiros das pontes e calçadas, os médicos (...)”.²⁴⁹

desenvolvimento de metodologias de ensino e de aprendizagem modernas, assentes, por uma lado, numa componente teórica de base matemática e, por outro, na sua validação e aplicação práticas (...)”

²⁴⁷ Calatrava, Juan, opus cit., p. 65

²⁴⁸ A *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, iniciou a sua publicação em 1751-1752, sob a direcção de Diderot e de D’Alembert e com a colaboração de cerca de 160 *especialistas* de vários saberes como, entre outros, Buffon, Condorcet, Daubenton, Lalande e Rousseau. A sua publicação foi ininterrupta até 1772, tendo sido publicados até essa data, 28 volumes, posteriormente completados com outros 7, datados entre 1777 e 1780.

²⁴⁹ Perrot, Jean-Claude, « Genèse d’une ville moderne : Caen au XVIIIe siècle » in *Villes & Civilisation Urbaine, XVIIIe – XXe siècle*, dir. Marcel Roncayolo et Thierry Paquot, ed. Larousse, 1992, pp. 37-38 : « Dans la deuxième moitié du XVIIIe siècle, une convergence propre à la société des Lumières réunit quatre groupes professionnels, qui appartiennent aux milieux urbains dominants par l’argent, le pouvoir

É de crer que dentre os principais temas debatidos nos salões e sobretudo nas sessões académicas, se encontrassem os do saneamento e do arejamento dos espaços públicos que, na óptica da medicina *higienista* ou preventiva, eram vistos como factores determinantes para a *saúde dos povos*.

Aliás, a crescente importância das questões *higienistas* junto do público letrado e iluminado, justificou que as mesmas fossem devidamente tratadas na referida *Encyclopédie*. Assim, numa das entradas do *Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, explicava-se que a origem do termo Higiene derivava de *Hygie'e*, nome dado pelos Gregos à deusa da saúde²⁵⁰ e, mais à frente, definia-se o seu significado: “primeira das duas partes do método médico respeitante à conduta a ter para conservar a saúde”.²⁵¹

Mas, a discussão de ideias e a troca de informações entre os intelectuais burgueses e os nobres apenas se verificaria nos Salões e Academias que uns e outros frequentavam ou também se proporcionaria fora desses espaços?

Parece-nos plausível admitir que os médicos e os engenheiros militares no desempenho das respectivas actividades profissionais, conseguissem estabelecer, pelo menos em alguns casos, relações cordiais com membros da nobreza, o que proporcionaria debates sobre vários problemas urbanos - a sujidade dos espaços públicos, os ares *viciados*, a propagação das epidemias, etc. - e os meios de os combater.

Provavelmente, os laços de vizinhança também possibilitaram a aproximação de uns e outros e viabilizaram alguns diálogos sobre aquelas, ou outras questões que estivessem na ordem do dia e respeitassem à cidade e à comodidade (bem-estar) dos seus habitantes. Afinal, as residências dos nobres (palácios ou meros casarões) ombreavam com as dos burgueses (casas, casarões e, nalguns casos, também palácios) e todos se cruzavam, com mais ou menos frequência, nas mesmas travessas, ruas e praças.

politique ou les connaissances : les négociants, les administrateurs (l'intendant et ses commis), les ingénieurs des ponts et chaussées, les médecins ; bref le public de l'*Encyclopédie*. »

²⁵⁰ *Encyclopédie. Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*. Tome huitième, p. 315: « Hygiène, c'est ainsi que les Grecs appelerent la déesse de la santé, car il était tout simple qu'ils missent au nombre des divinités, le bien le plus précieux que puissent posséder les mortels (...) On la trouve presque toujours représentée avec un serpent qui était son symbole, ainsi qu'il était de son père, dieu de la Médecine. »

²⁵¹ Idem, p. 316: “Hygiene (Medecine) c'est un terme qui vient du grec (...) et qui sert à designer la première des deux parties de la méthode medicinale concernant la conduite qu'il faut tenir pour la conservation de la santé actuellement existente (...) Ainsi la partie de la science medicinale qui peut être la plus avantageuse au genre humain, est donc sans conredit l'Hygiene, en tant qu'elle a pour objet la durée de la vie saine, le bien de ce monde, qu'il importe le plus de conserver qui est le plus facile à perdre, & le plus difficile à recouvrer (...)”

Os mais importantes membros da nobreza portuguesa (escalonados em diversos graus consoante os títulos de duques, marqueses, condes, viscondes e barões), possuíam, no século XVIII, residência na *Corte*, independentemente das propriedades rurais e urbanas que detinham em várias regiões do país. Aliás, com a fixação da residência na capital, os nobres distanciaram-se completamente dos seus senhorios e, a maioria deles, “*depois de meados do século XVIII só [os] conhecia...quando situados nos arredores de Lisboa*”²⁵².

A reestruturação da aristocracia portuguesa “em função da sua integração na sociedade de corte”²⁵³, originou a nova elite dos *Grandes* que, para melhor servir o(s) monarca(s) Brigantinos e a *república*, optou por se fixar em Lisboa. Essa opção, provavelmente encarada como uma obrigação nas primeiras décadas do século XVII, acabou por se tornar um gosto de tal forma que, em finais do século XVIII, como constatou James Murphy, todos os nobres consideravam honroso “nascer, viver e morrer na capital”²⁵⁴.

A maioria dos palácios existentes em Lisboa na altura do terramoto de 1755 remontava aos séculos XVI e XVII e situavam-se nas áreas centrais da urbe, que tinham sido e ainda eram nessa altura, as de maior importância política e religiosa.

Até inícios do século XVI, muitos desses palácios tinham sido erguidos na área do castelo e áreas vizinhas (que foram, afinal, o cerne da própria fundação da cidade nos tempos medievais), porque aí se localizavam, além da alcáçova real, um grande número de conventos e de igrejas de remota fundação e de grande prestígio, dentre as quais a própria Sé.

Uma grande parte das casas nobres das antigas freguesias da colina do castelo e zonas limítrofes (como as de S. Cruz do Castelo, de Santa M^a Maior, de S. Jorge, de S. Mamede, de S. Estêvão, de S. Bartolomeu, do Salvador, de S. André, de S. Tiago, de S. Martinho, de S. Miguel, de S. João da Praça, de S. Lourenço e do Socorro), ruíram total ou parcialmente com o Terramoto de 1755, delas restando, actualmente, pouco mais do que alguns portais e algumas molduras das janelas.

²⁵² Hespanha, António Manuel, “A arquitectura dos Poderes” in *História de Portugal*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p. 372

²⁵³ Idem, *ibidem*

²⁵⁴ James Murphy, *opus cit.*, p. 197

Dentre os palácios mais antigos dessas freguesias que chegaram à actualidade, embora com as alterações sofridas entre finais do século XVIII e o século XIX, contam-se: o Palácio Belmonte²⁵⁵, o Palácio Azurara²⁵⁶ e o Palácio Tancos.²⁵⁷



Figura 17. a) Palácio Belmonte: fachada principal, com portal em arco abatido, rematado por volutas e pináculos, b) Palácio Azurara: fachada virada ao Largo das Portas do Sol, com portal de características seiscentistas, c) Palácio Tancos: fachada principal, ritmada pelos vãos dos 3 pisos.

A partir do reinado de D. Manuel e na sequência da construção do Paço Real na zona ribeirinha (1498), a nobreza começou a trocar as zonas próximas do castelo pelas zonas baixas e próximas do rio e, tanto quanto possível, nas proximidades do Terreiro do Paço, que se converteu numa zona de grande dinamismo político, cultural e económico.

O Palácio da Ribeira, de traça manuelina, passou por sucessivas obras de ampliação e embelezamento até ao século XVIII, tendo ocorrido as mais significativas no período filipino - a erecção do notável torreão sul projectado por Filipe Terzi - e no período joanino - a construção da capela real.

²⁵⁵ O primitivo edifício, datado de 1449, foi erguido sobre ruínas romanas e mouras, à volta das antigas paredes da Alcáçova e da Cerca Moura, por Brás Afonso Correia (funcionário do Conselho do Rei D. Manuel I e Corregedor de Lisboa). Mais tarde, foi alargado com Rui de Figueiredo, que o transformou numa residência senhorial e, em 1503, passou à posse de Pedro Álvares Cabral, a quem se deve parte do actual edifício.

²⁵⁶ O Palácio Azurara, originário do século XVII, foi adquirido e melhorado no início do século XVIII, por Luís da Câmara Sotto Mayor mas, posteriormente ao Terramoto de 1755, passou por obras de reconstrução, passando depois à posse do Visconde de Azurara

²⁵⁷ O Palácio do Marquês de Tancos pertencera em 1539 ao Conde de Castanheira, D. António de Ataíde, a quem sucedeu sua filha D. Joana, casada com D. Nuno Manuel, Senhor de Atalaia, Salvaterra e de Tancos. Nos séculos XVII e XVIII, o edifício passou por obras de ampliação e por melhoramentos decorativos, devendo-se as obras mais importantes a D. João Manuel de Noronha, 6.º Conde de Atalaia e 1.º Marquês de Tancos. Tendo sofrido pouco com o Sismo de 1755, o palácio manteve-se na posse da família dos Marqueses de Tancos até 1865, altura em que foi vendido a um comerciante, que o adaptou a prédio de rendimento.



Figura 18. Palácio Real com o Torreão de Terzi em 1º plano (visto a partir do rio) inserida no “*Grande Panorama de Lisboa*”.

O Terramoto de 1755 determinou o desaparecimento desse Palácio Real, tal como determinou o desaparecimento total ou arruinou profundamente alguns dos melhores palácios nobres que se situavam na zona ribeirinha. De muitos desses palácios, ficaram-nos as descrições e as imagens registadas em desenhos, em pinturas e em painéis azulejares, dentre os quais se destaca o extraordinário *Grande Panorama de Lisboa*, actualmente no Museu do Azulejo.

Esse enorme painel azulejar (constituído por 1376 placas de cerâmica e com 23 m. de extensão) pertenceu ao palácio dos Condes de Tentúgal, que se localizava no Largo de Santiago (nas proximidades do castelo de S. Jorge) e que foi um dos palácios arruinados com o Sismo de 1755.

Os peritos que estudaram esse painel azulejar concluíram, a partir da análise das partes interrompidas (cortadas), que o mesmo teria revestido os alçados não de uma única dependência ou varanda mas de várias salas do antigo palácio dos Condes de Tentúgal.²⁵⁸ No que concerne à datação do referido *Grande Panorama*, alguns estudiosos propuseram uma data próxima de 1740, outros apontaram a de 1725 e outros ainda, incluindo José Meco, defenderam uma data situada entre os últimos anos do século XVII e os primeiros do século XVIII.

No *Grande Panorama de Lisboa* foi representada uma extensa linha costeira (cerca de 14 Km.), iniciada no extremo ocidental com o palácio dos Condes de Miranda

²⁵⁸ vide Paulo Henriques, Introdução, *Lisbon before the 1755 earthquake. Panoramic view of the city*, Lisboa, ed. Gótica, 2004.

e o forte de N^a Sr^a da Conceição e terminada, no extremo oriental, com os conventos da Madre de Deus e de Santa M^a de Xabregas. Ao longo dessa linha costeira e entre Belém e o Terreiro do Paço, foram representados os seguintes palácios: o de Santo Amaro (Junqueira), o dos Condes da Ponte, o paço real do Calvário, o dos Viscondes de Asseca (Alcântara), o dos Condes de Óbidos, o dos Condes de Sarmento, o da Flor da Murta, o dos Duques de Aveiro (Santos), o dos Condes e Barões de Alvito, o dos Almada (Santa Catarina), o dos Condes de Vila Franca, o da família Corte Real, o de Lopo Mendes do Rio (S. Paulo).

De todos os palácios referidos, o mais notável, quer pelas suas dimensões, quer efeito cenográfico dos quatro torreões que lhe rematavam os alçados, era o Palácio Corte-Real, construído entre finais do século XVI e inícios do século XVII.²⁵⁹



Figura 19. Palácio Corte Real (1º plano), palácio de Lopo Mendes do Rio (direita do observador, em 2º plano) e Palácio dos Condes de Vila Franca e da Ribeira (à esquerda): fragmento do *Grande Panorama de Lisboa*.

A leste do Terreiro do Paço, apenas foi representada a Casa dos Bicos, palácio mandado construir por D. Brás de Albuquerque (filho de Afonso de Albuquerque, Vice-Rei da Índia) em 1523 e que se destacava no espaço urbano em que inseria pela originalidade decorativa da fachada principal, que denotava inspiração nos modelos arquitectónicos da Renascença Italiana.²⁶⁰

²⁵⁹ Pertenceu inicialmente à família Corte Real, que o vendeu à Casa Real, passado então à posse do infante D. Pedro, futuro regente e depois rei de Portugal.

²⁶⁰ Na construção deste Palácio (particularmente no original desenho da fachada virada a sul) iniciada pouco depois do regresso de D. Brás de Albuquerque de Itália, em 1523, evidenciam-se as influências do Palácio *dos diamantes* de Ferrara e do Palácio *Bevilacqua* de Bolonha, cidades que aquele nobre visitara.



Figura 20. Casa dos Bicos, desenho de Nogueira de Silva

Tal como se encontra representada no referido *Grande Panorama de Lisboa*, a Casa dos Bicos possuía, originalmente, “loja, sobre-loja e dois andares” mas, em consequência da ruína sofrida com o Terramoto de 1755, ficou reduzida “às lojas e sobre-lojas”²⁶¹ e, apesar de ter sido reconstruída nos finais de Setecentos, a Casa dos Bicos não recuperou nessa altura os dois pisos superiores, como se pode observar no desenho oitocentista aqui reproduzido. Só com a última intervenção, ocorrida em 1981, é que se verificou a reposição do número de pisos iniciais.

Na área urbana a norte do Terreiro do Paço, particularmente na freguesia de Santa Justa e nas freguesias limítrofes de S. José, da Encarnação e do Socorro, destacavam-se, na primeira metade do século XVIII, entre outros, os palácios dos Duques de Cadaval (a noroeste da Praça do Rossio)²⁶², dos Condes de Almada (às Portas de Santo Antão)²⁶³, dos Condes de Ericeira,²⁶⁴ dos Condes de Povolide²⁶⁵ (na

²⁶¹ A. Vieira da Silva, opus cit., p. 124

²⁶² O Palácio dos Duques do Cadaval no Rossio, mandado construir pelo 1º Duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1638-1727), foi reconstruído entre 1755 e 1778 e só desapareceu definitivamente em 1887, aquando da construção da estação do Rossio.

²⁶³ Fundado por D. Fernando de Almada, em 1467, sofreu diversas campanhas de obras, que lhe foram sucessivamente alterando a traça primitiva, conservando-se desta apenas quatro portas com molduras manuelinas e duas chaminés, similares às do Palácio da Vila de Sintra. No século XVIII, passou por obras de reestruturação, a 1ª em 1713, no tempo de D. Lourenço de Almada, e a 2ª em 1740. Pertenceu à família dos Condes de Almada até 1933.

²⁶⁴ O palácio dos Condes de Ericeira, localizado nas proximidades do Convento da Anunciada e próximo do cruzamento entre a Rua dos Condes e a de S. José, desapareceu totalmente com o Sismo de 1755 e o grande incêndio que se seguiu.

²⁶⁵ O Palácio dos Condes de Povolide, localizado no lado oriental da Rua de S. José, não foi muito afectado com o Sisma de 1755. Porém, a partir do século XIX, passou às mãos de novos proprietários e passou por várias alterações. Em 1880 instalou-se no antigo palácio o Ateneu Comercial.

Anunciada), dos Condes de Lumiares²⁶⁶ (entre a Calçada da Glória e S. Pedro de Alcântara), dos Condes de Redondo²⁶⁷ e do Marquês de Alegrete (Mouraria)²⁶⁸.

Quanto ao desaparecido Palácio Cadaval, que ocupou até ao último quartel do século XIX a área actualmente compreendida entre o extremo noroeste do Rossio e a Estação Ferroviária (e onde subsistem topónimos como o da Calçada do Duque e do Largo do Duque), resta-nos esta imagem do início do século XIX, que foi reproduzida n' *A Cerca Fernandina de Lisboa*, de Vieira da Silva.²⁶⁹



Figura 21. Palácio do Duque do Cadaval, próximo do Rossio: fragmento de uma pintura de 1809, mostrando em 1º plano, as fachadas oriental e sul com o portão de entrada para o *Pátio do Duque*.

Ocupando, como ainda hoje, um lugar destacado no topo nordeste do Rossio, o Palácio dos Condes de Almada, foi um dos que melhor resistiu ao Terramoto de 1755, razão pela qual albergou, temporariamente, alguns enfermos do Hospital de Todos os Santos nos dias subsequentes ao Sismo de 1755. Posteriormente, também serviu de instalação ao Senado e ao Tribunal da Relação mas, a partir de 1774, voltou a ser

²⁶⁶ Construído no século XVI, por João Altero de Andrade, conheceu em 1703 uma 1ª reedificação e, posteriormente ao Sismo de 1755, passou por nova reedificação em 1760-1765, segundo o gosto pombalino. Na sequência de um grande incêndio ocorrido a 13 de Agosto de 1865, mudou de proprietário e voltou a passar por novas transformações.

²⁶⁷ Construído no 3º quartel do século XVII, passou para a Coroa por morte sem descendência do 8º Conde, tendo servido de residência temporária a D. Catarina de Bragança. Em finais do século XVII, o palácio voltou à posse dos titulares, devido à atribuição do título de 9º Conde de Redondo a D. Manuel Coutinho, em 1693.

²⁶⁸ Foi Manuel Teles da Silva, 2.º Conde de Vilar Maior e 1º Marquês de Alegrete que mandou erguer este palácio em 1694, junto da porta da Mouraria (ou de S. Vicente) da antiga muralha fernandina, a qual foi nesse local demolida até aos alicerces, assim como as respectivas torres.

²⁶⁹ Vieira da Silva, A., *A cerca fernandina de Lisboa*, Lisboa, 2 vol.s, 1948, vol. I, p. 114

ocupado exclusivamente pela família proprietária. Em finais do século XVIII e no início do século XIX passou por algumas remodelações, particularmente no corpo principal virado ao Largo de S. Domingos e na respectiva fachada.~



Figura 22. a) Palácio dos Condes de Almada: a fachada principal, virada ao Largo de S. Domingos, b) Palácio dos Condes de Lumiares: aspecto actual das fachadas norte e oriental.

Tal como se verificou com o palácio dos Condes de Almada, também o dos Condes de Redondo em Santa Marta e o dos Condes de Povolide na Anunciada, pouco sofreram com o Sismo de 1755. Contudo, os dois edifícios passaram por avultadas obras, uma vez que os respectivos proprietários desejaram fazer-lhes melhoramentos.²⁷⁰

Ao contrário dos edifícios acima referidos, o palácio dos Condes de Lumiares foi bastante afectado e, apesar das diversas campanhas de obras por que passou, não voltou a recuperar a sua qualidade primitiva. Pelo contrário, a sua degradação foi-se acentuando cada vez mais no decorrer dos dois últimos séculos, estando reduzido na actualidade a pouco mais do que os alçados externos.

Extremamente arruinados ficaram os palácios dos Condes da Ericeira, localizado entre a Rua dos Condes e a Anunciada e o do Marquês de Alegrete na Mouraria: sobre o primeiro restam-nos apenas algumas descrições setecentistas e, do segundo, existem as imagens de alguns dos alçados e portais que chegaram à 2ª metade do século XIX, como a que aqui apresentamos.²⁷¹

²⁷⁰ Ferrão, Leonor, opus cit., p. 372

²⁷¹ A. Vieira da Silva, opus cit., vol. I, p. 42



Figura 23. Palácio do Marquês de Alegrete: ruínas do antigo palácio, na 2ª metade do século XIX

Nas freguesias ocidentais – Mercês, Santa Catarina e Santos – concentrava-se um bom número de palácios, cuja construção decorrerá entre finais do século XVI e primeira metade do século XVIII, entre outros, o do Marquês de Marialva na antiga rua do Loreto, o dos Condes de Murça na antiga estrada de Santos, o dos Almada-Carvalhais *provedores da Índia) na Rua das Gaivotas, o do Marquês de Abrantes²⁷² e o do Conde de Óbidos²⁷³.

O grande Palácio Marialva, que ocupava grande parte do espaço onde se localiza a Praça Camões²⁷⁴, foi profundamente afectado pelo Sismo de 1755 e não voltou a ser reconstruído, apesar de ter sido elaborado um projecto para esse efeito²⁷⁵. As ruínas do edifício – conhecidas como os “casebres do Loreto” - chegaram até meados do século XIX e foram representadas por Júlio Castilho, pouco tempo antes de serem totalmente arrasadas.

²⁷² No reinado de D. Manuel I, o antigo Convento das Comendadeiras de Santiago foi transformado em Palácio Real, tendo sido aí que Gil Vicente apresentou alguns dos seus autos e foi também daí que, em 1510, saiu D. Sebastião para a funesta expedição a Alcácer Quibir. No início do século XVII, o antigo paço real (também conhecido como Palácio de Santos ou de Santos-o-Velho) e terrenos contíguos foram adquiridos pela família Lencastre (condes de Figueiró, condes de Vila Nova, marqueses de Fontes e, a partir de 1718, marqueses de Abrantes). O palácio, que foi passando por sucessivas intervenções, manteve-se na família dos marqueses de Abrantes até 1911, altura em que foi adquirido pelo governo francês que, em 1948, o converteu em Embaixada.

²⁷³ Foi mandado construir no 2º quartel do século XVII, por D. Vasco Mascarenhas, alcaide-mor e 1º Conde de Óbidos e manteve-se na família até 1919, altura em que D. Pedro de Mello Assis Mascarenhas, 9º Conde de Óbidos, o vendeu à Cruz Vermelha Portuguesa

²⁷⁴ Desse antigo Palácio foram há poucos anos encontradas as fundações e vários compartimentos da cave, em resultado de escavações realizadas para a construção do parque de estacionamento sob a Praça Camões.

²⁷⁵ O projecto de reconstrução foi elaborado por Eugénio dos Santos, como referiu Leonor Ferrão, opus cit., p. 361



Figura 24. Ruínas do Palácio dos Marialvas, ou os “casebres do Loreto”: desenho de Júlio de Castilho

Na primeira metade do século XVIII construíram-se novos palácios, de traça barroca como, por exemplo, o do Marquês do Lavradio²⁷⁶ e o dos Condes de Barbacena²⁷⁷, no Campo de Santa Clara, projectados por dois dos mais brilhantes arquitectos do período joanino: o primeiro, ficou a dever-se a João Frederico Ludovice²⁷⁸ e o segundo, a Manuel da Costa Negreiros.²⁷⁹

Alguns dos palácios nobres construídos até ao reinado de D. João V, como os acima indicados, destacaram-se pela sua qualidade formal, mas a maioria apenas se distinguia das casas burguesas pelas suas grandes dimensões e, mesmo em comparação com estas últimas, nem sempre saíam valorizados, se atendermos à opinião

²⁷⁶ A construção, determinada por D. Tomás de Almeida (1670 - 1754), 1º cardeal patriarca de Lisboa, foi iniciada em 1745. O cardeal patriarca doou-o depois a seu sobrinho, D. António de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo (1701 - 1760), conde de Avintes, que veio a ser 1º marquês do Lavradio e vice-rei do Brasil. O palácio foi habitado pela família até 1874 mas, tendo nesta data falecido o 5º e último marquês, D. António de Almeida Portugal, o edifício foi à praça e foi adquirido pelo Estado, que o destinou a tribunal militar e, consequentemente, determinou as necessárias obras de adaptação.

²⁷⁷ O Palácio que pertenceu aos almirantes-mores do Reino e Condes de Barbacena, foi mandado edificar em 1745, pelo 4º Conde, Luís Xavier Furtado de Mendonça, em 1745, sob projecto de Manuel da Costa Negreiros. Depois da morte do último conde e visconde de Barbacena, Francisco Furtado de Castro e Rio de Mendonça e Faro, o edifício foi adquirido pelo patriarca D. Manuel Bento Rodrigues e, posteriormente passou à posse do Estado, que aí instalou, temporariamente, o Hospital Militar e, em 1925, a messe dos oficiais.

²⁷⁸ João Frederico Ludovice, oriundo da Alemanha (Honhardt), começou a sua actividade profissional como ourives e foi com essa categoria profissional que partiu para a Itália em 1697, ao serviço dos Jesuítas. No início de Setecentos veio para Lisboa, contratado pelos Jesuítas para vários trabalhos, dentre os quais a execução do sacrário da Igreja de Santo Antão mas, pouco tempo depois, rompeu esse contrato e iniciou a sua actividade como arquitecto régio, com o extraordinário projecto do Convento de Mafra, cujas obras se iniciaram em 1717. Mas a acção de Ludovice estendeu-se a vários outros empreendimentos, ao serviço do rei (Capela Real, Aqueduto) e da nobreza até 1752, ano do seu falecimento.

²⁷⁹ Manuel da Costa Negreiros (1702-1750), oriundo de uma família de artistas e filho do arquitecto José da Costa Negreiros tornou-se, em 1740, arquitecto da Casa do Infantado e do priorado do Crato. Dentre as várias obras que realizou na capital, contam-se a Ermida de Nª Srª da Boa Nova, a torre do relógio da Igreja da Graça, o Palácio Barbacena e a remodelação da Igreja de Santo Estêvão.

de alguns autores setecentistas. Carrère, que conheceu Lisboa na década de 90, afirmou que os palácios nobres não se notabilizavam “senão pelo tamanho, porque, pela arquitectura, pela decoração, pelo mobiliário, [estavam] abaixo da casa de qualquer particular medianamente opulento”.²⁸⁰ O palácio do arquitecto Frederico Ludovice, localizado nas imediações de S. Roque, numa muito estreita vizinhança com o palácio do Conde de Lumiares, era um bom exemplo de residência burguesa que, pela sua qualidade arquitectónica, superava alguns palácios aristocratas.



Figura 25. Palácio do Marquês do Lavradio: fachada principal de três pisos, com corpo central destacado dos corpos laterais por pilastras, no qual se abre o portal principal encimado por janelão com sacada.

Ora, para compreendermos o carácter simplificado, quando não modesto, da traça arquitectónica e da decoração (escultórica ou pictórica) da maioria dos palácios nobres, anteriores ou posteriores a 1755, há que ter presente as grandes dificuldades financeiras por que passavam quase todas as casas titulares. Muitas delas encontravam-se a braços com o endividamento desde, pelo menos, o século XVII e a sua situação agravou-se a partir da segunda metade do reinado de D. João V, altura em que tendeu a generalizar-se a praticamente todas as casas nobiliárquicas.

Tornaram-se, por isso, muito frequentes “as hipotecas de rendimentos de bens vinculados para obtenção de novos empréstimos”, ao mesmo tempo que se multiplicaram “os pedidos de moratórias e de suspensão das execuções movidas por credores”, como revelou Nuno Monteiro.²⁸¹

²⁸⁰ Carrère, J.B.F., opus cit., p. 59

²⁸¹ Monteiro, Nuno Gonçalves, *O crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 370

Confrontados com os graves problemas de endividamento – que chegavam a consumir, no mínimo, “um terço das receitas líquidas das casas”²⁸² –, os nobres não dispunham de meios suficientes para a realização de obras muito onerosas. Por essas mesmas razões, muitos titulares viram-se impossibilitados de reconstruir os respectivos palácios arruinados em 1755 e, os que o fizeram, obtiveram dinheiro com a venda de propriedades²⁸³ e (ou) recorreram a novos empréstimos. O agravamento das dívidas generalizou-se à maioria das casas titulares no período josefino e a própria casa Pombal foi “assaltada pelos credores depois da queda em desgraça do 1º marquês”, tendo sido obrigada a consagrar “entre 1793 e 1797 cerca de 47% das suas receitas líquidas ao pagamento de juros e à amortização de dívidas.”²⁸⁴

Referenciámos, de forma sucinta, as casas nobres existentes em Lisboa na altura do Terramoto de 1755, sem a preocupação de fazer um inventário exaustivo das mesmas e de as analisar formalmente, uma vez que isso estava fora do âmbito do nosso trabalho. De facto, o nosso objectivo foi entender melhor a proximidade espacial entre os *Grandes* e as elites emergentes (os médicos, os arquitectos e engenheiros militares, os juristas e ainda os professores) em determinadas áreas da cidade, por julgarmos plausível que as relações de vizinhança tivessem possibilitado a troca de ideias e a discussão sobre os problemas urbanos e sobre a sua resolução.

Esse mesmo objectivo levou-nos a criar, como mera amostra, alguns quadros de dados - anexos A e B - que permitem situar nas mesmas freguesias e, por vezes, nas mesmas ruas, becos, praças, etc., os representantes das Casas Titulares e os referidos profissionais: médicos, boticários, engenheiros militares, juristas, professores.

Encontram-se nos referidos quadros os nomes e endereços de membros da nobreza e da burguesia de Lisboa nos períodos joanino e josefino (anexo A) e no período mariano (anexo B). Comparando os elementos reunidos nos dois quadros, concluímos que entre o período joanino e o mariano decresceu o número de titulares nas freguesias centrais da cidade²⁸⁵ –, ao mesmo tempo que se acentuou a sua ocupação

²⁸² Idem, p. 406

²⁸³ Nuno Monteiro refere, opus cit., p. 438, o caso dos marqueses do Lourical que, para financiarem as obras no palácio da Boa Morte, venderam terrenos para o Passeio Público.

²⁸⁴ Idem, p. 406

²⁸⁵ Conceição, Santa Cruz do Castelo, Santa Maria Maior, Santa Madalena, Santa Justa, S. André, S. Bartolomeu, S. Cristóvão, S. Estêvão, S. Jorge, S. Julião, S. Mamede, S. Martinho, S. Miguel, S. Nicolau, S. Tiago, S. Tomé e Salvador.

pelos estratos burgueses, devendo-se tais alterações quer à ocorrência do sismo de 1755, quer à posterior implementação do plano de reconstrução urbana.

O cataclismo devastou uma parte considerável dessas freguesias centrais e provocando de imediato o êxodo da população aí residente para as freguesias limítrofes a norte e a ocidente, onde muitos (particularmente nobres) se fixaram definitivamente. Com a implementação do plano de reconstrução/renovação da Baixa pombalina, o centro urbano recuperou muitos dos antigos residentes e ganhou muitos outros, quase todos pertencentes a estratos burgueses. Nas ruas compreendidas entre o Terreiro do Paço e o Rossio e Praça da Figueira, fixaram-se os mercadores e artesãos (em maior percentagem dos residentes)²⁸⁶, os negociantes,²⁸⁷ os médicos e os juristas.

Observando o quadro B, verificamos que nos anos de 1796 a 1802²⁸⁸, residiam cerca de vinte médicos nas novas ruas da Baixa, metade dos quais nas duas artérias principais, a Rua Augusta e a Rua Áurea.

Nesse quadro B constatamos a presença de médicos, de juristas, de arquitectos e engenheiros militares e de professores (estes em pequeno número), nas freguesias a norte (nordeste e noroeste) - Campo de Santana, Anjos, Arroios; Mercês, Santa Isabel – e, numa maior percentagem, nas freguesias ocidentais da cidade - Santa Catarina, S. Paulo, Santos, Ajuda. Constatamos igualmente a presença de muitas famílias nobres nas zonas limítrofes da cidade: a norte (Anjos, Arroios, S. Sebastião da Pedreira) e, em maior percentagem, a ocidente (Santos, Alcântara, Junqueira, Ajuda e Belém).

Várias razões terão contribuído para o gradual afastamento dos titulares do centro da cidade mas, uma das mais importantes foi a falta de recursos financeiros para suportar os custos das obras de reparação ou de reconstrução dos respectivos palácios.

A propósito da situação de ruína, total ou parcial, dos palácios nobres convém dizer que os elementos até agora conhecidos não são conclusivos, ou seja, ainda não se sabe com rigor o número total dos edifícios afectados nem o nível de estragos sofridos por cada um deles, embora José Augusto França tenha opinado que o sismo de 1755

²⁸⁶ De acordo com o disposto no Alvará de 5 de Novembro de 1760, as ruas e travessas da Baixa Pombalina foram afectadas às corporações mercantis: de lã e seda na Rua Augusta; de ouro na Rua Áurea; de fancia e livreiros na Rua Nova da Princesa; de correeiros e seleiros na Rua dos Correeiros; de sapateiros na Rua dos Sapateiros; de quinquilharia nas Ruas da Vitória e de S. Nicolau; etc.

²⁸⁷ Segundo Nuno Luís Madureira, opus cit., pp. 48-49, em 1797, residiam apenas 27 homens de negócios (cerca de 13,6% dos residentes) nas ruas e travessas localizadas entre o Terreiro do Paço e o Rocio, número que contrastava com os cerca de 90 residentes nas freguesias ocidentais de S. Paulo, Encarnação, Mercês, Mártires e Santa Catarina.

²⁸⁸ *Almanaque de Lisboa*, anos de 1796, 1797, 1799 e 1802

provocou a destruição de cerca de trinta e três residências das principais famílias titulares.²⁸⁹

Num estudo mais recente, Leonor Ferrão tentou identificar os palácios arruinados em 1755 (utilizando, como referiu, os dados fornecidos pelo padre António Pereira e por outros autores) e concluiu que mais afectados foram o “Paço da Ribeira, [e os dos] duques de Bragança, Lafões e Aveiro; marqueses de Nisa, Valença, Távora, Fronteira, Cascais, Gouveia, Alegrete; condes de Valadares, Atougia, Vimieiro, S.Tiago, S.Lourenço, Vale dos Reis, Arcos, Castelos Melhor, Ponte, S. Vicente, Resende e Unhão (...) dos marqueses de Marialva, Lourical, Angeja e Alorna (...) dos condes de Coculim, Vila Flor, Avintes, Arronches e viscondes de Ponte de Lima” e os menos afectados foram “os dos duques do Cadaval, marqueses de Tancos, condes de Sabugosa, Redondo, Povolide, Oriola e Vila Nova”.²⁹⁰

A maioria dos titulares, confrontados com sérios problemas financeiros nos tempos imediatos ao Sismo (embora, como já referimos, muitos desses problemas já viessem detrás), viu-se impossibilitada de reconstruir os seus palácios. Mas alguns nobres acabaram por beneficiar com a catástrofe, como parece ter sido o caso do 2º Marquês de Castelo Melhor, António de Vasconcelos e Sousa da Câmara Caminha de Faro e Veiga (1738 – 1801), que obteve “avultadas indemnizações” do Erário Público como compensação pela expropriação de terrenos para a construção do Passeio Público e pela integração das saboarias nos bens da coroa²⁹¹ decidindo, por isso, iniciar a construção do seu palácio à Calçada da Glória.

Subsistem dúvidas quanto à data exacta da construção do palácio Castelo Melhor e quanto ao autor do projecto. José Sarmento de Matos chamou a atenção para o facto do 2º Marquês de Castelo Melhor residir, já em 1776, no “local do seu palácio” na Calçada da Glória.²⁹² Por sua vez, Raquel Henriques da Silva comentou que nos dados recolhidos (*Livros da Décima* da freguesia de S. José) respeitantes às propriedades do

²⁸⁹ França, José Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, Lisboa, ed. Instituto de Cultura Portuguesa, col. Bibliotec Breve, vol. 12, 1ª ed. 1978, p. 12

²⁹⁰ Ferrão, Leonor, opus cit., p. 371

²⁹¹ Ferrão, Leonor, opus cit., p. 372.

²⁹² Matos, José Sarmento de, “O Palácio de Castelo Melhor” in *Monumentos* nº 11, Lisboa, ed. Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 1999, p. 17.

Marquês de Castelo Melhor nessa zona, não encontrou qualquer menção ao palácio antes de 1805.²⁹³

Por outro lado, observando a Planta da freguesia de S. José, datada de 1770, encontramos assinaladas as casas (não o Palácio) e horta do Marquês de Castelo Melhor localizadas na área hoje correspondente à Praça dos Restauradores e não no local em que o referido Palácio foi construído. (vide Planta, p. 247)

As obras de construção do referido palácio Castelo Melhor foram dirigidas pelo arquitecto italiano Francisco Fabri²⁹⁴ até 1807²⁹⁵, havendo fortes probabilidades de o respectivo projecto ter sido também da sua autoria, como sugeriu Raquel Henriques da Silva (e também José Augusto França). A atribuição do projecto a Fabri associa-se a um conjunto de desenhos do edifício (existentes no Museu Nacional de Arte Antiga) mas José Sarmiento de Matos levanta algumas “reticências” à autoria desses desenhos (ou alguns em particular).

Quanto aos nobres menos afortunados ou aos que se desinteressaram em viver no centro da urbe, a solução foi, em muitos casos, converter em residência permanente as antigas quintas de lazer, que se localizavam nas zonas limítrofes da *Corte*, quer nas zonas limítrofes da cidade, a leste (Xabregas, Madre de Deus), a ocidente (Junqueira e Belém²⁹⁶) e a norte (S. Sebastião da Pedreira) da cidade, quer nas freguesias do *Termo* (Telheiras, Carnide, Benfica, Amadora, Loures, etc.).

Embora algumas dessas quintas datassem do século XVI, a maior parte delas surgira entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII. Dotadas de amplos espaços arborizados e ajardinados (primeiramente à italiana e, posteriormente à francesa), essas quintas de recreio eram não só propícias ao lazer e ao convívio, mas também ao repouso e à *purificação*, sobretudo a partir do momento em que os médicos *higienistas* começaram a insistir na ideia da mudança de ares como terapia para os mais diversos problemas de saúde.

²⁹³ Silva, Raquel Henriques da, “O Palácio Castelo Melhor: contexto e projecto inicial” in *Monumentos* nº 11, p. 23.

²⁹⁴ Chamado a Portugal pelo bispo D. Francisco Gomes de Avelar, o arquitecto bolonhês chegou ao Algarve por volta de 1790 e, por volta de 1794, veio para Lisboa, onde granjeou o apoio do Conde de Óbidos e aqui trabalhou e residiu até à data da sua morte em 1807.

²⁹⁵ Depois do falecimento do arquitecto as obras do Palácio abrandaram bastante e só chegaram à sua fase final em 1857.

²⁹⁶ Em 1726, o próprio D. João V adquiriu em Belém, a quinta dos Condes da Calheta e duas outras quintas adjacentes

A norte da cidade, na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, destacavam-se, no início do século XVIII, várias quintas nobres, algumas com palácios de boa traça, como o Palácio dos condes de Sarzedas (ou dos “meninos de Palhavã”)²⁹⁷ e o Palácio Galveias²⁹⁸.

Na mesma freguesia, a par das quintas pertencentes a distintas famílias nobres, também existiam quintas pertencentes à pequena nobreza e a burgueses detentores de altos cargos burocráticos na *Corte*, como a Quinta de D. António da Silveira, camarista do Infante D. Manuel, em Sete-Rios e a Quinta das Mil Flores nas Laranjeiras, pertencente a João Inácio Olbege, Tesoureiro da Casa Real e a Quinta do Pinheiro, do Desembargador Afonso da Silva.²⁹⁹

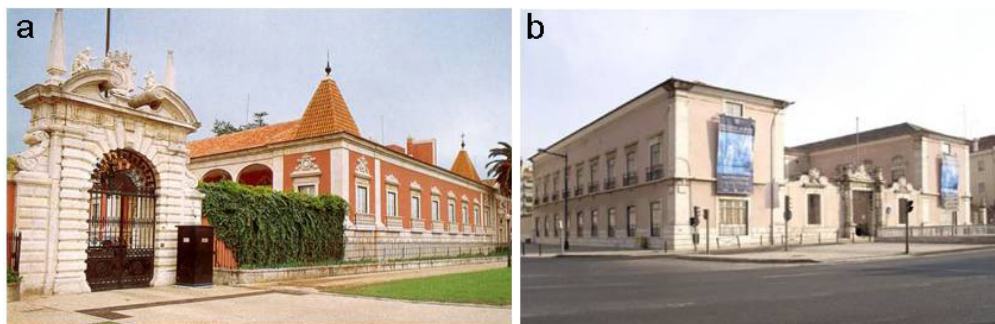


Figura 26. a) Palácio Palhavã: fachada principal virada à actual Av. António Augusto de Aguiar, b) Palácio Galveias: fachada principal virada ao Campo Pequeno.

Para norte da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, nas freguesias do *Termo*, multiplicavam-se igualmente as quintas nobres, que vizinhavam com as pertencentes a burgueses, fossem esses grandes negociantes, burocratas (juízes, desembargadores,

²⁹⁷ Tendo obtido o senhorio da antiga quinta de “palha-vã”, que pertencera pertencera desde o século XVII aos “Cunhas de Palhavã”, o 2º conde de Sarzedas, D. Luís Lobo da Silveira (1640-1706) e posteriormente seu filho, 3º conde de Sarzedas, D. Rodrigo da Silveira Silva Telles (1663-1730), mandaram edificar o palácio (actual embaixada de Espanha). Em 1747, por morte da 4ª condessa de Sarzedas (que não deixou descendentes), o palácio e outros bens da Casa de Sarzedas passaram para D. Francisco Xavier de Meneses, 2º Marquês do Lourçal, que o cedeu aos 3 filhos naturais de D. João V: D. António, filho de uma senhora francesa, nascido em 1714; D. Gaspar, filho da religiosa D. Madalena Máxima Miranda, nascido em 1716; D. José, filho da madre Paula de Odivelas, nascido em 1720. Sobre o Palácio e jardins e sobre os seus sucessivos proprietários e ocupantes, vide José de Monterroso Teixeira, *El Palacio de Palhavã. Arquitectura e representación*, Lisboa, ed. Embaixada de Espanha, 2008.

²⁹⁸ O Palácio Galveias, datado da 1ª metade do século XVII, foi mandado construir pela família Távora mas, quando do sequestro dos bens desta família no reinado de D. José I, a propriedade passou aos Condes de Galveias.

²⁹⁹ Lisboa em 1758. *Memórias paroquiais de Lisboa*, pp. 260-261

corregedores, etc.), médicos, arquitectos ou militares de alta patente (brigadeiros, generais, capitães, etc.). Em Benfca foram construídas várias quintas burguesas de veraneio e, uma das mais notáveis, a Quinta de Alfarrobeira, pertenceu ao arquitecto João Frederico Ludovice, autor do respectivo projecto e construção (1722).

Na freguesia do Lumiar destacavam-se a Quinta do Monteiro-mor ou do Marquês de Angeja³⁰⁰, no lugar do “Paço”, a quinta do Desembargador Inácio de Figueiredo no lugar da Torre do Lumiar, a Quinta de S. Vicente pertencente ao Conde Barão no lugar de Tilheiras, a quinta do Desembargador João Rodrigues Campelo no lugar das Moiras, etc.³⁰¹

Das várias quintas existentes no extremo ocidental da cidade, entre Belém e Alcântara, o autor do já mencionado *Grande Panorama de Lisboa*, representou as mais importantes: as do duque do Cadaval, a Quinta de S. Lourenço ou do Meio (dos condes de Calheta) e a Quinta dos condes de Aveiras ou Quinta de Baixo³⁰², a Quinta das águias ou da condessa da Junqueira e a dos condes de Sabugosa.

No extremo oriental da cidade (áreas do Beato e Madre de Deus), existiam muitas quintas, a maioria oriundas dos séculos XVI e XVII, como era o caso das quintas de D. Joana de Tovar, de D. Francisco de Meneses, do Arcebispo e a do “Braço de Prata”, e outras já dos inícios do século XVIII, como a dos Alfinetes, a do Armador e a da Fidalga.

No rescaldo do Terramoto de 1755, muitos nobres e burgueses refugiaram-se nessas quintas localizadas nos extremos oriental e ocidental da *Corte* ou no *Termo* e, como já foi dito, algumas dessas propriedades de veraneio foram convertidas em residências permanentes, como se verificou com a Quinta do Marquês de Fronteira em S. Domingos de Benfca.³⁰³

Até finais de Setecentos, aumentou consideravelmente o número de quintas periféricas, revelando-nos por um lado, a crescente assimilação por parte das elites urbanas do “mito do ar puro” ou das teorias *aeristas* e, por outro, a assimilação de um

³⁰⁰ Trata-se do 3º Marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha (1716-1788)

³⁰¹ *Lisboa em 1758. Memórias paroquiais de Lisboa*, p. 284

³⁰² As quintas do Meio e de Baixo foram compradas por D. João V, em 1726, e originaram a quinta real de Belém, hoje Palácio Presidencial.

³⁰³ Embora datada de finais do século XVI, esta quinta passou uma grande transformação na década de 70 do século XVII, por iniciativa do 1º Marquês, D. João de Mascarenhas. Entre 1775 e 1781, sofreu obras de ampliação e vários melhoramentos, passando a residência permanente da família, em substituição do arruinado palácio às Chagas.

gosto próprio da época das Luzes, o da contemplação e estudo da natureza. Algumas das quintas referidas – a do Dévisme em S. Domingos de Benfica e a do Marquês de Angeja no Lumiar -, ganharam renome graças aos respectivos jardins que se converteram, de facto, em notáveis jardins botânicos pela grande variedade de espécies arbóreas e de plantas exóticas que possuíam e que tinham sido importadas de vários continentes.³⁰⁴

Carrère referiu-se ao elevado número de quintas existentes, afirmando que Lisboa estava rodeada de casas de campo, designadas por quintas, num “raio de duas ou três léguas, a norte, a oeste e a leste”. Afirmou que algumas eram “muito belas” apontando, como exemplos “a que Devisme³⁰⁵ [tinha] para os lados de Benfica e a que foi mandada construir nas Laranjeiras³⁰⁶ pelo (...) opulentíssimo Quintela”. Observou que os proprietários ou os arrendatários dessas quintas, nobres e burgueses, viviam aí “durante metade do ano”, sendo habitual irem para lá em Maio e aí permanecerem até Novembro, mas enquanto as mulheres aí ficavam todo este tempo, os homens [giravam] constantemente entre as suas quintas e Lisboa, num vaivém (...).³⁰⁷

³⁰⁴ vide Brigola, João Carlos Pires, opus cit., pp. 370-387

³⁰⁵ Mandada edificar por Gérard Dévisme (grande negociante inglês de pau-brasil protegido do Marquês de Pombal), entre 1770 e 1778, com projecto de Inácio de Oliveira Bernardes, passou em 1795 à posse do Marquês de Abrantes que a vendeu, em 1834, à Infanta D. Isabel Maria. Após o falecimento da Infanta, em 1876, a quinta de *Dévisme* foi adquirida por D. Teresa de Saldanha, que nela instalou o Colégio de S. José para a educação de meninas pobres.

³⁰⁶ Mandada edificar por Joaquim Pedro Quintela, 1º barão de Quintela, em 1788, com projecto atribuído ao padre Bartolomeu Quintela, foi posteriormente ampliada e enriquecida pelo 2º barão de Quintela, 1º conde de Farrobo, a quem se deve a construção de um teatro privado, o Teatro Tália (cuja recuperação foi iniciada em 2010).

³⁰⁷ Carrère, J.B. F., opus cit., pp.50-51

3.3. O(s) poder(es) na Corte, o *mito do Ar Puro* e as medidas de saneamento

Pela sua modernidade e pertinência o *mito do ar puro* foi assimilado pela maioria dos académicos, muitos dos quais, como já referimos, estavam, directa ou indirectamente, ligados aos poderes local e central. E, precisamente, porque alguns desses académicos ocupavam cargos nos Senados³⁰⁸ camarários e (ou) desempenhavam funções ao serviço da edilidade, somos levados a crer que influenciaram muitas das decisões de carácter sanitário tomadas por aqueles órgãos.

Parece-nos igualmente plausível admitir que o próprio monarca foi conquistado pelas mesmas ideias *higienistas*, não só porque convivia com alguns dos mais destacados académicos, (entre outros, D. Francisco de Meneses, Conde de Ericeira, e Diogo de Mendonça Corte Real, seu ministro dilecto), mas também pelo facto de Fonseca Henriques, o médico que mais contribuíra para a divulgação dessas ideias e do “mito do ar puro”, ser um dos seus médicos pessoais.

Ao defendermos a ideia de que D. João V se mostrou sensibilizado pelo discurso *higienista*, admitimos a sua abertura às ideias modernas (provenientes do estrangeiro e, em grande parte, difundidas pelos estrangeirados), o que contraria a ideia que, durante muito tempo, prevaleceu acerca desse monarca. Para muitos historiadores do passado, a imagem de D. João V é a de um soberano extremamente religioso e perdulário, cujas acções contribuíram, essencialmente, para o engrandecimento da igreja católica e para o reforço da autoridade régia. Contrariando essa visão demasiado redutora, Joaquim de Carvalho e José S. Silva Dias chamaram a atenção para o facto de o país se ter aberto às novas correntes de pensamento europeias e às novidades científicas da época³⁰⁹, o que não teria sido possível sem o aval do monarca.

Embora fosse dominante o pensamento escolástico nos círculos oficiais, existiram no período joanino condições de recepção e de divulgação das correntes mais

³⁰⁸ Como consequência da divisão do Arcebispado de Lisboa, por determinação papal, também a administração camarária ficou dividida em 2 Senados, entre 1717 e 1741: o Senado Ocidental e o Senado Oriental, com idêntica composição: 1 presidente, 3 vereadores, 2 procuradores dos Mesteres e 1 procurador da cidade

³⁰⁹ Brigola, João Carlos Pires, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, p. 51

inovadoras, o que possibilitou o gradual desenvolvimento de um pensamento moderno (ou pré-moderno) e cosmopolita.

Quanto aos interesses culturais de D. João V e ao seu desejo de contribuir para a divulgação dos conhecimentos, basta lembrar as frequentes aquisições de obras para as livrarias régias da Universidade de Coimbra, do Convento de Mafra, do Colégio do Oratório de Nossa Senhora das Necessidades e do Paço da Ribeira. Esta última desapareceu completamente com o Terramoto de 1755 mas sabemos, pelos testemunhos da época, que era uma das mais notáveis da Europa, quer pelo número de obras que reunia (cerca de 70000 volumes), quer pela variedade dos temas e dos autores representados.

Comprovando a sua simpatia pelos novos saberes, basta lembrar que o monarca não só nunca contrariou a existência das diversas academias privadas, como ainda manteve relações de amizade com alguns académicos (como o já referido Conde de Ericeira³¹⁰) e que, para evidenciar o seu interesse pelos debates literários e científicos, tomou a iniciativa de fundar, em 1720, a Academia Real da História Portuguesa.

E, na própria constituição dessa Academia, D. João V revelou a sua simpatia pelas novas ideias, na medida em que designou para a sua direcção D. Manuel Caetano de Sousa, o erudito e esclarecido clérigo regular da Divina Providência e admitiu no conjunto dos cinquenta sócios iniciais, quarenta que haviam pertencido à Academia dos Anónimos e às Conferências Discretas.³¹¹

³¹⁰ Como afirmou José S. Silva Dias, no seu *Portugal e a cultura europeia*, p. 333, “O Conde aproveitou algumas vezes a consideração de que gozava no Paço, para introduzir ideias ou insinuar reformas proporcionadas à sua ilustração e tendências científicas modernizantes”

³¹¹ Segundo se refere na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 1, p. 184, nos Estatutos da Academia, aprovados em 22 de Dezembro de 1720, os primeiros sócios foram: o P. André de Barros, S.J., o P. António Caetano de Sousa, clérigo regular, o P. António Reis, cónego do Oratório, António Rodrigues da Costa, conselheiro ultramarino, o P. António Simões, S.J., lente do Colégio de Santo Antão; P. Fr. Bernardo Castelobranco, da ordem de Cister; Bartolomeu Lourenço de Gusmão, doutor em cânones; P. Bartolomeu de Vasconcelos, S.J. Caetano José de Sousa Sotomaior, bacharel em cânones; Diogo Barbosa Machado; Diogo Correia de Sá, visconde Asseca; Diogo de Mendonça Côrte Real, conselheiro Secretário de Estado; P. Fr. Fernando de Abreu, da ordem dos pregadores; D. Fernando de Mascarenhas, marquês da Fronteira; D. Fernando Noronha, conde de Monsanto; Fernando Teles da Silva, marquês de Alegrete; Francisco Dionísio de Almeida da Silva e Oliveira; Beneficiado Francisco Leitão Ferreira; D. Francisco Xavier de Meneses, conde de Ericeira; P. Jerónimo de Castilho, S.J.; P. D. Jerónimo Contador de Argote; Jerónimo Godinho de Niza; Inácio de Carvalho e Sousa; D. João Abreu da Costa, desembargador; João Couceiro de Abreu e Castro, guarda-mor da Torre do Tombo; P. João Col, da Congregação do Oratório; P. D. José Barbosa; José Contador de Argote; José do Couto Pestana; José da Cunha Brochado; P. Fr. José da Purificação, da Ordem dos Pregadores; José Soares da Silva; Júlio de Melo de Castro; Lourenço Botelho Sotomaior; P. Fr. Lucas de Santa Catarina, cronista da Ordem dos Pregadores; P. D. Luis de Lima; Manuel de Azevedo Fortes, engenheiro-mor do Reino; Dr. Manuel de Azevedo Soares; P. D. Manuel Caetano de Sousa; P. Manuel de Campos, S.J.; Manuel Pereira da Silva

Manifestando D. João V interesse pelas novas ideias filosófico-científicas, não poderia ter deixado de simpatizar com o moderníssimo pensamento *higienista*, defendido por um grande número de académicos e pelos médicos pré-modernos, como era o caso do seu médico pessoal, o “dr. Mirandela”. Só assim se justifica que o monarca tenha recorrido à opinião dos médicos sobre um assunto que lhe merecia um interesse muito especial, o da localização da futura Igreja Patriarcal, cujo projecto já estaria a ser congeminado.

Pretendendo construir uma magnífica basílica patriarcal (a que se associaria o palácio do titular e o próprio palácio real), D. João V chamara de Itália³¹² um dos mais conceituados arquitectos italianos da época, Filipe Juvara³¹³, a quem incubiria a elaboração do projecto.

Tanto quanto o projecto, importava o local de implantação da futura Patriarcal e, para que a escolha desse local fosse correcta, decidiu marcar uma reunião a 7 de Fevereiro de 1719, para a qual foram convocados os “Fidalgos, Ministros, e Medicos pelo que tocava à eleição de hum sitio saudavel, e Arquitectos, que dirigissem a projecção da grande obra, que intentava “.³¹⁴

O monarca tendo já examinado vários sítios possíveis para o empreendimento, ficara indeciso e, por isso mesmo, pretendia que os participantes nessa reunião o ajudassem, com as suas opiniões, a escolher o mais adequado. Tratava-se, no essencial, de saber se a edificação da Igreja da Patriarcal e do novo Palácio deveria ocorrer no sítio em que se encontrava o antigo Paço Real [no Terreiro do Paço] ou “ no sítio chamado Buenos Aires na parte da cidade eminente à ribeira de Alcântara.”³¹⁵

Uma vez que o monarca desejava a escolha de “um sitio saudável”, os médicos não hesitaram em afirmar que “o sitio, em que estava (...) o Palacio (...), não era o que a arte, que professavão, devia escolher por favoravel à saude, porque o monte do

Leal; P. Fr. Manuel da Rocha, da Ordem de Cister; Manuel Teles da Silva, conde de Vilar Maior; P. D. Manuel do Tojal e Silva; Martinho de Mendonça de Pina e Proença; P. Fr. Miguel de Santa Maria; P. Pedro de Almeida, S.J; P. Fr. Pedro Monteiro d'Ordem dos Pregadores; P. D. Rafael Bluteau; D. Rodrigo Anes de Sá e Almeida, marquês de Abrantes.

³¹² vide Walter Rossa, *Além da Baixa, Índicios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, p.24

³¹³ Filipe Juvara (1678-1736), nascido na cidade siciliana de Messina, destacou-se sobretudo pelas obras realizadas em Turim, dentre as quais a Basílica de Superga (1717-1731), a fachada do Palácio Madama (1718) e o Palacete Stupinigi (1730). Chamado a Portugal por D. João V, em 1719, onde permaneceu cerca de meio ano, elaborou o projecto da igreja patriarcal e dos palácios patriarcal e real que lhe estariam associados, projecto esse que nunca chegou a ser concretizado.

³¹⁴ Castro, João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, Lisboa, 1762, III vol., pp. 193

³¹⁵ Idem, ibidem

Castello, e os edificios altos da Cidade lhe embaraço o Norte, e os ventos mais benignos: que todos os outros participavão de vapores impuros, e este damno se accrescentava com o as aguas detidas, e das mesmas prayas, e marezia (...) [reconhecendo, porém,] em Buenos Aires todas as vantagens, que a Filosofia natural, e a Medicina procuravão no caso proposto.”³¹⁶

Da opinião dos médicos partilharam, de imediato, alguns dos fidalgos presentes, como o Marquês do Alegrete, o Conde de Aveiras, o Conde de Unhão, o Conde de Ericeira, o Conde de Valadares e o Conde de S. Lourenço. A unanimidade de opiniões destes representantes da elite aristocrática com os médicos reflectia, sem dúvida, a partilha dos novos *Saberes* e das novas concepções sobre a relevância do ar *puro* para a saúde pública.

A opção pelo sítio de Buenos Aires não conquistou os votos do Marquês de Abrantes, do Marquês de Minas, do Conde de Assumar e do Padre D. Manuel Caetano de Sousa, que entenderam ser preferível a edificação da Patriarcal no Terreiro do Paço, decorrendo essa opção, provavelmente, de atenderem apenas às vantagens de uma localização central e (ou) de desconhecem *o mito do Ar Puro*.

Quanto aos votos de outros participantes na referida reunião apenas sabemos, de acordo com o que escreveu Bautista de Castro, que “D. Filippe Ibarra, principal Architecto Siciliano, não declarou o seu voto” e que, face à diversidade das opiniões, não foi tomada qualquer decisão, “(...) contentando-se El Rey de que supposto à maneira de David não edificara na sua Corte sumptuoso Templo a Deos, como emprendera, deixava ao menos as riquezas, para que seu filho imitando a Salamão o edificasse (...)”.³¹⁷

A propósito das informações de Baptista de Castro relativas à mencionada reunião de 7 de Fevereiro de 1719, Walter Rossa afirmou estranhar que não houvesse qualquer alusão à presença de representantes do corpo de engenheiros militares e que não conhecia nenhuma outra situação em que tal se verificasse. Na sua opinião, Azevedo Fortes (nomeado engenheiro-mor do reino nesse mesmo ano) e (ou) Manuel da Maia devem ter participado na reunião e devem ter defendido, tal como os médicos, a opção por Buenos Aires para a implantação da Patriarcal.

³¹⁶ Idem, *ibidem*

³¹⁷ Castro, João Baptista de, *opus cit.*, p. 194

Teria sido nessa ocasião, segundo a hipótese formulada por Walter Rossa, que Manuel da Maia apresentara, pela primeira vez, as suas teses sobre a expansão e a renovação da cidade - que assentavam na opção pela colina a poente da Cotovia e Bairro Alto, formando um U edificado a cotas superiores, aberto ao rio com o vale de São Bento no seu interior -, teses que viria a retomar no período josefino.³¹⁸

Tão importante, a nosso ver, quanto a presença de Manuel da Maia e (ou) de outros engenheiros militares na referida reunião de 7 de Fevereiro de 1719, foi a presença dos médicos, uma vez que corrobora a nossa ideia de que o monarca se mostrava atento ao discurso *higienista* e se interessava, cada vez mais, pelas questões inerentes à qualidade do ar e à salvaguarda da saúde pública.

A partir da década de 20 (lembremo-nos que a 1ª edição da *Anchora Medicinal* foi em 1721) e até ao final do seu reinado, o monarca evidenciou uma crescente preocupação com o saneamento urbano da *Corte*, o que o levou a exigir aos Senados uma acção mais enérgica no combate à sujidade dos espaços públicos, sobretudo nas ocasiões em que eclodiam (ou pareciam estar eminentes) novos surtos pestíferos. Para a tomada de decisões sobre o saneamento urbano, o monarca auscultava a opinião dos médicos *higienistas* para os quais a eclosão desses surtos se devia aos cheiros *pestilentos* e aos ares *pútridos* ou *corrompidos* decorrentes da falta de limpeza. E, opinavam, para se acabar com as doenças epidémicas, ou melhor, para se preservar a saúde da população urbana, urgia implementar (e fiscalizar o cumprimento) medidas eficientes que combatessem a sujidade e garantissem a qualidade do ar.

Em Outubro de 1723, na sequência do deflagrar de uma terrível epidemia de “febres graves”, que se pautou por uma grande mortandade (cerca de 6000 óbitos) em várias freguesias da cidade (vide capítulo 1.1.1.), o monarca exigiu ao Senado que tomasse todas as providências necessárias para garantir a limpeza das ruas da *Corte*. Nos anos de 1732, 1735, 1738, 1739, 1740 e seguintes, repetiram-se as ordens do monarca nesse sentido.

Tal como se verificava um pouco por toda a cidade, também a zona envolvente do palácio real estava frequentemente coberta de “immundicias”, apesar das sucessivas ordens régias para que a mesma fosse devidamente limpa. A 20 de Janeiro de 1722, ordenava-se ao Senado que mandasse limpar “as immundicias” que estavam defronte do

³¹⁸ vide Walter Rossa, opus cit., pp. 24-28

Paço e que fizesse essa “deligência” semanalmente.³¹⁹ Mas, dez anos mais tarde, a situação não parecia ter melhorado, sendo exigido ao Senado que mandasse “alimpar todas as Ruas que [ficavam] na circumferencia do Paço athe elle” e que, daí em diante, não houvesse mais “descuido” na limpeza dessa zona.³²⁰

Para justificar as deficientíssimas condições da higiene pública, o Senado invocou as dificuldades em contratar a limpeza urbana porque todo o “produto do Real applicado para a dita Limpeza” se achava “penhorado inteiramente pelos credores”, o que levou D. João V a decretar a 20 de Novembro de 1738, que durante o “tempo do arrendamento” se levantassem “as penhoras feitas no rendimento do dito Real aplicado à Limpeza, e que delle se [pagasse] em primeiro lugar o preço do Contracto” porque, como afirmava, da falta de limpeza resultava “grave damno (...) à saúde publica”.³²¹

Em 1739 os problemas gerados pela falta de limpeza persistiam por toda a cidade, sendo frequentes as ordens régias para que o Senado actuasse. A 24 de Outubro desse ano, D. João V ordenou ao Senado que mandasse “alimpar toda a Costa do Castello”, de modo a permitir a passagem de “Carruagens, e gente” e que não autorizasse que se lançasse no “dito Sitio mais calice, ou couza que [pudesse] impedir a dita passagem”.³²²

Uma vez que os cheiros nauseabundos provocados pelas lixeiras (*monturos*) próximas do centro urbano eram apontados pelos médicos como uma das causas da eclosão dos surtos pestíferos, a 29 de Abril de 1735, D. João V determinou ao Senado que proibisse aos contratadores da limpeza o lançamento das “lamas” nas praias da Boavista e S. Paulo³²³ e a 25 de Maio desse ano determinou que as “lamas” e lixos extraídos fossem levados “em barcas athe ao covão da praia do Alfeite”.³²⁴ Em 1740 (11 de Maio e 11 de Setembro) proibiu o lançamento das “lamas” e lixos “dos bairros altos” no sítio da Cotovia (onde se localizava um dos *monturos*), devendo os mesmo ser enviados para sítios afastados e determinou que os lixos da “parte baixa da cidade” ser enviados em barcaças para o “covão do Alfeite”.³²⁵

³¹⁹ AML: livro 8º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, Senado Oriental, fl.s 47-50.

³²⁰ AML: livro 9º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl. 216.

³²¹ AML: livro 6º de Consultas, decretos e Avisos de D. João V, fl. 201-201vº

³²² AML: Idem, fl. 250

³²³ AML, livro 9º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl. 77

³²⁴ AML, livro 10º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl.s 87-88.

³²⁵ AML: livro 16º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl. 59-60.

Mas as citadas ordens régias de 1735 e 1740 (proibindo o lançamento de lixos nos *monturos* dentro da cidade e determinando o seu envio para o Alfeite), não foram atendidas pelo Senado, sendo essa atitude justificada com “alguns pretextos” (falta de meios financeiros, entre outros) como foi referido no decreto régio de 5 de Novembro de 1740, no qual o monarca chamava de novo a atenção da edilidade para que respeitasse o determinado nos citados decretos.³²⁶

No bairro de S. José e noutros bairros semi-rurais, ou seja, parcialmente ocupados por hortas, as doenças eram muitas vezes atribuídas à presença de águas estagnadas nos tanques de rega e, por isso, o Senado, aconselhado pelos provedores da saúde, determinou a 30 de Agosto de 1742, que fossem notificados “ todos os hortelões [com] hortas no sítio de S.José, Santa Clara, Anjos, Santa Engracia, e todas as mais que ficarem dentro da cidade, para que, no termo de oito dias [limpassem] todos os tanques e almacegas que tiverem nas ditas hortas, para que nellas se não detenham aguas immundas, no fim do qual termo os mesmos provedores farão visitas nas ditas hortas e, achando os ditos tanques e almacegas mal limpos e com as ditas aguas immundas, os condemnarão em dois mil réis para as despesas da cidade (...)”³²⁷.

As medidas implementadas pelo Senado, quase todas sob pressão da autoridade régia, continuaram a dar poucos resultados práticos e, por isso, a 1 de Janeiro de 1745, D. João V exigia, mais uma vez, que fossem tomadas todas as providências necessárias para assegurar a limpeza das ruas.³²⁸

O Senado, querendo cumprir as determinações régias mas sentindo sérias dificuldades não só para obrigar os contratadores da limpeza a cumprir as suas obrigações mas também em obrigar os residentes a respeitarem as posturas camarárias (que proibiam o lançamento dos lixos em certas áreas e a determinadas horas), decidiu recorrer à “colaboração” da Casa dos Vinte e Quatro. Por uma disposição datada de 20 de Novembro de 1749, exigiu que os vogais que não estivessem a desempenhar os cargos de juiz, de escrivão ou de procuradores dos mesteres, vigiassem e examinassem “três em cada bairro”, as faltas de limpeza verificadas “em cada um deles” e

³²⁶ AML: livro 6º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl. 81vº.

³²⁷ Freire de Oliveira, Eduardo, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, vol. XIV, p. 99 (livro IV de reg. das ordens do Senado Occid., fl. 282).

³²⁸ AML: livro 21º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl. 12.

participassem ao senado “por escripto, do que se [achasse] necessitado da dita limpeza”.³²⁹

As decisões tomadas e as medidas implementadas pouco contribuíram para solucionar o problema da sujidade nos espaços públicos e, em 1752, o Senado tomou nova resolução. Ordenou aos almotacés que obrigassem os contratadores a fazerem a limpeza “pelo que respeita á extracção dos lixos e, pelo que toca aos mais entulhos e caliças, procedam contra os donos das obras”, de modo a que a cidade ficasse limpa, uma vez que se constava que as ruas e travessas da cidade se achavam “immundas, e ainda embaraçadas com os entulhos que resultam das obras (...)”³³⁰

Tal como a acumulação dos lixos nas ruas e nos “monturos”, também os esgotos a céu aberto constituíam uma outra fonte de preocupações, visto gerarem cheiros nauseabundos e *pestíferos* que ameaçavam a saúde pública. De facto, em consulta datada de 22 de Dezembro de 1741, a Câmara informava o monarca de que, segundo as opiniões emitidas pelos médicos que se pronunciaram sobre a propagação de doenças no bairro de S. José, as causas dessas doenças eram devidas aos “vapores dos canos descobertos que [decorriam] pelas hortas do mesmo bairro (...)”³³¹

O monarca respondeu rapidamente à consulta do Senado, ordenando que “se mandassem logo cobrir [os referidos canos] pelos donos os que fôrem particulares, e pelo senado os que fôrem públicos (...)”³³²

O Senado camarário, interessado na cobertura dos canos mas pouco interessado em suportar os custos das obras, mandou averiguar *in loco* quais os canos que pertenciam aos particulares, a fim de lhes exigir a devida comparticipação nas despesas a realizar. Assim, a 23 de Julho de 1742, foi feita uma vistoria ao cano que passava pela horta do conde de Castelo Melhor, levada a cabo pelo desembargador Pedro de Pina Coutinho (responsável pelo pelouro das obras), pelo procurador da cidade António Pereira de Viveiros e por outros “officiaes do regimento das obras”. Feitas as averiguações, todos concordaram que o referido cano era particular e, por isso, as despesas com a sua cobertura não deveriam ser pagas pelo município.

³²⁹ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol. XV, pp. 126-127.

³³⁰ Idem, vol. XV, p. 373

³³¹ Idem, vol. XIV, p. 99 (livro IV de reg. das ordens do senado Occidental., fl. 282)

³³² AML: livro 6º de Consultas e Decretos de D. João V, fl. 200

Mas, algum tempo depois, Carlos Mardel foi inspeccionar o mesmo cano e chegou a outras conclusões, sendo as mesmas devidamente explicadas no relatório que enviou ao monarca a 9 de Dezembro de 1742. Na opinião desse engenheiro-militar, o cano que passava junto da horta do Conde de Castelo Melhor era um cano público que recebia as águas provenientes de “ todos os bairros, S. Sebastião, S. José, rua e calçada de Sant’Ana e de varias hortas particulares (...) e todas as que [vinham] do Bairro Alto, Cotovia e rua do Salitre á calçada da Gloria (...) e [ia] a sahir junto da Inquisição”. Na parte final do seu relatório, Mardel observava que a cobertura do cano seria uma obra de grande utilidade, visto que todos os “vizinhos” ficariam livres “da grande oppressão de doenças que [experimentavam] por causa das inundações das cheias que, sendo grandes, [espalhavam] todas as immundicias pelas hortas (...)”.³³³

D. João V, convencido pelo relatório de Mardel de que o referido cano era público, ordenou ao Senado, em Março de 1743, que suportasse a despesa das obras necessárias para a sua cobertura. E, sabendo da possibilidade de surgirem mais problemas de saúde noutras freguesias, provocados pelos canos que as atravessavam, ordenou a 22 de Maio do mesmo ano, ordenou ao município que mandasse “ concertar sem demora os Canos (...) rotos na rua nova, Terreiro do Paço, e aonde mais se necessitar, e acodir a evitar os maus cheiros”, para prevenção das “más consequências” que poderiam resultar desses estragos.³³⁴

Além do concerto e cobertura dos canos existentes, o monarca determinou pelo Alvará Régio de 1745 que nos sítios em que se juntassem muitas águas e onde já estivessem “princiadas ou já formadas algumas ruas” se fizessem “cloacas ou canos para receberem as aguas [buscando] sahidas para as praias, á imitação do cano real (...) do Terreiro do Paço (...)”.

As decisões de D. João V no sentido de se construírem novos canos reais e de se consertarem e (ou) cobrirem os “que corriam a céu aberto e constituíam os principais esgotos da cidade”³³⁵ correspondiam, obviamente, aos preceitos advogados pelos *higienistas*, uma vez que visavam *purificar* o ar e garantir a saúde pública.

³³³ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol. XV, p. 97, nota 2 (livro XVII de cons. e dec. del-rei D. João V, fs 225)

³³⁴ AHCML, livro livro 14º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl. 292.

³³⁵ Murteira, Helena, “*Lisboa antes de Pombal: crescimento e ordenamento urbanos no contexto da Europa moderna (1640-1755)*” in *Monumentos*, nº 21, Lisboa, ed. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 2004, p. 53

Apesar de todas as decisões tomadas pelo monarca com o objectivo de melhorar o saneamento urbano, o estado das ruas, das praças e de outros espaços públicos não melhorou significativamente, o que, em certa medida, derivava da incompetência e (ou) irresponsabilidade dos funcionários que deviam fiscalizar o cumprimento das normas régias e das posturas camarárias.

Querendo, provavelmente, alterar o comportamento desses funcionários, D. João V mandou publicar, em 1748, o *Tratado sobre os Meios de Preservação da Peste*, obra anónima, especialmente dirigido aos funcionários das Alfândegas e dos Senados, reunia um importante conjunto de medidas ou preceitos *higienistas* (inspiradas, provavelmente, pelo discurso *higienista* de Fonseca Henriques). A medida mais importante relacionava-se com o controle das doenças epidémicas vindas do exterior, para o que se recomendava o estabelecimento “(...) na fronteira da urbe,[de] um cordão sanitário” [e] rigorosas quarentenas marítimas nos portos de mar”. Seguiam-se as medidas de saneamento urbano, como a “cuidadosa limpeza nas ruas, mercados e habitações”, a proibição “no interior da cidade de oficinas cujos produtos pudessem inquinar o ar”, a fiscalização das condições de venda “das substâncias alimentares, não consentindo no uso daquelas que estejam em começo de alteração”, o afastamento dos mendigos do centro urbano, o estabelecimento de “hospitais para os empestados, suspeitos e convalescentes” e a organização de um serviço sanitário, que socorresse rapidamente todos os doentes.³³⁶

Desconhecemos qual o impacto causado pelo referido Tratado, mas admitimos que tenha contribuído para melhorar a sensibilidade (e o sentido de responsabilidade) dos funcionários da Alfândega e do Senado para as questões de saneamento tendo, conseqüentemente, melhorado as suas competências na vigilância e controlo dos surtos pestíferos.

Sob a influência das ideias *higienistas* e *aeristas*, D. João V preocupou-se as questões sanitárias da capital que, de acordo com essas ideias, eram de extrema importância para melhorar a qualidade do ar. Ora, na nossa opinião, a construção do Aqueduto das Águas Livres não se pode dissociar dessas questões sanitárias e das ideias *higienistas* que lhes estavam associadas.

³³⁶ Lemos, Maximiano, *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, Lisboa, publicações D. Quixote, 1991, 2 vol.s, 2º vol., p. 145.

A medicina preventiva ou *higienista* de Setecentos, que concedia um lugar central ao ar, suscitou em toda a Europa imensos debates e reflexões sobre os meios conducentes à sua *purificação*, o que conduziu à percepção da estreita relação existente entre o ar e a água no(s) meio(s) urbano(s). Esses debates demonstraram que a água era indispensável para assegurar a limpeza das ruas e para acabar com os odores nauseabundos que *infectavam* os ares. A água que lavava as ruas e as libertava dos lixos e dos cheiros, também “lavava” e “corrigia” o Ar.³³⁷

A água *per si* e (ou) a água vista como elemento purificador do ar, originou múltiplas discussões e decisões em todas as cidades europeias porque, em resultado do acentuado aumento populacional, todas elas se debatiam com o agravamento da sujidade, dos maus cheiros e da *putrefação* do(s) ar(es). No decurso do século XVIII, a questão da água converteu-se, assim, numa questão urbana ou num “problema urbanístico na sua tripla vertente: do abastecimento, do saneamento e do ornamento”.³³⁸

A questão do abastecimento de água às populações urbanas não constituía uma novidade em si mesma, mas ganhou uma particular relevância nesta época, em resultado dos “novos parâmetros higienistas e [da] intenção declarada de promover um maior bem estar público”³³⁹. Em quase todas as cidades europeias colocou-se a necessidade de aumentar os caudais disponíveis e nalgumas delas, como foi o caso de Nápoles, Paris e Madrid, implementaram-se medidas nesse sentido.

A grande novidade da época foi a de olhar a água como um imprescindível recurso para o saneamento urbano, visto que facilitava a remoção dos lixos e águas residuais dos espaços públicos.

Quanto à função ornamental da água, particularmente associada à construção de fontes monumentais, dissociada dos interesses *higienistas* (embora alguns entendessem que a água em movimento também contribuía para afastar os odores *pútridos*), associava-se aos desejos de ostentação dos detentores do poder, o que era próprio da cultura urbanística da época.

Face ao que se verificou noutras cidades europeias de Setecentos, parece-nos que processo da condução e da distribuição da água em Lisboa, apenas justificado pela

³³⁷ vide Georges Vigarello, *O Limpo e o Sujo*, Lisboa, ed. Fragmentos, 1985, pp 121-123

³³⁸ Calatrava, Juan, opus cit., p. 56

³³⁹ Idem, ibidem

necessidade de acabar com a sede do *povo*, correspondeu também à necessidade de melhorar o saneamento urbano e de embelezar a urbe, glorificando o monarca.

3.3.1. A construção do Aqueduto das Águas Livres

Quando D. João V determinou a construção do Aqueduto das Águas Livres, a cidade estava a enfrentar, mais uma vez, graves problemas decorrentes da falta de água. O monarca fora alertado para essa situação pelo Procurador da Cidade, Cláudio Gorgel do Amaral³⁴⁰, que o informou da “situação catastrófica que se vivia em Lisboa, principalmente nos bairros ocidentais, devido à falta de água e, para cujo remédio, não via outra solução senão introduzir na cidade a Água Livre e de outras fontes que fossem a propósito para lhe aumentar o caudal.”³⁴¹

Os já seculares problemas da falta de água na capital (que se agravavam nos meses estivais) tinham vindo a acentuar-se nas primeiras décadas do século XVIII, devido ao aumento demográfico que estava em curso.

Concordando com a exposição de Gorgel do Amaral, D. João V mandou publicar o Decreto de 2 de Dezembro de 1728, no qual participava ao Senado a sua intenção de mandar construir aquele importante equipamento, ao mesmo tempo que informava aquele órgão municipal de que lhe competiria “propor os meios materiais necessários para sustentar a obra”³⁴².

Para se saber com precisão a quantidade de água que poderia ser conduzida para Lisboa e se a mesma justificava, de facto, a construção do Aqueduto, foram realizadas várias vistorias e rigorosas medições com a presença do Engenheiro-Mor Manuel de Azevedo Fortes, do Coronel José da Silva Paes³⁴³, do Coronel Manuel da Maia³⁴⁴ e do

³⁴⁰ Cláudio Gorgel do Amaral foi Procurador da Cidade de 1712 a 1738, sendo na mesma altura nomeado Superintendente da Junta de Administração das Obras das Águas Livres e Deputado da Junta do Tabaco (ocupou, posteriormente, o cargo de Presidente da Junta do Tabaco).

³⁴¹ *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, ed. CML, 1990, 2 vol.s, vol.1, p. 25

³⁴² *Idem*, p. 25

³⁴³ José da Silva Paes, engenheiro-militar que serviu no Brasil com o posto de sargento-mor e, regressado a Portugal, projectou, entre outras obras, o palácio real de Vendas Novas.

³⁴⁴ Manuel da Maia (1680-1768), desempenhou funções de engenheiro-militar a partir de 1698 e, a partir de 1701, foi incumbido das fortificações de Lisboa. Tendo adquirido em 1704 o posto de sargento-mor foi, em 1718, promovido a coronel e, em 1738, a brigadeiro, justificando-se essas promoções pelas muitas actividades desempenhadas e pelas obras realizadas, quer de carácter militar, quer de carácter científico e cultural (publicação, entre outras, da *Fortificação moderna*, em 1713 e guarda-mor da Torre do Tombo). Ocupando o cargo de engenheiro-mor na altura do Terramoto de 1755, foi incumbido pela Coroa de apresentar as propostas de reconstrução da cidade de Lisboa, ao que respondeu com as suas *Dissertações*.

Arquitecto António Canevari³⁴⁵, entre outros.

Face às conclusões daqueles peritos, confirmando não só a existência de água em abundância, mas também a viabilidade da sua condução para Lisboa através da construção do Aqueduto, o monarca ordenou, através do Alvará de 12 de Maio de 1731, o arranque da obra, exigindo que a mesma se fizesse “ com as traças aprovadas (...) pelas terras e fazendas por onde houver de ir (...)”³⁴⁶

De 1731 a 1834³⁴⁷, a construção do Aqueduto passou por sucessivas etapas, a começar pela da escolha do responsável da obra que oscilou, inicialmente, entre o arquitecto Antonio Canevari e o engenheiro-militar, Coronel Manuel da Maia e que acabou com o afastamento definitivo do arquitecto italiano.

A escolha de Manuel da Maia para dirigir tão importante empreendimento, a partir de 1733, assentou, sem dúvida, nos conhecimentos que já evidenciara sobre o assunto e que dera a conhecer ao monarca num texto intitulado *Considerações sobre o projecto da conducção das Aguas*, datado de 6 de Novembro de 1731.

No período compreendido entre 1733 e 1736, foi construído o troço principal do Aqueduto, desde a *Mãe de Água Velha* até à Ribeira de Alcântara, seguindo o traçado definido e justificado pelo próprio Manuel da Maia no texto acima referido.

A importância desse documento parece ter-se mantido muito para além do período em que o coronel Manuel da Maia dirigiu a obra, vindo a reflectir-se quer na localização do reservatório principal, o reservatório da *Mãe de Água Nova*, quer na localização dos principais chafarizes, segundo opinou Walter Rossa³⁴⁸.

Em 1736, a direcção da obra do Aqueduto passou para Custódio Vieira³⁴⁹, que avançou com os trabalhos em curso desde o Monte das três Cruzes até à arcaria da

³⁴⁵ António Canevari, arquitecto italiano que tendo começado a trabalhar para D. João V em Roma, nas obras da Academia dos Arcades, em 1725, veio depois para Portugal, onde residiu entre 1728 e 1733. Algumas das suas obras desapareceram com o Terramoto de 1755, como a Torre do Relógio e as escadarias dos aposentos da rainha no Paço da Ribeira mas outras, para além da intervenção no Aqueduto, ainda hoje atestam a sua qualidade, como é o caso do Palácio do Patriarca D. Tomás de Almeida em Santo Antão do Tojal e, provavelmente, o Palácio do Correio-Mor em Loures.

³⁴⁶ in *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, vol. 1, pp. 213-214.

³⁴⁷ Segundo Irisalva Moita in *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, “O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa”, p.49, só nesta data ficou concluída “a obra da Casa da Mãe de Água, obra que já se vinha arrastando desde 1745 (...)”.

³⁴⁸ vide *Além da Baixa, indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*, pp. 72-73.

³⁴⁹ Custódio Vieira, engenheiro-militar com o posto de capitão a partir de 1733 fora nesse ano encarregue das obras das fortalezas da barra e do castelo de S. Jorge e, nos anos de 1734 a 1736, foi responsável pelas obras realizadas nos Paços da Ribeira e nos das vilas de Sintra, de Almeirim e de Salvaterra de Magos e ainda em fortificações do Alentejo.

Ribeira de Alcântara. Com o falecimento deste último engenheiro-militar em 1744, foi Carlos Mardel³⁵⁰ quem assumiu a direcção da obra, onde se manteve entre 1745 e 1763 e foi nesse período que se concluiu o troço final do Aqueduto e se construiu grande parte do reservatório da *Mãe de Água* das Amoreiras, posteriormente continuado por Reinaldo Manuel.³⁵¹

Parece dever-se a Custódio Vieira a escolha da zona de Campolide de Baixo (designada por Amoreiras a partir do período Pombalino) para a fixação do grande reservatório, ou “cálice”, receptor das Águas Livres. Anteriormente, tinham sido apontados dois outros locais, um deles muito próximo de S. Roque e o outro em S. Pedro de Alcântara e neste local foi preparado um terraplano amuralhado destinado ao reservatório previsto.³⁵²

Deveu-se a Carlos Mardel o projecto do grande reservatório das Amoreiras (1745) e o início da sua construção, interrompida em 1763, à data da morte do referido arquitecto. As obras do reservatório, continuadas a partir de 1772 sob a orientação de Reinaldo Manuel – que alterou o projecto inicial – e, posteriormente, sob a direcção de outros intervenientes, só terminaram definitivamente em 1834, altura em que o edifício foi abobadado. O reservatório, de forma cúbica, caracteriza-se exteriormente por uma grande sobriedade formal, sendo os alçados pétreos ritmados por uma série de janelas e superiormente rematados por uma cornija com carrancas e uma platibanda. O espaço interior, organizado em três naves abobadadas sustentadas por arcaria, engloba um tanque com 28,7m de largo e 6,75m de fundo (com capacidade para 4,540 mm³ de água), que fornecia a água para as galerias que conduziam a água para os diversos chafarizes da cidade.

³⁵⁰ Carlos Mardel, engenheiro-militar húngaro, veio para Portugal em 1733 onde, alguns anos mais tarde, obteve o posto de capitão-engenheiro e, posteriormente, o de coronel. Desempenhou um papel de considerável importância não só na construção do Aqueduto das Águas Livres e na reconstrução da cidade de Lisboa, mas também ao serviço do Almojarifado do Sal de Setúbal, das Ordens Militares, da Casa de Bragança, etc. Faleceu em 1763.

³⁵¹ Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1791) depois de ter iniciado a sua aprendizagem artística como canteiro no estaleiro de Mafra, frequentou em Lisboa a *Aula do Risco*, a partir de 1756, começando pouco depois a participar nos trabalhos de reconstrução da cidade, em estreita ligação com Eugénio dos Santos, primeiro como aprendiz e depois como ajudante. Tendo-se destacado em muitas intervenções realizadas na cidade (reconstrução de várias igrejas, acabamento do plano da Rua Augusta, as obras do *Passeio Público*, a edificação vários de prédios, particularmente no Bairro de S Paulo, etc), foi nomeado em 1770 como arquitecto das Obras Públicas e para a direcção da Casa do Risco, entrando em 1771, para a obra do Aqueduto, onde veio a ocupar o lugar de 1º arquitecto em 1772. Mas, além das obras ligadas ao Aqueduto, realizou muitas outras, das quais destacamos: o “Passeio Público”, a Igreja dos Mártires, a de S. Nicolau e a Basílica da Estrela.

³⁵² D. João V e o abastecimento de água a Lisboa, vol. 2, p. 65

A ligação aérea (sobre a actual Rua das Amoreiras) do troço final do Aqueduto à *Mãe de Água* fez-se através do Arco das Amoreiras, concebido e construído por Mardel entre 1746 e 1748, data em que foi oficialmente inaugurado. Trata-se do primeiro arco triunfal não efémero da capital portuguesa, resultando a sua tipologia triunfal, como explicara Walter Rossa, não da sua estrutura mas do seu revestimento “de rusticado à francesa que serve de suporte a uma composição de ordem toscana nitidamente inspirada nos livros de Sérlio”, na qual se apoia um “exagerado” entablamento rematado por um frontão triangular “que subordina uma lanterna de ventilação de série, também ela com carga decorativa acrescida”.³⁵³ No entablamento de cada uma das faces do arco, foram colocadas cartelas com inscrições laudatórias, posteriormente substituídas por ordem de D. José.



Figura 27 Arco das Amoreiras (esquerda) e Mãe de Água das Amoreiras (direita).

O Aqueduto foi, desde o início, admirado como uma notável obra de engenharia e de arquitectura, quer pela sua extensão de aproximadamente de 14, 256 km, desde a nascente principal, as Águas Livres de Caneças até à *Mãe de Água* das Amoreiras (com a conclusão de todos os ramais atingiu os 58,135 Km), quer pelas dimensões (941m de comprimento e 65m de altura) e elegância da sua arcaria (35 arcos, 14 ogivais e 21 em volta perfeita) sobre o vale de Alcântara³⁵⁴.

Nacionais e estrangeiros de passagem por Lisboa não dispensavam uma visita a essa notável obra de engenharia hidráulica e, como prova da admiração e apreço

³⁵³ Rossa, Walter, *Além da Baixa*, pp. 80-81.

³⁵⁴ vide D. João V e o abastecimento de água a Lisboa, vol. 2, p. 19.

suscitados, multiplicaram-se as descrições e representações do Aqueduto, de meados do século XVIII ao século XIX.

Giuseppe Gorani que, como tantos outros antes e depois dele, fez a sua *promenade* ao Vale de Alcântara, registou no seu diário de viagem que vira o famoso Aqueduto que ligava duas colinas, o qual era todo de mármore branco e nada ficava a dever “aos mais magníficos aquedutos que nos deixaram os antigos, quer em utilidade e grandeza, quer em elegância”³⁵⁵



Figura 28. O Aqueduto das Águas Livres, numa água-forte de Jonh Bowles, datada de 1750

Por sua vez, o arquitecto irlandês James Murphy, que viajou em Portugal nos anos de 1788 a 1790, descreveu nas suas *Viagens em Portugal*, a boa impressão que a obra lhe causara e afirmou que o aqueduto podia “(...) ser justamente considerado como o mais magnífico monumento das modernas construções da Europa. E, quanto ao valor, não o podemos talvez considerar inferior a outros aquedutos que os antigos nos legaram (...) Está a cerca de uma milha distante de Lisboa, no vale de Alcântara, e é uma admirável estrutura (...)”³⁵⁶

Sempre admirado pelos visitantes estrangeiros, o Aqueduto mereceu também uma crescente atenção por parte dos artistas nacionais, sobretudo por parte dos

³⁵⁵ Gorani, Giuseppe, opus cit., p.139.

³⁵⁶ Murphy, James Cavanah, *Viagens em Portugal*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1998, p. 155.

românticos e dos pré-naturalistas, que o registaram num infindável número de desenhos, gravuras e pinturas, como a que se segue, da autoria de Joaquim Marques.



Figura 29. O Aqueduto das Águas Livres, pintado por Joaquim Marques (1755 – 1822).

Mas, se o impacto visual dessa obra foi quase imediato, atraindo a atenção e conquistando os elogios de todos os visitantes, a sua utilidade não foi sentida, nem a curto nem a médio prazo, pelo *povo da Corte* que continuava a sofrer com a escassez de água, sobretudo nos meses mais quentes e secos.

A chegada da água à cidade, ao grande reservatório da *Mãe de água* das Amoreiras não acabou, de imediato, com a sede do *povo*, porque faltavam os ramais e os chafarizes indispensáveis para a sua distribuição pelos diversos bairros. Aliás, o problema da falta de água agravou-se ainda mais a partir de meados do século, devido ao acentuado crescimento demográfico (temporariamente contrariado pelo Terramoto de 1755).

Com a conclusão do Aqueduto e do grande reservatório das Amoreiras, fora dado o primeiro passo para se garantir a tão desejada abundância de água mas, para que ela chegasse a todas as freguesias era preciso arrancar com uma segunda etapa, a da construção dos referidos ramais secundários, chafarizes e fontanários.

A construção dos referidos ramais iniciou-se em finais da década de 40, uma vez que a decisão quanto ao tipo de materiais a utilizar não foi muito fácil. Alguns dos especialistas convidados a dar parecer sobre o assunto concordaram com a opinião do arquitecto João Frederico Ludovice, que advogava a utilização de canos de pedra ou de

barro vidrado, outros defenderam, como o próprio Carlos Mardel, a utilização de canos de ferro³⁵⁷.

Os primeiros três ramais foram abertos nos últimos anos da década de 40 e inícios da década de 50, como se constata pelos documentos respeitantes às medições (inspecções) das respectivas obras. Sobre o ramal ou a galeria do Loreto, que conduzia a água das Amoreiras para S. Pedro de Alcântara e das Portas de Santa Catarina, as informações datadas de 1749 e 1750, referiam, por exemplo, “a obra no sítio de S. Pedro de Alcântara incluindo o paredão”, a “obra da muralha da Cotovia”, a “obra no lanço de Aqueduto (...) para as portas de St^a Catarina”, a obra “da muralha até próximo da porta do carro dos Padres de S. Roque”³⁵⁸.

As obras da galeria da Esperança, que conduzia a água das Amoreiras até às proximidades dos conventos de S. Bento e da Esperança, são referidas em várias inspecções como, por exemplo, a de 25 de Novembro de 1753, referindo “o início da canalização para a zona da Esperança”, a de 24 de Março de 1756 referindo a continuação “das obras no Aqueduto da Esperança”, a de Setembro de 1761 referindo a “obra feita desde o arco da Rua de S. Bento até à baliza e muro da cerca de baixo”³⁵⁹.

Uma terceira galeria, a das Necessidades, foi “construída nos primeiros anos da segunda metade do século XVIII para abastecimento do Convento e do Palácio das Necessidades, com a água que o rei tinha mandado descobrir na Damaia”. Essa galeria partia do “Aqueduto Geral antes deste entrar no conjunto monumental das Amoreiras”.³⁶⁰ A última galeria, a de Santa Ana, só foi construída em 1784 e destinou-se a conduzir a água do Aqueduto para a zona oriental da cidade, para o “Campo de Santa Ana local para onde foi projectado um chafariz monumental que não chegou a ser construído.”³⁶¹

Os primeiros chafarizes a ser construídos foram projectados por Carlos Mardel: os de S. Pedro de Alcântara, do Rato, da Esperança e da Rua Formosa. De acordo com as medições que foram sendo realizadas, as obras do chafariz de S. Pedro de Alcântara iniciaram-se a 20 de Outubro de 1752, as do Chafariz do Rato a 25 de Novembro de

³⁵⁷ vide *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, p.s 259 e 269.

³⁵⁸ Documentos do AML, referentes às Águas Livres in *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, vol. 1, pp. 277-280.

³⁵⁹ Idem, pp. 280-285.

³⁶⁰ *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, vol. 2, p. 91.

³⁶¹ Idem, ibidem.

1753, as do chafariz da Esperança entre 1757 e 1758 e as do chafariz da Rua Formosa a partir de finais de 1760.

Quanto ao chafariz de S. Pedro de Alcântara, subsistem dúvidas se chegou a ser construído e (ou) a ser concluído segundo o projecto elaborado por Mardel. Referia, porém, um documento datado de 24 de Março de 1756 (referente aos trabalhos realizados entre 1 de Abril e 30 de Setembro de 1754) que o chafariz já tinha “toda a pedraria dos seus cunhais rústicos, seus capiteis e bases, as duas tabelas grandes, os quatro óculos ou janelas gravadas, o portal de entrada do interior e nele suas pedrarias de arcos e forros e toda a mais (...) até ao leito da fiada de escápula (...) em cima do dito chafariz e pedraria da primeira bancada dele com parapeitos, tanques, bicas, degraus, lagedos, colonelos (...)”e, um outro documento datado de 19 de Maio de 1760 (respeitante às obras datadas entre 1 de Abril de 1758 e finais de Março de 1759) referia os “pequenos concertos nos chafarizes do Rato e de S. Pedro de Alcântara”.³⁶²

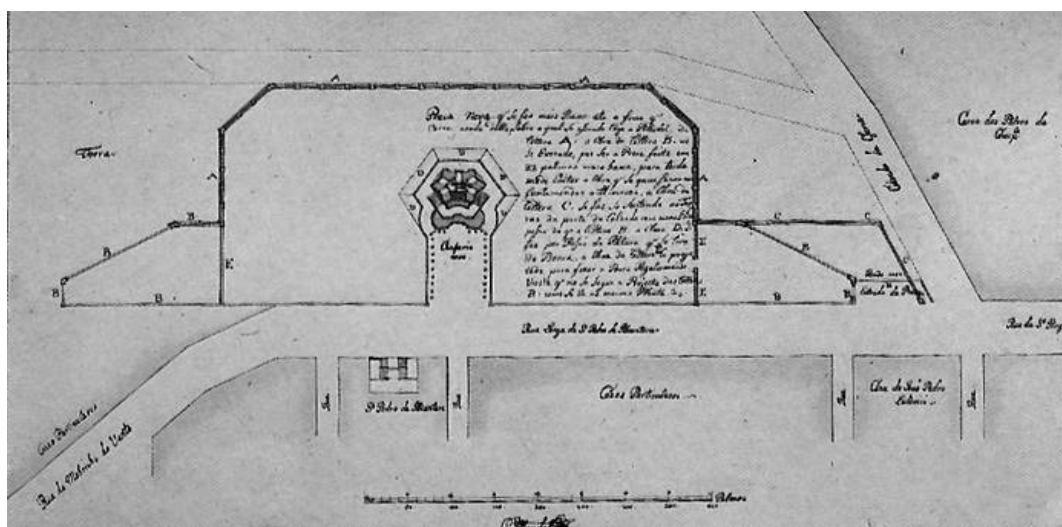


Figura 30. Planta com implantação do chafariz de S. Pedro de Alcântara, projecto de Carlos Mardel

A área de implantação do chafariz de S. Pedro de Alcântara, num terreno em sucalcos, limitado a ocidente pelas Ruas de S. Pedro de Alcântara e do Moinho de Vento e a sudeste pela Calçada da Glória, não sofreu alterações (quanto às dimensões, ao desenho global, aos dois níveis) até à actualidade. Essa área foi intervencionada pela Câmara na década de 30 do século XIX, dando origem a um espaço ajardinado

³⁶² D. João V e o abastecimento de água a Lisboa, vol. 1, pp. 282 e 284.

(sucessivamente melhorado), constituído por dois níveis ou patamares. O lago que se encontra no primeiro patamar do actual jardim (transplantado do Palácio da Bemposta) parece localizar-se no espaço que fora destinado ao chafariz, de acordo com o projecto de Mardel.

Na sumária descrição que Veloso de Andrade fez do chafariz de S. Pedro de Alcântara, em 1851, informou-nos de que o chafariz recebera a primeira água a 8 de Setembro de 1754, que apresentava a fachada virada a leste, com 6 bicas e que era utilizado por 165 aguadeiros³⁶³. A informação respeitante ao início do funcionamento do chafariz concordava com os dados apresentados na Medição das obras de 24 de Março de 1756, a que já nos referimos. Mas, teria Veloso de Andrade conhecido o chafariz projectado por Mardel (desenho à esquerda) ou o chafariz representado no desenho oitocentista (à direita)?

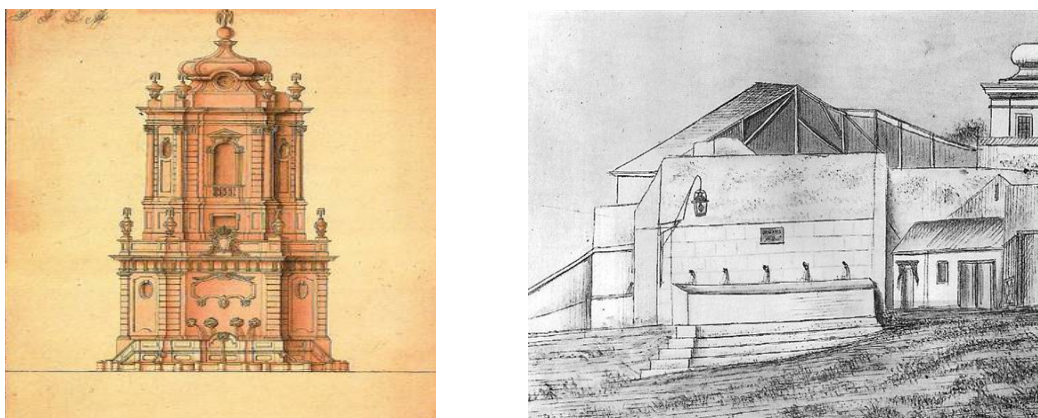


Figura 31. Alçado chafariz de S. Pedro de Alcântara projectado por Carlos Mardel (à esquerda) e desenho do chafariz construído (à direita).

O Chafariz do Rato desenvolve-se em dois níveis, cada um com um tanque de duas bicas e apresenta um elevado espaldar com dois registos: o inferior emoldurado por pilastras e cornija interrompida por frontão e o superior, com nicho central ladeado por aletas e coroado por cornija e pináculo bolboso.

³⁶³ Andrade, José Sérgio Veloso de, *Memória sobre chafarizes de Lisboa*, Lisboa, ed. Imprensa Silvana, 1851, p. 237.

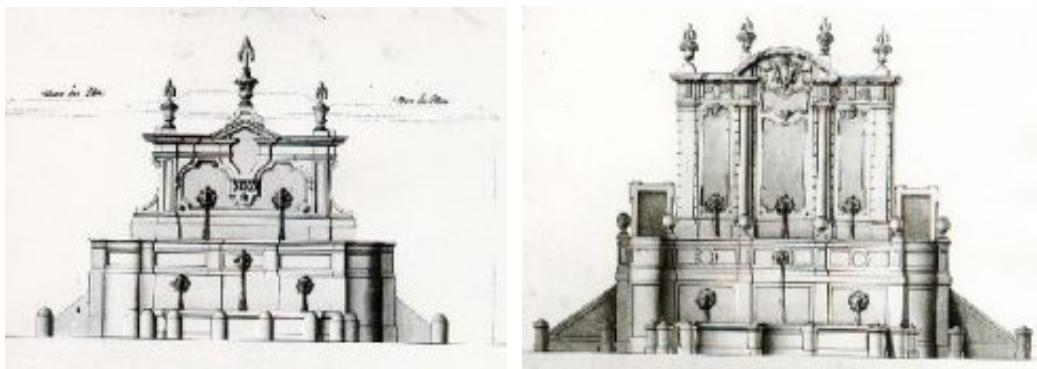


Figura 32. Chafariz do Rato (esquerda) e Chafariz da Esperança (direita), projectados por Carlos Mardel.

O chafariz da Esperança, de maiores dimensões do que o anterior, desenvolve-se em três planos verticais: no plano inferior encontra-se um largo tanque alimentado por três carrancas de cantaria; no nível médio, a que se acede por dois lances de escadas, encontra-se outro tanque com carrancas de bronze; no nível surge uma varanda solene emoldurada por um painel central rematado por cimalha com pináculos e ritmado por pilastras e colunas, estas rematadas por um frontão curvo interrompido, no qual se insere uma moldura com emblema régio.

Quanto ao chafariz da Rua Formosa (actual Rua do *Século*), a sua construção decorreu entre 1760 e 1762³⁶⁴, como sugerem os autos de Medição das obras, datados de 12 de Janeiro de 1762 (referentes aos trabalhos realizados entre 1 de Abril de 1760 e 31 de Março de 1761) e de 1 de Abril de 1763 (referentes aos trabalhos realizados entre 1 de Outubro de 1761 e 30 de Setembro de 1762).³⁶⁵

Embora de dimensões relativamente reduzidas, este chafariz de espaldar valoriza cenograficamente a praça de meia laranja em que está inserido. É constituído por duas partes: a inferior, com um tanque de desenho poligonal e três bicas com mascarões em bronze, que se ergue acima de pequena escadaria e a superior, formada pelo espaldar delimitado por pilastras e rematado por frontão triangular

³⁶⁴ Sobre este chafariz, refere João Paulo Freire, *Minuências Lisboetas. Rápidos aspectos da Lisboa Antiga*, Porto, ed. Livraria Simões Lopes, 1937, p. 19, que Veloso de Andrade afirmou que “por mercê de 9 de Setembro de 1760 se concederam os sobejos ao Conde de Oeiras (...) que foram vinculados no Morgado a que pertenciam as casas que existiam no lugar onde o chafariz se encontra.”

³⁶⁵ vide *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, vol. 1, p. 286.

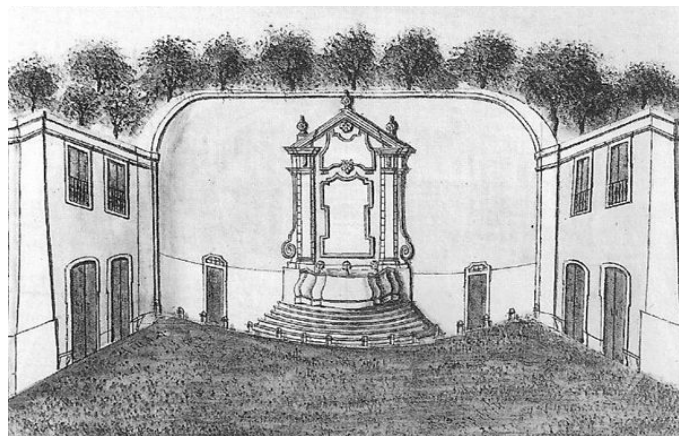


Figura 33. Chafariz da Rua Formosa

Os chafarizes projectados e construídos por Carlos Mardel, graças às suas características arquitectónicas e plásticas, transformaram e valorizaram os espaços urbanos em que foram implantados, como ainda hoje é perceptível.

Contudo, alguns dos seus projectos mais “arrojados”, com um acentuado carácter cenográfico, não chegaram a ser construídos, como se verificou com o Chafariz das Portas de Santa Catarina e a monumental Fonte dedicada a D. João V.

O abandono desses projectos mais arrojados (e mais dispendiosos?) de Mardel e de outros intervenientes nas obras do Aqueduto, deveu-se, provavelmente, aos “protestos da população e instituições municipais que viam a obra atrasar-se em função de objectivos de monumentalidade que não serviam a sua funcionalidade estrita (...)”³⁶⁶

Era natural que o *povo da Corte*, cansado de sustentar a obra do Aqueduto com o famoso real d’água, desconfiasse, cada vez mais, dos benefícios que a mesma lhe traria, não simpatizando, por isso, com projectos de grande aparato cénico, que atrasavam o fornecimento da água e agravavam os custos de construção. Claro que as desconfianças e o descontentamento populares se agravavam ainda mais quando se sabia dos pedidos de particulares (nobres e clérigos) para desviarem a água em seu proveito. Tendo sido conhecido o pedido dos Oratorianos para que lhes fosse cedida água para o seu Convento das Necessidades, os habitantes de Lisboa dirigiram, em 1747, ao Rei, ao Senado da Câmara e à Junta da administração das Águas Livres as suas Representações,

³⁶⁶ Walter Rossa, opus cit., p. 85

pedindo que as águas transportadas pelo Aqueduto não fossem desviadas para propriedades particulares.³⁶⁷

Depois da morte de Carlos Mardel, a construção dos aquedutos subsidiários assim como a construção dos chafarizes e dos fontanários que vieram a ser erguidos pela cidade e respectivo Termo até inícios do século XIX, foi da responsabilidade dos seus sucessores imediatos na direcção das obras do Aqueduto: o marechal de campo Miguel Ângelo de Blasco³⁶⁸, de 1763 a 1772, o arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos, de 1772 a 1791 e Francisco António Ferreira Cangalhas³⁶⁹, de 1791 a 1807.

Deveu-se precisamente a Miguel Ângelo Blasco, em colaboração com Reinaldo Manuel, a construção do Chafariz do Loreto, erguido não muito longe do local previsto para o malogrado projecto de Carlos Mardel do Chafariz das Portas de Santa Catarina.³⁷⁰

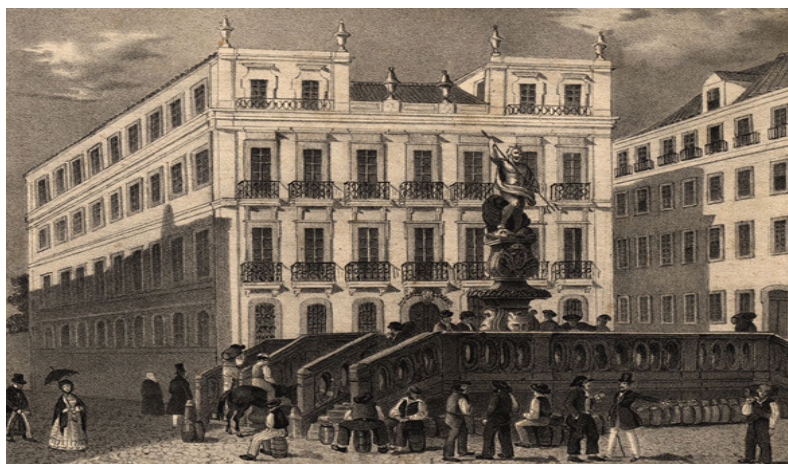


Figura 34. Chafariz do Loreto: desenho de C. Legrand, c. 1842

O Chafariz do Loreto erguia-se sobre uma plataforma rectangular, a que se acedia por escadarias laterais e era constituído por uma grande taça de água, com

³⁶⁷ *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, vol. 1, p. 270.

³⁶⁸ Miguel Ângelo de Blasco, engenheiro genovês contratado pela Coroa Portuguesa foi, em 1750, enviado para o Brasil, a fim de levantar plantas e realizar cartas de várias regiões, fazer observações astronómicas, etc. Como compensação dos bons serviços prestados, em 1763 foi promovido a marechal de campo do exército português, com exercício de engenheiro e nomeado director da Casa do Risco (substituindo Carlos Mardel falecido nesse ano) e, em 1769, por morte de Manuel da Maia, foi nomeado engenheiro-mor do reino.

³⁶⁹ Francisco António Ferreira Cangalhas, trabalhou como ajudante na Casa do Risco e depois como arquitecto geral da cidade de Lisboa e do Aqueduto das Águas Livres.

³⁷⁰ Caetano, Joaquim Oliveira, opus cit., p. 108.

pedestal central decorado com carrancas na parte inferior e por escudos régios na parte superior, rematado por uma estátua de Neptuno³⁷¹, atribuída a Joaquim Machado de Castro³⁷².

A construção desse Chafariz decorreu entre 1771 e 1774, mas a sua existência não ultrapassou os 80 anos, vindo a ser demolido em 1854, talvez porque as frequentes desordens que aí ocorriam com os aguadeiros não se compadecessem com as pretensões de um Chiado cada vez mais cosmopolita e *parisiense*.

Foi também atribuído a Miguel Ângelo Blasco o projecto do Chafariz do Carmo, cuja construção ocorreu na mesma altura em que se iniciaram as obras de remodelação dessa Praça, em 1769. Trata-se de um modelo original de chafariz, coberto por um baldaquino em forma de cúpula, sustentado por quatro pilares coroados por pináculos piramidais, sob o qual se encontra o fontanário de quatro lados e quatro tanques, encimado por uma pirâmide com quatro golfinhos. Nos vãos dos arcos exibem-se as armas e coroa de Portugal.

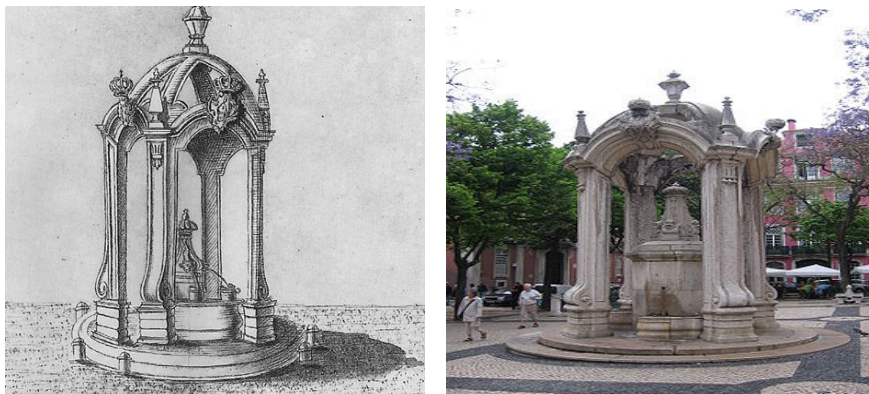


Figura 35. Chafariz do Carmo (desenho) e foto actual.

Pela sua localização numa das áreas mais urbanizadas da cidade, o Chafariz do Carmo foi um dos mais procurados pelos aguadeiros, recebendo cerca de 231 aguadeiros diários, logo a seguir ao Chafariz d'El-Rei, o mais concorrido, que recebia

³⁷¹ Esta estátua foi posteriormente transferida para o chafariz do Largo da Estefânia.

³⁷² Joaquim Machado de Castro (1731-1822), depois de alguns anos de actividade como santeiro ao lado do pai foi, em 1756, para Mafra como escultor, colaborando com o italiano Alessandro Giusti. De 1770 a 1775 realizou a estátua equestre de D. José I e nos anos que se seguiram, realizou muitos outros trabalhos de qualidade, dos quais se destacaram as estátuas para a Basílica da Estrela e para o Palácio Real da Ajuda.

cerca de 330 aguadeiros diários (em meados do século XIX, estavam registados cerca de 3300 aguadeiros).³⁷³

No último quartel de Setecentos, primeiramente com Reinaldo Manuel e depois com Francisco Ferreira Cangalhas, o número de chafarizes construídos na cidade e no respectivo Termo aumentou, apesar de continuar ainda muito longe do número perspectivado, ou seja, das cerca de seis dezenas.

Dos chafarizes projectados por Reinaldo Manuel dos Santos destacaram-se, entre outros, o das Janelas Verdes (1775) e o da Estrela (1778) em Lisboa e os da Buraca (1771) e de Benfica (1788) nas freguesias periféricas.

O Chafariz das Janelas Verdes, de planta circular, apresenta dois planos: no inferior, encontram-se dois tanques separados por duas pequenas escadarias e, no plano superior, existe uma taça circular em cujo centro se ergue um pedestal lobulado com carrancas nos quatro lados, rematado por um grupo escultórico constituído por Vénus e Cupido e um golfinho, da autoria de António Machado.

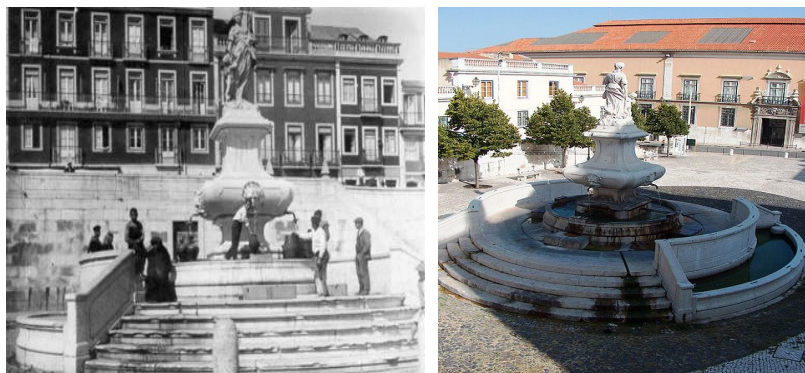


Figura 36. Chafariz das Janelas Verdes: vista frontal a partir da R. Janelas Verdes e vista da retaguarda

Os outros chafarizes construídos por Reinaldo Manuel diferem deste modelo, tratando-se de chafarizes de espaldar, contendo um tanque simples e duas bicas e limitando-se a decoração ao brasão e coroa reais como remate.

O arquitecto Francisco António Ferreira Cangalhas³⁷⁴ também projectou e construiu vários chafarizes, dentre os quais o de S. Sebastião da Pedreira (1791) mas, o

³⁷³ Andrade, José Sérgio Veloso de, *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém, e muitos logares do Termo*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1851, pp. 2 e 37.

seu projecto mais arrojado foi o do monumental Chafariz do Campo de Santa Ana, datado de 1794.

Esse projecto, como os outros cinco anteriormente elaborados para o mesmo Chafariz, não chegou a ser concretizado, embora alguns elementos da obra e os trabalhos escultóricos que lhe estavam destinados, tivessem entretanto sido executados. Por contrato redigido em 1799, os trabalhos de escultura, incluindo tritões, sereias, golfinhos e as alegorias dos rios, foram entregues a Alexandre Gomes mestre escultor em pedra³⁷⁵, sendo posteriormente concluídos por João Gregório.

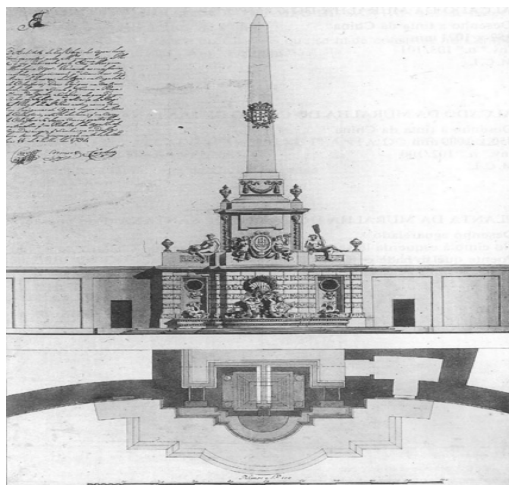


Figura 37. Chafariz do Campo de Santa Ana: projecto de Francisco António Ferreira

Abandonada a ideia de adornar o largo de Santa Ana com o projectado chafariz monumental, os tritões, as sereias, os quatro golfinhos, as alegorias dos rios Tejo e Douro foram dispersos por vários chafarizes e lagos, tendo as estátuas dos rios passado, primeiramente para o Passeio Público pombalino e, mais tarde, para os pequenos lagos da Avenida da Liberdade.³⁷⁶

Apesar da morosidade das obras, na década de 90 do século XVIII, já haveria um razoável número de chafarizes em funcionamento, visto que Carrére registou no seu

³⁷⁴ Francisco António Ferreira Cangalhas tornou-se em 1772, o 2º arquitecto das obras do Aqueduto e, à data da morte de Reinaldo Manuel, em 1791, tornou-se o seu arquitecto principal. Ocupou também o lugar de ajudante na Casa do Risco e foi Director da Inspecção do Plano para a reedificação da Cidade.

³⁷⁵ vide *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, vol. 1, p. 364.

³⁷⁶ Andrade, José Sérgio Veloso de, opus cit., p. 83, afirmou que se esse “Chafariz se fizesse conforme o risco aprovado, era de tamanha architectura, que devia conter as quatro figuras que estiveram no Lago do Passeio Público; o Téjo, e o Douro, que ainda existem no dito Passeio; os quatro Golfinhos, que se acham no Chafariz de Belém, e as quatro Carrancas, que serviram para o Chafariz d’Alcantara (...)”.

livro de viagens que Lisboa fora dotada “ com muitos chafarizes, distribuídos por vários bairros [sendo a água] excelente e [proveniente] de um enorme e magnífico depósito situado na parte alta da cidade [donde era distribuído] pelos bairros (...) Houve a pretensão de fazer de cada um destes chafarizes uma obra decorativa. Elevam-se sobre grandes bacias de mármore, outros sobre terraços rodeados de balaustradas [ornados por] pirâmides, colunas, pilastras, estátuas, vasos, urnas e outras diversas esculturas (...)”³⁷⁷

No século XIX, ainda se construíram alguns dos projectos setecentistas de chafarizes e fontanários mas, a maior parte desses projectos foram abandonados e substituídos por modelos mais simples, como se verificou com o Chafariz de S. Paulo. O primeiro projecto para este chafariz, elaborado por Miguel Ângelo Blasco, em 1768, foi substituído pelo do arquitecto camarário Malaquias Ferreira Leal³⁷⁸, datado de 1848.

Com a adaptação de projectos antigos, mas principalmente com novos projectos, maioritariamente da autoria de Honorato José Correia de Macedo e Sá³⁷⁹ e de Henrique Guilherme de Oliveira³⁸⁰, a construção de chafarizes continuou ainda durante toda a primeira metade do século XIX. Deveram-se ao primeiro, entre outros, o Chafariz de Santo António da Convalescença, construído em 1791, o das Laranjeiras, concluído em 1810 e o da Junqueira, erguido em 1821.

De Henrique Guilherme de Oliveira conhecem-se dois projectos não construídos, datados de 1818, um dos quais se destinava ao Chafariz da Rua do Príncipe e o outro ao Chafariz do Intendente ou do Desterro.

A razão que motivou a recusa do projecto de Henrique Guilherme para o Chafariz do Intendente e a aprovação do projecto elaborado por Honorato José Correia, datado de 1823, deveu-se, talvez, ao facto de este último apresentar uma traça mais simples, menos decorativista.

³⁷⁷ J.B.F. Carrére, opus cit., p. 30.

³⁷⁸ Malaquias Ferreira Leal (1788/90-1859) arquitecto camarário, ficou associado à construção de vários chafarizes e às obras de renovação do Passeio Público na década de 30.

³⁷⁹ Honorato José Correia de Macedo e Sá (1754-1825) iniciou a sua actividade nas obras do Aqueduto em 1772, como aprendiz de canteiro e depois como discípulo do arquitecto João Ferreira Cangalhas, onde teve uma intensa actividade até 1808, em colaboração com este último arquitecto.

³⁸⁰ Henrique Guilherme de Oliveira, filho do arquitecto Joaquim de Oliveira, foi arquitecto do conselho da Fazenda e das obras dos Faróis, iniciando a sua actividade no Aqueduto em 1792.

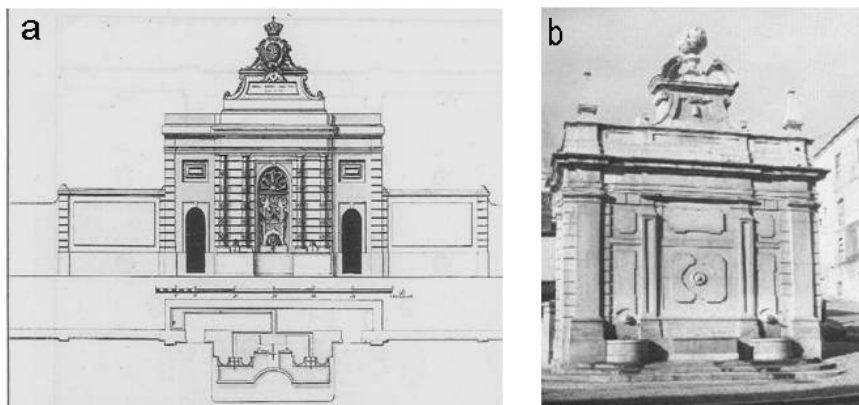


Figura 38. a) Alçado e planta do Chafariz do Intendente: projecto de Henrique Guilherme de Oliveira de 1818; b) foto do Chafariz do Intendente, construído segundo o projecto de 1823.

O Chafariz do Intendente ou do Desterro – colocado primitivamente no Largo do Intendente e transferido em 1917 para a Rua da Palma³⁸¹ - é da tipologia de espaldar, apresentando-se este dividido por pilastras toscanas e rematado por frontão interrompido que engloba uma esfera armilar e as armas de Portugal. Na parte inferior do Chafariz encontram-se três bicas e três tanques, sendo o tanque central rectangular e os laterais semicirculares.

No conjunto dos chafarizes públicos construídos até inícios do século XIX, dois deveram-se à iniciativa privada, como foi o caso dos Chafarizes de S. Domingos de Benfica e das Laranjeiras. O primeiro foi mandado erguer por Gerardo Dévisme junto do seu palácio de S. Domingos de Benfica³⁸², em 1784, e começou a funcionar em 1787, quando, por Alvará Régio, lhe foi distribuído um anel de água do Aqueduto, mediante determinadas condições (nomeadamente, a da interrupção do fornecimento em caso de redução do caudal do Aqueduto).³⁸³

O Chafariz de S. Domingos de Benfica, de desenho neoclássico, integrado nos muros da antiga quinta de Dévisme, estrutura-se em três corpos definidos verticalmente por pilastras rusticadas, estando o corpo central rematado por obelisco e duas urnas. Na

³⁸¹ Lisboa e o Aqueduto, p. 52.

³⁸² Já atrás fizemos referência a esse palácio de traça neoclássica, projectado por Inácio de Oliveira Bernardes que, embora muito alterado pelas sucessivas adaptações por que passou no decorrer do tempo, ainda existe. No último quartel do século XIX, na sequência da abertura da linha de caminho de ferro, perdeu-se uma parte considerável do respectivo jardim (que fora considerado em finais do século XVIII como um dos três mais belos de Lisboa, a par dos jardins do Marquês de Fronteira e do Marquês de Angeja) e, ao longo do século XX, a parte restante do jardim nas proximidades do palácio foi sistematicamente vandalizada, desaparecendo grande parte da estatuária, das fontes, etc.

³⁸³ Andrade, José Sérgio Veloso de, opus cit., p. 11.

sua parte inferior apresenta um tanque rectangular com uma bica decorada por dois golfinhos entrelaçados.



Figura 39. Chafariz de S. Domingos de Benfica (esquerda) e Chafariz das Laranjeiras (direita).

A construção do Chafariz das Laranjeiras, deveu-se aos esforços desenvolvidos pelo Barão Joaquim Pedro Quintela junto dos órgãos decisórios, em representação dos proprietários e dos moradores da zona. Projectado por Honorato José Correia de Macedo e Sá, como já atrás referimos, este Chafariz da tipologia de espaldar, apresenta na sua parte central uma tabela *rocaille* com o brasão de Portugal e, na parte inferior, um tanque rectangular.

Até 1822, construíram-se cerca de 122 chafarizes nas freguesias urbanas e nas suas áreas periféricas, mas a água continuou a escassear para satisfazer as necessidades básicas da população de Lisboa. Assim, numa consulta da Direcção da Real Fábrica das Sedas, datada de 3 de Março de 1825, sobre providências relativas às obras a realizar, pedia-se a construção de “um maior numero de Chafarizes, e de Fontes (...) lembrando o que [acontecera] aconteceu no Estio próximo passado em que [fora] preciso providenciar sobre a falta de Agoa que se sentio nesta Capital”.³⁸⁴

Enquanto as obras de construção de novos chafarizes se iam realizando, a Câmara começou a receber propostas para a constituição de companhias destinadas a fornecer água ao domicílio e a suprir a falta de água para outras necessidades.

³⁸⁴ Santana, Francisco, *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa*, Lisboa, ed. C.M.L., 1978, vol. II, p. 375.

Depois de uma primeira proposta, surgida em 1823 e imediatamente recusada, apareceu uma nova proposta em 1845, apresentada pelo General António Bacon em representação do engenheiro hidráulico inglês Frederico Braithloaite, o qual se propunha não só a garantir “o abastecimento de água nos domicílios, como também a instalação da iluminação a gás (...) [e] a montagem do serviço de incêndios, com material e pessoal adestrado para esse fim, e o encargo dos serviços de limpeza das ruas e higiene da cidade”.

Até 1849, foram-se sucedendo novas propostas e respectivos projectos, quase todas com um carácter mais ou menos abrangente (isto é, conjugando o fornecimento de água com o fornecimento de serviços de limpeza e de combate a incêndios), de nacionais e de estrangeiros, mas a Câmara continuou a recusá-las. Por fim, o Governo decidiu intervir e determinou a abertura de candidaturas públicas para o abastecimento de água à capital, a primeira das quais ocorreu em 1849 e a segunda em 1852 mas, contrariamente ao que seria desejável, nada ficou resolvido.

Com a publicação da lei de 25 de Julho de 1855, o Governo ficou autorizado “a contratar o abastecimento de águas da capital e a sua distribuição aos domicílios sendo ouvida a Câmara e a secção administrativa do Conselho de Estado” e, pouco tempo depois, a 13 de Agosto desse ano, foi feito um contrato provisório com Duarte Medlicot Runball e outros, que “se obrigaram a fornecer, pelo preço máximo de dez réis, 5922000 canadas de água para chafarizes e usos domésticos, além da que fosse necessária para os gastos do município”.³⁸⁵

Decorridos mais dois anos, os problemas do abastecimento de água à capital ainda não estavam resolvidos, como se depreende da leitura de um artigo publicado em 1857 no *Archivo Pittoresco*, intitulado “Abastecimento de águas para Lisboa”. O articulista elogiava a iniciativa da direcção provisória da companhia que contraíra “a obrigação de abastecer de águas toda Lisboa” e manifestava grande expectativa quanto à resolução definitiva da falta de água na cidade e destacava a grave situação que então se vivia em alguns bairros devido à escassez de água, afirmando que “Padecia a hygiene publica, padecia a limpeza da cidade, padecia o desenvolvimento da População e da industria (...)”.³⁸⁶

³⁸⁵ Sequeira, Gustavo de Matos, *Lisboa depois do Terremoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, Lisboa, ed. Academia das Ciências, 1917, 4 vol.s, vol. IV, pp. 427-429

³⁸⁶ *Archivo Pittoresco*, vol. I, p. 108

Pela leitura desse artigo, verificamos que o termo higiene foi usado com um significado idêntico ao da actualidade - o de asseio ou de limpeza - muito diferente, portanto, do que lhe era atribuído em Setecentos - o de preservação da saúde. Constatamos ainda que o articulista estabeleceu uma relação directa entre a escassez de água e a falta de “hygiene publica”, o que indiciava uma nova maneira de ver e de compreender as questões sanitárias e de salubridade pública e reflectia, indubitavelmente, a crescente divulgação dos Tratados de Higiene em substituição dos setecentistas Tratados de “conservação” da saúde.³⁸⁷

³⁸⁷ Vigarello, Georges, *O limpo e o sujo*, p. 133

3.3.2. O Ar Puro e a abertura e (ou) alargamento de ruas

Foram numerosas as realizações urbanísticas verificadas no período joanino, tendo o monarca promovido e (ou) apoiado, importantes intervenções em diversas zonas da capital, umas de iniciativa municipal e outras de iniciativa particular, em que se inseriram o alargamento e regularização de ruas e largos, o calcetamento de vias periféricas, as novas construções, etc.³⁸⁸

As obras de alargamento, de regularização e de calcetamento de algumas das principais artérias da *Corte*, foram iniciadas no último quartel do século XVII, sendo justificadas pela necessidade de melhorar o tráfego urbano e de contribuir para a “fermosura” da cidade.

De facto, as dificuldades de circulação de pessoas e de bens na *Corte* foram-se agravando com o tempo, originando acidentes diversos (sendo os atropelamentos os mais graves) e motivando frequentes discussões entre os condutores de coches e liteiras, sobretudo nas artérias mais concorridas e (ou) mais difíceis.

Com o intuito de resolver ou, no mínimo, de minorar alguns desses problemas, a Coroa e o Senado criaram regras e sinais de trânsito, que foram afixados nas ruas mais problemáticas. Preserva-se ainda hoje, num edifício da Rua do Salvador (Alfama), um desses “sinais de trânsito”, datado de 1686, que regulava a prioridade de passagem, estipulando o seguinte: “Sua Magestade ordena que os coches, seges e liteiras que vierem da portaria de S. Salvador recuem para a mesma parte.”



Figura 40. Placa de sinalização colocada num prédio da Rua do Salvador em Alfama.

³⁸⁸ vide Walter Rossa, *Além da Baixa*.

Mas, as normas e os sinais de trânsito não podiam, só por si, acabar com os problemas viários, uma vez que eles decorriam das péssimas condições das ruas, estreitas, tortuosas, sem calçamento ou muito mal calçadas. Tornou-se, por isso, imperioso melhorar a rede viária da capital, começando por alargar as artérias mais movimentadas, nomeadamente as que estabeleciam a ligação às duas principais praças, as do Rossio e do Terreiro do Paço, como era o caso das ruas dos Ourives da Prata e dos Ourives do Ouro. (vide Planta da p. 169)

A propósito do alargamento da Rua dos Ourives da Prata, o Senado consultou o monarca a 23 de Novembro de 1676, justificando a urgência dessa obra devido ao grande desenvolvimento da cidade e ao facto de as ruas serem estreitas e já não terem “capacidade para o concurso da gente, coches, liteiras e seges, cujo uso, introduzido pelo tempo, [era] necessário (...) para o serviço da nobreza”. Entendia o Senado, como explicava nesse documento, que deveria fazer tudo o que pudesse para “facilitar a mais necessaria serventia d’esta côrte, fazendo a rua dos Ourives da Prata capaz de rodarem por ella os coches, sem os embaraços e dificuldades da Padaria” e explicava ainda que, para a rua ser feita em conformidade com a planta apresentada, seria necessário “derrubar vinte e seis moradas de casas, da parte que começa nos Livreiros e acaba na Correaria”.³⁸⁹

Alguns anos mais tarde, em 1687, o Senado iniciou as obras de alargamento da Rua dos Ourives do Ouro, que continuaram já no período joanino, como se depreende de documento datado de 15 de Janeiro de 1716. Nesse documento, o Senado explicava ao monarca que, para fazer face às despesas que tais obras comportavam, fora forçado a utilizar as “sobras do Real [imposto] na carne, e vinho para a limpeza da mesma Cidade e o procedido da venda dos officios, que [vagassem]”, embora as referidas “sobras do Real d’água” se destinassem à reparação das “calçadas fora dos muros” e os proventos da “venda dos officios” se destinassem à obra do Lazareto.³⁹⁰

A conclusão das obras de alargamento das referidas ruas dos Ourives do Ouro e dos Ourives da Prata, inseriu-se na primeira fase do vasto “programa” de intervenções urbanísticas que se desenrolou ao longo dos quarenta e quatro anos do reinado de D.

³⁸⁹ Freire de Oliveira, opus cit., vol. VIII, pp. 173-174.

³⁹⁰ AML: livro 6º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V do Senado Oriental, fl. 292.

João V, tendo como objectivos o embelezamento e a modernização da capital o que, a nosso ver, implicava também a melhoria do saneamento e a garantia do ar *puro*.

Referindo-se às muitas e importantes transformações urbanas verificadas no período joanino, Freire de Oliveira transcreveu uma passagem da *História Genealógica* onde se afirmava que a cidade se “ornou (...) com diversos Palacios (...) em diversos braços de ruas, inteiramente edificadas de novo, com fabricas vistosas por diversas em larga distancia, de sorte que consideravelmente se [tinha] ampliado, povoando-se continuamente pela parte da Pampulha até Belém, do Mosteiro de S. Bento até Campo-Lide, unindo-se com a Cotovia; e pelo bairro de S. Joseph, e dos Anjos, Campo de Santa Clara (...)”.³⁹¹

No conjunto das intervenções urbanísticas implementadas por iniciativa régia e municipal, destacaram-se, além da obra do Aqueduto (a que já nos referimos), as obras de alargamento, de regularização e de calçetamento de várias ruas, umas localizadas no “coração” da urbe e outras em zonas “tampão”, ou seja, próximas dos limites periféricos e das saídas/entradas da urbe.

A 25 de Setembro de 1724, o Senado consultou o monarca acerca da obra “de calçada e rebaixos” a realizar na rua que subia da Boa Vista para Santa Catarina, destinada a permitir que as carruagens pudessem subir “sem o tropeço e perigo”. Explicava-se que para alargar a via era necessário “tomar parte de duas moradinhas de casas (...) no topo da subida”, o que permitiria aos coches subir com melhor desafio e virar, sendo igualmente necessário “tomar-se um pardieiro que foi estancia e [ficava] no meio do largo que se [pretendia] fazer junto à porta da igreja dos religiosos de S. João Nepomuceno (...), para que [coubessem] e [voltassem] no dito largo as carruagens”. Por fim, o Senado referia os entraves levantados pelos proprietários das casas e do pardieiro³⁹² e requeria ao monarca autorização para tomar dessas propriedades o “necessário para a dita obra ficar com a regularidade e perfeição que se [requeria]”.³⁹³

No ano seguinte, o próprio monarca ordenou ao Senado que realizasse, com urgência, os necessários melhoramentos em vários caminhos, nomeadamente no que ia “para N. Sr^a das Necessidades” e no “que [ia] da Cotovia para o Mosteiro de

³⁹¹ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol. XV, p. 15, nota 1.

³⁹² Os problemas com os proprietários não chegaram a ser resolvidos, uma vez que a 17 de Janeiro de 1754, o Senado informou o monarca de que as obras na referida calçada se encontravam paradas, porque os proprietários das casas a expropriar não concordavam com as indemnizações propostas.

³⁹³ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol. XV, pp. 496-497 (livro XXI de Consultas e Decretos de D. João V, fl. 17).

Campolide”. De acordo com o que determinava o ofício de 11 de Fevereiro de 1727³⁹⁴, o Senado deveria concertar “o caminho das Necessidades” e averiguar a situação de um prédio arruinado que aí se encontrava, notificando o dono para o consertar e, caso este não o fizesse, “se lhe demolir”. E, quanto ao caminho da “Cotovia para o Mosteiro de Campolide”, o rei ordenava que o mesmo fosse alargado, uma vez que tinha uma “calçada muito estreita”.

Alguns meses mais tarde, a 12 de Maio, D. João V ordenou ao Senado que mandasse consertar a Rua da Caridade (transversal da Rua direita de S. José), porque havia sido informado de que a mesma se encontrava “descalsada e em muito mau estado”.³⁹⁵

No mesmo bairro de S. José e ainda no mesmo ano de 1727, ocorreu uma nova intervenção urbanística também por determinação régia. Por carta datada de 12 de Agosto, D. João V ordenou ao Senado, que realizasse obras de melhoramento na Rua das Portas de Santo Antão, a começar pela alteração das referidas Portas, que deveriam ficar “mais Largas, e altas”, de acordo com o projecto que, para o efeito, fora “feito por João Fedirico Lodovici”.³⁹⁶

Referindo-se à Porta de Santo Antão³⁹⁷, Baptista de Castro depois de descrever a sua localização junto à Igreja de S. Luís dos Franceses³⁹⁸, explicou que por ela se “fazia transito para a praça do Rocio” e afirmou que ainda se lembrava de aí ver “collocadas nas suas couceiras as portas com que se fechava, chapeadas de ferro, as quaes no anno de 1727 se tirarão”³⁹⁹ para se preparar uma condigna recepção ao Embaixador Extraordinário de Espanha, o Marquês dos Balbazes (recepção que viria a ocorrer a 6 de Janeiro de 1728).

³⁹⁴ AML: livro 5º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl. 14.

³⁹⁵ AML: livro 5º de Consultas, Decretos e Avisos de D. D. João V, fl. 25

³⁹⁶ AML, idem, fl. 65

³⁹⁷ No capítulo intitulado “Fortificação Antiga e Moderna” do seu *Mappa de Portugal*, vol. I, pp.s 75-80, João Baptista de Castro inventariou as 12 portas e postigos da primitiva muralha (a cerca moura) e as 25 da muralha fernandina, quase todas elas ainda existentes no seu tempo. Segundo as suas informações, a maioria destas 25 portas e postigos ainda existiam no seu tempo e quanto às derrubadas até 1757, indicou: a Porta da Ribeira (situada entre o Ver-o-Peso e a travessa do Açougue, em 1619; a Porta de S. Lourenço (no cimo da calçada da Rosa), em 1700; a de Santa Catarina (junto da Igreja do Loreto), em 1702; a Porta de Santo Antão, em 1727; o postigo do Carvão e a Porta da Oura (ou Arco do Ouro) em 1754, devido às obras do Teatro Régio; a Porta do arco das Pazes (próxima do Terreiro do Paço), em 1757.

³⁹⁸ A Igreja de S. Luís dos Franceses e respectivo hospital foram construídos, em 1552, fora da muralha fernandina e nas proximidades de uma das torres das portas de S. Antão. O edifício foi ampliado e melhorado em 1622 e passou por obras de reparação depois do sismo de 1755.

³⁹⁹ Castro, João Baptista de, opus cit., p. 79.

As obras de alteamento e de alargamento das Portas de Santo Antão contribuíram, como se deduz, para o alargamento da própria rua, vindo, por isso, a facilitar a circulação dos veículos e dos peões. Mas, se tão benéficos melhoramentos agradaram à maioria dos cidadãos, em nada agradaram ao Conde da Ponte, que se sentiu lesado com tais obras. Começou por se queixar junto do monarca dos “incómodos” sofridos com a morosidade das referidas obras, o que levou D. João V a exigir ao Senado que as concluísse “com a brevidade possível”.⁴⁰⁰

Posteriormente, o Conde⁴⁰¹ queixou-se dos prejuízos materiais sofridos, uma vez que as referidas obras tinham afectado a sua residência - reduzindo o número de compartimentos - que encostava à muralha e englobava uma das torres das Portas de Santo Antão. O Senado, confrontado com o pedido de indemnização apresentada pelo fidalgo, dirigiu-se ao monarca a 27 de Novembro de 1733, expondo-lhe que a pretensão do Conde não devia ser atendida porque, quando o seu antepassado Garcia de Mello, obtivera licença para fazer casas na torre e muros contíguos, fora informado das “condições a que se sogeitava, que pudecem acontecer” (como, por exemplo, a demolição parcial ou total daquelas construções) e “se obrigou a si, e a seus sucessores” a aceitá-las.⁴⁰²

Depois da intervenção realizada na Rua das Portas de Santo Antão, D. João V continuou a promover a abertura de novas ruas e o alargamento, a regularização e o calçetamento das existentes. A 18 de Fevereiro de 1729, ordenou ao Senado que executasse a planta que fora enviada, respeitante ao traçado da rua que ia da que se estava a abrir “nos douradores para a Igreja de S. Nicolao principiando-se a demolir as duas moradas de cazas, do Canto da dita rua dos Douradores e juntamente a parte necessária das cazas que [iam] para a Capella que instituiu o Prior da dita Igreja”,⁴⁰³

E, a 12 de Outubro de 1743, o monarca ordenou ao Senado que mandasse demolir as casas que José da Costa Calheiros estava a reconstruir “na rua direita que [ia] do Convento de São João de Deos para Alcantara”, porque apresentavam “hum grande

⁴⁰⁰ AML: livro 5º de Consultas, Decretos e Avisos de D. de D. João V, fl. 156.

⁴⁰¹ Segundo Freire de Oliveira, opus cit, vol. XV, p. 25, trata-se de António José Mello e Torres, senhor donatário das vilas de Sande e de Ponte e alcaide-mor de Ferreira que, entre outras funções, foi vedor da casa da princesa e conselheiro régio.

⁴⁰² AML: livro 9º Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl. 150.

⁴⁰³ AML: livro 5º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl. 163-163vº.

estrocimento para a parte da rua”, ficando esta “com grande disformidade” e que tomasse “dellas o chão, que (...) necessário para a rua cordear⁴⁰⁴ direita”.⁴⁰⁵

Além das intervenções de melhoramento das vias, foram também realizadas outras intervenções com o objectivo de criar e (ou) regularizar praças, como se deduz da análise de uma Consulta feita pelo Senado ao rei, datada de 14 de Abril de 1742, a propósito da petição apresentada por Antonio da Silva Rego, o qual pretendia aforar um chão municipal para regularizar a fachada da sua habitação, situada no Campo de Santana. Entendia o Senado que, face aos objectivos em vista, se devia aforar ao *supplicante* o terreno pretendido, devendo o mesmo pagar “de foro cada um anno um tostão por cada um palmo de frente”, e pedia ao rei “ faculdade para poder continuar no mesmo estorcimento a mesma obra, aforando o chão a quem o [pretendesse], com a mesma formalidade de foro e com a condição apontada”, justificando esse pedido com o facto de que dessas intervenções poderia surgir “uma formosa praça” que seria do “real agrado (...) e de grande gosto para o povo”.⁴⁰⁶

O “programa” de alargamento das principais vias urbanas tornou-se mais claro e rigoroso quando, a 13 de Abril de 1745, D. João V decretou que, independentemente de “quaesquer Leys, ordenações, ou costumes em Contrario”, fosse proibido abrir qualquer “rua ou serventia alguma que [tivesse] entrada, e sahida publica, e geral, menos de cinco varas, ou vinte e cinco palmos craveiros de Largo, que seja dentro, ou fóra de povoado; porém que nas ruas e Estradas principaes e de muito concurso se [seguiria], quanto à Largura, o estylo observado com que se formarão algumas que já (...) feitas, assim dentro como fóra desta Corte, como [eram] as dos Ourives (...) e outras semelhantes”.⁴⁰⁷

O Decreto joanino foi publicado com o intuito de estabelecer normas que regularizassem daí para a frente quaisquer intervenções urbanísticas para se evitar,

⁴⁰⁴ Como explica Maria de Lurdes Ribeiro da Silva, “Aspectos da intervenção do Senado da Câmara na reconstrução Pombalina – os livros de cordeamento” in *O Município de Lisboa e a dinâmica urbana (séculos XVI-XIX)*, Actas do I Colóquio Temático, Lisboa, ed. CML, 1985, p 102, “A etimologia do termo *cordear* aponta genericamente para a acção de tomar as medidas com corda, bem como traçar alicerces [estando assim] implícito no acto de cordear o de traçar de alicerces, tanto no que respeita a obra nova, como no caso de reconstruções fora do balizamento inicial.” Esse método de medir com corda, decorria sempre da vistoria realizada *in loco* pelo Mestre e Medidor das obras da Cidade, tornou-se um elemento indispensável para o licenciamento de todas as obras.

⁴⁰⁵ AML: livro 9º de Consultas e Decretos de D. João V, do Senado Ocidental, fl. 208-208vº.

⁴⁰⁶ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol. XIV, pp. 39-40 (livro XV de cons. e dec. D’el-rei D. João V, do sen. occi., fl. 283).

⁴⁰⁷ AML: livro 23º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl. 14-14vº.

como o próprio documento referia, “a desformidade com que (...) se [iam] formando novas Ruas e bairros, quando se devia esperar que augmentando-se, se melhorassem”. De facto, as medidas estabelecidas para a abertura e (ou) a regularização das ruas de menor e de maior circulação viária, respectivamente - com as dimensões mínimas de 20 a 25 palmos e máximas de 40 palmos - condicionaram, daí em diante, todas as intervenções urbanísticas realizadas na *Corte* e no respectivo *Termo*.

Nalguns casos, a aplicação dessas novas regras por parte do(s) Senado(s) colidiu com interesses estabelecidas por normas anteriores, gerando situações de conflito, como a que ocorreu em 1746, devido à pretensão do Marquês do Louriçal⁴⁰⁸ de fazer melhoramentos no seu palácio da Anunciada. Incluíam-se nesses melhoramentos, a ampliação de umas casas térreas localizadas entre o seu palácio na Rua da Anunciada até à esquina da Rua dos Condes e, segundo a exposição apresentada pelo fidalgo, uma vez que essa obra não podia ser feita “pelos mesmos alicerces das cazas térreas, porque não ficaria direita a rua, mas com reconcavos “, decidira abrir novos alicerces tomando “para a parte da Rua dous palmos e meio, [e] tomando porem no meio do cordiamento seis palmos e meio de rua (...)”.⁴⁰⁹

O Senado, depois duma primeira vistoria, embargou as obras já em curso, com a justificação de que as mesmas iriam “estreitar a rua mais publica d’esta cidade”, o que contrariava o disposto no Decreto régio de 13 de Abril de 1745, mas o Marquês do Louriçal apelou à intervenção do monarca.

Por decisão régia, o Senado foi obrigado a fazer uma nova vistoria ao local das obras e, em consulta datada de 27 de Agosto de 1746, informava o monarca de que, após essa segunda vistoria (a 9 desse mês), não surgira “couza alguma de novo que [fizesse] alterar o parecer (...)”. E, para justificar a posição do órgão municipal sobre essa matéria, foram incluídos os pareceres de alguns vereadores, nomeadamente a de Manuel Martins Ferreira que, sobre a ocupação da rua em questão, entendia que “a grande parte que della se [tomava], que ainda que [ficasse] Larga não [correspondia] à Largura que Vossa Magestade [mandava] no Decreto de treze de Abril de mil settecentos e quarenta e cinco (...)”.⁴¹⁰

⁴⁰⁸ Atendendo à data do documento, trata-se, sem dúvida do 2º Marquês do Louriçal e 6º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier Rafael de Meneses (1711-1755)

⁴⁰⁹ AML: livro 23º de Consultas, Decretos e Avisdos de D. João V, Senado Ocidental, fl. 7-7vº

⁴¹⁰ Idem, fl. 1

Verificamos, pois, que o(s) Senado(s) passaram a cumprir com mais zelo as normas do Decreto joanino acima mencionado, quer nas obras de ampliação e de regularização das ruas dentro da área da *Corte*, quer nas intervenções realizadas nas freguesias do *Termo*, como se vê num documento datado de Agosto de 1751. Neste documento, relativo às obras de ampliação do dormitório do Convento de Nossa Senhora da Luz, em Carnide, determinava-se que as mesmas teriam de processar-se sem afectar a rua contígua, do lado norte, a qual se conservaria “em Largura de mais de quarenta e sinco palmos”⁴¹¹.

Como já atrás referimos, algumas intervenções urbanísticas advieram, total ou parcialmente, da iniciativa privada, como se verificou com o alargamento das ruas das Farinhas, de S. Cristóvão, das Pedras Negras e da Correaria (e, talvez, muitas outras). Numa consulta enviada ao rei a 28 de Janeiro de 1735, o Senado informava-o do pedido apresentado pelo visconde de Vila Nova da Cerveira relativo à avaliação de umas casas que pretendia comprar para alargar a rua das Farinhas.⁴¹²

Numa outra consulta, datada de 24 de Outubro de 1739, o Senado referia a exposição do conde de Atalaia informando que pretendia comprar umas casas na descida de S. Cristóvão para alargar essa via e garantir melhor “serventia ao seu palácio junto à Costa do Castelo”⁴¹³.

A 2 de Julho de 1751, o Senado camarário foi consultado pelo monarca sobre o requerimento apresentado por João Almada⁴¹⁴, no qual explicava a sua pretensão de alargar as ruas que iam “para as Pedras Negras e Correaria”, onde possuía casas. A 26 de Abril do ano seguinte, o Senado enviou a resolução tomada sobre esse assunto, devidamente justificada com a vistoria realizada, a planta elaborada e os pareceres do “syndico, architecto e mestres da cidade”, do presidente e dos vereadores. Todos tinham sido unânimes quanto às vantagens para o bem público das obras de alargamento dessas ruas e quase todos chamavam a atenção para a largura que deveriam ter, de forma a respeitar-se o disposto no Decreto de Abril de 1745. No caso específico da rua da Correaria, alguns vereadores defendiam que, em concordância com o referido Decreto, a sua largura deveria ser de 40 palmos, “de modo que [coubessem] por ella duas

⁴¹¹ AML: livro 2º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I, fl. 83.

⁴¹² AML: livro 10º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl.s 66-67.

⁴¹³ AML: livro 18º de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V, fl.s 178-181.

⁴¹⁴ João de Almada e Melo, primo do futuro Marquês de Pombal e ele próprio futuro Governador do Porto e presidente do Tribunal da Relação dessa cidade.

carruagens grandes, com commodidade de ambas, por ser a serventia principal da cidade para aquellas partes, e para o serviço da grande porção da mesma cidade que por ali se [servia]”.⁴¹⁵

Por ofício de 9 de Agosto de 1753, o Secretário de Estado, Diogo Mendonça Corte Real, informou o Senado de que o monarca tomara conhecimento da “ruína que ameaçava a parede do Convento dos Padres Quintaes”⁴¹⁶ e que, tendo sido alertado para o perigo que isso representava para todos os que “passavam pela Rua Nova do Almada para o Chiado”⁴¹⁷, decidira mandar alargar essa rua “para cima da Igreja dos ditos Padres, e o Chiado”, visto tratar-se da “mayor passagem da Corte por aquele sítio”.⁴¹⁸

Cumprindo as ordens régias, o Senado encarregou o architecto Eugénio dos Santos para fazer, primeiramente, a vistoria com os mestres da cidade e, seguidamente, a planta da área em questão. Tal como noutras intervenções já realizadas, o alargamento da Rua Nova do Almada e de parte da rua do Chiado implicaria o derrube de várias propriedades, competindo ao Senado mandar fazer a sua avaliação para, em seguida, pagar o justo valor aos respectivos proprietários.

Mas o Senado, não dispondo de “dinheiro pronto (...) para se lavrarem as escrituras e se efectuarem as compras [das casas]”, dirigiu-se ao monarca a 22 de Novembro, pedindo-lhe a devida autorização para utilizar, temporariamente, uma percentagem “do produto aplicado á obra da condução da agoa livre (...)”. Foram anexados a esse pedido, os pareceres dos vereadores camarários e dos “quatro Procuradores dos Mesteres” os quais reconheciam a utilidade da obra de alargamento do Chiado mas, cientes de que “o Senado não [tinha] meios proporcionados a esta despesa”⁴¹⁹ entendiam que o rei deveria autorizar a solução proposta para que a obra da Rua Nova do Almada se concretizasse.

Paralelamente às obras de alargamento das artérias urbanas (e do *Termo*), realizaram-se obras de ampliação e (ou) de regularização de prédios (fachadas principalmente), as quais se submeteram igualmente às disposições do Decreto joanino

⁴¹⁵ AML: livro 3º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José, fl.s 7-11.

⁴¹⁶ Os padres Oratorianos ou Congregação de S. Filipe Néry, chegados a Portugal em 1668 com o apoio da rainha D. Luísa de Gusmão, obtiveram em 1671 a Casa do Santo Espírito da Pedreira e respectiva igreja e aí se mantiveram até 1755, altura em que, dado o estado de ruína do então designado Convento do Espírito Santo, se mudaram para o Convento das Necessidades.

⁴¹⁷ Mandada abrir em 1665, por Rui Fernandes de Almada, nas então chamadas Fangas da Farinha, onde se localizavam o Convento do Espírito Santo, a norte, e o da Boa-hora, a sul.

⁴¹⁸ AML: livro 4º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I, fl. 68.

⁴¹⁹ Idem, fl.s 288-292

de 1745. Ou seja, tal como vimos no caso das obras que o Marquês do Louriçal pretendia realizar no seu palácio em 1746, o Senado fiscalizava todas as alterações arquitectónicas que os particulares queriam introduzir nas respectivas propriedades, mostrando-se particularmente atento quanto às alterações das fachadas que confrontavam com ruas e praças públicas, por recear que as mesmas provocassem a “desformidade” desses espaços.

A 28 de Junho de 1755, o Senado consultou o rei sobre uma petição apresentada pelo Desembargador Manuel da Costa Mimor o qual, desejando “emdireytar a frontaria das suas casas no Campo de Santa Ana”, pedira permissão para ocupar alguns palmos de chão público. O Senado mostrou-se disposto não só a autorizar a alteração da fachada das referidas casas mas também a permitir que parte dessa fachada ocupasse terreno público sem pagar “foro”.

O Senado justificava a dispensa de pagamento do “foro” pelo chão ocupado porque, como explicava, a obra prevista consistia num “simples estrocimento” e, por outro lado, que “o estilo” proposto para a fachada se adequava ao disposto no Decreto de 13 de Abril de 1745, no qual se estipulava que “as propriedades de cazas [fossem] em fermoza e perfeita regularidade (...) para o melhor aspecto da cidade”.⁴²⁰

Como se constata pela documentação citada, na maior parte das intervenções urbanísticas realizadas, particularmente nas que respeitavam à alteração das ruas (ou no grande empreendimento das Águas Livres), tornava-se imperioso derrubar, total ou parcialmente, muitas propriedades privadas, as quais eram expropriadas em prol do interesse público. Ao Senado interessava, naturalmente, que tais expropriações ocorressem sem grandes prejuízos para a autarquia, embora houvesse a preocupação de não lesar os interesses dos privados.

⁴²⁰ AML: livro 3º de Consultas e Decretos de D. José, fl. 135.

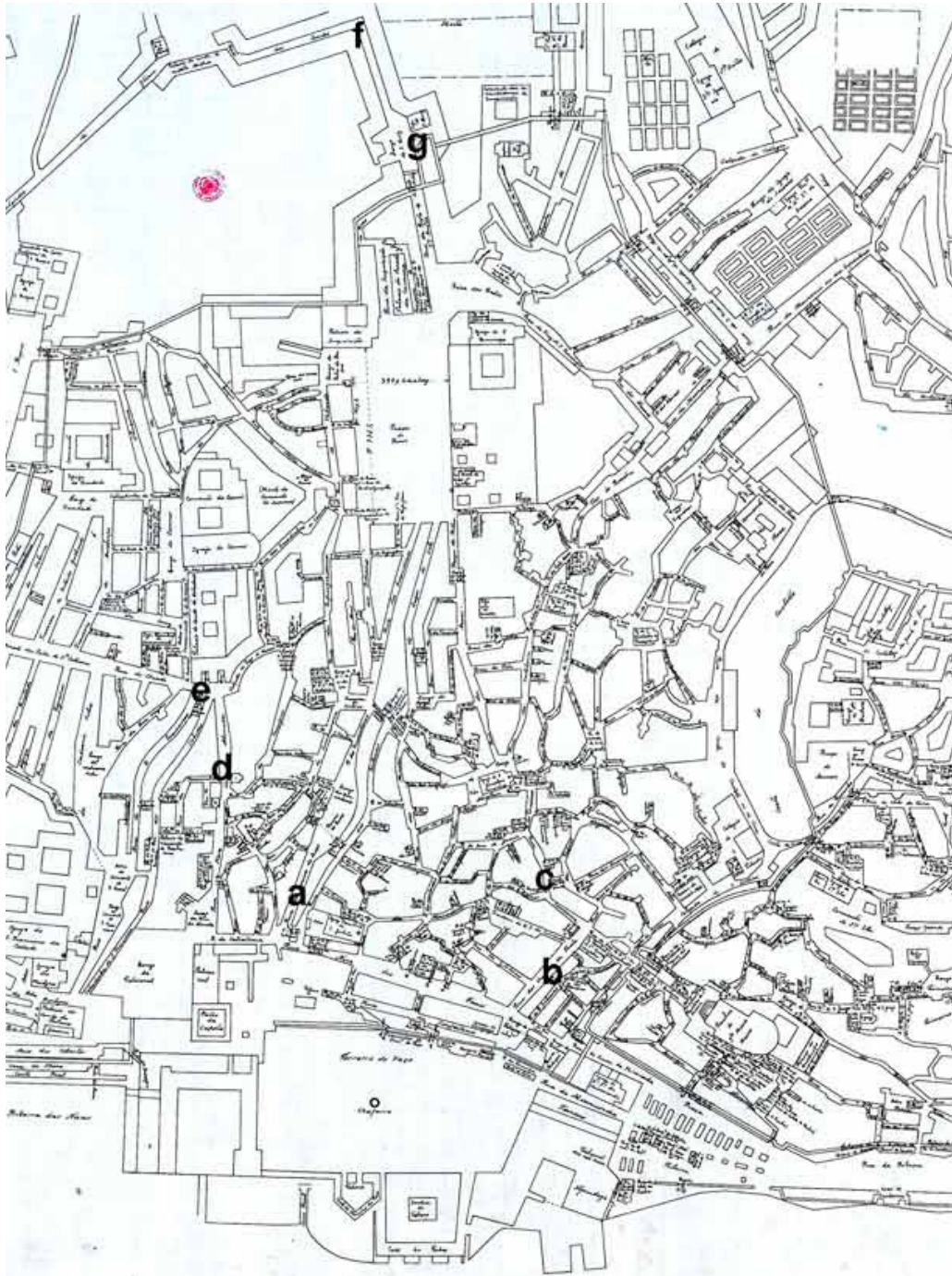


Figura 41. Ruas alargadas ou regularizadas no período joanino: a) Rua dos Ourives do Ouro; b) Rua dos Ourives da Prata; c) Rua da Correaria; d) Rua nova do Almada; e) Rua do Chiado; f) Rua dos Condes; g) Porta de Santo António

À falta de uma legislação específica sobre tal matéria, foram-se generalizando algumas práticas e normas de intervenção (ou seja, de expropriação), que muito se aperfeiçoaram nos reinados de D. Pedro II e de D. João V. Assim, sempre que se

tornava necessário derrubar total ou parcialmente alguma propriedade, o Senado camarário mandava fazer a sua avaliação, sendo para o efeito designados dois avaliadores, ou “louvados” (um por cada parte interessada) e um oficial da Fazenda.

O Senado acatava os valores calculados e responsabilizava-se pelo seu pagamento mas, porque isso constituía sempre um grande esforço financeiro para os cofres do município, requeria muitas vezes “à Coroa a isenção do pagamento de sisa sobre a aquisição de bens imóveis, ou ajuda financeira na retribuição a garantir em caso de propriedades com vínculo, como o caso das capelas.”⁴²¹

A sistematização das práticas e normas relativas às expropriações, que tanto contribuiu para acelerar todo o processo de reconstrução urbana, após o Terramoto de 1755,⁴²² só foi possível graças ao crescente reforço da autoridade régia, verificado a partir do reinado de D. Pedro II. De facto, como explica Claudio Monteiro, “o direito antigo português não configurava a expropriação como um instituto jurídico autónomo (...) capaz de, por si só, obter o efeito de extinção do direito de propriedade privada e a consequente transferência do bem para a esfera pública” e, por isso, “a aquisição forçada desses terrenos pressupunha (...) um acto de autoridade régia” que ultrapassasse o consignado nas Ordenações Filipinas (ainda em vigor no século XVIII) que afirmava a impossibilidade de alguém ser “constrangido a vender seu herdamento e cousas que tiver, contra a sua vontade”.⁴²³ E, para exemplificar as suas afirmações, aponta aquele autor como caso paradigmático, o da expropriação de terrenos que foi decretada por D. Afonso VI em 1665, com o objectivo de se abrir a Rua Nova do Almada.

Como veremos na II Parte deste trabalho, os complexos problemas surgidos com a reconstrução de Lisboa pós-1755, exigindo uma acção rápida por parte das instituições envolvidas nesse processo, determinaram a produção de um apreciável conjunto de normas jurídicas específicas que sustentassem todas as intervenções.

Ponderando sobre todas as intervenções ocorridas no reinado de D. João V e nos primeiros anos do reinado de D. José I, não podemos deixar de considerar a hipótese de as mesmas terem sido igualmente influenciadas pelo pensamento *higienista* e pela defesa do ar *puro*, embora a “fermosura” fosse, nessa altura, a justificação corrente.

⁴²¹ Murteira, Helena, “Lisboa antes de Pombal: crescimento e ordenamento urbanos no contexto da Europa moderna (1640-1755)”, in *Monumentos*, nº 21, Lisboa, ed. Direcção geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 2004, pp. 53-54.

⁴²² vide Nuno Luís Madureira, opus cit., p. 17-20.

⁴²³ Monteiro, Claudio, *Escrever Direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833)*, Lisboa, ed. da AAFDL, 2010, pp. 44-45.

Mas, poder-se-ia falar de *fermosura*, sem pensar, de imediato, nas questões de saneamento e de salubridade?

Na óptica do pensamento *higienista*, a limpeza e o alargamento das ruas e das praças eram os meios adequados para se garantir a permanente ou frequente circulação dos ventos dentro das cidades o que, por sua vez, permitiria o afastamento dos *ares pútridos* ameaçadores da saúde pública. Essas ideias advieram, em grande medida, dos numerosos estudos realizados sobre a qualidade do ar, sobre a deslocação das massas de ar e a direcção e força os ventos e sobre a sua incidência em diferentes latitudes e em diferentes épocas do ano, etc.

No contexto europeu e particularmente nas sociedades mais esclarecidas, as novas propostas arquitectónicas e urbanísticas de Setecentos relacionaram-se com essas reflexões sobre o ar e (ou) derivaram da crescente reivindicação por parte dos *higienistas* de um ar *puro* e saudável. Parece-nos, por isso, difícil dissociar as intervenções urbanísticas do período joanino (e em particular nas que se destinaram a melhorar o saneamento urbano), dessas reflexões e preocupações.

3.4. O Sismo de 1755 e a interrupção das medidas de saneamento urbano⁴²⁴



Figura 42. O Terramoto de 1 de Novembro de 1755 em Lisboa

A 1 de Novembro de 1755, pelas 9h 40m da manhã, Lisboa⁴²⁵ foi abalada por um tremendo Sismo (de magnitude variável entre os 8,5 e os 9 graus na escala de Richter), seguido de um maremoto, que originou uma onda gigante que avançou pelo Terreiro do Paço e alcançou o Rossio. Na sequência desse grande cataclismo natural, deflagraram incêndios em muitos edifícios, os quais se propagaram durante seis dias pelos diversos bairros da capital. Cinco dias mais tarde, a *Gazeta de Lisboa* noticiou, de forma muito contida, a terrível catástrofe que se abatera sobre a capital, como se segue: “O dia 1º do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terramotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem na ruína os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares.”⁴²⁶

⁴²⁴ Existe uma considerável documentação bibliográfica e iconográfica sobre o Sismo de 1755, publicada a partir das primeiras semanas após a ocorrência do cataclismo até à actualidade, quer por autores portugueses quer por estrangeiros. Sendo-nos inviável enumerar todas as obras escritas sobre 1755 (muitas das quais sem relevância), limitamo-nos a indicar duas das mais recentes e de indiscutível qualidade: *1755*, 3 vol.s, Lisboa, ed. Fundação Luso-Americana e *Jornal Público*, 2005; *O Terramoto de 1755: Impactos históricos*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 2007.

⁴²⁵ Segundo o Professor Carlos Sousa Oliveira in “Descrição do Terramoto de 1755, sua extensão, causas e efeitos. O Sismo. O Tsunami. O Incêndio”, *1755. O grande Terramoto de Lisboa*, ed. Fundação Luso-Americana, 2005, p. 28, “O sismo de 1755, mais conhecido pelo Terramoto de 1755, é considerado como o maior dos sismos de que há notícia. Sentiu-se fortemente em Lisboa, Algarve, sul de Espanha e Marrocos. Embora sem causar danos, também foi sentido por quase toda a Europa, nos Açores e na Madeira”.

⁴²⁶ BN, Periódicos, *Gazeta de Lisboa*, 1755, nº 45.



Figura 43. Lisboa após o sismo de 1. Novembro de 1755: ruínas de prédios particulares (à esquerda) e da Patriarcal (à direita)

A parcimónia daquele artigo não permitia compreender a verdadeira dimensão da tragédia que atingira a *Corte* e o Reino, provocando a perda de um elevadíssimo número de vidas humanas e de avultadíssimos bens materiais.

Os testemunhos dos sobreviventes, relatados pelos próprios ou por interpostas pessoas, permitiram compreender melhor a dimensão da tragédia. Um desses impressionantes testemunhos foi-nos deixado por Jacome Ratton⁴²⁷ que, nessa fatídica manhã de 1 de Novembro de 1755, se encontrava nas águas furtadas da sua casa, no preciso momento em que se ocorreu o primeiro abalo sísmico. Segundo as suas palavras, de imediato lhe ocorreram “muitas reflexoens tendentes a salvar (...) vida, e não ficar sepultado debaixo das ruínas da própria casa, ou das vizinhas (...) Ao descer as escadas encontrei meus Pais, que afflictos me buscavão nas ruinas de hum grande panno da chaminé (...) sem perder tempo lhes pedi que me acompanhassem para o largo mais próximo, que era ao fundo da rua do Alecrim; e encontrando de passagem D. Maria Castre, nossa visinha (...), que também fugia, a tomei pelo braço, e seguimos a rua dos Remulares por cima de entulhos e de muitos corpos mortos, até à beira-mar, aonde nos julgávamos mais seguros. Mas pouco depois de ali termos chegado, assim como muita gente, se gritou que o mar vinha sahindo furiosamente dos seus limites:

⁴²⁷ Jacóme (Jacques) Ratton (1736-1822) nasceu em Monestier de Briançon (actual Monêtier-les-Bains) e veio para Portugal com os pais em 1747, casando em 1758 com Ana Isabel Clamouse, filha do côsul francês no Porto. Segundo as suas próprias palavras, no Preâmbulo das suas *Recordações*, esteve 14 anos em Lisboa “na qualidade de Francez” e 51 “naturalisado Portuguez”. Ratton desenvolveu uma intensa actividade mercantil e industrial que muito contribuiu para o progresso económico do nosso país pelo que, em 1788, foi nomeado deputado da Junta do Comércio e depois fidalgo cavaleiro da Casa Real, tendo obtido também o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Porém, na sequência das Invasões Francesas, foi tido como colaboracionista e, em 1810, foi preso e deportado para a ilha Terceira, donde partiu para Inglaterra como exilado, onde ficou até 1816. Regressado nessa data a Lisboa, aqui faleceu em 1822.

facto que presenciamos, e que redobrou o nosso pavor, obrigando-nos a retroceder pelo mesmo caminho (...).⁴²⁸

Muitos estrangeiros, negociantes, diplomatas e viajantes, passaram igualmente pela dolorosa experiência do Terramoto e, na correspondência mantida com os seus conterrâneos, descreveram essa experiência e relataram o estado ruinoso em que se encontrava a capital portuguesa. O holandês Herman Joseph Braamcamp era um dos muitos estrangeiros que então residiam em Lisboa, onde desempenhava o cargo de ministro do rei da Prússia, desde 28 de Julho de 1751. Numa carta enviada ao monarca prussiano, a 3 de Novembro de 1755, o diplomata referiu-se aos sucessivos abalos de terra, “o primeiro que começou (...) precisamente às nove e meia [do dia 1] (...) foi o mais forte e durou perto de quatro minutos” e afirmou que $\frac{3}{4}$ das casas haviam sido afectadas por esses abalos e que as restantes estavam a ser devastadas pelo incêndio que ocorria em vários bairros e que “nenhum dos numerosos templos ficou de pé e porque estavam cheios de gente, por ser dia de todos os Santos, dois terços pereceram sob as ruínas [e que igualmente] numerosas pessoas de todas os estados tiveram a mesma sorte nas suas casas [e que] o Palácio do Rei, além dos estragos sofridos pelo abalo, foi reduzido a cinzas pelo fogo, assim como a magnífica Ópera⁴²⁹, o grande hospital, e (...) todos os edificios públicos”.⁴³⁰

Claude Darrot, negociante instalado em Lisboa, em carta enviada a seu irmão Filipe Darrot, a 18 de Novembro, descreveu-lhe o pânico vivido, a perda dos filhos menores, a destruição da casa e das mercadorias, da seguinte maneira: “no 1º deste mês, às 9 horas e $\frac{3}{4}$ da manhã, experimentámos o mais terrível tremor de terra que se viu na Europa há mais de um século. A nossa casa caiu e mal tivemos tempo de nos salvar, a minha esposa, o meu sobrinho e eu, no meio da praça dos Carmos, onde a igreja e a maior parte das casas à volta ficaram destruídas, o que, contudo, não pudemos ver, por estarmos envolvidos num turbilhão de poeiras tão extraordinário que não víamos mais

⁴²⁸ Ratton, Jacome, *Recordações sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Coimbra, ed. Imprensa Universitária, 1920, pp. 18-19.

⁴²⁹ O edifício da Ópera, projectado pelo arquitecto e decorador João Carlos Bibiena, foi inaugurado em 1753 e, como afirmou Paulo Freire, opus cit., p. 23, era “um edifício de grandes proporções, muitíssimo mais extenso do que largo, de altíssimas e sólidas paredes (...) [com] três ordens de camarotes, ficando na primeira o camarote real, amplo, espaçoso e riquíssimo, e nas seguintes os camarotes dos Embaixadores [e] na plateia ficavam as bancadas dos fidalgos, padres e ministros (...) Pelo Tombo de 1755, a sua extensão, pela frente, desde o Beco da Fundação até ao Arco da Ribeira das Naus, era de 119m,76 ”.

⁴³⁰ Faria, Ana Maria Homem Leal de, “O Terramoto de 1755 visto por um diplomata holandês em Lisboa” in *Clio*, Lisboa, ed. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, nova série, vol. 2, 1997, pp. 196-199.

do que no meio da noite (...) Todo o bairro mercantil de Lisboa, a alfândega, o palácio do rei, tudo ardeu, e Lisboa está irreconhecível (...) Lisboa perdeu 1/6 dos seus habitantes e quase todas as suas magníficas igrejas (...)”⁴³¹

Igualmente impressionante foi o relato deixado por Frei Amador Patrício⁴³², na Introdução da sua obra intitulada *Providências que se deram no terramoto que padeceu a Corte de Lisboa no ano de 1755*, de que transcrevemos a seguinte passagem: “No dia primeiro de Novembro de 1755 (...), às nove horas, e quatro minutos da manhã, estando o céu limpo, o ar sereno, e o mar em calma, se viu Lisboa surpreendida com um terramoto dos mais horrorosos (...) porque em tão breve tempo deixou reduzidos a ruínas quase todos os edifícios da mesma Cidade; sepultando nos estragos um grande número dos seus habitantes, especialmente nos Templos, que por ser dia de tanta solenidade, todos se achavam assistidos de numeroso povo. Ao mesmo tempo embraveceu-se o mar com tanta fúria, que levantando-se em montes de água, entrou pela foz do Tejo; e de repente fez com que inundasse as suas duas margens em distância até onde nunca havia chegado. O Povo, que fugindo da terra, esperava asilo neste elemento, achou nele a sua perdição (...) O espanto causado por estes dois espectáculos, de maneira consternou aos que haviam escapado de uma, e outra desgraça, que ficaram todos sem acordo, e por salvarem as suas vidas, deixaram ao desamparo a Cidade, fugindo para os campos. A circunstância do dia, e da hora concorreu muito para fazer extrema a geral consternação; porque naquele tempo não só estavam todas as Igrejas iluminadas para o culto Divino, mas também aceso o fogo de todas as casas, para servir ao alimento do povo. Daqui veio atear-se improvisadamente em alguns edifícios sagrados, e profanos, um incêndio tão arrebatado, que fazendo-se irremediável em uma Cidade deserta, devorou dela todo o Bairro mais baixo, e grande parte do Alto (...)”⁴³³

Num curto espaço de tempo, a catástrofe portuguesa foi amplamente *mediatizada*, inspirando em toda a Europa e noutras partes do mundo, um manancial de notícias, de comentários e de reflexões de vária índole e originando, igualmente, um considerável número de representações iconográficas. Mas, uma boa parte desses

⁴³¹ “Boletim do Instituto Francês em Portugal”, Coimbra, Coimbra Editora, Lda, 2º ano, nº 4, Outubro de 1931, pp. 233-234

⁴³² Afirmo Luís Oliveira Ramos na Introdução de 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, Lisboa, ed. Fundação Luso-Americana, 2005, p.11, tratar-se do pseudónimo literário de Francisco José Freire, mais conhecido por Cândido Lusitano, sócio da Arcádia Lusitana e proeminente figura do movimento dos arcades, que foi poeta, historiógrafo, tradutor, teórico da literatura e das ideias estéticas

⁴³³ 1755. *O Grande Terramoto de Lisboa*, Lisboa, ed. da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Público, 2005, 3 vol.s, 1º vol., pp. 189-190

registos escritos e iconográficos de carácter sensacionalista, pecaram pelas omissões ou pelos exageros, o que se explica pelo facto de muitos dos seus autores não terem presenciado *in loco* a referida catástrofe e (ou) não conhecerem a capital portuguesa.

O grande abalo sísmico na capital portuguesa teve, porém, o mérito de suscitar muitos debates no seio da intelectualidade europeia da época os quais, geraram, por sua vez, um profundo abalo filosófico. Voltaire, confrontado com a catástrofe portuguesa, questionou a bondade do Criador e perdeu a sua visão optimista do mundo; Kant, por sua vez, trouxe o terramoto da esfera do transcendente para o domínio da ordem natural⁴³⁴, ou seja, fez uma abordagem racional do fenómeno, recorrendo aos conhecimentos científicos da época para explicar as causas e os efeitos dos tremores de terra em geral.⁴³⁵ Os ensaios kantianos de 1756, embora não tivessem sido o ponto de partida da investigação sísmica contribuíram, indiscutivelmente, para aprofundar os conhecimentos relativos a esses fenómenos naturais.⁴³⁶

Na abordagem científica, tal como na abordagem literária, do grande sismo de 1755, foram destacados o carácter violento do abalo de terra e do maremoto que se seguiu, assim como as suas imediatas consequências humanas e materiais: o elevadíssimo número de vítimas e a destruição de grande parte da capital portuguesa.

Foi, de facto, avultadíssimo o número de edifícios públicos e privados, total ou parcialmente, destruídos, tendo o Professor José Augusto França calculado que “das vinte mil casas existentes só três mil ficaram de pé e das quarenta igrejas paroquiais, trinta e cinco desapareceram (...) só onze conventos dos sessenta e cinco existentes ficaram habitáveis (...) e trinta e três residências das principais famílias da corte ficaram destruídas(...)”⁴³⁷

Devido ao elevadíssimo número de edifícios arrasados ou muitíssimo afectados pelo Sismo e pelo incêndio que se seguiu, a capital portuguesa sofreu, como constatou Vicente Serrão⁴³⁸, um duplo impacto económico, decorrendo o primeiro do valor da reconstrução e o segundo da perda da maior parte das instalações produtivas e das infra-

⁴³⁴ vide Kant, Immanuel, *Escritos sobre o terramoto de Lisboa*, Coimbra, ed. Almedina, 2005

⁴³⁵ vide António Gomes Coelho, “Do Inquério do Marquês de Pombal ao estudo de Pereira de Sousa sobre o Terramoto de 1 de Novembro de 1755” in *1755, o grande Terramoto de Lisboa*, Lisboa, ed. Público-Fundação Luso-Americana, vol. I, p. 149

⁴³⁶ Kant, Immanuel, opus cit., prefácio, p. 33

⁴³⁷ França, José Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, Lisboa, ed. Instituto de Cultura Portuguesa, col. Biblioteca Breve, 1ª ed., 1978, pp. 11-12

⁴³⁸ Serrão, José Vicente, “Os impactos económicos do Terramoto” in *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 2007

estruturas económicas, exceptuando-se a Casa da Moeda, o Tesouro Real, o Aqueduto das Águas Livres, a Fábrica das Sedas e alguns armazéns de trigo. Mas, “além do património edificado e de um número indeterminado de Navios que se encontravam no Tejo, perdeu-se igualmente grande parte do seu recheio e cargas, ou seja, uma quantidade incalculável de mercadorias, de bens móveis, obras de arte, bibliotecas, jóias, dinheiro vivo e tudo o mais que a catástrofe levou.”⁴³⁹ Como referiu o autor citado, a impossibilidade de calcular as perdas justifica que se fale do seu valor incalculável.

O desmoronamento dos edifícios provocou, de imediato, um elevadíssimo número de vítimas mortais, um também considerável número de feridos e, claro, uma multidão de desalojados.

Quanto às vítimas mortais, nunca foi possível chegar a um número exacto, variando esse número, de autor para autor, entre um mínimo de 5000 e um máximo de 30000. Na opinião de Carlos Sousa Oliveira, os valores mais prováveis teriam sido “de 8000 mortos ou seja cerca de 5% da população existente.”⁴⁴⁰

Esse avultadíssimo número de vítimas deveu-se ao facto de a maior parte da população da capital se encontrar dentro dos edifícios que ruíram⁴⁴¹, fossem as suas próprias habitações ou as igrejas, onde muitos se tinham deslocado para participar nos festejos do dia religioso de Todos os Santos.

O desabamento das paredes e das abóbadas das igrejas e das capelas e os incêndios (em consequência das velas acesas) provocaram a morte e (ou) os ferimentos aos clérigos e aos devotos (de todos os estratos sociais) que nesse dia 1 de Novembro se encontravam nesses edifícios a realizar ou a assistir às cerimónias religiosas. Tal como nas outras igrejas da *Corte*, também na Real Capela do Paço (que fora convertida em Igreja Patriarcal)⁴⁴² estava a ocorrer uma importante cerimónia, quando se deu o abalo sísmico e os “seus Ministros, que estavam acabando de rezar Terça para se começar a Missa, se virão summamente perplexos, attonitos, e afflictos. Desampararão com

⁴³⁹ Serrão, José Vicente, opus cit. p. 143

⁴⁴⁰ Oliveira, Carlos Sousa, “Descrição do terramoto de 1755, sua extensão, causas e efeitos. O Sismo. O Tsunami. O Incêndio” in *1755, o grande Terramoto de Lisboa*, Lisboa, ed. Público e Fundação Luso-Americana, 2005, vol. I, p. 59

⁴⁴¹ No número de vítimas mortais nestas circunstâncias, contaram-se algumas personagens ilustres como o embaixador espanhol, o conde de Perelada.

⁴⁴² A capela real, depois de ter sido transformada em Colegiada de S. Tomé, foi elevada, em 1716, à dignidade de basílica patriarcal e sede do bispado de Lisboa ocidental e recebeu inúmeros privilégios dos papas Clemente XI e Bento XIV.

presteza o Coro (...) procurando cada hum em confusa desordem escapar de tão próxima ruína, ameaçada por hum violento, e continuado tremor, que fazia horrorosamente abalar todo o edifício (...) nova consternação occupou naquelle transe o animo dos Excelentissimos Principaes; porque achando-se em seus cubículos quasi promptos para entrarem à Capella mor, não podião buscar o desvio opportuno, por se acharem fechadas as portas dos corredores (...) [até que] abrindo-se uma porta cuidou cada qual escapar do perigo (...) menos o Excellentissimo Principal D. Francisco de Noronha, filho dos Marquezes de Angeja (...)”⁴⁴³

O caos gerado pelo grande Sismo e o ruinoso estado da capital, impulsionaram todo um conjunto de transformações político-administrativas, económico-sociais, culturais, urbanísticas e arquitectónicas, fazendo emergir, à frente de todas elas, o Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo.⁴⁴⁴

Nascido em Lisboa, no seio de uma família da pequena nobreza, Carvalho e Melo frequentou o curso de Leis em Coimbra e obteve o seu primeiro cargo político de importância em 1738, ao ser nomeado como representante da Coroa para Londres. Daí foi enviado para Viena, para idênticas funções, onde permaneceu de 1743 a 1749. Regressado a Portugal ainda em vida de D. João V, aguardou, em vão, a sua nomeação para outro cargo, o que só veio a acontecer com a subida ao trono de D. José I, a 31 de Julho de 1750.

Graças ao empenho da rainha-mãe e à recomendação de D. Luís da Cunha⁴⁴⁵ no seu *Testamento Político* (redigido em 1747/49), Sebastião José de Carvalho e Melo foi então chamado ao governo, sendo primeiramente nomeado para o cargo de Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (5 de Agosto de 1750) e, posteriormente para o de Secretário de Estado dos Negócios do Reino (5 de Maio de 1756).

⁴⁴³ Castro, João Bautista, opus cit., p. 200

⁴⁴⁴ Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), Secretário de Estado de D. José I, recebeu em 1759 o título de Conde de Oeiras e, em 1770, o de Marquês de Pombal

⁴⁴⁵ Sobre este fidalgo, destacamos os aspectos mais relevantes da biografia elaborada por Luís Ferrand de Almeida, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, pp. 770-771: D. Luís da Cunha (1662-1749) formou-se em Cânones em Coimbra e, após alguns anos de exercício da magistratura iniciou, em 1695, a sua carreira diplomática, como enviado extraordinário em Londres onde, a partir de 1715, exerceu o cargo de embaixador. De 1717 a 1718, permaneceu na Holanda, sendo então enviado para Madrid, onde permaneceu até 1720, partindo em seguida para novas missões diplomáticas, primeiro em Paris e depois em Haia. Tendo regressado a Paris em 1735 como enviado especial da Coroa, passando, em 1737, a embaixador e nesse cargo e nessa cidade permaneceu até à data da sua morte. Na Inglaterra, nos Países Baixos e na França desenvolveu contactos com os meios científicos e artísticos e, por seu intermédio, chegaram a Portugal muitas obras de arte, livros, instrumentos musicais e científicos, etc. Foi um “representante característico de um iluminismo não revolucionário” e participou “nas tentativas de renovação cultural do nosso país, fomentadas pelos *estrangeirados* e, em parte, pelo próprio rei.”

Os conhecimentos que adquirira no estrangeiro, particularmente os que decorreram dos contactos desenvolvidos nos meios intelectuais e iluminados que frequentou, deram-lhe uma visão mais ampla da realidade nacional e consciencializaram-no sobre a premência de aqui se encetarem reformas, que incrementassem o desenvolvimento económico e cultural. Por esse olhar crítico e reformista, foi tido como um estrangeirado e um iluminado e, de facto, muitas das medidas que implementou, com a absoluta concordância do monarca, não destoaram das que então foram impulsionadas por vários déspotas iluminados europeus.

Foi o desencadear do Terramoto de 1755, que permitiu a revelação das qualidades político-administrativas e, para o tema que mais nos interessa, também as preocupações *higienistas* de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1770).

Embora no rescaldo daquela calamidade se tivesse assistido a uma grande solidariedade social, com o envolvimento do próprio monarca D. José I, dos membros da família real, dos secretários de estado e dos mais destacados representantes da nobreza, do clero e da burguesia, no apoio às vítimas, foram o pragmatismo e a eficiência de Carvalho e Melo que evitaram o eclodir de novas desgraças.

Para melhor compreender a verdadeira dimensão da tragédia que se abatera sobre a capital, Carvalho e Melo percorreu sem descanso todas as zonas arruinadas nos primeiros dias subsequentes ao sismo e, ao mesmo tempo que ia acalmando a população, começou a preparar os rascunhos de proclamações e ordens⁴⁴⁶ que, pouco depois, se converteram numa série de medidas administrativas e legislativas destinadas a solucionar os problemas mais graves e urgentes que então se enfrentavam.

Essas medidas ou Providências, posteriormente coligidas por Amador Patrício de Lisboa, foram publicadas em 1758, com o prévio aval do próprio Carvalho e Melo sob o título de *Memorias das principaes providencias que se deram no terremoto que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755*. Do conjunto de catorze Providências, treze reportaram-se exclusivamente à capital e estavam assim discriminadas: I. “Evitar o receio da peste que ameaçava a corrupção dos cadáveres, sendo inumeráveis e não havendo vivos para os sepultarem, pela precipitada e geral deserção dos moradores de

⁴⁴⁶ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa- Rio de Janeiro, ed. Enciclopédia Ldª, 1945, vol. 22, p. 347

Lisboa; II. Evitar a fome, que necessariamente se havia de seguir, não só pelo motivo de não haver quem conduzisse os víveres, mas porque muitos armazéns deles haviam sepultado as ruínas e abrasados no incêndio; III. Curar os feridos e doentes que estavam desamparados nas ruas em perigo certo de morrerem; IV. Reconduzirem-se os moradores de Lisboa que haviam desertado, para se restabelecer a povoação, sem a qual nada se podia fazer; V. Evitar os roubos e castigar os ladrões que haviam metido a saque a Cidade, despojando as Casas e os Templos; VI. Evitar que pelo mar se desse saída aos roubos, e para este efeito rondar o Rio; VIII. Mandar vir algumas Tropas do Reino para servirem ao grande trabalho da Cidade e seu sossego; IX. Darem-se as comodidades precisas para o alojamento interino do povo; X. Restabelecer o exercício dos Ofícios Divinos nas poucas Igrejas que se haviam salvado, ou em decentes acomodações interinas; XI. Recolher as Religiosas que vagueavam dispersas e dar-lhes a possível clausura; XII. Ocorrer a diversas necessidades em que estava o povo, as quais por várias e avulsas se reduzem a uma classe separada; XIII. Actos de Religião de S.Majestade para aplacar a ira Divina e agradecer ao Senhor tantos benefícios; XIX. Dão-se os meios mais conducentes para a reedificação da Cidade”.⁴⁴⁷

As três primeiras Providências, publicadas nos dias imediatos à catástrofe, visaram, acima de tudo, a preservação da saúde pública. Na 1ª Providência inseriram-se 7 avisos, circulares e portarias, datados de 1 a 7 de Novembro, enviados por Carvalho e Melo a várias autoridades laicas e religiosas (Duque Regedor, Ministros de Bairros, Cardeal Patriarca e Prelados), determinando-lhes que procedessem, com a máxima urgência, à inumação dos milhares de cadáveres espalhados pela cidade e cuja decomposição ameaçava corromper os ares e provocar surtos epidémicos.

A 2ª Providência, englobou 24 avisos e cartas do Secretário de Estado, a maior parte delas dirigidas ao Presidente e vereadores do Senado, determinando que se tomassem medidas para a importação, descarga, arrecadação e correcta distribuição dos comestíveis necessários aos habitantes da *Corte*. A 3ª Providência englobou 8 avisos, 4 dirigidos ao Duque Regedor, 3 ao Monteiro-Mor e 1 ao Abade do Mosteiro de S. Bento da Saúde, ordenando-lhes que tomassem medidas para garantir alojamentos e assistência aos doentes, civis e militares, face à ruína total ou parcial dos hospitais existentes antes do Terramoto de 1755.

⁴⁴⁷ vide 1755. *O grande Terramoto de Lisboa*, Lisboa, ed. Público e Fundação Luso-Americana, 2005, vol. I, pp. 209-216; vol. III, pp. 35-61

As preocupações com a saúde pública, inspiradas, sem dúvida, em princípios humanitários e *higienistas*, levaram ainda Carvalho e Melo a tomar algumas decisões no sentido de preservar a limpeza urbana e a qualidade do ar. Assim, em decreto datado de 27 de Novembro de 1755 (documento I da 9ª Providência), ordenou ao Desembargador Manuel de Campos de Sousa, vereador do Senado, que mandasse “*prontíssimamente*” desentulhar os aquedutos da Rua dos Canos “*antes que as grossas inundações das águas, que por eles se [evacuavam], sendo estagnadas se [corrompessem] com irreparáveis prejuízos*”⁴⁴⁸

Pouco tempo depois, a 3 de Dezembro desse mesmo ano, determinou ao Duque Regedor que “com a maior prontidão”, desembaraçasse das ruínas e dos entulhos as ruas principais da Cidade, sendo essas ruas as discorriam “desde a Ponte de Alcântara até à Esperança, e dela pela banda do mar toda a Boa-Vista até às Portas da Cruz de Pedra; e pela banda da terra, até às Portas de Santa Catarina, e delas pelo Chiado até à Rua do Príncipe. No interior da Cidade tudo o que vai do Terreiro do Paço, pela Rua Nova dos Ferros até à Rua dos Ourives do Ouro, e dela pelo Rocio, de uma banda, pela Rua dos Canos até aos Anjos e chafariz de Arroios; e pela outra banda, pelas Portas de Santo Antão até ao Chafariz de Andaluz.”⁴⁴⁹

E, em Janeiro de 1756, determinou ao Senado que providenciasse o rápido desentulhamento das caldeiras e dos canos dos “chafarizes del Rey, da Agoada dos Navios, e da Praya”, que mandasse examinar “os canos e desagoadouros (...) da Rua nova dos Ferros” e que utilizasse os meios necessários para o escoamento das “Agoas do Rocio (...) para se evitar o gravíssimo dano, que [podia] resultar de se corromperem as agoas, que por falta de êxito se [achavam] estagnadas”⁴⁵⁰.

Apesar da implementação destas e de outras medidas congêneres, a remoção dos escombros ou entulhos dos espaços públicos foi muito morosa e, em várias zonas da cidade, a sua presença prolongou-se por meses, anos e décadas, como nos testemunharam diversos autores. Segundo um documento camarário datado de Janeiro de 1756, os párocos queixavam-se de não poderem administrar “os sacramentos aos enfermos” porque as ruas, “por imundas e por descalçadas”, se achavam intransitáveis.

⁴⁴⁸ 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, pp. 157-158

⁴⁴⁹ 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, p. 162

⁴⁵⁰ AMCML, Livro 9 de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I, fl.s 23-24

A presença dos entulhos nos espaços públicos da capital seria uma constante até às primeiras décadas do século XIX, como testemunharam os residentes e os estrangeiros que por cá passaram nessa altura. Gorani, que residiu em Lisboa nos anos de 1765 a 1767, afirmou que “ existiam no centro da cidade vastos bairros que não eram mais do que enormes montões de escombros das casas destruídas”⁴⁵¹. Carrère constatou em 1796, que grande parte das ruas e das praças estavam frequentemente “obstruídas por montões de lama, terra e pedregulhos”, como se verificava nas praças de S. Paulo e do Terreiro do Paço, onde era depositada grande quantidade de escombros.⁴⁵²

De facto, na sequência do sismo de 1755, muitas ruas e largos da *Corte* tornaram-se ainda mais sujas, intransitáveis e “irrespiráveis” devido à prolongada presença desses entulhos. Mas, existiam outros factores que contribuíam para a sujidade desses espaços públicos, nomeadamente, a brusca interrupção de algumas obras públicas iniciadas, como vimos, no período joanino e que se destinavam a melhorar o saneamento urbano (como era o caso da rede de distribuição de água) e a favorecer a boa circulação do ar (como era o caso do alargamento das ruas).

Mas o problema maior decorreu da falta de mão-de-obra que se fez sentir nos tempos subsequentes ao Terramoto, em resultado das mortes e da fuga de muitos sobreviventes. Na tentativa de resolver esse grave problema da falta de braços para o trabalho, que afectava não só os serviços de desentulho e de limpeza mas muitos outros serviços e actividades, públicos e privados, Carvalho e Melo implementou várias iniciativas com o intuito de travar a saída dos residentes da *Corte* e de angariar mais trabalhadores.

Nesse sentido, foram enviadas cartas circulares a todos os Corregedores das Comarcas do Reino (4ª Providência) determinando-lhes a vigilância das “estradas e barcas de passagem, de tal sorte que nenhuma pessoa, de qualquer qualidade e condição (...) [pudesse] avançar o seu caminho e menos sair do Reino, ou ainda dentro dele, passar de uma para outra Província sem levar Passe (...) E sendo pessoa das profissões (criados, galegos e homens de trabalho) [seriam] logo reconduzidas (...) [e] entregues nesta Corte à ordem do Duque Regedor das Justiças”⁴⁵³

⁴⁵¹ G. Gorani, opus cit., p. 67

⁴⁵² J.B.F. Carrère, opus cit., pp. 26 e 64

⁴⁵³ 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, p. 125

Por Decreto datado de 4 de Novembro de 1755 (5ª Providência), Carvalho e Melo, sabendo da existência na cidade e áreas limítrofes de “um grande número de homens vadios”, ordenou aos Corregedores dos Bairros de Lisboa que prendessem todos os vagabundos e ociosos “com idade e saúde capaz de trabalharem”, os quais deveriam ser sentenciados à “pena de trabalharem com braga⁴⁵⁴ nas obras da Cidade”.⁴⁵⁵

Persistindo o problema da falta de homens para trabalhar e assistindo-se ao aumento da criminalidade e da insegurança, o Secretário de Estado ordenou igualmente (9 avisos e 1 carta inseridos na 8ª Providência) que fossem enviadas várias guarnições para a capital (entre outras, os Dragões de Évora, os Regimentos de Cascais, Peniche, Setúbal e Soure)⁴⁵⁶, a fim de serem utilizados os militares quer nos trabalhos públicos, quer no serviço de policiamento, em apoio aos funcionários da justiça.

Para travar a onda de violência e de criminalidade (em parte decorrente da fuga de grande número de vadios e de malfeitores das prisões arruinadas) e para assegurar a tranquilidade dos cidadãos, o Secretário de Estado ordenou ao Duque Regedor e aos Corregedores dos Bairros (9 documentos inseridos na 5ª Providência) que, entre outras coisas, procedessem à prisão dos vadios e dos malfeitores, à expulsão dos “amancebados mais escandalosos” para “vinte léguas fora da Corte” e ao enforcamento dos “réus culpados nos roubos”, devendo a sua execução pública provocar “o terror mais exemplar”.⁴⁵⁷

Nos dias e semanas subsequentes ao Terramoto, Carvalho e Melo procurou solucionar não só os problemas de insalubridade e de insegurança da capital, mas também os do realojamento dos sobreviventes, cujas habitações tinham ruído ou tinham sido devastadas pelos incêndios. Assim, através da publicação de vários avisos, decretos e alvarás (23 documentos inseridos na 9ª Providência), determinou a implementação de medidas que viabilizassem a criação de alojamentos provisórios, como, por exemplo, o congelamento de preços de aluguer de casas e de armazéns (para evitar especulações), a liberdade de circulação e a concessão de franquias para diversos materiais de construção

⁴⁵⁴ Segundo o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, ed. Círculo dos Leitores, 1991, vol. I, p. 599, o termo significa uma “Argola de cadeia de ferro com que se prende alguém pela perna, andando a cadeia atada à cinta”

⁴⁵⁵ 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, p. 128

⁴⁵⁶ Nuno Luís Madureira, *Lisboa 1740-1830. Cidade: espaço e quotidiano*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1992, referiu-se na p. 55ª instalação na Cotovia, do batalhão de Estremoz e mais tarde do Regimento de Peniche.

⁴⁵⁷ 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, p. 129

(madeira, telha, tijolo) e a isenção de pagamento de taxas para as construções provisórias.⁴⁵⁸

As facilidades criadas para a construção temporária, permitiram a multiplicação de barracas que, de acordo com Amador Patrício, rapidamente chegaram às 9000, tendo as construções de madeira substituído gradualmente as que nos primeiros dias após o grande sismo, haviam sido levantadas com recurso a panos, lençóis e lonas. A maioria dessas barracas foi levantada nos limites da cidade e em áreas descampadas (ou seja, pouco urbanizadas), preferencialmente nos pontos mais altos como a Ajuda e a Cotovia (a ocidente) ou a Penha de França (a nordeste) e, com o passar do tempo, muitos residentes habituaram-se a esse tipo de habitação e mostraram alguma resistência em abandoná-lo para ocupar os prédios que entretanto se tinham construído.

Enquanto tomava medidas para o realojamento urgente e provisório dos sobreviventes, Carvalho e Melo pensava nos meios mais adequados para a rápida reconstrução da capital, do que dependeria a criação de alojamentos permanentes para todos os residentes. Nesse sentido, incumbiu o engenheiro-mor do Reino, Manuel da Maia, de estudar as possíveis soluções para a reconstrução ou melhor, para a *renovação* da cidade porque, como defendeu Walter Rossa, “em Lisboa não se tratou de inovar ou restaurar, mas tão só de produzir a simultaneidade desses actos: renovar”⁴⁵⁹.

A oportunidade para *renovar* a capital, oportunidade dramaticamente gerada pelo grande Sismo, foi aproveitada pelo prestigiado engenheiro-mor do Reino e pelo qualificado corpo de engenheiros militares que com ele colaboraram na preparação do futuro Plano da Baixa Pombalina.

Mas, para que o futuro plano de reconstrução/*renovação* da *Corte* pudesse ser implementado sem problemas, Carvalho e Melo concebeu um importante conjunto de disposições legais (publicadas na 14^a Providência), destinadas a orientar o processo construtivo e a condicionar os interesses privados ao interesse público.

A primeira medida (e uma das mais importantes) surgiu com a publicação do Decreto de 29 de Novembro de 1755, e determinava a “medição, e Tombo, das Praças, Ruas, Casas e Edifícios públicos, na parte da Cidade que ficou arruinada pelo Terramoto, para evitar futuros pleitos e dissensões na reedificação da mesma Cidade”.

⁴⁵⁸ vide 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, pp. 157-181

⁴⁵⁹ Rossa, Walter, “Dissertação sobre a *reforma e renovação* na cultura do território do Pombalismo” in 1755. *Impactos históricos*, p. 384

Explicitava-se ainda nesse documento que competiria aos Ministros encarregues da Inspeção dos bairros, conjuntamente com os engenheiros militares, a “exacta descrição do respectivo Bairro”, devendo existir para cada Bairro um livro onde se registariam todos os dados referentes às medidas das praças, ruas, becos e edifícios particulares, para que os proprietários dos edifícios arruinados não levantassem posteriormente quaisquer problemas.⁴⁶⁰

Outra medida preparatória para a implementação do futuro Plano de reconstrução consistiu na preparação dos terrenos onde, hipoteticamente, viriam a ser traçados os novos arruamentos e bairros. Assim, por um aviso de 11 de Dezembro de 1755, Manuel da Maia foi incumbido de proceder ao cálculo dos declives “desde S. Sebastião da Padaria, Anunciada, Convento do Corpus Christi, Igreja da Madalena e Convento da Boa-Hora, até o Terreiro do Paço e Ribeira, para se acomodarem os entulhos nos lugares mais baixos.”

E, por dois avisos datados de 22 de Dezembro, um igualmente dirigido a Manuel da Maia e outro ao Duque Regedor, determinava-se a demarcação dos terrenos com a colocação de “marcos e balizas nas covas e declives, a fim de se encherem com os desentulhos”, para se nivelar o Terreiro do Paço com as Ruas Nova do Almada e da Padaria, “em benefício da reedificação da Cidade.”⁴⁶¹

Não menos importante para a futura concretização do referido Plano, foi a publicação, a 30 de Dezembro, de um edital pelo Duque Regedor, pelo qual se proibia a construção propriedades “nos Bairros da Cidade que padeceram ruína”, assim como a reedificação das “que foram abrasadas pelo incêndio subsequente ao Terramoto”.⁴⁶²

Reforçando o disposto nesse edital, a 10 de Fevereiro do ano seguinte, foi publicado um outro onde se determinava que todas as casas que tivessem sido construídas “de paredes de pedra e cal, frontais ou tabiques” após a publicação do referido edital de 30 de Dezembro e todas as que “no acto de demarcação que se fizer se [achassem] contrárias aos referidos planos, [seriam] do mesmo acto demolidas à custa de seus donos.”⁴⁶³

⁴⁶⁰ 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, pp. 264-266

⁴⁶¹ 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, pp. 266-268

⁴⁶² Idem, pp. 268-269

⁴⁶³ Idem, p. 270

As medidas acima referidas e outras que lhes sucederam foram, parcialmente, inspiradas em medidas congêneres pensadas e (ou) aplicadas noutras cidades europeias que também haviam sido destruídas (em maior ou menor grau) por incêndios ou sismos.

Um dos casos que, provavelmente, permitiu sérias reflexões foi a da reconstrução do centro de Londres, que havia sido destruído na sequência do grande incêndio de 1666. Nenhum dos planos elaborados para a reconstrução da cidade (incluindo o do arquitecto Christhofer Wren⁴⁶⁴) chegou a ser concretizado, talvez porque a sua implementação exigia uma profunda transformação fundiária contra a qual reagiram os proprietários, não admitindo qualquer alteração na área “dos seus terrenos ou uma limitação à sua liberdade natural de construir.”⁴⁶⁵ O processo de reconstrução do centro londrino, embora muito condicionado pelas preexistências, não deixou de apresentar novidades “técnicas e jurídicas que viriam a ser adoptadas em Lisboa.”⁴⁶⁶

Em finais do século XVII, foram várias as cidades da Península Itálica parcialmente arruinadas por terramotos, nomeadamente nas regiões de Roma, Nápoles, Calábria e Sicília. A cidade siciliana de Catânia, uma das mais afectadas pelo grande sismo de Janeiro de 1693 foi posteriormente reconstruída e *renovada*, graças à adopção de “medidas extremas com relação às preexistências e, em especial, ao direito de propriedade”⁴⁶⁷.

Nas primeiras décadas do século XVIII, duas cidades francesas foram parcialmente devastadas por grandes incêndios: Rennes em 1720 e Chateaudun (área de Eure-et-Loir, no centro de França) em 1723. No caso de Rennes, o plano de reconstrução e de renovação da estrutura urbana medieval preexistente, foi elaborado pelo engenheiro militar Isaac Robelin⁴⁶⁸, em 1722. A viabilização desse projecto,

⁴⁶⁴ Sir Christhofer Wren (1632-1723) foi um dos mais notáveis arquitectos ingleses de todos os tempos. Após o grande incêndio de 1666, foi responsável pela reconstrução de 51 igrejas inglesas e pelo projecto e construção da sua obra-prima, a Catedral de S. Paulo (concluída em 1770). Formado em Oxford e detentor de uma vastíssima erudição, tornou-se um dos fundadores da Royal Society, da qual foi presidente de 1608 a 1682 e para a qual escreveu estudos sobre astronomia, cosmologia, óptica, mecânica, meteorologia, medicina, etc.

⁴⁶⁵ Monteiro, Claudio, opus cit., p. 64

⁴⁶⁶ Monteiro, Claudio, idem, p. 58

⁴⁶⁷ Rossa, Walter, “Dissertação sobre a *reforma e renovação* na cultura do território do Pombalismo” in *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, p. 387

⁴⁶⁸ Isaac Robelin (1660-1728), foi um destacado engenheiro-militar que, tal como o pai (também engenheiro-militar) estudou e trabalhou com Vauban. Ocupou o cargo de director das fortificações da Bretanha e, além da sua intervenção em Rennes, realizou importantes trabalhos no porto e no arsenal de Brest.

posteriormente continuado pelo arquitecto Jacques-Gabriel⁴⁶⁹, só foi possível graças à intervenção do monarca, que se fez representar *in loco* pelo Intendente Feydeau de Brou (1726-1743), a quem coube resolver os problemas relativos às questões de propriedade.

Em Rennes, a “aprovação do plano foi precedida de um levantamento exaustivo dos terrenos existentes à data do incêndio”⁴⁷⁰, contrariamente ao que se verificara em Londres. Também no caso Chateaudun, a concretização do plano de reconstrução foi antecedido por uma “operação de reparcelamento”.

Já no caso da capital dinamarquesa, Copenhaga, igualmente vítima de um grande incêndio em 1728, os procedimentos para a concretização do plano de reconstrução foram, em muitos aspectos, semelhantes aos de Londres, uma vez que os proprietários não aceitaram quaisquer constrangimentos ao seu direito de propriedade.⁴⁷¹

Nos casos que acabámos de referir, a implementação dos planos de reconstrução, mais ou menos alargados e mais ou menos renovadores, dependeu da capacidade decisória dos poderes, real (e) ou municipal, e da possibilidade de, em nome do interesse público, se imporem restrições aos proprietários privados.

Sabendo-se que o sismo de Catânia foi conhecido na Europa, devido sobretudo ao processo regenerador por que passara, não parece razoável pensar que não tivesse sido conhecido em Portugal. Se assim foi, não parece absurdo considerar que as soluções jurídico-administrativas aplicadas nessa cidade italiana, tenham inspirado algumas das que vieram a ser aplicadas no processo de reconstrução/renovação de Lisboa.

Mas, as medidas de carácter jurídico aplicadas em Rennes, também poderiam ter servido de inspiração para o processo a aplicar na capital portuguesa, caso Carvalho e Melo e (ou) Manuel da Maia tivessem tido conhecimento das mesmas.

A dificuldade em defender estas hipóteses assenta no facto de o próprio engenheiro-mor nas suas anotações (na 3ª parte da sua Dissertação), nada ter dito sobre o caso da reconstrução de Catânia ou de Rennes (ou outros similares) e de se ter limitado a referir os casos de Londres e de Turim, embora se tivesse queixado da falta de literatura sobre tais casos.

⁴⁶⁹ Jacques-Jules Gabriel (1667-1742) foi um prestigiado arquitecto régio, com intervenções relevantes em Bordéus – a Praça Real – e em Versalhes, por exemplo.

⁴⁷⁰ Monteiro, Claudio, opus cit., p. 68

⁴⁷¹ vide Claudio Monteiro, pp. 71-73

A impossibilidade de comprovar as influências directas das soluções aplicadas nessas cidades no plano de reconstrução/renovação de Lisboa, também não as inviabiliza. E, sem questionar a qualidade do Plano da Baixa Pombalina, não podemos deixar de concordar com a reflexão de Claudio Monteiro (apoiado, por sua vez, nos estudos de Walter Rossa) de que nem “o plano, nem a legislação pombalinas [foram] substancialmente inovadores, já que assentaram em modelos urbanísticos clássicos e retomaram propostas ou soluções já experimentadas anteriormente.”⁴⁷²

Com maiores ou menores influências oriundas das experiências reconstrutivas estrangeiras, quanto “às soluções técnicas e jurídicas adoptadas”, o Plano da Baixa não deixou de se mostrar original “na escala e no efeito de conjunto que elas produziram”.⁴⁷³

⁴⁷² Monteiro, Claudio, opus cit., p. 57

⁴⁷³ Idem, ibidem

II Parte – Lisboa de 1760 a 1833: a cidade iluminada como cidade ordenada

Cap. 4. A reconstrução de Lisboa e ainda a questão do Ar Puro

Poucos anos decorridos sobre o início do seu reinado, D. José I (1750-1777) foi confrontado com o terrível terramoto de 1 de Novembro de 1755 e com toda a série de problemas humanos e materiais que a catástrofe provocou em todo o território português e, em particular na capital, onde esses problemas atingiram uma escala gigantesca.

Nos dias e semanas subsequentes à catástrofe, foram implementadas medidas urgentes para evitar o agravamento do estado caótico em que mergulhara a *Corte*. Publicadas em nome do monarca, essas medidas ou *Providências* partiram da iniciativa do seu secretário de estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, de quem partiriam igualmente todas as iniciativas respeitantes à reconstrução e renovação urbanas.

Compreendendo a urgência da implementação de um plano de reconstrução, Sebastião José de Carvalho e Melo incumbiu o brigadeiro Manuel da Maia de apresentar propostas nesse sentido, as quais foram celeremente elaboradas e apresentadas nas três *Dissertações* (ou três partes da *Dissertação*), datadas entre 4 de Dezembro de 1755 e 31 de Março de 1756.

Finalmente, a 12 de Junho de 1758, surgiu o *plano-piloto* para a Baixa-Chiado, planta de síntese elaborada e subscrita por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, a qual, na opinião de Walter Rossa, foi “apurada segundo um processo magistralmente dirigido e anotado por Manuel da Maia, em convergência e cumplicidade crescentes com Sebastião José de Carvalho e Melo e os membros do seu gabinete.”⁴⁷⁴

O processo conducente à elaboração do plano de reconstrução/renovação da Baixa-Chiado e a sua futura concretização deveu-se, pois, à vontade e aos esforços - desenvolvidos pelo futuro Marquês de Pombal, pelo venerando engenheiro-mor Manuel da Maia e pelo corpo de engenheiros militares que com ele colaboraram desde o primeiro momento. Para esses homens cultos e iluminados, a necessidade da reconstrução da cidade, conjugou-se com a vontade de a renovar em consonância com

⁴⁷⁴ Rossa, Walter, “Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado” in *Monumentos*, Lisboa, ed. Direcção geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 2004, p. 24

as propostas do pensamento Iluminista e os requisitos do pensamento *higienista* que, em muitos aspectos, se apresentavam interligados. Assim, a nova capital que os engenheiros militares pombalinos se propunham erigir, deveria ser limpa, arejada e *ordenada*.

A teoria e a prática do urbanismo das Luzes foram, em toda a Europa, influenciadas pelas “reflexões procedentes do complexo debate que, paralelamente, se estava a desenrolar noutros âmbitos do saber ou da cultura como a economia, a medicina, a física, a filosofia da Natureza (...)”⁴⁷⁵. Aliás, as propostas urbanísticas do pensamento Iluminista coadunaram-se, em muitos aspectos com as do pensamento médico preventivo ou *higienista*, certamente porque ambas provinham da mesma fé no progresso das ciências e na possibilidade de aperfeiçoamento (político, físico e moral) do Homem.

Os iluministas, desejosos de melhorar as condições de vida dos povos (e de lhes proporcionar a *Felicidade*) propuseram, a renovação das cidades herdadas do Antigo Regime, de acordo com os critérios de racionalidade e de eficácia. Os *higienistas*, por sua vez, desejosos de garantir a saúde e a longevidade dos indivíduos, propuseram o saneamento e o arejamento dos espaços e dos edifícios públicos, a implementação e (ou) a melhoria do abastecimento de água e a eliminação de tudo o que pudesse contribuir para *infeccionar* o ar.

As preocupações *higienistas* e particularmente as que se associavam directamente com o ar *puro* encontraram eco junto dos mais destacados membros das elites urbanas de Setecentos em toda a Europa e, naturalmente, também em Portugal. Como já atrás defendemos, algumas das intervenções urbanísticas do período joanino, assim como várias das medidas de saneamento urbano verificadas nos anos subsequentes ao Terramoto de 1755, foram influenciadas pelas ideias *higienistas* e *aeristas*, decorrentes do discurso médico preventivo, cuja divulgação entre nós se verificou a partir da década de 20 do século XVIII, com a publicação da já referida *Anchora Medicinal para preservar a vida com saúde*.

O discurso *higienista* português, iniciado em 1721 com o já citado Tratado de medicina preventiva de Francisco da Fonseca Henriques, foi depois desenvolvido no *Tratado de conservação da Saúde dos Povos*, da autoria de António Nunes Ribeiro Sanches, cuja 1ª edição ocorreu em Paris, em 1756.

⁴⁷⁵ Calatrava, Juan, opus cit., p. 135

Os dois tratados *higienistas* comungaram de idênticas preocupações quanto aos factores que geravam as doenças e ambos evidenciaram um grande optimismo relativamente às “virtudes” do ar *puro*, como garante da saúde e da longevidade dos homens. Esses dois tratados portugueses de Medicina *Higienista* ou Preventiva (tal como os seus congéneres europeus que se vieram a publicar a partir de meados de Setecentos), apontavam as soluções (ou medidas correctoras) que, a serem seguidas, impediriam a propagação das doenças e, nesse sentido, responderam às expectativas do público letrado que, optimistamente, acreditava no progresso das ciências e, particularmente no da Medicina, para a rápida resolução de todas as enfermidades.

Esses dois Tratados *higienistas* portugueses distanciavam-se, porém, quanto ao público-alvo e quanto aos objectivos visados pelos respectivos discursos: no caso da *Anchora Medicinal* o discurso era exclusivamente dirigido aos indivíduos, aos quais competiria fazer opções comportamentais de acordo com as prescrições médicas, o que apelava à responsabilidade individual na preservação da saúde; no caso do *Tratado de conservação da Saúde dos Povos*, o discurso dirigia-se aos detentores do poder (central e local), que eram responsabilizados pela implementação (ou não) das medidas de saneamento dos espaços e edifícios públicos (e outras), imprescindíveis para a salvaguarda da saúde pública, ou de todo o corpo colectivo ou social.

Dito de outra maneira, enquanto o discurso de Fonseca Henriques se continha no microcosmo representado pelo próprio homem, o discurso de Ribeiro Sanches abarcava o macrocosmo (o todo social), o que conduzia, necessariamente, à responsabilização dos governantes e dos seus agentes, na preservação da saúde pública.⁴⁷⁶

Na óptica do nosso estrangeirado, a saúde dos indivíduos era influenciada, positiva ou negativamente, pelo meio ambiente em que viviam e (ou) trabalhavam (cidade, o hospital, o convento, o navio, etc.). Num meio ambiente limpo e arejado e com ar *puro*, os indivíduos gozariam de saúde e, pelo contrário, num meio sujo, mal arejado e com ar *pútrido*, sofreriam todo o tipo de doenças.

No discurso *higienista* de Ribeiro Sanches, reflectiram-se muitas das concepções utópicas e (ou) optimistas, próprias da Filosofia das Luzes, que advogavam a boa fé dos governantes esclarecidos (a começar pelos monarcas) e dos seus representantes e funcionários (ministros, magistrados, capitães de navios, etc.) para a implementação de

⁴⁷⁶ Barreiros, Bruno, “O discurso higienista no Portugal do Século XVIII: tradição e modernidade” in *A Arte Médica e Imagem do Corpo*, catálogo, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 2010.

reformas que proporcionassem saúde e *Felicidade* aos respectivos súbditos. Embora com alguma dose de utopia para a época, o discurso de Ribeiro Sanches iniciou, na verdade, um “processo reivindicativo”, cujo posterior desenvolvimento (em que intervieram médicos *higienistas* de toda a Europa) faria emergir, no século XIX, o Estado-Higienista.⁴⁷⁷

O Tratado de Ribeiro Sanches embora dirigido, como indicava o próprio título, aos *Magistrados, Capitaens Generais, Capitaens de Mar e Guerra, Prelados, Abadessas, Medicos, e Pays de famílias*, não podia deixar de interessar aos médicos e aos engenheiros militares, fosse pelas propostas de saneamento dos espaços e dos edifícios públicos, fosse pelas propostas de renovação urbana e de alteração dos espaços arquitectónicos, umas e outras visando a qualidade do(s) ar(es).

Por outro lado, as inúmeras citações de autores clássicos e de autores modernos, sobretudo de médicos e de architectos (Alberti, por exemplo), que enriqueciam o Tratado de Ribeiro Sanches, não deixavam de tornar a obra apelativa para aqueles profissionais.

Uma vez que a primeira edição do *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* (Paris, 1756) se esgotou rapidamente e que, no ano seguinte, houve uma segunda edição em Lisboa, não parece haver dúvidas quanto ao interesse que a obra despertou e, a nosso ver, os principais interessados na sua leitura foram os médicos e os architectos e engenheiros militares. O facto de a biblioteca privada de Eugénio dos Santos incluir um exemplar desse Tratado⁴⁷⁸, leva-nos a conjecturar que essa obra foi adquirida por outros architectos e engenheiros pombalinos, tanto mais que muitos deles já estavam sensibilizados para as questões *higienistas* e *aeristas* desde o período joanino e alguns deles possuíam obras de medicina⁴⁷⁹ nas respectivas bibliotecas.

As propostas inerentes ao *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* e o modelo de cidade aí preconizado, tiveram, obviamente, um grande impacto junto das elites urbanas lisiponenses numa altura crucial para a tomada de decisões e para a elaboração das propostas de renovação da *Corte*. Conscientes da correlação entre o ar *puro* e a saúde pública, os principais intervenientes no programa de renovação urbana

⁴⁷⁷ vide Araújo, Ana Cristina, “Medicina e Utopia em Ribeiro Sanches” in *Ars Interpretandi – Diálogo e Tempo*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 2000, pp. 35-85

⁴⁷⁸ Leonor Ferrão, opus cit., p. 253

⁴⁷⁹ Segundo Leonor Ferrão, opus cit., p. 229, na biblioteca de Manuel Caetano de Sousa incluíam-se 35 títulos na classe de Ciências e Artes (na qual, por sua vez, se incluíam as obras de medicina)

da capital portuguesa, não ignoraram esse modelo de cidade saudável ou, dito de outro modo, de cidade *desodorizada* e *arejada* e, de facto, como já há muito reconheceu José Augusto França, o ar *puro* foi “objecto da própria planificação da cidade”, uma vez que a nova mentalidade urbana “exigia o estabelecimento de condições ou dados de facto contra a poluição da velha cidade”.⁴⁸⁰

O modelo de cidade saudável proposto por Ribeiro Sanches implicava, não só alterações urbanísticas e arquitectónicas – ruas largas, rectilíneas e pavimentadas e prédios com razoável número de janelas, etc. -, mas também uma mudança de atitude por parte dos magistrados, dos quais se esperava que criassem rigorosas normas sanitárias e que zelassem pelo seu cumprimento. Ora, assim como as alterações urbanísticas e arquitectónicas propostas por Ribeiro Sanches foram contempladas no Plano da Baixa Pombalina de 1758, também a sua proposta de policiamento do espaço urbano conducente ao cumprimento das normas sanitárias⁴⁸¹ foi contemplado com a criação, em 1760, da Intendência Geral da Polícia (de que falaremos noutra capítulo).

O *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* teve, obviamente, grande impacto junto dos médicos portugueses e inspirou a publicação de outros tratados higienistas, como o *Aviso ao povo ou Summario dos preceitos mais importantes, concernentes a criação das crianças, ás diferentes Profissões e officios, aos Alimentos e Bebidas, ao Ar, ao Exercício, ao Sono, aos Vestidos*, datado de 1787 e da autoria de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, um clínico favorável às teorias *aeristas* do movimento e da circulação do ar⁴⁸² e os *Elementos de Higiene, ou Ditames Teoréticos, e práticos para conservar a Saúde*, publicado em 1814 por Francisco de Melo Franco.⁴⁸³

O Tratado de Ribeiro Sanches teve ampla divulgação em vários países europeus, tendo suscitado grande interesse junto de estudiosos - de Jonh Pringle⁴⁸⁴ e Arbuthnot (já referido na p.93), entre outros - e de médicos, o que terá contribuído para a posterior publicação de vários tratados de medicina preventiva como *L'avis au peuple sur sa*

⁴⁸⁰ França, José Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, p. 62

⁴⁸¹ Segundo Ana Cristina Araújo, opus cit., p. 5, “*Leibniz foi um dos primeiros autores a perceber que uma boa polícia, no sentido literal do termo, implicava uma melhor prática da medicina*”

⁴⁸² Madureira, Nuno Luís, *Lisboa 1740 -1830. Cidade: espaço e quotidiano*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1992, p. 177

⁴⁸³ Barreiros, Nuno, opus cit., p. 1

⁴⁸⁴ Jonh Pringle (1707-1782), médico e cirurgião geral do exército inglês, foi um grande defensor das ideias *aeristas* e baseado nelas, implementou várias medidas higienistas nos hospitais militares.

santé (1761) e *La santé des gens de lettres* (1772) do médico suíço Tissot e *Le conservateur de la santé* (1763) do francês Le Bégue de Presle.⁴⁸⁵

A divulgação que o *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* conheceu junto dos arquitectos e dos engenheiros militares inspirou, provavelmente, algumas das intervenções urbanas de cariz sanitário e (ou) a criação das novas tipologias de edifícios públicos (hospitais, prisões, etc.) verificadas em várias cidades europeias, a partir do último quartel do século XVIII.

Em Espanha, o *Tratado de Ribeiro Sanches* suscitou, indiscutivelmente, grande interesse junto do público esclarecido, uma vez que a obra conheceu duas edições num curto espaço de tempo: a primeira em 1781 e a segunda em 1798.

A primeira edição espanhola do *Tratado* (Madrid, 1781) deveu-se ao empenho de D. Benito Bails (1750-1797), destacado cientista, matemático, teórico da arquitectura e professor de matemática (a partir de 1768) na Real Academia de S. Fernando, a quem se atribuiu um papel relevante na transmissão das principais propostas das *Luzes* em Espanha.⁴⁸⁶

No Prólogo de tradutor da referida 1ª edição do *Tratado de la conservation de la salud de los pueblos*, D. Benito Bails explicava que, ao pretender acrescentar aos seus *Elementos de Matemática* (ou *Tratado de Arquitectura*), na parte respeitante à fundação das cidades, algumas advertências⁴⁸⁷ sobre o modo de preservar a saúde dos seus habitantes consultara, entre outras obras, a do médico português e que, face à importância dos assuntos aí desenvolvidos, à grande utilidade da sua doutrina e à clareza da escrita, decidira traduzi-la e publicá-la separadamente.

D. Benito Blais descreveu o percurso académico e profissional de Ribeiro Sanches, tecendo-lhe inúmeros elogios e comentando os méritos do *Tratado da conservação da Saúde dos Povos*, afirmou que todos os assuntos aí ventilados eram de

⁴⁸⁵ *Histoire Générale des Civilisations*, Paris, PUF, 1967, vol. 5, p. 141

⁴⁸⁶ vide Calatrava, Juan, opus cit., p. 140

⁴⁸⁷ Nas palavras do próprio arquitecto, no Prólogo do *Tratado de la conservation de la salud de los pueblos y consideraciones* (...), Madrid, ed. Joachim Ibarra, 1781, p. 2: “advertencias sob o título de Policia de la Ciudad, encaminadas á conservar la salud de sus moradores; pues por mas cuidado que se ponga en escoger el sitio donde se há de fundar una ciudad, por mas que se esmere el Arquitecto en hacer de todo punto acomodadas las habitaciones, padecerían infinitas enfermedades sus vecinos, si ellos, ó el Gobierno se descuidaren en mantener puro el ayre que respiramos, á cuya corrupcion atribuen los Medicos mas experimentados de todos los siglos quasi todas las enfermedades que nos acometen (...)”

extrema importância para a saúde pública mas que alguns, em particular, eram particularmente importantes num Tratado de Arquitectura.⁴⁸⁸

Curiosamente, as duas edições espanholas do *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* ocorreram numa altura em que Madrid (e outras cidades espanholas) passava por importantes intervenções urbanísticas de cariz sanitário⁴⁸⁹ (regularização e calçetamento das ruas, evacuação das águas sujas, abastecimento de água potável, etc.), programadas e dirigidas pelo arquitecto italiano Francisco Sabatini, que foi também o autor do projecto do primeiro Hospital Real da capital espanhola.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ Bails, Benito, Prólogo, *Tratado de la conservación de la salud de los pueblos*, p. 2: “porque si bien todo quanto en ella se ventile es sumamente esencial á la salud pública, hay sin embargo algunos de sus particulares asuntos, que serian muy impertinentes en un tratado de Arquitectura (...)”

⁴⁸⁹ Calatrava, Juan, opus cit., p. 300

⁴⁹⁰ Segundo Juan Calatrava, opus cit., p. 294, o arquitecto Francisco Sabatini genro do arquitecto Luigi Vanvitelli, acompanhou Carlos III, em 1759, quando este deixou Nápoles e partiu para Madrid e, uma vez em Espanha, depressa se destacou, ao ponto de assumir o principal papel em todas as obras públicas, pelo menos até 1788, ano em que morreu Carlos III. Embora tivesse sempre gozado de grande prestígio até à data da sua morte, em 1797, com a subida ao trono de Carlos IV, viu-se preterido nalgumas obras a favor de outros arquitectos, como Juan de Villanueva.

4.1. Ribeiro Sanches e o Tratado da conservação da Saúde dos Povos

O indiscutível mérito do *Tratado da conservação da Saúde dos Povos*,⁴⁹¹ o seu carácter inovador e até o seu carácter “reivindicativo” foram, em grande medida, justificados pelo percurso biográfico do seu autor, repercutindo, por isso, as suas aprendizagens e vivências, os seus relacionamentos profissionais, sociais e pessoais e as suas convicções político-culturais.

Oriundo de uma família de cristãos novos⁴⁹², António Nunes Ribeiro Sanches nasceu em 1699, em Penamacor, sendo filho de Simão Nunes e de Ana Nunes Ribeiro. Vocacionado para o estudo desde muito cedo, Ribeiro Sanches aos doze anos já dominava o latim, falava o castelhano e conhecia boa parte da história nacional, como ele próprio afirmou nas suas notas auto-biográficas.⁴⁹³

Com 16 anos foi para Coimbra, a fim de estudar Filosofia e Medicina mas, decorridos três anos e na sequência de tumultos que aí ocorreram, os pais enviaram-no para Salamanca, onde se doutorou em 1722. Regressado nesse mesmo ano a Portugal, aqui se manteve até 1726, ocupando o lugar de médico do partido⁴⁹⁴ em Benavente.

Tendo sido denunciado como praticante de judaísmo à Inquisição, viu-se forçado a deixar o país nesse ano, partindo para Itália, onde frequentou durante alguns meses, a Universidade de Pisa. De Itália seguiu para França, com o intuito de frequentar os estudos médicos da Universidade de Montpellier mas, tendo-se persuadido, como ele próprio afirmou, do “pouco que ali se podia aprender”, resolveu partir de novo e dirigiu-se para Londres onde se manteve por algum tempo a aprender “as Matemáticas com Jacob Sterling.”⁴⁹⁵

⁴⁹¹ *Tratado da conservação da Saúde dos Povos: Obra útil, e igualmente necessária aos Magistrados, Capitaens Generais, Capitaens de Mar e Guerra, Prelados, Abadessas, Medicos, e Pays de famílias: Com hum Appendix, Consideraçõins sobre os Terramotos, com a noticia dos mais consideráveis, de que faz menção a Historia, e dos últimos que se sentirão na Europa desde o 1 de Novembro de 1755*, Paris, MDCCLVI

⁴⁹² António Coimbra Martins, “António Nunes Ribeiro Sanches” in *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Iniciativas Editoriais, 1971, 4 vol.s, 3º vol. pp. 736-740

⁴⁹³ As notas auto-biográficas de Ribeiro Sanches, escritas a pedido de Diogo Barbosa Machado para serem inseridas na sua *Biblioteca Lusitano*, são citadas por Maximiano Lemos nos seus *Estudos de História da Medicina Peninsular*, Porto, 1916

⁴⁹⁴ Médico remunerado pelos municípios e encarregado da assistência aos pobres.

⁴⁹⁵ Lemos, Maximiano, *Estudos de História da Medicina Peninsular*, Porto, 1916, pp. 43- 45

Ao deixar a Inglaterra foi para a Holanda e dirigiu-se à prestigiada Universidade de Leyde⁴⁹⁶, que era, nessa altura, um verdadeiro centro de pesquisa médico-científica sob a orientação de grandes personalidades da medicina. Nas suas notas autobiográficas, Ribeiro Sanches expressou a admiração e a amizade que nutriu por alguns dos professores que aí conheceu, destacando “o grande Hermano Boerhaave (única felicidade que [conheci] na minha vida) (...) Mr. S.Gravesende na Física experimental, na Anatomia a Bernardo Albinus e nas Humanidades a Pedro Burman”⁴⁹⁷.

Boerhaave, de quem Ribeiro Sanches se tornou amigo, soube reconhecer-lhe as qualidades de clínico e recomendou-o ao Colégio dos Médicos da Rússia, quando este lhe solicitou o envio de três dos seus discípulos. Em 1731, Ribeiro Sanches partiu para a Rússia, tendo de imediato ocupado os lugares de médico-chefe da cidade de Moscovo e de médico da chancelaria de medicina da mesma cidade. Alguns anos mais tarde, foi nomeado médico dos exércitos imperiais, tendo nessa função acompanhado as tropas nas campanhas da guerra contra os Turcos e, logo que foi restabelecida a paz, foi nomeado médico do Corpo Imperial de Cadetes de S. Petersburgo (exclusivamente destinado à aristocracia) e, em 1739, foi também nomeado médico da corte ao tempo da czarina Ana Ivanowna.

Na sequência da complicada conjuntura política que se desenvolveu na corte russa posteriormente a 1741 e que conduziu Isabel Petrowna ao trono, Ribeiro Sanches foi destituído dos cargos que ocupava, devido a intrigas que lhe moveram.⁴⁹⁸ Mas, segundo as explicações dadas pelo nosso ilustre estrangeirado, a perda desses cargos, em 1747, decorreu do pedido de demissão que ele próprio apresentara por, na altura, sofrer de “achques”.⁴⁹⁹

Ribeiro Sanches partiu da Rússia nesse mesmo ano e dirigiu-se para a França, fixando residência em Paris, onde acabou por permanecer até à data do seu falecimento, em 1782. Viveu na capital francesa “como um verdadeiro filósofo”, visitando apenas os seus amigos, os seus compatriotas, os russos, os sábios e os pobres, o que foi possível

⁴⁹⁶ Passaram por essa notável Universidade muitos médicos e estudiosos, alguns dos quais se vieram a notabilizar quer pelo exercício das suas actividades clínicas, quer pelos seus trabalhos científicos, quer ainda pelas obras inovadoras e polémicas que escreveram, como foi o caso de La Mettrie.

⁴⁹⁷ Maximiano Lemos, opus cit., p. 44

⁴⁹⁸ António Coimbra Martins, opus cit., p. 737

⁴⁹⁹ Maximiano Lemos, opus cit., p. 45

graças às ajudas financeiras que recebeu dos “governos da Rússia e de Portugal, e mais tarde, de um fidalgo russo, o príncipe Galitzin.”⁵⁰⁰

A czarina Catarina II da Rússia compensou Ribeiro Sanches pelo zelo com que este a tinha tratado quando jovem e também pelo seu papel de conselheiro em várias questões concernentes à prática da medicina naquele país e, de modo idêntico, o monarca português concedeu-lhe apoio financeiro como compensação pela colaboração prestada para a reforma do ensino médico na universidade portuguesa.⁵⁰¹

As propostas de Ribeiro Sanches, visando a modernização e actualização do ensino médico universitário à luz do pensamento Iluminista, foram explanadas numa obra de cariz pedagógico, intitulada *Methodo para aprender a estudar a medicina* (Paris, 1763). Essas propostas (como já referimos na I Parte do nosso trabalho) repercutiram-se na reformulação do curso de medicina em 1772 e foram concretizadas quer pela inclusão dos autores modernos (como Boerhaave), quer pela inclusão da componente experimental (em laboratórios, no jardim botânico, anfiteatro anatómico) e da componente de prática clínica (no hospital).

Foram ainda as propostas reformistas e pedagógicas de Ribeiro Sanches que contribuíram para a criação de uma instituição especificamente destinada ao ensino da nobreza, o Colégio Real dos Nobres (7 de Março de 1761).⁵⁰²

As ideias reformistas de Ribeiro Sanches nasceram das suas muitas reflexões sobre a situação de Portugal porque, embora se encontrasse na situação de exilado, nunca deixou de se interessar pelo que aqui se passava e acalentou a esperança de poder contribuir para as necessárias mudanças de que o país tanto carecia. O nosso estrangeirado teve oportunidade de divulgar algumas das suas reflexões e propostas quer através da correspondência que manteve com alguns médicos e estudiosos do nosso país, quer através dos contactos que estabeleceu com outros tantos portugueses que residiam no estrangeiro, alguns afastados do país por razões idênticas às suas e outros por se encontrarem no desempenho de cargos diplomáticos, como era o caso de D. Luís da Cunha.

⁵⁰⁰ Maximiano Lemos, *História da medicina em Portugal*, vol. II, p.101

⁵⁰¹ Segundo opinou Mira, M. Ferreira de, opus cit., pp. 253-254, Ribeiro Sanches elaborou a reforma do ensino médico “para responder a uma consulta do Governo português”

⁵⁰² Serrão, Joaquim Veríssimo, “Portugal Pombalino” in *História de Portugal*, dir. João Medina, Lisboa, ed. Ediclube, vol. VII, p. 320

Primeiramente em Londres e depois em Haia, Ribeiro Sanches foi apoiado por este proeminente diplomata joanino, a quem assistiu como médico, no final da sua vida em Paris. Sendo D. Luís da Cunha um homem de grande cultura, um progressista e um iluminado (segundo Luís F. de Almeida, um “representante característico de um iluminismo não revolucionário”), disponibilizou-se, provavelmente, a ouvir e a debater com o nosso estrangeirado algumas das suas ideias reformistas, nomeadamente as que respeitavam ao ensino médico.⁵⁰³

Os contactos pessoais e por correspondência que Ribeiro Sanches manteve ao longo da sua vida com médicos, investigadores e homens de cultura de vários países, permitiram-lhe acompanhar as descobertas mais recentes e partilhar das ideias mais inovadoras surgidas em todos os campos do saber o que, obviamente, se veio a reflectir nas suas próprias ideias. Alguns desses contactos foram proporcionados pela sua eleição como sócio em várias instituições médicas e academias europeias, como a Sociedade Real de Medicina de Paris (da qual foi um dos fundadores conjuntamente com Vicq d’Azyr⁵⁰⁴), a Academia Imperial de S. Petersburgo, a Academia das Ciências de Paris e, mais tarde, a Academia Real das Ciências de Lisboa.⁵⁰⁵

No número dos seus correspondentes contavam-se alguns médicos, filósofos e investigadores que, como ele, tinham frequentado a Universidade de Leyde e tinham sido alunos de Boerhaave, nomeadamente La Mettrie⁵⁰⁶, Jaucourt⁵⁰⁷, Albrecht von Haller⁵⁰⁸ e Van Switen.⁵⁰⁹

⁵⁰³ Ainda segundo Luís F. de Almeida, D. Luís da Cunha “participou nas tentativas de renovação cultural do nosso país, fomentadas pelos estrangeirados” e quando no seu *Testamento político* sugeriu ao futuro D. José I a escolha de Sebastião José de Carvalho e Melo para ministro, foi porque o julgou capaz de implementar algumas das reformas defendidas pelos estrangeirados.

⁵⁰⁴ Félix Vicq d’Azyr (1748-1794), foi um médico destacado e um notável anatomista. Graças às suas importantes contribuições no campo da anatomia comparada, foi eleito membro da Academia Real das Ciências, com apenas 26 anos de idade e, mais tarde, tornou-se membro da Academia Francesa. Ocupou o lugar de médico-regente na Faculdade de Medicina de Paris, o de comissário geral para as epidemias e o de secretário perpétuo da Sociedade real de medicina e foi ainda professor de anatomia no “Jardin du Roi” e na Escola veterinária de Alfort, médico de Maria Antonieta (em 1789), membro da Comissão temporária das artes e médico dos hospitais durante a Revolução. Publicou várias memórias sobre diversos assuntos, alguns artigos médicos na *Encyclopédie* e o *Traité d’anatomie et de physiologie* (1786).

⁵⁰⁵ vide *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa-Rio de Janeiro, ed. Enciclopédia, 1945, vol. 25

⁵⁰⁶ Julian Offray de La Mettrie (1709-1751), médico e filósofo iluminista, foi extremamente polémico na época em que viveu (mesmo junto dos outros iluministas), devido às ideias materialistas e hedonistas que defendeu nas diversas obras publicadas, de que destacamos a *Histoire naturelle de l’âme* (1745), o *Discours sur le bonheur* e *L’Homme-machine* (1748). Nesta última obra, La Mettrie rejeitou o dualismo cartesiano do corpo-mente e defendeu, metaforicamente, o homem como uma máquina.

⁵⁰⁷ Louis de Jaucourt (1704-1779), médico e notável homem de cultura, foi membro de diversas academias e sociedades científicas – da Royal Society of London, das Academias francesas, das

Nos meios cultos e filosóficos parisienses que frequentou, Ribeiro Sanches teve a oportunidade de conhecer um grande número de sábios franceses, que lhe granjearam simpatia e apoio, entre os quais se contavam D'Alembert, Buffon, Diderot. Ribeiro Sanches escreveu sobre diversos temas (origem dos hospitais, casamento dos padres, belas artes, cristãos novos, administração colonial, comércio da Rússia, administração da justiça, etc.), mas os seus escritos mais relevantes foram os que dedicou às doenças venéreas, ao ar, ao ensino médico e à medicina *higienista*.

Quanto aos estudos de venereologia, o primeiro foi publicado em Londres, em 1751 e intitulou-se “A dissertation on the origin of the venereal disease”, o segundo intitulado “Maladie vénérienne”, foi redigido para a *Encyclopédie* ⁵¹⁰ e o último, intitulado “Observations sur les maladies vénériennes”, foi publicado postumamente (graças ao empenho do seu amigo e biógrafo Andry) e foi considerado um trabalho de grande importância por parte de uma comissão da Sociedade Real de Medicina de Paris.⁵¹¹

Dos textos pedagógicos, destacaram-se as *Cartas sobre a educação da mocidade* (Paris, 1760) e o já citado *Methodo para aprender a estudar a medicina* (Paris, 1763).

Mas a sua obra mais importante foi, indiscutivelmente, o seu *Tratado da conservação da Saúde dos Povos*, cuja primeira edição (Paris, 1756) foi dedicada a “D. Pedro Henrique de Bragança, Sousa Tavares, Mascarenhas da Sylva, Duque de Lafoens, Regedor das Justiças do Reyno”.⁵¹²

Academias de Berlim e de Estocolmo, etc. Notabilizou-se, entre outras coisas, por ter sido o autor de cerca de 18000 artigos científicos da *Encyclopédie*.

⁵⁰⁸ Albrecht von Haller (1708-1777) depois de completar os seus estudos de medicina, realizou importantes pesquisas em botânica e anatomia e tornou-se professor na Universidade de Gottingen (1736), onde formou o horto florestal, o centro anatómico e o instituto fisiológico. De entre os muitos estudos publicados, destacou-se o seu notável tratado de fisiologia, o *Elementa physiologiae corporis humani* (1757-1766), que o consagrou como o maior fisiologista do século XVIII.

⁵⁰⁹ Gerard Van Swieten (1700-1772), foi um dos mais reputados discípulos de Boerhaave. Tornou-se médico pessoal da imperatriz Maria Teresa da Austria em 1745 e contribuiu para a renovação do curso de medicina e para a renovação do serviço sanitário desse país e foi ainda por sua iniciativa que se criaram em Viena, um jardim botânico e um laboratório químico.

⁵¹⁰ Mira, M. Ferreira de, *História da medicina em Portugal*, Lisboa, ed. Empresa Nacional de Publicidade, 1947, p. 253

⁵¹¹ Maximiano Lemos, opus cit., vol. II, p. 104

⁵¹² O 1º duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva (filho primogénito do infante D. Miguel e de D. Luísa Casimira de Nassau e Sousa), nasceu a 10 de Janeiro de 1718 e, entre outros cargos, ocupou o de Conselheiro de D. João V e o de regedor das Justiças da casa da Suplicação. Destacou-se na sociedade pela sua cultura, particularmente no campo da música. Falecendo solteiro, a 26 de Junho de 1761, o seu título passou para o irmão, D. João Carlos de Bragança Sousa L.T.M. da Silva, personagem igualmente relevante no campo da cultura, a cuja iniciativa se ficou a dever a criação da Academia Real das Ciências.

Ribeiro Sanches referiu-se no Prólogo do seu Tratado, às razões que o levaram a redigir essa obra, explicando que a mais importante de todas foi a de almejar a preservação da saúde dos povos, por entender que estes eram a maior riqueza das nações. Apontou ainda outra razão, de grande validade na sua opinião, a de informar os arquitectos, uma vez que estes frequentavam escolas de arquitectura civil e militar onde lhes ensinavam a edificar “com perfeição” (uma cidade, um templo, um edifício público, etc.), mas onde nada lhes ensinavam sobre os preceitos que contribuía para a conservação da saúde.

O *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* estava subdividido em trinta capítulos, sendo os oito primeiros dedicados a explicar pormenorizadamente os princípios químicos do Ar (a natureza do Ar, as suas qualidades e seus efeitos), as causas da elevação dos vapores e das exalações (os princípios físicos das correntes térmicas, os ventos e seus efeitos), as implicações topográficas sobre os elementos (efeitos da temperatura do Ar entre os trópicos), os efeitos dos *maus ares* sobre o ser humano (efeitos da atmosfera alterada, ou podre, no corpo humano) e as doenças que podia provocar. Do exposto nesses capítulos, concluía-se que a estagnação era um princípio de podridão do ar e que o movimento dos fluidos era o princípio da sua salubridade.

Assim, a questão do ar *puro* constituía a pedra basilar de tudo e, por isso, todas as reflexões e recomendações sobre as cidades e os edifícios públicos e privados, presentes nos capítulos nove a catorze, convergiam para a necessidade de melhorar o(s) ar(es) que aí se respiravam.

No capítulo IX, intitulado *Dos sítios mais sadios para fundar cidades e mais povoações*, Ribeiro Sanches, depois de comentar que os médicos nunca haviam sido consultados nem pelos magistrados nem pelos arquitectos para a fundação das povoações, explicou, com base nas opiniões de autores da Antiguidade e da Renascença (Hipócrates, Aristóteles, Leon Batista Alberti) e nas dos seus contemporâneos (Thomas Short⁵¹³, entre outros), que as cidades, para terem bons ares, deveriam estar viradas a

⁵¹³ Thomas Short, médico do rei Jorge II (1727-1760), membro do Colégio Real dos *Físicos* e da Royal Society of London, foi autor da *General chronological History of the Air (...) and its Effects on Animal and Vegetable Bodies*, publicada em 1749.

oriente e disporem de água corrente, sendo preferível que se localizassem em sítios “medianamente levantados” para não sofrerem inundações.⁵¹⁴

Nos capítulos seguintes, X e XI, explicava os efeitos nocivos para a saúde que as inundações provocavam e os meios que deveriam ser usados para as evitar e também os graves problemas para a qualidade do ar e para a saúde que se verificavam nos bosques muito cerrados, aconselhando, por isso, a que se evitasse construir nas suas proximidades.

Seguiam-se os capítulos XII a XIV que tratavam especificamente das características topográficas, urbanísticas e sanitárias que todas as povoações deveriam possuir, para poderem dispor de bons ares e, conseqüentemente, poderem garantir a saúde dos seus habitantes. No capítulo XII, intitulado *Do interior das cidades, e como devem ser os seus edifícios para a conservação da Saúde*, Ribeiro Sanches teceu várias considerações sobre a fundação das cidades, afirmando que nesse processo se tinham cometido muitos erros, os quais ainda se verificavam nas cidades mais antigas da Europa, onde existiam ruas “muito estreitas, sem direcção [que não tinham] nenhuma limpeza, nenhum aqueducto para se (...) evacuem as agoas ou da chuva, ou do uso dos habitantes (...) o que tudo contribuia antes para infectar o Ar (...) [sendo] a cauza das frequentes pestes, e Epidemias.”⁵¹⁵

Seguidamente, Ribeiro Sanches afirmava que nas cidades e vilas mais cultas (que não identificou!) esses erros já tinham sido corrigidos porque os Magistrados tinham ordenado a construção de “ruas largas, e direitas que se [terminavam em] grandes praças (...) [mandando-as] depois cobrir de calçadas consistentes (...) [e também mandaram fazer] as cazas de pedra e cal com telhados tão firmes (...) e com aljarozes, e aqueductos para dar sahida as agoas, juntamente com a limpeza das ruas (...) [o que corrigiu] em muita parte a corrupção do Ar”⁵¹⁶.

Constatando que a com aplicação dessas medidas, se purificava o ar, Ribeiro Sanches recomendava que se construíssem ruas largas, devendo ser mais largas as “que atravessarem os valles, ou lugares bayxos da cidade (...) e que as ruas, e as praças [fossem] cobertas de boas, e firmes calçadas, como todos os lugares publicos: que as

⁵¹⁴ Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da conservação da Saúde dos Povos*, pp.s 55-56

⁵¹⁵ Idem, p. 72

⁵¹⁶ Idem, p. 73

agoas da chuva, como as que servirão os habitantes, [tivessem] curso livre, e rapido por canais e cloacas (...)”⁵¹⁷.

No capítulo XIII, intitulado *Da limpeza necessária nas villas e cidades para se conservar o Ar Puro*, Ribeiro Sanches começava por observar que de “pouco sirviria todo o cuidado do Magistrado na fabrica das ruas, praças, aqueductos, e cloacas, se não insistisse no quotidiano cuidado de conservar a Cidade limpa” e alertava precisamente para a sujidade das ruas, uma vez que estas recebiam todo o tipo de imundices, desde os dejectos dos animais que por aí circulavam aos resíduos domésticos e aos que provinham das actividades económicas. Propunha, por isso, a criação de uma “ley inviolavel” que obrigasse os moradores a limparem diariamente a rua defronte das respectivas casas e que os lixos varridos fossem transportados em carros “ao modo de cofres” para fora da cidade e que existissem “carros com pipas de agoa, que regassem as ruas (...)” principalmente nos meses mais quentes do ano.⁵¹⁸

Recomendava ainda que se proibisse o lançamento “pellas janellas de dia ou noite agoa mesmo limpa, ou immunda, cisco, ou qualquer outra matéria (...)”, que se proibisse a existência de qualquer “officio que cauzasse podridão ou mão cheiro”, que se proibisse a criação de animais dentro da cidade (bichos da seda, pombos, porcos, coelhos, patos, e outros) e a sua circulação pelas ruas e que se lavassem diariamente “com agoa e vinagre”, os bancos dos mercados e praças onde se vendiam os comestíveis, para evitar os maus cheiros. Referia, por fim, as “origens de continua podridão” das habitações - os excrementos dos animais e as águas sujas da cozinha, das adegas e de outros usos – apresentando no capítulo XX, designado *Da pureza do Ar que se deve conservar nas casas*, as propostas relativas ao saneamento doméstico que, no essencial, consistiam na escolha do primeiro andar dos prédios para habitar, na introdução de latrinas e na existência de muitas janelas e chaminés, para garantir a circulação do ar, porque o frio não poderia “causar tanto mal como o Ar sufocado”.

No capítulo XIV, intitulado *Das qualidades das agoas saudáveis, e como se devem entreter os poços, os rios, e os portos do mar para a conservação do Ar*, Ribeiro Sanches referia-se à importância das boas águas na saúde e apontava as causas que provocavam a sua *podridão* e geravam os maus cheiros e, consequentemente, as doenças.

⁵¹⁷ Idem, p. 76

⁵¹⁸ Idem, p. 78

Para Ribeiro Sanches, o espaço de implantação e de expansão da cidade devia ser sadio, bem arejado e servido de boas águas e o seu traçado urbano deveria comportar ruas largas e direitas e praças amplas, umas e outras devidamente pavimentadas e limpas, devendo casas possuir um pé direito alto e grandes janelas.

A partir do capítulo XV e até ao capítulo XXX, Ribeiro Sanches debruçou-se sobre os edifícios públicos e sobre espaços e actividades que reuniam um elevado número de indivíduos - igrejas, conventos, hospitais, prisões, casernas, acampamentos militares e navios –, aconselhando, insistentemente, que neles se cuidasse da limpeza e da ventilação.

No início do capítulo XV, intitulado *Da pureza do Ar e da limpeza que se deve guardar nas igrejas*, Ribeiro Sanches afirmava que nenhum “ lugar dentro da cidade [necessitava] tanta ventilação como o ar das Igrejas” por duas razões principais: por se encontrarem “fechadas a maior parte do dia natural” e por acumularem “exalações e vapores podres”, decorrentes quer das muitas pessoas que as frequentavam, quer das sepulturas que aí existiam. Apontava em seguida os erros de se construírem edifícios baixos, de paredes grossas e com poucas janelas e, mais adiante, referia “os danos que [causava] à Saúde enterrar nos Templos”, argumentando que essa prática não se justificava e deveria ser abolida (assunto que também trataremos noutro capítulo).

No capítulo XVI, intitulado *Da necessidade de renovar o Ar frequentemente nos Conventos e em todas as comunidades*⁵¹⁹, Ribeiro Sanches começava por observar que, pelo modo como tinham sido construídos, a maior parte dos conventos não podiam ser favoráveis à conservação da saúde, sendo raros os que pela sua estrutura interior conservavam o ar seco e ventilado. Depois de explanar os múltiplos problemas para a saúde que decorriam da falta de saneamento e da acumulação de ares *pútridos*, alertava os Prelados e as Abadessas para a necessidade quer da limpeza, quer do arejamento quotidiano dos dormitórios, do coro, das capelas, dos oratórios e de outros espaços conventuais.

Seguiram-se os capítulos XVII e XVIII dedicados à questão dos hospitais (de que voltaremos a falar): no primeiro intitulado *Da necessidade de renovar o Ar frequentemente no Hospitais, e da limpeza, que nelles se deve conservar*, Ribeiro Sanches afirmava que os dois maiores defeitos desses edifícios eram a sua localização

⁵¹⁹ Idem, p. 97 a 107

nos centros urbanos e as suas grandes dimensões. Mais à frente, explicava como as elevadas taxas de mortalidade dos grandes hospitais (dando como exemplo o Hôtel-Dieu de Paris) se deviam ao ar *pútrido* aí acumulado e aconselhava, por isso, a que não se alojassem muitos enfermos no mesmo lugar.⁵²⁰

Com base nessas reflexões, propunha que se criassem hospitais de menores dimensões, complementares do hospital central da cidade, onde poderiam convalescer os doentes que já tivessem ultrapassado a fase mais crítica da(s) doença(s) e (ou) das cirurgias. No capítulo XVIII, intitulado *Remedios para emmendar o Ar dos Hospitais e corrigir a infecção dos moveis e vestidos*, tecia algumas recomendações aos arquitectos que viessem a ser encarregados de projectar este tipo de edificios, sendo a principal a de lhes garantir um bom arejamento “por todos os lados, e pellas janelas principalmente das enfermarias.”⁵²¹

No capítulo XIX, intitulado *Do sumo cuidado que se deve ter nas prisões para purificar o Ar delas e renová-lo cada dia*, analisava as péssimas condições sanitárias desse edificios e apontava as medidas que poderiam corrigir o ar que aí se respirava.

Seguiram-se os capítulos XXI a XXVI dedicados às doenças dos soldados, aos meios para prevenir a *corrupção* do ar nas casernas e nos hospitais militares e à limpeza que os soldados deveriam observar para preservar a saúde. Os últimos capítulos, XXVII a XXX, foram dedicados à *corrupção* do ar nos navios e à saúde dos marinheiros.

Resumindo, na óptica do nosso estrangeirado, a preservação da saúde pública exigia uma reforma urgente dos lugares mais infectos da cidade - igrejas, hospitais, prisões, casernas, matadouros, mercados - e de todos os espaços promíscuos, onde a confluência de gentes e a concentração de lixos e detritos tornavam repulsiva, à vista e ao olfacto, a experiência quotidiana da coabitação urbana. Propunha, por isso, insistentemente, aos poderes públicos que intervissem no controle do saneamento dos espaços e dos edificios públicos, a fim de possibilitarem a tão necessária desodorização e *purificação* do ar.

A desejada (e reclamada) intervenção do Estado, deveria conduzir à produção e à fiscalização de leis e normas sanitárias mais rigorosas, assim como a intervenções urbanístico-arquitectónicas capazes de melhorar os espaços e os edificios públicos – o

⁵²⁰ Idem, p. 113

⁵²¹ Idem, p. 121

alargamento e a pavimentação das ruas, a construção de uma rede de abastecimento de água e de uma rede de esgotos, a construção de novos hospitais e de quartéis e a de cemitérios extra-muros.

Do discurso *higienista* de Ribeiro Sanches, depreendia-se que a melhoria das condições de existência do homem conducentes a garantir a saúde e a longevidade dos indivíduos e, conseqüentemente, o progresso da sociedade, exigia a aliança da ciência com o poder político, ou seja, a conjugação do saber dos médicos (e de outros *experts*) com as autoridades vigentes.

Dirigido especificamente à classe dirigente e aos seus agentes, esse discurso responsabilizava-os pela preservação da saúde dos súbditos e, inversamente (caso fossem inoperantes no campo do saneamento público) pela possível propagação das doença(s) e pelas mortes daí decorrentes.

No *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* patentearam-se, acima de tudo, as preocupações de Ribeiro Sanches relativamente à degradação do(s) ar(es) nos espaços e nos edifícios públicos e às suas terríveis implicações na saúde e no bem-estar dos indivíduos. Por tais preocupações, assim como pelas propostas destinadas a melhorar o saneamento urbano e a *purificar* o ar, o nosso estrangeirado demonstrou não só seguir atentamente o “debate científico europeu acerca do ar, suas propriedades, perigos, odores e insondáveis misturas, mas também conhecer a bibliografia mais recente sobre essas matérias, o que se patenteia nas múltiplas citações de estudiosos como Pringle, Priestley, Arbuthnot, Hales, Boyle, Lancisi, entre outros”.⁵²² Revelou ainda que se encontrava bem informado sobre as mais recentes técnicas em matéria de desodorização e limpeza ambiental (rede de esgotos nas cidades, chaminés e ventiladores nos edifícios, etc.).

Informado pelos recentes estudos e descobertas científicas (tal como na primeira metade de Setecentos se verificara com Fonseca Henriques), Ribeiro Sanches acreditava que, com a intervenção dos poderes constituídos, seria possível melhorar as condições sanitárias e melhorar a qualidade do ar nos espaços e nos edifícios públicos da cidade, indispensáveis à preservação da saúde dos seus habitantes.

De acordo com as suas concepções, a abertura de ruas largas, rectilíneas e pavimentadas, a implementação de um eficaz sistema de limpeza urbana e de

⁵²² Ana Araújo, opus cit., pp. 33-34

escoamento de lixos e de águas sujas, o afastamento para a periferia urbana de actividades económicas *poluentes* (criação de animais, matadouros, curtumes, etc.) e de práticas religiosas que geravam cheiros *pestíferos* (enterramento dentro de edifícios religiosos) eram as condições *sine qua non* indispensáveis para a concretização desse modelo de cidade saudável.

Assente nos princípios do pensamento *higienista*, esse modelo de cidade, coadunava-se com os novos conceitos urbanísticos e arquitectónicos iluministas porque, como explicou Juan Calatrava, o “higienismo em todas as suas variantes era uma das grandes marcas da cultura arquitectónica e urbanística do Iluminismo”⁵²³

Foi esse modelo de cidade saudável, logo *higienista*, que influenciou os detentores do poder aquando da tomada de decisões relativas ao programa de reconstrução/renovação da capital portuguesa e foi, indubitavelmente, esse modelo que inspirou todos os engenheiros militares que receberam a incumbência de planear e de implementar esse programa.

Como profissionais altamente qualificados e actualizados não só na sua área de especialização mas também noutros domínios do saber, os engenheiros militares pombalinos revelaram estar em sintonia com *l’air du temps*, ou seja, estar bem inseridos na cultura iluminista e *higienista* do seu tempo.

⁵²³ Calatrava, Juan, opus cit., p. 300

4.2. Os engenheiros-militares, a renovação da capital e as questões higienistas

Coube ao idoso brigadeiro Manuel da Maia (1680-1768) o desempenho do papel primordial no processo de reconstrução de Lisboa, uma vez que caiu sobre os seus ombros a responsabilidade da elaboração das propostas reconstrutivas e a supervisão das equipas que prepararam os planos (plantas) a implementar. Foi ele quem num espaço de tempo de apenas “33 dias depois da catástrofe, apresentou ao poder o conceito e linhas de força do que viria a ser o plano-piloto para a renovação da zona central da cidade.”⁵²⁴

A designação do Manuel da Maia deveu-se, não só ao facto de desempenhar o cargo de engenheiro-mor do Reino em 1755 mas, sobretudo, ao facto de ser o profissional que melhor conhecia o espaço urbano lisiponense, em resultado da sua longa carreira profissional (iniciada no reinado de D. Pedro II) e à sua participação em grandes empreendimentos urbanos como o da linha de fortificações de Lisboa (1702)⁵²⁵ e o do Aqueduto das Águas Livres (1733-1736).

Destacou-se como um profissional de notável craveira, cujo saber teórico e prático conjugava a herança da Academia (Aula) de Fortificação, com os saberes modernos, primeiramente assentes num racionalismo de inspiração cartesiana e depois no pragmatismo das Luzes. Efectivamente, na sua formação teórico-prática pesaram por um lado, os ensinamentos da tradição própria da Academia (onde também leccionou durante algum tempo), a partir do contacto com as obras didácticas de Serrão Pimentel e da colaboração com o seu filho Francisco Pimentel e, por outro lado, os ensinamentos de Manuel de Azevedo Fortes, de quem foi discípulo e herdeiro. Esses dois vectores da sua formação reflectiram-se no seu desempenho profissional, patenteando-se quer pelo “(...) peso da tradição que não tinha Azevedo Fortes (formado no estrangeiro), quer

⁵²⁴ Walter Rossa, “Dissertação sobre reforma e renovação na cultura do Pombalismo” in *O Terramoto de 1755: impactos históricos*, p. 383

⁵²⁵ Walter Rossa, no seu *Além da Baixa*, p. 18, afirmou que Manuel da Maia integrou como apontador, a partir de 20 de Dezembro de 1702, a equipa responsável pela Linha Fundamental de Fortificação de Lisboa, à qual estavam associados, entre outros, os engenheiros Francisco Pimentel, Manuel Mexia da Silva e Manuel de Azevedo Fortes

[pelo] conhecimento de ponta que por desfasamento temporal não podia ter tido Serrão Pimentel”⁵²⁶

Conhecendo bem o francês e o italiano (além do latim), Manuel da Maia recorreu, desde muito cedo, a obras escritas nessas línguas, ciente da necessidade de actualizar os conhecimentos na sua área de especialização. Foi, sem dúvida, por essa razão que a Junta dos Três Estados⁵²⁷ o encarregou de traduzir várias obras de arquitectura militar, uma das quais foi o *Governador das Praças* de Antonio de Ville Tolozano, publicado em 1708 e a outra a *Fortificação moderna ou recopilação de diferentes métodos de fortificar* da autoria de Pfeffinger, publicada em 1713.⁵²⁸

Frequentando os meios académicos e sendo ele próprio sócio da Academia Real de História, Manuel da Maia, enquanto homem de cultura⁵²⁹, não podia deixar de acompanhar de perto os muitos debates ocorridos nos círculos académicos joaninos sobre os temas de maior actualidade da época, nos quais se incluíam os do saneamento urbano, da distribuição da água, do arejamento e da *purificação* do ar.

Se, como sugeriu Walter Rossa⁵³⁰, o engenheiro Manuel da Maia esteve presente na já referida reunião de 7 de Fevereiro de 1719, destinada à escolha do sítio para a implantação da Patriarcal, teve a oportunidade de conhecer Fonseca Henriques (o já referido médico *higienista* de D. João V) e de discutir com ele, alguns desses assuntos.

Tendo ou não conhecido o “dr. Mirandela” pessoalmente (nessa ocasião ou nalguma sessão académica), Manuel da Maia leu, provavelmente, a *Anchora Medicinal para preservar a vida com saúde*⁵³¹ como deve ter lido mais tarde o *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* de Ribeiro Sanches, estando, por isso, sensibilizado para as questões *higienistas*, ou seja, as questões concernentes à preservação da saúde (privada e pública).

⁵²⁶ Rossa, Walter, opus cit., p. 19

⁵²⁷ Instituição criada em 1641 por D. João IV, com funções de aconselhamento e de fiscalização nos assuntos respeitantes à guerra e à administração. Foram-lhe posteriormente atribuídas novas funções e funcionou ininterruptamente até 8 de Abril de 1813, data em que foi extinta.

⁵²⁸ *Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 15, p. 952

⁵²⁹ A sua designação como guarda-mor da Torre do Tombo, em 1745, deveu-se, sem dúvida, ao facto de ser reconhecido como um grande erudito

⁵³⁰ Walter Rossa, *Além da Baixa*, p. 24

⁵³¹ De acordo com a informação prestada por Cristovam Ayres, opus cit., p. 54, no testamento elaborado a 27 de Junho de 1764, o brigadeiro Manuel da Maia declarou que a sua casa, na Travessa do Salema, ardera na altura do Terramoto, com todos os haveres, incluindo a biblioteca, pelo que não podemos senão conjecturar acerca dos livros que aí existiriam.

As preocupações com o saneamento dos espaços públicos e com a *purificação* do ar, próprias do discurso *higienista*, revelaram-se, efectivamente, nas *Dissertações* do brigadeiro Manuel da Maia.

As três *Dissertações* de Manuel da Maia (ou, dito de outro modo, as três partes da sua *Dissertação*), datadas, respectivamente, de 4 de Dezembro de 1755, 16 de Fevereiro e 31 de Março de 1756, constituíram o ponto de partida do processo de renovação urbana. Na primeira *Dissertação* (ou 1ª parte) foram apresentadas as cinco propostas de reconstrução da cidade, prevendo-se nas três primeiras a “reposição do tecido urbano preexistente com índices diversos de correcção e densidade”⁵³² com, entre outras coisas, a utilização de técnicas construtivas modernas (primeira proposta), com o alargamento das ruas, por segurança e comodidade (segunda) e com a limitação da altura dos edifícios a dois pisos (terceira).

Quanto às duas últimas propostas (as preferidas do engenheiro-mor), mostravam-se mais inovadoras e até radicais, uma vez que recusavam qualquer possibilidade de recuperação do tecido preexistente. Na quarta proposta propunha-se o arrasamento total da área afectada e a construção de uma nova malha urbana, com ruas largas e edifícios de dois pisos e, na quinta e última proposta, propunha-se o abandono da área afectada e a reconstrução da cidade na zona de Belém-Pedrouços que, a ser concretizada, corresponderia, afinal, à construção de uma nova cidade *ex-nihilo*. Relativamente a esta última proposta ou modo, Manuel da Maia apontava diversas vantagens como, por exemplo, a maior liberdade de construir quer para os construtores quer para os antigos moradores da Baixa, a menor sensibilidade da zona a abalos sísmicos, a ligação assegurada com a cidade antiga (que já se desenvolvia para ocidente) e a maior salubridade.

A escolha de uma das cinco propostas ou “modos” de reconstrução da cidade (cada uma com prós e contras associados), dependeria da opção tomada pelo monarca quanto ao sítio para a implantação do futuro palácio real sendo o melhor, na opinião de Manuel da Maia, o que se localizava entre S. João dos Bem casados e o convento de Nª Srª da Estrela, porque tinha boas comunicações, era bem servido de “correntezas de aguas p.ª limpeza dos edif.ºs e ruas (...) e era *salutifero*”⁵³³.

⁵³² Walter Rossa, “Dissertação sobre *reforma e renovação* na cultura do território do Pombalismo”, p. 381

⁵³³ *1ª Dissertação sobre a renovação da Cid.e de Lisboa* (...) in Mª Leonor M. Ferrão de Oliveira, opus cit., anexo documental, p. 43

Ainda nesse texto, Manuel da Maia sugeria ou induzia, como referiu Walter Rossa⁵³⁴, à escolha da quarta proposta ou “modo” para a reconstrução da cidade, defendendo as suas vantagens sem deixar, contudo, de apontar os problemas de ordem técnica e de ordem jurídica (estes directamente relacionados com o direito de propriedade) que apresentava. Um dos maiores problemas técnicos relacionava-se com a presença dos entulhos e, como solução, Manuel da Maia propunha que os mesmos fossem utilizados para “dar mayor altura ao pav.to da cid.e baixa (...), principiando a altea-la do adro do conv.to da Annunciada, do adro do conv.to de N.Srª da Boa Hora, do adro da Ermida de Nª Srª da Assumpção da rua dos ourives da prata, e a esta imitação todas as mais ruas”⁵³⁵ Recomendava, porém, que não houvesse precipitação a nivelar as ruas com os entulhos para se evitar a *corrupção* do ar, devido à presença dos corpos putrefactos aí se encontravam.

Na altura em que redigiu a segunda parte da sua *Dissertação* (16 de Fevereiro de 1756), Manuel da Maia já sabia que o poder central (o futuro Marquês de Pombal) favorecia a escolha do “4º modo” e, por isso, abordou resolutamente as questões de ordem técnica (relacionados com a da altura máxima dos prédios a construir, com o nivelamento das cotas do solo, com o alargamento das ruas, etc.) e de ordem jurídica (relacionados com a distribuição dos terrenos aos antigos proprietários para a reedificação, sem melindrar o direito de propriedade, etc.) inerentes a essa proposta de arrasamento total da parte baixa da cidade e à sua reedificação. A finalizar o texto, o engenheiro-mor apontava as dificuldades com que se confrontava para cumprir a sua tarefa por se achar “m.to falta de preparativos, e comodid.e” (faltavam-lhe os livros e um local adequado para trabalhar) e afirmava ser importante para tal manter “a saúde bem conservada”, embora esta pudesse estar ameaçada pela presença das “aguas corruptas, e sem mov.to assim na rua nova dos ferros, como no Rocio” que deterioravam a qualidade do ar.⁵³⁶

Na terceira parte da sua *Dissertação* (31 de Março de 1756), Manuel da Maia evidenciou, de forma mais clara, as suas preocupações *higienistas*, isto é, as que se relacionavam com a boa qualidade do ar indispensável à preservação da saúde. Assim, ciente de que para preservar a qualidade do ar era necessário combater os cheiros *pútridos* directamente associados aos lixos, às águas estagnadas e à falta de arejamento

⁵³⁴ Walter Rossa, “Dissertação sobre reforma e renovação na cultura do território do Pombalismo”, p. 382

⁵³⁵ Leonor Ferrão, opus cit. p. 43

⁵³⁶ Leonor Ferrão, opus cit., anexo documental, p. 51

dos espaços públicos, começou por apresentar três soluções para libertar as ruas “dos embaraços que as [faziam] immundas”: a construção de “conductos subterrâneos” que canalizariam as “agoas e superficialidades dos edifícios” para as cloacas abertas no meio das ruas; a remoção diária dos lixos, com recurso a carros e carretas; a criação de um espaço livre “entre cada duas ruas, e as duas ordens de edifícios”, um “alfurge” ou rua estreita “de sinco, ou seis palmos” para a qual se lançariam as “tais superficialidades”, que seriam posteriormente removidas pelos “carretões”. Das soluções apresentadas, a sua preferida era a primeira, ou seja, a que previa a construção de uma ampla rede de esgotos.

As preocupações com o ar *puro* levaram Manuel da Maia a introduzir nesse texto algumas recomendações aos engenheiros encarregues da elaboração das plantas, sendo uma delas a de criarem “ algumas praças em lugares convenientes para q. nestes vazios tivesse o ar commodos em que produzisse os seus bons effeitos.” Por razões de saúde pública, como constatou o Prof. José Augusto França⁵³⁷, o engenheiro-mor recomendou também que se melhorassem os “Conductos (...) para as fontes [da] Cidade baixa destruída (...)”, afirmando que não seria supérfluo se “em cada rua houvesse hum fonte, ou cada caza tivesse hum chave de agoa”.⁵³⁸

A terceira parte da *Dissertação*, enviada tal como as anteriores ao Duque de Lafões⁵³⁹, foi acompanhada de quatro plantas para a parte baixa da cidade e de seis desenhos-tipo (dois desaparecidos) respeitantes às ruas (pavimento) e aos edifícios (fachadas e cobertura) e ao sistema de esgotos⁵⁴⁰, que tinham sido elaboradas pelas três equipas de “Officiaes Engenheiros e Praticantes da Academia Militar”, designadas pelo próprio engenheiro-mor: a primeira formada por Pedro Gualter da Fonseca e por Francisco Pinheiro da Cunha; a segunda formada por Elias Sebastião Pope e por José Domingos Pope; a terceira formada por Eugénio dos Santos de Carvalho e por António Carlos Andreas.

As quatro plantas referidas - elaboradas com base na “planta da parte baixa de Lisboa destruída” que Manuel da Maia fornecera às três equipas – representavam diferentes graus de intervenção no tecido urbano, nuns casos com a plena aceitação das

⁵³⁷ França, José Augusto, opus cit., p. 20

⁵³⁸ Leonor Ferrão, opus cit., anexo documental, p. 54

⁵³⁹ Trata-se do 1º Duque, D. Pedro Henrique de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas e Silva e Ligny (1718-1761)

⁵⁴⁰ Rossa, Walter, “Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado”, pp. 25-26

preexistências e das particularidades locais, nomeadamente quanto à localização das igrejas e capelas e noutros com uma maior abstracção. Contudo, só a 19 de Abril é que surgiram as duas plantas mais inovadoras (ousadas, como as designou Walter Rossa), a de Eugénio dos Santos (planta nº 5, já desaparecida) e a de Elias Sebastião Pope (a nº 6).

A planta de Eugénio dos Santos, apesar de ser “uma quase abstracção no seu traçado geométrico”⁵⁴¹, conciliava a regularidade e a racionalidade erudita com o conhecimento prático do território a intervir, ou seja, combinava a inovação do traçado viário com alguns valores (ou memórias) da cidade antiga respeitando, nesse sentido, um princípio caro a Manuel da Maia, o da *liberdade competente*.⁵⁴²

Considerando ser da maior importância a escolha dos profissionais que iriam executar o plano aprovado – a referida planta nº 5 de Eugénio dos Santos –, Manuel da Maia recomendou os nomes do capitão Eugénio dos Santos e do tenente-coronel Carlos Mardel, por serem os mais adequados porque, segundo afirmou, “alem de serem Engenheiros de profição, [eram] também na Architectura Civil os primeiros Architectos.”⁵⁴³

Eugénio dos Santos e Carvalho (1711 – 1760) obteve a sua formação académica frequentando primeiramente a Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão e, a partir de 19 de Fevereiro de 1735, a Aula (Academia) de Fortificação e Architectura. Revelou desde muito cedo não só um bom conhecimento dos teóricos da arquitectura, dos clássicos (*antigos*) aos modernos, denotando uma clara preferência por estes últimos e, quando da defesa das suas teses no exame final e público da Aula da Esfera (19 de Junho de 1736), justificou essa preferência, afirmando que a verdade devia “ser o primeiro critério da autoridade.”⁵⁴⁴

Para reforçar e actualizar os seus conhecimentos, Eugénio dos Santos adquiriu um considerável número de obras de arquitectura dos mais destacados autores italianos, franceses e portugueses, como ficou demonstrado pela inventariação do espólio da sua biblioteca privada realizado, como já referimos, por Leonor Ferrão. Faziam parte desse espólio, tratados de arquitectura dos melhores autores dos séculos XV e XVI e de

⁵⁴¹ Teixeira, Manuel C., “O Plano de reconstrução da Baixa de Lisboa: a expressão erudita do modo tradicional de planeamento da cidade portuguesa” in *O Terramoto de 1755. Impactos Históricos*, p. 421

⁵⁴² Rossa, Walter, opus cit., p. 27

⁵⁴³ Leonor Ferrão, opus cit., p. 55

⁵⁴⁴ Leonor Ferrão, opus cit., p. 345

autores setecentistas: Ferdinando Galli Bibiena, Jacques-François Blondel, Charles-Étienne Briseux, Jean Mariette, Bernard Forest Belidor, entre outros. Mas, além das obras directamente associadas à sua actividade profissional, Eugénio dos Santos também reuniu um apreciável número de obras representativas de diversas áreas do saber - Filosofia, Física, Economia, Agricultura, Música, Artes Mecânicas, etc. -, incluindo 79 títulos da classe das “Ciências e Artes”⁵⁴⁵, entre as quais se contava a edição francesa do *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* de Ribeiro Sanches.⁵⁴⁶

Eugénio dos Santos, na qualidade de oficial com exercício de engenharia, trabalhou a partir de 1736 nas fortificações do Alentejo (Estremoz e Évora, entre outras) e nas obras do Palácio das Necessidades e, em 1750, obteve o cargo de arquitecto supranumerário da Casa das Obras e dos Paços Reais e foi igualmente nomeado arquitecto do Senado camarário, sucedendo ao pai, o arquitecto Manuel da Costa Negreiros. Chamado no início de 1756, por Manuel da Maia para dirigir uma das equipas responsáveis pela elaboração dos planos de reconstrução da capital e tendo sido seleccionado o seu plano ou ante-projecto em Abril de 1756 foi, a 12 de Junho desse ano, nomeado director da recém- criada Casa do Risco das Obras Públicas. Seguiram-se outras nomeações, como arquitecto da Alfândega (1756), arquitecto do Arsenal da Marinha (Abril de 1757) e arquitecto da Alfândega e da Praça do Comércio (Janeiro de 1758).⁵⁴⁷

A par dos trabalhos que realizou no desempenho desses cargos, Eugénio dos Santos também realizou outros trabalhos decorrentes de diversas encomendas privadas, sendo um deles o projecto de reconstrução do Palácio dos Marialvas na Rua Larga de S. Roque⁵⁴⁸ (actual Rua da Misericórdia).

De Carlos Mardel, de nacionalidade húngara, pouco se sabe antes da sua chegada a Portugal em 1733, a não ser que adquirira experiência profissional “ao serviço do Sacro Império, na Polónia e na Inglaterra”⁵⁴⁹. Tendo sido bem recebido no nosso país, logo a 9 de Julho de 1735, foi nomeado sargento-mor de infantaria com o

⁵⁴⁵ Como explica Leonor Ferrão, opus cit., nota da p. 247, nas bibliotecas setecentistas, esta classe estava subdividida em várias secções, englobando obras de Filosofia, Ciências, Física, Matemática, Medicina, Cirurgia, Farmácia, Economia, Agronomia, Artes Liberais, etc.

⁵⁴⁶ Leonor Ferrão, opus cit., p. 265

⁵⁴⁷ Ferrão, Leonor, “Um oficial do *Génio* e a Nova Lisboa” in Revista *Monumentos*, Lisboa, ed. Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 21, Setembro de 2004, p. 68

⁵⁴⁸ Designação que surge na *Regulação para o estabelecimento da pequena posta, caxas, e portadores de cartas em Lisboa*, Lisboa, oficina de António Rodrigues Galhardo, 1801, p. 63

⁵⁴⁹ *História da Arte em Portugal*, Lisboa, ed. Alfa, 1986, vol. 9, p. 98

exercício de engenheiro e, a 22 de Fevereiro de 1747, arquitecto dos paços reais da Ribeira, de Sintra, de Salvaterra e de Almeirim.

Carlos Mardel teve uma actividade profissional intensa que se estendeu do reinado de D. João V ao de D. José I e que, embora mais centrada em Lisboa, também se estendeu a Coimbra – projectos da portaria e claustro do Convento de Santa Clara-a-Nova e do Real Colégio de S. Paulo (1752) –, a Aveiro – o Plano de regularização da barra (1756) – e a outras zonas do país. Dirigiu, durante alguns anos as obras do Aqueduto (de 1745 a 1763), tendo projectado a mãe-de-água das Amoreiras e alguns chafarizes, como já referimos na 1ª parte do nosso trabalho.

Após o sismo de 1755, reconstruiu alguns conventos e igrejas e projectou o Palácio de Oeiras (1759), do conde e futuro Marquês de Pombal, o Palácio de Lázaro Leitão e o dos Carvalhos⁵⁵⁰, além do Colégio dos Nobres (adaptação do antigo noviciado da Cotovia), inaugurado em 1760.

Escolhido por Manuel da Maia para, conjuntamente com Eugénio dos Santos, executar o plano de reconstrução urbana foi nomeado, a 12 de Junho de 1758, para a direcção da Casa do Risco (criada entre 1757 e 1758⁵⁵¹). A partir de 5 de Agosto de 1760 (data do falecimento de Eugénio dos Santos) e até 8 de Setembro de 1763 (data do seu falecimento), chefiou a Casa do Risco.

A intervenção de Carlos Mardel na Baixa, ficou particularmente associada à urbanização da praça do Rossio, para a qual projectou o Palácio da Inquisição (lado norte) e os prédios de rendimento, caracterizados por um desenho diferente (sobretudo ao nível da cobertura) dos prédios das ruas contíguas. Mas o arquitecto teve ainda um papel decisivo na zona ocidental da cidade, zona que ele conhecia bem em resultado das diversas obras aí realizadas (ou iniciadas) no período joanino, entre outras, a Mãe de Água das Amoreiras e a Igreja de Santa Isabel (1741).

Para essa área, apresentou em Dezembro de 1756, um plano de urbanização que compreendia, numa primeira versão, as “zonas dentro do perímetro Arco do Carvalhão, Amoreiras, Bairro Alto, Rossio e S. Sebastião” e, numa segunda versão, apresentada a 11 de Agosto de 1757, as zonas dos “Anjos, Arroios, Bemposta e o Campo do Curral”.

⁵⁵⁰ Idem, *ibidem*

⁵⁵¹ Segundo Claudio Monteiro, opus cit., p. 195, as primeiras referências à sua existência surgiram na “Consulta que aquela Junta (Junta do Comércio) fez ao Rei em 21 de Julho de 1727” e na “consulta de 25 de Abril de 1758”.

O plano apresentado por Mardel respondia às ordens recebidas do brigadeiro Manuel da Maia que, a 9 e a 12 de Abril de 1756, ordenara a alguns dos seus colaboradores – Carlos Mardel, Eugénio dos Santos, Elias Sebastião Pope e António Carlos Andrey – que delineassem e marcassem a área compreendida entre os terrenos de Lisboa edificada, e a linha da sua fortificação.

Em resposta a tal determinação, surgiu um segundo plano para a zona ocidental “que cobria a zona compreendida entre Alcântara, S. Paulo, Rato e Arco do Carvalhão” e, com esses “dois planos e o da Baixa ficou coberta a quase totalidade da área inserida no perímetro inicialmente definido e coincidente com a linha de fortificação.”⁵⁵²

Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel formaram a “*equipa dos três obreiros da reconstrução da cidade*” (classificação de José Augusto França), cuja acção foi coadjuvada e (ou) continuada por outros arquitectos e engenheiros militares, dos quais destacamos Reinaldo Manuel e José Monteiro de Carvalho.

Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1790) adquiriu muitos dos seus conhecimentos e experiência profissional na “escola” de Mafra (onde começou a trabalhar muito jovem como canteiro) e mais tarde na Aula do Risco. Já no período de reconstrução da capital, entrou na Casa do Risco para trabalhar com Eugénio dos Santos, primeiro como aprendiz e depois como ajudante e, algumas décadas depois, chefiou essa mesma Casa (1770).

Teve uma intervenção diversificada na cidade em reconstrução, devendo-se-lhe a reedificação de alguns edifícios religiosos, o acabamento do plano da Rua Augusta, a construção do *Passeio Público* (1764), a edificação de vários de prédios (sobretudo no Bairro de S Paulo) e a construção das Igrejas dos Mártires e de S. Nicolau. Esteve igualmente associado às obras do Aqueduto, como já referimos em capítulo próprio (tendo projectado vários chafarizes) e à construção do quartel de infantaria do Conde de Lippe (1778).

Quanto a José Monteiro de Carvalho (pouco estudado até agora), sabe-se que nasceu em Lisboa, na freguesia do Socorro, por volta de 1718 (data provável), e que a sua aprendizagem decorreu (tal como a de Eugénio dos Santos) entre a “Aula da Esfera” e a Academia das Fortificações da Corte. Foi, sem dúvida, um profissional de gabarito como comprovam a evolução na carreira militar – ajudante de infantaria com exercício

⁵⁵² Rossa, Walter, “A cidade portuguesa” in *História da Arte Portuguesa*, vol. III, pp. 298-299

de engenheiro em 1751, capitão engenheiro em 1762, sargento-mor em 1768 – e os sucessivos cargos desempenhados, mas os seus conhecimentos não se restringiam à sua área profissional.

Os gostos e interesses culturais de Monteiro Carvalho estenderam-se à geografia e às ciências naturais (e aos gabinetes de “curiosidades”?) e levaram-no a publicar, em 1765, o *Diccionario Portuguez das plantas, arbustos, matas, arvores, animaes quadrúpedes, e reptis, aves, peixes, mariscos, insectos, gomas, metaes, pedras, terras, mineraes, & que a Divina Omnipotência creou no globo terráqueo para utilidade dos viventes*. Embora não se possa descartar a hipótese de o autor ser um homónimo do engenheiro Monteiro de Carvalho, como advertiu Renata Araújo, conjugam-se vários elementos a favor deste último: a dedicatória a Sebastião José de Carvalho e Melo, justificada como um agradecimento pelos “benefícios recebidos” e a informação de que os conhecimentos e experiências tinham sido adquiridos no exercício da actividade “pelas Províncias deste Reino”.⁵⁵³

Tendo ingressado muito jovem no exército, já em 1744 tinha obtido a patente de capitão e foi nesse ano requisitado para colaborar “nos trabalhos de desempenimento do curso do Tejo”, continuando ligado a essa obra até, pelo menos, 1746.⁵⁵⁴

Depois da sua nomeação como Ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro, a 20 de Dezembro de 1751, foi enviado para a Província de Trás-os-Montes tendo elaborado, no ano seguinte, o *Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa da Espanha, na América Meridional*⁵⁵⁵, cópia do famoso “mapa das cortes”, cujo original serviu de base para as discussões do Tratado de Madrid, de que entretanto decorriam as demarcações no Brasil.⁵⁵⁶

Entre 1752 e 1762, executou um considerável número de plantas de praças-fortes, em várias regiões do país: a da Praça de Campo Maior, em 1752; as das praças de Vinhais, de Vimioso, de Outeiro, de Vinhais, de Monforte de Rio Livre, de Montalegre e de Chaves em 1753; as de Miranda do Douro e de Bragança, em 1754 e a

⁵⁵³ Araújo, Renata Malcher de, “A Relação das Propriedades e o processo de edificação e de reedificação de Lisboa”, in *Lisboa setecentista: a ordem nascida do caos. Uma viagem em torno da Relação das propriedades de Cazas, que nesta cidade de Lisboa, se tem edificado e reedificado*, Lisboa, ed. C.M.L. 2011

⁵⁵⁴ Araújo, Renata Malcher de, opus cit., p. 27

⁵⁵⁵ Esse Mapa, que foi indicado por Sousa Viterbo no seu *Diccionario dos Architectos e Engenheiros*, vol III, p. 175, encontra-se na secção de Cartografia da B.N.

⁵⁵⁶ Araújo, Renata Malcher, opus cit., p. 25

de Marvão em 1762.⁵⁵⁷

Chamado a participar nos trabalhos de desentulhamento e de arrasamento da parte baixa de Lisboa, levados a cabo nos anos subsequentes ao Sismo de 1755, Monteiro de Carvalho deixou de lado a sua actividade de cartógrafo até 1777, altura em que elaborou a *Carta Geographica da Província da Beira* que ofereceu à jovem Rainha D. Maria I (1777-1816).

Embora já estivesse associado às obras da capital, entre Janeiro de 1759 e Maio de 1760, foi enviado a Oeiras, Sintra e Alenquer, para superintender nas obras das casas da câmara e cadeia dessas localidades.⁵⁵⁸

A 1 de Setembro de 1760, Monteiro de Carvalho sucedeu a Eugénio dos Santos como arquitecto das obras do Conselho da Fazenda e, nos anos que se seguiram, chefio as equipas encarregues de arrasar os prédios semi-destruídos da parte baixa da cidade e, pelo seu desempenho nessa ingrata missão (embora absolutamente indispensável para a concretização do “4º modo” de renovação da cidade proposto por Manuel da Maia), foi alcunhado de “Bota-abaixo”.

A 2 de Abril de 1766, segundo um documento citado por Sousa Viterbo, Monteiro de Carvalho foi encarregado pelo Marquês de Pombal de delinear o Bairro de Alfama⁵⁵⁹ e, também a partir desse ano, passou a chefiar o corpo técnico da Inspeção dos Bairros de Lisboa⁵⁶⁰ competindo-lhe, como ele próprio afirmou a “abertura das Ruas, dezentulhos e alinhamentos dellas, e das propriedades da nova edificação”.⁵⁶¹

Em reconhecimento do trabalho desenvolvido por Monteiro de Carvalho “com as demarcações dos Terrenos, e mais dependências das Obras Publicas da reedificação da Cidade de Lisboa”, o rei ordenou à Junta (Decreto datado de 23 de Janeiro de 1769) que lhe pagasse “outocentos mil réis” e lhe concedesse ainda um pagamento anual de duzentos mil réis para ajudas de custo.⁵⁶² Contudo, reconhecendo que o valor estipulado para as ajudas de custo não era “bastante para suprir as referidas despesas” ordenou à Junta (Decreto de 14 de Abril de 1770) que, daí em diante e até à conclusão do trabalho

⁵⁵⁷ As plantas referidas encontram-se no GEAEM

⁵⁵⁸ Araújo, Renata Malcher, opus cit., p. 26

⁵⁵⁹ Viterbo, Sousa, opus cit., p. 175

⁵⁶⁰ Segundo Claudio Monteiro, opus cit., p. 197, foi precisamente nesse ano de 1766, que o “corpo técnico da Inspeção dos Bairros de Lisboa se autonomizou em relação à Casa do Risco das Obras Públicas”

⁵⁶¹ Araújo, Renata Malcher, opus cit., p. 28

⁵⁶² Santana, Francisco, opus cit., vol. I, p. 180

em causa, pagasse ao referido engenheiro militar a quantia de “quatrocentos mil reis” anuais.⁵⁶³

Monteiro de Carvalho conjugou, a partir de 1769, as funções de inspector dos Bairros com as de director das obras de adaptação do antigo colégio de Santo Antão em Hospital Real (de que falaremos em capítulo próprio) e, a partir de 1770, com as de director das obras de reconstrução do Palácio da Inquisição

Até 1778, Monteiro de Carvalho continuou a desempenhar as suas funções de inspector das obras da cidade, como se deduz de alguns *Avisos* da Junta do Comércio: um, datado de 6 de Fevereiro de 1778, dispensava Monteiro de Carvalho da inspecção do Passeio Público (a que estava ligado desde 1771)⁵⁶⁴ e outro, de Agosto de 1778, encarregava-o de proceder à “vestoria do Terreno devassado, para se alargar a Traveça, que divide o Mosteiro das Religiozas” (Recoletas Bernardas do Mosteiro da Nazaré)⁵⁶⁵ (...) [e de] informar se na reposição do mesmo Terreno se [desfigurava] o deliniamento da Cidade ”⁵⁶⁶

Em 1778, Monteiro de Carvalho publicou a *Relação das propriedades de casas que nesta Cidade de Lisboa, se tem edificado e reedificado, pela nova regulação determinada por S.Magestade desde o anno de 1755 até ao prezente de 1776*, a qual foi completada por uma 2ª parte em 1778. O manuscrito, redigido em 1778, conjugou os dados relativos aos anos de 1755 a 1766 com os que ele próprio recolhera, no período de 1766 a 1778.

Nos seus dois últimos anos de vida (faleceu a 23 de Março de 1780), Monteiro de Carvalho concluiu o levantamento das plantas das freguesias de Lisboa, que iniciara por volta de 1770.⁵⁶⁷

A concretização do programa de reconstrução/renovação da capital, exigia consideráveis meios humanos - desde os especialistas do urbanismo e arquitectura (engenheiros militares) aos artesãos e artistas (ladrilhadores, estucadores, pintores, azulejadores; etc.) e operários (carpinteiros, pedreiros, serralheiros, latoeiros, etc.) - e

⁵⁶³ ANTT, JC, livro 112, fl.s 217- 217vº.

⁵⁶⁴ ANTT, JC, livro 118, fl.s 115vº-116.

⁵⁶⁵ Sousa Viterbo, opus cit., I vol., p. 519, afirmou que Giacomo Azzolini foi autor do projecto de reedificação do convento das Recoletas descalças de S. Bernardo.

⁵⁶⁶ Santana, Francisco, *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa*, vol. 1, p. 438, Livro 119 (XVI, f. 6-6v).

⁵⁶⁷ vide Santana, Francisco, *Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII (Plantas e descrições das suas freguesias)*.

materiais (pedra, cal, madeira, etc.), uns e outros dependentes da existência de avultados fundos financeiros para suportar as despesas.

A base financeira indispensável ficou assegurada com a decisão tomada pela Junta do Comércio⁵⁶⁸ a 2 de Janeiro de 1756, de oferecer o donativo de 4% sobre todas as mercadorias e manufacturas para custear as despesas das obras a realizar. Esse donativo, inicialmente destinado às obras de reconstrução das Alfândegas e da Bolsa dos negociantes, rapidamente se alargou a todas as obras de reconstrução da cidade, assumindo aquela instituição, enquanto administradora desse fundo financeiro, a responsabilidade por quase todas as obras.

O volume e a complexidade dessas obras determinaram a institucionalização da Repartição das Obras Públicas (depois designada Inspeção) e da sua Casa do Risco, competindo à primeira, entre outras coisas, estabelecer “o interface entre o Ministro, a quem cabia a responsabilidade política pela condução das obras públicas e o Arquitecto Principal da Casa do Risco, a quem cabia a sua direcção técnica.”⁵⁶⁹

A responsabilidade da Junta do Comércio na condução das obras de reconstrução da cidade só terminou no reinado de D. Maria I, na sequência da promulgação do decreto de 14 de Julho de 1780, que determinou a transferência da receita do donativo dos 4% e dos correspondentes meios humanos e materiais para o Erário Público.

Com a subida ao trono de D. Maria I e o afastamento do Marquês de Pombal, assistiu-se ao desmantelamento do “quadro institucional da reconstrução” estabelecido por aquele secretário de Estado, sendo então criada a Intendência Geral das Obras Públicas (em substituição da anterior Inspeção), que deixou “de ser uma repartição vocacionada para a reconstrução de Lisboa e passou a ser um serviço central de obras públicas”.⁵⁷⁰

⁵⁶⁸ Segundo Jorge Borges de Macedo in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 621, essa Instituição foi criada pelo Decreto de 30 de Setembro de 1755, datando os seus estatutos de 12 de Dezembro de 1756, os quais foram confirmados pelo alvará de 16 do mesmo mês. Tinha largas atribuições, desde a organização das frotas, à fiscalização do comércio, intervenção nas falências dos mercadores e negociantes, determinação do preço dos fretes e sua cobrança, fiscalização de artigos movimentados nas alfândegas (açúcar, tabaco, couros), verificação das habilitações para determinados officios fabris, etc.

⁵⁶⁹ Claudio Monteiro, opus cit., p. 200

⁵⁷⁰ Idem, p 202

4.2.1. Lisboa renovada, arejada e ordenada: a nova malha urbana e o saneamento

Como ficou exposto nos capítulos anteriores, nos últimos meses de 1755 e até inícios de 1756 foram publicados vários alvarás e editais preparatórios para a definição das bases jurídicas do programa de reconstrução/renovação da capital e foram igualmente definidas as bases financeiras necessárias para sustentar esse programa.

Nesse mesmo período, foi-se tornando claro que a reconstrução da cidade se faria segundo o “4º modo” proposto (e até mesmo “induzido”) pelo brigadeiro Manuel da Maia nas já referidas *Dissertações*. Faltava apenas seleccionar o plano/planta em que se basearia essa reconstrução e, por isso, a 31 de Março de 1756, Manuel da Maia enviou à apreciação do Conde de Oeiras os seis planos executados pelos seus colaboradores.

Em Abril desse mesmo ano, o Conde de Oeiras pronunciou-se a favor do plano nº 5, da autoria de Eugénio dos Santos, que era igualmente o preferido de Manuel da Maia, talvez por ser o que melhor evidenciava preocupações, valores e opções similares às que ele próprio propunha nas *Dissertações*: a defesa do ar *puro*, a conciliação de valores tradicionais com medidas pragmáticas e racionais inerentes ao urbanismo iluminado.

O plano de Eugénio dos Santos comportava diversas medidas susceptíveis de melhorar a qualidade do ar na nova cidade – a abertura de ruas largas e rectilíneas, o calçetamento e a limpeza dos espaços públicos, a construção de prédios limitados a dois a três pisos, a rede de esgotos, etc. – que correspondiam às que Ribeiro Sanches apontava (particularmente no capítulo XII do seu Tratado) como indispensáveis para se corrigir “a corrupção do Ar”.

Ora, o traçado das novas ruas “num xadrez funcional”⁵⁷¹, marca distintiva do plano de Eugénio dos Santos, garantia, como já há muito reconheceu Augusto França, a “liberdade do ar e da luz (...) [os] valores novos a que devia obedecer-se”.⁵⁷²

⁵⁷¹ França, José Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, p. 62

⁵⁷² *Idem*

Nos dois anos que mediam entre a escolha do ante-projecto de Eugénio dos Santos e a promulgação do plano definitivo pelo alvará de 12 de Junho de 1758, foram desenvolvidas diversas acções preparatórias nas áreas a intervencionar, incluindo o desentulhamento, o arrasamento dos prédios arruinados, a nivelção das cotas dos terrenos, etc., e foram criadas novas medidas de carácter institucional e legal, que completaram e reforçaram as já existentes.

Do conjunto das novas medidas legais, destacou-se pela sua relevância, o alvará de 12 de Maio de 1758, que regulava o sistema fundiário, definia os direitos públicos e privados, estabelecia os métodos de compensação aos proprietários pelos terrenos cedidos em prol do bem público (para a criação dos novos arruamentos, etc.) e lhes determinava a obrigação de construírem no prazo máximo de cinco anos ou de cederem os respectivos terrenos mediante indemnização adequada.

O plano de renovação urbana aprovado a 12 de Junho de 1758, era, indiscutivelmente, mais abrangente do que o ante-projecto de Abril de 1756, uma vez que a área de intervenção prevista, de acordo com a planta de síntese assinada por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, se alargava “a toda a zona central da cidade, tornando bem clara a manutenção da estrutura morfológica de toda a vertente sul-poente da colina do Castelo e do Bairro Alto que, com o rio, se constituem nas balizas da área sujeita a integral renovação (...) [surgindo] as áreas do Chiado e de S. Paulo pela primeira vez, integralmente ordenadas em desenho”⁵⁷³



Figura 44. *Planta da Baixa* de 1758, de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel

⁵⁷³ Rossa, Walter, “Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado” in *Monumentos*, p. 30

O Plano da Baixa Pombalina (ou da Baixa-Chiado, como prefere Walter Rossa), extensível a uma área de intervenção de aproximadamente 600000m², criou uma malha urbana ortogonal, caracterizada pela regularidade das ruas, longitudinais e transversais, e pela harmonia das proporções dos prédios. E, foi precisamente nessa articulação das ruas e dos quarteirões, que se definiu, a “estética da reconstrução pombalina”.⁵⁷⁴

As ruas sujeitaram-se a uma espécie de hierarquia segundo a posição que ocupavam no plano, ao modo como se articulavam com o Rossio e o Terreiro do Paço e ao seu perfil⁵⁷⁵, diferenciando-se as três mais importantes - a Rua Áurea, a Rua Augusta e a Rua Bela da Rainha (mais tarde, Rua da Prata) - das restantes quer pelas dimensões, quer pelo desenho das fachadas dos respectivos prédios.

A largura dessas artérias principais (já com a inclusão dos passeios laterais) é de sessenta palmos (12 metros), enquanto nas ruas secundárias, as transversais e algumas longitudinais, é de apenas quarenta palmos. As ruas longitudinais e transversais criam uma malha de quarteirões, cujas dimensões variam entre os 25 por 71 metros (nos quarteirões longitudinais) e os 33 por 59 metros (os dispostos transversalmente) compostos, por sua vez, por um número regular de lotes, também eles com diversas dimensões, consoante as características do terreno de implantação.

Para ultrapassar as dificuldades criadas pelos declives do terreno, particularmente nas zonas periféricas da área intervencionada - Rua do Alecrim e Rua Nova do Almada, no lado ocidental, e Rua da Madalena, no lado oriental -, os prédios foram construídos com uma ou mesmo duas caves abobadadas (para vencer os desníveis abruptos entre ruas) mantendo, porém, “os alinhamentos perspécticos através dos sucessivos aumentos de pés-direitos nos pisos térreos, a que se vai somando também a altura crescente das sobrelojas”.⁵⁷⁶

As instruções que acompanharam o plano aprovado a 12 de Junho de 1758, além de definirem o alinhamento e as características do traçado viário – “uma largura uniforme para cada rua (...) e um desenho-tipo específico para as fachadas” -, definiam

⁵⁷⁴ França, José Augusto, “A reconstrução de Lisboa – política, economia, administração, estética e técnica” in 1755. *O grande terramoto de Lisboa*, p. 321

⁵⁷⁵ Teixeira, C. Manuel, Valla, Margarida, *O urbanismo Português, séculos XIII-XVIII. Portugal e Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 291

⁵⁷⁶ Santos, Maria Helena Ribeiro dos, “As fachadas da reconstrução: características e evolução” in *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, p. 448

igualmente “a escala da architectura”⁵⁷⁷, patente num alçado (desenho) abrangendo todo o quarteirão e a que cada prédio individual devia obedecer.

Seguindo a proposta inicial de Manuel da Maia (que defendia a construção de prédios de pouca altura para garantir o arejamento das ruas), Eugénio dos Santos elaborou inicialmente três desenhos de prédios de dois andares, mas esses prospectos não mereceram a aprovação de Carvalho e Melo. Decorrido algum tempo, o architecto elaborou - entre Junho de 1758 e Junho de 1759, segundo José Augusto França⁵⁷⁸ - um novo prospecto de fachada com quatro pisos: o primeiro com janelas de sacadas, os segundos e terceiro com janelas de peitoril e o quarto de águas-furtadas.

Embora o desenho em causa se destinasse, genericamente, a servir de modelo para a construção dos prédios de rendimento previstos para os quarteirões da Baixa pombalina, a sua aplicação cingiu-se aos prédios das ruas principais, adoptando-se um modelo mais simplicado, para os prédios das ruas secundárias. Assim, o desenho das fachadas dos prédios *pombalinos*, apresentava-se mais elaborado ou mais depurado (no emolduramento dos vãos, por exemplo), consoante a qualidade (ou posição hierárquica) da rua a que se destinava.

José Augusto França identificou três modelos de fachadas nesses prédios, tendo presente os pormenores que as diferenciavam (uma vez que o esquema compositivo é idêntico) e designou-os como tipos A, B e C: o tipo A, o mais elaborado (correspondente ao modelo de Eugénio dos Santos), aplicado nas ruas principais, “apresenta as vergas de cantaria das janelas recortadas, exibindo a do último andar uma pequena cornija, pegada à cimalha, ornamentada com um fecho, [descendo] as peças laterais dos segundo e terceiro andares abaixo do nível dos peitoris, simulando consolas [tendo] as sacadas ligadas por um rodapé de pequena altura, tal como os alizares dos portais, e [dispondo] cada porta uma bandeira, enquanto as águas-furtadas são ornamentadas com aletas sumárias (...)”; o tipo B, aplicado aos prédios das duas ruas paralelas às primeiras, a Nova da Princesa (depois dos Fanqueiros) ou perpendicular a elas, a de S. Julião, no qual “as vergas perderam o recorte, apresentando cantarias rectilíneas, embora as peças laterais tenham conservado o seu prolongamento em falsa

⁵⁷⁷ Idem, *ibidem*

⁵⁷⁸ Na opinião de José Augusto França, *opus cit.*, p. 38, uma vez que esses desenhos foram assinados por Eugénio dos Santos, e por Pombal, ainda com o nome de Carvalho e Melo, a sua data é anterior a Junho de 1759 (data em que o ministro obteve o condado de Oeiras) e é posterior, senão paralelo, às instruções de 12 de Junho de 1758.

consola (...) [e onde] desapareceu também o roda-pé que ligava as janelas sacadas, mantendo-se só o das lojas que, por seu lado, perderam as bandeiras nas portas, tal como as janelas dos terceiros andares deixaram de ter o pequeno fecho (...)”; o tipo C, que não possuía janelas rasgadas no primeiro piso e tinha “as cantarias dos vãos simplificados em simples rectângulos e igualmente reduzidos os enquadramentos das águas-furtadas (...)”.⁵⁷⁹ Foram ainda desenhadas fachadas de composição mista (combinando os tipos B e C) para os prédios de algumas ruas transversais (as da Conceição e de Santa Justa, por exemplo).

No decorrer das obras de reconstrução, foi-se acentuando a diversidade das fachadas, quer ao nível de pormenores, como os que atrás foram apontados, quer no ritmo dos vãos do rés-do-chão e sobrelojas, devendo-se isso ao contributo dos arquitectos que sucederam a Eugénio dos Santos e a Carlos Mardel na Casa do Risco, particularmente a Reinaldo dos Santos. A diversidade dos modelos das fachadas dos prédios pombalinos, acentuou-se mais nos que estavam mais afastados da zona central e ocupavam as zonas periféricas e ao longo do rio.⁵⁸⁰

Do final do século XVIII às primeiras décadas do século XIX, as alterações das fachadas foram, pelo menos em parte, o resultado da adopção de novos programas para os prédios de rendimento, muitos dos quais passaram a ter “um único fogo por piso (...) ou, noutros casos, foram destinados a um único inquilino, frequentemente o proprietário”. Nesses casos, as fachadas foram enriquecidas graças, por exemplo, à “marcação de um eixo central de simetria” e à “multiplicação de varandas nos diversos pisos, na versão individual, ou contínua ao longo da fachada [chegando] a decorar todos os pisos acima do térreo.”⁵⁸¹

Por detrás das suas fachadas uniformizadas rua a rua (para gosto de uns e desagrado de outros), os prédios de rendimento pombalinos, apresentavam características construtivas originais (igualmente uniformizadas) destinadas a garantir a sua resistência a futuros sismos e incêndios.

O principal elemento estrutural anti-sísmico aplicado era o da *gaiola*⁵⁸², uma estrutura de madeira composta por centenas de diagonais em cruz, preenchida por

⁵⁷⁹ França, José Augusto, opus cit., pp. 38-40

⁵⁸⁰ Santos, Maria Helena Ribeiro dos, opus cit., p. 452

⁵⁸¹ Idem, p. 453

⁵⁸² O sistema estrutural de “gaiola” parece ter sido antecedido pela designada “cruz de Santo André”, estrutura já utilizada em muitas construções portuguesas antes do Sismo de 1755

alvenaria de pedra e tijolo, cuja construção suscitou a curiosidade dos viajantes estrangeiros, como James Murphy que, numa passagem das suas *Viagens em Portugal*, registou o seguinte: "o carpinteiro [era] o primeiro artífice a ser empregado e quando o esqueleto de madeira [estava] já em pé, [empregava-se] então o pedreiro, que [enchia] os interstícios com pedra e tijolo (...)"⁵⁸³ Os prédios eram também dotados de elementos preventivos de incêndios, como as paredes "corta-fogo" (ao nível das coberturas) e as caixas das escadas, possuindo estas últimas os primeiros lanços em pedra.

A construção pombalina apresentava outros aspectos curiosos, associados às mesmas preocupações de resistência anti-sísmica e (ou) contra incêndios, como o do abobadamento dos pisos térreos, que assentavam, por sua vez, numa estacaria de madeira de pinho, enterrada até ao nível freático (cerca de 3m de profundidade) nos solos aluviais da zona baixa da cidade.

Alguns dos aspectos construtivos referidos, como o abobadamento dos pisos térreos e a caixa de escada com grandes vãos nos patamares, poderiam ser também encarados como dispositivos *higienistas*, no sentido em que favoreciam o arejamento das zonas mais escuras e húmidas dos prédios nas quais, de outro modo, se acumulariam os ares *pútridos*. Poderíamos ainda encarar como um dispositivo higienista o revestimento azulejar nos espaços interiores (átrios, escadas, compartimentos) dos prédios pombalinos da Baixa, independentemente do seu valor estético e da função decorativa que desempenhava.

Em termos sanitários, a principal inovação dos prédios pombalinos consistia na introdução de um sistema de recolha de lixos domésticos e (ou) de esgotos destinados a escoar as águas residuais dos apartamentos, tendo como objectivo o evitar que uns e outros continuassem a ser lançados à rua, o que comprometia a sua limpeza e, consequentemente, a qualidade do(s) ar(es). Essas medidas inovadoras (surgidas na mesma altura noutras capitais europeias como Madrid), decorrentes das preocupações *higienistas* manifestadas por Manuel da Maia na 3ª parte da sua *Dissertação*, foram implementadas por várias disposições legais, a começar pelo alvará régio de 12 de Maio de 1758, no qual se determinava aos proprietários que construíssem a canalização necessária nos novos prédios. E, uma vez que os esgotos privados tinham de ser ligados aos públicos, nas Instruções de 12 de Junho desse mesmo ano, definiam-se as medidas a

⁵⁸³ Murphy, James, opus cit., 133

que deveriam obedecer os canos ou cloacas principais a construir na cidade - 10 palmos de largo e 14 de alto -, ao mesmo tempo que se explicitava a participação pecuniária de cada proprietário nas obras de construção e de conservação desses canos, que variava de acordo com as testadas dos respectivos prédios.

De acordo com as recomendações de Manuel da Maia nessa matéria (3ª parte da sua *Dissertação*) e as instruções inerentes ao Plano de reconstrução da Baixa-Chiado (e as dos vários regulamentos que se seguiram), as cloacas públicas começaram a ser construídas por toda a cidade. Como podemos verificar pela planta abaixo reproduzida, a nova rede de esgotos acompanhou o traçado viário, correndo os canos (soterrados) pelo meio das ruas.

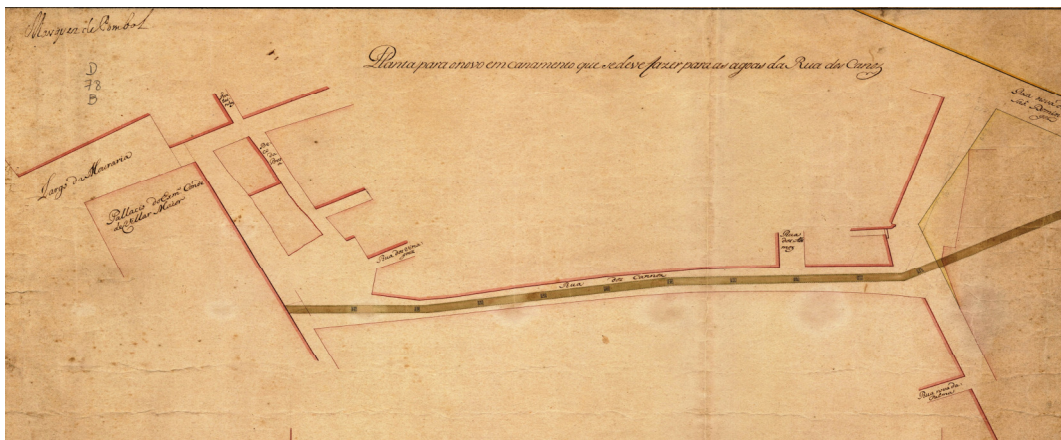


Figura 45. Planta para a cloaca na Rua dos Canos (à Mouraria), 1770

Para clarificar o funcionamento do sistema de esgotos, particularmente o modo de ligação dos esgotos privados aos canos públicos, Eugénio dos Santos elaborou o prospecto abaixo reproduzido e que foi entregue (tal como as plantas da cidade, desenhos de fachada, etc.) a 31 de Março de 1756, com a 3ª parte da *Dissertação* de Manuel da Maia.

Essa importante inovação em matéria de limpeza (privada e pública) não teve, porém, grande receptividade por parte dos proprietários, que a consideraram extremamente onerosa o que talvez fosse verdade, se atendermos à opinião de Ratton. Este lamentava o facto de serem poucos os prédios (e em poucas ruas) que possuíam esgotos e explicava que “a causa de os não haver nas mais ruas” derivava de serem “dispendiosos pela pedra lavrada, que nelles se empregou”. Além disso, esses esgotos

eram “defeituosos na sua configuração não [preenchendo] ou (...) muito mal os fins para que [eram] destinados”, porque tinham “pavimentos chatos subindo as paredes lateraes em anglos rectos, nos quaes se [depunham] as immundicias” e ainda porque permitiam a entrada das águas da maré, difundindo nas casas “hum fedor” insuportável. Para solucionar esses problemas de carácter económico e técnico, Ratton propunha que os esgotos fossem feitos em “tijolo por ser mais barato; e em forma elliptica para se não estagnarem as immundicias [e com] suas desembocaduras superiores ás agoas das enchentes do Tejo; encanando-se-lhes as agoas dos telhados, ruas, e cozinhas, para os conservar sempre lavados (...)”⁵⁸⁴

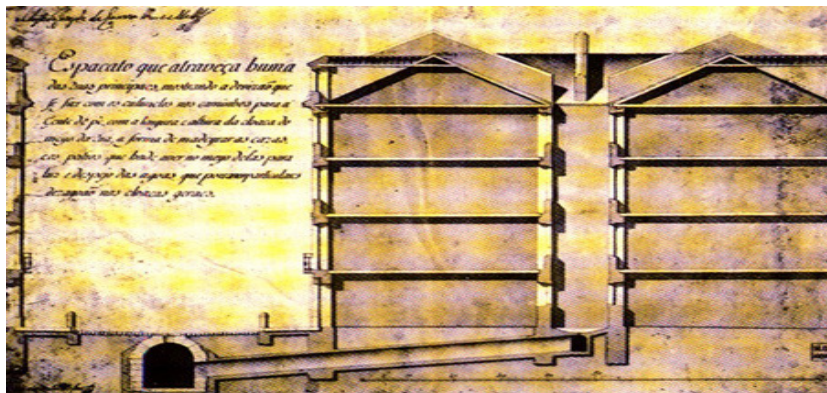


Figura 46. Desenho da “rede de esgotos”, de Eugénio dos Santos

Os proprietários resistiram a introduzir os esgotos nos prédios e foram dilatando no tempo o recurso a este sistema, preferindo a utilização dos saguões para o despejo dos lixos domésticos, método que gerava muitos inconvenientes, sobretudo no que respeitava à qualidade do ar. De facto, só a partir de meados do século XIX, é que se começou a generalizar na cidade a rede de esgotos e só nos finais dessa centúria é que os prédios pombalinos foram adaptados aos novos requisitos higienistas, com a introdução das sanitas visto que, originalmente, os apartamentos desses prédios apenas possuíam uma pia para despejos, localizada na cozinha.

Contudo, o atraso que se verificou em Lisboa na generalização da rede de esgotos e na introdução de sanitários e de casas de banho nos apartamentos, também se

⁵⁸⁴ Ratton, Jacome, *Recordações*, Lisboa, ed. Fenda, 1992, p. 235

verificou noutras grandes cidades europeias da época, à excepção de Londres que, por volta de 1830, já estava dotada de água canalizada e de uma ampla rede de esgotos.

A situação em Paris, nessa data e mesmo alguns anos mais tarde, era bastante diferente⁵⁸⁵, como verificaram diversos estrangeiros que nessa época visitaram a cidade. Um deles, o americano Colman, observou, com espanto, que as águas residuais e “materias fecais” dos prédios se acumulavam em fossas, as quais eram despejadas pelas carroças (método idêntico ao praticado em Lisboa), recorrendo a “um tubo de couro” que se estendia da fossa à carroça, aspirava-se o ar e “as matérias fecais semifluidas [passavam] directamente para a carroça”⁵⁸⁶

Pelos documentos referidos e ainda pelas plantas dos apartamentos parisienses, dadas a conhecer por alguns tratados e revistas de arquitectura francesa - o *Paris moderne* de Normand, em 1837 e a *Revue d'Architecture* de Daly, a partir de 1840 -, podemos concluir que, até à década de 40 do século XIX, uma grande percentagem das casas parisienses, mesmo as de melhor qualidade, ainda não eram dotadas de casas de banho nem estavam ligadas à rede de esgotos.⁵⁸⁷

A generalização da rede de esgotos (tal como a da água canalizada) visava garantir o saneamento dos espaços privados e públicos e melhorar a qualidade do ar nesses espaços, tal como a abertura das ruas e das praças visava melhorar a qualidade do ar na cidade. A questão da circulação e da qualidade do ar foi frequentemente abordada não só na *Dissertação* de Manuel da Maia, mas em quase toda a legislação pombalina respeitante à reconstrução da capital evidenciando-se, por exemplo, nas Instruções de 12 de Junho de 1758, a propósito da abertura das ruas transversais da Baixa, que estas eram “indispensavelmente necessárias para a serventia da Cidade, e para a liberdade do ar, e da luz.”

Os efeitos da circulação dos ventos e da *purificação* do ar proporcionados pelas ruas largas e rectilíneas, poderiam ser ampliados pelas praças e, ciente disso, na sua *Dissertação*, Manuel da Maia recomendara aos seus colaboradores a abertura, sempre

⁵⁸⁵ Afirma Jean Favier, *Paris. Deux mille ans d'histoire*, Paris, ed. Fayard, 1997, p. 568, que “os velhos esgotos medievais já não eram suficientes, tendo sido criado um novo esgoto surgiu em 1578, que alguns deles foram cobertos no tempo de Luís XVI” e que a partir de 1805 começou a ser criada “uma rede de esgotos colectores que reproduzia sob a cidade a rede viária.”

⁵⁸⁶ Georges Vigarello, opus cit., p. 143

⁵⁸⁷ Segundo G. Vigarello, opus cit., p.144, embora a extensão dos esgotos tenha triplicado entre 1830 e 1837, continuavam a não receber “as águas domésticas”.

que possível, desses espaços “vazios”, para que o ar “produzisse os seus bons efeitos.”⁵⁸⁸

Essas recomendações foram atendidas por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel quando conceberam o plano da Baixa-Chiado e foram igualmente consideradas nos planos urbanísticos complementares e, por isso, a capital foi dotada de um bom número de praças e largos, umas novas e outras recuperadas e regularizadas, visto já existirem antes do Terramoto de 1755.

A reconstrução/renovação da área a ocidente do Terreiro do Paço, nomeadamente na Rua do Alecrim, originou o Largo Quintela e, na zona ribeirinha, surgiram a Praça do Município e a Praça de S. Paulo, ambas projectadas por Eugénio dos Santos, a quem também se ficou a dever o primeiro projecto da Câmara, depois alterado por Reinaldo Manuel e cuja inauguração se verificou em 1775.

Muito mais distanciada do centro e igualmente a ocidente da área da Baixa, foi aberta a Praça das Janelas Verdes, frente ao Palácio dos Condes de Alvor, adquirido por Paulo de Carvalho e Mendonça, o irmão do Marquês de Pombal que desempenhava os cargos de Inquisidor-mor e presidente do Senado camarário. O Palácio foi herdado por Pombal, em 1770 e a praça foi, em 1775, valorizada com a construção de um belo chafariz da autoria de Reinaldo Manuel.

Na zona noroeste da cidade abriram-se duas outras praças: a do Suplício, posteriormente designada como Praça da Alegria e a das Amoreiras. A criação da Praça da Alegria inseriu-se no processo de urbanização dos terrenos compreendidos entre S. Pedro de Alcântara e o Passeio Público, com o propósito de, como explicou Walter Rossa, reforçar a ligação da Baixa a essa zona.⁵⁸⁹ A Praça das Amoreiras, por sua vez, foi parte integrante do plano de urbanização do Bairro das Águas Livres⁵⁹⁰, cujo projecto, da autoria de Carlos Mardel foi aprovado por Carvalho e Mello a 4 de Março de 1759 e confirmado pelo monarca a 14 desse mesmo mês e ano.

⁵⁸⁸ As ideias *higienistas* que influenciaram Manuel da Maia e outros engenheiros militares e arquitectos portugueses estiveram presentes nas realizações arquitectónicas e nos escritos de conceituados arquitectos da segunda metade do século XVIII. Ao definir as suas ideias sobre planeamento urbanístico, nas *Mémoires sur les objets les plus importants de l'architecture*, de 1769, o arquitecto Patte revelou grande preocupação com as questões sanitárias, associando-se a tais questões a sua proposta “de substituição das fortificações por quatro fileiras de árvores” como refere Rosenau, Helen, *A Cidade ideal. Evolução arquitectónica na Europa*, Lisboa, ed. Presença, 1988, p.102.

⁵⁸⁹ Rossa, Walter, *Alem da Baixa*, pp. 50-51

⁵⁹⁰ Refere Walter Rossa, opus cit. p. 118, que “excluídas algumas situações de resolução pontual, apenas na zona Rato/Campolide teve início de execução um plano para uma nova zona da cidade então designada por Bairro das Águas Livres.”

Referindo-se às praças inseridas no novo plano da cidade, Ratton opinou que as mesmas tinham sido conservadas “*quasi com as mesmas dimensões que dantes tinham*”⁵⁹¹ mas, na realidade, as praças e largos anteriores ao sismo de 1755 sofreram consideráveis alterações, quer nas dimensões, quer no seu traçado.

A Praça do Comércio mereceu uma atenção especial por parte de Manuel da Maia e dos arquitectos da Casa do Risco e acabou por ser pensada e projectada como um espaço simbólico, representativo da nova ordem político-social defendida por Pombal.

O projecto da Praça do Comércio, da autoria de Eugénio dos Santos, deu-lhe monumentalidade e nobreza, graças aos alçados ritmados dos edifícios, aos dois pavilhões terminais das alas laterais (oriental e ocidental), ao arco de triunfo na ala norte e à estátua equestre do rei no plano central. De traçado rectangular (177m x 192,5m), a Praça apresenta o seu lado sul aberto ao rio e os outros três ocupados por edifícios rectangulares, de alçados idênticos, com um primeiro piso de arcadas de volta perfeita, dois outros pisos com vãos rectangulares e quadrangulares e um remate com platibanda de balaústres e plintos. Os edifícios localizados nos lados oriental e ocidental da Praça, apresentavam-se rematados, no lado sul, por torreões coroados por troféus militares de desenho barroco.



Figura 47. Praça do Comércio: desenho atribuído a Eugénio dos Santos

⁵⁹¹ Ratton, Jacome, opus cit., p. 233

As obras de construção da Praça do Comércio, iniciadas em 1759, arrastaram-se no tempo (tal como ocorreu com as restantes obras em curso) e só terminaram definitivamente na segunda metade do século XIX.

Quando em Junho de 1775 (nos dias 6, 7 e 8) ocorreram os pomposos festejos da inauguração da estátua equestre de D. José⁵⁹², as alas norte, ocidental e oriental da Praça estavam apenas parcialmente construídas. A estátua, que também fora concebida por Eugénio dos Santos, foi esculpida por Joaquim Machado de Castro (1731-1822), o mais destacado escultor português da época. A estátua em bronze fundido, representando o monarca a cavalo (este pisando víboras que aludiriam aos inimigos ou à ignorância), em traje de guerra e com a cabeça coberta por um elmo, assenta num pedestal decorado com molduras e grupos escultóricos em pedra.

Em Julho de 1778, o quarteirão da parte oriental da Praça e o respectivo Torreão continuavam em obras, como consta de uma *Representação* da Junta do Comércio, na qual também se chamava a atenção para o perigo que corriam os alicerces desse Torreão por ainda não terem sido construídos o “Caes, e Escada”, que o deveriam proteger das águas.⁵⁹³ Nesse mesmo ano de 1778 e ainda no ano seguinte, alguns *Avisos* da Junta, referiam a chegada de madeiras do Grã-Pará para a “obra do Torreão do Lado Oriental”⁵⁹⁴

Segundo uma *Consulta* da Junta, datada de 10 de Dezembro de 1792, a Praça ainda se encontrava em obras nessa altura e, surpreendentemente, ainda estavam aí instaladas várias barracas.⁵⁹⁵

Nos inícios de 1820, Adrien Balbi⁵⁹⁶ observou que a Praça estava guarnecida de belos edifícios, mas que os situados nos lados norte e ocidental ainda não se encontravam terminados.

O arco de triunfo, o elemento mais emblemático da Praça, logo a seguir à estátua equestre, foi construído em sucessivas etapas e a sua conclusão só se verificou em 1873.

⁵⁹² Todo o cerimonial da inauguração foi preparado, de antemão, de acordo com o *Aviso* enviado por Pombal à Junta, a 20 de Março de 1775, no qual eram das indicações minuciosas sobre o horário a respeitar, os participantes na cerimónia e o como se deviam apresentar vestidos, além da necessária animação proporcionada pela música, fogo de artifício, luminárias”, etc.

⁵⁹³ Santana, Francisco, *Documentos do Cartório da Junta*, vol. 1, p. 432/433 (Livro 118, f. 198v-199v)

⁵⁹⁴ Idem, p. 446 (Livro 118, f. 44v-45)

⁵⁹⁵ Idem, p. 543 (Livro 127, f. 132V a 134v)

⁵⁹⁶ Adriano Balbi, mais conhecido como Adrien Balbi, foi um geógrafo veneziano que, em 1820, visitou Portugal e que em 1822 publicou em Paris (onde residiu de 1821 a 1832) o *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*

Num primeiro projecto, da autoria de Eugénio dos Santos, o arco foi delineado com elegantes proporções e rematado por um frontão clássico sobre o qual se erguiam estátuas. Seguiu-se um novo projecto, talvez da autoria de Carlos Mardel, que lhe mantinha as proporções “mas acrescentava-lhe ao centro uma elegante torre de relógio”.⁵⁹⁷ Já na década de 40 do século XIX, sucederam-se novos projectos, “assinados por nomes desconhecidos”, dos quais foi escolhido o de Veríssimo José da Costa, aprovado por Costa Cabral em Março de 1844.⁵⁹⁸ Na década de 60, foram ainda introduzidas algumas alterações na estrutura do monumento e discutida a sua iconografia - optando-se pelas figuras de Viriato, Vasco da Gama, Nuno Álvares e Pombal da autoria do escultor Vítor Bastos e, para remate, pelo grupo alegórico da “Glória coroando o Génio e o Valor”, da autoria de Calmels – mas, por fim, em 1873, a obra foi realizada.⁵⁹⁹

Contudo, decorridas várias décadas sobre os projectos iniciais e depois de tantas discussões, escolhas e alterações, o arco triunfal construído “não só ficou aquém das traças iniciais, como até resultou desproporcionado com o restante conjunto.”⁶⁰⁰

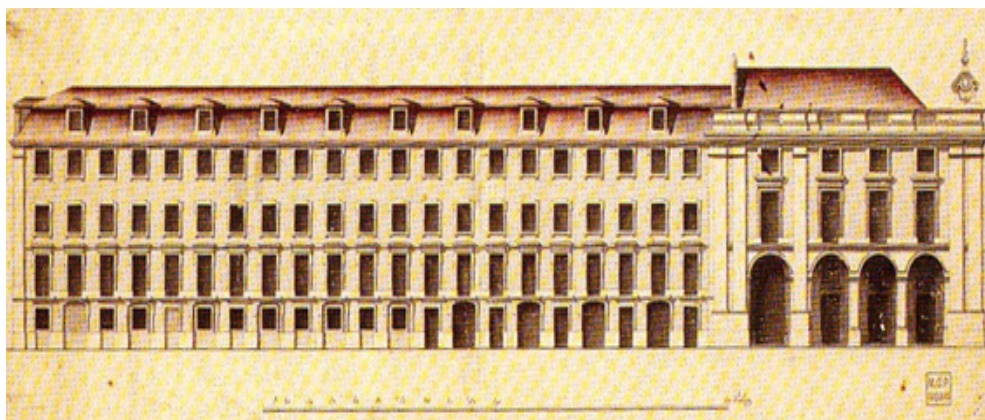


Figura 48. *Prospecto do Edifício do Senado da Camera, e Deposito publico na Rua direita do Arsenal*, assinado por Eugénio dos Santos e pelo conde Oeiras.

Durante a sua construção e após a sua conclusão, a Praça do Comércio foi alvo de críticas muito severas e de rasgados elogios e, claro, essa diversidade de opiniões decorreu, essencialmente, do gosto de quem as fez, condicionado, por sua vez, pela

⁵⁹⁷ Borges, Nelson Correia, “Do barroco ao rococó”, *História da Arte em Portugal*, vol. 9, p. 98

⁵⁹⁸ França, José Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, ed. Bertrand, 1966, I vol. p. 329

⁵⁹⁹ Idem, *ibidem*

⁶⁰⁰ Borges, Nelson Correia, *opus cit.*, p. 98

formação profissional, pelas leituras, pelo melhor ou pior conhecimento da arquitectura de outros países europeus, etc.

A crítica mais severa e persistente feita à Praça do Comércio (mas que se alargava a todo o Plano da Baixa Pombalina), relacionava-se com o carácter monótono e pouco elaborado da sua arquitectura. José da Costa e Silva (1747-1818), arquitecto de formação italiana e neoclássica, lamentou a “monotonia e falta de grandeza” da Praça e o arquitecto José Manuel de Carvalho Negreiros (1751-1815), filho de Eugénio dos Santos, embora a considerasse como a parte melhor da cidade pombalina, não lhe reconheceu monumentalidade tendo, por isso, idealizado a sua transformação com a integração do palácio real e de uma basílica monumental.⁶⁰¹

Cyrillo Volkmar Machado (1748-1822) criticou não só a arquitectura da Praça do Comércio como, genericamente, toda a arquitectura pombalina, considerando que a mesma pecava pela falta de “conveniência e beleza”, que haviam sido preteridas a favor da “comodidade e solidez”.



Figura 49. Praça do Comércio, desenho de James Murphy

As opiniões negativas contrabalançaram-se com as positivas, muitas das quais provenientes dos estrangeiros que nos visitaram nas últimas décadas do século XVIII e inícios do século XIX e, portanto, numa altura em que a Praça continuava em obras. O

⁶⁰¹ vide Gomes, Paulo Varela, “*Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina*” in *Monumentos*, n.º 21, pp. 132-141

arquitecto escocês James Murphy referiu-se com admiração à Praça do Comércio e, ao descrevê-la, destacou as qualidades de “comodidade e solidez” dos seus edifícios.⁶⁰²

Carrère fez uma apreciação elogiosa da Praça do Comércio, destacando os seus edifícios com “arcarias ou pórticos, largos, elevados, bem proporcionados, bastante belos”⁶⁰³ e Link classificou-a como uma “bela e enorme praça”⁶⁰⁴

O Rossio, a segunda grande praça do Plano da Baixa-Chiado, diferenciava-se da Praça do Comércio pelas suas características urbanísticas e arquitectónicas. Tendo sido encarada, no dizer de Paulo Varela Gomes, como o “nódulo incorruptível” da Lisboa anterior ao Sismo de 1755⁶⁰⁵, a Praça do Rossio foi projectada no mesmo espaço e com as mesmas dimensões que possuía antes do cataclismo.

No projecto de 1758, assinado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel (fig. 44), a Praça apresentava, no seu lado oriental, o convento de S. Domingos e o Hospital Real de Todos os Santos, embora Manuel da Maia já tivesse equacionado a deslocação deste edifício para outra zona da cidade.

Quando, em 1769, foi decidida a transferência do Hospital Real para o antigo colégio de Santo Antão, a área que o edifício hospitalar ocupava até então (e que fora respeitada nos projectos iniciais para a Praça) foi destinada à construção de novos quarteirões, de acordo com o projecto apresentado por Carlos Mardel.

Na planta da freguesia de Santa Justa, levantada por Monteiro de Carvalho por volta de 1770⁶⁰⁶, foram representados os quarteirões planeados por Mardel, dispostos paralelamente uns aos outros a partir da face oriental do Rossio até ao poço do Borratém. O projecto não chegou a concretizar-se na totalidade, tendo sido apenas construídos os prédios voltados ao Rossio e, em 1775, a área que fora destinada aos outros quarteirões foi cedida à Câmara para a abertura de uma praça de abastecimento alimentar, a Praça da Figueira.

⁶⁰² James Murphy, opus cit., p. 134

⁶⁰³ Idem, pp. 25-26

⁶⁰⁴ Link, Heinrich Friedrich, opus cit, p. 105

⁶⁰⁵ Gomes, Paulo Varela, *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*, Lisboa, ed. Caminho, 1988, p. 127

⁶⁰⁶ Esta e outras plantas (num total de 37) de freguesias de Lisboa, desenhadas por Monteiro de Carvalho, faziam parte de um manuscrito datado de 1770, contendo a descrição dos limites das freguesias estabelecidas pela remodelação paroquial efectuada nesse mesmo ano, em virtude da carta régia de 18 de Dezembro 1769, como explica Francisco Santana na introdução à *Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII (Plantas e descrições das suas freguesias)*.

Machado de Castro. A entrada principal foi valorizada com um portal “de pedra rusticada à francesa” ligado à “grande janela de balcão” do piso superior.

As opiniões daqueles que conheceram o Palácio da Inquisição pouco tempo depois de estar concluído, não foram unânimes. James Murphy limitou-se a comentar que o era um edifício “grande e vazio” e que apresentava na parte mais alta do seu frontispício “um grupo de figuras representando a Religião pisando um herege prostrado.”⁶⁰⁹ Link, por sua vez, parece ter apreciado o Palácio porque registou no seu diário que se tratava de um “grande e belo edifício”.⁶¹⁰

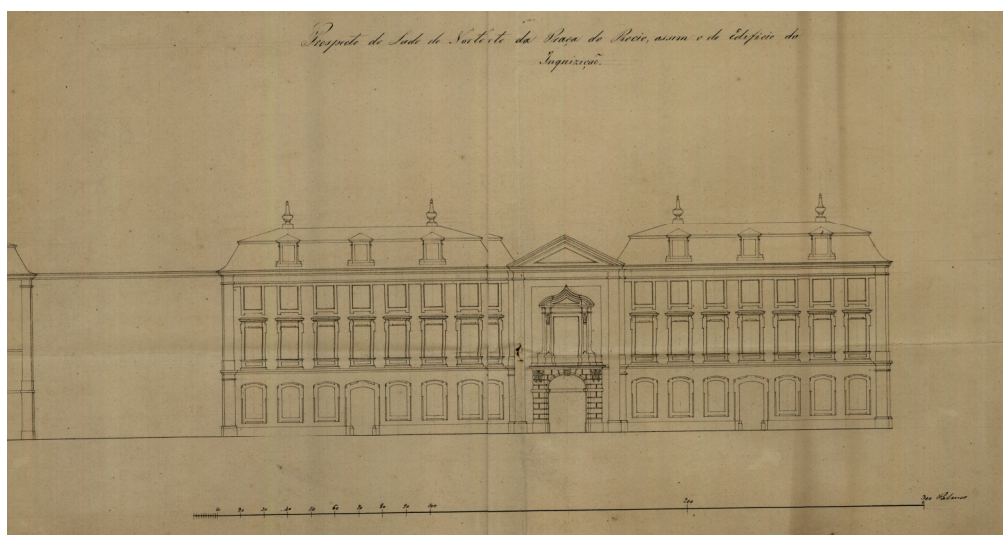


Figura 51. Fachada principal (virada ao Rossio) do Palácio da Inquisição

No conjunto de edifícios que formaram o lado sul da Praça do Rossio, foi erigido um “corpo igual e *vis-à-vis*” ao do Palácio da Inquisição, cuja traça pertenceu, como afirmou o Professor Horta Correia, a Reinaldo Manuel que, com esse “expediente de rigorosa simetria”, procurou “dinamizar o eixo maior da Praça”.⁶¹¹

A Junta do Comércio, cumprindo o *Avizo* de 10 de Novembro de 1770 da Secretaria de Estado, responsabilizou-se pela construção desse corpo ou de parte dele, porque, o determinado no referido aviso respeitva ao “Portico da entrada da Rua dos

⁶⁰⁹ Murphy, James, opus cit., p. 140

⁶¹⁰ Link, Heinrich Friedrich, opus cit., p. 105

⁶¹¹ Correia, José Eduardo Horta, opus cit., p. 201.

Çapateiros até a simalha do primeiro pavimento das Cazas [de] Jozé Rodrigues Bandeira, construindo este as mesmas Cazas sobre a Arca da Rua.”⁶¹²

A fisionomia arquitectónica da Praça do Rossio, ao contrário do que se passou com a Praça do Comércio, não foi previamente definida e uniformizada, razão pela qual Paulo Varela Gomes opinou que a sua definição foi gradual e ocorreu “um pouco por acaso e muito para responder ao novo Palácio da Inquisição.”⁶¹³

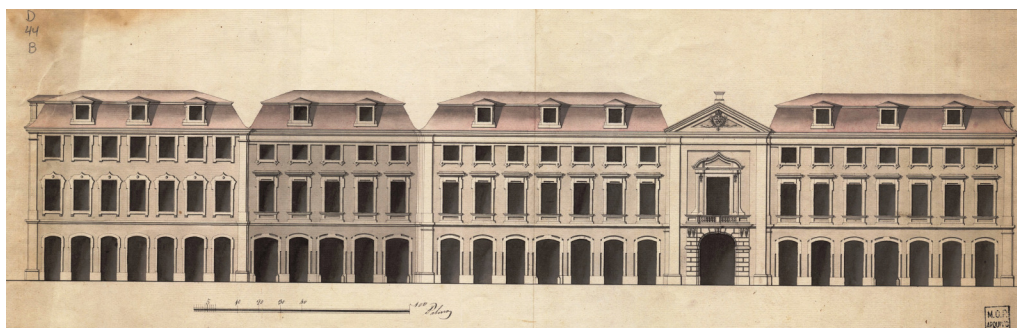


Figura 52. Alçados de prédios do lado sul do Rossio

No conjunto das praças construídas e (ou) regularizadas da nova capital, incluíram-se as destinadas ao abastecimento de alimentos, que foram criadas por iniciativa régia. Com a criação dessas praças e com uma eficaz regulamentação do papel dos vendedores, o poder central esperava garantir a boa qualidade dos produtos alimentares e, consequentemente, salvaguardar a saúde dos habitantes da capital.

Pelo alvará régio de 9 de Outubro de 1760, o Senado foi encarregado de proceder à “medição, repartição, e estabelecimento das pessoas dos Lugares destinados para as vendas de Comestíveis nas Praças”. O mesmo documento determinava que a repartição dos lugares dos vendedores deveria obedecer à planta que seria enviada e na qual constaria o alinhamento das “Cabanas divididas em Ruas, e separadas dos Terrenos precizos para as Edeficações, e Materiaes.”⁶¹⁴

Na década seguinte, com a publicação do Alvará régio de 13 de Abril de 1771, foi determinada a edificação do mercado na praia de S. Paulo, à nova Ribeira, para a venda de peixe fresco. A Praça da Ribeira, de planta quadrangular e lageado, possuía na

⁶¹² Santana, Francisco, opus cit., p. 194, Livro 113 (X), f. 37-37v

⁶¹³ Gomes, Paulo Varela, opus cit., p. 128

⁶¹⁴ AML, livro 12º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I, fl. 110-11vº

sua parte central, trinta e dois telheiros ou cabanas, com um total de duzentos e cinquenta e seis lugares. Neste mercado, os lugares atribuídos às vendedeiras de peixe fresco eram vitalícios.⁶¹⁵

Para a construção da futura Praça da Figueira, o monarca doou à Câmara, através do alvará de 23 de Novembro de 1775, “uma área de quatro frentes com trezentos e oitenta palmos de Norte a Sul, e quatrocentos e quarenta do Nascente ao Poente, do terreno que ocupava o antigo hospital de Todos os Santos, para a edificação de um mercado publico, destinado à venda de fructa e hortaliça.”

A Praça da Figueira fora destinada “somente para a venda da fructa e hortaliça” mas, como relatou o escrivão dos arrendamentos em 1784 (numa nota enviada ao Senado), devido à falta de vendedores que ocupassem “todos os lugares com estes géneros”, admitiram-se “algumas gallinheiras” e, mais tarde, “toda a qualidade de officios, tabernas e lojas de bebidas” pelo que, em 1804, o número de lugares ocupados era de duzentos e dez.⁶¹⁶

A Praça da Figueira, representada pela primeira vez na planta de Lisboa de 1785, tinha no seu interior cerca de cento e vinte e quatro árvores e um poço com oito palmos de diâmetro. Nas primeiras décadas do século XIX, passou a ser iluminada por quatro candeeiros de iluminação a gás e, a partir de 1849, passou a ser fechada à noite, por oito portas.⁶¹⁷

A aprovação oficial do plano de reconstrução/renovação da Baixa-Chiado, pelo já citado alvará de 12 de Junho de 1758, não viabilizou de imediato o arranque das obras. De facto, só um ano mais tarde é que verificou a adjudicação dos terrenos para edificação no Rossio e na Rua Augusta e só a partir de Outubro de 1760, é que se iniciaram as obras de construção dos primeiros prédios de rendimento nessa artéria.

A renovação da cidade obedeceu a diferentes velocidades, havendo zonas onde as obras evoluíram mais rapidamente e outras onde as obras se arrastaram por muitas décadas.

⁶¹⁵ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol. I, p.103

⁶¹⁶ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol. I, pp. 104-105

⁶¹⁷ Andrade, José Sérgio Velloso de, *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos*, Lisboa, ed. Imprensa Silvana, 1851, pp. 167-168



Figura 53. Plano geral da Cidade de Lisboa em 1785

Um dos primeiros edifícios a ser construído foi a Basílica Patriarcal, erigida no alto da Cotovia, no local onde algumas décadas antes fora iniciado o palácio do conde de Tarouca (actual Praça do Príncipe Real). A 16 de Junho de 1756, estando ainda a igreja a ser construída, Monsenhor Parry de Linde oficiou a primeira missa num “altar improvisado, em uma barraca de ocasião”.⁶¹⁸ A igreja, feita de madeira, foi oficialmente inaugurada a 8 de Junho de 1757 mas, decorridos alguns anos, já apresentava muitos problemas - em 1764, a “torre dos sinos ameaçava ruína” e, em Agosto de 1768, a “viga que formava a boca da capela-mor vergou a meio”⁶¹⁹ - e, por fim, em 1769, desapareceu completamente num tremendo incêndio, ficando o seu local a ser conhecido como o da “Patriarcal queimada”.

Contrariamente ao que se verificou com a erecção da Patriarcal, a construção da maioria das igrejas paroquiais dilatou-se no tempo, encontrando-se apenas seis concluídas em 1783, enquanto as restantes nessa altura ainda em construção ou apenas em projecto, só se concluíram nas primeiras décadas do século XIX.

Alguns projectos urbanísticos e arquitectónicos inicialmente previstos, como o do bairro destinado ao Palácio Real e à corte, na zona ocidental da cidade, não

⁶¹⁸ Sequeira, Gustavo de, opus cit., p. 77

⁶¹⁹ Idem., p. 103

chegaram a concretizar-se. A proposta de Manuel da Maia da construção de um novo palácio real deslocado para a zona ocidental (alto de Campolide), fora bem aceite pelo monarca o qual, pelo alvará de 2 de Julho de 1759, determinou a “implantação do paço e do bairro destinado à nobreza [que] ficaria na plataforma de Campo de Ourique, envolvido por jardins e uma extensa mata unida à Tapada das Necessidades, sobre o então paradisíaco vale de Alcântara”⁶²⁰

Para o referido palácio real, foi apresentado um primeiro projecto elaborado por Eugénio dos Santos coadjuvado pelo arquitecto italiano Giovanni Antinori (1733-1792), a que se seguiu um segundo, da autoria de Carlos Mardel, que mereceu a aprovação real. Foram, de seguida, balizados os terrenos para a implantação do edifício, sendo os marcos levantados “junto á Igreja de Santa Isabel, Fonte Santa, Prazeres, e S. João dos bem casados”, onde acabariam por ficar por muito tempo⁶²¹, já depois de abandonada a ideia da construção.

Até à década de 80, enquanto se aguardava a decisão régia para o arranque das obras, foram chegando alguns dos materiais destinados ao novo paço, como se depreende de vários *Avisos* da Junta do Comércio (12 de Março de 1778, 20 de Janeiro de 1780, etc.) respeitantes às “madeiras enviadas de Pernambuco”⁶²²

A concretização do plano da Baixa-Chiado prolongou-se no tempo até ao século XIX, sendo variável o volume de obras de rua para rua e de praça para praça. Na Rua Augusta, a principal artéria do plano, a construção dos prédios de rendimento foi progressiva mas lenta, encontrando-se ainda alguns espaços por ocupar em 1777. A 7 de Março desse ano, a Junta do Comércio consultou o monarca, informando-o da existência de “alguns Vãos por ocupar, cujos vazios [desfiguravam] a formozura, e nobreza da sobredita Rua, servindo ao mesmo tempo de esconderijos a facinerosos”⁶²³

Nas ruas secundárias as obras de construção processaram-se de uma forma ainda mais lenta e, por isso, alguns quarteirões como, por exemplo, os situados entre a Rua Áurea e a Rua dos Sapateiros, só foram iniciados na última década do século XVIII e

⁶²⁰ Rossa, Walter, “Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado”, *Monumentos*, nº 21, p. 30

⁶²¹ Ratton, Jacome, opus cit., p. 237

⁶²² Santana, Francisco, opus cit., vol. I, p. 421 (Livro 118, fl. 124)

⁶²³ Idem, vol. I, p. 353 (Livro 114, f.180-180v)

algumas artérias – como a Rua dos Correeiros e a Rua dos Douradores - só ficaram totalmente ocupadas com prédios nas primeiras décadas do século XIX.⁶²⁴

A morosidade na reedificação dos quarteirões da Baixa foi, em grande medida, justificada pela ocorrência de muitas obras em simultâneo em vários pontos da cidade (a ocidente, a nordeste, etc.), mas as razões político-económicas também pesaram bastante nesse atraso.

Devido ao envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete anos, as obras de reedificação foram suspensas entre Maio de 1762 e Setembro de 1763 e, com a subida ao trono de D. Maria I e o afastamento do Marquês de Pombal (substituído pelo Marquês de Angeja), o ritmo de construção da Baixa abrandou mais uma vez. De facto, a 11 de Março de 1777, a rainha ordenou à Junta (Aviso da Secretaria de Estado) que suspendesse todas as obras em curso, à excepção das “do Paço; da Igreja da Memória; dos Quarteis da Tropa; das Reaes Fabricas da Polvora de Barcarena; e do Arsenal do Exercito de S.ta Clara” e ordenou também a “suspendão dos dezentulhos dos Chãos dos Particulares”⁶²⁵

A 29 de Novembro de 1799, a rainha determinou uma nova suspensão de todas as obras públicas, com excepção das mais urgentes e inadiáveis e, a 9 de Dezembro de 1807 (portaria do Administrador Geral das Finanças), verificou-se uma nova suspensão das obras, exceptuando-se as dos aquartelamentos e acomodações das tropas francesas e portuguesas.

As razões atrás invocadas atrasaram, como já se viu, as obras públicas (abertura e regularização das ruas, construção de edifícios públicos, etc.) mas, muitas outras razões, particularmente as de carácter económico, atrasaram a construção dos prédios particulares. Os ritmos da construção estão bem definidos na já referida *Relação de propriedades* (abarcando o período de 1755-1778), elaborada por Monteiro de Carvalho, que nos apresenta os seguintes dados: 74 propriedades construídas entre 1755 e 1766; cerca de 722 entre 1766 e 1777; e cerca de 52 em 1778.

⁶²⁴ vide Lousada, Maria Alexandra e Henriques, Eduardo Brito, “Viver nos escombros: Lisboa durante a reconstrução” in *O terramoto de 1755. Impactos históricos*, pp. 184-185

⁶²⁵ ANTT, Junta do Comércio, livro 118, fl.s 19-20

Também os dados fornecidos pela *Décima da cidade de Lisboa*⁶²⁶ permitiram escalonar no tempo esse ritmo de construção: dos 561 prédios erguidos até 1834, 46% surgiram até 1777 (data do afastamento do Marquês de Pombal), 50% entre 1777 e 1807 (da subida ao trono de D. Maria I até à saída da corte para o Brasil) e os restantes 4% entre 1807 e 1834 (desde a ocupação de Lisboa por Junot até ao início do reinado de D. Maria II).⁶²⁷

Embora as obras de renovação da capital se tivessem arrastado no tempo, os primeiros resultados começaram a aparecer cerca de dez anos depois do Terramoto, merecendo os elogios de muitos dos estrangeiros que nos visitaram, a partir dessa altura. Gorani, chegado a Lisboa em 1765, afirmou que a cidade ganhara muito com a destruição das antigas ruelas, porque “se construíram novas ruas, largas, regulares, bem pavimentadas e ladeadas de passeios (...)”⁶²⁸

William Costigan, que esteve em Portugal entre 1762 e 1780⁶²⁹, observou que “as ruas construídas depois do terramoto de 1755 [eram] direitas, regulares, e a maior parte muito extensas, cortando-se todas em ângulos iguais; mas as casas [eram] em geral demasiado altas em proporção da largura das ruas”⁶³⁰.

Para Murphy, que conheceu Lisboa na década de 80, “as novas ruas construídas em Lisboa, em substituição das velhas, [eram] espaçosas, regulares e bem pavimentada, com passeios largos para os passeantes, como nas ruas de Londres. As casas [eram] grandes, uniformes e sólidas (...)”⁶³¹

Link referindo-se às “três ruas principais, construídas depois do terramoto”, que iam da Praça do Comércio ao Rossio, afirmou que eram “direitas, largas, dos lados [e estavam] guarnecidas com escabelos” e que as casas não estavam isoladas, antes formavam “grandes edifícios que [causavam] uma excelente impressão (...)”⁶³²

⁶²⁶ Imposto criado pelas Cortes em 1641 que recaía sobre os prédios rurais e urbanas, ofícios, lucros do comércio e indústria, etc, e destinava-se a financiar o exército. Esse imposto, estipulado em 10% e administrado pela Junta dos Três Estados, ganhou carácter permanente a partir de 26 de Setembro de 1762 e manteve-se até 1852, altura em que foi substituído pelo da Contribuição Predial.

⁶²⁷ Reis, Ana Rita, Simões, M^a José de Freitas, Rodrigues, Susana, “A *Décima da Cidade*: contributo para a datação do edificado da Baixa” in *Monumentos*, nº 21, p.62

⁶²⁸ Giuseppe Gorani, opus cit., p. 115

⁶²⁹ Como se refere no Prefácio das *Cartas de Portugal*, William Costigan foi o pseudónimo escolhido por Diogo Ferrier, um oficial escocês de ascendência francesa que, chegado a Portugal em 1762, acompanhando o conde de Lippe, por cá permaneceu até 1780, desempenhando vários cargos militares.

⁶³⁰ Costigan, opus cit., vol. II, p. 19

⁶³¹ James Murphy, opus cit., pp. 130-133

⁶³² Link, Heinrich Friedrich, opus cit., p. 105



Figura 54. Desenho de uma rua da Baixa Pombalina de James Murphy

Carrère, que se mostrara extremamente crítico em relação ao que observara na parte antiga de Lisboa (as ruas estreitas e sujas), teceu elogios à parte da cidade reconstruída que, no geral, lhe parecia bela. Contudo, observou que as ruas abertas logo a seguir ao terramoto ficaram “mal alinhadas, algumas desiguais e ligeiramente tortuosas, apesar de compridas e largas, como (...) as de S. Paulo, Boa Vista, Paulistas, etc. (...)” contrastando com outras “bem alinhadas, largas, regulares [podendo] considerar-se belas as Ruas do Arsenal, do Alecrim, das Flores, de São Roque, dos Mártires, de São Francisco, do Chiado, a Calçada da Estrela, o Rato [sendo o] bairro situado entre as duas praças – Terreiro do Paço e Rossio – da maior beleza [com] três grandes ruas paralelas, muito largas, bem alinhadas, ladeadas por largos passeios empedrados (...) [e com] prédios bem construídos e de agradável aparência(...)”

Carrère teceu igualmente comentários elogiosos às novas praças, afirmando que a “Praça do Quintela é de mediana grandeza, quadrada, regular, agradável, embelezada por bonitos prédios (...) A Praça do Pelourinho (...) vasta, quadrada, com boas proporções(...) A Praça do Carmo, situada defronte do Convento dos Carmelitas, (...) de proporções médias, rectangular, bonita, bem lançada (...) A Praça do Rossio (...) um quadrilátero de considerável extensão(...) regular, desafogadíssima, bela, abrindo-se para dez ruas”⁶³³

William Beckford, durante a sua primeira estada em Lisboa, entre Março e Novembro de 1787⁶³⁴, registou no seu diário de viagem as boas e as más impressões que

⁶³³ J.B.F. Carrère, opus cit., pp. 23-24

⁶³⁴ Como refere João Gaspar Simões na introdução ao *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Lisboa, ed. B.N., 2ª ed. 1983, p. 9, Beckford regressou mais duas vezes a Portugal, a primeira

recolhera ao longo desses meses. As boas recordações associavam-se às condições climatéricas (o céu azul, o sol, o rio) e à convivialidade com alguns membros da nobreza (em particular, com o marquês de Marialva e respectiva família) e as más com os latidos das “matilhas de cães vadios e esfomeados”, que percorriam as ruas todas as noites e com a falta de limpeza dos espaços públicos e privados. Sobre a cidades em geral, confessou que quanto mais a conhecia menos gostava dela porque, como afirmava, não tinha “nem a riqueza nem a dignidade de uma capital”, parecendo muito mais “uma série de feios povoados ligados uns aos outros (...) [com] igrejas, em geral (...) desprezivelmente pequenas e (...) deficientes, do ponto de vista da arquitectura.”⁶³⁵

em Novembro de 1793, tendo permanecido cerca de dois anos, e a segunda em Outubro de 1798, tendo permanecido até Julho do ano seguinte.

⁶³⁵ Beckford, William, , p. 50

4.2.1.1. O Passeio Público

O Passeio Público, projectado por Reinaldo Manuel em 1764, completou, de forma notável, o plano pombalino de reconstrução da Baixa e foi encarado por José Augusto França como “contraponto ao sistema racional do pombalismo, como se apresentasse, no quadro do seu Iluminismo, a face da natureza que nele paradoxalmente se integrava, em possível anúncio romântico.”⁶³⁶

O Passeio Público localizado no limite norte da *nova* capital, foi construído nas “Hortas da Cera a Valverde, terras húmidas e alagadas, que haviam sido elevadas com os entulhos das demolições pós-terremoto. O Marquês comprara-as ao Conde de Castelo Melhor, José de Vasconcelos e Souza que por isso fora indemnizado com o monopólio do sabão preto.”⁶³⁷

Mas, além das hortas pertencentes ao Conde de Castelo Melhor, foram adquiridos terrenos a outros proprietários locais, como se depreende da correspondência (Consultas e Avisos) entre a Junta do Comércio e a Secretaria de Estado, respeitante às indemnizações compensatórias a pagar a esses mesmos proprietários.

A 6 de Fevereiro de 1777, a Secretaria de Estado ordenava à Junta que pagasse a “Luiz Bartholomeu de Faria dous contos, e quatrocentos mil reis, em que foi avaliado o prejuízo de huma propriedade de Cazas, em beneficio do alinhamento da Cidade, e da Praça do Passeio Público.”⁶³⁸

E, a 15 de Junho de 1778, a Junta informava a Secretaria de Estado de que Francisco António Soares da Silva pedira o pagamento de prejuízos por lhe ter sido “tomado, e devassado o Chão de uma Horta adjacente a humas Cazas nobres (...) contíguas á Calçada da Gloria, por se compreender na demarcação do Passeio Publico, e Rua, que se abrio naquelle sitio (...)”⁶³⁹

⁶³⁶ França, José Augusto, opus cit., p. 37

⁶³⁷ Silva, Raquel Henriques, “O Passeio Público e a Avenida da Liberdade”, opus cit., p. 3

⁶³⁸ Santana, Francisco, opus cit, vol. I, pp. 399-400 (livro 118, fl. 4vº-6vº)

⁶³⁹ Idem, p. 430

Numa outra consulta da Junta, datada de 23 de Julho desse mesmo ano, fazia-se referência ao pedido de pagamento do marquês de Louriçal⁶⁴⁰ “da quantia de nove Contos oito centos quarenta e quatro mil duzentos setenta e sinco reis, em que se [achava] avaliada huma Horta pertencente ao seu Palacio no sitio da Anunciada, que se compreendeu na Demarcação do Passeio Publico.”⁶⁴¹

As obras de delineamento e de construção do jardim público da capital foram iniciadas entre os últimos anos da década de 60 e inícios da década seguinte, ou seja, pouco depois da aprovação do projecto apresentado por Reinaldo Manuel e da aquisição dos terrenos necessários para o efeito. Em 1770, já estavam traçadas as ruas que viriam a constituir os seus limites oriental e ocidental, como se deduz pela observação da planta da freguesia de S. José,⁶⁴² da autoria do engenheiro militar Monteiro de Carvalho, onde essas ruas aparecem com a designação de ruas “novamente projectadas pelas hortas”.



Figura 55. Planta da Freguesia de S. José de 1770

⁶⁴⁰ D. Henrique de Meneses, foi o 3º marquês de Louriçal, 7º conde da Ericeira, 5º senhor de Ansião, 11º senhor do Louriçal, senhor do morgado da Anunciada e dos da casa de Sarzedas. Tornou-se gentil-homem da câmara da rainha D. Maria I, cavaleiro do Tosão de Ouro de Espanha e comendador da Ordem de Cristo. Foi um enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Turim e Roma, de 1779 a 1781.

⁶⁴¹ Santana, Francisco, opus cit, vol. I, 435

⁶⁴² vide Lisboa na 2ª metade do século XVIII (Plantas e descrições das suas freguesias), Lisboa, ed. C.M.L., s/data, p.51

Dois anos mais tarde, um viajante inglês, Richard Twiss⁶⁴³, referiu-se ao Passeio Público anotando, ironicamente, que estava a ser construído em Lisboa “um passeio novo, com a da singularidade de ter num dos extremos a vista risonha do cadafalso e no outro extremo, a do Paço Inquisição.”⁶⁴⁴

Relacionando as informações da Planta atrás apresentada com as fornecidas por Twiss, concluímos que a área inicialmente ocupada pelo jardim público da *Corte* se encontrava limitada a leste pela Rua Oriental do Passeio, a oeste, pela Rua Ocidental, para a qual virava a “longa fachada do Palácio Castelo Melhor [que] delimitava (...) o largo de entrada do jardim”⁶⁴⁵, a norte, pela Praça da Alegria e a sul, pelo Largo do Passeio Público.

Pelos dados apresentados em 1776 por Monteiro de Carvalho, sabemos que, nessa altura, o jardim público da cidade tinha “de comprido 1360 palmos e de largo 400 (...) [compondo-se] de 1123 arvores de variados géneros”.⁶⁴⁶

Carrère, referindo-se ao Passeio Público, apontou-lhe vários defeitos, como a má localização, os maus acessos e os altos muros que o cercavam mas, o que lhe mereceu mais críticas foram, precisamente, as dimensões. Tratava-se de uma área tão pequena que, como afirmava, bastariam “trezentos passeantes para o encher completamente” e como “passeio público de um grande agregado populacional, [era] apenas ridículo”⁶⁴⁷

Dois anos mais tarde, em 1798, também Friedrich Link⁶⁴⁸ teve a oportunidade de visitar o Passeio Público e descreveu-o como um “jardim medianamente grande, com algumas alamedas de várias espécies de árvores, intencionalmente misturadas e as sebes cortadas à altura do peito, numa zona muito fechada”.⁶⁴⁹

Baseando-se nas várias descrições da época, Raquel Henriques da Silva apresentou-nos o Passeio Público como “um soturno rectângulo alargado, cercado por um muro alto com 15 janelas gradeadas, tendo cada uma dois assentos de pedra; a

⁶⁴³ Richard Twiss (1741-1821), aristocrata inglês, viajou por Portugal e Espanha e publicou as suas impressões numa obra intitulada *Travels through Portugal and Spain, in 1772 and 1773*, que foi editada em Londres em 1775

⁶⁴⁴ Citado por Alfredo Mesquita, *Lisboa*, Lisboa, ed. Empresa da História de Portugal, 1ª ed., 1903, p. 316

⁶⁴⁵ França, José Augusto, “O palácio Castelo Melhor ao Passeio Público” in *Monumentos*, nº 11, Lisboa, ed. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 1999, p. 9

⁶⁴⁶ AHCM, Carvalho, José Monteiro de, *Relação das propriedades de Cazas, que nesta cidade de Lisboa, se tem edificado e reedificado, pela nova regulação determinada por Sua Majestade, desde o anno de 1755, até o prezente de 1776*, Lisboa, 1778 (cota: BL.-2.A.004.05.01)

⁶⁴⁷ Carrère, opus cit., p. 31

⁶⁴⁸ Heinrich F. Link esteve em Portugal entre Fevereiro de 1798 e inícios do ano seguinte

⁶⁴⁹ Link, Heinrich Friedrich, opus cit., pp. 105-106

fachada do lado norte apresentava também um muro gradeado e a sul, a entrada era uma espécie de tapume em madeira, solução provisória que nunca seria substituída. O espaço assim delimitado apresentava umas fiadas de freixos, oferecidos por Jacome Ratton que, em anos seguintes, terão sido, por diversas vezes, selvaticamente decepados como se queixava o doador, impedindo que as ruas se tornassem “sombrias e frescas no tempo de calma”⁶⁵⁰.

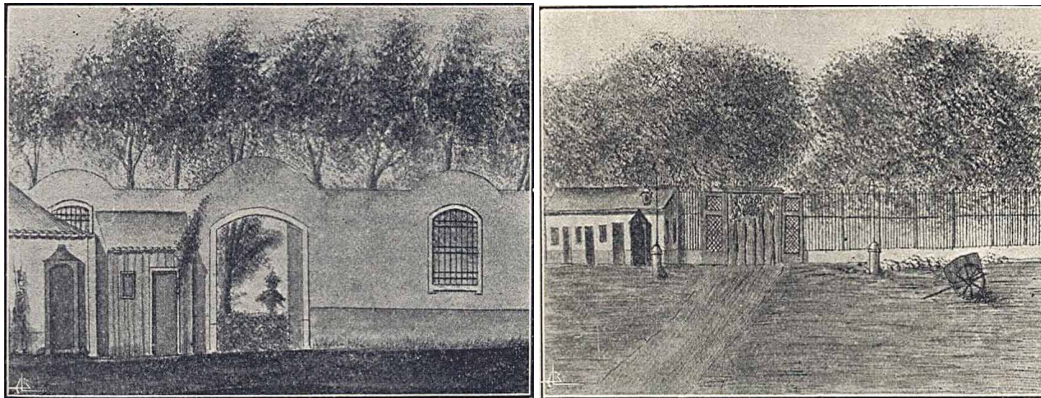


Figura 56. Passeio Público: entradas norte e sul antes de 1834

O Passeio Público ofereceu à cidade uma área relativamente ampla e arborizada onde, melhor do que em qualquer outro sítio, os cidadãos poderiam respirar o tão desejado ar *puro*. Mas, teria sido por esse motivo que o futuro Marquês de Pombal mandou construir o Passeio Público? Ou teriam existido outros motivos ainda mais pertinentes?

Segundo James Murphy, um dos motivos para tal decisão deveu-se ao facto de o futuro Marquês de Pombal ser um “*grande admirador do sexo fraco*” e de pretender, com a construção do Passeio Público, abolir “a separação em que, incompreensivelmente, (...) viviam os dois sexos (...) [vendo nisso a possibilidade de lhes] proporcionar uma maior comunhão”⁶⁵¹. Claro que Murphy nada disse quanto à categoria social das representantes do “sexo fraco” que Carvalho e Melo apreciava e

⁶⁵⁰ Silva, Raquel Henriques, opus cit, p.4

⁶⁵¹ Murphy, James, opus cit, p. 141

pretendia “libertar”, mas não nos parece difícil imaginar de que se trataria de senhoras dos grupos sociais mais privilegiados.

Aliás, a imposição das rígidas normas de acesso, como a proibição de entrada “a homens de jaqueta, ou sem gravata e a mulheres de capote”, impedia ou dificultava bastante a frequência do jardim por parte das classes laboriosas da *Corte*, como foi reconhecido por alguns contemporâneos. Ruders considerou que a proibição de entrada aos que usavam capotes se destinava, de facto, a “impedir o acesso ao jardim ao populacho.”⁶⁵²

Se as referidas restrições de entrada justificavam a pouca frequência do Passeio Público, o seu horário de fecho, “ao toque das avé-marias”, também contribuía para isso, como muito bem observou Ruders.⁶⁵³ Mas, para esse viajante sueco, tal como para Carrère e Link, entre outros, a principal razão devia-se ao facto de “os portugueses não gostarem de passear” como os estrangeiros.

Porém, não decorreria esse desinteresse pelo jardim público do facto de a maioria dos que o podiam frequentar – nobres e burgueses - possuírem os seus próprios espaços ajardinados, dentro e fora da *Corte*, a maioria dos quais eram superiores ao Passeio Público que, como reconheceu Link, não era “muito atractivo”⁶⁵⁴

A propósito dessa observação de Link, questionamo-nos sobre o modelo, ou modelos, que serviram de referência a Carvalho e Melo ao mandar construir o Passeio Público, porque a sua classificação de “pouco atractivo” ou de “ridículo” pressupunha termos de comparação com espaços mais ou menos semelhantes aos que existiriam noutras cidades da Europa.

Para Raquel Henriques da Silva a decisão de Carvalho e Melo de criar o Passeio Público foi “um gesto eminentemente simbólico que reforçava, e particularmente representava o paradigma da modernidade de todo o projecto [de reconstrução]” E, sobre os possíveis modelos que inspiraram a sua concepção, sugeriu que teriam sido os “espaços de convivencialidade aristocrática em Viena e Londres”, que o futuro Marquês de Pombal conhecera e frequentara nos anos em que aí viveu, no desempenho dos seus cargos diplomáticos.

⁶⁵² Ruders, Carl Israel, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 1981

⁶⁵³ Idem, p. 37

⁶⁵⁴ Link, Heinrich Friedrich, opus cit., p. 106

Assim, o Passeio Público de Lisboa, teria sido criado, à semelhança dos daquelas cidades, como um espaço propício a encontros menos formais, onde nobres e burgueses se podiam misturar e conviver “independentemente de genealogias antigas ou recentes”.⁶⁵⁵

Porém, contrariando tal expectativa, a frequência desse espaço foi sempre muito reduzida ou, se atendermos às informações registadas pelo embaixador francês em 1786, a sua frequência decresceu consideravelmente após 1777, ou seja, após o afastamento do Marquês de Pombal do poder. Segundo as palavras do próprio Marquês de Bombelles, “(...) por consideração ou para obedecerem a esse ministro absoluto, os fidalgos ou nobres portugueses reuniam-se nesse local durante o seu governo mas, logo que ele caiu em desgraça, o passeio ficou deserto (...)”.⁶⁵⁶

Face aos eventuais objectivos visados (de convivialidade informal entre nobres e burgueses), a concepção do Passeio Público foi, sem dúvida, inspirada pelas práticas existentes em Londres, em Viena ou noutras capitais europeias da época. Mas, se atendermos às características formais desse espaço, que já atrás foram referidas, verificamos que nenhum modelo específico serviu de orientação.

Na Londres que Pombal conheceu, existiam dois modelos de espaços de convivialidade: um, com carácter verdadeiramente público (isto é, susceptível de ser frequentado por todo o tipo de pessoas), constituído pelas “squares”, pequenas praças arborizadas, inseridas nos diversos bairros criados após o grande incêndio de 1666; o outro modelo, destinado a um “público” selecionado, predominantemente aristocrático, era o do Parque de S. James (zona de Westminster), organizado com canteiros, caminhos arborizados, grandes relvados e lagos.⁶⁵⁷

Os jardins e parques ingleses, destinados ao grande público, só foram criados na segunda metade de Oitocentos, em grande medida devido às exigências feitas pelo Parlamento, que os consideraram imprescindíveis para, entre outras coisas, evitar (ou reduzir) as frequentes explosões sociais da época.⁶⁵⁸

⁶⁵⁵ Silva, Raquel Henriques da, “O Passeio Público e a Avenida da Liberdade” in *O livro de Lisboa*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1994, p. 1

⁶⁵⁶ Bombelles, Marquês de, opus cit., p. 44

⁶⁵⁷ O Parque de S. James passou por muitas transformações desde a sua fase inicial, em 1532, com Henrique VIII, até finais ao século XVIII. A principal transformação foi determinada por Carlos II (1660-1685) que, devido ao seu exílio em França durante o governo de Cromwell, se tornara apreciador dos jardins franceses e, por isso, mandou redesenhar o Parque real pelo paisagista francês André Mollet.

⁶⁵⁸ Impelluso, Lucia, *Gardens in Art*, Los Angeles, ed. J. Paul Getty Museum, 2007, p. 115

Na capital austríaca os espaços de convivialidade existentes no tempo em que Carvalho e Melo aí residiu (de 1743 a 1749), eram os dos jardins aristocráticos e, particularmente, o do palácio real de Schonbrunn. Mas, nos meios cultos e na própria corte, já se discutia a obra do dinamarquês Hirschfeld⁶⁵⁹ e a sua ideia do *Volksgarten* (jardim do povo). E foi, provavelmente, sob a influência dessa obra, que o imperador Francisco José II mandou abrir o *Prater*, em 1777, como “jardim de lazer para todos os homens”.⁶⁶⁰

As ideias de Hirschfeld também se repercutiram em Berlim, influenciando o traçado do primeiro jardim público, o *Tiergarten* (1809) mas, antes da existência desse espaço “para todos”, a cidade já possuía um passeio público, a famosa *Unter den Linden* (criada em 1647 pelo Grande Eleitor Frederick William), uma longa alameda arborizada (com tílias) no centro da cidade, que fora inicialmente destinada a um “público” restrito e que em finais de Setecentos passou a ser frequentada por um público mais vasto.

Por sua vez, na capital francesa os passeios “públicos” ou *Promenades*, existentes desde inícios do século XVII, como o *Cours de la Reine*, o *boulevard Saint-Antoine* e *les Champs-Élysées*, eram destinados aos aristocratas e aos membros da alta burguesia, que aí, como nos teatros, confraternizavam “para verem e para serem vistos”⁶⁶¹. Foi preciso esperar pela grande Revolução (1789), para ver surgir os primeiros jardins públicos, que outros não eram que os antigos jardins privados da casa real, da nobreza e do clero que, em virtude do processo revolucionário, foram nacionalizados.

O Jardim das Tulherias foi o primeiro de muitos outros que vieram a ser disponibilizados ao *Povo*, quer em Paris, quer nas outras cidades francesas. Várias décadas mais tarde, Paris passou por uma grande reestruturação urbana sob a direcção do barão Haussmann⁶⁶² e com o apoio do imperador Napoleão III e, integrados nesse plano de renovação urbanística, surgiram quatro grandes parques públicos: o *Bois de Bologne*, a oeste, o *Bois de Vincennes*, a este, o *Buttes-Chaumont*, a norte e o *Montsouris*, a sul. Em correspondência com os interesses políticos do imperador, a

⁶⁵⁹ A obra mais divulgada de Christian Cajus Lorenz Hirschfeld (1742-1792), a *Theory of Garden Art*, foi de grande importância para a evolução dos jardins germânicos e escandinavos de finais de Setecentos ao século XIX

⁶⁶⁰ Van Zuylen, Gabrielle, opus cit., p. 107

⁶⁶¹ Impelluso, Lucia, opus cit., p. 272

⁶⁶² Georges-Eugène Haussman (1809-1891) depois de vários anos como sub-prefeito de Nérac, tornou-se prefeito de Paris (de 1853 a 1870) e, com o apoio de Napoleão III, procedeu a uma extraordinária renovação urbana de Paris.

“haussmanização de Paris foi (...) um elemento de estratégia contra-revolucionária” e a criação desses “pulmões verdes” ajudaram “a restabelecer uma imagem, embora ilusória, de harmonia social”.⁶⁶³

Um ano antes da criação do Passeio Público de Lisboa, também Madrid criou o seu próprio passeio público, o *Paseo del Prado*, uma grande alameda arborizada que ligava o extremo oriental da cidade ao jardim real.

Face ao que atrás foi exposto, como poderemos caracterizar formalmente o Passeio Público pombalino, tal como existiu desde a sua abertura, por volta de 1773, até 1838? Ao contrário dos “promenades” ou “passeios” de outras cidades europeias, esse espaço arborizado encontrava-se envolvido por muros altos, o que contrariava a própria ideia de zona de “caminho” ou de alameda, ligando uma área urbanizada às zonas limítrofes (bosques, campos, rios, etc.).

Pela presença desses muros e pela sua composição botânica (espécies arbóreas e buchos), o Passeio Público da capital portuguesa tinha o aspecto de um jardim de quinta provinciana ou de uma “alameda, assaz monacal”⁶⁶⁴, identificando-se muito mais com a tipologia do jardim medieval (*hortus conclusus*) do que com os jardins setecentistas.

De facto, no processo evolutivo dos jardins europeus, o *hortus conclusus* medieval, fechado por altos muros, deu lugar ao jardim “italiano” renascentista onde os muros foram rebaixados e cujo espaço interior foi enriquecido com a introdução de labirintos, lagos, fontes, cascatas, escadarias, estatuária, etc. O jardim “à italiana” divulgou-se por toda a Europa nos séculos XV e XVII e serviu de referência a todos os jardins aristocráticos então construídos.⁶⁶⁵ Mas, a partir de meados de Seiscentos e até finais do século seguinte, divulgou-se, por sua vez, o jardim de “aparato” barroco, estruturado com grandes alamedas perspectivadas e composto por canteiros geometrizados (alguns já floridos), grandes espelhos de água, escadarias, as

⁶⁶³ Impelluso, Lucia, opus cit. p. 112

⁶⁶⁴ *Dicionário da História de Lisboa*, p. 692

⁶⁶⁵ O jardim da Quinta da Bacalhoa (Azeitão) é, em Portugal, o melhor exemplar conhecido de jardim renascentista “à italiana”. Os primeiros trabalhos de estruturação do jardim ocorreram em meados do século XVI, quando a quinta ainda pertencia a D. Brites (casada com o duque de Viseu e mãe do rei D. Manuel), mas foi depois de passar à posse de D. Brás de Albuquerque (filho natural do vice-rei D. Afonso de Albuquerque), que passou por grandes transformações, sob a influência de modelos italianos que o proprietário conheceu quando, em 1522, aí estivera.

balaustradas, múltiplos elementos escultóricos de carácter simbólico e alegórico, grutas, bosques, etc.⁶⁶⁶

O jardim barroco ou francês (designação mais divulgada, por ter sido criado na França de Luís XIV) começou, por sua vez, a ser substituído pelo jardim inglês, a partir de meados do século XVIII. O jardim inglês, criado em nome da(s) liberdade(s), aboliu os muros e os canteiros geometrizados e privilegiou os grandes relvados e lagos, conciliando-os com a natureza “espontânea e selvagem” dos bosques e as áreas propícias à reflexão e à melancolia (as falsas ruínas).⁶⁶⁷

Devido à forte presença de Ingleses no território português, as influências do jardim à inglesa (como, obviamente, as de outras novidades culturais e artísticas) começaram a manifestar-se nos novos jardins privados, criados entre o último quartel de Setecentos e o século seguinte.⁶⁶⁸

E foram também os “ventos da liberdade” soprados da Inglaterra e da França, que desencadearam em Portugal a Revolução de 1820 que instaurou, após a definitiva vitória dos Liberais sobre os Absolutistas em 1834, a monarquia constitucional, com a qual se implementaram, em todos os campos, reformas tendentes a modernizar o país e a “libertar o povo” de jugos ancestrais.

A ânsia de modernização, inspirada nas ideias liberais e nos modelos urbanísticos londrino e parisiense, percorreu todo o país, mas fez-se sentir com mais acuidade nas cidades do Porto e Lisboa, nas quais se multiplicaram as propostas de intervenção urbana destinadas a melhorar o quotidiano dos seus habitantes.

Em Lisboa, o Senado camarário discutiu, entre outras propostas, as dos melhoramentos a realizar no Passeio Público pombalino e nas suas áreas limítrofes, melhoramentos já anteriormente sugeridos por diversos intelectuais que pensariam, provavelmente, o mesmo que Júlio Dantas, que afirmara que “um passeio que convinha

⁶⁶⁶ A partir do último quartel do século XVII, construíram-se em Portugal notáveis jardins barrocos ou “à francesa”, de que destacamos o do Palácio do Marquês da Fronteira (Benfica), datado de 1668, e o do Solar de Mateus, datado de meados do século XVIII

⁶⁶⁷ vide Impelluso, Lucia, *Gardens in Art*, Los Angeles, ed. J. Paul Getty Museum, 2007, pp. 88-105

⁶⁶⁸ Essas influências reflectiram-se no jardim do Palácio do Marquês de Pombal em Oeiras, datado de 1740-1770 e, ainda na mesma altura, no jardim da Quinta do inglês Gérard Dévisme em Benfica (actualmente está reduzido a menos de metade e completamente descaracterizado) e encontraram a sua máxima expressão no jardim do Palácio de Seteais, construído em 1783, pelo cônsul holandês Daniel Gildemeester Monserrate e no jardim do Palácio de Monserrate, intervencionado pelo já referido Dévisme, em 1990 e, posteriormente, por William Beckford

à segunda metade do século XVIII, não podia convir à primeira metade do século XIX.”⁶⁶⁹

Com o intuito de ampliar o Passeio Público e de melhorar a sua entrada sul (próxima da Rua do Príncipe), a Câmara mandou levantar uma planta dessa área, a qual foi concluída a 18 de Abril de 1834. Nessa planta intitulada *Planta que mostra a parte que ainda falta ao Passeio Público para o seu acabamento, & a Praça que lhe deve preceder até ao principio da Rua do Príncipe*, registaram-se os limites sul, oriental e ocidental do Passeio Público e, em contiguidade, dois terrenos privados que chegavam até à Rua do Príncipe (actual Rua 1º de Dezembro), assim como a Praça do Passeio Público, limitada a sul pela Rua do Jardim do Regedor e ainda o “*Terreno para continuação do Passeio Publico*” (h), ou seja, a área destinada à ampliação do jardim, situada entre o seu limite sul e a Praça do Passeio Público.

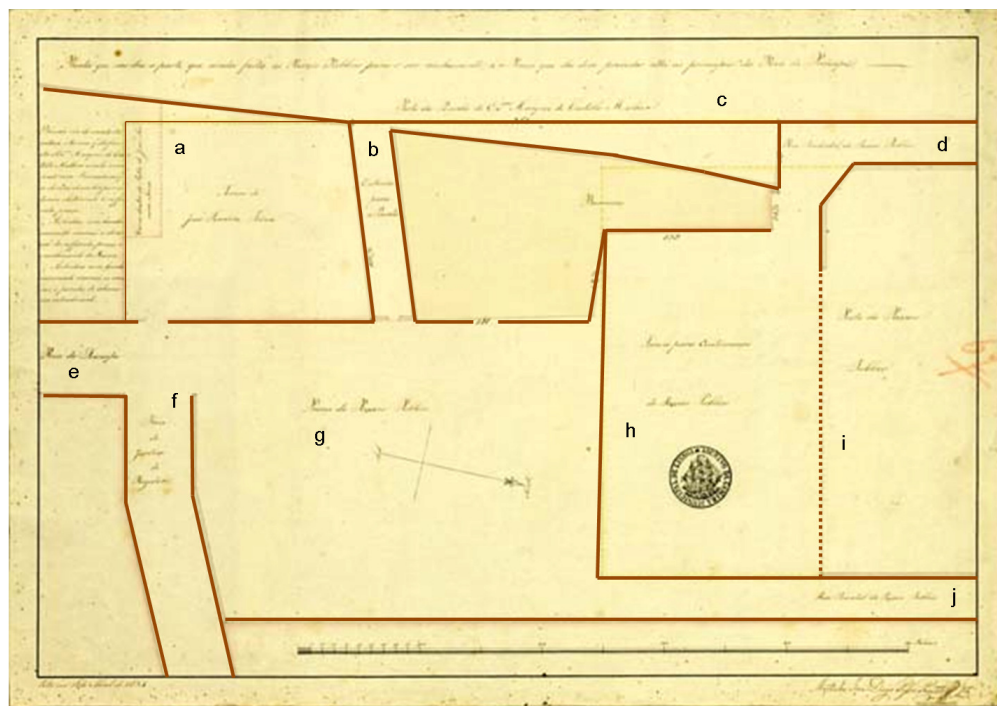


Figura 57. Adaptação de Planta de 18 de Abril de 1834: a) Terreno de João Ferreira Tróca; b) Entrada para a quinta; c) Parte da Quinta do Ex.mº Marquez de Castello Melhor; d) Rua ocidental do Passeio Publico; e) Rua do Principe; f) Rua do Jardim do Regedor; g) Praça do Passeio Publico; h) Terreno pra continuação do Passeio Publico; i) Parte do Passio Publico; j) Rua Oriental do Passeio Publico.

⁶⁶⁹ *Dicionário da História de Lisboa*, p. 693

Em Setembro desse mesmo ano, a Câmara mandou derrubar as barracas que obstruíam as imediações do jardim e iniciou os trabalhos de ampliação, terminados os quais o Passeio Público ganhou mais trinta metros de comprimento e cerca de vinte de largura. As obras de ampliação e de embelezamento, que se prolongaram por vários anos, estiveram a cargo do Malaquias Ferreira Leal, arquitecto do Senado desde 1820.

Os muros pombalinos foram substituídos por um gradeamento entre pilares, assente num pano de cantaria de cerca de 60 centímetros de altura e a frente do jardim, virada ao Largo do Passeio Público, que “era em madeiramento provisório muito feio”, ficou, então, com “três portas de ferro elegantes e esbeltas, inauguradas, segundo ellas próprias diziam em letras doiradas, no anniversário da Rainha D. Maria II, a 4 de Abril de 1838.”⁶⁷⁰

A Câmara, desejando valorizar a entrada sul do Passeio Público mas querendo evitar mais despesas, solicitou ao Governo a cedência de seis estátuas “representando figuras marinhas, que se encontravam na repartição das Obras das Águas Livres, já extinta”⁶⁷¹, que tinham sido esculpidas por Alexandre Gomes para o Chafariz do Campo de Santana. Obtida essa autorização, as estátuas de tritões e de sereias, assim como outras provenientes do Jardim do Regedor (antigo jardim do Palácio da Inquisição), foram então colocadas no lago fronteiro à entrada sul do jardim.

As obras realizadas não foram muito significativas do ponto de vista da estrutura interna, uma vez que esta sofreu poucas alterações e o Passeio continuou com as árvores alinhadas ao longo de “13 ruas ao comprido e 32 à largura [com] o intervalo de árvore a árvore ocupado com bancadas de bucho e de louro”.⁶⁷²

Face às críticas que se fizeram ouvir, a Câmara determinou, na década seguinte, a realização de novos melhoramentos, dentre os quais se destacou a organização do espaço interno em “quatro quadras e a renovação de algum arvoredor, a substituição do pedestal, bacia e repuxo do lago principal, desde sempre muito criticados pela desproporção ingenuísta dos diversos elementos”⁶⁷³ e a construção de uma cascata junto da entrada norte, ladeada por escadas conducentes a um terraço⁶⁷⁴

⁶⁷⁰ Mesquita, Alfredo, opus cit., pp. 318-319

⁶⁷¹ *Dicionário de Lisboa*, p. 693

⁶⁷² Idem, p. 694

⁶⁷³ Silva, Raquel Henriques da, “O Passeio Público e a Avenida da Liberdade” in *O livro de Lisboa*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1994, p.6

⁶⁷⁴ *Dicionário da História de Lisboa*, p. 694

Com a introdução desses e de outros melhoramentos posteriores, o Passeio Público passou a ser mais frequentado e, nas décadas seguintes, converteu-se, de facto, num importante espaço de convivialidade urbana. Referindo-se a esses melhoramentos e ao aumento da frequência do Passeio Público, Raquel Henriques da Silva afirmou que “foi a Lisboa romântica que descobriu e valorizou a vocação contida na iniciativa Pombalina, através da decisão da primeira vereação liberal da cidade de proceder ao seu acabamento.”⁶⁷⁵

Contudo, até 1879⁶⁷⁶, o Passeio Público lisboeta continuou a ser um espaço de lazer com algumas restrições de entrada e, consequentemente, a convivencialidade que aí ocorria era, predominantemente, aristocrática e burguesa. Só nos finais de Oitocentos, é que se manifestou em Portugal a tendência, generalizada havia várias décadas em diversos países europeus e nos Estados Unidos (sob o impulso da medicina *higienista* e dos hábitos de convivencialidade), da abertura e (ou) da criação de jardins para todos, ou seja, *verdadeiramente* públicos.

Foram os países mais industrializados que criaram, a partir de meados do século XIX, os primeiros jardins e parques públicos, colocando esses espaços amplos, bem arborizados e bem *arejados* à disposição das classes trabalhadoras (sobretudo do proletariado industrial), como alternativa em relação ao meio ambiente degradado em que viviam.

Na criação desses jardins e parques públicos pesaram, indiscutivelmente, as intenções *higienistas* propostas por médicos e por arquitectos, embora não deixassem de ser equacionadas as razões de ordem político-social. Efectivamente, enquanto uns insistiam na função higiénica desses espaços – Camilo Sitte considerava-os espaços de “verdura sanitária”⁶⁷⁷ –, outros encaravam-nos como um factor importante para reduzir

⁶⁷⁵ Silva, Raquel Henriques da, opus cit., p. 5

⁶⁷⁶ Refere José Manuel Fernandes, “Alguns apontamentos sobre urbanismo alfacinha” in *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 46-47, que a “transmutação” do jardim em avenida de modelo oitocentista foi equacionada nas propostas camarárias de 1859 e de 1874 e consagrada com a aprovação do projecto de abertura do *boulevard* a 12 de Outubro de 1877. A 28 de Novembro desse mesmo ano, foi apresentado o orçamento para a obra do “*primeiro lanço do boulevard em substituição do actual passeio do Rossio*” e em 1879 iniciaram-se as obras, que continuaram até 1879.

⁶⁷⁷ Esta opinião de Camilo Sitte é apontada por Mumford, Lewis, *A cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas*, S. Paulo, 3ª ed. Livraria Martins Fontes Editora Lda, 1991, p. 514

as tensões sociais e para fornecer aos trabalhadores (proletários) modelos e códigos de comportamento próprios da classe média.⁶⁷⁸

A criação de jardins e (ou) parques visando estes últimos objectivos não preocupou os políticos portugueses até ao último quartel do século XIX porque, dado o lento processo de industrialização do país (cingido, praticamente, a Lisboa e ao Porto), o proletariado industrial ainda não constituía até essa altura uma força social significativa, capaz de gerar sublevações com a mesma acuidade que se haviam manifestado nos países de grande desenvolvimento industrial (Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos ou Alemanha).

Mas, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, a situação económica, social e política alterou-se verificando-se, por exemplo, um considerável aumento demográfico à custa de uma população migrante que procurava na capital novas oportunidades de trabalho e que se fixou em prédios abandonados e degradados – os pátios operários – sem quaisquer condições de higiene. Para minorar os problemas criados pela concentração dessa população proletarizada e pobre em bairros degradados, os filantropos republicanos criaram as primeiras vilas operárias, outros beneméritos conjuntamente com o Estado, criaram as Cozinhas Económicas (1898-1910), ao mesmo tempo que a Câmara estabelecia asilos de protecção às crianças abandonadas e aos idosos.

No âmbito de um novo programa de expansão e modernização urbana, foram também criados e (ou) melhorados jardins e parques no centro da cidade – jardins do Príncipe Real e de S. Pedro de Alcântara, Parque Eduardo VII (com um primeiro projecto de Henri Lousseau, datado de 1787) – e nas zonas limítrofes, sobretudo nas de maior concentração de pátios e vilas operárias (a de Xabregas a oriente, Carnide e Benfica a norte, Campo de Ourique a noroeste, Alcântara e Belém a ocidente), com evidentes propósitos de salubridade urbana.

Os novos espaços arborizados e (ou) ajardinados de finais de Oitocentos favoreceram a convivalidade entre todos os grupos sociais, contrariamente ao que se verificara com o Passeio Público e mesmo com o Passeio do Campo Grande, construído em 1802⁶⁷⁹, por iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares.

⁶⁷⁸ vide Lucia Impellusa, opus cit., pp. 115-118

⁶⁷⁹ Pelo Decreto de 7 de Dezembro de 1801, o Regente D. João determina a elaboração de um plano para se estabelecerem os passeios públicos nos Campos Grande e Pequeno.

À data da sua criação, o jardim tinha “1200m de comprimento por 200m de largura e era cercado por um muro baixo com 6 grandes portões de ferro, 2 laterais e 2 em cada extremo”⁶⁸⁰. Posteriormente, passou por vários melhoramentos, os mais importantes dos quais foram realizados em meados do século XX, pelo arquitecto Keil do Amaral.

⁶⁸⁰ Sucena, Eduardo, “Campo de Alvalade” in *Dicionário da História de Lisboa*, p. 18

4.3. Preservar a Saúde Pública e tratar as doenças: a reforma dos Hospitais

As preocupações com o ar *puro*, directamente associadas à saúde individual e pública na óptica dos médicos *higienistas*, levaram alguns deles a apresentar propostas concretas para a remodelação dos espaços urbanos, com o objectivo de corrigir o ar. Em Marselha, o médico Raymond, autor de uma topografia médica datada de 1777, propôs várias medidas para “corrigir o clima da cidade”, entre elas, a plantação de árvores, o levantamento de muros, o aumento do número de fontes, que contribuiriam para “agitar” o ar.⁶⁸¹

Sob o aconselhamento dos médicos *higienistas*, os governantes determinaram várias intervenções nos velhos tecidos urbanos – abertura de ruas largas, criação de praças e alamedas, etc. –, para lhes garantir o adequado *arejamento* –, ao mesmo tempo que reforçaram as medidas de saneamento nos espaços públicos.

Mas a salvaguarda da saúde dos cidadãos dependia não só da boa qualidade do ar que se respirava nos espaços públicos, mas também da eliminação dos focos infecciosos que se geravam nos edifícios onde, esporádica ou permanentemente, se concentrava um grande número de indivíduos: as igrejas, os conventos, os quartéis, as prisões e os hospitais.

De um modo geral, os hospitais existentes nas principais cidades europeias de Setecentos, eram edifícios datados entre os séculos XIII e XVI, que já não ofereciam as mínimas condições para alojar um crescente número de doentes. A maioria desses hospitais encontrava-se superlotada e com péssimas condições sanitárias, sendo encarados pelos médicos *higienistas* como espaços repletos de ares contaminados que propiciavam todo o tipo de contágios infecciosos. Nesses hospitais, destinados essencialmente a doentes pobres, observava-se uma promíscua e perigosa acumulação de corpos doentes (não era raro, dois ou três doentes partilharem o mesmo leito), de todo o tipo de imundices e de cheiros nauseabundos, como podemos imaginar pelas observações que Moreau de La Sarthe registou no seu *Essai sur la gangrene humide des Hôpitaux* (*Ensaio sobre a gangrena húmida dos Hospitais*), datado de 1796, do qual transcrevemos a seguinte passagem: “Camas impregnadas de substâncias fétidas, pilhas

⁶⁸¹ Vigarello, Georges, *Histoire des pratiques de santé*, p. 184

de roupa e de pensos poucas vezes renovados, instalações sanitárias e salas de doentes com febres mal isoladas das salas destinadas a feridos”⁶⁸².

Observados sob o novo prisma *higienista*, os antigos hospitais não só não apresentavam os requisitos mínimos de conforto e de segurança para alojar os doentes, como também não se encontravam capazes de os curar, como demonstravam as altas taxas de mortalidade registadas nos seus relatórios anuais.

Embora a necessidade dos hospitais não fosse questionada, por lhes ser reconhecido um importante papel de protecção - protegiam os sãos das doenças, afastando do seu convívio e isolando os infectados e protegiam os enfermos das práticas dos ignorantes e charlatães -, questionava-se cada vez mais a manutenção dos que existiam. Efectivamente, os hospitais setecentistas apresentavam múltiplas deficiências, muitas delas decorrentes das limitações físicas dos próprios edifícios e outras da má gestão e da inadaptação aos novos conhecimentos médico-cirúrgicos.

Para alterar esse estado de coisas, os *higienistas* insistiram na intervenção dos governantes e (ou) das autoridades, para que se procedesse à reforma do sistema hospitalar, pela construção de novos edifícios ou pela renovação dos já existentes. Acima de tudo, e em correspondência com as novas exigências de salubridade, era forçoso que nos novos (ou renovados) edifícios estivesse garantida a circulação do ar nas salas, nas enfermarias e nos corredores.

As advertências e recomendações dos médicos *higienistas* relativamente às questões hospitalares (e não só), foram amplamente divulgadas junto das elites europeias, nomeadamente junto dos arquitectos e engenheiros militares, que começaram a elaborar novas tipologias arquitectónicas e (ou) novas soluções técnicas. A reforma dos hospitais foi debatida em toda a Europa das *Luzes*, entre meados de Setecentos e as primeiras décadas de Oitocentos, encontrando-se no cerne de tais debates as questões relacionadas com a localização dos edifícios hospitalares no espaço urbano e as novas tipologias arquitectónicas, que deveriam ser predominantemente funcionais e ajustadas aos novos conhecimentos médico-cirúrgicos.

A necessidade da construção de novos hospitais e (ou) da renovação dos já existentes - cuja fundação se devera à iniciativa da igreja (de bispos e de ordens

⁶⁸² Moreau de la Sarthe, J. L., *Essai sur la gangrene humide des Hôpitaux*, Paris, 1796, p.20, citado por Vigarello, *O Limpo e o Sujo*, p. 117

religiosas), à iniciativa de leigos piedosos (nobres e burgueses) ou à iniciativa régia - foi sentida com mais acuidade nas capitais europeias que apresentavam as mais elevadas taxas de crescimento demográfico, a começar por Londres (com cerca de um milhão de habitantes em 1801) e Paris (com perto de meio milhão de habitantes na primeira metade do século XVIII).

A miséria, a falta de higiene, as fomes ocasionais, abatiam-se sobre grande parte da população laboriosa de Londres, criando condições favoráveis para a multiplicação de infecções e para a difusão das doenças epidémicas, daí decorrendo o agravamento das taxas de mortalidade, particularmente nos grupos mais sensíveis: crianças, mulheres parturientes e idosos.

No início do século XVIII, Londres possuía dois hospitais centrais, o Hospital Real de São Bartolomeu (conhecido como Bart's) e o Hospital Real de S. Tomás. Existia também um hospital para alienados (embora parte dos internados fossem meramente indigentes ou mulheres mal comportadas): o Hospital de Bethlehem (ou Bedlam). Os dois primeiros que tinham sido fundados pelos Agostinhos no século XII (1123 e 1173, respectivamente) foram fechados em 1530, na sequência da reforma religiosa iniciada por Henrique VIII mas, algumas décadas mais tarde, voltaram a ser reabertos sob a protecção régia.

No início do século XVIII, os hospitais acima referidos revelavam já grandes deficiências e falta de espaço e de condições para receber e tratar novos doentes e, por isso, tiveram de ser reconstruídos. O reconstruído Hospital de S. Tomás (1693-1709), apresentava três pátios envolvidos por colonatas, sendo o primeiro envolvido pelas enfermarias femininas, o segundo pela capela e pelos edifícios administrativos e o terceiro pelas enfermarias masculinas.⁶⁸³ O Hospital de S. Bartolomeu, por sua vez, foi reconstruído em 1730, segundo o projecto do arquitecto James Gibbs (autor das igrejas de St. Martin-in-Fields e de St Mary-le-Strand).⁶⁸⁴

De fundação seiscentista (1676), o Hospital de Bethlehem manteve-se em funcionamento até inícios do século XIX, conservando a sua aparência palaciana (elogiada por nacionais e por estrangeiros)⁶⁸⁵ apesar de acusar imensos problemas

⁶⁸³ Thompson, Jonh D., Goldin, Grace, *The Hospital: a social and architectural history*, New Haven-Londres, ed. Yale University Press, 1975, p. 84

⁶⁸⁴ Lloyd, David W., *The making of English Towns*, London, ed. Victor Gollancz Ltd, 1992, p. 146

⁶⁸⁵ Thompson, Jonh D., Goldin, Grace, opus cit., p. 68

estruturais (fragilidade dos pilares, desnivelamento dos sobrados e inclinação das paredes) e de se ter tornado famoso como o “palácio dos horrores”.⁶⁸⁶

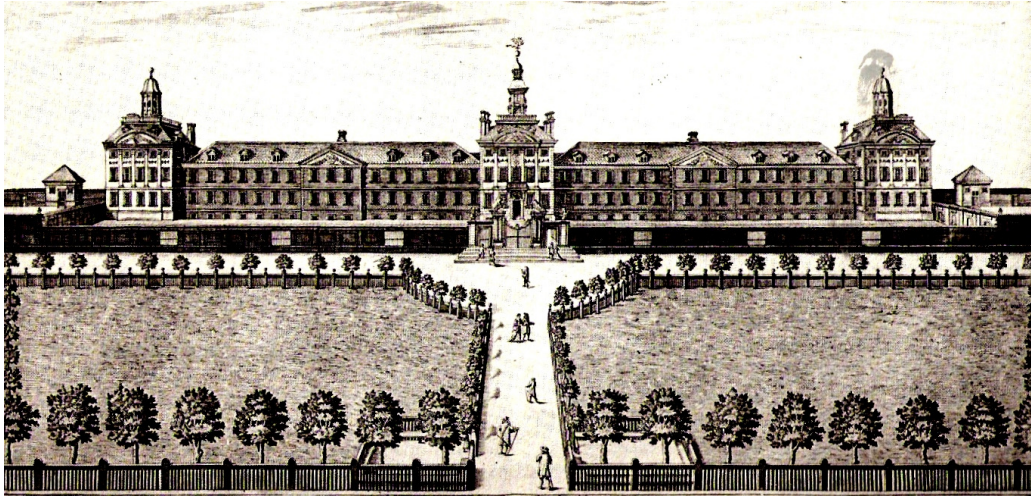


Figura 58. Hospital de Bethlehem em Londres, fachada principal

Uma vez que os antigos hospitais londrinos se apresentavam sobrelotadas nas primeiras décadas de Setecentos, um elevado número de doentes pobres deambulava e morria nas ruas, o que suscitou a reacção dos médicos, das autoridades, das associações de caridade e, de um modo geral, da maioria dos cidadãos com capacidade económica, o que conduziu à construção de novos hospitais.

Dos oito novos hospitais construídos na cidade até meados do século XVIII, três deveram-se a particulares - o Hospital Guy fundado por Thomas Guy em 1727, destinado a doentes incuráveis; o Hospital Foundling fundado por Thomas Coram em 1739, destinado a crianças doentes e abandonadas; o Hospital Lock fundado por William Bromfield em 1747, especializado em doenças venéreas -, e os restantes a associações de caridade: o Hospital de Westminster, datado de 1720; o de S. Jorge, datado de 1730; o Hospital de Londres, datado de 1740, destinado sobretudo, a manufactureiros e a pescadores; o de Middlesex, datado de 1754, vocacionada no apoio a doentes cancerígenos e o da Madalena, datado de 1758, destinado ao tratamento das prostitutas.

⁶⁸⁶ O Hospital de Bethlehem (ou Bedlam) esteve aberto ao público até 1770 como uma espécie de zoo humano, recebendo anualmente milhares de visitantes que, a troco de alguns “pence” podiam divertir-se a observar os doentes aí internados.

Na concepção formal desses novos hospitais londrinos (e também nos que foram construídos em todo o Reino Unido), foram marcantes as influências dos palácios urbanos e das casas nobres rurais, quer nas plantas (cujo traçado geral podia ser em H, U, E ou C) quer no desenho da fachada principal, constituída, normalmente, por um corpo central cingido por dois corpos laterais, com uma entrada principal valorizada por uma colunata rematada por um frontão triangular.

Nesses novos hospitais as enfermarias eram de mediana grandeza, possuindo cada uma delas, um número limitado de camas individuais (de 10 a 20).⁶⁸⁷ Para se garantir o seu arejamento, todas as enfermarias eram dotadas de amplas janelas e de lareiras⁶⁸⁸ mas, nalguns hospitais, utilizavam-se preferencialmente os ventiladores. Reforçaram-se igualmente as medidas sanitárias e as de assistência aos doentes, nomeadamente com a mudança frequente de roupa, camas individuais e enfermarias especializadas consoante as doenças de que padeciam.

No século XVIII, existiam em Paris quatro hospitais para doentes pobres – o Hospital de Deus (*Hôtel-Dieu*), o Hospital da Caridade (*Hôpital de la Charité*), o Hospital de *Salpêtrière* e o de Hospital de S. Suplício (*Hôpital de Saint-Sulpice*) – e um para militares – o Hospital dos Inválidos (*Les Invalides*). O mais antigo era o *Hôtel-Dieu* (século XI-XII) e o mais recente o de *Saint-Sulpice* (1778), sendo os outros três seiscentistas: o Hospital da Caridade, construído pelos Hospitalários, datava de 1613 e o de *Salpêtrière* (1656)⁶⁸⁹ e o dos Inválidos (1671-1676), tinham sido mandados construir por Luís XIV.

O Hospital de Saint-Sulpice, cuja construção se deveu à iniciativa de Suzanne Necker (mulher de Jacques Necker, ministro das finanças de Luís XVI), com o apoio do páraço de Saint-Sulpice, surgiu, na altura (1778) como um hospital moderno, quer pelas suas características arquitectónicas – edifício de apenas dois pisos, com enfermarias bem ventiladas e destinadas a um pequeno número de pacientes (o hospital tinha um total de 120 camas) –, quer pelas normas *higienistas* e de assistência implementadas:

⁶⁸⁷ Thompson, Jonh D., Goldin, Grace, opus cit., p. 91

⁶⁸⁸ As lareiras serviam não só para aquecer a água, o chá e a sopa, mas também para a ventilação das salas

⁶⁸⁹ O hospital de *Salpêtrière* (de mulheres), conjuntamente com o de *Bicêtre* (masculino), surgiram como uma instituição vocacionada para doentes mentais mas, esta designação era, na altura, muito abrangente. De facto, abarcava não só alienados, mas também todos os “indesejados” da sociedade: os idosos, os epiléticos, os indigentes, as mulheres com comportamento indecoroso, etc. Estimou-se em cerca de 6000 os parisienses que foram “enclausurados” nesta instituição em finais do século XVII.

mais eficaz sistema de esgotos e de circulação de ar, enfermarias especializadas, camas individuais, mudança frequente de roupa, etc.

Em absoluto contraste com esse hospital, o *Hôtel-Dieu* surgia na altura, como o maior e o mais problemático hospital parisiense, apresentando gravíssimas falhas de funcionamento decorrentes da sobrelotação, da falta de condições mínimas de higiene, da falta de arejamento, etc. Localizado no centro da cidade, muito próximo da catedral de Notre-Dame, era formado por vários edifícios que se estendiam da ilha da Cité (no lado direito do braço mais estreito do Sena) para o lado sul, ocupando as duas pontes – a Petit Pont e a Pont aux Doubles - que cruzavam o rio. Às três primeiras enfermarias que remontavam aos séculos XII e XIII (1195, 1210 e 1250), acrescentara-se uma outra em 1531 e, em meados do século XVII, acrescentara-se o novo edifício de S. Carlos, construído paralelamente à outra margem do rio, comportando várias enfermarias, o qual depressa se converteu na parte mais importante de todo o complexo hospitalar.

Nas últimas décadas do século XVIII, o *Hôtel-Dieu* alojava cerca de 2627 doentes, distribuídos por vinte enfermarias, a maioria das quais nos quatro pisos do edifício de S. Carlos. O alojamento desse avultadíssimo número de doentes fazia-se em condições higiénicas deploráveis por múltiplas razões, sendo uma das mais graves a partilha das camas por vários doentes. Efectivamente, todas as enfermarias comportavam centenas de camas, das quais a maioria (nunca menos de 100) eram camas grandes (para 3- 6 doentes cada) e uma minoria (de 9 a 30) eram camas pequenas (ou individuais).⁶⁹⁰

A partir dos inícios do século XVIII, os parisienses mais sensíveis e melhor informados começaram a chamar a atenção do monarca e das autoridades para as péssimas condições em que funcionava o *Hôtel-Dieu*, comprovadas pelas altas taxas de mortalidade anuais que aí se registavam.

Com os sucessivos incêndios ocorridos em 1718, em 1742 e em 1772, a situação do hospital foi-se deteriorando cada vez mais e, na sequência do último incêndio, foi finalmente equacionada a hipótese da reforma do hospital e ainda a da sua trasladação para outra área da cidade, embora muitos (a começar pelo arcebispo e o cabido de Notre-Dame) discordassem de tal ideia.

⁶⁹⁰ Thompson, Jonh D., Goldin, Grace, opus cit.,p. 122

Decorrido um ano após o grande incêndio, em 1773, Luís XV propôs que metade da população do *Hôtel-Dieu* fosse transferida para outros locais e que, para a outra metade, se construísse, no mesmo sítio, um novo edifício. Nesse mesmo ano, o arquitecto Jacques François Blondel opinou que, em vez de se construir um grande hospital, seria preferível que se construíssem vários hospitais de média dimensão.

Face à divergência de opiniões que se iam multiplicando, o monarca francês pediu, em 1777, à Academia Real das Ciências que designasse uma comissão “para estudar o problema e, durante a década seguinte, os melhores pensadores do país estiveram envolvidos, como nunca antes ou depois, com o traçado dos hospitais e com a saúde da nação.”⁶⁹¹

Foram, entretanto, aparecendo vários projectos destinados à construção do novo Hôtel-Dieu, uns que recuperavam os esquemas compositivos tradicionais (em cruz) e outros que revelavam grande inovação pelos traçados invulgares ou mesmo utópicos (forma elíptica) propostos, mas todos eles evidenciando uma preocupação prioritária: a do bom arejamento dos espaços interiores.

O projecto do arquitecto Antoine Petit, datado de 1774, propunha um edifício circular, de três pisos, centralizado na igreja, a partir da qual partiam seis corpos (enfermarias) radiantes. Mas, todo o conjunto foi concebido como “uma máquina de ventilação”⁶⁹², funcionando a cúpula cónica da igreja como um enorme exaustor que expelia o ar contaminado proveniente das enfermarias, da cozinha, da farmácia, da lavandaria, etc.

Em 1785, Bernard Poyet apresentou um projecto para um enorme edifício de planta centralizada e radiante, constituído por dezasseis corpos rectangulares, de três pisos cada, que partiam da igreja circular no plano central e que se destinaria a 5200 doentes. Este projecto de Poyet para um autêntico “Coliseu Parisiense” teve uma recepção tão entusiástica que Luís XVI requereu à Academia Real das Ciências que fizesse a sua avaliação.

Para análise do projecto de Poyet (arquitecto e superintendente das obras construídas na cidade), a Academia formou uma comissão constituída por Lassone,

⁶⁹¹ Thompson, Jonh D., Goldin, Grace, opus cit.,p. 126

⁶⁹² Idem, p. 127

Daubenton, Bailly, La Place, Coulomb, D’Arcet, Tenon⁶⁹³ e Lavoisier. No relatório apresentado em 1786, os comissários começaram por referir que havia mais de meio século que as pessoas esclarecidas desejavam a translação do *Hôtel-Dieu*, devido à sua localização no centro da cidade, à pouca extensão do terreno em que se encontrava (que inviabilizava a sua ampliação) e ao degradante espectáculo das enfermarias com vários doentes acumulados no mesmo leito, as falhas do regulamento aí existente e as altas taxas de mortalidade.

Entenderam os Comissários que, para melhor apreciarem o projecto de Poyet, deveriam começar por examinar os hospitais existentes, por entenderem que o novo hospital a construir deveria reflectir os conhecimentos científicos próprios da época esclarecida em que viviam, sendo útil começar por “ver os próprios monumentos [hospitais], onde as regras [higienistas] foram postas em prática, onde as vantagens do local & da administração foram constatadas pelas curas, & onde os inconvenientes do local, as negligências, os preconceitos [foram] postos a descoberto pela mortalidade.”⁶⁹⁴

Os Comissários visitaram os hospitais da *Charité*, o de *Saint-Sulpice*, o de *Salpêtrière* e dos Inválidos, onde constatarem as precauções tomadas para o tratamento dos enfermos e, duma maneira geral a boa administração, a ordem e a limpeza que eram as fontes da salubridade, mas não foram autorizados a visitar o *Hôtel-Dieu*. Foi o comissário Tenon, que aí frequentara o curso de cirurgia durante três anos, que forneceu as informações sobre o seu funcionamento (dimensões das salas, o número de leitos que comportavam, o número de doentes recebidos e o número dos mortos, etc.). Dos dados recolhidos, os Comissários concluíram que as doenças no *Hôtel-Dieu* se prolongavam pelo dobro do tempo que no da *Charité* e que a mortalidade naquele hospital era quase o dobro, sendo o resultado inevitável do defeito da localização, dos erros da construção e das péssimas condições que o edifício apresentava.

Debruçando-se sobre o projecto de Poyet, os Comissários opinaram que, embora tivesse alguns aspectos positivos, continha dois aspectos extremamente negativos: a exagerada dimensão do edifício e a consequente acumulação de doentes no mesmo

⁶⁹³ Tenon foi um reputado cirurgião parisiense (trabalhou no *Hôtel-Dieu* e no *Salpêtrière*), que se tornou amigo pessoal de Ribeiro Sanches

⁶⁹⁴ *Histoire de l’Académie Royale des Sciences*, Paris, Imprensa Real, 1788, pp. 1-110 “Examen d’un Projet de translation de l’Hôtel Dieu de Paris, & d’une nouvelle construction d’Hôpitaux pour les malades”: “(...) Il était nécessaire de voir les monuments mêmes, ou les règles on dû être mises en pratique, où les avantages du local & de l’administration sont constates par des guérisons, 6 où les inconvénients du local, les négligences, les préjugés, sont mis à découvert par la mortalité.”

espaço e o insuficiente arejamento das enfermarias em consequência da tipologia arquitectónica proposta. Recomendaram à Academia que propusesse ao governo em vez da construção de um grande hospital, a construção de quatro hospitais de média dimensão (para um máximo de 1200 doentes cada um), que deveriam ser construídos nos quatro extremos da cidade de Paris e deveriam ser formados por edifícios paralelos, separados por corredores com o mesmo comprimento e orientados de leste para oeste.⁶⁹⁵

O comissário Tenon (reputado cirurgião do Hospital de *La Salpêtrière*), considerou que a funcionalidade devia ser a característica mais importante do edifício a construir e, para a desejada renovação hospitalar, indicou alguns critérios: a) a escolha cuidadosa do sítio de implantação do hospital no tecido urbano e a cuidadosa programação dos seus espaços internos, segundo a lógica médico-sanitária da época; b) alteração do sistema de poder no interior do hospital, passando a caber aos médicos a responsabilidade da sua organização; c) introdução obrigatória de registos internos com a identificação dos doentes, das patologias, das prescrições médicas, etc.

As recomendações de Tenon (e de outros médicos) conduziram à concepção de uma nova tipologia arquitectónica hospitalar, em pavilhões independentes, que se patenteou num novo projecto de Poyet, aprovado por todos os comissários em 1788.⁶⁹⁶

O projecto destinava-se a um hospital (dos quatro a construir) para 1200 doentes, constituído por sete pavilhões-enfermarias de dois pisos, independentes e paralelas (cada uma com um máximo de 36 camas), situadas nos dois lados de um grande pátio central, em cujas extremidades se situavam, no lado sul, as áreas de serviços (salas de admissão de doentes, de desinfeção, etc.) e, no lado norte, a igreja em plano central e outros edifícios de serviços (cozinhas, lavandarias, farmácia, etc.).

A construção do novo hospital, segundo o referido segundo projecto de Poyet, não chegou a concretizar-se devido ao desencadear da Revolução Francesa (Julho de 1789) mas a nova tipologia arquitectónica proposta para os hospitais civis⁶⁹⁷ – a dos pavilhões – inspirou as construções hospitalares oitocentistas de toda a Europa.

⁶⁹⁵ Idem, pp. 95-96

⁶⁹⁶ Thompson, Jonh D., Goldin, Grace, opus cit., p. 138-139

⁶⁹⁷ Segundo Jonh D. Thompson, opus cit., p. 142, o Real Hospital da Marinha em Plymouth, construído em 1787 e considerado o mais moderno da Europa, era constituído por pavilhões paralelos ladeando um grande pátio central. Quando Tenon e Coulomb o visitaram, puderam constatar a eficiência desta tipologia que, em França, ainda não fora aplicada, embora existissem projectos nesse sentido desde o início da década de 70.

A reforma hospitalar iniciada em Paris com o intuito de renovar e (ou) construir um novo Hôtel-Dieu, foi “largamente dominada pelo princípio do arejamento e da evacuação dos detritos, pelo da individualização dos leitos e, por fim, pelo da higiene assegurada pela roupa”⁶⁹⁸ e conduziu não só à alteração dos procedimentos hospitalares, mas também à criação de uma tipologia arquitectónica específica.

A partir de Inglaterra e de França, a reforma hospitalar estendeu-se a todos os países europeus na segunda metade do século XVIII, uma vez que todos os monarcas e príncipes iluminados se preocupavam em salvaguardar a saúde dos seus súbditos, não só para se evidenciarem como bons governantes mas, acima de tudo, porque estavam conscientes (ou consciencializados) de que os “homens eram a principal riqueza das nações”.

Nas principais cidades da Europa do norte e central, foram erguidos hospitais de grande escala e de carácter palaciano como o Hospital de Frederico V em Copenhaga, datado de 1758, o *Allgemeines krankehaus* de Viena, mandado construir em 1784 pelo imperador José II da Áustria ou o Hospital de Bamberg, datado de 1789 e cuja construção se deveu ao bispo Franz Ludwig van Erthal. Todos esses edifícios que pela sua escala, planimetria e decoração ainda reflectiam influências da estética barroca e dos princípios que lhes eram subjacentes (a ostentação do poder dos encomendadores), denotavam a influência das ideias *higienistas*, pelos cuidados prestados ao saneamento e ao arejamento dos espaços interiores, enfermarias em particular.⁶⁹⁹

A partir da década de 30 do século XVIII, os monarcas borbónicos de Espanha implementaram uma série de medidas tendentes a melhorar o saneamento e a qualidade do ar da capital e, inserido nesse conjunto de medidas, foi ideada em 1748, a construção de um grande hospital central.

Dos vários projectos surgidos em 1755, foi escolhido o do engenheiro militar José de Hermosilla a quem coube a responsabilidade de dirigir as obras de construção do novo hospital, entre 1756 e 1769. Hermosilla revelou grande modernidade ao conceber um complexo hospitalar de média dimensão constituído por três (e mais tarde por quatro) pavilhões, independentes e especializados, disposto à volta de um pátio central. Com este projecto, Hermosilla revelou-se como “intérprete da mais avançada

⁶⁹⁸ Vigarello, Georges, *O limpo e o sujo*, p.121

⁶⁹⁹ Thompson, John D., Goldin, Grace, opus cit.,p.105

cultura médico-hospitalar do seu tempo, o que não era alheio à sua condição de membro da elite científica que, na Espanha borbónica, constituíam os engenheiros militares.”⁷⁰⁰

Em 1769, as obras do Hospital Central de Madrid passaram a ser dirigidas pelo arquitecto italiano Francisco Sabatini⁷⁰¹, que viera de Nápoles para Madrid em 1760, seguindo o próprio percurso de Carlos de Bourbon que, um ano antes, deixara o governo daquela região italiana e viera para Madrid para ser coroado como Carlos III (1759-1788) de Espanha. O arquitecto italiano elaborou um novo projecto para o Hospital Central em Atocha que visava, para além dos aspectos funcionais, o seu grande impacto urbano e, consequentemente, efeitos propagandísticos.

Recuperando o “esquema que apresentara vinte anos antes no concurso Clementino”, Sabatini traçou um grande complexo hospitalar com duas unidades funcionais independentes unificadas por um eixo central – formado pela fachada monumental, o átrio de entrada e a igreja - com um “articulado sistema de cinco pátios principais, o chamado pátio grande e os quatro pátios que, agrupados dois a dois, serviam o hospital dos homens e o hospital das mulheres.”⁷⁰²

Mas, em 1790, com a subida ao trono de Carlos IV, as obras do grandioso Hospital projectado por Sabatini foram interrompidas, ficando o edifício em cerca de dois quintos do previsto (corresponde ao actual Museu Rainha D. Sofia). Apesar da instabilidade política da Espanha de então, é possível que a interrupção das obras tivesse sido influenciada pela divulgação de alguns tratados estrangeiros sobre a construção de hospitais e (ou) pela publicação do *Tratado de Arquitectura Civil* de Benito Bails, datado de 1783.

Benito Bails (a quem já nos referimos no cap. 4 da II Parte) traduzira para espanhol o *Tratado de conservação da Saúde dos Povos* de Ribeiro Sanches e, tal como este último, defendia a construção de hospitais de média dimensão, porque entendia que

⁷⁰⁰ Calatrava, Juan, opus cit., p. 302

⁷⁰¹ Francesco Sabatini (1721-1797), discípulo, colaborador e genro do arquitecto Luigi Vanvitelli (arquitecto preferido de Carlos de Bourbon em Nápoles), destacara-se ao ganhar em 1750, o 1º prémio do concurso Clementino de Roma. Em 1760, deixou Nápoles e seguiu para Madrid onde, com o apoio do monarca Carlos III, desenvolveu uma notável carreira como arquitecto das obras públicas (civis e militares).

⁷⁰² Idem, p. 303

“quanto maior fosse um hospital, maior seria a dificuldade de mudar o volume de ar do seu interior.”⁷⁰³

De meados do século XVIII a meados do século XIX, a reforma dos hospitais generalizou-se em toda a Europa conduzindo, numa primeira fase, à construção de edifícios de traça tradicional mas com um carácter mais funcional e dotados de equipamentos e de infra-estruturas que garantiam o saneamento e o arejamento dos seus espaços interiores e, numa segunda fase, à criação de uma nova tipologia arquitectónica, a dos hospitais-pavilhões.

Em paralelo com as alterações arquitectónicas dos edifícios, verificaram-se também significativas alterações ao nível da gestão hospitalar e da assistência médico-cirúrgica prestada aos doentes que decorreram de vários factores, como a mudança de estatuto dos hospitais, as reformas dos cursos de medicina, a generalização da prática clínica, os progressos científicos, particularmente no campo da química, etc.

No decurso do século XVIII, os hospitais abandonaram, gradualmente, a sua tradicional missão caritativa e passaram a desempenhar uma missão social, o que implicava novos objectivos e responsabilidades. Ao mesmo tempo, o papel dos doentes pobres foi encarado como um papel de utilidade social porque, a troco da assistência recebida, prestavam-se à observação clínica e às experiências terapêuticas (e cirúrgicas, sem dúvida) conduzidas pelos médicos.⁷⁰⁴

Efectivamente, os hospitais proporcionaram aos médicos a oportunidade de observar um elevado número de doentes no mesmo local, de seguir a evolução das suas doenças, de experimentar diversos tratamentos e de comparar os resultados e ainda de estudar as lesões dos corpos dos que faleciam (anatomia patológica).⁷⁰⁵ Assim, graças à generalização da prática clínica - assente na observação cuidadosa do “material vivo” e nas reflexões dos médicos e dos seus discípulos junto do leito do doente - a medicina progrediu consideravelmente a partir de meados de Setecentos e, de forma mais acelerada, a partir de finais dessa centúria.⁷⁰⁶

⁷⁰³ Miguel, Julio Arrechea, *Arquitectura y Romanticismo. El pensamiento arquitectónico en la España del XIX*, Salamanca, ed. Universidad de Valladolid, 1989, p. 228

⁷⁰⁴ vide Salaun, Françoise, “La médecine hospitalière et les corps. La mutation clinique (fin XVIIIe – début XIXe siècle)” in *Corps, Santé, Société*, Paris, Ed. Nolin, 2005, pp. 19-21

⁷⁰⁵ Thompson and Goldin, opus cit., p. 94

⁷⁰⁶ vide Foucault, Michel, *Naissance de la clinique*, Paris, ed. PUF, 5ª ed., 1963

O ponto de partida dessa evolução, associada à generalização da prática clínica, deveu-se a François de la Boe que, em 1658, fundou a primeira escola clínica no hospital de Leyden. Depois da sua morte, foi o seu melhor discípulo, Boerhaave, que assumiu a direcção dessa clínica e, por sua vez, os discípulos deste último fomentaram a criação de cadeiras e (ou) de escolas clínicas por toda a Europa. Assim, em 1720, alguns discípulos de Boerhaave impulsionaram a reforma da Universidade de Edimburgo e criaram uma clínica segundo o modelo de Leyden, posteriormente imitada em Londres, Oxford, Cambridge e Dublin e, em 1733, graças a um outro discípulo de Boerhaave, foi criada uma clínica no hospital de Viena.

Tal como no Reino Unido, na Áustria e em outros países, também em Portugal se reflectiram os ensinamentos da escola de Leyden, graças aos escritos de Ribeiro Sanches, outro dos discípulos de Boerhaave. Como já referimos (cap. 4.1.), Ribeiro Sanches foi um dos mais importantes impulsionadores da reforma do curso de medicina da Universidade Portuguesa, em 1772, no qual foi integrada a prática clínica.

Foi ainda por influência dos escritos de Ribeiro Sanches, particularmente do *Tratado de conservação da Saúde dos Povos*, que o poder central se debruçou sobre a questão dos hospitais, questão tanto mais pertinente quanto maiores eram as preocupações com a salvaguarda da saúde pública.

4.3.1.O Hospital de S. José

Como já largamente afirmámos, os monarcas portugueses de Setecentos, tal como os da maioria dos países europeus da época, foram fortemente influenciados pelas ideias *higienistas* e agiram em conformidade com as mesmas. Determinaram amplas intervenções nos espaços urbanos – regularização e alargamento de ruas, fornecimento de água, sistema de esgotos, etc. – para, de acordo com os preceitos de salubridade indicados pelos médicos *higienistas*, garantirem a boa qualidade do ar e, consequentemente, a salvaguarda da saúde dos seus súbditos. E, pelas mesmas razões, iniciaram uma ampla reforma hospitalar no país, que se acentuou no último quartel de Setecentos e contou, nalguns casos, com o apoio da igreja.

No Porto, foi iniciada, em 1770, a construção do Hospital de Santo António, projectado em 1769 pelo arquitecto inglês John Carr⁷⁰⁷, o qual seguiu o modelo dominante nos hospitais londrinos (referidos no capítulo anterior), de carácter palaciano e de nítidas influências palacianas. Com uma planta em U e alçados de dois e três pisos, o edifício apresenta uma fachada principal simétrica, com quatro corpos horizontais ladeando o corpo central, mais elevado e valorizado pela arcaria do piso térreo e a varanda com colunata dórica no piso superior, rematada por frontão triangular. A construção do edifício prolongou-se até 1824, o que implicou algumas alterações ao projecto inicial.

Em Coimbra, Guilherme Elsdén⁷⁰⁸ adaptou o antigo Colégio de Jesus em hospital universitário, o que correspondia à proposta formulada por Ribeiro Sanches em 1763, para a reforma do curso de medicina. De acordo ainda com a proposta de Ribeiro Sanches, o edifício foi organizado de forma a integrar além do hospital (que ocupava o

⁷⁰⁷ Segundo José Fernandes Pereira, “O Neoclássico” in *História da Arte Portuguesa*, vol. III, p. 188, o arquitecto John Carr (1723-1807) enviou de Inglaterra, em 1769, os planos para o Hospital de Santo António, acompanhados por descrições de grande minúcia.

⁷⁰⁸ Sobre Guilherme Elsdén (c. 1700-1770), diz-nos Sousa Viterbo, opus cit., pp. 297-299, que foi promovido em 1763, a “de capitão de infantaria com exercício de engenheiro a sargento mór com o mesmo exercício” e, como engenheiro militar foi encarregado, com outros, “do melhoramento da barra de Aveiro” e fez o levantamento de mapas militares. Mas também foi encarregado de trabalhos no Convento de Santa Clara de Coimbra e em Alcobaça, onde interveio na capela-mor o que, afirmou Sousa Viterbo, lhe mereceu duras críticas de James Murphy e outros autores. De facto, Murphy, opus cit., p.87, anotou que o trabalho gótico do coro fora “revestido de colunas gregas”, tendo sido essa modificação feita 18 anos antes “por um escultor inglês chamado William Elsdén” e nada podia haver de pior do que esse “remendo em estilo grego na parte mais vistosa do monumento construído no simples estilo gótico.”

noroeste do pátio), o museu de história natural e laboratórios (estes localizados a nordeste do pátio) e o teatro anatómico (elemento de ligação da nova entrada principal ao hospital).⁷⁰⁹

Em Braga, começou a ser construído o Hospital de S. Marcos da Misericórdia de Braga em 1787, com projecto da autoria do engenheiro militar Carlos Cruz Amarante⁷¹⁰. O novo edifício hospitalar e a respectiva igreja substituíram o quinhentista hospital da misericórdia, que fora mandado construir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa.⁷¹¹ A fachada principal do complexo hospitalar tem uma composição simétrica, com dois corpos ladeando a igreja (na qual se destaca o conjunto portal-janela), sendo aqueles rematados por balaustrada pontuada por estatuária religiosa. Por decisão do arcebispo D. Frei Caetano Brandão, em 1801, foi criada no hospital uma escola de cirurgia.⁷¹²

Leiria foi igualmente dotada de um hospital, mandado construir pelo bispo D. Manuel de Aguiar e cujo projecto foi elaborado pelo engenheiro militar Joaquim de Oliveira.⁷¹³ Por escolha daquele clérigo, o edifício foi implantado numa zona alta, periférica ao centro urbano e separada deste pela Ponte dos três arcos, a mais importante das três pontes que ligavam nessa época as duas margens do rio Lis. Construído entre 1798 e 1802, o edifício hospitalar, de gosto neoclássico, de planta rectangular e com três pisos, caracterizava-se pela sua grande simplicidade formal e funcionalidade.⁷¹⁴

Em Lisboa, o poder central preocupou-se em melhorar as condições de saneamento e de assistência no Hospital Real de Todos os Santos, antes e imediatamente após o Terramoto de 1755. Nas décadas de 50 a 70, o Hospital passou por diversas remodelações (I parte, cap. 2.1.1.), mantendo-se em plena actividade até

⁷⁰⁹ Providência, Paulo, *A cabana do higienista*, Coimbra, ed. Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade, 2000, p. 50

⁷¹⁰ Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante (1748-1815), destacou-se como arquitecto e como engenheiro militar. No rol das suas obras de arquitectura contam-se, entre outras, a reconstrução do Santuário do Bom Jesus do Monte e o Escadório das Virtudes (1780), o Convento do Pópulo e o Hospital de S. Marcos em Braga, a Igreja da Santíssima Trindade (1803) no Porto. Como engenheiro militar foi responsável pela reparação de fortificações em Valença e projectou algumas pontes, além do Arsenal Real do Exército a edificar no Porto.

⁷¹¹ Para compreender a história do edifício primitivo e sua evolução do século XVI ao século XVIII e o papel desempenhado pelo engenheiro Carlos Amarante na sua modernização, ver Duarte, Eduardo Alves, *Carlos Amarante (1748-1815) e o final do Classicismo*, Lisboa, ed. FAUP, 2000, pp.148-164

⁷¹² *História da Arte em Portugal*, vol. 10, pp. 15-16

⁷¹³ Não conseguimos, até ao momento, obter informações sobre a vida e obra deste engenheiro militar e Sousa Viterbo, opus cit., vol. II, p. 219 apenas referiu que Volkmar Machado afirmara que Joaquim de Oliveira fora arquitecto do Conselho da Fazenda e da Junta do Comércio.

⁷¹⁴ Carreira, Adélia Maria Caldas, *Leiria, cidade episcopal. O urbanismo leiriense do séc. XVI ao séc. XVIII*, Tese de Mestrado em História da Arte, FCSH, Universidade Nova, 1989, pp. 205-206

1775, ano em que foi definitivamente desactivado, passando os doentes para o novo Hospital Real de S. José.

As razões de ordem *higienista* em que assentaram os projectos dos novos hospitais europeus, particularmente as que decorreram da topografia e do arejamento, manifestaram-se claramente na opção tomada em relação ao Hospital de S. José. Efectivamente, pouco tempo depois da ocorrência do sismo de 1755, Manuel da Maia sugerira a deslocalização do arruinado edifício hospitalar para a cerca de S. Bento que, pela sua “*exposição*”, lhe parecia mais “*saudável*”. Clarificando as suas ideias sobre este assunto, o brigadeiro Manuel da Maia afirmava na 1ª parte da sua *Dissertação*, que já escolhera o sítio para o Hospital Real de Todos os Santos, “na quebrada da cerca de São Bento”, por reconhecer que era “melhor no presente tempo de que o junto a São Domingos no Rocio.”⁷¹⁵

A localização do Hospital de Todos os Santos no centro da cidade e numa zona baixa, contrariava em absoluto as recomendações dos médicos *higienistas*, dentre os quais Ribeiro Sanches. De facto, no capítulo XVII do seu *Tratado de conservação da saúde dos Povos*, o médico português apontava como um dos maiores erros da construção dos hospitais antigos, a sua localização nas zonas baixas e centrais das cidades onde se concentravam os *ares pútridos*, que impossibilitavam a cura dos enfermos.⁷¹⁶ E justificava a sua opinião, apontando as elevadas taxas de mortalidade dos grandes hospitais europeus (em particular, o *Hôtel-Dieu* de Paris) que decorriam, precisamente, da sua localização em sítios pouco baixos e pouco ventilados.

Assim, em consonância com o programa de renovação da capital, a coroa tomou a decisão de desactivar o Hospital de Todos os Santos e de criar um novo hospital que, pela sua localização, funcionalidade, saneamento e arejamento, correspondesse aos requisitos *higienistas* indicados por Ribeiro Sanches e outros médicos *higienistas* da época. Mas o monarca, em vez de ter optado pela cerca de S. Bento (sugerida por Manuel da Maia) para a construção do novo hospital real, optou pelo antigo Colégio de Santo Antão o Novo que se localizava num sítio alto e virado a oriente e que, nesse sentido, se ajustava melhor aos requisitos exigidos.

⁷¹⁵ Sequeira, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, Lisboa, ed. Academia das Ciências de Lisboa, 1917, 4 vol.s, vol. II, p. 129

⁷¹⁶ Ribeiro Sanches, António Nunes, *Tratado da conservação da Saude dos Povos*, Paris, 1756, p. 109

De acordo com a opção tomada, a 26 de Setembro de 1769, D. José doou ao Hospital Real de Todos os Santos “a Igreja e Colegio de Santo Antão com todos os seus edificios interiores, Offecinas, e cerca, e tudo o mais que se achar dos muros da ditta caza para dentro, sem limitação alguma (...)” mas exigindo que o “sobredito Hospital se [fabricasse] tãoobem na conformidade da (...) Planta que [baixava] assignada (...) pelo (...) Conde de Oeyras”⁷¹⁷

No dia seguinte, 27 de Setembro, foi emitido um novo documento, dirigido ao Enfermeiro-Mor do Hospital Real, no qual lhe era participada a decisão régia e era justificada a necessidade da trasladação do Hospital para o espaço do antigo Colégio jesuítico, porque “o Hospital Real de todos os Santos (...) nunca seria conveniente nem conforme ao costume das outras Cortes, que se fabricasse no interior da Cidade Capital destes Reynos.”⁷¹⁸

A opção pelo antigo Colégio de Santo Antão o Novo⁷¹⁹ para o novo hospital da cidade foi oficializada na referida Carta de doação de 26 de Setembro de 1769 mas, provavelmente, foi tomada alguns anos antes, embora em data posterior a 1759,⁷²⁰ visto que só nessa altura é que esse edifício jesuítico passou à posse da coroa (tal como todo o restante património), na sequência da expulsão da Companhia de Jesus do território português.

A construção do antigo Colégio jesuítico prolongara-se no tempo, entre 1579 e 1652 tendo posteriormente, entre finais do século XVII e inícios do século XVIII, passado por obras de ampliação e de embelezamento, mais notórias na Igreja, à qual foram acrescentadas duas torres sineiras e uma vasta sacristia.

A imagem desse notável Convento de Santo Antão-o-Novo, tal como se encontrava antes do Sismo de 1755, não deveria ser muito diferente da que aqui

⁷¹⁷ ANTT, HS José, livro 943, pp 136vº a 137 vº.

⁷¹⁸ ANTT, Idem, fl.s 137 vº-138 vº.

⁷¹⁹ A construção desse Convento deveu-se a D. Filipa de Sá, condessa de Linhares que, para tal, doou terreno e casas e em testamento legou todos os bens que possuía em Portugal e no Brasil. Sob projecto de Baltazar Álvares, iniciou-se a sua construção a 11 de Maio de 1579 mas, surgidos vários conflitos com os povoadores das zonas limítrofes, os trabalhos arrastaram-se no tempo até 1652. A Igreja foi construída segundo o projecto de um arquitecto espanhol discípulo de F. Terzi e, uma vez concluída em finais de 1652, para aí se fez a transferência da igreja de Santo Antão-o-Velho (Coleginho). A Sacristia foi projectada em 1696, por João Antunes.

O Terramoto de 1755, afectou bastante a Igreja, considerada como a maior e das mais ricas da cidade, que perdeu o zimbório e uma das torres sineiras, e arruinou também os edifícios conventuais.

⁷²⁰ A Planta da Baixa-Chiado de 1758, apresenta-nos a malha ortogonal da área compreendida entre a Praça do Comércio e o Rossio no qual o Hospital Real de Todos os Santos ocupa o seu lado sudeste. Mas, na planta da freguesia de Santa Justa, desenhada cerca de 1770 por Monteiro de Carvalho, o espaço anteriormente atribuído ao hospital surge ocupado por vários prédios de rendimento.

reproduzimos e que corresponde a uma reconstituição elaborada pelo Museu da Cidade, a partir de diversas fontes.⁷²¹



Figura 59. Igreja e Colégio de Santo Antão-o- Novo (reconstituição)

Do conjunto conventual, destacava-se a Igreja, cuja construção se deveu à generosa doação de D. Filipa de Sá, condessa de Linhares, e cuja traça, de carácter maneirista, foi da responsabilidade de um discípulo não identificado de Filipe Terzi. Transcrevemos em seguida, algumas passagens da descrição elaborada por Eduardo Sucena, para melhor compreendermos a grandeza e a beleza desse edifício cujo derrube, em finais do século XIX, foi amplamente criticado por vários olisipógrafos.

A fachada principal da igreja em pedra lioz, tinha “dois andares divididos pelo entablamento de friso dórico, de cinco tramos o primeiro, e de três o segundo, separados por pilastras, três portas ladeadas por nichos, cinco janelas no primeiro andar e um janelão no segundo, este também ladeado de nichos, sendo o conjunto rematado por um

⁷²¹ Segundo informação prestada pelo MC, o ponto de partida conducente à elaboração desta reconstituição foi a maqueta da cidade de Lisboa anterior a 1755, executada por Ticiano Violante, entre 1955 e 1959, que se encontra no Museu da Cidade.

frontão triangular.” Acima do terraço lajeado que cobria a abóbada, erguia-se sobre o cruzeiro o zimbório de cantaria com oito grandes janelas, revestidas interiormente de mármore polícromos, apainelados. Ultrapassando o portal de entrada, acedia-se à nave única, de planta rectangular, cujos alçados estavam (desde 1701) revestidos “de almofadas de mármore preto e vermelho com embutidos brancos de bom desenho, onde se destacavam dois artísticos púlpitos de mármore preto e branco adornados com anjos, atribuídos a João António de Pádua.”

Ainda segundo a mesma descrição, a nave era ladeada por seis capelas, três de cada lado e, “a todo o comprimento distribuíam-se, de um lado e de outro, sobre pilares, as estátuas dos doze Apóstolos, em tamanho natural, executadas em Roma” e no cruzeiro situavam-se mais quatro capelas, duas de cada lado, sendo uma delas dedicada a S. Francisco Xavier e outra a S. Francisco de Borja, encontrando-se na capela-mor, o túmulo da condessa de Linhares, “uma arca de mármore branco de Estremoz assente sobre leões e ricamente decorado”.⁷²²

Parece-nos oportuno referir que, no conjunto da estatuária dos apóstolos existente no interior da antiga igreja de Santo Antão o Novo (que Eduardo Sucena indicou como provenientes de Roma), pelo menos nove foram realizadas por João António Bellini (de Pádua)⁷²³, como constatou recentemente Teresa Vale.⁷²⁴ Segundo esta investigadora, Bellini começou a trabalhar no Colégio Jesuíta de Lisboa em 1734 e nesse mesmo ano esculpiu dois púlpitos e quatro estátuas de apóstolos, tendo esculpido até 1740 mais oito, uma vez que os Jesuítas lhe tinham encomendado todo o apostolado, apesar da igreja já possuir três estátuas de apóstolos de proveniência genovesa.

A grande sacristia, cujo projecto datado de 1696 foi atribuído a João Antunes, escapou ilesa ao Terramoto de 1755 e foi posteriormente adaptada a capela do Hospital.

⁷²² Sucena, Eduardo, “De Santo Antão-o-Velho ao Hospital de S. José” in *Olisipo*, pp. 27-28

⁷²³ João António Bellini de Pádua, escultor e arquitecto, chegou a Portugal nos anos 20 do século XVIII e um dos primeiros trabalhos que realizou foi a decoração escultórica da capela-mor da Sé de Évora, entre 1725 e 1834. Entre 1734 e 1740 trabalhou para os Jesuítas, realizando não só os referidos trabalhos em Santo Antão o Novo, mas ainda o sacrário e retábulo de N^a Sr^a da Boa Morte da Igreja de N^a Sr^a da Conceição de Santarém (1734-1739), os retábulos da Igreja do Convento do Lourçal e retábulo-mor da Igreja da Conceição do Monte Olivete do Convento dos Grilos, entre outros trabalhos. Em 1743 esculpiu o S. João Nepomuceno da Ponte de Alcântara e em 1748, o retábulo-mor da Igreja de S. Domingos em Lisboa.

⁷²⁴ Vale, Teresa Leonor M., *Um Português em Roma. Um Italiano em Lisboa. Os escultores setecentistas José de Almeida, João António Bellini*, Lisboa, ed. Horizonte, 2008

Depois de um período de desactivação, entre 1910 e 1932, voltou a ser restituída ao culto e assim se manteve até à actualidade.

De planta rectangular e coberta por abóbada de volta perfeita decorada com caixotões, constitui um espaço notável não só pelas suas vastas dimensões e elegantes proporções, mas também pela riqueza decorativa, em que se destacam as ricas composições de embrechados marmóreos que revestem os alçados e o pavimento, além dos retábulos barrocos de talha dourada, as esculturas (representando as Virtudes Cardeais e Teologais), as pinturas com temas marianos, os dois lavabos de mármore com golfinhos e os arcazes de madeira do Brasil. O túmulo de D. Filipa de Sá que, como atrás referimos, se encontrava na capela-mor da igreja, foi transferido para aqui pouco depois do sismo de 1755.⁷²⁵

Num plano imediatamente superior à rectaguarda da capela-mor da antiga Igreja (correspondente ao 2º piso do Hospital), situa-se uma pequena sala de planta octogonal (talvez uma antiga capela) com pilastras de mármore branco adossadas sustentando um entablamento, sendo todo o espaço decorado à semelhança da sacristia (actual Capela), com belíssimos embrechados de mármore polícromos com motivos geométricos e vegetalistas.



Figura 60. Hospital de S. José: pormenor da Capela (antiga Sacristia) e a antiga sala do director

Esse espaço, que funcionou até há poucos anos como gabinete do director do Hospital, constituiu, provavelmente, uma sala de ligação entre o antigo edifício conventual e as tribunas da capela-mor da antiga igreja.

⁷²⁵ Idem, p. 29

Das intervenções decorativas realizadas no antigo Colégio de Santo Antão no período joanino (das que foram preservadas no processo de adaptação a hospital), resta um considerável conjunto de painéis azulejares setecentistas (azul e branco), alguns de temática religiosa e outros de temática profana, (com cenas de caça à lebre, ao javali, ao veado e à avestruz), localizados em diferentes áreas do edifício (escadarias, corredores, átrios e biblioteca (antiga Sala da Esfera)).



Figura 61. Azulejos de uma escadaria

O Terramoto de 1755 fez poucos estragos nas várias partes do antigo Colégio mas afectou, profundamente, a respectiva Igreja que perdeu, nessa ocasião, o zimbório e uma das suas torres sineiras. Pouco tempo depois da ocorrência do cataclismo, os Jesuítas iniciaram as obras de reparação do edifício conventual mas, devido à sua expulsão em 1759, essas obras foram interrompidas e só voltaram a ser retomadas em finais Setembro de 1769, ou seja, quando já tinha sido decidida a sua adaptação a Hospital.

Para se proceder a essa adaptação, foram elaboradas várias plantas, as primeiras das quais acompanharam a já citada Carta de doação de 26 de Setembro de 1769, como atrás referimos. Por sua vez, no documento de 27 de Setembro desse mesmo ano, determinava-se que a construção do novo Hospital deveria ser feita “com a mayor economia e brevidade (...) possível [e] de jornal com todos os materiaes por conta do ditto Hospital” e indigitava-se como director das obras o sargento-mor de Infantaria com exercício de engenheiro, José Monteiro de Carvalho.⁷²⁶

⁷²⁶ ANTT, HS José, livro 943, pp. 137 vº a 138 vº (Doc.)

Dos documentos citados (os de 26 e de 27 de Setembro de 1769), conclui-se que as plantas para a construção do novo hospital foram anexadas à Carta de doação e que o engenheiro Monteiro de Carvalho (a quem já nos referimos na II parte, cap. 4.2.), enquanto director das obras de construção, deveria respeitar essas plantas.

Ora, as plantas inerentes ao primeiro projecto de adaptação do Colégio em Hospital levantam algumas questões quanto à datação e (ou) à autoria. Assim, pelo facto de a Carta de doação de 26 de Setembro de 1769 ter sido acompanhada pelas referidas plantas de adaptação, deduz-se que as mesmas foram elaboradas algum tempo antes dessa data.

O conjunto de seis plantas intitulado *Novo Projecto do Hospital Real*⁷²⁷, inerentes ao primeiro projecto de adaptação do antigo Colégio de Santo Antão, foi atribuído⁷²⁸ a Caetano Tomás de Sousa, embora só duas plantas - a designada *Planta Primeira, do plano inferior, do novo Prospecto do Hospital Real* e a *Planta segunda, do primeiro Plano superior, do novo prospecto do Hospital Real*⁷²⁹ - apresentem, no lado direito e no canto direito em baixo, respectivamente, a assinatura de *Caetano Thomaz*.

Ora, se essas seis plantas foram, de facto, elaboradas por Caetano Tomás de Sousa e tendo presente que este faleceu em 1766, teremos de concluir que a Coroa já decidira a transferência do Hospital Real para o antigo Convento de Santo Antão, uns bons anos antes de tornar pública tal decisão. Se assim foi, porquê manter o “sigilo” até 1769?

Mesmo admitindo a hipótese de ter sido Manuel Caetano de Sousa a elaborar ou a concluir as citadas plantas após a morte do pai, continuamos sem poder explicar em que data é que as mesmas foram encomendadas, o que revelaria a data da decisão régia relativamente à trasladação do Hospital Real para o antigo colégio jesuítico.

A viabilidade de ter sido Manuel Caetano de Sousa a elaborar ou a concluir as plantas para o novo Hospital, assenta no facto de lhe ter sido atribuído⁷³⁰ um estudo de alçado para o Hospital Real⁷³¹ e ainda pelo facto de ter continuado as obras de reconstrução do Hospital Real da Luz, iniciadas pelo pai na qualidade de arquitecto das Ordens (de que falaremos em capítulo próprio).

⁷²⁷ B.N., Iconografia, cotas D. 29 R. a D. 34 R.

⁷²⁸ Aires de Carvalho, *Catálogo da colecção de desenhos*, pp. 106-107

⁷²⁹ B.N., Iconografia, D. 29-R e D. 30-R

⁷³⁰ Aires de Carvalho, opus cit., p.93

⁷³¹ B.N., Iconografia, D. 129 A.

Porém, a hipótese de Manuel Caetano de Sousa ter elaborado alguma planta (ou alçado) para o Hospital de S. José parece contrariada por uma exposição redigida pelo arquitecto a 12 de Setembro de 1782, requisitando “a graça do emprego de Sargento Mor de Infantaria com o exercício de Engenheiro”. A exposição era acompanhada por um relatório da actividade profissional desenvolvida, no qual constavam várias intervenções urbanas (abertura de estradas e construção de pontes) e arquitectónicas, nomeadamente a elaboração de “Plantas, Riscos e mais dependências da reedificação das Igrejas das ordens” mas que, quanto ao trabalho que efectuara no Hospital de S. José apenas referia que procedera à “demarcação dos Prazos do Hospital”⁷³²

A possível designação de Caetano Tomás de Sousa e (ou) de Manuel Caetano de Sousa para a elaboração das plantas de adaptação do edifício jesuítico em hospital, não causa grande espanto, uma vez que ambos eram arquitectos muito conceituados pelo poder régio (e por Pombal). Caetano Tomás de Sousa (1700 -1766) foi, sem dúvida, um construtor muito qualificado pela longa prática e autodidatismo⁷³³, tendo estado envolvido em grandes projectos régios como o da construção de Mafra e a do Convento-Palácio das Necessidades. Embora não tivesse formação de arquitecto, encontrava-se bem documentado e actualizado como se comprova pelo inventário da sua biblioteca, realizado por Leonor Ferrão. Na lista dos livros inventariados, constituída por 41 títulos, cerca de 56,1% pertenciam à classe de Ciências e Artes⁷³⁴, incluindo-se neste grupo muitas obras de referência de autores italianos (Serlio, Jacomo B. Vignola, Ferdinando Galli Bibiena), franceses (Jacques François Blondel) e portugueses (Manuel de Azevedo Fortes), entre outros.

Quanto a Manuel Caetano de Sousa (1742-1802), pouco se sabe da sua formação académica, ainda que os seus conhecimentos arquitectónicos e a sua erudição tivessem sido comprovados quer pelas muitas obras realizadas, quer pela qualidade da sua biblioteca privada com cerca de 123 títulos (194 volumes), constituída a partir da que herdara do pai. Como explicou Leonor Ferrão, relativamente às obras de arquitectura, Manuel Caetano “pouco acrescentou ao que herdou do pai”⁷³⁵, pertencendo quase todas

⁷³² ANTT, IGP, livro 1 da Sec., fl.s 439-441

⁷³³ Na opinião de Leonor Ferrão, opus cit., pp 227-229, Caetano Tomás, por falta de qualquer tipo de aprendizagem “académica”, não passou de um construtor dotado, com formação autodidacta, o que se comprova pelas obras presentes na sua biblioteca particular, dentre as quais obras de vários arquitectos e autores destacados, italianos, franceses e portugueses.

⁷³⁴ Leonor Ferrão, opus cit., pp. 227-228

⁷³⁵ Idem, p. 229

as obras que adquiriu a outras áreas: Filosofia, Matemática, Medicina, Literatura, História, Teologia, Jurisprudência, etc.

No período pombalino e mariano, Manuel Caetano destacou-se como arquitecto da Casa do Risco, como arquitecto das Ordens, como arquitecto régio e ainda como arquitecto independente, ou seja, ao serviço da clientela particular, para a qual projectou alguns palácios. Uma das suas primeiras obras de vulto foi a Igreja da Encarnação (1768-1784), a que se seguiram a capela do Palácio da Bemposta, a construção do Pavilhão de D. Maria I em Queluz, a construção da frontaria da Igreja de S. Domingos, o palácio do *Manteigueiro*, etc.

No reinado de D. Maria I requereu a sua nomeação como engenheiro-militar (documento atrás citado, datado de 1782) e em 1792 foi nomeado (Decreto de 7 de Março de 1792) arquitecto geral das Obras Públicas. Já na fase final da sua vida, elaborou o primeiro projecto do Palácio da Ajuda, tendo sido pouco depois indigitado para a elaboração do projecto do Palácio Real da Ajuda.

Voltando às citadas plantas de adaptação do antigo Colégio em Hospital, atribuídas a Caetano Tomás e a Manuel Caetano de Sousa, tudo indica que as mesmas não chegaram a ser concretizadas.

Efectivamente, pela análise da *Planta Primeira, do plano inferior do novo Prospecto do Hospital Real*⁷³⁶, deparamo-nos com um edifício de muito maior escala do que o que foi realmente construído, com uma composição simétrica, organizada em função da centralidade da igreja.

⁷³⁶ B.N. Iconografia, D.29 R

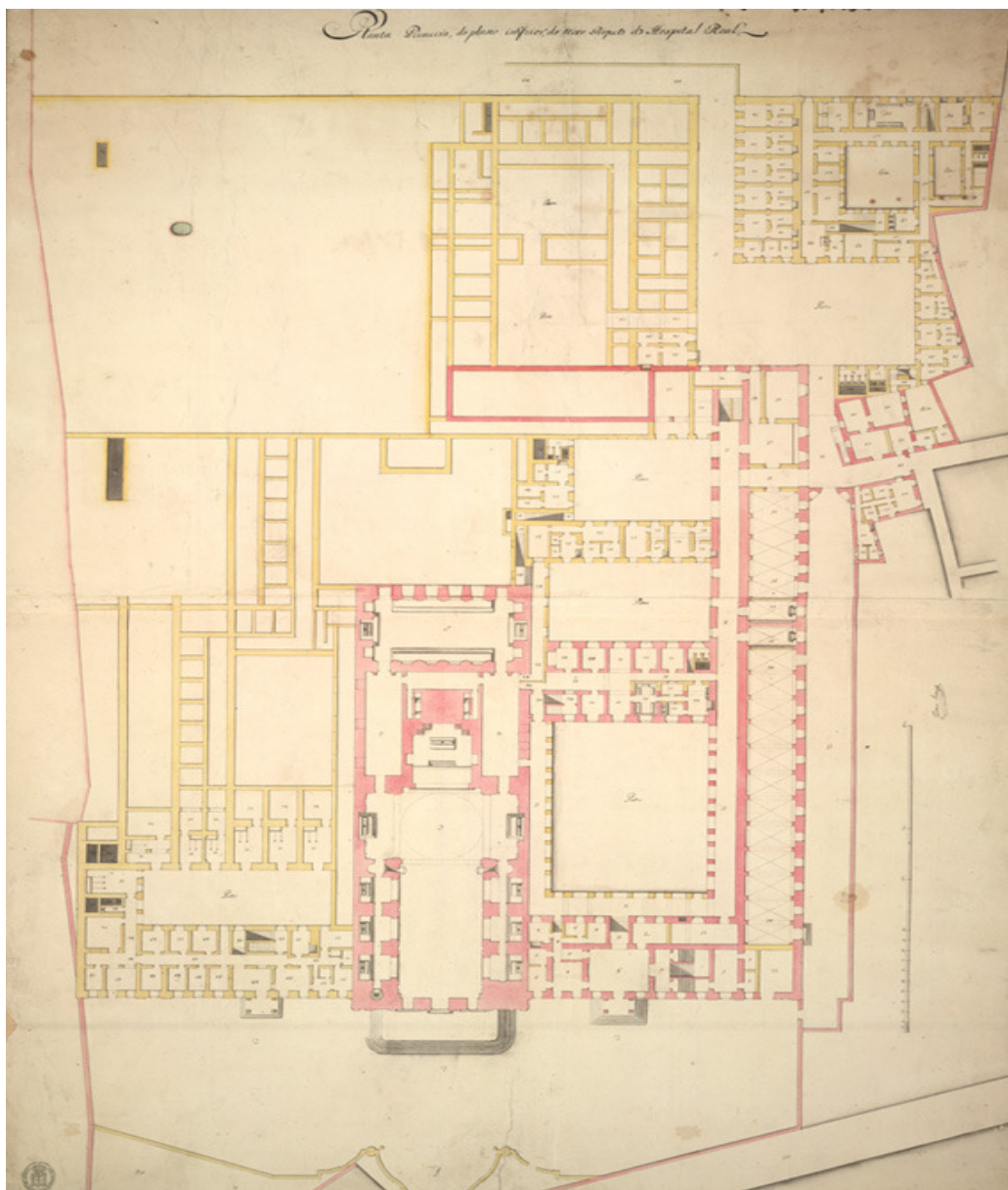


Figura 62. Planta do Hospital Real de S. José (projecto de Caetano Tomás de Sousa)

O autor do projecto utilizou duas cores, a rosa e a amarela, para distinguir as pré-existências, o colégio Jesuítico e a igreja - marcadas a rosa - das novas construções, um edifício do lado poente, que se estendia de sul para norte, paralelamente ao corpo da igreja e outros de menor dimensão, no lado norte - indicadas a amarelo. O novo edifício projectado do lado ocidental, apresentava três secções perpendiculares separadas por pátios de pequena e média dimensão (destinados, talvez, a áreas de serviço) e, na

retaguarda da igreja e do edifício situado no seu lado oriental, foram também projectadas novas construções envolvendo outros pátios.

O pátio de maior dimensão, correspondente ao antigo claustro, mantinha-se isolado do exterior, embora com comunicação indirecta e entrada pela zona da portaria no seu lado sul. Comunicava ainda com a igreja por uma passagem do seu lado noroeste e com as enfermarias do corpo do lado oriental por uma passagem situada a nordeste. O projecto integrava instalações sanitárias - as *privadas* ou *secretas* - e o respectivo sistema de esgotos (conducentes a poços ou fossas), nos diversos níveis e secções do edifício.

O desenho da fachada principal do conjunto hospitalar (só metade da fachada está completa)⁷³⁷ atribuído a Manuel Caetano de Sousa, adequava-se, aparentemente, com a(s) planta(s) atribuídas a Caetano Tomás de Sousa, uma vez que apresentava a igreja em plano central (parcialmente desenhada), ladeada a nascente e a ocidente por dois corpos rectangulares rematados nas suas extremidades, por torreões cobertos por telhado duplo.

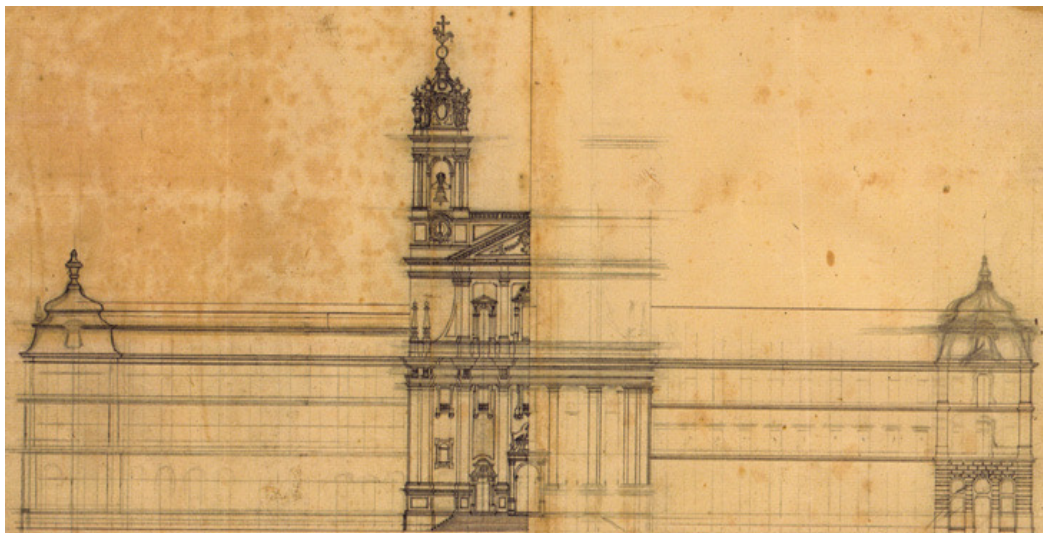


Figura 63. Alçado principal do Hospital de S. José (atribuído a Manuel Caetano de Sousa)

⁷³⁷ BN, Iconografia: D 129 A

É possível que a experiência adquirida por Caetano Tomás (e também por Manuel Caetano) nas grandes obras conventuais-palacianas do período joanino, Mafra e Necessidades, se tenha reflectido na organização simétrica do Hospital Real projectado e da respectiva fachada. Contudo, não são de excluir as possíveis influências dos edifícios hospitalares europeus que os dois arquitectos poderiam ter conhecido através dos tratados de arquitectura e (ou) de gravuras artísticas.

As obras de construção do novo Hospital iniciaram-se, sem dúvida, poucos dias após a publicação da citada Carta de doação, visto que logo a 27 de Setembro de 1769, por um aviso da Secretaria de Estado, era requerido à Junta do Comércio a cedência ao “Engenheiro Jozé Monteiro de Carvalho (...) Director das Obras do Hospital (...), hum dos Fornos de Cal, que a mesma Junta [tinha] na Praya de Paço de Arcos.”⁷³⁸ Essas obras prolongaram-se até inícios de Abril de 1775, altura em que o novo Hospital recebeu os doentes transferidos do Hospital de Todos os Santos.⁷³⁹

No decurso desses seis anos de obras, o projecto inicial foi abandonado e substituído por um novo projecto, assinado pelo engenheiro Monteiro de Carvalho (vide cap.4.2) que, como vimos, fora designado director dessas mesmas obras. A razão (ou, uma das razões) justificativa para a suspensão do primeiro projecto relacionou-se, provavelmente, com as grandes dimensões previstas para o edifício hospitalar, que contrariavam as propostas dos médicos *higienistas*. Como já dissémos, Ribeiro Sanches defendera a construção de hospitais de pequena ou de média dimensão, por entender que os de grande dimensão proporcionavam a concentração de um elevado número de doentes e a acumulação das *exhalaçoins* dos corpos, o que provocava a *putrificação* do ar.⁷⁴⁰

No projecto assinado por Monteiro de Carvalho,⁷⁴¹ o edifício hospitalar ficou reduzido, praticamente, a metade do previsto no projecto anterior (pela eliminação do corpo lateral do lado ocidental da igreja) mostrando-se, nesse aspecto, em consonância com as propostas de Ribeiro Sanches relativas às adequadas dimensões dos edifícios

⁷³⁸ ANTT, Junta do Comércio, livro 112, fl. 185 vº (microf. 2067).

⁷³⁹ ANTT, Hospital de S. José, livro 944, fl.1.

⁷⁴⁰ Ribeiro Sanches, opus cit., pp. 107-121, capítulo XVII, “Da necessidade de renova o Ar frequentemente nos Hospitais, e da limpeza, que nelles se deve conservar”.

⁷⁴¹ No Catálogo da Exposição *Lisboa e o Marquês de Pombal* (ed. CML), a p. 85, a planta de Monteiro de Carvalho referenciada com o nº 267 e com os seguintes dados: *Plano do Novo Hospital de S. Joseph*. Por baixo, tabela com remissas referenciadas por maiúsculas. Desenho a tinta da China. No canto inferior esquerdo, assinado pelo Sarg.º Mor, Joseph Mont.º de Carvalho. Dims: 482x328mm. Biblioteca Nacional de Lisboa.

hospitalarers. Mas a concordância com as propostas *higienistas* verificou-se, sobretudo, no seu carácter predominantemente funcional, nomeadamente na distribuição dos espaços interiores - com uma clara diferenciação entre as áreas de recepção, de serviços e de assistência aos doentes e na especialização das enfermarias – e na instalação de infraestruturas sanitárias, etc.

Frente à entrada principal do Hospital, no piso térreo do edifício situado do lado oriental da igreja, foi instalada a área de recepção aos enfermos – compreendendo a portaria, a casa do porteiro, a casa da Irmandade, a casa do enfermeiro e a casa do cirurgião do banco –, com acesso por uma porta lateral (do lado esquerdo) ao grande pátio (o pátio do relógio), através de uma passagem aberta entre esse edifício e o alçado oriental da igreja. A sala mais importante desta zona hospitalar era, indubitavelmente, a das urgências ou do *banco do cirurgião*, designação herdada do antigo Hospital de Todos os Santos e que se relacionava, segundo Irisalva Moita, com a presença de um grande banco ou mesa⁷⁴² (correspondente à actual marquesa) onde os enfermos se deitavam para serem observados pelos físicos e cirurgiões de serviço.

Perpendicularmente ao edifício da recepção e paralelo à igreja, desenvolvia-se no sentido sul-norte, um edifício de quatro pisos, compreendendo em cada um desses pisos várias enfermarias especializadas, por sexo e por patologias. Esse edifício era interceptado a meio por um acesso com direcção este-oeste, que ligava, em sequência, o arruamento exterior nascente, o corpo nascente, a enfermaria de loucos (paralela ao corpo nascente) e a capela. No lado norte do principal corpo hospitalar, situava-se a área de serviços, em que se inseriam a morgue (próxima da sacristia), a botica, a cozinha, a lavandaria, etc.

Todos os pisos do edifício hospitalar foram dotados de estruturas e infraestruturas sanitárias, desde as *privadas* ou *comuas* (w.c.) à canalização de água e à rede esgotos, destinadas a garantir o saneamento e as o arejamento das enfermarias ficou garantida não só pela existência de amplas janelas mas também pela instalação de ventiladores.

Ainda de acordo com as normas *higienistas*, o perímetro hospitalar foi separado do espaço urbano envolvente com o levantamento de um muro e a criação de duas entradas situadas nos pontos extremos desse perímetro, uma a norte e outra (a principal)

⁷⁴² Moita, Irisalva, “O Hospital Real de Todos-os-Santos. Enfermarias – Aposentadorias – Serviços” in *Hospital Real de Todos-os-Santos, 500 anos*, Lisboa, ed. Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993, p. 43

a sul. O muro, funcionando como uma espécie de “cordão sanitário”, isolava os doentes, restringindo-lhes o contacto com os sãos o que impedia (ou dificultava) a propagação das doenças.

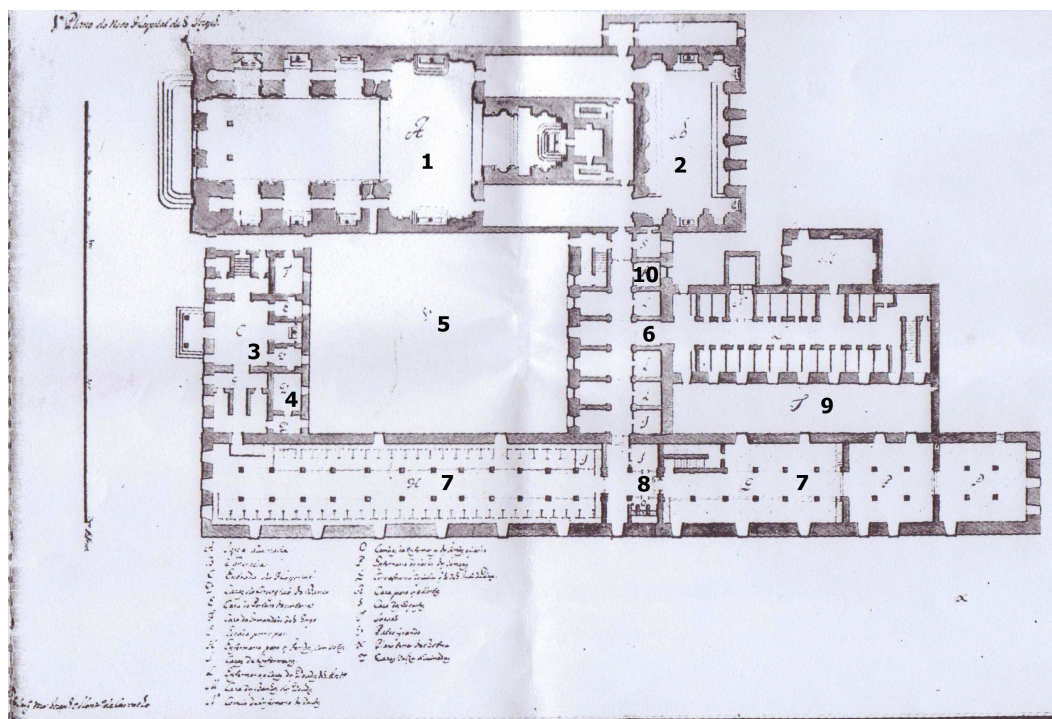


Figura 64. Adaptação de Planta do Hospital de S. José, autoria de José Monteiro de Carvalho: 1. Igreja; 2. Sacristia; 3. Portaria do Hospital; 4. Casa do cirurgião do banco; 5. Pátio grande; 6. Enfermaria das “doubdas”; 7. Enfermarias grandes; 8. Sanitários ou “secretas”; 9. Pátio pequeno; 10. Casa mortuária (?).

Como referimos atrás, a transferência dos doentes do Hospital de Todos os Santos para o novo Hospital de S. José verificou-se nos dias 3, 4 e 5 de Setembro de 1775, sob a vigilância do Enfermeiro-Mor e com a colaboração de nobres, burgueses e membros do clero, assim relatada no dia 6 desse mês e ano: “(...) a nobreza da Corte, pessoas de bem, e Irmaons da Mizericórdia que conduziram em macas, e equifes, os doentes de mais perigo, sendo os menos perigo em seges, que para isto derão muitos devotos, e (...) Religiosos dos Conventos desta Corte, que tambem vierao em comunidades, huns dos primeiros que com suma caridade os levaram tambem aos seus ombros”⁷⁴³

Como nos indica um documento datado de 6 de Fevereiro de 1777, o Hospital começou a funcionar com dezanove enfermarias, que eram as de S. Ana, S. João de

⁷⁴³ ANTT, Hospital de S. José, livro 944, fl. 1 (DOC.)

Deus, N^a Sr^a do Carmo, S. Lourenço, S. José, S. Sebastião, S. Isabel, S. Cristóvão, S. Pedro e S. Paulo, S. Joaquim, S. Roque, S. Lázaro, S. Cosme e S. Damião, S. Amaro, S. Quitéria, S. Bárbara, S. Camilo, S. Iria e S. António.

Essas enfermarias distribuíam-se pelos vários pisos do edifício hospitalar e estavam separadas por sexo e por patologias - febres, doenças venéreas, moléstias de ossos, feridos (acidentados), doenças mentais, etc. – ou por situações clínicas particulares - “camarentos”, “paridas”, convalescentes –, sendo designadas pelos nomes dos respectivos(as) santos(as) padroeiros(as). Das várias enfermarias masculinas, as de S. José, de S. Sebastião, de S. Pedro e de S. Roque eram as das febres, as de S. António, de S. João de Deus e de S. Francisco eram as dos feridos, as S.^tº Onofre e de S. Carlos eram as das doenças venéreas e a de S. Joaquim era a dos operados, etc.; das várias enfermarias femininas, as de S.^ta Margarida e de Nossa Sr^a do Carmo eram as das feridas, a de Santa Maria Madalena, a das doenças venéreas, a de S.^ta Eufémia a das “doudas”, a de S.^ta Bárbara a das “paridas”, etc.

No início do século XIX, a lotação do Hospital variava entre 800 e 900 doentes e o número de doentes por enfermaria oscilava entre os 30 e os 37, números perfeitamente razoáveis para os parâmetros *higienistas* da época, que apontavam, como valor ideal, os 25 leitos por enfermaria.

Claro que em situações excepcionais, os valores atrás referidos mais que duplicavam, o que comprometia de imediato a boa qualidade do ar porque, como advertira Ribeiro Sanches, “a infecção do Ar” era sempre “tão grande como o numero daquelles que o [respiravam] no mesmo lugar.”⁷⁴⁴

Precisamente para se evitar a sobrelotação das enfermarias e para se assegurar a salubridade do ar e as adequadas condições de assistência aos enfermos, os espaços interiores do Hospital conheceram sucessivas remodelações e ampliações no decorrer dos séculos XIX e XX, como comprovam as plantas que foram levantadas. Aliás, poucos anos depois da abertura do Hospital, foi construída uma enfermaria destinada especificamente “aos Religiosos Menores Reformados da Provincia de Santa Maria da Arrábida”, de acordo com a decisão régia de 18 de Março de 1779.⁷⁴⁵

⁷⁴⁴ Idem, p. 113

⁷⁴⁵ ANTT, Junta do Comércio, livro 119, fl. 95vº

Algumas das remodelações surgidas no decurso do século XIX, foram suscitadas pela degradação detectada em algumas partes do edifício, como se verificou em 1813. Em Outubro desse ano, o enfermeiro-mor dirigiu-se ao monarca, pedindo ajuda financeira para se proceder com urgência às reparações necessárias, para que “*os Pobres Enfermos*” não sofressem como tinham sofrido no inverno anterior. Segundo essa exposição, era preciso fazer reparações nalgumas “Enfermarias de Mulheres, inundadas de Agoa, em parte pela Ruina dos telhados”, noutras era necessário colocar “vidros, nas janellas e clarabóias”, noutras eram necessárias as “aberturas de chumbo, nos ventiladores” e nas enfermarias de homens era necessário mudar os “Leitos dos Enfermos pela muita Agoa, que das Superiores se lhe comunicava, havendo athe em muitas partes eminente perigo de abater o estuque, já muito arruinado, e (...) de novo deteriorado com a humidade.”⁷⁴⁶

Com o crescente número de doentes, tornou-se cada vez mais necessário criar novas enfermarias, o que foi possível com o melhor aproveitamento do espaço existente e com a anexação de outros edifícios. Em 1844, foi anexado o antigo Hospital de S. Lázaro, transferindo-se para aí os doentes leprosos e, em 1848, foi anexado o antigo Convento de Rilhafoles, transferindo-se para aí os doentes mentais que, até essa data, ocupavam a enfermaria de S. João de Deus.

Além das remodelações internas, o Hospital de S. José passou também por várias alterações externas, particularmente na fachada principal e nos espaços envolventes. Uma das transformações mais significativas ocorreu em finais do século XIX, altura em que foi determinada a demolição da igreja, cuja área foi posteriormente aproveitada para a construção de um edifício administrativo (ao tempo do dr. Curry Cabral).

Apesar de parcialmente arruinada após o sismo de 1755, a Igreja de Santo Antão o Novo continuara em exercício até às primeiras décadas de Oitocentos, mantendo um razoável número de clérigos, acólitos e moços de coro, como atestam os documentos gráficos e escritos.

Num documento datado de 20 de Abril de 1780, referia-se que Manuel Joaquim Trindade, “*Moço da Capella de Nossa Senhora do Amparo*” desde 27 de Novembro de 1777, apresentara um requerimento à Santa Casa da Misericórdia no qual se queixava de

⁷⁴⁶ ANTT, Hospital de S. José, livro 945, fl.s 198-199 vº

que tinha sido “compelido a exercer, alem daquellas obrigaçoens, todas as mais concernentes a qualquer moço da Capella supernumerario do dito Hospital” pedindo, por isso, para ser “izento daquelle maior trabalho, na conformidade da sua respectiva Provizam” ou para lhe ser regulado o “ordenádo pelos dos outros refferidos Mossos da Capella”⁷⁴⁷.

Nos primeiros tempos, os responsáveis pelo Hospital, também se preocuparam com a manutenção da igreja, como se deduz da ordem emitida pelo Enfermeiro-Mor, Joze da Cunha de Atahide e Mello, datada de 21 de Outubro de 1777, determinando que daí em diante não se prestassem móveis da igreja “ou outros deste dito Hospital, sem ordem por escrito indo por mim rubricada, e fazendo-se assento”⁷⁴⁸, uma vez que já se constatado o desaparecimento de vários móveis e alfaia da Igreja, que haviam sido emprestados.

Gradualmente, porém, o interesse pela reconstrução das partes mais afectadas do edifício (abóbada e torre sineira) e (ou) pela manutenção do que escapara ileso do Terramoto, foi diminuindo e, por isso, foi-se acentuando a sua degradação. Assim, em 1811, o Enfermeiro-Mor, D. Francisco de Almeida Mello e Castro, conde de Galveias, decidiu retirar da nave da igreja oito estátuas de Apóstolos (S. Pedro, S. Paulo, S. Bartolomeu, S. Marcos, S. João Evangelista, S. André e outros)⁷⁴⁹ e mandou-as colocar na fachada principal do hospital.

Determinado a valorizar a entrada principal do edifício hospitalar, esse Enfermeiro-Mor ordenou também a plantação de árvores no terreno fronteiro à fachada principal (zona que passou a ser designada por Pátio das Árvores), a construção do muro de suporte das terras do lado da Rua José António Serrano e a edificação de um pórtico no principal acesso à área hospitalar.

Projectado para outro lugar⁷⁵⁰, esse pórtico (que se mantém *in loco*), é formado por um arco abatido, ladeado por colunas e pilastras compósitas que sustentam um

⁷⁴⁷ ANTT, HS José, livro 944, fl.s 15vº, 16 e 16vº.

⁷⁴⁸ ANTT, HS José, cx. 390, maço 51.

⁷⁴⁹ Afirma Teresa Vale, opus cit., p. 87, que no conjunto das oito estátuas sobreviventes, as de S. Pedro e de S. Paulo pertenceriam à já referida encomenda genovesa e as restantes – Santo André, S. Bartolomeu, S. João Evangelista, S. Marcos e dois apóstolos não identificáveis pela falta de atributos específico – pertenciam ao escultor João Bellini de Pádua.

⁷⁵⁰ Segundo Eduardo Sucena, opus cit., p. 29, “essa peça arquitectónica fora concebida como arco triunfal para comemorar a vitória sobre os exércitos franceses que invadiram Portugal em 1807, 1809 e 1810”

entablamento sobrepujado por duas estátuas alegóricas e um escudo com as armas de D. João VI.



Figura 65. Estatuária da fachada principal do Hospital de S. José e arco da entrada principal do recinto hospitalar

Em meados de Oitocentos, a igreja foi desactivada como espaço sagrado e, pouco tempo depois, foi decidida a sua demolição. Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, datado de 1874⁷⁵¹, referiu-se ao edifício, afirmando que se mantivera, apesar dos estragos sofridos pelo sismo de 1755, como “um dos mais bellos monumentos de Lisboa, pela variedade, belleza e finura dos mármore, que de alto a baixo revestiam as paredes interiores; pelo primor das esculturas e mosaicos; pela intelligente distribuição dos ornatos”. E lamentava que não tivesse sido possível salvar esse “admiravel monumento ao furor dos vandalas do seculo XIX”, que lhe derrubaram “a formosíssima torre (...) e toda a parte superior da fachada” e que a despojaram das “magníficas columnas e de seus bellos mosaicos e admiraveis esculturas, sobretudo na capella mor, harmonia de todas as suas partes.”

Também Luís Gonzaga Pereira manifestou o seu desgosto pela incúria a que fora votada essa igreja e pela degradação a que chegara, afirmando que, por terem saído os Jesuítas, não era motivo para se ter deixado destruir “hum templo de tanto valor”. E afirmava, entre espantado e desgostoso, que no espaço de um ano, se derrubara a cimalha, noutro ano, “hum bocado da abobeda”, noutro ano foi-lhe cobiçada “alguma pedra, d’outras vezes se ia limpando pozetivamente muitas couzas mais belas”.

⁷⁵¹ Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Comp.^a, 1874, pp. 246-247

Referindo-se às torres sineiras, disse que em 1807, fora apeada a da esquerda “com razão, porque estava tombada” e, em 1836, a da direita, cuja pedra fora “aplicada para as calçadas.”⁷⁵²

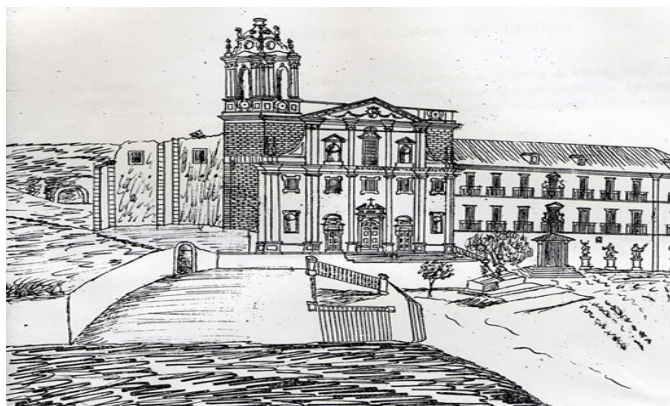


Figura 66. Hospital de S. José, desenho de Luiz Gonzaga Pereira

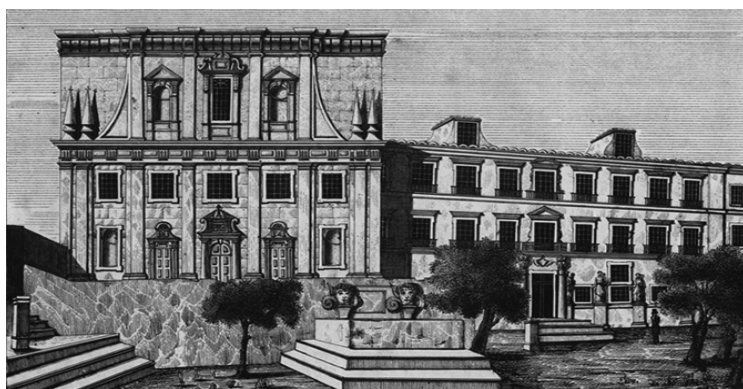


Figura 67. Hospital Real de S. José, desenho de LeGrand, c. 1850

A demolição total da Igreja de Santo Antão, que tanto scandalizou Pinho Leal, Luís Gonzaga Pereira e outros olisipógrafos, só se verificou nos últimos anos do século XIX, uma vez que em 1797 foram inventariadas as madeiras das respectivas capelas para se proceder posteriormente à sua venda. São aí registadas, as mil e vinte tábuas de “Perssa groça” da primeira capela do lado direito, na segunda capela do mesmo lado “Casquin (...) mil sincoenta e duas taboas” e “Perssa groça duzentas e três taboas”, na terceira capela do mesmo lado, “taboado groço aparelhado para soalho mil e dezasseis

⁷⁵² Pereira, Luís Gonzaga, *Monumentos sacros de Lisboa*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 1927, p.160

taboas (...) tabuado para Guarda-pó cento e sessenta e três taboas (...) Persa groça mil quatrocentas e vinte e seis taboas” e assim sucessivamente.⁷⁵³

Ao mesmo tempo que se inventariavam, avaliavam e vendiam as madeiras preciosas, também se retiraram os mármore e as pedras lavradas do edifício (colunas, frisos, capitéis, etc.), muitos deles levados para serem integrados noutras edificações⁷⁵⁴ e muitos outros convertidos em cal. Dessa grandiosa igreja nada restou *in loco*, à excepção de um fragmento do frontão do seu portal principal.



Figura 68. Fragmento de frontão de portal da antiga Igreja de Santo Antão-o-Novo

⁷⁵³ ANTT, Hospital de S. José, livro 944, fl. 172vº-173

⁷⁵⁴ Afirma Eduardo Sucena, opus cit., p. 27, que as “belas colunas torsas de mármore da Arrábida [do retábulo da capela-mor, estão] hoje na capela-mor da Igreja paroquial de S. José, no Largo da Anunciada, que ainda recebeu do templo arruinado outros materiais, como mármore e mosaicos”.

4.3.1.1. A modernização dos equipamentos e das práticas médicas

O Hospital Real de S. José, criado para substituir o velho e arruinado Hospital de Todos os Santos, herdou deste último não só o sistema de financiamento (maioritariamente dependente da Misericórdia e de doações), mas também algumas responsabilidades e práticas assistenciais (nomeadamente de ordem espiritual) e da sua estrutura organizativa.

O novo Hospital que, em muitos aspectos, obedecia aos critérios *higienistas* em voga – localização, espaços amplos, limpos e bem arejados, camas individuais e frequente mudança de roupa – estava ainda muito longe de garantir aos enfermos uma boa assistência e tratamentos adequados às suas patologias. Para que isso se verificasse, além da boa circulação de ar nas enfermarias, era imperioso melhorar a eficiência de todos os serviços hospitalares, o que implicava a mudança comportamentos e de procedimentos, particularmente por parte dos principais agentes de saúde, os enfermeiros, os médicos e os cirurgiões.

O teor moderno do Hospital de S. José não se cingiu às transformações físicas do edifício, antes implicou importantes transformações ao nível do funcionamento e ao nível da disciplinização e qualificação dos funcionários que se foram processando, gradualmente, ao longo de muitas décadas. As primeiras alterações significativas ocorreram até às primeiras décadas de Oitocentos, por acção dos enfermeiros-mores que, para tal, reforçaram algumas das disposições inerentes ao Regimento herdado do Hospital de Todos os Santos e (ou) criaram novas directrizes.

D. Francisco Furtado Mendonça, o primeiro enfermeiro-mor do Hospital de S. José, implementou várias medidas para controlar os gastos exagerados que se verificavam em diversos serviços - cozinha, rouparia, botica, etc. -, para regular a qualidade e o horário das refeições dos enfermos, para controlar o horário de trabalho dos funcionários, para melhorar o funcionamento da botica, etc.

Em Junho de 1775, o enfermeiro-mor enviou uma ordem ao Mordomo da despensa para que não entregasse nada nas enfermarias senão “aos Enfermeiros das respectivas Enfermarias, e não aos Ajudantes, só sim aqueles que estiverem servindo de Enfermeiros na falta dos próprios (...)” e que não desse “ (...) mais carne, ou género

algun da dita Despença, que não [fosse] lançado no receituario da Cozinha(...)”, para que entregasse “(...) todos os dias pelas 5 horas da tarde 12 vellas de cebo aos Enfermeiros que na noute de cada hum delles, [rondassem] as Enfermarias dos homens, e 4 vellas também cada dia, para as Enfermeiras, que [rondassem] as Enfermarias das Mulheres, e no sábado de cada hua semana(...) mais duas vellas a cada Porteira, e outras duas, para cada hua Enfermaria das febres, e 6 vellas a cada hua Enfermeira dos feridos (...)dando entrada nos Livros da dita do recebimento, e despeza dellas”.

A 11 de Outubro do mesmo ano, ordenou ao Porteiro da porta principal, Francisco da Costa Alves, que não consentisse “ que Enfermeiro, ou Ajudante algum, [falasse], ou [fizesse] alguma breve assistência de fora da dita porta (...)” e que quando dessem as “avemarias”, fechasse “a dita porta á chave, guardando esta em seu poder, e não [deixasse] entrar depois destas, Enfermeiro, ou Ajudante algum”, sem a sua autorização. A 22 do mesmo mês e ano, ordenou ao administrador da Botica, Francisco Alvez Carneiro, que não deixasse “passar pela porta della, pessoa de qualidade alguma para as Enfermarias (...) nem das ditas para ella, e não [consentisse] que os Enfermeiros, ou Ajudantes se [demorassem] na mesma, quando [fossem] buscar os remédios”.

Por um edital datado de 18 de Janeiro de 1776, D. Francisco Furtado de Mendonça ordenou que nunca se trocasse nenhuma “ração sem esta ser pedida pelo Enfermeiro da respectiva Enfermaria, certificando primeiro não poder prejudicar ao doente que a [pedisse]”⁷⁵⁵ e, por novo edital datado de 6 de Fevereiro de 1777, ordenou aos “Irmãos Mordomos da Cozinha”, que no Inverno dessem “o Jantar aos Enfermos ás dez horas e meia da manham, e de verão as onze horas, e a cea de Inverno as cinco horas da tarde e de verão as seis horas.”

Todos os sucessores de D. Francisco Furtado de Mendonça se empenharam em tornar os serviços hospitalares mais eficientes mas, acima de tudo, preocuparam-se em melhorar as condições de assistência aos enfermos e em lhes proporcionar tratamentos mais eficazes para as suas doenças.

Embora de pouca ou nenhuma eficácia, as terapias convencionais - purgas, sangrias, caldos de galinha e *mezinhas* - continuaram a ser utilizadas até às primeiras décadas do século XIX, por falta de alternativas (já referido no cap. 2 da I parte) mas, ao

⁷⁵⁵ ANTT, HS José, livro 944, fl.s 1vº-2

mesmo tempo, foram ensaiados novos métodos de tratamento (como a inalação de fumo de tabaco) e novos medicamentos, alguns dos quais com resultados positivos no tratamento de alguns casos patológicos, ou no controle de um dos sintomas mais frequentes, as febres.

Para combater os estados febris (e outras situações), os médicos passaram a recorrer à *água de Inglaterra* (infusão feita com de folhas de quina com vinho), à quina⁷⁵⁶ e a medicamentos químicos de recente descoberta, cuja aplicação era devidamente observada e cuidadosamente anotada nos relatórios⁷⁵⁷ elaborados sobre a evolução dos enfermos que os tomavam.

Provavelmente, caberia ao enfermeiro-mor a decisão final sobre as opções dos métodos e dos medicamentos a que recorriam os médicos, sobre as vantagens ou desvantagens do seu uso e sobre a sua substituição por outro, depois de auscultar a opinião dos médicos. Assim, a 26 de Novembro de 1810, o enfermeiro-mor D. Francisco de Almeida de Mello e Castro, convocou os quatro médicos do Hospital para opinarem se era absolutamente necessário usar a *agoa de Inglaterra* para tratar as doenças que então proliferavam no hospital ou se “esse remédio podia ser suprido (...) por outra qualquer formula que preenchesse as mesmas endicações, podendo della obter-se o mesmo rezultado”⁷⁵⁸.

Todos os médicos opinaram que a quina se tornara imprescindível para o tratamento dos enfermos mas, quase todos concordaram igualmente que não era necessário recorrer à *água de Inglaterra* (a referida infusão de folhas com vinho) porque, como explicou um dos presentes, graças aos novos conhecimentos, nomeadamente na Química farmacêutica, os médicos já possuíam “todos os meynos pociveis de combater as febres por meyo de variáveis formolas applicadas diariamente aos Enfermos deste Hospital, sem precisão absoluta de infuzoens feitas em vinhos, mais ou menos fortes com o nome de agoa de Inglaterra.”⁷⁵⁹

⁷⁵⁶ Segundo o *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 24, pp.67-68, o termo “quina” é um termo vernacular aplicado a diversas espécies de quininas e de cascas vegetais com qualidades febrífugas, vindas da América do Sul e divulgadas em Espanha, Itália, Países-Baixos, Inglaterra e França, a partir da década de 40 do século XVII. Deveu-se a La Condamine (sob o patrocínio da Academia das Ciências de Paris), o primeiro estudo sobre a árvore da quina (para o que se deslocou ao Peru), em 1737, ao que se seguiram nas décadas seguintes muitos outros trabalhos de estudiosos franceses e ingleses, expandindo-se a sua aplicação terapêutica a partir de finais do século XVIII e no século XIX.

⁷⁵⁷ ANTT, Hospital de S. José, livro 944, fl.s 87-89.

⁷⁵⁸ ANTT, Hospital de S. José, livro 945, fl.s 21-22vº.

⁷⁵⁹ ANTT, Hospital de S. José, livro 945, fl.s 21vº a 22vº

O enfermeiro-mor D. Francisco de Almeida de Mello e Castro preocupou-se não só com a qualidade dos medicamentos dados aos enfermos, mas também com a qualidade da assistência que lhes era prestada e, por isso, entendeu que os médicos deviam assisti-los em horário noturno. Ordenou, por isso, aos quatro *físicos* do Hospital que passassem cumprir um horário noturno, à vez, garantindo-lhes, como compensação pelo alargamento do horário de trabalho, um aumento de “trinta mil reis annuaes sobre os seus ordenados”. Porém, tendo constatado que os médicos não cumpriam o trabalho suplementar noturno que lhes fora atribuído, a 4 de Dezembro de 1810, ordenou a imediata abolição dos “sobredittos 30\$000 de augmento sobre cada hum dos ordenados dos mesmos facultativos, que [ficariam] reduzidos a 320\$000 reis annuaes.”⁷⁶⁰

De acordo com vários documentos consultados, concluímos que, nos inícios do século XIX, o Hospital de S. José possuía quatro médicos (ou *facultativos*) e quatro cirurgiões: o do banco, o dos feridos, o oculista e o das enfermarias. Mas, até às primeiras décadas de Oitocentos, que tipo de formação apresentavam esses profissionais da saúde?

Como já dissémos na I parte do nosso trabalho, até ao último quartel do século XVIII, os médicos e os cirurgiões tinham formações e competências profissionais bem distintas. Os médicos adquiriam o seu saber “livresco”, pela frequência de cursos universitários e, como profissionais, cingiam-se a observar língua dos doentes e as respectivas “águas” (urina), a classificar a doença e a prescrever as purgas, as sangrias, as *mezinhas*, etc. Os cirurgiões, pelo contrário, adquiriam os seus conhecimentos anatómico-cirúrgicos com a prática que se iniciava, normalmente, com a profissão de barbeiro, depois com a de sangrador e, mais tarde, com a de anatomista e de cirurgião.

A reforma do curso de medicina em 1772 proporcionou aos futuros médicos uma formação mais actualizada e com uma importante componente prática, graças à integração de disciplinas experimentais - anatomia, cirurgia, química, etc. – e da prática clínica. Os médicos modernos (formados depois de 1772), possuíam conhecimentos teóricos mais actualizados e bons conhecimentos experimentais, anatómico-cirúrgicos, que puderam desenvolver com a prática profissional, sobretudo nos hospitais.

⁷⁶⁰ ANTT, H S. José, livro 945, fl. 21.

Ao mesmo tempo que os médicos desenvolviam competências práticas, nomeadamente na cirurgia, muitos cirurgiões completaram a sua formação prática com a frequência do curso de medicina. Gradualmente e até às primeiras décadas do século XIX, foi-se diluindo a distância que desde o século XIII separara os *físicos* dos sangradores e cirurgiões, acabando igualmente a clivagem entre as duas componentes - a teórica e a prática - da Medicina.

O Hospital de S. José contribuiu decisivamente para o reforço dos conhecimentos práticos dos agentes de saúde, especialmente dos médicos e dos cirurgiões, graças ao curso de anatomia e de cirurgia que aí começou a funcionar a partir de Novembro de 1775, sob a regência do cirurgião Manuel Constâncio. (I parte, cap.2.2.)

Manuel Constâncio (1725-1817), oriundo do concelho do Sardoal, iniciou a sua actividade de barbeiro e sangrador com apenas 12 anos de idade no hospital de Abrantes, donde partiu para Lisboa em 1747, obtendo o lugar de barbeiro no Hospital de Todos os Santos. Algum tempo depois, matriculou-se na aula de Cirurgia do Hospital (regida nessa altura pelo dr. José Elias da Fonseca) obtendo em 1754, o diploma de sangrador e, em 1758, o de cirurgião. A partir de 1754 tornou-se discípulo e colaborador do anatomista francês Dufau e, a partir de 1764, tornou-se lente de anatomia, sucedendo a Dufau, que se jubilou nesse ano.⁷⁶¹

Enquanto lente de anatomia, entre 1764 e 1805, Manuel Constâncio esforçou-se sempre por melhorar os estudos anatómico-cirúrgicos do Hospital, que constituíam uma das bases mais importantes da formação dos profissionais da saúde. E, para que os conhecimentos nessas matérias fossem aprofundados e actualizados, empenhou-se para que os seus melhores alunos fossem enviados, a expensas da Coroa, para a Escócia e para a Inglaterra a fim de frequentarem as escolas clínicas e cirúrgicas de Edimburgo e de Londres, consideradas, então, as melhores de toda a Europa.

A escolha de Londres e de Edimburgo, como centros de estágio para esses alunos deveu-se, provavelmente, ao aconselhamento do cirurgião inglês Jonh Hunter (incorporado na companhia do Conde de Lippe), com quem Constâncio manteve alguns contactos⁷⁶² mas, já em 1763, Ribeiro Sanches recomendara no seu *Método para*

⁷⁶¹ Mário Carmona, opus cit., pp. 313-316.

⁷⁶² Veloso, A. J. Barros, Almasqué, Isabel, *Hospitais civis de Lisboa. História e azulejos*, Lisboa, 1996, p. 35.

aprender e estudar Medicina, o envio de médicos portugueses para Leiden, Paris ou Edimburgo.⁷⁶³

Mercê dos seus reputados conhecimentos e méritos, Manuel Constâncio foi nomeado, em 1786, cirurgião da Casa Real e cirurgião da Real Câmara e, em 1789, foi elevado a Escudeiro Fidalgo. Em 1780, as suas lições de anatomia e de cirurgia foram coligidas por um dos seus discípulos e publicadas em 1780, com o título de *Anathomia a mais correcta, colhida de vários Authores, os mais peritos que desta Sciencia tem descrito até ao presente, agora novamente corregida, e augmentada, assim no pratico como no theorico, segundo as melhores opinioens; ditada aos Praticantes desta faculdade neste Hospital Real de S. José por Manoel Constancio, Lente Regio desta mesma faculdade*.

Graças à qualidade dos cursos de anatomia e cirurgia, regidos por Manuel Constâncio e por alguns dos seus discípulos, a Aula Régia de Cirurgia (em que se inseriam esses cursos) foi convertida em 25 de Junho de 1825, na Escola Régia de Cirurgia de Lisboa.

A par dos referidos cursos da Aula Régia, os futuros médicos e cirurgiões também recebiam formação prática ministrada por alguns cirurgiões do Hospital, como se depreende do decreto de 23 de Agosto de 1777, que nomeava Manuel Rodrigues cirurgião de enfermaria. Segundo esse documento, o cirurgião era obrigado não só a “curar todos os doentes da enfermaria, ou enfermarias [de que fosse encarregado] pelo enfermeiro Mór”, mas também a ensinar “a todos os Praticantes as operações de Cirurgia (...) para cujo exercício o dito Enfermeiro Mór lhe [destinaria] os Praticantes (...) [havendo] no mesmo Hospital huma Estatua [representando] a figura humana, para nella se ensinar os Praticantes todo o género de Ligaduras próprias de qualquer operação, ao fim de que exercitando-se nesta parte, [soubessem] o (...) mais essencial na Cyrurgia: Pois o modo, com que se [aplicavam] as attaduras, [concorria] muito para o bom sucesso das curas.”⁷⁶⁴

A melhoria da formação e das competências práticas dos médicos e dos cirurgiões do Hospital de S. José reflectiu-se, obviamente, na assistência e nos tratamentos prestados aos doentes, determinando uma maior percentagem de curas bem sucedidas e uma gradual redução da taxa de mortalidade hospitalar. A par da

⁷⁶³ Mário Carmona, opus cit., p. 317

⁷⁶⁴ ANTT, HSJosé, livro 944, fl.s 104 vº-105

qualificação e competência dos agentes da saúde, outros factores contribuíram para esses resultados, tais como o incremento das práticas de higiene e a utilização de novos instrumentos (cirúrgicos, por exemplo) e (ou) equipamentos, a maioria dos quais importados da Inglaterra, por ser o país com maior desenvolvimento industrial e onde se sucediam as invenções neste âmbito.

Alguns desses instrumentos inovadores foram oferecidos ao Hospital de S. José pelo Intendente Geral Pina Manique, que os importara por ter tido conhecimento da sua grande utilidade no tratamento de algumas doenças, como explicou na carta enviada à direcção do Hospital, a 3 de Novembro de 1788. Segundo as suas próprias palavras, um desses instrumentos era adequado para “socorrer alguns afogados, e atacados de Apoplexias (...) e volvos” e os outros eram particularmente vantajosos “para resgatar algumas Pessoas (...) atacadas de molestias nos bofes e de peito, tendo [produzido nalguns] admiráveis efeitos.”⁷⁶⁵

Os resultados obtidos com a utilização desses novos instrumentos e (ou) máquinas foram, por vezes, tão surpreendentes, que mais pareceram “milagres”, como o que foi presenciado a 18 de Fevereiro de 1790. Segundo o relatório elaborado, pelas oito da manhã desse dia entrou para a enfermaria de S. Sebastião “hum preto chamado João Policarpo, o qual vinha aparentemente morto” e ao qual foram “logo applicados os remedios de pés em agoa quente, e ventosas” e, hora e meia depois passando por ali o cirurgião António de Almeida e informando-se do estado do doente, “o achou no mesmo estado, em que o Medico o viu, isto he, em hua verdadeira Asfyxia, sem pulso, sem respiração, os extremos frios, e somente com calor no (...) tronco [e mandando] logo buscar a máchina fumigatória (...) em lugar de lhe fazer as injeções de fumo de tabaco pelo anus (...) lhas fez pela boca, metendo-lhe o ar, e o fumo dentro do bofe (...) [e] passado hora e meia de repetidas injeções, fez o moribundo huma ligeira expiração, e começaram-se a sentir os pulsos (...)”⁷⁶⁶.

Pela conjugação de todos os factores mencionados, desde os que se associavam ao próprio edifício – com bom saneamento e boa ventilação -, até aos que decorriam da eficiência dos serviços – como a regulação dos horários e uma maior responsabilização dos funcionários -, passando pelo reforço das competências dos médicos e cirurgiões, pelo gradual abandono dos métodos terapêuticos galénicos e pelo recurso aos novos

⁷⁶⁵ ANTT, IGP, livro 3, fl. 94 a 95

⁷⁶⁶ ANTT, Idem, fl. 121-21 vº

medicamentos químicos, novos instrumentos, etc., o Hospital de S. José foi-se afirmando como um hospital de qualidade, ganhando boa reputação não só junto da população da *Corte*, mas também junto dos estrangeiros.

Murphy, por exemplo, considerou que o Hospital era “bem servido de médicos e de enfermeiros [estando] os doentes confortavelmente instalados e, sob, todos os pontos de vista, bem tratados”. Para validar a sua opinião, Murphy apontou (sem qualquer crítica ou espanto), os dados estatísticos do Hospital de 1789 que revelavam que “o número de doentes recebidos [ascendera] a 11020 [que somados aos] conservados desde o ano anterior, 778, [davam] um total de 11798, [dos quais] morreram nesse ano 1308 [e foram] dados como curados 9688 [mantendo-se] em tratamento 802”⁷⁶⁷.

Link, por sua vez, opinou que o Hospital de S. José era muito bom e que os doentes eram aí bem cuidados e tratados e reconheceu ainda que a instituição tinha boa fama, mesmo entre estrangeiros. Recorrendo aos dados estatísticos fornecidos pelo *Almanaque de Lisboa*, afirmou que “no início de 1797, existiam 1088 pessoas internadas, tendo-se verificado no ano anterior a entrada de 14818 enfermos, a saída de 13235 por se encontrarem já curados e a morte de 1579”⁷⁶⁸. Tendo apontado esses dados sem tecer qualquer comentário negativo, pode deduzir-se que os achava perfeitamente normais em comparação com os de outros hospitais estrangeiros da época.

Ruders anotou nas suas cartas que, tendo participado nas visitas que os habitantes da cidade faziam a 19 de Março de cada ano, dia de S. José, ao Hospital, pudera observar a “limpeza e asseio” e “a excelente instalação” do edifício. E, para confirmar a qualidade da assistência que aí era prestada, também apresentou dados estatísticos, segundo os quais de 1 de Julho de 1800 a 1 de Julho de 1801, entraram 18930 enfermos, tendo saído curados 15198 e falecido 2083, permanecendo os restantes em tratamento.⁷⁶⁹

A crescente qualidade da assistência prestada aos enfermos no Hospital de S. José até meados do século XIX relacionou-se, em grande medida, com a qualidade da cirurgia que aí se praticava e que muito devia à formação proporcionada aos médicos e cirurgiões pela Escola Médica de Cirurgia. Porém, neste Hospital como na maioria dos

⁷⁶⁷ James Murphy, opus cit., 161

⁷⁶⁸ Heinrich Friedrich Link, opus cit., p. 141

⁷⁶⁹ Ruders, Carl Israel, opus cit., pp. 270-271

hospitais europeus da época, os índices de mortalidade ainda se mostravam muito elevados, porque os médicos continuavam impotentes para debelar um grande número de doenças – das quais pouco se conhecia e para as quais não existiam medicamentos eficientes – e porque as condições de alojamento e de assistência ainda eram muito defeituosas.

Encarregado pelo enfermeiro-mor de analisar as causas da mortalidade hospitalar, o dr. António Maria Barbosa⁷⁷⁰ concluiu que tais causas se associavam, em grande medida, às características das enfermarias: muito extensas, com excesso de leitos, com pouca exposição solar, muito frias e mal ventiladas. Tal como para os médicos seus contemporâneos, a questão do ar puro continuava na ordem do dia e, por isso, o dr. António Maria Barbosa apontava o perigo para a saúde dos enfermos de existirem “quatro ordens de enfermarias, umas sobre as outras”, sobretudo devido à “acumulação nas enfermarias superiores, dos miasmas mais leves que [passavam] dos andares de baixo.”⁷⁷¹

Depois de chamar a atenção para a questão do arejamento das enfermarias, o médico salientava a importância da higiene dos corpos dos enfermos e afirmava que era necessário instalar “as casas particulares para banhos” em cada enfermaria ou, pelo menos, em cada pavimento⁷⁷², uma vez que os lavatórios de água quente e fria já existentes não permitiam uma higiene total.

As melhorias introduzidas no Hospital de S. José (e noutros hospitais) no decurso do século XIX contribuíram para a redução dos índices de mortalidade, mas só a partir do último quartel do século XIX, graças aos progressos científicos e ao salto qualitativo no campo da medicina, é que esses índices começaram a descer significativamente.

⁷⁷⁰ Barbosa, António Maria, *Memória sobre as principais causas da mortalidade do Hospital de São José e meios de a atenuar*, Lisboa, 1856

⁷⁷¹ Idem, p. 27

⁷⁷² Idem, p. 60

4.3.2. O Hospital de N^a Sr^a da Luz: reconstrução

Como atrás dissemos (I parte, cap. 2.1.2.), o Hospital Real da Luz ou de Nossa Senhora dos Prazeres chegou a meados do século XVIII com graves problemas ao nível das coberturas, das canalizações e dos espaços interiores, tal se devendo ao sistemático adiamento das obras de manutenção. Em 1754, o arquitecto das Ordens Pedro Franco, depois de ter procedido a uma cuidadosa vistoria, enviou um relatório ao monarca, no qual apontava os problemas mais graves do edifício e indicava quais as reparações mais urgentes a realizar para a sua preservação.

Desconhecemos se essas reparações chegaram a realizar-se ou se estariam em curso quando ocorreu o Terramoto de 1755 mas, com este cataclismo, a degradação do Hospital da Luz agravou-se consideravelmente, ficando algumas partes do edifício muito arruinadas. Segundo o pároco da freguesia de S. Lourenço, Manoel José Nunes Tavares, ficaram extramente arruinadas a capela, a torre, as enfermarias e as cazas onde assistiam “os Reverendos Provedor, e Almoxarife, os Medico, Cirurgiam, Boticario”, tendo sido também danificados “varandas, claustro, e tilhados.”⁷⁷³

O monarca, alertado para o estado em que ficara o Hospital da Luz determinou, num curto espaço de tempo, a realização das necessárias obras de reconstrução. A celeridade com que foi tomada essa decisão foi certamente condicionada pelas circunstâncias (e necessidades) do momento, particularmente pelas que respeitavam às questões da saúde pública na *Corte*, extremamente agravadas pelo sismo e pela insuficiência de meios para assistir todos os enfermos.

De facto, devido à ruína sofrida com o cataclismo de 1755, o Hospital Real de Todos os Santos ficara sem capacidade para alojar e tratar todos os feridos e enfermos que aí acorriam e, nessa conjuntura, é possível que a Coroa tivesse pensado na conversão do Hospital da Luz numa unidade de apoio ao hospital central, o que permitiria canalizar para aí não só os doentes do *Termo* mas também alguns doentes menos graves e (ou) convalescentes deste último hospital. Mas, também é de admitir que o monarca (ou o futuro Marquês de Pombal) conhecesse a proposta de Ribeiro Sanches quanto à vantagem da criação de pequenos hospitais periféricos (destinados

⁷⁷³ Portugal, Fernando e Matos, Alfredo, Lisboa, 1974, *Memórias paroquiais*

sobretudo a convalescentes e incuráveis) de apoio ao hospital central e, nesse sentido, apoiasse a reconstrução e (ou) reparação do Hospital da Luz.

Tomada a decisão quanto à intervenção a realizar nesse Hospital, o monarca encarregou, mais uma vez, o arquitecto das Ordens, Pedro Franco, de ir ao local verificar quais eram os maiores problemas do edifício e para indicar quais as soluções mais rápidas e menos dispendiosas para garantir o seu rápido funcionamento.

No seu primeiro parecer, elaborado a 4 de Junho de 1756, o arquitecto Pedro Franco informou o monarca de que, tendo observado cuidadosamente o sítio e a casa onde o Provedor do Hospital queria que se fizesse “Infremaria, e mais acomodações precisas para os doentes”, julgava ser possível fazer no “pavimento terreo (...) hua modica Edificação”. E explicava, mais adiante, que encontrara nos lados “poente, e meyo dia” do edifício “muitas cazas intactas da Ruina, e de grande medida e extensão (...) para se fazer nellas comodos para os doentes (...) havendo taobem sitio deçente e seguro para se fazer a capelinha preçisa e nelle cabia para ademenistração dos Sacramentos aos doentes”

Pedro Franco referia ainda que existiam muitas casas para “se acomodar os Infremeiros e ajudantes e fazer Cozinhas, acomodar Cozinheyro, mosso da Capella, porteiro e outras pessoas de que se [precisava para] a asistencia no dito hospital” e recomendava que se aproveitasse para o “Provedor, e o Almoxarife do dito Hospital (...) os dois quartos de casas terreas logo à entrada do pateo a hum e outro lado delle”, visto que os mesmos apenas necessitavam de “rebocos e guarniçoes em suas paredes.”

Na parte final do seu relatório, o arquitecto opinava que a obra deveria orçamentar os “novecentos e sincoenta mil reis não falando nos reparos dos telhados e madeyramentos” e de que a melhor maneira de a realizar seria por empreitada, entendendo que para tal era útil elaborar uma planta onde estivessem riscadas as “acomodaçoys declaradas com apontamentos juntos para por ella se ver (...) os ditos Comodos idiados e se poder melhor (...) ponderar o que a respeito delles [se declarava]” e de que, para tal, anotara as “medidas neceçarias em hum borão (...) do balizado sitio, e suas margens (...)”⁷⁷⁴.

De acordo com as notas tomadas a 4 de Junho, Pedro Franco elaborou a planta da nova enfermaria e de vários compartimentos que lhe ficavam contíguos e enviou-a,

⁷⁷⁴ ANTT, MCO, Hospitais, maço 12, doc. 13

um mês depois, ao monarca, conjuntamente com alguns apontamentos e instruções (destinadas ao empreiteiro que viesse a ser escolhido).

Nessa planta, abaixo reproduzida, foi representada no lado esquerdo, uma grande enfermaria com vinte camas, com duas portas nos alçados à esquerda e à direita e com duas passagens a meio, dando uma delas para um largo corredor onde se localizavam as *comuas* (sanitários) e a outra dando acesso a uma capela e à respectiva sacristia, localizadas entre a rouparia dos enfermos e os alojamentos destinados ao enfermeiro e ajudante. Do lado oposto da enfermaria e separada desta pelos corredores, localizavam-se a portaria, a casa do porteiro, a casa do cozinheiro, a dispensa, a cozinha e a botica.

Nas notas que acompanhavam a referida planta, o arquitecto explicava que os leitos ou beliches dos enfermos deveriam ser “de fasquiado (de ripas) pellos lados divizorios de hum para outros” e deveriam ter “cortina e não portas” e ser “destapados por sima para que com as luzes que ouuer na coxia serem alumiados e não fiquem abafadissos.”

Explicava ainda o arquitecto que era preferível fazer a capela onde estava “riscada na planta”, embora também estivesse indicada uma “outra na coxia da Enfermaria” mas que esta, embora ficasse mais próxima dos enfermos, não ficaria “tão espaçoza, servida e decente como a (...) mays remota”⁷⁷⁵.

Nas informações enviadas ao monarca, Pedro Franco referiu-se também aos “cómodos dos Padres Provedor e Almoxarife”, considerando que para esses alojamentos deveriam ser aproveitados os “dois quartos de casas térreas junto a porta do pátio”, não só porque se poderiam reparar com pouca despesa, mas também porque eram os mais vantajosos pela localização.

⁷⁷⁵ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Hospitais, idem

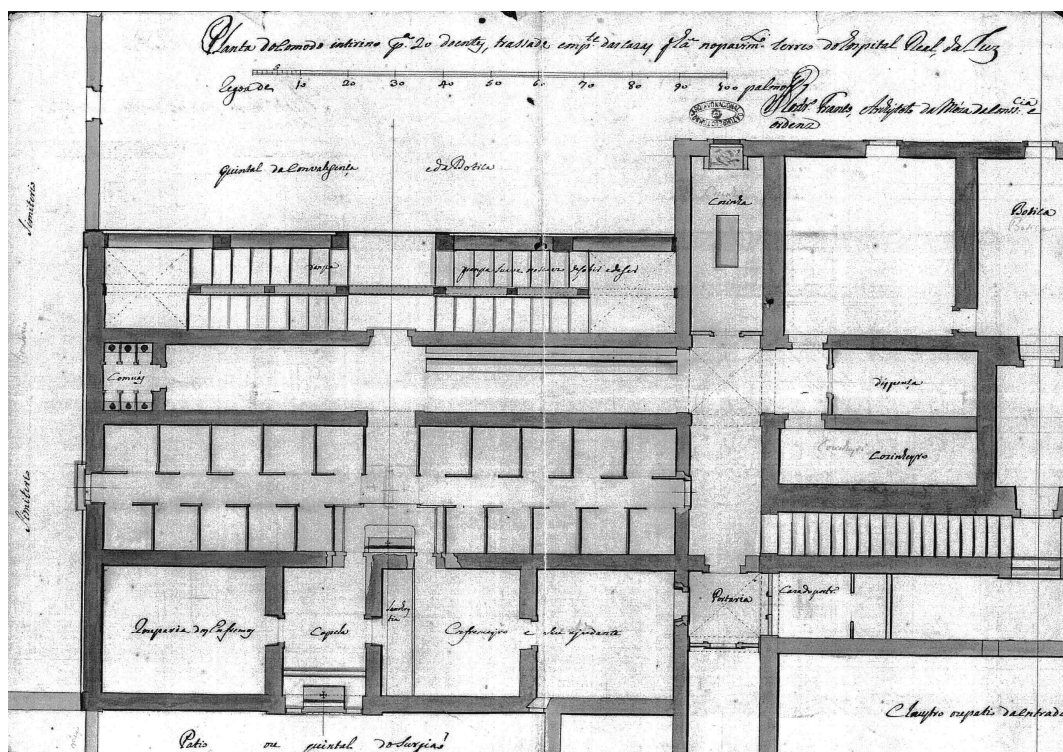


Figura 69. Planta do Hospital Real da Luz de 1756

A 6 de Agosto do ano seguinte (1757), o arquitecto Pedro Franco enviou um novo relatório ao monarca respeitante à evolução das obras, no qual explicava que fora ao Hospital da Luz “ver e examinar as obras e o adiantamento dellas”, acompanhado pelos padres Francisco de Campos Limpo e José Simões Barboza de Azambuja, pelo almoxarife e pelo provedor e que constatará que as obras tinham sido “executadas na forma dos apontamentos e instruções que para ellas [dera]”, estando já concluídas “a Infremaria da parte do sul e capella da administração dos Sacramentos como tão bem outras Cazes preçizas.”

Informava ainda de que, naquela altura, se estava a tratar da “reformação e conçertto da cozinha (...) e tão bem com a residência do surgião, e do Padre Provedor”, estando tudo a ser “executado com a devida prefeyção”.

Relatava ainda Pedro Franco que descobrira algumas deficiências nos lajedos da escada principal e que, depois de ponderar sobre a melhor forma de os reparar e de tornar a escada mais segura, concluíra que o melhor era construir uma abóbada que sustentaria “não só os lajedos quebrados com boa segurança mas tão bem os que [estavam] sãos [que ficavam] emparados e com segurança os ruinados”.

Por fim, em resposta a uma interpelação do monarca que pretendia saber se havia “no hospital cómodo decentte e seguro para o Padre Almoхарife”, Pedro Franco referiu que já no seu relatório de 4 de Junho de 1756 indicara uma casa para a instalação do referido almoxarife mas que, para evitar qualquer desentendimento com este religioso, indicaria o método de resolver o assunto em duas ou três semanas, se fosse essa a vontade régia.⁷⁷⁶

Decorrido mais um ano, a questão dos “cómodos” (alojamentos) para o provedor e para o almoxarife do Hospital continuava sem resolução e estes queixaram-se, mais uma vez, ao monarca, o qual voltou a interpelar o arquitecto sobre essa matéria. Em carta datada de 22 de Agosto de 1757, Pedro Franco explicava ao monarca que o sítio que escolhera para os referidos alojamentos respeitava a uma casa que se encontrava ocupada por “huns trastes velhos, e rústicos”, o que era descabido, uma vez que existiam outros sítios para “fazer arecadeação delles”, devendo ser dado “a dita Caza hu uso tão destinto como preçizo da comodação do Padre Almoхарife em que com elle mays se [conservava] e [beneficiava] na sua duração (...) do que feita simeterio de trapos velhos e cheya de immundiças, falta de uso, e asseyo.”

Concluindo a sua exposição, o arquitecto aconselhava que, para evitar mais atrasos, se mandasse “despejar [a dita casa] pondo-se-lhe os trapos em outras que para isso [fossem] mays a preposito”, visto que, pela sua localização, se tratava de um espaço particularmente apropriado “para hum Almoхарife que naquelle hospital [devia] fazer o seo lugar de dia e de noute a toda a hora.”⁷⁷⁷

As obras de reparação/reconstrução do Hospital da Luz continuaram em curso e, até inícios de Abril de 1758, segundo as informações fornecidas pelo já citado padre Manoel José Nunes Tavares,⁷⁷⁸ tendo sido renovadas a capela, a torre e uma das enfermarias.

Contudo, algumas partes do edifício hospitalar continuaram com graves problemas, como se deduz da exposição que o médico, o boticário e o sangrador enviaram ao provedor, a 3 de Setembro de 1760, declarando que “na calamidade do terremoto hua das paredes principays do Edifício”, a que estava virada para Carnide (logo, para ocidente) ficara tão arruinada e “apartada do prumo” que o médico mandara

⁷⁷⁶ ANTT, MCO, maço 12, doc. 20

⁷⁷⁷ ANTT, MCO, idem, ibidem

⁷⁷⁸ Portugal, Fernando e Matos, Alfredo, Lisboa, 1974, *Memórias paroquiais*

aplicar pontões “a cada janella do seu quarto, e a hua das cazas do Boticario (...) [e] no cunhal”. Em resultado desse arranjo, a parede em questão ficara “menos perigoza, e a passage por baixo menos formidável” mas, “como pello discurso do tempo se corromperam os pontoens das janellas, e huns por si mesmos cahissem, outros (...) ficassem inúteis para segurar a parede”⁷⁷⁹, encontrava-se de novo, em muito mau estado, o que levava os citados médico, boticário e sangrador a requererem a sua urgente reparação.

Não sabemos se nesse ano, ou nos que imediatamente se seguiram, foram realizadas mais obras no Hospital mas, em 1766, foi decidida uma nova intervenção dirigida pelo architecto Caetano Tomás de Sousa e foi na casa deste que, a 10 de Março desse ano, foi celebrado o contrato de arrematação das obras com o carpinteiro e mestre-de-obras José António de Abreu. Nos termos do contrato, o referido mestre-de-obras comprometia-se não só a realizar tudo o que fosse preciso “fazer no dito Hospital Real de Nossa Senhora da Luz, conforme [apontasse] o dito Architecto Caetano Thomáz e pellos preços dos apontamentos juntos”, mas também a aplicar todos os materiais indicados nesses apontamentos.

No que respeitava aos trabalhos de carpinteiro que incluía a realização de janelas e respectivos caixilhos, de portas, de guarda-pós, de soalhos, etc., seriam utilizadas as madeiras da Flandres, o castanho e o tabuado tosco e nos trabalhos de pedreiro constavam a realização de paredes de pedra e cal, de “abobeda dobrada, pano de tijolo, frontal de alvenaria rebocado, tilhado moriscado feito com telha nova, ferro em Linhas e gatos, simalha de tijolo (...)”⁷⁸⁰.

Para que não surgissem quaisquer dúvidas quanto aos trabalhos a realizar, Caetano Tomás redigiu várias instruções destinadas ao mestre de obras, dentre as quais constavam o derrube “das duas paredes dos dous lados da Enfermaria, que [ficava] da parte do Poente, athe a altura, que [mostravam] as suas ruínas [com] pouco mais ou menos sete palmos de alto (...) [e] também a parede, que [ficava] no topo da dita Enfermaria, da parte do Poente, athe o pavimento da mesma Enfermaria” e ainda “toda a parede da caza, que [ficava] da parte do Sul pella ilharga da dita Enfermaria (...)”. Depois de derrubadas, todas as paredes deveriam ser feitas “de novo, e juntamente os seus madeiramentos, e telhados, para com esta factura se evitar o damno, que as Chuvas

⁷⁷⁹ ANTT, MCO, maço 12, doc.21

⁷⁸⁰ ANTT, COM, maço 12, doc. 28, fl. 8-17vº

[faziam] às ofecinas, que [ficavam] debaixo” e nas casas onde se acomodavam “o Medico, Sirurgião, e Buticario”, também era preciso “apear toda a parede exterior, da parte do Poente, athe à faxa e assim mais huma porção de parede até o plano inferior que se [encostava] ao cunhal (...) frente ao Norte, e Poente” e nessas casas eram precisos “alguns asoalhados, forros, portas e janelas, e alguns vigamentos [e] reformassoens em paredes, e tilhados.”⁷⁸¹

Ainda nesse ano, a direcção das obras do Hospital da Luz passou a Manuel Caetano de Sousa por inerência do cargo de architecto da Mesa da Consciência e Ordens, que assumiu na sequência da morte de Caetano Tomás.

A 8 de Março de 1769, Manuel Caetano de Sousa elaborou novas instruções para o pedreiro e o carpinteiro, destinadas a garantir a “mayor perfeissão, e fortaleza” das obras a realizar, na capela, na enfermaria, na Casa dos Reis, na parede ocidental, na cozinha, na varanda do lado sul, etc.

Por exemplo, nas instruções relativas à capela, determinava-se ao pedreiro que picasse muito bem a cúpula, pela parte de fora, cujas “pedrarias [deviam ser] novamente burnidas, para se limpar os musgos (...)” e determinava-se ao carpinteiro que refizesse toda a pintura que estivesse destruída “procedida das agoas do Inverno (...) por cauza da má formalidade, com que fizerão o telhado”.

Nas instruções relativas à enfermaria, determinava-se ao pedreiro que consertasse os telhados e que demolisse a parede “em quaze todo o seu comprimento (...) e na sua altura (...) thê a altura dos seos peitoris; movendo as pedrarias, pondo-as a prumo de melhor modo (...) fazendo a dita parede com novo material, do que aquele com que a dita parede foi fabricada.”⁷⁸²

Nessas instruções referia-se que as despesas inerentes aos trabalhos de demolição e de reconstrução de várias partes do edifício hospitalar – enfermaria, cozinha, varanda da parte sul, etc. - caberiam aos mestres pedreiro e carpinteiro, porque os tinham realizado, anteriormente, com “má intenção” (má fé).

E, para que não se repetissem os erros, Manuel Caetano de Sousa redigiu novas instruções, nas quais foram detalhados todos os pormenores das obras a realizar como, por exemplo, na varanda exposta ao sul, que deveria ser “levantada com mais hum

⁷⁸¹ ANTT, MCO, Hospitais, maço 12, doc. 28, fl. 18-20

⁷⁸² ANTT, MCO, Hospitais, maço 12, doc. 28, fl.s 18

quarto de groço em todo o comprimento, para com esta formalidade se aproveitar todo o madeiramento antigo, e [seria] forrada de esteira por se evitar mayor despeza” e cuja parede deveria ser feita como “a outra parede, que novamente se [achava] completa em outro lado da mesma cozinha, que [corria] ao Poente; excetuando as janelas, que [poderiam] servir as mesmas (...)”⁷⁸³.

Os apontamentos de Manuel Caetano de Sousa referiam ainda que era necessário aprear “parte das pedrarias dos arcos, e faixiados dos três lados do (...) claustro; por se acharem com inclinação para o seu sentro, limpando-se (...) as pedrarias, para ficarem semelhantes ao outro lado (...) já reedificado; formando-se-lhes novamente suas abobedas, naquellas porçoens de mayor inclinação” e que a enfermaria que necessitava tinha de “ser forrada toda de armação (...) thé o pão de fileira em aquelles lugares onde [descansavam] os pendoraes das linhas de ferro, picando-se suas paredes, para serem rebocadas, e guarnecidas, fazendo-se-lhes também seus leitos com toda a guarnição de pedraria (...) tudo gateado, formando-se suas devizoens de frontal, com seus tectos forrados, posto tudo e na figura semelhante a outra enfermaria (...)”⁷⁸⁴.

Depois dessa campanha de obras dirigida por Manuel Caetano de Sousa, não se verificaram quaisquer outras intervenções no Hospital Real da Luz até às primeiras décadas do século XIX, altura em que o edifício foi requisitado para a instalação do Colégio Militar.

Aparentemente, o poder central deixou de se interessar pelo Hospital da Luz a partir do último quartel do século XVIII, ou seja, a partir do momento em que o Hospital Real de S. José começou a funcionar e, sem o apoio régio, faltaram ao hospital do Termo os meios financeiros que permitissem a gradual modernização dos seus espaços interiores e dos seus equipamentos, necessários para assegurar uma boa assistência aos enfermos.

Assim, ao contrário do que se verificou com o Hospital Real de S. José, que se foi afirmando, cada vez mais, como um hospital de referência, o Hospital da Luz foi perdendo as suas capacidades assistenciais até finais do século XVIII. Em 1790, foi utilizado como unidade hospitalar de apoio ao Hospital Militar de S. João de Deus⁷⁸⁵,

⁷⁸³ ANTT, MCO, Hospitais, maço 12, doc. 28, fl. 18-19v.º

⁷⁸⁴ ANTT, MCO, maço 12, doc. 28, fl. 20

⁷⁸⁵ Rodrigues, Fernando Matos, “Hospitais Militares” in *Dicionário de História de Lisboa*, p. 447

recebendo doentes com “queixas de peito” mas, nos inícios do século XIX, deixou de receber doentes “por falta de meios”.

Constatando a degradação do edifício e a sua incapacidade para continuar a funcionar como hospital, os Governadores do Reino⁷⁸⁶ dirigiram-se à Mesa de Consciência e Ordens, a 19 de Junho de 1813 e requisitaram-no, com o objectivo de aí instalar um “Colégio Militar para instrução da mocidade que se [destinava] ao serviço do Exército”.⁷⁸⁷

Deveu-se ao Coronel António Teixeira Rebelo⁷⁸⁸, comandante do Regimento de Artilharia da Corte, a iniciativa da criação de uma escola destinada aos filhos dos militares aquartelados no Forte da Feitoria (S. Julião da Barra), a qual começou aí a funcionar em 1803, com a designação de Colégio de Educação. Até à data da sua morte (1825), Teixeira Rebelo empenhou-se vivamente na estruturação dessa instituição escolar, tendo conseguido a sua oficialização com a designação de Real Colégio Militar, através da Portaria de 24 de Abril de 1812.⁷⁸⁹

A Junta de Governação do Reino, na mesma altura em que requisitou o antigo Hospital da Luz à Mesa da Consciência e Ordens, requereu que o mesmo fosse rapidamente “desembaraçado” e entregue ao Tenente-Coronel Engenheiro Duarte José Faia, para que fossem feitas as necessárias obras de adaptação.

⁷⁸⁶ Segundo Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais” in *História de Portugal*, V vol. p. 26, devido à eminente invasão francesa chefiada por Junot e à necessidade da retirada da família real para o Brasil, o príncipe-regente D. João nomeou (Decreto de 26 de Novembro de 1807) um Conselho de Regência (ou Junta de governadores do Reino), “composto por nove personalidades representativas da nobreza, clero e magistratura: o marquês de Abrantes, Francisco da Cunha Meneses, tenente-general do Exército, o principal Castro, regedor de Justiça, Pedro de Melo Breyner, presidente do Real Erário, D. Francisco de Noronha, presidente da Mesa da Consciência e Ordens, o conde de Castro Marim, o conde de São Paio, D. Miguel Pereira Forjaz e João António Salter de Mendonça”. Tendo funcionado com algumas adaptações circunstanciais até 1 de Fevereiro de 1808, foi nesta data extinto, por decisão de Junot mas, logo que este se retirou no Verão de 1808, voltou a assumir as suas funções, embora com nova composição (4 membros foram afastados por colaboracionismo com os franceses e substituídos por novas personalidades).

⁷⁸⁷ Documento citado por Hilda Moreira de Frias, opus cit., p. 103

⁷⁸⁸ Segundo a biografia apresentada na *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, vol. 31, pp. 71-72, António Teixeira Rebelo iniciou, como voluntário, a sua carreira militar no Regimento de Artilharia de Valença em 1761, tendo posteriormente frequentado a Academia Militar. Em 1784 foi promovido a 2º tenente para o Regimento de Artilharia do Algarve, passando daí para o Regimento da Corte, onde subiu ao posto de coronel. Em 1797, dirigiu as obras de reedificação das praças de Abrantes e de Cascais e de todos os fortes marítimos até ao Cabo da Roca. Em 1802 tornou-se coronel efectivo da Academia Real da Marinha, tendo-se empenhado a partir daí na criação do *Colégio da Educação* (futuro Colégio Militar). Foi autor de vários escritos sobre assuntos militares, geografia, cartografia, etc.

⁷⁸⁹ Carvalho, José Manuel Pereira, *Dicionário da História de Lisboa*, p. 292

Na mesma ocasião, a Junta de Governação requereu à Mesa que “desembaraçasse” o edifício e o entregasse ao Tenente-Coronel Engenheiro Duarte José Faia⁷⁹⁰, para que este procedesse às necessárias obras de adaptação.

Para a execução dessas obras de adaptação, que se iniciaram em 1813, foram elaboradas várias plantas com as adaptações previstas no edifício do antigo Hospital, como a que aqui reproduzimos. As alterações sofridas na sequência dessas obras foram sobretudo interiores, preservando-se a estrutura global do edifício hospitalar tal como tinha chegado ao início do século XIX.

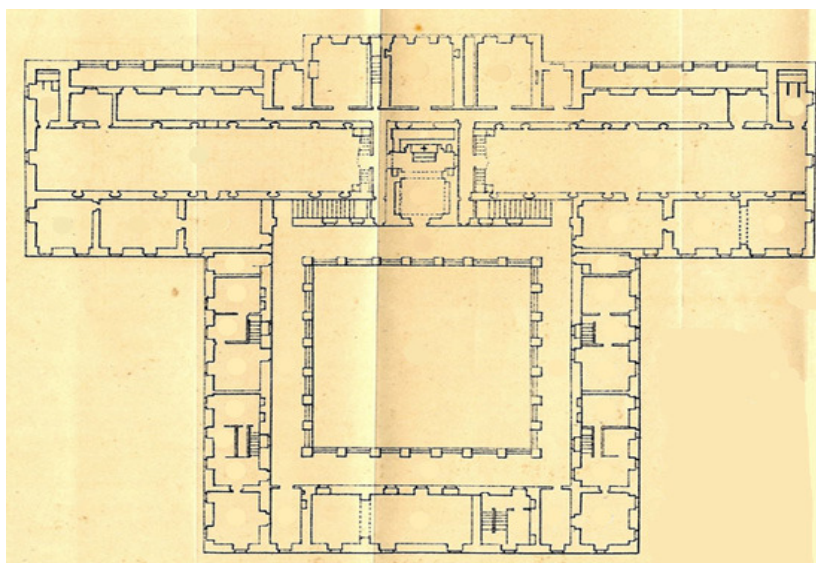


Figura 70. Planta do Colégio Militar em 1814, piso superior

Logo que as obras de adaptação ficaram concluídas, o Colégio Militar instalou-se na Luz mas, em 1835, foi transferido para o Convento de Rilhafoles, por decisão das autoridades competentes, que entenderam que o edifício não era suficientemente amplo para o fim em vista.⁷⁹¹

Alguns anos depois da sua instalação em Rilhafoles, o Colégio Militar foi transferido para Mafra, onde permaneceu até 1859, regressando nesse ano ao edifício da

⁷⁹⁰ É este o nome que se encontra no documento transliterado por Hilda Moreira Frias, opus cit., p. 103 (documento emanado da Junta de Governação, que atrás referimos) mas, a nosso ver, deverá tratar-se do de Duarte José Fava que, em 1809, fora promovido a tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros.

⁷⁹¹ Maya, Fernando da Costa, *Memória histórica e descritiva do Real Colégio Militar*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1903, p. 91

Luz. Mas, para que se realizassem as desejadas obras de ampliação neste edifício, o Colégio Militar foi, mais uma vez, deslocado para Mafra.

Finalmente, em 1873, depois das falhadas “experiências” de Rilhafoles e de Mafra e após a conclusão de mais uma campanha de obras no antigo edifício hospitalar, o Colégio Militar instalou-se definitivamente na Luz, aí se mantendo até à actualidade.

A criação do Colégio Militar, a par da renovação e (ou) reforço do ensino ministrado na Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (que substituiu em 1790 a Academia Militar da Corte), relacionou-se com o programa de reestruturação das forças militares nacionais (a começar pelo exército), que foi iniciado por volta de 1760, sob o impulso do Marquês de Pombal e posteriormente desenvolvido até (numa 1ª fase) meados do século XIX.

O poder central preocupado com a eficácia dessas forças militares, implementou medidas tendentes a dignificar a carreira e as condições de vida dos militares (incluindo os soldados) garantindo-lhes, para além da alimentação e das armas, o fardamento e melhoria de salários, ao mesmo tempo que determinava a melhoria das instalações permanentes (quartéis) e o reforço da qualidade da assistência hospitalar.

A necessidade de melhorar as instalações, imposta pelo discurso *higienista*, conduziu à reforma-renovação dos quartéis e teve como ponto de partida a criação do quartel da Ajuda ou quartel do Conde de Lippe⁷⁹², obra pombalina normalmente atribuída ao arquitecto Reinaldo Manuel.

Construído ou não por Reinaldo Manuel no período josefino, o “Quartel de la Lippe” já se encontrava muito arruinado em 1778, o que levou D.Maria I a ordenar à Junta do Comércio que “junto a elle se construísse outro pela Planta que fez o Architecto Reinaldo Manoel.”⁷⁹³

⁷⁹² O conde Guilherme Schaumburg-Lippe-Buckeburg, nascido em Londres a 24 de Janeiro de 1724, foi enviado pelo governo inglês para Portugal, no Verão de 1762, para comandar as tropas luso-inglesas contra as forças franco-espanholas que, nessa altura, ameaçavam o nosso território. Graças à acção que desenvolveu durante os dois anos em que permaneceu no nosso país, melhoraram-se as fortalezas e respectivas guarnições e foram impostos novos regulamentos tendentes a disciplinar as forças militares.

⁷⁹³ ANTT, JC, livro 118, fl. 171vº

4.3.3. Hospital da Marinha

Tal como na renovação dos quartéis, a renovação dos hospitais militares existentes e a criação de novos hospitais, foram impulsionadas pelas ideias *higienista*, cuja divulgação nos meios militares se acentuou a partir de 1805 com a publicação do *Regulamento para os Hospitais Militares*.

Esse regulamento, elaborado a conselho do dr. João Francisco (médico da Câmara de Sua Magestade e Físico-Mor do Reino em 1803) determinava, por exemplo, que a construção de várias enfermarias - uma ou mais para os convalescentes, uma “de reserva para mudar os Doentes, quando se [julgasse] necessário purificar o ar de algumas ocupadas (...)” e duas “de mediana grandeza para o tratamento das doenças contagiosas (...) separadas das outras” - e de “latrinas sempre isoladas, ou construídas por fóra das paredes dos edifícios (...) e bem arejadas”, assim como a existência de “pelo menos uma tina de banho para cada cinquenta doentes”⁷⁹⁴. O referido regulamento determinava ainda a obrigatoriedade de se consultarem os médicos nos planos de obras dos hospitais.⁷⁹⁵

Embora as normas presentes no referido Regulamento tivessem contribuído para a introdução de algumas melhorias nos hospitais militares – melhor organização, saneamento e arejamento dos espaços, sobretudo das enfermarias - a correcta assimilação das normas de higiene, individuais e colectivas, decorreu da publicação, duas décadas mais tarde, do *Tratado de Higiene Militar* da autoria do dr. Joaquim Xavier da Silva.⁷⁹⁶

Até 1755, o único hospital militar da *Corte* era o Hospital dos Soldados ou de Nossa Senhora da Conceição do Castelo (já referido na I Parte, cap.2.1.1.) mas, tendo o edifício ficado extremamente arruinado com o Sismo, foi necessário transferir os doentes para o Convento de S. João de Deus à Pampulha.

A decisão de enviar os soldados doentes para o referido Convento consta de um Aviso da Secretaria de Estado, datado de 23 de Novembro de 1755, no qual se

⁷⁹⁴ Carvalho, Augusto da Silva, *Médicos e curandeiros*, p. 148

⁷⁹⁵ Idem, *ibidem*

⁷⁹⁶ Segundo Maximiano Lemos, opus cit., vol. II, p. 279, o dr. Joaquim Xavier da Silva (1778-1835), além de médico no Hospital Militar da Cordoaria, foi também médico honorário da Real Câmara, vogal da Junta da Saúde Pública, membro da Instituição Vacínica e sócio da Academia Real das Ciências

determinava ao Monteiro-Mor que passasse no Convento com o Contador Geral do Exército para, conjuntamente com o Visitador, Provincial e Prior escolherem “o melhor cómodo assim para assistência dos enfermos (...) sem contudo se fazer opressão ao mesmo Convento.”⁷⁹⁷ A escolha desse Convento em particular relacionou-se, indubitavelmente, com o facto de pertencer aos religiosos que desde o início, haviam garantido a assistência aos doentes no referido Hospital do Castelo.⁷⁹⁸

Acerca dos primeiros anos de funcionamento do Hospital militar, depois da sua instalação no Convento de S. João de Deus, apenas sabemos das irregularidades detectadas na inspecção dos livros de contabilidade, reveladas por um documento datado de 29 de Abril de 1767. António Lopes Durão, responsável por essa inspecção, registou várias discrepâncias relacionadas com os pagamentos de produtos e ordenados que lesavam a “Fazenda” e, para que se evitarem situações idênticas no futuro, propunha, entre outras coisas, que o aprovisionamento da “Botica” fosse feito “por conta da Fazenda, mandando-se hu Boticario”.

O Hospital Militar de S. João de Deus garantia a assistência aos doentes de todos os ramos das forças militares mas, a partir de 1796, os homens da Armada deixaram de ser aí assistidos, uma vez que passaram a ter as suas próprias instalações hospitalares, como veremos mais à frente.

Em 1799, o Hospital de S. João de Deus, que então comportava quatro enfermarias - de Stª Ana, de S. Rafael, de Stª Clara e de Stº Onofre - passou a ser designado como Hospital Real Militar de Lisboa ou da *Corte*. Em 1802, o Hospital Real Militar foi transferido para o Convento do Beato António em Xabregas e a sua administração passou para a Junta da Fazenda dos Arsenais Reais, criada a 12 de Janeiro desse ano⁷⁹⁹.

O Hospital Militar de Lisboa, destinado a garantir a assistência às guarnições da capital, tinha uma capacidade reduzida e, por isso, com a presença das tropas estrangeiras (francesas e inglesas),⁸⁰⁰ foi necessário improvisar novas unidades

⁷⁹⁷ 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, Lisboa, ed. Público e Fundação Luso-Americana, 2005, *Providência* III, doc. I.

⁷⁹⁸ Segundo Fernando Matos Rodrigues, opus cit., p. 447, durante a Guerra da Restauração, a Ordem dos Irmãos Hospitalários de S. João de Deus organizou e geriu os hospitais militares - hospitais de guarnição, hospitais móveis e hospitais especiais junto às trincheiras, apoiados, na retaguarda, pelo Hospital Real de Todos os Santos – e, posteriormente, continuou a garantir a assistência aos doentes no Hospital dos Soldados da *Corte*.

⁷⁹⁹ Rodrigues, Fernando Matos Rodrigues, p. 447

⁸⁰⁰ A presença das tropas inglesas e francesas em Lisboa decorreu das Invasões Francesas (1807-1810)

hospitales nos Conventos de S. Bento da Estrela (ou *Conventinho*), no da Graça e posteriormente (1810), nos do Grilo e de S. Francisco de Xabregas.

O Convento da Estrela que por duas vezes (de 1797 a 1802 e depois em 1808) servira de hospital para as tropas inglesas, foi escolhido em 1818, para a instalação da Secretaria dos Hospitais Militares e da Botica Geral do Exército e, em 1834, converteu-se no Hospital Militar de Lisboa.⁸⁰¹

Como já dissemos, os doentes da Armada passaram a ter hospital próprio a partir de 1796, mas o processo de independência relativamente aos outros hospitais militares foi iniciado em 1750, com a criação do primeiro corpo permanente de Cirurgiões da Armada, constituído por cerca de uma dezena de efectivos, na mesma data em que foi instituído o chamado hospital da Ribeira ou do Arsenal, incorporando a casa da Galé, que se destinava a prestar assistência aos operários e demais pessoal dos estaleiros reais.

A iniciativa da criação do Hospital da Marinha partiu de D. Rodrigo de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa⁸⁰², nomeado para o cargo de Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 1795.

Referindo-se a D. Rodrigo de Sousa, Ratton afirmou que o futuro conde de Linhares começara por se destacar como um “dos primeiros alunos do Collegio dos Nobres, e da Universidade de Coimbra depois da reforma”⁸⁰³ e que, graças à sua sólida formação académica, desfrutou de grande prestígio na corte, o que lhe valeu ter sido nomeado para desempenhar diversos cargos diplomáticos na Sardenha, Viena e Turim, antes de ser chamado para o governo.

Sucedendo a D. Martinho de Melo e Castro⁸⁰⁴, como Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, D. Rodrigo de Sousa Coutinho empenhou-se, tal como o seu

⁸⁰¹ Rodrigues, Fernando Matos, opus cit., p. 447.

⁸⁰² D. Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1745-1812) foi 1º conde Linhares (título moderno), 1º senhor de Paialvo, conselheiro de Estado, grão-cruz da Ordem de Avis e da Torre-e-Espada, diplomata e ministro notável. Iniciou a sua carreira diplomática em 1778, como Ministro Plenipotenciário junto do rei da Sardenha, tendo desempenhado idêntico cargo em Viena, para onde foi nomeado a 16 de Abril de 1793, donde partiu para a corte de Turim onde se conservou até 1795, altura em que assumiu as funções de Secretário de Estado da Marinha e, algum tempo depois, foi nomeado presidente do Real Erário. Após a retirada da família real para o Brasil, foi nomeado ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros e, a 17 de Dezembro de 1808, recebeu o título de Conde de Linhares. Graças à sua grande cultura, também ocupou funções de inspetor no gabinete de História Natural e no Jardim Botânico da Ajuda, na Biblioteca Pública de Lisboa e foi sócio da Academia Real das Ciências.

⁸⁰³ Ratton, Jacome, *Recordações*, Lisboa, ed. Fenda, 1992, p. 137.

⁸⁰⁴ Refere a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 16, p. 831, que D. Martinho de Melo e Castro (1716-1795), descendente dos Castros de Melgaço, depois de estudar Filosofia na Universidade de Évora e Direito Pontifício na Universidade de Coimbra, obteve ainda muito jovem, um canonicato na sé

antecessor, na modernização das forças navais e na melhoria da formação teórico-prática dos membros da Armada e, em consonância com tais preocupações, criou a Academia Real dos Guardas Marinha e a da Brigada Real da Marinha, o Observatório Astronómico e a Escola de Artilharia Naval.⁸⁰⁵

Interessou-se igualmente pela melhoria das condições de assistência médico-cirúrgica aos marinheiros e a todos os que serviam a Marinha e, por isso, apostou na criação de um hospital exclusivo para esse ramo das forças armadas. Para concretizar essa ideia, D. Rodrigo de Sousa incumbiu o físico-mor da Armada, Inácio Xavier da Silva⁸⁰⁶, de encontrar um edifício adequado para as instalações “hospitalares” da Marinha, este indicado para tal, umas casas disponíveis na Rua do Olival, entre Alcântara e a Pampulha (nas proximidades do quartel da Brigada Real da Marinha).

Mas, uma vez que as referidas casas não reuniam as condições mínimas para a acomodação e o tratamento dos doentes e o referido físico-mor da Marinha, sob as ordens de D. Rodrigo de Sousa, continuou a procurar edifícios mais adequados para o efeito. Por fim, em Junho de 1797, os doentes, o corpo clínico e mais pessoal, foram transferidos para o antigo Convento dos Bernardos ao Desterro,⁸⁰⁷ onde permaneceram até 1806, ou seja, até à inauguração do Hospital da Marinha, instalado no Campo de Santa Clara.

Com a mudança para o antigo convento do Desterro, foi possível melhorar as instalações hospitalares mas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, as condições existentes ainda não eram as desejadas para o “seu” Hospital da Marinha e, por isso, determinou ao físico-mor e a outras autoridades que procurassem outros edifícios e (ou) outras áreas urbanas que se mostrassem mais apropriados para o fim em vista.

patriarcal. Mas, não se sentindo vocacionado para a vida eclesiástica, entrou na carreira diplomática, tendo sido enviado em 1751, para a Holanda, em 1754, para Londres, em 1763, para Paris, donde regressou a Londres, aí permanecendo até 1770, altura em que regressou a Portugal e ocupou a pasta dos Negócios da Marinha e do Ultramar. Enquanto permaneceu nesse cargo, empreendeu importantes reformas na Armada: organização do quadro dos oficiais, melhoria do respectivo curso, aumento do número de navios da esquadra, construção do dique do Arsenal, etc.

⁸⁰⁵ Abreu, Rui Rodrigues “O hospital da Marinha: a sua origem e primeiros anos” in actas do XVI Colóquio de História Militar (6-10 Novembro 2006), Lisboa, ed. Comissão Portuguesa da História Militar, 2 vols, 2º vol., pp. 825-836.

⁸⁰⁶ Inácio Xavier da Silva foi um destacado físico-mor da Armada, nomeado em 1806 director do Hospital da Marinha, cargo que ocupou até 1824.

⁸⁰⁷ A construção do Convento do Desterro, cujo projecto se deveu a Filipe Terzio, iniciou-se em 1591 e prolongou-se até 1640. Fora inicialmente destinado a ser a casa principal da Ordem, mas acabou por se tornar um hospício onde se albergavam os frades de S. Bernardo quando se deslocavam da província a Lisboa.

A 1 de Julho de 1797, o Intendente Geral da Polícia Pina Manique informou o Secretário de Estado da Marinha da existência de um edifício que, na sua opinião, reunia óptimas condições para nele se “fazer hum dos melhores Hospitaes de convalescença”, das quais salientava quer a sua “ área immensa e em huma situação a mais bella da Cidade”, quer o facto de já ser dotado dos “ melhores despejos para o mar”⁸⁰⁸.

O edifício a que o Intendente se referia era, afinal, o antigo Colégio Jesuita de S. Francisco Xavier, edifício mais conhecido como Hospício do Paraíso⁸⁰⁹, por se localizar muito próximo da Ermida de Nossa Senhora do Paraíso e na rua com o mesmo nome. Sendo incerta a data da fundação dessa Ermida, sabe-se, pelas informações prestadas pelo respectivo pároco em 1759⁸¹⁰ que, em 1685, fora convertida em sede da freguesia de Santa Engrácia.

Na planta dessa freguesia, elaborada por Monteiro de Carvalho em 1770, foram representados e identificados os edifícios religiosos então existentes: os Conventos de Santa Clara (C) (nessa altura, já muito arruinado), o dos Barbadinhos Italianos (D) e o de Santos-o-Novo (E), a inacabada Igreja de Santa Engrácia (B) e a Igreja do Paraíso (A). Não foi aí representado o antigo Colégio do Paraíso porque, posteriormente à saída dos Jesuítas em 1759, deixara de ser um edifício religioso e fora ocupado pelo Recolhimento do Castelo e por alguns particulares.

Cinco anos depois do levantamento da referida planta, a Igreja de Nossa Senhora do Paraíso foi parcialmente demolida, a fim de facilitar a passagem da estátua equestre de D. José⁸¹¹ a caminho da Praça do Comércio. Não tendo havido uma imediata reparação dos estragos provocados na Igreja, a respectiva Irmandade enviou em 1778 uma petição à Rainha, referindo esse facto e pedindo a reparação do edifício, o que levou D. Maria I a ordenar à Junta do Comércio, a 10 de Junho de 1778, que mandasse reedificar “o que na mesma Igreja [fora] demolido com o objecto da passagem da Estatua Equestre, havendo attenção (...) de que a rua [ficasse] dando a commoda servidão que [fosse] possível, sem detrimento grave da mesma Igreja”.⁸¹²

⁸⁰⁸ A.H.U., Conselho Ultramarino, MR, caixa 393, doc. 2174.

⁸⁰⁹ O antigo Colégio Jesuítico do Paraíso foi fundado em 1679.

⁸¹⁰ vide Portugal, Fernando e Matos, Alfredo, *Lisboa em 1758, Memórias paroquiais*.

⁸¹¹ A estátua de D. José foi fundida na Fábrica de Canhões do Real Arsenal do Exército, localizada próxima da Igreja de Santa Engrácia, conhecida como a Fundição de Cima.

⁸¹² ANTT, JC, livro 118, fl.s 186vº - 187.



Figura 71. Planta da Freguesia de Santa Engrácia, 1770

As obras de reconstrução devem ter sido realizadas pouco tempo depois, uma vez que a Igreja já funcionava normalmente nas décadas seguintes, como se depreende das informações existentes nos livros da Décima, concernentes a algumas propriedades da Rua do Paraíso. Nos registos dos livros de 1797, de 1803 e de 1810, são indicadas os valores pagos por alguns proprietários de “penção para Missas (...) na Igreja do Paraizo”⁸¹³.

A Igreja do Paraíso localizava-se no lado direito dessa mesma Rua, muito próxima do edifício do antigo Colégio de S. Francisco Xavier ou Hospício do Paraíso que, como já atrás dissemos, fora apontado pelo Intendente Pina Manique a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, como um espaço adequado para a construção do desejado Hospital da Marinha.

Acatando a sugestão do Intendente, o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha mandou examinar o edifício para saber se “inteiramente [poderia] servir para

⁸¹³ T.C., Livros da Décima de 1797, 1803 e 1810: cotas DC 446 P, DC 450 PP e DC 454 AR, respectivamente.

Hospital” e, para melhor ajuizar sobre as suas vantagens e as da sua área envolvente, mandou, provavelmente, levantar a planta aqui reproduzida⁸¹⁴, que foi assim legendada: *Configuração do Terreno que ocupava o Ospicio que foi dos Padres Jesuitas, junto com o das Recolhidas do Castello, cujo terreno [apresentava] o Norte fazendo frente as cazas do Almirante, o sul aos Quartéis do Caes, o Leste as cazas do Conde Sampayo, e Oeste com a Igreja do Paraizo cuja configuração se tirou com aproximação possível, podendo-se medir unicamente o que não era Clauzura, e sem moradores.*⁸¹⁵



Figura 72. Planta do terreno do antigo Hospício Jesuíta do Paraíso, 1797.

Pelas informações registadas nessa planta, vemos que a parte oriental do antigo Colégio Jesuíta, incluindo a igreja, se encontrava bastante arruinada, encontrando-se a parte ocidental ocupada pelo já referido Recolhimento e por particulares.

Com as informações recolhidas, D. Rodrigo de Sousa Coutinho não teve quaisquer dúvidas quanto às vantagens que o edifício e respectiva zona de implantação ofereciam para a construção do Hospital da Marinha tendo, de seguida, participado a sua resolução à Rainha e, com o sua concordância, a 6 de Julho do mesmo ano, dirigiu-se à Mesa da Consciência e Ordens requisitando-lhe a entrega das chaves do edifício

⁸¹⁴ Esta planta, sem data nem assinatura, esteve inicialmente anexada aos documentos apontados, datados de Julho de 1797.

⁸¹⁵ A.H.U., Conselho Ultramarino, MR, Cart. m_076, D 19.

“logo que o Manique [distribuísse] hum Local conveniente para onde [pudessem] transportar-se as Recolhidas, chamadas do Castelo”. Pelo mesmo officio, a Mesa foi informada de que deveria ordenar aos particulares que ocupavam “ de aluguer o resto do Edificio [que entregassem] ao Intendente da Marinha as chaves das ditas casas.”⁸¹⁶

Escolhido o local para a implantação do futuro Hospital da Marinha, D. Rodrigo de Sousa preocupou-se em escolher o architecto que o deveria instalar, uma vez que o edificio teria de responder aos últimos requisitos *higienistas*, a que o Secretário de Estado não era alheio. A escolha do architecto e do respectivo projecto, parece ter decorrido de uma prévia selecção das propostas (ou de, pelo menos, duas propostas) respeitantes à construção desse Hospital, que lhe foram apresentadas.

Encontrámos duas dessas propostas (as únicas que foram pedidas?), de autores anónimos, no pouco conhecido espólio da Casa de Linhares (ANTT), estando uma delas intitulada como *Breves apontamentos para se Edificar hum novo e Real Hospital da Marinha sobre hum chão cito na Freguezia do Paraízo, aproveitando tudo o que nelle se achar*⁸¹⁷ e outra como *Respostas aos Breves Apontamentos feitos por hum Autor Anónimo, para a edificação de hum novo, e Real Hospital da Marinha, projectado em hum Edificio existente*⁸¹⁸.

Face às referidas propostas (ou proposta e contra-proposta) anónimas, consideramos, hipoteticamente, que os *Breves Apontamentos* poderiam ter sido elaborados pelo architecto Manuel Caetano de Sousa e de *As Respostas* pelo architecto italiano Francisco Xavier Fabri, o que se relaciona com várias questões para as quais ainda não temos respostas. Uma dessas questões é a de saber se a opção de D. Rodrigo de Sousa por Fabri foi anterior ou posterior à análise das referidas propostas para a construção do Hospital? E, se foi anterior, teria sido o Secretário de Estado da Marinha pressionado pela coroa para, na fase inicial da apresentação de propostas, incluir o architecto Manuel Caetano de Sousa? Ou teria o próprio Secretário de Estado desejado confrontar a proposta do prestigiado Manuel Caetano de Sousa - que tinha alguma experiência em construções hospitalares, como evidenciara na intervenção do Hospital da Luz (cap. 4.3.2.) - com a do jovem architecto italiano, cujo *curriculum* revelava,

⁸¹⁶ A.H.U., Conselho Ultramarino, MR, caixa 393, doc. 2174.

⁸¹⁷ ANTT, CL, maço 31, doc. 21

⁸¹⁸ Idem

entre outras coisas, um grande domínio das técnicas imprescindíveis para a eficiência do edifício hospitalar a construir?

Francisco Xavier Fabri (1761 – 1817) nascido perto de Bolonha (em Medicina) e formado na Academia Clementina de Bolonha, onde teve como professor “a figura dominante na Escola até ao séc. XIX - Angelo Venturoli - o colega e de certo modo rival de Costa e Silva”⁸¹⁹ Mas, para além da formação académica, Fabri adquiriu uma sólida formação técnica e foi precisamente pela sua “competência na arte geométrica, matemática e Arquitectura Civil” que, como afirmou Raquel Henriques da Silva,⁸²⁰ acedeu à Academia Clementina em 1789, tendo, nessa mesma ocasião, “declarado que iria publicar um Tratado sobre a maneira de usar a Mecânica na arquitectura civil”.

Esteticamente vinculado ao Neoclassicismo e com sólidos conhecimentos técnicos, Fabri chegou a Portugal, concretamente ao Algarve, a 1 de Novembro de 1790, a convite do Bispo do Algarve, D. Francisco Gomes de Avelar,⁸²¹ a fim de, entre outros trabalhos, restaurar vários edifícios religiosos da diocese de Faro, que haviam sido arruinados pelo terramoto de 1755.

Além das intervenções realizadas em vários edifícios dessa região, com destaque para o restauro da Igreja de Santa M^a do Castelo em Tavira e o da Sé de Faro, o arquitecto italiano projectou em Faro, o Arco da Vila, o Seminário e o Hospital da Misericórdia. Segundo Horta Correia, o edifício do Seminário, de grande depuração formal e funcionalidade, impôs-se “mais como enquadramento do Largo da Sé do que pela afirmação da sua construção, de uma sobriedade castrense ou conventual”⁸²².

Ao projectar o hospital da Misericórdia, Fabri conjugara o seu respeito pelo património com o seu saber no âmbito da arquitectura hospitalar já evidenciado no seu projecto de 1785, para o Hospital de Medicina em Bolonha (edifício iniciado mas não concluído). Assim, respeitou a igreja (datada de 1580), recompondo a sua fachada “com valores neoclássicos” e dotou o edifício, simples e funcional, com uma fachada sóbria,

⁸¹⁹ vide Correia, José Eduardo Horta, “O significado do Mecenato do Bispo do Algarve D. Francisco Gomes de Avelar”, Faro, *Anais do Município de Faro*, nº XXVI, 1996, separata

⁸²⁰ Silva, Raquel Henriques, *Lisboa Romântica – Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874* (Dissertação de Doutoramento apresentado à FCSH da UN, policopiado), Lisboa, 1997, p. 178

⁸²¹ D. Francisco Gomes de Avelar (1739-1816), foi um bispo de grande cultura e de notável acção mecenática. A sua carreira eclesiástica iniciou-se em 1757, com o ingresso na Congregação do Oratório onde se destacou primeiramente como aluno e, posteriormente, como professor de Filosofia, de Teologia Moral e da Sagrada Escritura. Em 1787, acompanhou o Nuncio Apostólico Vincenzo Ranuzzi, seu amigo e protector, a Roma, onde permaneceu até ao ano seguinte e foi, provavelmente, através do referido Nuncio Apostólico, que contactou o arquitecto Francisco Fabri.

⁸²² Correia, José Eduardo Horta, opus cit., pp. 93-94.

caracterizada “sobretudo pelos generosos vãos”, criados com o objectivo de garantir que o “ar e a luz não [faltariam] nas amplas enfermarias”.⁸²³

Em 1794, Fabri trocou o Algarve por Lisboa e, uma vez na capital, depressa soube conquistar a simpatia e o apoio de vários nobres, dentre os quais o Conde de Óbidos, o que lhe valeu, logo em 28 de Novembro de 1795, a nomeação como Architecto das Obras Públicas. No ano seguinte, recebeu importantes encomendas públicas - os projectos do Porto Franco e da Cordoaria na Junqueira⁸²⁴ e o do Cemitério de Campo de Ourique - e algumas privadas, nomeadamente a do Palácio do Marquês de Castelo Melhor, que viria a ser erigido, como já referimos, nas imediações do Passeio Público.

No ano seguinte (1797), Fabri foi encarregue pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, D. Rodrigo de Sousa, da elaboração do projecto do futuro Hospital da Marinha, o que deverá ter acontecido depois de ter apresentado uma análise crítica (seguida de contra-proposta) à proposta intitulada *Breves Apontamentos* que, hipoteticamente, atribuímos a Manuel Caetano de Sousa.

As razões que nos levam a atribuir a Fabri a autoria do texto intitulado *Respostas aos Breves Apontamentos feitos por hum Autor Anónimo, para a edificação de hum novo, e Real Hospital da Marinha, projectado em hum Edifício existente* são, por um lado, a semelhança existente entre a grafia desse texto e a de outros assinados pelo architecto italiano e, por outro lado, o facto de muitas das sugestões (contra-propostas) aí apresentadas terem sido posteriormente contempladas na construção do Hospital.

Fabri, o presumível autor das *Respostas*, discordava do *Autor Anónimo* dos *Breves Apontamentos*, quanto à proposta de localização da cozinha e oficinas no lado oriental do antigo Hospício, na zona correspondente ao antigo Templo porque, como explicava, “pondo-se o Edifício ao nível do Templo (...) [perdiam-se] as Cazas, e o Corredor (...) subterrâneos pela parte da Rua (...) [e] a comunicação da Calsadinha (...)”. E, para fundamentar a sua opinião, elaborou um “Risco, para se conhecerem as diferenças dos níveis no interior do Edifício”, que corresponde à planta e alçado abaixo apresentados.

⁸²³ Idem, *ibidem*.

⁸²⁴ vide Ayres de Carvalho, *Os três architectos da Ajuda*, Lisboa, ed. Academia Nacional de Belas Artes, 1979, pp. 138-140.

Discordava igualmente da construção dos armazéns para a lenha e carvão no lado sudeste, junto da Calçadinha (Calçada do Cardeal conducente ao Cais dos Soldados), porque esses armazéns cortariam a ligação do Hospital a essa via e poderiam “embaraçar” o jardim. Concordava com a abertura da porta principal na fachada norte do edifício (virada ao Campo de Santa Clara), mas discordava da abertura de escadas de dois lanços no lado direito do vestíbulo, porque entendia que as escadas existentes deviam ser aproveitadas porque eram “claras, commodas, firmes” e se localizavam no “lugar mais oportuno para a pronta serventia de todo o Edifício”.

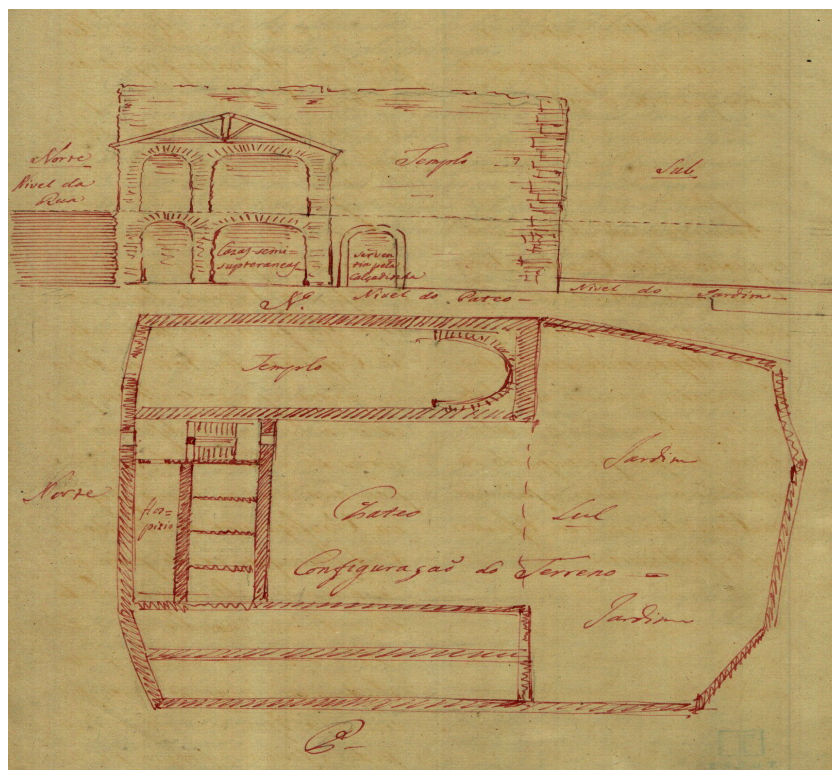


Figura 73. Planta e corte do antigo Colégio do Paraíso, 1797

Mais à frente, Fabri mostrava a sua discordância relativamente à proposta do *Autor anónimo* de instalar a casa do porteiro à esquerda do vestíbulo porque, como afirmava, existia aí um corredor muito necessário para dar “serventia ao Pateo, às baixas Oficinas, á Caza da meza, ao Laboratório Químico, á Botica, ao quarto do Boticário, e à Caza do Depozito (casa mortuária).” Discordava ainda da criação de uma “Enfermaria

para os feridos de contágio” na parte ocidental do pátio, porque entendia que esses enfermos deveriam ficar num andar elevado (para respirarem melhores ares).

Também não concordava com a proposta da colocação das “casas dos oficiais” sobre “os dois Corpos de Farmácia, e Caza da Roupa nas duas alas do Edifício da parte Oriental, e Ocidental”, defendendo a construção de um “Corpo de Architectura separado do Hospital (...) com serventias independentes” para o Laboratório Químico. E discordava ainda mais da proposta de construção de um grande terraço sobre o edifício, visto que isso exigiria abóbadas e paredes mais grossas e tudo isso contribuiria para “aumentar huma enorme despesa.”

Quanto à proposta apresentada pelo *Autor Anónimo* para a fachada principal do edifício, Fabri entendia que a “Frontaria do Norte (...) a principal, não [admitia] ornato de sorte alguma, nem a Porta da entrada [podia] formar hum Corpo saliente, porque não [podia] ser no meio, nem a estreiteza da Rua o [consentia]” e considerava injustificável a ideia de decorar essa fachada com uma “Ordem Toscana e com janelas de Seminario” porque, tratando-se de um edifício destinado à saúde e utilidade pública, precisava de ser, acima de tudo, “sólido, cómodo, e sadio”.

Referindo-se à proposta da construção de um jardim do lado sul sobre um “Terraço rustico, e de gosto Marinho”, Fabri afirmava não via qualquer utilidade no cultivo de plantas sobre o terraço, nem entendia “a novidade deste gosto Marinho em hum Jardim Botanico”. Mostrava igualmente a sua discordância quanto à proposta de construção da “Caza do Depozito” (casa mortuária) no lado ocidental do edifício, porque sendo esse lado contíguo a uma propriedade privada, não se poderia aí abrir uma serventia independente para o exterior a qual seria, na sua opinião, de grande utilidade.

Sendo válida a hipótese de os *Breves Apontamentos* terem sido redigidos por Manuel Caetano e de Fabri ter sido o autor das *Respostas* e sabendo que coube a este último a encomenda da edificação do Hospital da Marinha, concluímos que o primeiro se viu ultrapassado neste projecto, como viria a acontecer noutros projectos futuros, incluindo o do Palácio da Ajuda - pelo “Académico Clementino”⁸²⁵.

⁸²⁵ Como afirmou Ayres de Carvalho, *Os três architecto da Ajuda*, Lisboa, ed. Academia Nacional das Belas Artes, 1979, p. 138, o architecto italiano seria, tal como o seu mais sério rival de José da Costa e Silva, “mais um Académico Clementino que viria a desprezar os arroubos e requintes barrocos e rococó do mafrense Manuel Caetano de Sousa”.

Sendo Fabri o autor das referidas *Respostas* e admitindo que estas foram redigidas em Julho, nos dois meses seguintes o arquitecto italiano elaborou o projecto definitivo do Hospital, tendo sido o mesmo dado a conhecer à Rainha (ou ao Regente D. João) e seguidamente aprovado, como consta no Alvará Régio de 27 de Setembro de 1797.

Através desse Alvará Régio (assinado pelo Príncipe Regente D. João em nome de D. Maria I), a Coroa não só oficializou a decisão relativa à construção do Hospital da Marinha na área do antigo Hospício dos Jesuítas ao Paraíso - cuja entrega já fora ordenada à “Administração da Real Junta da Fazenda da Marinha” - como também definiu os objectivos previstos com a edificação do edifício que, para além das normais acomodações para os enfermos, deveria ser dotado de um Laboratório Químico e Farmácia para aprovisionar o Hospital, a Armada e os hospitais dos domínios ultramarinos. Ficou igualmente definido nesse documento, o valor de “cento e cinquenta mil cruzados” para financiamento das obras, valor que deveria ser obtido mediante a contracção de um empréstimo por conta da Fazenda Real.⁸²⁶

Contraído o empréstimo, iniciaram-se as obras de construção do Hospital da Marinha mas, decorridos menos de três anos, a 12 de Janeiro de 1800, o Regente D. João determinou a sua suspensão (e também a suspensão das obras da Cordoaria, e do Porto de S. Martinho [e] todos os trabalhos do Arsenal)⁸²⁷, por já estarem esgotadas as verbas consignadas ao empreendimento. Verificara-se, de facto, uma derrapagem orçamental nas obras de construção do Hospital e a principal razão (ou uma das principais) devia-se às despesas (não previstas nem orçamentadas) com a compra “que se fez ao Conde de Rezende do Terreno contíguo ao dito Hospicio” destinado a aumentar a área do futuro edifício hospitalar “por se conhecer, que com este aumento, ficaria melhor, mais regular, e com mais commodos em menor altura”.⁸²⁸

Preocupado com a suspensão das obras do “seu” Hospital, D. Rodrigo de Sousa tentou encontrar soluções para resolver o problema financeiro, ao mesmo tempo que usava de toda as suas capacidades argumentativas para convencer o Regente D. João sobre a importância do empreendimento. A solução encontrada para a obtenção de mais dinheiro, foi a da ampliação do empréstimo contraído para os duzentos e quinze mil

⁸²⁶ AHM: caixa 342, livro de registo dos Alvarás, n° 749.

⁸²⁷ AHM: caixa 1158/5, doc. 632.

⁸²⁸ AHM: caixa 342, doc. 388

cruzados, vindo essa decisão a ser tornada pública através do Alvará de 22 de Setembro de 1801.⁸²⁹

Obtido o novo empréstimo, as obras foram retomadas e progrediram rapidamente até 1 de Novembro de 1806, data em que o novo Hospital da Marinha foi oficialmente inaugurado com a recepção dos enfermos provenientes das instalações hospitalares do Desterro.

Fabri acompanhou sempre com muito zelo a evolução dessas obras, mesmo depois de ter sido nomeado em 1802, conjuntamente com José da Costa e Silva, para a direcção da real obra da Ajuda.⁸³⁰ Numa carta endereçada a D. Rodrigo de Sousa Coutinho a 18 de Agosto de 1809⁸³¹, para o felicitar pela sua recente nobilitação como Conde de Linhares, o arquitecto não se esqueceu de salientar o “grande trabalho que [tivera] com o novo Hospital da Marinha.”⁸³²

É de crer que no decurso das obras de construção do Hospital, Fabri tivesse elaborado vários relatórios com o objectivo informar o Secretário de Estado da Marinha sobre a evolução das mesmas e para se aperceber melhor, como declarava no relatório que conhecemos, do que ainda faltava realizar para “commodo dos Doentes”.

Embora o relatório a que nos referimos não esteja datado, julgamos que terá sido redigido no último ano das obras, uma vez que, segundo as anotações do arquitecto, faltavam apenas trabalhos menores de pedreiro, carpinteiro, ladrilhador, etc. Assim, no plano “térreo e semisubterrâneo” (pisos -1 e -2), apenas faltavam os vidros nas janelas dos quartos destinados para os empregados, localizados “de hum, e outro lado do Pátio”, onde também se situavam, no lado sudeste, os “Armazens de depozitar os géneros pertencentes ao Hospital”, na “Caza, contígua á Cozinha” faltava um tanque, na “Caza chamada do Depozito” (casa mortuária) faltava um estrado e o no pátio o calcetamento. Nalgumas dependências utilitárias faltavam pequenos trabalhos como: assentar “hum fiada de Enxelharia, e betumar-se” a casa do depósito da água; “uma

⁸²⁹ AHM: caixa 342, livro de registo dos Alvarás, nº 847.

⁸³⁰ O projecto neoclássico do Palácio da Ajuda, da autoria conjunta de Francisco Xavier Fabri e de José Costa e Silva alterou significativamente o projecto barroco da autoria de Manuel Caetano de Sousa, que fora aprovado e iniciado em 1795.

⁸³¹ Essa carta de Fabri ao conde de Linhares contém passagens muito curiosas, numa das quais o arquitecto afirmava que, durante a ocupação de Junot, tinha ficado sem ordenado (reposto em 1808) por se ter escusado junto do comandante francês a “levantar varias Baterias á borda do Rio Tejo, para defensa do Porto”. Afirmava ainda que durante esse mesmo período se ocupara “ sempre da continuação do Palacio da Ajuda”, enquanto o seu “Colega Jozé da Costa, e o Ajudante Antonio Francisco Roza foram os que tiveram a infelicidade de aceitarem o encargo de desmanchar, e transformar o Palacio de Queluz”.

⁸³² ANTT, CL, maço 71, doc. 54.

Pia, e a Enxelharia” na casa do poço; os Fogões, e todos os Tubos [destinados a] conduzir a Agoa do Depozito geral para os Fogões, e Caza dos Banhos” e os azulejos na cozinha; “algumas Parteiras, Ganxos, Balanças” na dispensa, contígua à cozinha; “assentar-se a Clarabóia de bronze, e seus vidros [e] fazer-se o Caixilho, com grade de arame, para amparo dos vidros da Claraboia” na casa de banhos; “assentar-se huma pequena porção de Lagêdo no desaguadoiro das Pias”.

Fabri referia que ainda não estava construída a “Caza para a Anatomia”, projectada no piso -1 do corpo virado a sul, porque “huma das suas paredes devia ser construída sobre a Muralha” (que fecharia o recinto do Hospital pelo parte sul) cuja construção, da competência das “Obras Públicas”, estava por realizar. No Laboratório químico, composto por duas grandes casas, faltavam “os Fornos, os Ladrilhos, ou Lagêdo nos intervalos”, além dos vidros nas janelas; no terraço contíguo, faltava “assentar o Tijolo”; numa arrecadação faltavam “as Estantes para o depozito da Roupa dos Doentes”; e faltava colocar “o Azulejo, e concertar os degraus da Escada antiga” (as de acesso ao piso 0). Relativamente às enfermarias, Fabri afirmava que estavam “acabadas, e prontas, com barras, banquinhas, etc.”⁸³³

No primeiro “Plano do Hospital” (piso -1) com uma entrada “por baixo do Passadiço”, situava-se o “Laboratorio Quimico, composto de duas grandes Cazas, e outras construídas de abóbada, com chaminé para os Fornos”, faltando nesta última “os Fornos, os Ladrilhos, ou Lagêdo” e nas casas destinadas à roupa faltavam apenas “as Estantes para o depozito da Roupa dos Doentes” e nas escadas contíguas à entrada faltava “somente o Azulejo, e concertar os degraus” mas as “quatro Enfermarias” deste piso estavam “acabadas, e prontas, com barras, banquinhas, etc”.

No segundo “Plano do Hospital” (piso 0), faltava assentar na “Caza da Entrada” (vestíbulo) o “Lagêdo liós nos intervalos das janelas, e huma faxa do mesmo Lagedo, em roda da dita Caza, para incluir no meio o Lagedo em xadrez” , que também se deve preparar, e assentar. Na botica, à esquerda da entrada, apenas faltavam “Vidros nos caixilhos das janelas” e nas cinco enfermarias só faltavam “os Lampiões”.

No “Plano ultimo do Hospital” (piso 1), onde se localizavam enfermarias e quartos para oficiais, faltava “somente o Azulejo” na escada.

⁸³³ A.H.U., Conselho Ultramarino, MR, caixa 21, pasta 7.

Na construção do Hospital da Marinha, Xavier Fabri teve a oportunidade de demonstrar não só os seus sólidos conhecimentos arquitectónicos mas também a sua competência técnica, nomeadamente “na resolução dos problemas da canalização e de aquecimento das águas para as cozinhas e banhos e ainda na concepção dos fogões, confrontando-se com especialistas ingleses na matéria”, como foi referido por Raquel Henriques da Silva.⁸³⁴

Considerando de primordial importância o fogão destinado ao aquecimento das águas da cozinha e das salas de banho, Fabri preocupou-se na elaboração do seu desenho e respectiva memória descritiva, para que não houvesse falhas na sua construção. Segundo as suas próprias palavras, quando fora encarregue do projecto do Hospital Real da Marinha, lembrara-se de construir para a cozinha “hum Fogão, que participasse das belas qualidades, que vi naquele do Hospital de S.ta Maria de Florença”, tanto mais que tivera a oportunidade de “examinar exactamente aquele engenho mecanismo, e de tirar os Dezenhos com toda a circunspecção”. Assim, baseando-se nos dados recolhidos naquele hospital italiano, desenhara “hum Fogão simples, e de toda a economia, para a lenha”.⁸³⁵

Com extrema minúcia, Fabri descreveu todos os pormenores respeitantes ao fogão para o Hospital, desde a sua localização - no espaço “incluído dentro do Arco (...) aberto até á sumidade do Edifício, servindo de Fumeiro, com sahida competente, assim de huma parte, como de outro lado da Cozinha”- às características das suas peças componentes e aos materiais de que deveriam ser feitos. Assim, o “Receptaculo das Grelhas” seria em estanho e “os dois Ferros do meio, como os quatro das extremidades” seriam “altos até o pavimento do Fogão, para suster as Chapas de ferro, que [deviam] ter portas nos encaixes, a fim de se poderem tirar cada vez, que for preciso serem renovadas”; as grelhas deviam ser colocadas de maneira a poderem “substituir outras (...) arruinadas pelo fogo” e os “quatro Ferros Redondos por cima das outras Grelhas, [seriam] baixos, a fim de não embarçar o poder-se dilatar a chama por todos os lados; os tubos destinados a escoar os fumos, os Fumeiros, deveriam ter válvulas para se poderem fechar quando o fogão só tivesse brasas, o que permitiria “conservar dentro (...) calor” e esses tubos deveriam ser feitos de modo que sem embarçar o uso das Válvulas”, se lhes pudesse “acrescentar huma porção de Tubos para afastar em maior

⁸³⁴ Silva, Raquel Henriques, opus cit., p. 175.

⁸³⁵ AHU, Conselho Ultramarino, MR, cx. 21, pasta 7.

distancia o fumo”; a caldeira destinada a aquecer a água “para os Banhos”, deveria ter capacidade para “trez pipas d’agoa; quantidade muito suficiente para uso da Cozinha, e dos Banhos”⁸³⁶

Como se depreende dos documentos atrás citados - o relatório de vistoria das obras e a memória descritiva do fogão - Xavier Fabri projectou e construiu um hospital moderno e funcional que, em consonância com os parâmetros *higienistas* da época, foi dotado de equipamentos, estruturas e infra-estruturas - latrinas e casas de banhos em todos os pisos; rede de água canalizada e rede de esgotos; chaminés e ventiladores nas enfermarias, etc - que garantiam o eficaz saneamento e o bom arejamento dos seus espaços interiores.⁸³⁷

Distribuídos em vários corpos e pisos do edifício hospitalar, existiam onze enfermarias e vários quartos individuais (para oficiais) que garantiam uma capacidade de alojamento muito maior que o precedente hospital do Desterro, como constatamos pela comparação de dois *Mappas de Doentes* (registos de admissão de doentes), um de Novembro de 1804 (quando o hospital da marinha ainda funcionava no Desterro)⁸³⁸ e outro de Abril de 1809 (já no novo Hospital).⁸³⁹

O *Mappa* de 1804 referia que estavam internados nessa altura 174 doentes e explicava a sua proveniência. O *Mappa de Doentes* de Abril de 1809, indicava que estavam internados 233 enfermos (101 portugueses, 111 ingleses, 2 espanhóis e 19 franceses)⁸⁴⁰ e informava que, apesar da lotação máxima ser de “quatrocentos, e cinquenta Doentes”, caso fosse necessário, ainda se poderiam admitir mais, embora isso obrigasse os doentes a ficarem “mais unidos” do que estava regulamentado e a ocupar “os quartos que se fizerão com destino para Officiaes”. O mesmo documento referia, por fim que, caso aumentasse o número de doentes, seria necessário comprar “Roupa, e utensílios”.

Decorridas algumas décadas sobre o início do seu funcionamento, o edifício hospitalar começou a revelar algumas deficiências, decorrentes em grande medida do

⁸³⁶ Idem.

⁸³⁷ Idem.

⁸³⁸ AHM: cx.342, doc. 408

⁸³⁹ AHM: cx.342, doc. 66.

⁸⁴⁰ Na sequência da ocupação de Lisboa pelas tropas francesas, de 30 de Novembro de 1807 a 15 de Setembro de 1808, o Hospital da Marinha recebeu muitos feridos franceses, um dos quais foi o próprio Jean-Andoche Junot, cujo boletim de internamento ainda se conserva no arquivo do Hospital. Mas, nos anos seguintes e até 1811, os militares estrangeiros feridos (franceses, ingleses e espanhóis) continuaram a ser hospitalizados neste e noutros hospitais da cidade.

aumento do número de doentes e das novas exigências de assistência médico-cirúrgica e, por isso, passou por diversas obras de ampliação e (ou) de modernização, as primeiras das quais ocorreram, julgamos nós, nas décadas de 50 e 60 do século XIX. Para aumentar a capacidade de alojamento do Hospital e para garantir melhores condições de assistência aos enfermos, o edifício conheceu sucessivas remodelações a partir de meados do século XIX, que alteraram bastante os seus espaços interiores mas que também se reflectiram na sua fachada principal.

Em 1861, talvez aquando da realização ou da preparação de novas obras, foram copiadas várias plantas e alçados originais do Hospital da Marinha⁸⁴¹ (todas ou parte delas da autoria de Xavier Fabri) e, à falta dos originais (cujo paradeiro se desconhece), socorremo-nos dessas cópias para compreender como era o edifício na primeira metade de Oitocentos.

Comparando algumas dessas plantas copiadas (fig.s 74 e 75) com as plantas do Hospício do Paraíso (fig.s 72 e 73), vemos que a área total do Hospital Marinha, tal como foi construído por Fabri, ultrapassou a área inicialmente prevista, correspondente à do antigo edifício jesuíta, do qual pouco se aproveitou, exceptuando algumas paredes, as escadas interiores que estabelecem o acesso do piso -1 ao piso principal (piso 0) e de um portal (localizado no piso -1), que teria pertencido à sacristia do antigo templo. Como já referimos, para se efectuar o alargamento da área destinada ao futuro edifício hospitalar, foi adquirido um terreno contíguo ao hospício (logo, no lado ocidental da Rua do Paraíso) pertencente ao conde de Resende.⁸⁴²

O complexo hospitalar era constituído por vários corpos articulados entre si – dois horizontais e dois perpendiculares envolvendo um pátio central –, os quais apresentavam diferentes pisos consoante a sua localização, uma vez que o terreno de implantação apresentava consideráveis desníveis de norte (lado do Campo de Santa Clara) para sul (lado virado ao rio) e de ocidente (do lado da Rua do Paraíso) para oriente (do lado da Calçada do Cardeal).

⁸⁴¹ Essas cópias conservam-se na biblioteca do próprio Hospital da Marinha.

⁸⁴² AHM: cx. 342, doc. 388.

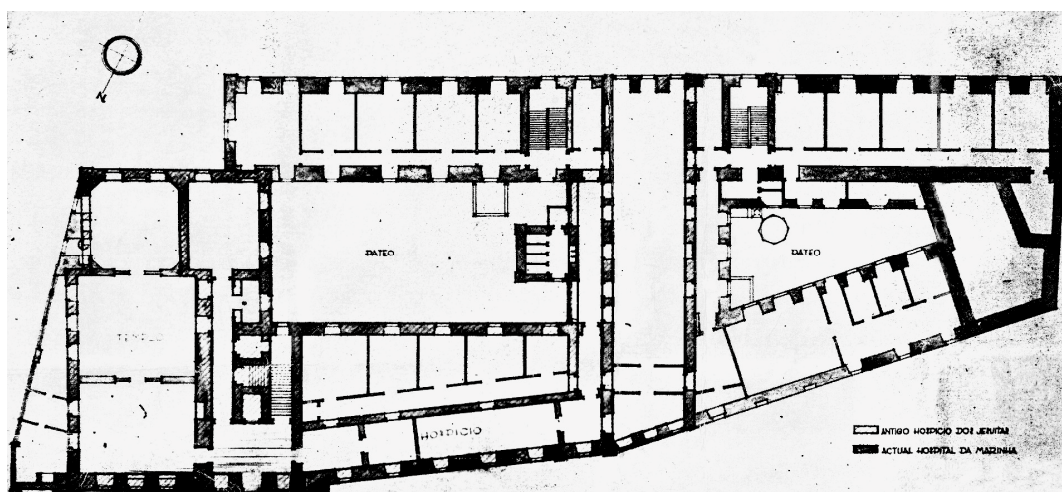


Figura 74. Planta do piso 0 do Hospital da Marinha: as linhas tracejadas identificam a área do antigo Hospício do Paraíso.

O corpo construído no lado oriental, parcialmente correspondente à área ocupada pelo antigo templo jesuíta e virado à referida Calçada do Cardeal, ficou com três pisos, um subterrâneo (pisos -1) e dois acima do nível da referida via (pisos 0 e 1), encontrando-se os armazéns, a cozinha, a dispensa, a casa do azeite e outros compartimentos utilitários nos pisos inferiores e os quartos para enfermeiros e outros funcionários do Hospital no piso superior.

O corpo virado a norte (parte virado ao Campo de Santa Clara e parte virado ao lado ocidental da Rua do Paraíso) estendia-se de leste a oeste (e da cota mais elevada do terreno para uma cota mais baixa ao nível da Rua do Paraíso) e apresentava no seu lado oriental dois pisos subterrâneos (-2 e -1) e dois superiores (pisos 0 e 1). No piso -2, existiam vários armazéns, rouparia, etc; no piso -1, o laboratório químico, a casa do porteiro (junto à entrada situada por baixo do “passadiço”), casas para roupas, enfermarias, salas para consultas e outros compartimentos; no piso 0, o vestíbulo, a botica, salas de médicos e de cirurgiões, salas destinadas aos serviços administrativos, enfermarias e quartos para oficiais, etc.

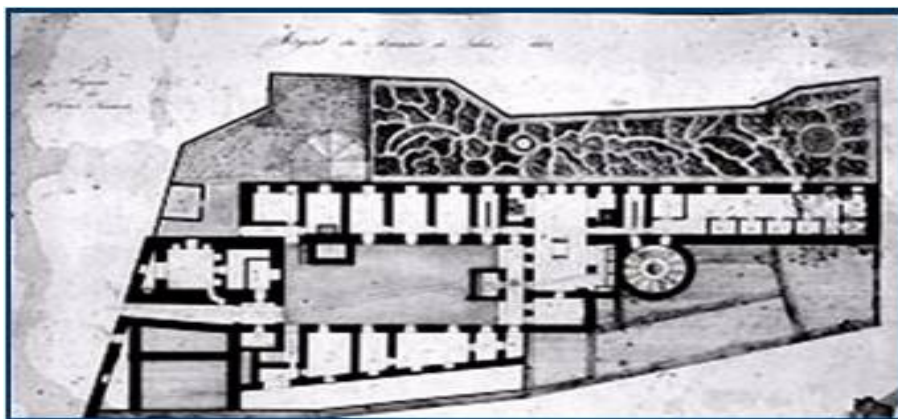


Figura 75. Hospital da Marinha: planta do piso -2

A partir do corpo saliente em que se inseria a entrada principal, o edifício apresentava dois pisos (0 e 1) acima do nível da rua, nos quais se localizavam as quatro enfermarias. Ao projectar essa entrada virada a norte, Fabri definiu um piso à cota do Campo de Santa Clara, directamente ligada a esse espaço urbano através dum corpo saliente, debaixo do qual corria o túnel por onde passava o extremo oriental da Rua do Paraíso. Com essa solução, o arquitecto conseguiu valorizar a entrada principal do edifício a qual, contrariamente ao que propusera o *Autor anónimo* dos *Breves Apontamentos*, ficou virada ao Campo de Santa Clara e não à estreita Rua do Paraíso.

Nas décadas de 50 ou 60 do século XIX, verificou-se um alteamento do corpo principal do edifício (para aumentar a capacidade de alojamento?), sendo nivelada a altura pela do corpo saliente da entrada principal. Contudo, a fachada no seu todo manteve o carácter neoclássico que lhe fora inculcido por Fabri.

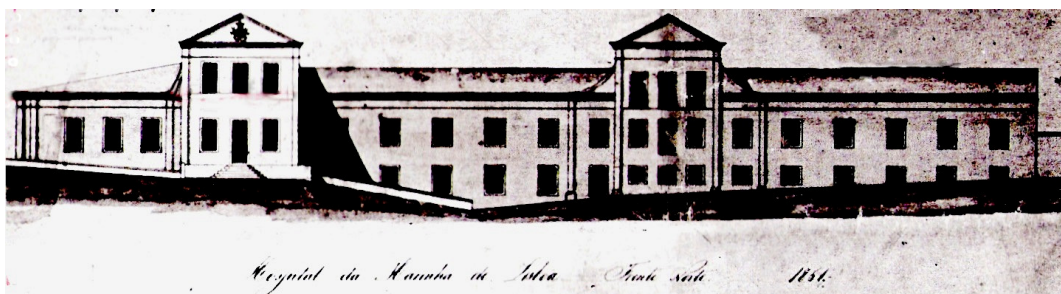


Figura 76. Alçado principal do Hospital da Marinha, virado a norte

Convém relembrar, a propósito da entrada principal do edifício (piso 0), que Fabri discordara da proposta apresentada pelo *Autor anónimo* de ornamentar essa entrada com uma “Ordem toscana” e propusera um traçado simples e “desornamentado”, por se tratar de um edifício hospitalar, cujas características deveriam ser a solidez, a funcionalidade e a comodidade. Para valorizar essa entrada principal e, ao mesmo tempo, preservar a sua simplicidade e funcionalidade, o arquitecto inseriu-a num corpo saliente, lateralmente definido por pilastras lisas e superiormente rematado por um frontão triangular fechado em cujo tímpano se inseriu um escudo com as armas reais.



Figura 77. Fachada principal do Hospital da Marinha (virada ao Campo de Santa Clara) e portal setecentista da antiga sacristia do templo jesuíta (piso -1).

Passando a porta principal do edifício, acedia-se a um vestíbulo, à direita do qual se localizava a escada que conduzia ao piso superior (piso 1), onde se localizavam as enfermarias (e outras dependências) e, à esquerda, a escada que conduzia ao piso subterrâneo (-1) onde, como atrás dissemos, se localizavam o laboratório, a Botica e salas de apoio a estes serviços e onde ainda hoje se conserva a notável farmácia oitocentista.

Paralelo ao corpo norte do edifício hospitalar, erguia-se outro corpo ocupado por enfermarias no piso superior e por vários compartimentos sanitários - as latrinas, a casa de banhos, a rouparia, etc. - nos pisos inferiores. Frente a esse bloco, foi traçado um jardim que se abria sobre o antigo Cais dos Soldados e o Tejo, concebido com

objectivos utilitários (como jardim botânico) e também com objectivos *higienistas* (garantir o ar *puro* aos doentes).

Aquando das obras de ampliação do edifício hospitalar, a partir de meados do século XIX, esse corpo sul virado ao jardim, também foi alteado com o acréscimo de um novo piso acima da cimalha. Na sequência de novas ampliações do edifício, também o jardim, que se situava no extremo sul do perímetro hospitalar, (visível na planta levantada por Filipe Folque por volta de 1858), acabou por desaparecer.



Figura 78. Planta (parcial) da freguesia de Santa Engrácia, de Filipe Folque, 1858.

A par das intervenções arquitectónicas referidas, algumas áreas hospitalares também conheceram algumas melhorias estéticas, no decurso dos séculos XIX e XX, como foi o caso da Botica, do vestíbulo, da escada de acesso aos andares superiores, da capela e de algumas enfermarias. Algumas dessas áreas ainda preservam a decoração azulejar, como é o caso do vestíbulo, cujos alçados estão revestidos por panos de azulejos polícromos - conjugando os motivos vegetalistas com diversos medalhões historiados representando as personagens e os episódios marcantes da construção do Hospital - da autoria de Jorge Colaço.⁸⁴³

⁸⁴³ Jorge Colaço (1868-1942) foi um bom desenhador e caricaturista mas notabilizou-se, acima de tudo, na pintura de azulejo. Em Lisboa, destacam-se, entre outros, os azulejos no Hospital da Marinha, na Casa do Alentejo, no Pavilhão dos Desportos (1922) e na Academia Militar; no Porto, entre outros, os que

Destaca-se ainda na parede sul deste espaço, uma estátua em mármore de D. João VI, datada de 1823 e da autoria de João José de Aguiar (1769-1841), o mais destacado escultor português da época.⁸⁴⁴



Figura 79. Vestíbulo do Hospital da Marinha com a estátua de D. João VI ao fundo e os silhares de azulejos que o decora, com destaque para um medalhão representando a assinatura do Alvará de 1797

Graças ao projecto delineado por Francisco Xavier Fabri, o Hospital da Marinha destacou-se, desde o início, não só pela sua qualidade arquitectónica mas também pela sua qualidade urbanística, sendo indiscutível a marca que imprimiu no perfil da zona oriental da cidade.

Como observou Raquel Henriques da Silva, o arquitecto italiano soube utilizar com extrema eficácia a área do extinto colégio dos Jesuítas, proporcionando ao edifício hospitalar uma notável implantação urbana - dando-lhe uma “dupla entrada, uma numa cota mais elevada sobre o lado sul do Campo de Santa Clara” - conseguindo, ao mesmo tempo, convertê-lo num “contraponto moderno ao lado norte da praça, animado pelos palácios joaninos e pela réplica, então recentemente construída, da casa nobre de Sinel de Cordes.”⁸⁴⁵

realizou para a Estação de S. Bento (1903) e para a Igreja de S.º Ildefonso (1932); no Buçaco, os do *Palace-Hotel* (1907). Jorge Colaço também realizou importantes trabalhos no estrangeiro, nomeadamente, na Inglaterra, Suíça, Brasil, Argentina, Cuba e Uruguai.

⁸⁴⁴ Segundo José Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, ed. Bertrand, 1966, 2 vol.s, I vol., pp. 70-71, João José de Aguiar enquanto aluno da aula de desenho da Casa Pia, chamou a atenção do Intendente Pina Manique que lhe concedeu uma bolsa para estudar em Roma, onde teve como mestre o célebre escultor Canova.

⁸⁴⁵ Silva, Raquel Henriques da, opus cit., p. 179

Cap. 5. A Ordem imposta: de 1760 a 1833

Como vimos nos últimos capítulos, D. José e os seus imediatos sucessores, influenciados pelo discurso *higienista*, determinaram a renovação dos edifícios hospitalares existentes e a construção de novos hospitais, primeiramente no Porto e em Lisboa e depois no resto do país. A reforma hospitalar portuguesa, iniciada na década de 70 do século XVIII e prolongada até meados do século seguinte, acompanhou de perto o processo de modernização do sistema europeu de saúde pública, proposto pelos médicos *higienistas* e promovido pelos monarcas esclarecidos.

Em prol do bem-estar (e, conseqüentemente, da saúde) dos seus *povos*, os detentores do poder (em Portugal e, genericamente, em toda a Europa) determinaram diversas intervenções urbanístico-sanitárias – o alargamento e o calçamento de ruas, a criação de redes de esgotos, a criação de alamedas arborizadas, a varredura e lavagem dos espaços públicos, o sistema de recolha de lixo domésticos, etc. –, em consonância com as propostas dos *higienistas*. Porém, até finais do século XVIII, as intervenções realizadas e (ou) as normas sanitárias implementados para melhorar o saneamento e o arejamento dos espaços públicos nas grandes cidades europeias, não foram suficientes para impedir a eclosão de novos surtos epidémicos.

Na grande metrópole londrina, as *moléstias epidémicas* de carácter excepcional ou de carácter sazonal – as gripes, a tuberculose, e o tifo, no inverno e a varíola, a desintéria e diarreias, no verão – eclodiam e propagavam-se rapidamente nos bairros maioritariamente ocupados pelas classes trabalhadoras, onde faltavam infra-estruturas sanitárias básicas – esgotos e rede de abastecimento de água – e onde a maioria dos edifícios eram sujos e mal arejados por falta de janelas.⁸⁴⁶

As altas taxas de mortalidade (sobretudo infantil) verificadas nesses bairros de Londres até às primeiras décadas do século XIX, relacionavam-se, predominantemente, com a falta de saneamento urbano e com as péssimas condições de habitação e a falta de

⁸⁴⁶ Refere-se no “18th Century London – its daily life and hazards” in Forums.canadian.content.net. Themes History” que, tendo sido criado em Londres um imposto predial proporcional ao número de janelas que o edifício possuía, os proprietários reduziram ao mínimo o número de janelas, para pagarem menos.

higiene privada (a que se somava a insuficiência alimentar, etc.) e a ignorância dos que aí viviam.

Os médicos europeus da época preocupavam-se em conhecer com precisão todos os factores (de ordem geográfica, climática, ambiental, etc.) que favoreciam a eclosão e a propagação das doenças epidémicas, para que as mesmas fossem debeladas. Assim, em 1776, a Academia de Medicina de Paris promoveu um inquérito nacional, dirigido a todos os médicos franceses, pedindo-lhes informações não só sobre as doenças sazonais das respectivas cidades e vilas, mas também sobre as características geo-climáticas – localização, temperaturas e níveis de pluviosidade, marés, força dos ventos, etc. – e sanitárias - estado das ruas e das habitações, as práticas alimentares, etc. – existentes nessas localidades.⁸⁴⁷

Este e outros inquéritos posteriores legitimaram as opiniões dos médicos *higienistas* quanto à relação entre a sujidade e a eclosão das doenças epidémicas e quanto à absoluta necessidade de se implementarem medidas que garantissem o saneamento urbano e proporcionassem a purificação do ar, principal garante da saúde pública. Na óptica desses médicos (entre os quais se situava Ribeiro Sanches), sendo o Estado responsável pela saúde dos povos, competia aos detentores do poder (central e local) a implementação e a fiscalização dessas medidas.

Os monarcas europeus do século XVIII, confrontados com a *desordem* das suas cidades - patenteada pela criminalidade, imundice e doença – e pressionados pelos médicos *higienistas* e pela elite culta e iluminada, para imporem a limpeza e a *ordem* nessas cidades, resolveram criar instituições policiais, especificamente destinadas a vigiar o espaço urbano, a impor e vigiar o cumprimento das normas sanitárias (e todas as normas emanadas do poder central e municipal) e a controlar os comportamentos desleixados, irresponsáveis e desviantes dos cidadãos.

Gradualmente, todas as cidades europeias foram dotadas de instituições policiais destinadas a fazer respeitar normas existentes - de carácter fiscal, judicial, sanitário, etc. – e a impor sanções a quem as infringisse. O campo de acção dessas instituições, criadas para estabelecer a *ordem* e para garantir o bem social, foi-se alargando a praticamente todas as áreas regulamentadas – economia, justiça, saúde, etc. – e a quase todas as

⁸⁴⁷G. Vigarello, opus cit., p. 183

práticas quotidianas (incluindo as de carácter lúdico), acabando por implicar um controlo total sobre o espaço urbano e os seus habitantes.

O policiamento vigente em muitas cidades europeias até ao século XVIII era feito por grupos de voluntários, escolhidos pelo poder municipal⁸⁴⁸ e ou religioso (paróquias) e consistia na vigilância das ruas e na denúncia de todas as situações anómalas e (ou) das práticas tidas como irregulares ou desviantes. Em situações excepcionais, esses grupos de vigilantes eram reforçados com milícias populares armadas, como se verificou em diversas cidades europeias nos séculos XIII e XIV. Nas repúblicas italianas, sujeitas a períodos de grande instabilidade político-social como foi o caso de Florença no século XIV, essas milícias armadas (designadas *gonfalon*) surgiram, especificamente, para proteger os cidadãos comuns contra os actos de violência e (ou) o abuso dos poderosos.⁸⁴⁹ Esse tipo de policiamento a cargo das comunidades de vizinhos, manteve a sua eficácia nas cidades de pequena e média dimensão mas, nas grandes cidades dos séculos XVII e XVIII – em contínuo crescimento demográfico –, essa eficácia tornou-se muito reduzida.

Em finais do Seiscentos, Paris era a maior cidade da Europa e era também aquela onde a criminalidade, a insegurança e a imundice tinham atingido níveis insuportáveis. Face ao estado caótico da sua capital, Luís XIV decidiu criar uma instituição policial que impusesse a *ordem* ou seja, que gerisse o espaço urbano de forma a garantir a segurança e o bem-estar social. Aliás, na época, o termo Polícia significava *Ordem* ou *regulação urbana*⁸⁵⁰ e no século seguinte, os Iluministas entenderam-no como “ síntese da ordem e do bem-estar num Estado moderno.”

⁸⁴⁸ Refere o “Forums.canadian.content.net. ThemesHistory” que: “For most of the 18th century in England, the Word “police” had the general meaning of the management of a particular territory, usually a town or a city. Policing was perceived as a local government task, and like other áreas of local government, it was a volunteer effort. Local men who took on the position of constable had only a rudimentary understanding of the law. They served in this position for a limited period, usually in their spare time and frequently without pay.”

⁸⁴⁹ Zorzi, Andrea, “Contrôle social, ordre public et répression judiciaire à Florence à l’époque communale: éléments et problèmes” in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, ed. Armand Colin, nº5, Septembre-Octobre 1990, p. 1176

⁸⁵⁰ Rafael Bluteau, no seu *Vocabulário português e latino (...)*, publicado em 1712, vol. VI, p. 575, dava o seguinte significado ao termo Polícia: “A boa ordem que se observa, y as leis que a prudencia estabeleceu para a sociedade humana nas Cidades, Republicas (...)”. O mesmo autor referiu que o termo Polícia, valia, algumas vezes “o mesmo que Aceyo, Limpeza, Alinho, & c.” No século XIX, o termo Policia continuou a ser utilizado com o significado de “boa administração” como se verifica, por exemplo, na *História de Portugal* de Alexandre Herculano, no *Santo da Montanha* de Camilo Castelo Branco e outros, como refere a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 22, pp. 246-247

Sob conselho do seu ministro Jean Baptiste Colbert, em 1666, Luís XIV encarregou o magistrado Gabriel Nicolas de La Reynie (nomeado superintendente da polícia em 1667) da organização da instituição policial, tendo como objectivo final o (re)estabelecimento da *ordem* na capital francesa.⁸⁵¹

Para garantir a eficácia da polícia parisiense, La Reynie dividiu a cidade em vinte bairros de polícia - cada um deles chefiado por um comissário apoiado, por sua vez, por vários sargentos -, quadruplicou as companhias - constituídas por cavaleiros e arqueiros -, duplicou as rondas nocturnas e definiu com precisão os diversos campos da actuação policial – o controlo da qualidade e dos preços dos víveres, a implementação de medidas de cariz sanitário, etc. Para melhorar o saneamento urbano, La Reynie impôs aos proprietários a obrigação de varrerem a rua frente às suas portas e exigiu-lhes o pagamento de uma taxa (designada “as lamas”) proporcional à extensão da rua frente às suas casas, para financiar um serviço público de limpeza e, para melhorar a segurança dos residentes, implementou várias medidas preventivas e punitivas para controlar a criminalidade, etc.⁸⁵²

Um dos comissários de La Reynie, Nicolas Delamare (1639-1723) iniciou em 1675 a compilação não só dos regulamentos e medidas criadas por aquele superintendente, mas também de todos os regulamentos de “ordenação” urbana, publicados na cidade ao longo de vários séculos. A documentação compilada por Delamare até à data da sua morte, acabou por originar uma obra de vários volumes (o primeiro dos quais foi publicado em 1705 e os outros até 1738), com o título de *Tratado da Polícia*.⁸⁵³

No prefácio do seu Tratado, Delamare afirmava que a Polícia prestara os seus primeiros cuidados a regular a conduta do Homem no que respeitava ao “seu espírito e ao seu coração”, mas que devia também assegurar-lhe “os bens corporais” que enumerava em seguida (e que tratava nos diversos capítulos da obra): “a saúde, os víveres, o vestuário, o alojamento, a comodidade dos caminhos, e a segurança contra as

⁸⁵¹ Sob a polícia parisiense do Antigo Regime e a acção de La Reynie veja-se Piasenza, Paolo, “Juges, lieutenants de police et bourgeois à Paris aux XVII et XVIIIe siècles” in *Annales*, nº 5, Sep.-Octobre de 1990, pp. 1189-1209

⁸⁵² Favier, Jean, *Paris. Deux mille ans d'histoire*, Paris, ed. Fayard, 1997, p. 568

⁸⁵³ A obra de Nicolas Delamare (ou De La Mare), formando quatro volumes, foi publicada em Paris com o título de *Traité de la Police, ou l'on trouvera l'Histoire de son établissement, les fonctions et les prerogatives de ses magistrats; toutes les lois et tous les reglements qui la concernent. On y joint une description historique et topographique de Paris, et huit plans gravez, qui represente son ancien État et ses divers accroissements, avec un recueil de tous les status et reglements de six corps de marchands et de toutes les Communautés des Arts et Metiers*.

violências”. Entendia que a saúde era “o primeiro e o mais desejável de todos os bens corporais” precedendo, por isso, todos os outros e que os principais factores para a sua conservação e (ou) recuperação eram a “Salubridade do Ar, a Pureza da Água, a bondade dos Alimentos, a escolha dos Remédios, a Capacidade dos Médicos e dos Cirurgiões”.⁸⁵⁴

De acordo com os princípios enunciados no prefácio da sua obra, Delamare dedicou um capítulo (cap. VI, título XI, livro I) às questões da saúde pública, nomeadamente às medidas (preventivas e punitivas) destinadas a garantir a salubridade do ar, a pureza da água e a qualidade dos alimentos e dos remédios. Enumerou as leis e os regulamentos criados para garantir a limpeza das ruas, o escoamento das águas residuais pelas cloacas, a construção de latrinas nas casas particulares e a obrigação do despejo das respectivas fossas, etc. E afirmou que, com idênticos objectivos (o da salubridade do ar), tinham sido criados regulamentos que proibiam, por exemplo, a instalação de actividades poluentes no centro das cidades – tanoarias, açougues, tinturarias, etc. – e a criação de porcos, coelhos, patos, galináceos e de outros animais que causavam “putrefações”.⁸⁵⁵

Eram ainda referidas nesse mesmo capítulo as medidas que tinham sido criadas para garantir a qualidade dos alimentos e bebidas – peixes, carnes, pão, vinho, etc. – e dos remédios e as destinadas a controlar e a tratar as doenças pestíferas.

O capítulo VII (Livro I, Título XI) abordava, entre outros assuntos, os da segurança pública e começava com esta frase: “O Público pode ser perturbado pelas injúrias, pelos acidentes, ou pelos crimes, de noite ou de dia, em plena paz, ou em tempo de guerra; as leis da Polícia visam a segurança em todas as circunstâncias.”⁸⁵⁶ A propósito dos acidentes, referiam-se, entre outras, as proibições da circulação de animais, da prática de jogos (atirar ao arco, malha, jogo da pela) ou do uso de armas de fogo nas ruas e praças. Apontavam-se as medidas destinadas a controlar a criminalidade como, por exemplo, a captura dos vagabundos e a sua condução a hospitais ou a expulsão da cidade, a proibição de uso de máscaras no Carnaval, a obrigação dos donos de albergues, tabernas, casas de jogo e outros locais de divertimento, de avisarem os comissários da presença de desconhecidos suspeitos ou da ocorrência de desacatos.

⁸⁵⁴ De La Mare, Nicolas, *Traité de la police(...)*, Paris, ed. J. et P. Cot, 1705, p. 14 (obra consultada através da Net : <http://gallica.bnf.fr>.)

⁸⁵⁵ *Traité de la Police (...)*, pp. 202-203

⁸⁵⁶ Idem, p. 204

O Tratado de Polícia de Delamare conheceu uma grande divulgação não só no território francês, mas também noutros países europeus tendo influenciado, em maior ou menor percentagem, os governantes na criação de instituições policiais destinadas, tal como a parisiense, a intervirem com eficácia no combate à criminalidade, à sujidade e à *desordem* urbanas. Por outro lado, muitos dos que assumiram a chefia dessas instituições policiais, pautaram a sua acção pelas normas disciplinadoras referidas nessa obra, particularmente, pelas que tinham sido criadas pelo superintendente La Reynie.

Em Espanha, o referido Tratado de Polícia foi sistematicamente traduzido, copiado e transcrito no decorrer do século XVIII e, conjuntamente com outras obras, estrangeiras e nacionais, contribuiu para estruturar uma “ciência de polícia”⁸⁵⁷, ou seja, uma fundamentação teórica sobre a utilidade (ou mesmo indispensabilidade) da polícia, para um eficaz controlo da *desordem* urbana – tida como equivalente de barbárie ou de irracionalidade. A divulgação desse discurso da polícia, a par da divulgação da imagem de Paris, como cidade *ordenada* (imagem mais fictícia do que real), graças à boa gestão, ou seja, graças à acção da sua polícia, fundamentou a criação da Superintendência General de Policia de Madrid, em 1782, por decisão de Carlos III (1716-1788).

A decisão do monarca borbónio não deixou de se coadornar com os seus interesses políticos (o reforço da autoridade régia através do controlo absoluto do espaço urbano e dos seus habitantes), embora estes se tivessem conciliado com as razões de ordem *higienista* e (ou) sanitária. De facto, a existência da Superintendência General de Policia de Madrid parecia ser de absoluta necessidade para o sucesso das medidas de saneamento urbano - calcetamento e limpeza das ruas, cobertura de canos de esgotos, obrigação de todos os proprietários dotarem as casas de goteiras a toda a extensão das fachadas e de construírem depósitos para águas fecais, proibição aos residentes de lançarem lixos domésticos para os espaços públicos e sistema de sistema de recolha dos lixos, etc. -, algumas das quais já tinham sido implementadas, sem qualquer resultado positivo, no reinado de Fernando VI (1749-1759).

As elites esclarecidas madrilenas sensibilizadas pelo “discurso de polícia” e (ou) pelo “discurso higienista” para os graves problemas urbanos, encaravam a criação dessa instituição policial como o único meio capaz de os resolver. Para a maioria dos representantes dessas elites - nobres, médicos, engenheiros militares e juristas -

⁸⁵⁷ vide Fraile, Pedro, *La otra ciudad del Rey. Ciencia de Policia y organization urbana en Espana*, Madrid, ed. Celeste, 1997

familiarizados com a leitura de obras como o *Tratado da Polícia* de Delamare e o *Tratado de conservação da Saúde dos Povos* de Ribeiro Sanches, a existência de um órgão policial (e jurídico) forte, era condição *sine qua non* para o estabelecimento da *ordem* na cidade, a qual pressupunha, entre outras coisas, a salvaguarda da saúde pública.

No capítulo XIII do *Tratado de conservação da Saúde dos Povos* - traduzido e editado pela 1ª vez em Madrid em 1781, graças ao empenho do arquitecto Benito Bails (ver II Parte. cap.4) - Ribeiro Sanches, depois de apontar as principais causas da propagação das doenças epidémicas na(s) cidade(s) - sujidade das ruas e *putrefacção* do ar – afirmava que a correcção ou resolução desses problemas dependia da “autoridade pública”. Ribeiro Sanches sugeria, na verdade, a criação de uma espécie de polícia médica ou sanitária, ou seja, de uma polícia que actuasse para implementar e (ou) vigiar o cumprimento das normas sanitárias em prol da saúde pública (ver II. cap. 4.1).

Assim, a Superintendência General de Policia de Madrid (como todas as instituições policiais similares da época) foi dotada de competências específicas no campo do saneamento urbano e da salvaguarda da saúde pública, a par das outras competências de carácter social, judicial, fiscal, económico, moral, etc.

Tal como a instituição policial madrilena, todas as que a antecederam ou foram posteriormente criadas noutras capitais europeias, visaram a *ordenação* do espaço urbano e a disciplinarização dos seus habitantes, tomando como referência, como já foi dito, o modelo de Paris policiada, logo, ordenada, saudável e civilizada.

As instituições policiais, actuando em nome do(s) poder(es) instituídos passaram a exercer uma vigilância contínua e disciplinadora sobre o espaço urbano e respectivos habitantes para garantirem a *ordem* e preservarem a saúde pública. Como explicou Foucault, a peste (ou o medo da peste) gerou a sociedade disciplinada, totalmente “dominada pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela escrita, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que incide de maneira distinta sobre todos os corpos individuais – é a utopia da cidade perfeitamente governada.”⁸⁵⁸

⁸⁵⁸ Foucault, Michel, *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, Paris, ed. NRF Galimard, p. 200: “La ville pestifere, toute traversée de hiérarchie, de surveillance, de regard, d’écriture, la ville immobilisée dans la fonction d’un pouvoir extensif qui porte de façon distincte sur tous les corps individuels – é a utopia da cidade perfeitamente governada”.

5.1. A criação da Intendência Geral da Polícia

Como outras capitais europeias, Lisboa foi dotada em 1760, de uma instituição policial – a Intendência Geral da Polícia – criada com os mesmos propósitos das suas congéneres europeias.

D. José I determinou, através do Alvará de Lei de 25 de Junho de 1760, a criação da Intendência Geral da Polícia. Nesse longo documento (11 páginas), foram apresentadas as razões justificativas da criação da instituição e do cargo de Intendente Geral, foram definidas as habilitações académicas, as qualidades pessoais e os poderes que este último teria e foram igualmente definidas as prioridades da acção policial.

As razões apontadas para a criação da Intendência Geral da Polícia, prendiam-se com a ineficácia das leis promulgadas desde o século XVII – a de 12.3.1603; a de 30.12.1605; a de 25.12.1608; e a de 25.3.1742 – “para regularem a Policia da Corte, e Cidade de Lisboa”. O alvará de 12 de Março de 1603 (Filipe II), estabeleceu o regimento dos *quadrilheiros* de Lisboa, uma vez que até essa data, apenas estava regulamentada a acção dos *quadrilheiros* a nível nacional. Segundo o referido alvará régio, esses *quadrilheiros* deveriam ser eleitos por três anos (eleição feita pelos homens mais sérios de cada bairro) e usariam uma vara pintada de verde, com as armas reais e o regimento do seu cargo, entregue pela Câmara. Competia aos *quadrilheiros* a vigilância de determinadas freguesias urbanas, devendo informar-se sobre a existência de vadios ou estrangeiros, sobre os delitos cometidos, sobre o comportamento religioso e moral dos residentes, etc. Todas as informações recolhidas, particularmente as que respeitavam à presença de estrangeiros e de indigentes, aos desacatos e aos crimes e aos maus comportamentos, deviam ser participadas às autoridades judiciais.

Com o objectivo de melhorar a acção da justiça, a 25 de Dezembro de 1608, fora estabelecida a divisão da cidade em bairros, cada um com jurisdição e com o respectivo corregedor ou juiz do crime e, por fim, o alvará de 25 de Março de 1742, dividira a cidade em 12 bairros, a cargo de 17 corregedores, 2 alcaides e 2 escrivães e suprimira os juízes de crime.

Mas, como era afirmado no citado Alvará de 1760, as leis que até então tinham sido criadas não tinham conseguido “os uteis e desejados fins a que se applicaram os

meyos das sobreditas Ley”⁸⁵⁹, ou seja, devido à ineficácia do sistema de policiamento existente, as leis e (ou) normas regulamentadoras que visavam a segurança dos habitantes da capital, não eram respeitadas. Era também observado nesse documento que, tal como na *Corte* portuguesa, “em todas as outras da Europa, que por muitos Séculos acumularam as respectivas Leys (...) em benefício da Policia, e paz publica”, os resultados esperados com a promulgação desse tipo de leis, não se verificaram “enquanto a jurisdição contenciosa e politica, andaram acumuladas e confundidas em hum só Magistrado (...)”⁸⁶⁰

Tendo D. José reconhecido a necessidade de separar as duas jurisdições para tornar mais eficaz a acção policial e assegurar “paz e Socego publico” aos seus “fieis Vassalos” e tendo tomado conhecimento do que a tal respeito era “praticado nas referidas Cortes mais polidas”, determinara a criação do lugar de Intendente Geral da Polícia “com ampla e ilimitada jurisdição na matéria da mesma Policia sobre todos os Ministros Criminaes e Civis.”⁸⁶¹

Assim, no âmbito das funções atribuídas ao Intendente Geral e à instituição policial que ele encabeçava, verificou-se uma desconcentração técnica e política entre a função policial e a função judicial⁸⁶², competindo aos comissários da Polícia e, posteriormente à Guarda Real⁸⁶³, vigiar e prender e aos juízes instruir os processos-crime, com excepção dos processos de sumário [que eram] da competência do intendente, como determinava o referido Alvará, especificando que ficavam “debaixo da Inspecção do mesmo Intendente Geral todos os Crimes de Armas prohibidas, insultos

⁸⁵⁹ ANTT, Colcção de Leis, maço 6, nº 25, fl.1

⁸⁶⁰ Idem, ibidem

⁸⁶¹ Idem, p. 2

⁸⁶² Segundo José Subtil in *História de Portugal*, ed.Círculo de Leitores, 1992, 4º vol., p. 176, A Intendência Geral da Polícia “compreendia órgãos centrais e serviços periféricos. Compunham os serviços centrais: a) a Secretaria, isto é, o órgão de apoio às tomadas de decisão e tratamento da informação, b) e quatro “repartições de expediente”, que asseguravam os sistemas de comunicação política com os ministros territoriais, em especial os corregedores: 1) Alentejo e Algarve; 2) Estremadura, Beira, Minho e Trás-os-Montes; 3) Casa Pia, com as suas sete repartições, as acsas de correcção e as academias do Castelo de S. Jorge; 4) repartição encarregue dos transportes, casas de jogos, teatro (sobretudo a ópera, S. Carlos, 1793) e serviço de estrangeiros (passaportes). Além dos serviços centrais, a Intendência funcionava na cidade de Lisboa com dois grupos de instituições: a “Guarda Real da Polícia”, formada inicialmente por 424 soldados de infantaria e 204 de cavalaria, e o “Comissário da Polícia”, constituído por comissários de bairro, num total de 15 (4 para o Bairro Alto, 2 para cada bairro de Alfama, Mouraria, Andaluz e Mocambo e 1 para os Bairros do Rossio, Belém e Santa Catarina).” José Subtil, opus cit., p. 174-175

⁸⁶³ Segundo Jácome Ratton, opus cit., p.166, deveu-se à influência do Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho a criação da “Real Guarda da Policia à qual a Cidade, e suburbios de Lisboa deverão a tranquilidade, e segurança que jamais tiveram”. Com ou sem a influência do notável Secretário de Estado (que influenciou também a criação dos Passeios públicos dos Campos Grande e Pequeno) a criação da Guarda Real só se verificou posteriormente à publicação do Decreto de 10 de Dezembro de 1801.

(...) sedições, ferimentos, Latrocínios, mortes, e bem assim todos os mais delictos, cujo conhecimento por minhas Ordenações e Leys Extravagantes, [pertencerem] aos Corregedores, e Juizes do Crime dos Bairros de Lisboa.”⁸⁶⁴

Como se deduz da leitura do citado Alvará de 1760, o principal objectivo visado pelo poder central ao criar a Intendência Geral da Polícia, era o combate à criminalidade que constituía, nessa altura, um dos principais factores da insegurança que se vivia na cidade desde a ocorrência do Sismo de 1755 embora, como já foi dito (Parte I, cap.3.4.), tivessem sido implementadas algumas medidas de emergência pelo Marquês de Pombal (caso das V e VIII Providências).

Promulgado o Alvará, seguiu-se a nomeação do primeiro Intendente Geral, o desembargador João Inácio Ferreira Souto, amigo pessoal do Marquês de Pombal que, entre outros desempenhos, se destacara como membro do Juízo da Inconfidência - o tribunal que sentenciara, a 12 de Janeiro de 1759, os autores do Regicídio contra D. José. Mas, os esforços despendidos pela Intendência, durante o mandato desse Intendente Geral e do seu imediato sucessor, Manuel Gonçalves de Miranda⁸⁶⁵, não proporcionaram os resultados previstos, ou seja, contribuíram muito pouco para a redução da criminalidade.

A frequência de práticas delituosas e mesmo de actos criminosos mais graves – roubos, agressões e homicídios -, antes e depois da criação da Intendência Geral da Polícia, revelavam um clima de relaxamento de valores morais, parcialmente favorecido pela *desordem* do espaço urbano, ou seja, pelas características materiais ou “físicas” da cidade, umas ainda decorrentes da catástrofe de 1755 e outras resultantes do arranque das obras da reconstrução.

O estado *desordenado* da capital portuguesa patenteava-se por todo o lado e aos olhos de todos, sendo particularmente notado pelos estrangeiros que nos visitavam. O processo de reconstrução urbana estava em marcha e, conseqüentemente, em todos os bairros, em todas as ruas e praças, amontoavam-se os materiais de construção das obras públicas e privadas. Paralelamente, e numa grande parte da cidade, persistiam os edifícios semi-arruinados e os entulhos dos que tinham sido derrubados e, devido à

⁸⁶⁴ ANTT, Coleção de Leis, maço 6, nº 25, fl. 3

⁸⁶⁵ Carvalho, Augusto da Silva, “Pina Manique: o ditador sanitário”, separata do *Arquivo de Medicina Legal*, vol. 8, nº1-4, Março-Dezembro de 1935, Lisboa, ed. Imprensa Nova, 1939, p. 4

acumulação destes entulhos e dos materiais de construção, os espaços públicos estavam atravancados e sujos.

Gorani, chegado a Lisboa dez anos após a ocorrência do grande sismo, verificou que “numerosas ruas estavam ainda atravancadas de escombros (...)”, como era o caso das vias transversais da Rua Augusta que “não passavam de montes de escombros”⁸⁶⁶.

Alguns anos mais tarde, na década de 90, Carrère observou que muitas ruas e praças continuavam “obstruídas por montões de lama, terra, pedregulhos e uma quantidade enorme de pedras já afeiçoadas”⁸⁶⁷ e que a parte da Praça do Comércio virada ao Tejo também se apresentava “obstruída por montes de pedras de construção e vigas.”⁸⁶⁸

A obstrução das ruas e dos largos pelos entulhos e (ou) materiais de construção, dificultavam quotidianamente o trânsito das pessoas e dos veículos, ao mesmo tempo que favoreciam a acção dos criminosos, a maioria dos quais se acoitavam nos prédios arruinados e nas barracas que se tinham sido erguidas nos tempos subsequentes ao Terramoto de 1755.

A multiplicação inaudita dessas barracas ocorreu um pouco por toda a cidade, mas de forma mais acentuada nas freguesias localizadas a ocidente e a norte do centro urbano tendo suscitado, nalguns casos, o aparecimento de topónimos específicos como o “Abarracamento da Cotovia de cima” ou o da “Rua das Barracas”.⁸⁶⁹ Na freguesia de Santa Isabel, segundo os dados da Décima de 1780 estudados por Nuno Madureira, existiam zonas particularmente saturadas, como as que se localizavam por detrás da praça do Rato (Rua do Portal das Águas Livres, Cortina das Águas Livres, Rua dos Aciprestes, Rua dos Padres do Espírito Santo, Travessa da Natária) e nos bordos superiores de Alcântara (Rua da Triste-Feia, Rua da Costa e Casal do Bocarra).⁸⁷⁰

A acumulação das barracas gerava, inevitavelmente, promiscuidade, sujidade e cheiros nauseabundos constituindo, por isso, uma ameaça para a saúde pública. A permanência (por vários anos ou décadas) dos entulhos nos espaços públicos proporcionava, por sua vez, a acumulação de lixos domésticos e (ou) dificultava o

⁸⁶⁶ Giuseppe Gorani, opus cit., pp. 115-116

⁸⁶⁷ J.B.F. Carrère, opus cit., p. 64

⁸⁶⁸ Idem, p. 26

⁸⁶⁹ *Regulação para o estabelecimento da pequena posta, caxas, e portadores de cartas em Lisboa*, p.49 e p. 132, respectivamente.

⁸⁷⁰ Madureira, Nuno Luís, opus cit., pp. 55-56

escoamento das águas residuais, o que contribuía para a *putrefacção* do(s) ar(es) e potenciava o aparecimento de surtos pestíferos.

Até 1780 (ano da nomeação de Pina Manique como Intendente Geral da Polícia), cabia ao Senado camarário, através dos respectivos pelouros da limpeza e da provedoria da saúde, a responsabilidade do saneamento urbano e da preservação da saúde pública.

Contudo, pela insuficiência de recursos financeiros e, algumas vezes também, pela divergência de opiniões quanto às medidas a implementar, o Senado camarário não actuava com rapidez e eficácia na resolução dos problemas que iam surgindo, mesmo quando era o poder central o exigia.

Verificou-se ainda alguma incongruência por parte do Senado na aprovação de normas regulamentadoras da limpeza urbana: alguns editais exigiam aos residentes que conservassem as ruas e outros lugares públicos limpos (decreto de 6 de Julho de 1775, depois reforçado pelo de 1 de Julho de 1809) mas outros admitiam a prática do “água vai” (Edital de 27 de Junho de 1803), que alargava o horário para o despejo das águas residuais e das imundices, das dez da noite às cinco da manhã.

Tal como o pelouro da limpeza, a provedoria da saúde também apresentava falhas de funcionamento e, convicto de poder colmatar algumas dessas falhas, em 1776, o Desembargador-Mor da Saúde enviou ao Senado camarário um documento intitulado *Novas Providencias dadas ao Juízo da Provedoria mór da Saúde desta Corte e Reyno de Portugal*. Começando por afirmar que a “Saúde publica foi sempre hum dos primeiros, e maes importantes objectos da Consideração em todas as Naçoens mais illuminadas do Mundo Politico”, o Desembargador referia que, apesar das muitas “Providencias, Regimentos, Ordens” régias e das muitas “Portarias da camara”, se verificara “huma tal confusão, e dezordem na Execução, e observância” das mesmas que, nessa altura, estavam “preteridas e abandonadas as Principais Normas de Regulação”.

Para que acabassem os “referidos abusos, e desordens” de que tivera conhecimento, os funcionários da provedoria da saúde deviam ser informados das normas existentes e respeitar as providências indicadas neste documento. A primeira respeitava à fiscalização dos produtos alimentares porque, como se explicava, muitos problemas sofridos pela população da capital tinham sido ocasionados pela “corrupção de vários generos, e Fazendas, principalmente comestíveis”. A segunda providência, dirigida em particular ao guarda-mor do porto de Belém e aos dos outros portos

nacionais, ordenava que examinassem rigorosamente a qualidade dos produtos que chegavam nos “Navios e mais embarcações”.

Eram ainda explicitadas nesse documento, as funções dos guardas dos portos e as dos “cabeças de saúde” das freguesias e, relativamente a estes últimos, apontava-se como primeira obrigação a de “viverem, e habitarem nas suas respectivas Freguesias para examinarem, e darem diariamente Conta na caza da Saude do estado della dos defuntos (...), da qualidade das Enfermidades que tiveram”. Competia-lhes ainda “fazer queimar as roupas que servirão nas Doenças Contagiosas (...) examinarem os Covais das ditas Freguesias; vigiarem e darem conta da falta da Limpeza da cidade, e finalmente promoverem e fiscalizarem tudo o que for conducente a bem da (...) da Saude publica.”⁸⁷¹

Apesar das novas medidas implementadas, o funcionamento dos pelouros da saúde e da limpeza da Câmara não melhorou significativamente até aos primeiros anos do reinado de D. Maria I (1777-1816), o que levou a rainha a decidir passar a tutela dessas áreas para a Intendência Geral da Polícia. Claro que nessa decisão pesaram, entre outras razões, a vontade de reforçar a autoridade régia, pela subordinação do Senado camarário e pelo controlo da gestão urbana.

Na sequência da decisão régia, expressa pelo Decreto de 19 de Maio de 1780, as competências da Intendência Geral da Polícia foram ampliadas e reforçadas, o que alterou consideravelmente a relação da instituição com a cidade a todos os níveis. De facto, com o alargamento do seu campo de acção e o reforço dos seus poderes, a Intendência Geral da Polícia obteve um controlo total do espaço urbano e dos seus residentes, como já foi salientado por alguns autores, dos quais destacamos Maria Alexandra Lousada.⁸⁷²

Mas, o papel desempenhado pela instituição policial na vida da capital – apontado por uns como positivo e por outros como negativo - a partir de 1780, associou-se directamente ao seu Intendente Geral, Diogo Inácio Pina Manique.

⁸⁷¹ AML: livro 7º (20) de Assentos do Senado (1753-1812), fl. 179 vº

⁸⁷² Dos primeiros estudos elaborados sobre a relação da Intendência Geral da Polícia com a cidade, particularmente sobre o controlo exercido pela instituição policial sobre o espaço e os seus ocupantes, destacam-se os de Maria Alexandra Lousada, “A cidades vigiada. A Polícia e a cidade de Lisboa no início do século XIX” in *Cadernos de Geografia* (17), Lisboa, 1999 e “The police and the uses of urban space. Lisbon, 1780-1830” in *The unauthorised city*, Edimburgo, 2002

5.1.1.O Intendente Geral Pina Manique e a Ordem na Corte: as questões da Saúde Pública e da Segurança

A nomeação de Pina Manique para o cargo de Intendente Geral decorreu do facto de a rainha entender que a eficácia da instituição policial dependeria não só do alargamento das suas competências, mas também das qualidades pessoais e profissionais de quem a dirigisse, qualidades que eram reconhecidas naquele magistrado, rotulado como experiente, “meticuloso e perfeccionista”.⁸⁷³

Diogo Inácio de Pina Manique nasceu a 3 de Outubro de 1733, oriundo de uma família rica e afidalgada, pela parte do pai. Em 1752, frequentou os estudos preparatórios no Colégio da Congregação do Oratório, findos os quais se inscreveu na Universidade de Coimbra, no curso de Cânones, tendo obtido em 1757 o grau de bacharel e, em Maio do ano seguinte, o de doutor em Leis.

A partir de 1761 e até à data da sua nomeação como Intendente Geral da Polícia, Diogo Inácio destacou-se no desempenho de vários cargos, nomeadamente no de Juiz do crime do Bairro do Castelo, no de Corregedor de Alfama, no de Desembargador da Relação da Casa do Porto, no de Superintendente-geral do Contrabando e Descaminhos e no de Desembargador da Casa da Suplicação. No desempenho deste último cargo, organizou em 1776, um eficaz levantamento demográfico (as *listas dos povos*), que mereceram um dos poucos elogios que a Academia Real das Ciências lhe endereçou em vida, quando reconheceu que essas *listas* se deviam “ao talento e à indagação e à curiosidade sempre activa do Senhor Diogo Inácio de Pina Manique.”⁸⁷⁴

Como Intendente Geral da Polícia, Pina Manique viu-se dotado de mais independência e de mais poderes do que os dois intendentes que o precederam, uma vez que D. Maria I lhe garantiu novas prerrogativas através de um documento “secreto”, designado *Carta de Largo*. Uma dessas prerrogativas garantia-lhe uma “ampla jurisdição na matéria da polícia sobre todos os ministros criminais (...) privativa e exclusiva de toda e qualquer jurisdição imediata à sua real pessoa”, ou seja, em matéria de polícia, só respondia à rainha e uma outra permitia-lhe castigar correccionalmente

⁸⁷³ Norton, José, *Pina Manique, fundador da Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, ed. Bertrand, 2004, p. 35

⁸⁷⁴ José Norton, opus cit., p. 17

com pena de prisão “aquelas pessoas que o merecerem, mantendo-as assim o tempo que julgar proporcionado à desordem que tiverem cometido, e lhe parecer necessário para a emenda.”⁸⁷⁵

Pouco tempo depois, Pina Manique viu alargado seu campo de acção sobre a cidade uma vez que D. Maria I, através do já referido Decreto de 19 de Maio de 1780, determinou a transferência do Senado para a Intendência Geral da Polícia das competências de “construir e conservar as calçadas e de velar pela saúde pública, passando para a sua administração os impostos cuja receita destinava a fazer face às despesas correspondentes, conhecidos pelo Real de Água e Realetes da limpeza, estes lançados sobre a carne, o vinho e a aguardente.”⁸⁷⁶

Pelos poderes que deteve, pela autoridade e dureza⁸⁷⁷ com que exerceu o seu cargo de Intendente Geral e também pelos proveitos materiais que obteve no desempenho desse e de outros cargos – desembargador dos agravos da Casa de Suplicação, contador da Fazenda, superintendente-geral dos Contrabandos e Descaminhos e fiscal da Junta de administração da Companhia de Pernambuco e Paraíba -, Pina Manique granjeou muitas antipatias, ódios e inimizades. Muitos dos que o difamaram e tentaram prejudicar, invejavam sobretudo o poder e os proveitos económicos resultantes da acumulação de tão importantes cargos; outros, criticaram-no por terem sido lesados nos seus negócios fraudulentos; e muitos outros detestaram-no pelas práticas persecutórias que exerceu contra todos os que eram considerados opositores ao *status quo* vigente, normalmente classificados de “jacobinos”.⁸⁷⁸

Em flagrante contraste com essa sua faceta conservadora e mesmo reacionária, Pina Manique evidenciou igualmente uma faceta moderna e progressista, particularmente nos campos jurídicos, científicos e pedagógicos. Acompanhando de perto o que passava nos países mais evoluídos da Europa (Inglaterra, Holanda e França) nestas matérias, o Intendente tentou contribuir para o progresso dos conhecimentos científicos e artísticos, para a reforma do sistema presidiário e, acima de tudo, para,

⁸⁷⁵ José Norton, opus cit., p.34

⁸⁷⁶ Idem, p. 35

⁸⁷⁷ Segundo Carrère, opus cit, p.61, Pina Manique tornara-se tão famoso “pelos abusos de autoridade como temido pelo exercício da violência [não havendo] quem se [aproximasse desse] intendente sem temor”.

⁸⁷⁸ Como referiu António Cristóvão Santos in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, p. 904, Pina Manique “desenvolveu larga e pertinaz perseguição das ideias contrárias à ordem política (...) prendeu, perseguiu e castigou (...) Escritores, poetas, sábios e artistas exilaram-se (...)”

através da instrução e do trabalho, afastar os jovens (órfãos em particular) da delinquência.

Pelo seu empenho na criação e na manutenção da Casa Pia, Pina Manique identificou-se com o iluminismo filantrópico e com as doutrinas que o sustentavam, segundo as quais a bondade inata dos homens era susceptível de ser alterada, desviada, pela influência do meio social, ou seja, pela influência das circunstâncias negativas do meio em que os indivíduos nasciam e viviam.

Respondendo aos que, dentro e fora do governo, criticaram a criação da Casa Pia devido aos custos que implicava ao Estado, Pina Manique chamou a atenção para o facto de existirem instituições idênticas na Europa, suportadas pelas finanças do Estado e isso porque, por um lado, era um dever do Estado “a recuperação dos que se desviavam do bom caminho e a assistência dos indigentes e órfãos” e, por outro lado, porque assim se garantia “a boa ordem e o sossego”.⁸⁷⁹

Em Maio de 1780, ocorreu a inauguração oficial da Casa Pia, então instalada no castelo de S. Jorge, mas só alguns meses mais tarde é que foram concluídas as obras dos dois edifícios – um para rapazes e outro para raparigas – destinados a albergar e educar cerca de 500 jovens.

Posteriormente e por decisão de Pina Manique, a Casa Pia agregou vários recolhimentos destinados a albergar e reeducar, pela via do trabalho, indigentes de ambos os sexos. Os recolhimentos de Santa Margarida de Cortona e de Nossa Senhora da Conceição foram destinados às “mulheres de vida libertina, para as alienadas, assim como para todas aquelas que [perturbavam] o sossego público pelos seus costumes”, os de Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora do Livramento destinaram-se a “homens totalmente inertes e ociosos” e a alguns criminosos.

Esses estabelecimentos, instalados na Cordoaria, estavam “fisicamente separados uns dos outros”, possuíam “as suas camaratas, refeitórios e cozinhas, e ainda aulas e espaços para as diversas actividades que aí se desenrolavam”⁸⁸⁰

O importantíssimo papel social e educativo desempenhado pela Casa Pia (primeiro em Lisboa e depois no resto do país) e o mérito do Pina Manique na sua criação e na sua orientação pedagógica, viriam a ser reconhecidos muito tempo depois

⁸⁷⁹ José Norton, opus cit. p. 40

⁸⁸⁰ Idem, p. 43

do seu desaparecimento. O jornalista e político liberal Latino Coelho, assumido crítico de Pina Manique, foi autor de um texto elogioso sobre a Casa Pia, transcrito por José Norton, do qual apresentamos alguns extractos. Opinava o referido jornalista que a Casa Pia era “simultaneamente penitenciária, escola e manufatura. Tinha por destino redimir as pessoas degradadas pelo vício, ou salvar da perdição os indigentes. Era a caridade oficial o seu objecto, mas a caridade produtiva (...) a Casa Pia era a universidade plebeia, a nova academia de proletários (...) um instituto, onde o ensino nas suas diversas formas e a acção da educação mais curavam de afeiçoar bons cidadãos que de sequestrar os criminosos ao contacto da sociedade.”⁸⁸¹

Em 1781 foi aberta na Casa Pia uma *Aula de Nu*, depois convertida na Régia Academia Olissiponense de Pintura, Escultura e Architectura e alguns dos seus melhores alunos (e outros estudantes carenciados) obtiveram, graças à intervenção de Pina Manique, subsídios régios para estudarem em Roma.

Interessado em aumentar o número de cirurgiões e de melhorar as suas competências, como veremos mais à frente, Pina Manique garantiu bolsas de estudo para que alguns dos melhores alunos da Casa Pia, que tinham iniciado a sua aprendizagem no Hospital de S. José, pudessem especializar-se na Escócia e na Holanda.

Apontámos, de forma sumária, alguns aspectos da acção de Pina Manique relacionados com a Casa Pia, uma vez que tal tema, de indiscutível relevância, não se insere nos objectivos do nosso trabalho que visa, acima de tudo, compreender o seu desempenho na gestão da cidade de Lisboa, com o objectivo de impor a *Ordem*.

Recorrendo aos poderes que lhe tinham sido concedidos pela rainha D. Maria I e aos meios que tinha ao seu dispor - ampliados em 1801, com a criação da Guarda Real da Polícia que incorporou 638 homens⁸⁸² -, o Intendente Pina Manique exerceu um controlo total sobre a capital e os respectivos habitantes.

Para desempenhar com eficiência o seu lugar de Intendente Geral (de 1780 a 1805), Pina Manique informou-se sobre a actuação das instituições policiais nas outras capitais europeias e, a partir da leitura do já citado *Traité des polices* de Delamare, tomou conhecimento do *modus operandi* da Polícia parisiense e dos respectivos

⁸⁸¹ José Norton, opus cit., pp. 49-50

⁸⁸² Lousada, Maria Alexandra, “The police and the uses of urban space. Lisbon, 1780-1830”, p. 3

Intendentes. E, inspirando-se acima de tudo no desempenho do Intendente La Reynie que, “com os seus meios musculados transformara aquela capital, no tempo do Rei Sol, na cidade mais limpa e mais segura da Europa”⁸⁸³, Pina Manique rapidamente arquitectou um plano de acção que lhe garantisse o controlo de quase todos os domínios da vida material e moral da cidade.

Empenhado em converter Lisboa numa cidade limpa, saudável e *ordenada*, Pina Manique regulamentou e dirigiu as intervenções da Intendência Geral da Polícia em diversas áreas, desde o saneamento urbano ao abastecimento e controlo de qualidade dos produtos alimentares, desde o registo de estrangeiros e indigentes ao acompanhamento dos surtos epidémicos e apoio aos doentes, etc.

Particularmente preocupado com a salvaguarda da saúde pública, Pina Manique implementou diversas medidas, umas de carácter preventivo e outras de carácter punitivo, tendentes a melhorar a limpeza dos espaços públicos e, conseqüentemente, a qualidade do ar e incentivou por todos os meios que estavam ao seu dispor, o reforço das competências profissionais dos médicos e cirurgiões, como veremos mais à frente. E, embora os seus esforços nestas e noutras áreas não tivessem acabado com todos os problemas existentes contribuíram, indubitavelmente, para resolver alguns e para reduzir outros.

As questões inerentes à insalubridade eram reveladoras da *desordem* que se vivia na capital, a qual se manifestava de forma ainda mais grave na generalização de actos delituosos e criminosos, que ameaçavam quotidianamente a segurança e o bem-estar dos cidadãos. Para inverter essa situação, Pina Manique tentou implementar medidas de carácter preventivo, ou seja, susceptíveis de desincentivar o comportamento dos potenciais delinquentes e criminosos recorrendo, simultaneamente, a medidas repressivas contra todos os que de forma consciente, desrespeitavam as normas legais vigentes e prejudicavam terceiros.

Pelas contingências da época, muitas das medidas preventivas pensadas pelo Intendente Pina Manique para assegurar a saúde e o segurança dos cidadãos não chegaram a implementar-se e, as que foram implementadas não tiveram efeitos imediatos. Daí o frequente recurso às medidas punitivas – multas, prisão, degredo, etc. – pelas quais o Intendente ficou sobejamente conhecido.

⁸⁸³ José Norton, opus cit., p. 35

Vejamos, de seguida, alguns aspectos da acção da Intendência Geral da Polícia e de Pina Manique em duas áreas da maior importância para a implementação da *ordem* na cidade e para o bem-estar social: a da saúde e a da segurança.

5.1.1.1. Garantir a limpeza urbana e salvaguardar a Saúde Pública

Pina Manique, enquanto membro da elite urbana esclarecida, conheceu e assimilou o discurso *higienista* e, conseqüentemente, acreditou na importância que o ar desempenhava na prevenção das doenças e (ou) no seu tratamento.

Entendeu, por isso, que um dos principais objectivos da sua acção como Intendente Geral da Polícia, era a de “manter a salubridade do ar” e a de implementar medidas que corrigissem a sua *corrupção*, como explicou num ofício enviado ao secretário de estado José Seabra da Silva, a 15 de Junho de 1791.⁸⁸⁴ Ora, para evitar e (ou) corrigir a *corrupção* do ar era indispensável garantir a limpeza urbana e esta tornou-se, portanto, noutro objectivo da sua acção.

Começou por exigir a responsabilização dos almotacés e dos ribeirinhos (funcionários da limpeza urbana) na rápida remoção dos entulhos e dos lixos domésticos, cuja acumulação nos espaços públicos gerava, como já atrás dissemos, os cheiros *pestilentos*. Mas o Senado (melindrado, sem dúvida, pela perda dos impostos a favor da Intendência) sabotou a decisão do Intendente ao ameaçar deixar de pagar aos almotacés, como se deduz da análise do ofício enviado por Pina Manique ao Visconde de Vila Nova da Cerveira⁸⁸⁵, a 16 de Dezembro de 1781.

Referia o Intendente que “os Almotaceis da mesma limpeza [deviam] cumprir as obrigações de seus officios conforme o seu Regimento, e as ordens” que ele lhes dirigisse, mas que o Senado tentava impedir que o fizessem “com o fundamento de receberem ordenado daquelle senado, quanto [era] certo, que a (...) [Rainha mandara] tirar do rendimento do Terreiro quatro contos de Reis para pagamento dos ordenados” e que o desembargador Luis Botelho chamara ao tribunal um dos almotacés a quem ele mais recorria para o repreender e o levar a “não executar mais as [suas] ordens”⁸⁸⁶.

Nos anos seguintes, continuaram a ocorrer incidentes entre a Intendência e o Senado camarário, como se depreende da análise da documentação existente. Em 1783,

⁸⁸⁴ ANTT, MR, maço 454, cx. 569, fl. 1.

⁸⁸⁵ Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva (1727-1800), 14º visconde de Vila Nova da Cerveira e posteriormente 1º marquês de Ponte do Lima, foi nomeado secretário de Estado dos Negócios do Reino em 1777, mas desempenhou antes e depois dessa data, muitos outros cargos: mordomo-mor e gentil-homem da câmara da rainha D. Maria I, presidente do Real Erário (1788), conselheiro de Estado (1796), etc.

⁸⁸⁶ ANTT, IGP, livro 1, fl.s 283-284.

queixou-se o Intendente ao Visconde de Vila Nova da Cerveira de que, tendo atendido ao requerimento dos “Criadores, e Negociantes de Porcos”, que afirmaram não poderem conservar os dois mil porcos que tinham para vender no sítio que lhes estava destinado na Praça de Santana, lhes dera autorização para os espalhar “por toda aquella Praça”, com a condição de, ao saírem, “porem o seo terreno no mesmo estado em que se achava” mas que, quando quiseram pôr em prática essa ordem, foram impedidos pelo “Meyrinho do Senado”.⁸⁸⁷

Confrontando-se com a falta de colaboração do Senado e, sobretudo, com a falta de trabalhadores para a limpeza e com a inviabilidade de utilizar outros recursos que os substituíssem, Pina Manique teve sérias dificuldades em implementar o seu programa de *ordenação* urbana. Dirigindo-se ao Secretário de Estado, a 8 de Maio de 1796, o Intendente expunha-lhe as dificuldades existentes para empregar homens no serviço da limpeza urbana, porque os que “nele se empregavão, erão naturaes de Galliza e de lá [emigravam] muito poucos por serem recrutados repetidas vezes, e ainda mesmo os que aqui se achavão, têm sido reclamados pelo Embaixador de Hespanha”, verificando-se também “hua total falta de Pretos”. E informava ainda que, para obviar os graves problemas decorrentes da falta de homens para a limpeza da cidade, resolvera “adoptar os carros, que em Londres e Paris [existiam] para este fim para o que os mandei vir”, mas que os referidos carros não puderam “rodar na maior parte das ruas de Lisboa; em huas, por não poderem entrar nellas, e em outras por serem alcantiladas”⁸⁸⁸.

Para acabar com a acumulação dos lixos domésticos e dos entulhos nas ruas e nos largos, Pina Manique ordenou aos seus oficiais que averiguassem quem eram os responsáveis por essas situações, para lhes serem aplicadas as punições previstas (multas pecuniárias ou prisão), tarefa bem difícil de executar, uma vez que nunca apreciavam os responsáveis, ou seja, todos arranjavam maneira de se eximir às suas responsabilidades.

Em ofício datado de Agosto de 1781, o Intendente informava o Marquês de Angeja⁸⁸⁹ de que mandara averiguar a origem da lama existente no sítio onde Francisco Higinio Pereira pretendia edificar casas e que se verificara que alguma era antiga e, por

⁸⁸⁷ ANTT, IGP, livro 1, fl.s 519-520

⁸⁸⁸ ANTT, IGP, livro V, fl.s 35-36

⁸⁸⁹ Trata-se do 3º marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa (1716-1788) que, além do cargo de secretário de Estado, desempenhou outros cargos como o de gentil-homem de câmara de D. Maria I, tenente-general dos exércitos, etc.

isso, mandara retirá-la mas, quanto ao restante entulho, verificara-se que a maior parte fora deitado à “mão em carrinhos pelos trabalhadores que [andavam] nas obras, e alguma porção também foi deitado pelos Ribeirinhos desta Corte”. E concluía, afirmando que tinha “condemnado aquelles que pude descobrir [que] ali deitarão o referido Entulho mas tudo isto não [tinha] sido bastante para os emendar, pois [continuavam] da mesma forma.”⁸⁹⁰

Em ofício datado de 3 de Junho de 1783, Pina Manique expôs ao Visconde de Vila Nova da Cerveira o problema gerado pelo entulho que se acumulava junto da Igreja da Madalena, havia vários meses, pedindo-lhe que expusesse o assunto à rainha (porque a Igreja era do seu padroado) para que esta mandasse “tirar o Entulho pela Inspeção ou [lhe desse] licença para obrigar ao Inspector da obra a [tirá-lo] visto ser aquelle sítio de muita passagem.”⁸⁹¹

A 15 de Julho de 1783, em resposta ao Marquês de Angeja, que o mandara averiguar se os Ribeirinhos lançavam os entulhos nos vazadouros da cidade, informava-o de que andavam “dois soldados do Regimento de Peniche feitos Ribeirinhos, deitando os Entulhos que [tiravam] das obras que se [faziam] nesta Corte, pellas Ruas e Praças della, sem jamais hirem aos vazadouros que [estavam] destinados, tudo a fim de fazerem mayor numero de caminhos (...)”⁸⁹².

O documento atrás apresentado, tal como o que se segue, revelam-nos que os particulares, sempre que pressionados pela polícia para removerem os entulhos das obras, em vez de recorrerem aos funcionários da limpeza urbana (almotacés e ribeirinhos), recorriam a trabalhadores esporádicos, alguns identificados como soldados do Regimento de Peniche, o que era duplamente gravoso.

Num ofício datado de 9 de Fevereiro de 1788, Pina Manique relatava ao Marquês de Angeja o incidente ocorrido com os oficiais que enviara para prender os soldados que andavam “com bestas de Ribeirinho” a deitar “os Entulhos pelas Ruas da Cidade, e Prayas Publicas”. Tendo os referidos oficiais encontrado “hum Soldado em trages de Paizano, Granadeiro do Regimento de Peniche chamado Antonio, que andava tirando os Entulhos de humas cazas, que se [estavam] fazendo na Rua Nova da Palma, e lansando-os pellas Ruas o prenderão, e o conduzirão á cadeia junto ao sitio do Correio”,

⁸⁹⁰ ANTT, IGP, livro 1, fl. 429

⁸⁹¹ Idem, fl. 640

⁸⁹² Idem, fl. 100

mas “outro Soldado do mesmo Regimento, e Ribeirinho, associado de outros” atacaram os oficiais e “dando duas pedradas na Cabeça do Official (...) que segurava o Preso lhe fizerão duas feridas graves, que se vio obrigado a largar o preso (...)”.⁸⁹³

Para reduzir a sujidade nos espaços públicos e para evitar problemas de saúde pública, Pina Manique proibiu a circulação de animais domésticos – galinhas, coelhos, porcos e, por vezes, vacas – e ordenou a eliminação e o enterramento conveniente de cães e de outros animais vadios “damnados ou enraivados”, medida esta que inspirou muitos versos populares.⁸⁹⁴

Para evitar o aparecimento de cheiros *pútridos* gerados pela estagnação das águas, o Intendente intimou os particulares a limpar os poços e cisternas existentes nas respectivas propriedades mas, como se verificou noutros casos, foram poucos os que respeitaram essa intimação e, no conjunto dos incumpridores, contavam-se algumas comunidades religiosas, como se deduz da leitura do ofício de 21 de Abril de 1781.

Dirigindo-se ao Visconde de Vila Nova da Cerveira, Pina Manique referia que, segundo informação prestada pelo juiz do crime do bairro do Mocambo, “as Religiosas do Convento de S. Bernardo mandavão encaminhar as agoas das Enxuradas a huma Cisterna aonde as [conservavam] todos os annos para gastos das suas obras”, as quais se corrompiam e prejudicavam a saúde dos “moradores daquelle sítio”, como se verificara no ano anterior com “as moléstias que no mesmo Sítio grassarão” e que, para evitar esses problemas, mandara examinar as águas recolhidas nessa cisterna e pela averiguação feita pelos médicos constataram “que havia alguns influvios de podridão que respiravão da mesma Cisterna.”⁸⁹⁵

Os esforços desenvolvidos por Pina Manique para melhorar a limpeza das ruas e das praças da *Corte* foram considerados positivos por uns e insuficientes por outros. Murphy, que esteve pela primeira vez em Lisboa em 1788, afirmou que Lisboa já deixara de ser “uma causa de aversão para os estrangeiros, embora ainda não [fosse] uma cidade completamente limpa. [Necessitava] ainda de varredores, de água canalizada e de sentinas”⁸⁹⁶. Link, por sua vez, observou que a limpeza da cidade era muito má e, tendo sabido que o Governo disponibilizava anualmente uma soma considerável para esse fim, interrogava-se sobre o paradeiro dessa soma e sugeria,

⁸⁹³ ANTT, IGP, livro 3, fl. 7vº.

⁸⁹⁴ vide José Norton, opus cit., p. 57.

⁸⁹⁵ ANTT, IGP, livro 1, fl.s 134-135

⁸⁹⁶ James Murphy, *Viagens em Portugal*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1998, pp. 133-134

ironicamente, que quem deveria saber era “o intendente da Polícia de Lisboa, Dom Diogo Inácio Pina Manique.”⁸⁹⁷

Sem nos esquecermos que a opinião de muitos dos estrangeiros que por aqui passaram era, por norma, exagerada, temos de reconhecer que Pina Manique não conseguiu resolver os problemas sanitários da cidade, que persistiram muito para além do seu tempo à frente da Intendência. De facto, a falta de higiene pública (e privada) manteve-se muito para além do tempo do Intendente Pina Manique, como se deduz da documentação existente.

A 4 de Novembro de 1815, chegou à Intendência Geral da Polícia uma *Representação* apresentada pelos “Negociantes Inglezes rezidentes nesta capital” acerca do “Entulho amontoado defronte da Porta do Carro do Convento das Necessidades”, que ficara ali desde que se tinham construído “as Cazas, e Quintas do mesmo Sítio”, o que levou o Intendente a determinar aos oficiais que intimassem os donos dessas propriedades para “o fazerem remover para Vazadouros públicos no termo de oito dias, com a comminação de ser tirado judicialmente à sua conta.”⁸⁹⁸

A Intendência referia a 5 de Fevereiro de 1816 que, em consequência da queixa apresentada pelos moradores da Rua do Príncipe sobre a sujidade aí existente, se mandara averiguar o assunto e se verificara que os responsáveis eram “alguns dos mesmos moradores principalmente das Propriedades n.ºs 35 e 37”, porque “fizerão lançar na dita Rua as immundicias que mandarão tirar das cloacas e chaugoens das sobreditas Propriedades em lugar de as fazerem conduzir aos Vazadouros públicos, como era competente”, devendo, por isso, ser intimados para removerem “as ditas immundicias, para os indicados vazadoiros”. E, mais à frente, referia o documento que “no caso das pessoas intimadas não [cumprirem] aquella determinação denttro do declarado prazo”, se mandasse “fazer a mesma remoção na conformidade apontada á culpa das mencionadas pessoas, convocando Carreiros, ou Ribeirinhos, o que [seria] dado em comunicação às ditas pessoas no acto da referida intimação.”⁸⁹⁹

As preocupações da Intendência Geral da Polícia para com as questões do saneamento urbano e da *purificação* do ar foram partilhadas, algumas vezes, com a Junta do Comércio, como se constata pela *Consulta* feita à rainha a de 10 de Dezembro

⁸⁹⁷ Idem, opus cit., p. 123

⁸⁹⁸ ANTT, IGP, livro 30, fl. 206

⁸⁹⁹ ANTT, IGP, livro 29, fl. 107

de 1792, a propósito da pretensão de Domingos Lopes Loureiro e Mateus Vaz Curvelo de estabelecerem uma “Prença de enfardar sacas” na Praça do Comércio. A Junta manifestava a sua discordância sobre essa pretensão, argumentando que não convinha “embaraçar Praça alguma, e muito menos a mais nobre da Capital [porque faltavam] os passeios para os Cidadãos, e os depósitos de Ar mais puro, que [servisse] a melhorar o que [estava] corrompido dentro das ruas, e das Casas, pela residência de todos os Animas (...), pela podridão dos Vegetaes (...) e de tantas outras causas que [corrompiam] o Ar necessário á Vida, e à Saude geral.”

Pina Manique preocupou-se não só com a sujidade dos espaços públicos mas também com outras situações que fossem susceptíveis de pôr em causa a saúde dos indivíduos. Assim, a 21 de Fevereiro de 1788, alertou o Secretário de Estado para o estado de ruína do antigo picadeiro do palácio do Marquês de Valença e para a ameaça que constituía para a saúde dos muitos que por aí passavam, visto se localizar na “nova Rua chamada do Alecrim” que constituía uma importante “serventia para o Cays do Sodré, e Ribeira Nova”.⁹⁰⁰

A par das medidas destinadas a melhorar a limpeza urbana com o objectivo de evitar a *contaminação* do ar e o despoletar de surtos epidémicos (embora o aspecto estético não fosse ignorado), Pina Manique implementou uma série de medidas destinadas a controlar os contágios *epidémicos* e a assegurar uma assistência mais cuidada aos doentes.

Tendo consciência de que a ingestão de alimentos *corrompidos* proporcionavam o aparecimento e propagação de muitas doenças, Pina Manique implementou diversas medidas tendentes a garantir a boa higiene alimentar. Além de proibir a venda de géneros comestíveis na rua, ordenou a inventariação e fiscalização de todos os espaços onde se vendiam ou ingeriam produtos alimentares - mercados, mercearias, armazéns, estalagens, tabernas, etc -, determinando a imediata apreensão de todos os que estivessem “alterados, falsificados, ou corruptos”.⁹⁰¹

Sabendo que uma das razões da propagação dos males na cidade, se devia ao facto de os enfermos com poucos recursos não se tratarem atempadamente e (ou) de recorrerem a falsos médicos e aos ineficazes “segredos”, tomou providências para controlar essa situação. Para pôr cobro às práticas ilícitas de medicina, de cirurgia e de

⁹⁰⁰ ANTT, IGP, livro 3, fl. 12

⁹⁰¹ Carvalho, Augusto da Silva, *Pina Manique, o ditador sanitário*, p. 22

farmácia, começou por recensear os médicos, cirurgiões, boticários, parteiras e todos os que se apresentavam como profissionais da saúde, averiguando se possuíam ou não, licenças para desempenhar essas funções. Seguiu-se a perseguição aos charlatães – falsos médicos e falsos boticários -, acusados de ludibriar e explorar os incautos e ignorantes.

No conjunto dos que se apresentavam como médicos “especialistas” no tratamento das doenças mais graves, como a sífilis, encontravam-se muitos estrangeiros – franceses, ingleses, italianos e outros – que, sem pejo algum, publicitavam as suas competências profissionais e os seus “segredos” terapêuticos na Gazeta de Lisboa (e posteriormente noutros periódicos), como já referimos (Parte I, cap. 2.2.1.)

Provavelmente, muitos dos estrangeiros que aqui apareceram com soluções milagrosas já haviam sido desacreditados e (ou) perseguidos nos respectivos países, talvez em resultado das denúncias dos profissionais diplomados. Estes, motivados por razões de ordem económica, ou seja, ansiosos por ampliar a sua potencial clientela, denegriam os charlatães, acusando-os de práticas curativas, irracionais e inúteis, conducentes a resultados desastrosos. Apresentando-se em nome de uma cultura erudita e racional, esses diplomados em Medicina passaram a reivindicar o monopólio da saúde, difamando os não-diplomados, que depressa foram olhados como criminosos, efectivos ou potenciais.⁹⁰²

Os monarcas europeus de Setecentos, mostraram-se sensíveis perante as reclamações da classe médica contra os charlatães e, conseqüentemente, implementaram medidas persecutórias e punitivas contra todos os que exercessem medicina sem estarem para tal diplomados e legalizados. Em França, por exemplo, para se combaterem os charlatães, os empíricos, “e as pessoas sem título e sem capacidade que exerciam a medicina”, o monarca decretou em 1701 (decretos de Marly) uma nova regulamentação para a formação académica (implicando também a reorganização das faculdades e dos cursos de Medicina) e a prática profissional dos médicos.⁹⁰³

⁹⁰² “L’Art de guérir. Médecine savante et médecine populaire dans la France de 1790” in *Annales. Économies, sociétés*, n°s 5-6, Septembre-Décembre de 1977, p. 914: “Les “charlatans” sont donc considérés, au premier chef, comme des criminels effectifs ou potentiels. Ils constituent, selon les expressions des représentants des chirurgiens, un “fléau de l’humanité”(Beaugency), une “horde venimeuse” (Pau), une “race” (Mont-de-Marsan), une “secte d’anthropophages” (Breteuil). Le lieutenant de Tartas (...) précise le sens de cette accusation: “charlatans et empirique contribuent à la dépopulation du pays”(...) Par conséquent, le charlatan, l’empirique, tous les non-professionnels apparaissent comme éminemment nuisibles, si l’on suit l’opinion des maîtres en chirurgie et celle des médecins(...)”

⁹⁰³ Idem

É de crer que também os nossos diplomados, cada vez mais ciosos da sua reputação profissional, encarassem os não-diplomados como elementos perniciosos que, além de desacreditarem a profissão médica, ainda lhes retiravam potenciais clientes. Possivelmente, também manifestaram o seu desagrado junto dos poderes constituídos contra os falsos profissionais da saúde, o que despoletou a política persecutória conduzida pelo Intendente Pina Manique contra todos “curiosos”, “empíricos” e charlatães.

A vigilância e a perseguição aos curandeiros, aos *mezinheiros* e aos charlatães em geral, foram iniciadas logo nos primeiros meses do seu mandato como Intendente Geral, como se constata pelo ofício datado de 26 de Novembro de 1780, enviado à Secretaria de Estado. Começando por referir os problemas para a saúde pública decorrentes da acção dos “Charlatoens e Mezinheirós, que sem *authoridade* [andavam] praticando curas, com total ignorância dos princípios Fízicos, em damno irreparável da Saúde dos Povos”, assim como dos que tinham aberto “Logeas com drogas, e denominando-se Boticários sem exame, sem princípios, e algûs com huma crassa ignorância”, Pina Manique explicava mais à frente que, apercebendo-se de que “só os examinados, e aprovados não [podiam] bastar para acudir e secorrer a todos os doentes de huma Corte” e sabendo que alguns dos que estavam “curando, e vendendo Remédios” tinham bons conhecimentos e só lhes faltava “o exame, e *authoridade*, para poderem exercitar a mesma Arte”, designara três médicos, três cirurgiões e três boticários “da primeira linha, e de conhecida probidade” para, depois de os examinarem, licenciarem os “que forem aptos” e proibirem “o exercício aquelles que sendo faltos de princípios forem prejudiciaes à Saúde dos Povos” os quais, se fossem estrangeiros, deveriam ser expulsos do Reino.⁹⁰⁴

Foi, provavelmente, por influência de Pina Manique - desejo de controlar a acção dos charlatães e dos *mezinheiros* e de contribuir para a qualificação profissional dos agentes de saúde - que a Coroa decidiu, em 1782, criar a Junta do Proto-Medicato, órgão destinado a referendar todos os diplomados em medicina e em cirurgia e em validar (ou não) alguns medicamentos.

Apercebendo-se de que faltavam na *Corte* e no país, médicos e cirurgiões com conhecimentos e competências, pediu autorização à rainha para que alguns alunos da

⁹⁰⁴ ANTT, IGP, livro nº 1, fl.s 59, 60 e 61

Casa Pia pudessem frequentar o curso de cirurgia do Hospital Real de S. José o que, como argumentava, contribuiria para aumentar o número de cirurgiões qualificados.

E, para que esses alunos pudessem ir ao Hospital “mais commodamente a frequentar as Aulas de Cirurgia, Anatomia, e assistirem às vizitas dos Medicos e Cirurgiões nas Enfermarias do sobredito Hospital para se instruírem ao mesmo tempo em tratarem as moléstias”, a 17 de Outubro de 1794, requereu nova permissão régia para transferir o “Colégio de Cirurgia” da Casa Pia para o edifício do antigo Colégio dos Meninos Órfãos (na altura devoluto).

Para justificar o seu pedido, o Intendente argumentava que a formação e a aprovação – com os necessários exames de cirurgia e anatomia - desses alunos era de grande importância para a saúde pública, porque a tendência dos “Póvos [era] de chamarem primeiro o Cirurgião do que o Medico, e se aquelle [fosse] hum ignorante e sem luzes [sacrificava] o miserável (ou seja, o enfermo).”⁹⁰⁵

A par do que se passava nos países europeus mais desenvolvidos quanto à formação dos profissionais da saúde e à assistência hospitalar, apoiou directamente e (ou) conseguiu obter subsídios régios para enviar jovens médicos e cirurgiões para a Holanda e a Inglaterra, a fim de lhes reforçar as competências profissionais. E, tendo tomado conhecimento da grande utilidade para os enfermos da máquina “fumigatória” (que “restituía a vida” às pessoas aparentemente mortas), importou algumas de Inglaterra e distribuiu-as pelo Hospital de S. José (Parte II, cap.4.3.1.1.) e pelos hospitais militares, guardando algumas para emprestar aos médicos que as requisitassem.

Visando melhorar a assistência hospitalar aos doentes pobres, a 31 de Janeiro de 1795, Pina Manique manifestou a sua preocupação junto do poder central pelo facto de os “Enfermos pobres, e miseráveis de hum e outro sexo” serem transportados para o Hospital “em Cadeiras, expostas á contingência do tempo, e sem reparo algum”⁹⁰⁶, o que os levava a não quererem ir para lá ou de irem demasiado tarde, daí resultando, muitas vezes, a sua morte.⁹⁰⁷

⁹⁰⁵ ANTT, IGP, livro 4, fl.s 196vº-198vº

⁹⁰⁶ Segundo Augusto da Silva Carvalho, opus cit., p. 62, eram “cadeiras suspensas em dois varais elvadas pelos moços de fretes, que então se chamavam *homens de ganhar*”

⁹⁰⁷ ANTT, I.G.P., livro IV, fl. 243 vº

As medidas que tomou para controlar a multiplicação de boticas ilegais – onde se produziam os mais absurdos “segredos” e remédios “milagrosos” –, nem sempre foram apoiadas atempadamente pelos secretários de estado de D. Maria I, como se deduz da leitura do ofício enviado ao Visconde de Vila Nova da Cerveira, a 24 de Janeiro de 1782. Lembrava Pina Manique que já, em 1780, o alertara para “os grandes prejuízos, que se seguião da liberdade, que se tinha introduzido em pôr qualquer a sua Botica, e curas, sem que para isso [tivesse] licença, ou [tivesse sido] examinado, e aprovado”⁹⁰⁸ mas que, não tinha recebido até então qualquer resposta relativamente às propostas que apresentara, destinadas a “obstar a tantos danos”.

Para garantir a qualidade dos serviços prestados pelas *boticas*, Pina Manique tentou não só controlar a sua proliferação, como também certificar-se da qualificação profissional dos *boticários*. Por outro lado, para que os enfermos pudessem recorrer ao serviço das farmácias a qualquer hora, determinou que todas teriam de cumprir um horário noturno, segundo uma escala previamente estabelecida pela Intendência.⁹⁰⁹

Quando as queixas relativas a práticas de charlatanismo pareciam provar-se, o Intendente ordenava a prisão dos infractores, mas estes não aceitavam pacificamente essa decisão e apelavam a instâncias superiores. Assim, a 17 de Setembro de 1792, Pina Manique teve de justificar ao Secretário de Estado, José de Seabra da Silva, as razões que o levaram a deter o boticário Manuel António Pereira de Castro.

Segundo o Intendente, esse falso boticário espalhara pela “Corte, por todo o Reino, e suas Colonias grande quantidade de garrafas, que ele intitulava serem de agoa de Inglaterra”⁹¹⁰, tendo ludibriado Domingos Pinto a quem vendeu uma grande quantidade dessas garrafas “no valor de seis centos mil réis” e que, como este último constataria, apenas continham “auga choca”.

Em virtude da queixa apresentada pelo referido Domingos Pinto, o Intendente mandara averiguar o assunto para saber se havia mais pessoas prejudicadas e, em resultado dessa averiguação, soubera que muitos dos que tinham utilizado a referida “água” tinham morrido e para fundamentar a culpa do “boticário”, designara seis médicos para examinarem todas as garrafas que ainda estavam em seu poder, os quais

⁹⁰⁸ ANTT, IGP, livro 1 da Secretaria, fl. 302 vº

⁹⁰⁹ ANTT, MR, maço 454, cx. 569, fl. 8

⁹¹⁰ Sobre a “água de Inglaterra”(vide Parte II, cap. 4.3.1.1.)

tendo averiguado a composição da “chamada agoa de Inglaterra”, concluíram que estava falsificada e isso justificara a ordem de prisão.⁹¹¹

A falsificação da “água de Inglaterra” tornou-se frequente porque, sendo um produto muito procurado pelas suas qualidades anti-febris (cap.4.3.1.1.), garantia muitos lucros aos que a produziam. Muitos boticários (e falsos boticários) competiram entre si pela exclusividade da produção e venda da referida “água de Inglaterra”, tentando provar a qualidade da sua produção e desacreditando a que era produzida pelos outros.

A Intendência Geral da Polícia, ao mesmo tempo que perseguia e punia os que falsificavam essa “água de Inglaterra”, tinha de actuar na defesa dos boticários que produziam a “verdadeira” água, punindo os difamadores. A 2 de Maio de 1810, a Intendência agiu contra o boticário António José de Sousa Pinto que difamara a água produzida por José Joaquim de Castro, afirmando que “[tinha] defeitos e corrupção que não [era] da verdadeira receita de Jacob de Castro Sarmento, e que [tinha] causado graves e irremediáveis males a humanidade.”⁹¹²

A contenda entre estes dois boticários prolongou-se até à década seguinte, tendo o primeiro conseguido, a 16 de Abril de 1821, a “extincção do privilegio exclusivo concedido a Jozé Joaquim de Castro, para denominar a sua Fabrica – Real Fabrica dAgoa de Inglaterra”, por ter demonstrado que manipulava “hûa agoa antifebril superior”⁹¹³ mas, por declaração régia datada de 28 de Junho de 1824, essa decisão foi anulada e foi confirmado ao segundo boticário o privilégio anterior, obtendo a “fábrica de Castro” o título de “Real” e a sua produção a ser designada de “Água de Inglaterra”, embora ficasse “livre a todos os Boticários a preparação e venda de produtos idênticos, desde que com denominação diferente.”⁹¹⁴

Os esforços desenvolvidos por Pina Manique para acabar com boticas clandestinas (e com os falsos medicamentos) não impediu a sua propagação e, em finais do século, como observou Link, em quase todas as ruas existiam pequenas farmácias que “não estando submetidas a regras [eram], por isso frequentemente muito más”⁹¹⁵

O combate da Intendência Geral da Polícia contra os falsos boticários e os charlatães e a animosidade destes para com os “licenciados”, prolongou-se por muitas

⁹¹¹ ANTT, IGP, livro 3, fl.s 258vº - 260

⁹¹² ANTT, I.G.P., livro 11, fl. 22-22vº

⁹¹³ Santana, Francisco, Documentos do cartório da Junta do Comércio, vol. II, p. 257 (F19V)

⁹¹⁴ Idem, p. 340 (F. 190-190vº)

⁹¹⁵ Heinrich Friedrich Link, opus cit., p. 142

décadas. Num documento da Intendência datado de Janeiro de 1816, relatava a queixa apresentada pelo cirurgião Diogo José Vitor de Santa Ana contra um curandeiro chamado Portugal, que o ameaçara com “hua Pistola carregada até o meyo”, por aquele o “ter reprehendido por hir curar huma doente sem ter para isso licença.”⁹¹⁶

Nesse mesmo ano, a Intendência Geral relatou também a prisão dum curandeiro, Francisco Lucas, que morava na Travessa do Arco, junto à Rua de S. Bento, acusado de abusar “da credulidade do vulgo, e da grosseira ignorância de algumas pessoas [e de atrair] grande numero dellas para lhes fazer curas chamadas misteriozas, com o que hia illudindo aos ignorantes, e extorquindo-lhes o seo dinheiro” mas que tendo sido consultados alguns médicos, estes consideraram-no demente e afirmaram que os remédios que ele applicava não valiam nada “ pois não podião fazer nem bem nem mal, atte mesmo porque a maior parte delles erão applicados com a boca do referido demente.”⁹¹⁷

Para responder de forma rápida e eficaz aos surtos epidémicos ou a quaisquer outras doenças susceptíveis de affectarem um número elevado de indivíduos, Pina Manique implementou várias medidas, dentre as quais a deslocação de médicos considerados especialistas e experimentados às zonas com “focos infeciosos”, fornecimento de medicamentos aos enfermos pobres e o rigoroso cumprimento das normas de higiene no perímetro dessas zonas afectadas.

Num officio enviado ao secretário de estado a 25 de Dezembro de 1780, o Intendente informava-o de que as doenças surgidas “no Largo de Santos, e Alto do Varejão, a que quiserão dar o nome de Epidémicas, forão de diferentes qualidades, como declarão os Médicos” e que, tendo mandado entregar aos enfermos “Roupas, sustento e remédios para o seu Curativo (...) por serem todos miseráveis”, já todos tinham sido curados. Referia ainda que, no mesmo sítio, tinham aparecido mais tarde “huma Mulher, e huma rapariga com febres reumáticas” e que, para evitar qualquer possibilidade de contágio, as mandara para a “Quinta de S. João que foi de Monsenhor Pereira, no sitio de Penha de França em hum Alto de ar mais livre, para ali se curarem, e convalescerem”, tendo as mesmas ficado “livres de perigo e convalescidas.”

Referia, mais à frente, que no “Pateo das Recolhidas de Lázaro Leitão” apparecera outra mulher muito pobre “com huma febre podre”, a qual fora assistida “com

⁹¹⁶ ANTT, IGP, livro 29, fl. 6 vº

⁹¹⁷ ANTT, IGP, livro 30, fl.s 3vº- 4vº

todo o necessário para o seu curativo” e já se encontrava “convalescida” e que tinham igualmente sido assistidos “outros três doentes miseráveis na Calçada dos Barbadinhos, que padecerão febres perigosas”, que já se encontravam “inteiramente restetuhidos.” Referia que, tendo sabido que na freguesia de S. Vicente, no sítio da Cruz de Santa Helena “adoecera com febre podre Anna Thereza veuva (...), e que [os] sinco filhos”, mandara os médicos visitá-los e “tratar do seu Curativo” e separá-los “dos mais moradores daquellas Cazas, para outros sítios, para lhes não comunicar aquela moléstia, e não grassar aos mays” e que mandara também “asestir a José Antunes Mestre de Meninos que com igual moléstia adoeceu na Freguesia de Santa Marinha”, o qual já estava “livre e convalescido”.

Afirmava, por fim, que mandara assistir a todos os enfermos “socorrendo-os de todo o necessário, por ver que a mayor pobreza os imposebelitava para o curativo daquellas Enfermidades, e que acodindo-se-lhes com promptos remédios, se evitava não só o perigo das vidas mas o communicarem-se aos mais vezinhos, e também por entender ser do Real agrado da mesma Senhora acodir áquelles miseráveis na sua maior aflição e necessidade.”⁹¹⁸

Em 27 de Janeiro do ano seguinte, Pina Manique dirigiu-se ao Visconde de Vila Nova da Cerveira, informando-o de que mandara “examinar pelos Médicos da Câmara Manoel de Moraes Soares e da família António Soares e Macedo Lobo a qualidade das moléstias que padecião os Enfermos do sítio da Junqueira”, para lhes serem dadas “as promptas providencias que julgarem necessárias e acautelar a Epidemia que julgasse grassar naquelle sítio pêra se não comunicar aos mais habitantes”. Na sequência dessa averiguação, encontraram numa casa no sítio do Calvário, “4 doentes, huma veúva huma filha e hum filho desta menores, e huma Engeitada de 5 annos; e em outra Caza (...) outros doentes, e todos 5 com humas febres podres ordinárias” mas que, segundo a opinião dos médicos, não eram epidémicas e que o conde da Ponte assegurara a assistência aos enfermos, não lhes faltando “couza alguma para o seu curativo e restabelecimento estando tratadas por huma Enfermeira do Hospital” mas que, caso a rainha assim o determinasse, também lhes garantiria assistência, “mandados para a Quinta de S. João (...) para que respirando Ar mais livre [pudessem] convalescer com mais facilidade.”⁹¹⁹

⁹¹⁸ ANTT, IGP, livro 1, fl.s 86-88

⁹¹⁹ ANTT, Idem, fl.s 99 e 100

Num outro ofício dirigido ao Marquês de Angeja, a 11 de Outubro de 1783, Pina Manique apresentava a folha da despesa inerente ao tratamento dos doentes das epidemias a que mandara “assestir com todo o necessário de remédios, leites, galinhas, vitela, camas e roupas para o seu aceyo nas mesmas Epydemias, que grassarão pelos dstrictos do Alto do Varejão, Largo de Santos, Palhavãa, Alcantera, Quejas (...)nos annos de 81, e 82”, que importava ao todo em “trez contos quatrocentos e noventa e trez mil cento e setenta e hum reis.”⁹²⁰

Sempre preocupado com a saúde pública, Pina Manique estabeleceu a divisão da cidade em 16 distritos e designou alguns clínicos aí residentes para assistirem ao domicílio os doentes pobres da sua área. A 18 de Fevereiro de 1790, foi publicada a Relação dos médicos escalonados para as diferentes freguesias: para as freguesias da Sé e de Santa Madalena “o dr. Manoel José da Gamma, morador a Magdalena”, para as de S. Marinha, Santo André e S. Tomé, “o dr. Ignacio Xavier, morador ao Caracol da Graça”, para a dos Mártires, “o dr. Francisco Damião Cosme Vilella, morador na rua nova de S. Francisco”, para a de Santa Cruz do Castelo, “o dr. Balthasar Santana, morador a S. Christóvão”, para a de Santa Catarina, “o dr. Agostinho José Martins Vidigal na rua da paz, o dr. Francisco Rodrigues Portella, morador no Terrerinho de S. Catharina, e o dr. Miguel Felipe Neri na calçada do combro”, para a de N.Sr^a da Lapa “o dr. Francisco José e Sousa à Lapa e o dr. Carlos Baptista, morador a Buenos Aires”, para a de Nossa Senhora das Mercês, “o dr. Jerónimo de Sousa Pinto na Rua da Rosa, e o dr. Francisco Pujol às Mercês”, para a de S. Mamede, “o dr. Cornelio Quim na Rua de S. Boaventura ao Bairro Alto e o dr. António Soares Lobo ao Salitre”, para a de S. Bartolomeu, “o dr. Feliciano António de Almeida Araújo, morador a Chabregas”, para a de N^a. Sr^a da Encarnação, “o dr. Ignacio Mangnini morador na rua larga de S. Roque, e o dr. Francisco de Mello Franco ao Colégio dos Nobres”, para a do Coração de Jesus, “o dr. Fellipe de Carvalho Soutomaior morador na traveça do açougue a S. Martha, e o dr. Maurício José Alves de Sá na rua da Fé”, para a de S. José,” o dr. Fellipe Henrique Gomes morador às Portas de S. Antão, e o dr. José Martins da Cunha Pessoa à nunciada”, para a de Santos, “o dr. Francisco António defronte da mesma freg.^a e o dr. Casimiro Costa Caetano na rua das gaivotas”, para a de S. Christóvão e de S. Martinho, “o dr. Francisco José Pereira, morador na rua das farinhas”, para a de Nossa Senhora dos Anjos, “o dr. Francisco José de Almeida no Paço da Rainha e o dr. Lourenço

⁹²⁰ ANTT, IGP, livro 2, fl. 17, 17vº

Justiniano de Moraes Calado aos Caldas”, para a de S. Paulo, “o dr. João Nunes à Bica Grande”, para as de S. Justa e S. Lourenço, “o dr. José Manoel Luiz Alves de Carvalho no Rocio”, para a de Santa Isabel, “o dr. José da Costa Alvarenga na rua de S. Bento, e o dr. José Candino morador na rua da Penha de França ao Pombal e o dr. José Vicente Borzão”, para a de Nossa Senhora da Pena, “o dr. Joaquim José Alves morador na travessa das recolhidas de Rilhafoles, e o dr. João Borges na calçada de S. Anna”, para as de S. Nicolau, de S. Julião e da Conceição nova, “o dr. José Manuel Joaquim Henriques da Paixão no Rocio”, para a de N.ª. Sr.ª da Ajuda, “o dr. Manoel Joaquim do Cabo morador em Bellem”, para as de S. João da Praça e de S. Miguel, “o dr. Bento José Pereira de Carvalho na rua dos Algibebes”, para a de S. Salvador, “o dr. José Pereira da Cruz ao Arco da Bandeira”, para a de Santa Engrácia, “o dr. Bernardo José da Mota e o dr. Joaquim Chavier da Silva e o dr. Manoel José de Novaes na rua Augusta”, para as de S. Vicente e S. Estêvão, “o dr. Caetano José Rodrigues, morador à S. Marinha”, para a de S. Tiago “o dr. Francisco António Quina na rua Augusta depois da traveça de S. Justa, vindo para o Rocio”, para a de S. Sebastião da Pedreira, “o dr. José da Cunha morador na rua do Telhal” e para a de S. Pedro de Alcântara, “o dr. Francisco José de Aguiar morador ao Rio Seco.”⁹²¹

A “política de saúde” de Pina Manique – pelo controlo dos “empíricos”, pelo reforço das competências profissionais dos agentes de saúde, pela assistência gratuita aos doentes pobres, etc. – não estava dissociada das preocupações político-económicas do governo, uma vez que a salvaguarda da saúde pública proporcionava o aumento populacional, indispensável quer para a defesa do país, quer para o seu desenvolvimento económico.

Apesar do empenho de Pina Manique e dos seus sucessores na chefia da Intendência Geral da Polícia em prol da saúde pública, os surtos epidémicos (de fraca ou de forte intensidade), quase sempre despoletados ou propagados pela falta de higiene pública e privada e pela *contaminação* do ar, continuaram a ocorrer até meados do século XIX.

A sujidade das ruas, decorrente da acumulação das “lamas” e, claro, dos cheiros *pútridos* que estas geravam, foram apontadas pelo médicos como as causas das “molestias epydemicas” que ocorreram em 1784 no “sitio do Pacey Publico”⁹²² e,

⁹²¹ ANTT, I GP, livro 3, fl. 118-119vº

⁹²² ANTT, IGP, livro 2, fl. 58 a 60 vº

posteriormente, noutras zonas da cidade. Nas décadas seguintes, a sujidade pública e privada e (ou) a degradação da qualidade do ar, continuaram a ser apontadas como causas da propagação das epidemias, nomeadamente nas que ocorreram na *Corte* nos anos de 1810 a 1811 e em 1833.

Num estudo intitulado *Memoria sobre a Febre Epidémica contagiosa que grassou em Lisboa desde Abril de 1810 a Agosto de 1811*, o dr. Henrique Xavier Baeta (1776- 1854) explicava que as também apelidadas “febres malignas” (tifo), tinham sido causadas pelas “paixões deprimentes, excitadas por motivo da Invasão Franceza; os frios, e humidade; a má qualidade de alimentos, e a falta destes ao princípio; e depois a matéria do contagio, ou produzida por habitarem muitas pessoas em casas pequenas, imundas, e sem a ventilação precisa, ou gerada nos corpos dos febricantes.”⁹²³

Idênticas razões foram apontadas para explicar a terrível epidemia que ocorreu entre Abril e Outubro de 1833 - *cholera-morbus* – e provocou cerca de 13522 mortes.⁹²⁴

Na altura em que eclodiu a epidemia, existiam poucos cemitérios públicos e os que existiam eram de pequenas dimensões, como o das Mercês, o da Graça ou dos Padecentes, o de Campo de Ourique e o do Alto do Casal de Pedro Teixeira na Ajuda (que D. Maria I destinara aos criados da casa real). O agravamento da mortalidade em Junho de 1833, obrigou o governo a criar dois novos cemitérios públicos, um no lado oriental da cidade, na quinta de S. João (futuro cemitério do Alto de S. João) e outro, no lado ocidental, o futuro cemitério dos Prazeres.⁹²⁵

Cerca de três décadas antes desta decisão governamental, já o Intendente Pina Manique tinha chamado a atenção da rainha e dos seus secretários de Estado para a necessidade de se proibirem os enterramentos nas igrejas e de se construírem cemitérios públicos, como veremos mais adiante.

Conhecedor da opinião dos médicos *higienistas* sobre os perigos para a saúde pública do enterramento nas igrejas e nas suas áreas limítrofes, Pina Manique empenhou-se vivamente no projecto de construção dos cemitérios públicos da *Corte* mas, contrariamente aos seus desejos, o poder central não aderiu com prontidão às propostas do Intendente.

⁹²³ B.F.M., res. 323 R1

⁹²⁴ Eduardo Freire de Oliveira, opus cit., 1º parte, p. 495-497

⁹²⁵ Idem, pp. 497-498

5.1.1.1.1. Um projecto adiado: a construção dos cemitérios públicos

Até meados do século XVIII, a inumação de cadáveres nos países católicos só era admissível em solo sagrado, ou seja, nas igrejas e respectivos adros e nos claustros conventuais, embora se admitisse, em situações excepcionais – períodos de grandes mortandades provocadas pelas pestes⁹²⁶ ou guerras – a inumação dos cadáveres nos cemitérios dos hospitais ou em terrenos periféricos e pouco urbanizados (lembremos, entre outros, o caso do cemitério contíguo à ermida manuelina de S. Roque, destinado a pestíferos e localizado no exterior da muralha fernandina).

Contudo, o que habitualmente se verificava nessas ocasiões de agravamento da taxa de mortalidade, era uma acumulação de cadáveres nos covais dos edifícios religiosos, cuja decomposição gerava cheiros nauseabundos que, na opinião dos médicos *higienistas* ameaçavam seriamente a saúde dos vivos.

A partir de meados de Setecentos, as elites cultas europeias tornaram-se cada vez mais receptivos aos discursos *higienistas* e, conseqüentemente, exigiram a implementação de reformas tendentes a melhorar o saneamento urbano e a qualidade do Ar. No conjunto das reformas propostas pelos médicos iluministas e *higienistas* incluíam-se a da proibição dos enterramentos dentro das igrejas e a da construção de cemitérios públicos nas periferias urbanas, medidas que contaram com o apoio daquelas elites.

Em Paris, o Parlamento tentou, a partir de meados do séc. XVIII, proibir novas sepulturas nos antigos cemitérios e chegou a propor a criação de oito novos cemitérios nos limites da cidade mas, foi preciso esperar pela Revolução, para que essa proposta se concretizasse. Em 1790, a Assembleia Constituinte proibiu os cemitérios em volta das igrejas e, em 1798, foram escolhidos os terrenos necessários para os novos cemitérios e, finalmente, pelo decreto de 1804, foram definidos os quatro novos cemitérios parisienses fora do centro histórico: o de Vaugirard, substituído em 1824 pelo de

⁹²⁶ Refere-nos o *Dicionário da História de Lisboa*, pp. 249-250, que devido às grandes mortandades provocadas pelas sucessivas epidemias, D. João III ordenara em 1523, a criação de dois cemitérios “um na herdade de fora do postigo de S. Vicente, sobre Santa Maria do Paraíso e outro em S. Roque”. E, algumas décadas mais tarde, surgiu o cemitério “do Campo de Santa Bárbara ou da Forca, criado para inumar as vítimas da peste de 1569”

Montparnasse; o de Santa Catarina, suprimido em 1824, o do Père Lachaise e o de Montmartre, suprimido em 1825.⁹²⁷

Na luta pela construção de cemitérios públicos estiveram, ao lado dos médicos *higienistas*, os arquitectos e engenheiros militares *iluminados*, como se verificou em França com Pierre Patte, o qual negou, nas suas *Mémoires sur les objets les plus importants de l'architecture*, publicadas em 1769, “qualquer justificação à inumação *intramuros*”. Em França, “a atitude de Patte e de outros arquitectos, urbanistas e médicos acabou por se reflectir numa série de disposições legais dos últimos anos do Antigo Regime, até chegar, já em plena revolução, ao conhecido decreto de 23 *Pradial* do ano XII, base do tratamento jurídico dessa questão até uma data muito recente.”⁹²⁸

A reflexão arquitectónica sobre os cemitérios conduziu ao aparecimento de numerosos projectos de construção, dos quais se destacou, pela sua absoluta originalidade e carácter *utópico*, o de Ledoux, concebido (e nunca construído) para a cidade de Chaux.

Em Espanha, os debates e reflexões acerca dos enterramentos e da construção dos cemitérios públicos prolongaram-ser até inícios do século XIX, sustentados pela leitura de textos e tratados *higienistas*, o mais importante dos quais foi o *Tratado da conservação da Saúde dos Povos* de Ribeiro Sanches. A Coroa determinou a construção do cemitério de Madrid (1804), cujo projecto foi elaborado por Juan de Villanueva.⁹²⁹

A questão das inumações nas igrejas e conventos, foi cada vez mais criticada pelos médicos *higienistas*, que apontavam esses espaços, genericamente exíguos e fechados, como os mais propícios à formação de ares *pútridos* e *pestíferos*, que tanto ameaçavam a saúde dos vivos.

Ribeiro Sanches, foi um dos médicos *higienistas* que mais combateu a prática católica das inumações em espaços sagrados (prática introduzida apenas nos séculos IX e X) e no capítulo XV do seu *Tratado da conservação da Saúde dos Povos*, fundamentou a sua posição baseando-se nas práticas dos Antigos, nos textos de alguns Concílios (nomeadamente o de Braga) e ainda nos estudos de alguns médicos ingleses e franceses seus contemporâneos. E, cingindo-se especificamente aos métodos utilizados em Portugal, nomeadamente o de “lançar cal nos cadáveres”, afirmou seria um método

⁹²⁷ Favier, Jean, opus cit., p. 665

⁹²⁸ Calatrava, Juan, opus cit., p. 137

⁹²⁹ vide Calatrava, Juan, opus cit., pp. 137-138

excelente se fosse realizado num “cimiterio fora da villa ou cidade exposto a todos os ventos: então aquellas exhalaçons podres (...) se desvanecerião pellos Ares” mas que, de facto, nada resolvia quando os corpos eram enterrados dentro das igrejas. Concluindo, chamava ainda a atenção para o facto de a saúde pública ser ameaçada pela existência dos “cimiterios sem campas, junto das Igrejas, com cazas a roda” e dos “carneyros, ou cazas de ossos, cercados de moradas de cazas, e as vezes dentro dos mosteyros.”⁹³⁰

As críticas de Ribeiro Sanches e de outros *higienistas* sobre esta matéria, também ecoaram em Portugal, levando os detentores do(s) poder(es) a equacionar, cada vez mais, a questão da construção de cemitérios públicos. E, apesar de se tratar de uma questão melindrosa, que suscitava a oposição da maioria dos crentes, alguns clérigos iluminados não recearam em tomar a iniciativa de construir cemitérios nas respectivas dioceses.

Tal foi o caso de D. Manuel de Aguiar, bispo de Leiria (1790-1815), a quem se ficou a dever a construção do primeiro cemitério daquela cidade, que foi, afinal, o segundo a surgir no nosso país (o primeiro foi o de Vila Real de Santo António, datado de 1775). Nesse cemitério público, localizado num terreno por detrás da Sé, aquele prelado leiriense mandou erguer o seu próprio jazigo, a fim de dar o exemplo à população que, por demasiado arreigada a velhos preconceitos, se retraía face a tal “inovação”.⁹³¹

Em Lisboa, o único cemitério existente na primeira metade do século XVIII, era o cemitério Inglês, cuja origem remontava a 1717 e resultara do acordo estabelecido entre D. João IV e Cromwell, em 1654, no qual se admitia a cedência aos súbditos ingleses em Lisboa de um local para cemitério próprio.⁹³² Inicialmente, fora a Feitoria Inglesa que tomara a iniciativa de requisitar a autorização da coroa portuguesa para a criação daquele cemitério e, obtida essa autorização, adquirira um terreno situado na Travessa dos Ladrões (freguesia de Santa Isabel).

⁹³⁰ Ribeiro Sanches, opus cit., p. 96

⁹³¹ vide Adélia Maria Caldas Carreira, *Leiria, cidade episcopal: o urbanismo leiriense do séc. XVI ao séc. XVIII*, Lisboa (Dissertação de Mestrado em História da Arte, apresentado à FCSH da U.N), Lisboa, 1989, p. 207

⁹³² Norberto Araújo, nas suas *Peregrinações em Lisboa*, vol. XI, p. 54, afirma que “o chão foi concedido aos súbditos britânicos de Lisboa em 1717 por efeito de uma das cláusulas do Tratado de 1655 entre Portugal e a Inglaterra [e que] os enterramentos começaram em 1725”

Alguns anos mais tarde, também a Feitoria Holandesa foi autorizada a possuir o seu próprio cemitério e, para o efeito, adquiriu um terreno adjacente ao dos Ingleses. Acordaram, então, as duas feitorias em cercar com o mesmo muro esses terrenos, sem determinarem previamente os respectivos limites e, por isso, os restos mortais dos membros das duas comunidades acabaram por se misturar.

Em 1810, Sir Jonh Charles Villiers, ministro plenipotenciário da Grã-Bretanha em Lisboa, comprou um grande lote de terreno, do lado norte da primeira fracção inglesa e destinou-a ao sepultamento dos militares britânicos que combatiam em Portugal nessa altura (na sequência das Invasões Francesas, de 1807 a 1810).

Da junção das várias fracções de terrenos adquiridas até às primeiras décadas do século XIX, resultou o actual cemitério Inglês, com capela própria (dedicada a S. Jorge), desde 1822.

Em Janeiro de 1823, os comerciantes e membros das feitorias britânica e holandesa admitiram que, com a concordância dos respectivos cônsules, também os protestantes de outras nações poderiam ser enterrados naquele cemitério.⁹³³ Contudo, os súbditos Alemães passaram nessa altura a ter o seu próprio cemitério, cuja construção se tornara possível graças à doação de um terreno adequado para o efeito, pelo comerciante Nicolaus Berend Schlick de Lubeck.

A questão das inumações dos católicos nos edifícios religiosos da *Corte* tornou-se cada vez mais problemática no decorrer da segunda metade de Setecentos, uma vez que sempre que ocorriam surtos pestíferos e se agravava a já elevada taxa de mortalidade, os covais e os “carneiros” das igrejas e dos conventos ficavam “saturados” de cadáveres em decomposição, gerando os tão temidos cheiros nauseabundos e *pestilentos*.

Face ao agravamento da situação, o Provedor-Mor da Saúde, Luís de Vasconcelos e Sousa, dirigiu-se ao monarca em 1771, pedindo-lhe que proibisse o enterramento nas igrejas, por considerar que essa prática era uma das causas das epidemias que afectavam a *Corte*. Defendendo que o ar *puro e saudável* era indispensável para a conservação da saúde pública e que, pelo contrário, o ar *nocivo e inficionado* a prejudicava, interrogava-se se haveria se alguma coisa “mais própria para

⁹³³ Ribeiro, Jorge Martins “O Anglicanismo em Portugal do século XVII ao século XIX”, 2º vol. dos *Estudo em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, ed. Fc. Letras da U. Porto, 2001, pp. 348-349

inficionar o ar, do que os vapores subteis que lançam de si os corpos possuídos da corrupção?” A tal propósito, afirmava que as igrejas, por serem normalmente “pequenas, quase sempre fechadas, nunca bem visitadas de ar livre [e por guardarem] continuamente corpos ou já corruptos ou que [iriam] corromper-se” , estavam “bem cheias de vapores nocivos [sendo] perigosos os tristes efeitos que elles [podiam] causar, especialmente naquelles que primeiro entrarem nellas”.⁹³⁴

A referida exposição do Provedor-Mor da Saúde alertando o monarca para a ameaça para a saúde pública dos enterramentos nas igrejas, evocava, inequivocamente, um "conceito de saúde pública estreitamente ligado ao conceito do ar puro ”⁹³⁵, como já há muito salientou José Augusto França.

Em 1787, atendendo ao requerimento da Irmandade do Santíssimo da freguesia de S. Paulo, respeitante ao mau estado do cemitério de Santa Ana, D. Maria I encarregou o Intendente Pina Manique de averiguar essa situação e este, por sua vez, encarregou o corregedor de Alfama e os médicos Francisco Ignácio Tamagnini, João da Cunha e José Alvarez da Silva, de irem ao local observar o que se passava e de lhe apresentarem as respectivas conclusões.⁹³⁶

Pelas informações obtidas, o Intendente compreendeu os perigos que a saúde pública corria se não se avançasse rapidamente para a construção de cemitérios públicos e, de imediato, fez chegar o seu parecer à Rainha, esperando que esta tomasse uma decisão sobre esta matéria.

Enquanto aguardava a resolução régia, Pina Manique foi pensando nas medidas mais adequadas à resolução de tão grave problema sanitário e sob o conselho do prestigiado médico Manuel Henriques de Paiva, começou por determinar a recolha de dados estatísticas que permitissem elaborar o “mapa necrológico da cidade”. Com base nesses dados, recolhidos a partir de 1789⁹³⁷, encarregou os médicos *higienistas* Inácio Tamagnini e Manuel Luís Álvares de Carvalho de avaliarem e indicarem quais os terrenos mais apropriados para a construção dos cemitérios públicos.

⁹³⁴ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., vol. XVII, p. 293

⁹³⁵ França, José Augusto, opus cit., p. 62

⁹³⁶ vide Paula André, “Modos de pensar e construir os cemitérios públicos oitocentistas em Lisboa: o caso do cemitério dos Prazeres” in *Revista de História da Arte*, nº 2, Lisboa, ed. Instituto de História da Arte – FCSH – UNL, 2006, pp. 77-78

⁹³⁷ Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 375

Face à divulgação por toda a cidade de “huma voz” (boato) segundo o qual, tendo ocorrido uma epidemia e uma grande mortandade, os cadáveres já não cabiam nas igrejas e provocavam muitas “exalações” que “ameaçavam consequências as mais funestas”, Pina Manique sentiu-se na necessidade de explicar ao Secretário de Estado do Reino a razão de ser de tal boato. Em ofício datado de 27 de Abril de 1791, informava-o de que se tratava de um boato maledicente que visava pôr em causa a sua acção nas questões do saneamento urbano mas que, para melhor esclarecimento desse assunto, pedira aos párocos da Corte que lhe enviassem dados sobre o número de óbitos ocorridos nas respectivas freguesias, entre “Setembro de 1789 athe ao ultimo de Março de 1790, e do primeiro de Setembro de 1790 athe ao ultimo de Março de 1791” e com base nesses dados, concluía que nesses “sete mezes próximos aos do anno antecedente” apenas se verificara um excedente de 29 óbitos em relação ao normal.

No mesmo ofício, o Intendente referia ainda que mandara inspecionar os “covaes, e cemiterios (...) pelos Ministros dos Bairros com três Medicos, e dois Cirurgiões, cada hum no seo respectivo districto” e que, face aos resultados obtidos, entendia ser da máxima urgência a construção dos cemitérios públicos, apontando os sítios que lhe pareciam mais apropriados para a implementação de oito cemitérios. E, sobre a localização dos terrenos, afirmava que, embora algumas pessoas entendessem ser “ mais útil á saúde publica edificar-se o cemitério meia légoa fora da Cidade”, não fizera essa opção porque isso implicaria “ maior despeza, por serem precisas andas [carretas ?] para a condução dos cadáveres, que huns annos por outros [fariam] o n.º de dezoito athe vinte mil pouco mais, ou menos.”⁹³⁸

Correspondendo ao pedido do Intendente, o architecto António Fernandes Rodrigues entregou, nesse mesmo ano de 1791, o projecto para um Campo Santo - de planta quadrada, com uma ermida, um pátio e um adro -, que deveria servir de modelo aos oito cemitérios propostos.⁹³⁹

Apesar dos esforços desenvolvidos pelo Intendente e das boas intenções existentes ao nível do poder central, as decisões continuaram adiadas, não tendo sido adquiridos os terrenos nos sítios apontados, nem tendo sido escolhidos quaisquer outros para os referidos oito cemitérios. Para ultrapassar tal impasse, o Intendente Pina

⁹³⁸ ANTT, IGP, Livro 3, fl.s 175vº - 176vº

⁹³⁹ André, Paula, opus cit., p. 79

Manique encarregou em 1794, os médicos Ignácio Tamagnini⁹⁴⁰ e Manuel Luís Álvares de Cabral de escolherem os terrenos apropriados para a construção, não de oito, mas de três cemitérios, encomendando as respectivas plantas ao arquitecto Francisco Xavier Fabri.

O despoletar de uma nova epidemia na *Corte* nesse mesmo ano de 1794, obrigou o poder central a ponderar seriamente nas propostas de Pina Manique, mas as obras dos cemitérios públicos continuaram adiadas ou, se foram iniciadas, não se processaram com grande rapidez, o que agravou, dramaticamente, o estado dos covais das igrejas.

Nesse ano e nos seguintes, as igrejas e ermidas deixaram de ter condições para enterrar os cadáveres, dada a saturação dos covais. A 1 de Setembro de 1796, o Intendente dirigiu-se ao Secretário de Estado José de Seabra da Silva informando-o do que se passava na Ermida de Nossa Senhora da Saúde (onde estava sediada a freguesia do Socorro), cujo prior se queixava de já não “poder enterrar os Cadaveres dos seus Parrochianos”, uma vez que o Provedor da Saúde lhe proibira que continuasse a usar os “covaes” que, “pelo mau cheiro”, ameaçavam a saúde pública.

Para resolver tão premente problema, Pina Manique sugeria a utilização como cemitério da Igreja do antigo Colégio de Santo Antão (Hospital de S. José), porque já estava desactivada como espaço religioso e sobretudo, porque se localizava “em hum Sitio mais elevado, e (...) não [tinha] tecto (...) [podendo] as exalações (...) sahirem das Sepulturas, [sem] prejudicarem a saúde”⁹⁴¹. Declarava, porém, tratar-se de uma solução provisória, de emergência, visto discordar em absoluto com as inumações nas igrejas.

Desconhecemos, como já atrás dissemos, se as obras de construção dos primeiros cemitérios públicos se iniciaram antes ou depois de 1796 e com que ritmo é que progrediram mas somos levados a crer que as do cemitério de Campo de Ourique, já se encontrariam na sua fase final nos inícios de 1800.

De facto, em Janeiro desse ano, o próprio arquitecto Xavier Fabri informou o Príncipe Regente D. João⁹⁴² de que “a Obra do novo Cemitério no Campo de Ourique” estava quase concluída, faltando apenas “calcular-se a despeza do Portal de madeira do

⁹⁴⁰ Inácio Francisco Tamagnini (1731-1805), médico italiano fixado em Portugal e nomeado, em 1793, por D. Maria I como médico honorário da Real Câmara

⁹⁴¹ ANTT, IGP, livro V, fl.s 70vº-71

⁹⁴² O Príncipe D. João, futuro D. João VI (1816-1826), governou como Regente a partir de 1799, por incapacidade da Rainha D. Maria I

Brazil, caixilhos das suas vidraças, como também de huma Calçada, que do Portal á Ermida, com duas platibandas á ilharga de alvenaria, para se demarcar nelas as divizões das Cóvas, para o bom regulamento do Cemiterio”, comprometendo-se ainda a enviar “esse Calculo” se o Regente desejasse concluir a obra.⁹⁴³

Provavelmente, na mesma ocasião, Fabri desenhou o alçado e planta da entrada principal do cemitério, mas esse desenho muito simplificado (sugerindo muito mais um esboço do que um desenho definitivo), não nos permite saber o que estaria concluído ou por concluir, além do referido portão de entrada.

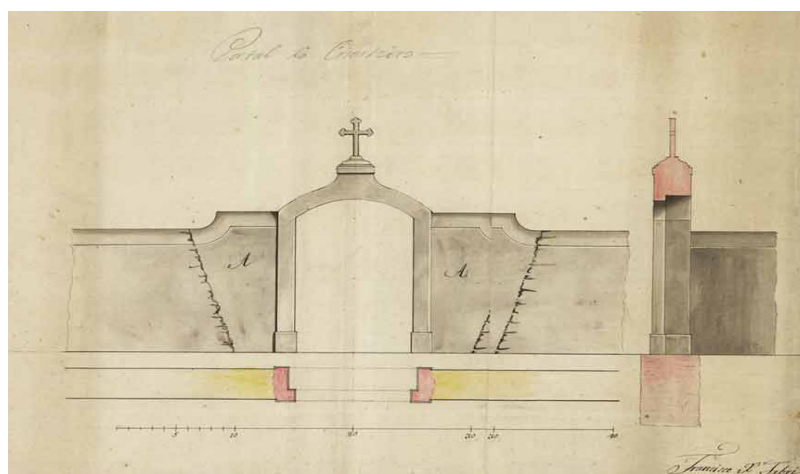


Figura 80. Desenho de Francisco Xavier Fabri para a entrada principal do cemitério de Campo de Ourique: alçado e planta

As propostas de Fabri relativamente ao portal não chegaram a concretizar-se e o cemitério permaneceu incompleto, não chegando a ser murado nem a ser dotado de capela própria até 1809. Adquirido nesse ano pela repartição de Obras Públicas, foi benzido e parcialmente tapado (com tapumes de madeira) e passou a receber os cadáveres dos pobres falecidos na freguesia de Santa Isabel, embora também tenham sido aí inumados cadáveres de soldados franceses, o que generalizou a sua designação de “cemitério dos soldados”.⁹⁴⁴

Mas nos anos seguintes os tapumes de vedação desapareceram e a Comissão de Saúde Pública propôs a conclusão dos inacabados muros do cemitério, proposta que foi

⁹⁴³ Ayres de Carvalho, opus cit, p.p. 139-140

⁹⁴⁴ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., p. 498

aceite pelo monarca o qual, em Novembro de 1823, ordenou ao Intendente das Obras Públicas que realizasse essa obra.⁹⁴⁵ Realizadas as obras de vedação, o cemitério manteve-se em funcionamento até 1842, altura em que foi definitivamente encerrado por decisão da Câmara, tendo sido trasladadas as ossadas para o cemitério dos Prazeres.

No lado oriental da cidade foi construído o cemitério da Graça ou dos Padecentes, a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.⁹⁴⁶ Por volta de 1810, surgiram várias queixas relativas aos cheiros *pestilentos* provocados pelo cemitério e a Intendência Geral da Polícia ordenou a sua inspecção, a fim de serem tomadas as necessárias providências.

Segundo um documento datado de 5 de Novembro de 1810, os cirurgiões que tinham feito a referida inspecção tinham concluído que “todo o perigo que [podia] resultar à Saude publica [provinha] de dous abusos: 1º o de se dar diferente aplicação a maior parte do terreno; 2º o modo de enterrar os Cadaveres, lançando-se amontoados em huma Cova cobrindo-os com pouca terra, e abrindo as covas numa pequena profundidade.”

Para resolver esses problemas, apontavam-se duas soluções, consistindo a primeira em proibir o coveiro de cultivar o terreno do cemitério, dando-lhe uma compensação pecuniária e a segunda, em ordenar-lhe que enterrasse os cadáveres “em valas profundas, e bem cobertos de terra”. Referia-se ainda a opinião dos referidos cirurgiões, de que seria “muito conveniente beneficiar o terreno abrindo-lhe regos com o arado, e lançando-lhe alguma porção de Cal”. Afirmava-se, por fim que, se fossem resolvidos os problemas com as soluções apontadas, não seria necessário “lançar mão doutro terreno para Cemiterio.”⁹⁴⁷

O cemitério dos Prazeres, foi construído nos terrenos da antiga Quinta dos Prazeres, localizando-se, tal como o de Campo de Ourique, no lado ocidental da urbe (área integrada primeiramente freguesia de Santa Isabel e depois na do Sr. Jesus da Boa Morte)⁹⁴⁸. Começou a funcionar em 1835 (embora a inauguração oficial só tivesse ocorrido em 1840), na mesma altura em que também se concluía, no lado oriental da cidade, o cemitério do Alto de S. João.

⁹⁴⁵ Vieira, Paula Cristina André dos Ramos Pinto, *Os cemitérios de Lisboa no século XIX. Pensar e construir o novo palco da memória* (Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentado à FCSH da UN, policopiado), Lisboa, 1999, pp. 67-68

⁹⁴⁶ Freire de Oliveira, Eduardo, opus cit., p. 498

⁹⁴⁷ ANTT, Intendência Geral da Polícia, livro 11, fl. 216-216vº

⁹⁴⁸ Terrenos que já haviam sido destinados ao enterramento dos pestíferos, desde finais do século XVI

Deveu-se ao arquitecto José da Costa Sequeira⁹⁴⁹ o projecto inicial desse cemitério - com uma área total de 1100 hectares e 82 ruas -, mas também aí trabalhou o arquitecto Domingos Parente da Silva que, entre outras coisas, foi responsável pelo desenho do portão principal.

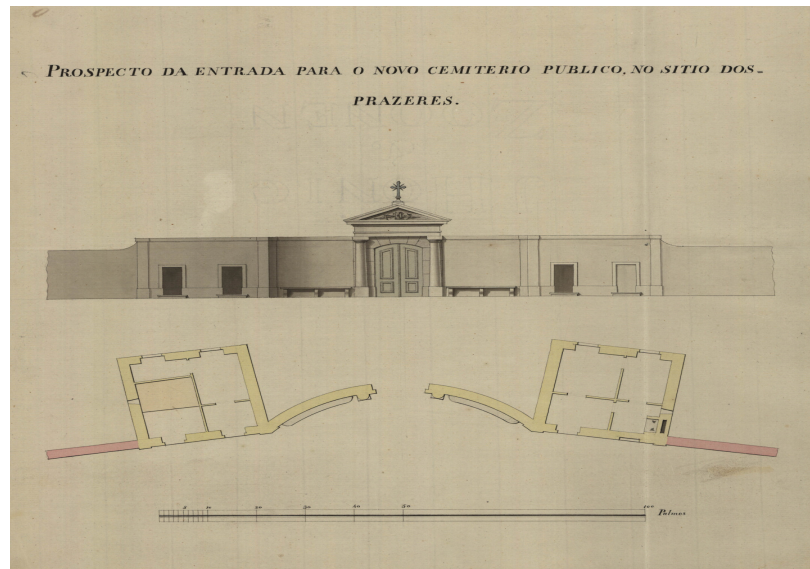


Figura 81. Planta e alçado da fachada do cemitério dos Prazeres

Com a inauguração dos dois cemitérios acima referidos, na década de 30 do século XIX, foi parcialmente concretizado o projecto de construção de cemitérios públicos da capital, em que tanto se empenhara o Intendente Pina Manique. A tardia receptividade ao projecto por parte do poder central e a morosidade na aquisição dos terrenos necessários ao arranque das obras deveram-se a múltiplos factores mas, entre os principais, contam-se as resistências oferecidas pelos crentes e por grande número de clérigos.

Graças, porém, à crescente publicação de textos médicos alertando para os perigos das inumações nas igrejas, essas resistências foram-se esbatendo. Das várias obras médicas que abordaram a questão do enterramento nas igrejas, destacamos a *Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e*

⁹⁴⁹ Paula André, opus cit., p. 85

methodo de os prevenir, publicada em 1800 pelo dr. Vicente Coelho de Seabra Silva Telles, a *Memoria sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e methodos para os prevenir*, o *Ensaio sobre o perigo das sepulturas nas cidades e seus contornos*, datado de 1812 e da autoria do dr. José Correia Picanço⁹⁵⁰ e a *Memória sobre a inconveniência dos enterros nas igrejas e utilidade da construção de cemitérios*, datada de 1835 e da autoria do dr. Francisco de Assis de Sousa Vaz.⁹⁵¹

A opinião dos médicos teve maior impacto junto dos decisores políticos e do público em geral, na sequência dos dois grandes surtos pestíferos ocorridos em 1811 e em 1833, aos quais já nos referimos no capítulo anterior. Porém, o combate decisivo contra todo o tipo de oposições, foi realizado pela via legislativa e iniciou-se com a publicação dos Decretos de 21 de Setembro e de 8 de Outubro de 1835, que impuseram a construção de cemitérios públicos em todas as povoações do Reino.

⁹⁵⁰ José Correia Picanço foi um reputado físico e cirurgião-mor, médico da rainha D. Maria I e membro da Real Junta do Proto-Medicato.

⁹⁵¹ vide Paula André, opus cit., pp. 85-86

5.1.1.2. Medidas para melhorar a Segurança Pública

Para impor a Ordem na capital portuguesa (e, tanto quanto possível, em todo o território nacional) e para garantir aos seus habitantes saúde, segurança e bem-estar social, o Intendente Pina Manique desdobrou a sua acção em várias frentes.

As condições “físicas” da urbe – a sujidade, os prédios em ruínas, os entulhos, etc. – nos tempos subsequentes ao Sismo de 1755, atraíram um número elevado de criminosos e de indigentes que, de imediato, se dedicaram aos mais diversificados tipos de delitos e de crimes, gerando um clima de grande insegurança pública que pouco melhorou com as *Providências* pombalinas e com a acção da Intendência Geral da Polícia de 1760 a 1780.

Consciente de que para garantir segurança dos cidadãos tinha de reduzir os índices de criminalidade mas igualmente convicto de as práticas delituosas eram, muitas vezes, favorecidas pelas circunstâncias – “a ocasião faz o ladrão!” -, Pina Manique implementou algumas medidas “preventivas”, susceptíveis de dissuadir os delinquentes e os criminosos, algumas das quais se relacionaram directamente com o ordenamento urbano.

O derrube das barracas foi encarado por Pina Manique como uma dessas medidas “preventivas”, uma vez que essas “casas de madeira”, sobretudo as que tinham sido construídas nas zonas mais afastadas, se tinham convertido em “covis ou receptáculos de malfeitores”. Assim, o derrube das barracas podia contribuir para reduzir o número de marginais e delinquentes, ao mesmo tempo que poderia dinamizar o mercado imobiliário porque, como afirmava o Intendente em ofício dirigido ao Duque Regedor, eram “muitas as moradas de casas que, nas ruas civis da mesma corte, se [achavam] com escriptos por falta de alugadores que [viviam] nas taes casas de madeira, separados do commercio das gentes.”⁹⁵²

Pina Manique insistiu, frequentemente, junto do poder central, para que fosse autorizado o derrube das barracas existentes e para que se impedisse, a todo o custo, a construção de novas barracas. Num ofício dirigido ao Secretário de Estado, Marquês de Angeja, em 30 de Janeiro de 1783, Pina Manique alertava para “a grande necessidade

⁹⁵² Madureira, Nuno Luís, opus cit., p. 57

(...) de se demollirem as Barracas, que nos Entulhos desta Corte [construídas nos últimos cinco anos] humas com licença da Inspecção, outras por disfarces dos Officiaes, e outras clandestinamente levantadas de noute (...), tendo-se desta sorte multiplicado hum grande número dellas, não só pelos referidos Entulhos, mas ainda por outros muitos sítios desta Corte, com grande prejuízo da tranquillidade pública”, porque eram alugadas normalmente a “pessoas de reprehensíveis costumes, e que as [alugavam] para commeterem nellas toda a casta de pecado e Latrocínios (...)”.⁹⁵³

Cerca de dois meses mais tarde, a 20 de Maio, também a Junta do Comércio se dirigiu à Rainha pedindo o derrube das barracas que, era dito, continuavam a levantar-se “no meyo da Magnifica Cidade e Corte de Lisboa” e, reforçando os argumentos já usados por Pina Manique, afirmava que essas “Cazas de Madeira” eram “Covis, e habitaçoens de Vadios, e de mal feitores [capazes de] incendiar os soberbos e dispendiosos Edifficios construhidos, em publica, e particular utilidade [achando-se em perigo] entre outros muitos o das Alfandegas do Assucar, e Caza da India”.⁹⁵⁴

Além de se empenhar no derrube das barracas, a fim de acabar com os esconderijos dos malfeitores, Pina Manique também pretendeu acabar com as azinhagas e com todos os caminhos estreitos e tortuosos, que criavam condições para a prática de crimes. E, munido da competência para intervir na reparação e construção das vias (Decreto de Maio de 1780), não só determinou o alargamento (e embelezamento) de várias estradas, mas também o fecho de várias azinhagas, tidas como perigosas para a segurança dos que por ai circulavam.

Na sequência de uma das suas decisões – o fecho de duas azinhagas em Campolide - teve de se justificar ao secretário de Estado José Seabra da Silva⁹⁵⁵, que recebera uma queixa da população local sobre o ocorrido. No ofício enviado ao referido Secretário de Estado, a 9 de Abril de 1793, o Intendente começava por explicar que o fecho das referidas azinhagas e a coincidente abertura da “Estrada Real”, se destinara a melhorar a “commodidade dos Povos, e a segurança dos viajantes”. Seguidamente argumentava que as azinhagas eram normalmente “Ruins Lugares de traição (...) onde se [introduziam] os malfeitores, para cometerem os Latrocínios, assaltarem as fazendas,

⁹⁵³ ANTT, IGP, livro 1, fl.s 521-524.

⁹⁵⁴ Francisco Santana, opus cit., vol. I, pp. 473-474 (F. 143-143vº)

⁹⁵⁵ José Seabra da Silva (1732-1813), que fora adjunto do Marquês de Pombal na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, foi depois afastado por desinteligências políticas com este último, tendo sido desterrado para o Brasil. Depois da subida ao trono de D. Maria I e do afastamento de Pombal, regressou a Portugal e acabou por assumir a chefia dessa Secretaria de Estado durante doze anos (de 1788 a 1799).

e se introduzirem nas cazas dellas ainda para outros fins, e fazerem passagem aos Dezemcaminhadores dos Reaes Direitos.”

Para comprovar o que afirmava, relatava alguns dos crimes que tinham ocorrido nas referidas azinhagas de Campolide como, por exemplo, o ataque a tiro a “hum miserável homem, que por ali cazualmente transitava”, as emboscadas aos viajantes feitas pela quadrilha do “chamado Cappitã da Fandinga”, o roubo de que foi alvo “Sebastião de Britto Castro Figueiredo e Mello, que passava em carruagem” e os descaminhos aí realizados pelos “Dezemcaminhadores, para não virem às Portas da cidade pagar os Direitos” e concluía, afirmando que deveriam fechar-se todas as azinhagas porque só serviam para “se perpetrem delitos e roubos, e furtos às Fazendas, e poderem os Ladroens, e Ratoneiros a seo Salvo perpetra-los.”⁹⁵⁶

Com o intuito de melhorar a segurança e a comodidade dos viandantes, Pina Manique resolveu abrir uma rua pelo meio da horta que o Mosteiro do Desterro possuía nas proximidades da Rua dos Anjos, tendo para tal obtido a concordância do D. Abade e do rendeiro da horta e obrigando-se a pagar ao referido Mosteiro uma parte da renda que o referido rendeiro pagava. E, como explicava no ofício enviado ao secretário de Estado José de Seabra da Silva, a 7 de Novembro de 1797, lembrara-se de “formar na mesma Horta hum Praça, e colocar nela hum chafaris, cuja cantaria [tinha] prompta, e fazer conduzir para este a agoa de outro chafaris insignificante, que [havia] na mesma Rua dos Anjos.”⁹⁵⁷

Com base neste e noutros documentos similares, somos levados a concluir que a regularização e (ou) o alargamento das vias (ou seja, a racionalização do espaço urbano) eram, na perspectiva de Pina Manique, factores de bem-estar social e de segurança, na medida em que facilitavam a vida dos residentes e impediam (ou dificultavam) a delinquência e os crimes e facilitavam a acção da policial.

Pina Manique agia, pois, em consonância com um determinado conceito policial de cidade, segundo o qual “a regularidade dos traçados e simetria dos edifícios [visavam] também assegurar o seu saneamento moral, permitindo melhor disciplinar os usos do espaço urbano (...) facilitando assim à Intendência Geral da Polícia o

⁹⁵⁶ ANTT, IGP, livro 1, fl.s 25-26

⁹⁵⁷ ANTT, IGP, livro XV, fl.165vº-166

desenvolvimento da sua actividade de vigilância, indispensável para assegurar a ordem e a tranquilidade pública.”⁹⁵⁸

Mas, o empenho de Pina Manique na regularização e calcetamento das ruas foi motivado não só pelas questões de segurança pública, mas também por razões estéticas, as mesmas que o levaram a proibir a colocação de vasos de “ornamento nas janelas”, porque desfiguravam “a boa regulação das Ruas.”⁹⁵⁹

Sabendo que a escuridão convidava e (ou) facilitava a acção dos criminosos - “a noite era má conselheira”-, Pina Manique encarou a iluminação dos espaços públicos como uma medida dissuasora da criminalidade e esforçou-se para que a mesma fosse concretizada, apesar das muitas dificuldades com que se confrontou.

Logo que quis avançar com o seu projecto de iluminação em 1780, enfrentou a animosidade dos residentes a quem tinha exigido a comparticipação de cem réis para as despesas inerentes ao azeite, às torcidas e ao pagamento dos trabalhadores encarregados de acender, apagar e limpar os candeeiros. Os protestos chegaram à rainha e esta decidiu limitar essa comparticipação ao fornecimento de certa quantidade de azeite. No alvará régio datado de 12 de Dezembro de 1780, D. Maria I informava os “moradores desta praça do Rocio, Rua Augusta, Praça dos Leilões, Rua Direita do Arsenal, Praça do Sodré, Ribeira Nova, Praça de S. Paulo, Rua Direita dos Remolares e Rua Nova d’Elrey”, que tendo determinado a iluminação da cidade “como se pratica nas côrtes mais civilizadas da Europa”, e mandando fazer à custa da “Real Fazenda os candeeiros e mais preparos”, determinava aos referidos moradores que cada um desse “um quartilho d’azeite doce inferior de 27 em 27 dias à pessoa que está encarregada de mandar acender os ditos candieiros.”⁹⁶⁰

Surgiram igualmente problemas com o fornecimento dos lampiões ou candeeiros, porque nem todos os funileiros concordaram com o valor que fora combinado. Dirigindo-se ao Visconde de Vila Nova da Cerveira, a 22 de Outubro de 1781, Pina Manique explicava que, para adiantar a iluminação da cidade “não só por ser mais necessária por as noites tenebrosas do Inverno, mas pelos repetidos requerimentos que [lhe tinham] feito os moradores de algumas ruas”, decidira mandar “pelos Juizes do officio de Funileiro distribuir seis Candieiros por cada huma logea daquela Corporação

⁹⁵⁸ Monteiro, Cláudio, opus cit., p. 204

⁹⁵⁹ ANTT, MR, maço 454, cx. 569, fl. 9

⁹⁶⁰ Documento inserido no maço 461 da Colecção Pombalina da B.N., indicado por Augusto da Silva Carvalho, opus cit., p. 44

para os fazerem (...) [pelo] preço [estipulado pelos mestres de] quatro contos”. Porém, como explicava mais à frente, tinham surgido problemas porque dois mestres funileiros que haviam discordado do valor estipulado, tentaram convencer os outros a não fazerem os candeeiros por aquele valor e tinham levado alguns a assinarem um requerimento para “alterar o preço extipulado a quasi outra tanta quantia daquela”, o que o levava a ordenar a sua prisão.⁹⁶¹

A 14 de Dezembro de 1782, dirigiu-se a outro Secretário de Estado, o Marquês de Angeja, para lhe requerer apoio financeiro para suportar as despesas necessárias à manutenção dos “2100 lampeões”, para pagar aos funcionários encarregados do serviço de iluminação – o administrador, o ajudante e o tesoureiro -, aos 100 acendedores e para a compra de “9600 cântaros de azeite”.⁹⁶²

As restrições financeiras obrigaram a reduzir o número de candeeiros inicialmente previsto mas, “oito anos depois existiam já 718 candeeiros que, em muitas noites, de acordo com o costume, não eram acesos, ora porque fazia luar, ora porque se havia esgotado a verba destinada a esse fim.”⁹⁶³

A iluminação da cidade foi, de facto, várias vezes, comprometida pela falta de verbas para comprar azeite e, para resolver esse problema, Pina Manique mandou plantar oliveiras ao longo de algumas estradas. Como referiu numa carta enviada ao Mordomo-Mor a 26 de Junho de 1796, as estacas de oliveira foram plantadas na estrada que ia “de Sacavem para Alverca” e “nas Estradas da maior parte do termo desta Corte”, para “comodidade dos viandantes, e para que o fruto, que produzirem, [ficasse para a] Caza pia, e á illuminação da Cidade.”⁹⁶⁴

Houve também interrupção da iluminação pública em 1792, devido à vandalização dos candeeiros que ocorreu “nos sítios da quinta velha, Carreira dos Cavallos, Campo de Santa Anna, e Rua das Pretas”⁹⁶⁵, como relatou Pina Manique ao Secretário de Estado José Seabra da Silva, a 30 de Maio desse ano.

Referindo-se à falta de iluminação pública de Lisboa, Carrère afirmou que, em virtude de um imposto lançado em 1790, no ano seguinte foram colocados candeeiros, ficando, por isso, a cidade iluminada nos “Invernos de 1791 a 1792 e de 1792 a 1793”

⁹⁶¹ ANTT, IGP, livro 1, fl. 214-216

⁹⁶² Augusto da Silva Carvalho, opus cit., p. 44

⁹⁶³ Serrão, Joel, “Iluminação pública e privada” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, pp. 466-468

⁹⁶⁴ ANTT, IGP, livro XV, fl.s 290-296vº

⁹⁶⁵ ANTT, IGP, livro 3, fl. 221 vº

mas, no inverno de 1793, os referidos candeeiros foram retirados e, por isso, “no Inverno de 1793 a 1794 não houve mais iluminação.”⁹⁶⁶

E, porque Carrère tinha uma péssima opinião de Pina Manique, não deixou de divulgar os boatos que então circulavam acerca da suspensão da iluminação pública, segundo os quais o dinheiro do imposto destinado à iluminação fora utilizado pelo Intendente para as festas faustosas que o Intendente dera por ocasião do parto da princesa do Brasil.

Nos anos seguintes, a Intendência Geral da Polícia continuou a debater-se com falta de verbas para, entre outras coisas, suportar as despesas inerentes à iluminação da cidade, o que levou o poder central a canalizar para esse serviço, primeiramente a receita do Real d'Água das carnes (até então afecta às Águas Livres) - Decreto de 10 de Dezembro de 1803 – e, alguns meses mais tarde, um novo imposto sobre a comercialização de vinho, aguardente, azeite e carne, para afectar a esse serviço - Decreto de 14 de Abril de 1804.⁹⁶⁷

As frequentes interrupções do serviço de iluminação pública, decorrentes das dificuldades financeiras da Intendência, favoreciam a acção dos desordeiros e dos criminosos que actuavam, preferencialmente, de noite. Para prevenir e controlar, tanto quanto possível esses desordeiros e criminosos, Pina Manique determinou o fecho às dez horas da noite, das tabernas, das casas de bilhar e de outros estabelecimentos de diversão e, ao mesmo tempo, ordenou aos seus oficiais que realizassem rondas nocturnas, requerendo a colaboração de todos os “Regimentos da Guarnição desta Corte”, por ser elevado o “numero de Facioneiros, e Malfeitores, que tão descarada e atrevidamente [andavam] movendo Rixas, commettendo Mortes e Ferimentos, e perpretando Roubos”.⁹⁶⁸

Relativamente à imposição do horário de fecho às casas de bebidas e de jogos, a atitude da maioria dos proprietários dessas casas não foi muito colaborante e, por vezes, geraram conflitos com a Intendência. Alguns dos que se sentiram lesados nos seus interesses económicos por terem de fechar os estabelecimentos às 22h, recorreram à rainha, pedindo o alargamento do horário para os respectivos estabelecimentos, como

⁹⁶⁶ Carrère, J.B.F., opus cit., p. 67

⁹⁶⁷ Cláudio Monteiro, opus cit., p. 310

⁹⁶⁸ ANTT, IGP, livro 1 da Secretaria, fl.s 251-253

foi o caso de José Pedro da Silva, com loja de bebidas no Rocio que, a 16 de Abril de 1810, pediu autorização para manter o estabelecimento aberto até “11 horas da noute”.

Para justificar a sua pretensão, o referido José da Silva afirmava que a sua loja era “frequentada somente de pessoas as mais bem reputadas de Lisboa” e que ele sempre se mostrara um patriota e tinha “concorrido para as necessidades do Estado” mas o Intendente, ao dar o seu parecer à rainha, chamou a atenção para o facto de que, ao atender ao pedido daquele comerciante, teria de atender a muitos outros que estavam “em iguaes circunstancias”, o que acabaria com a disposição legal em vigor.⁹⁶⁹

O controlo da Intendência estendeu-se a todas as actividades lúdicas e festivas como a realização de récitas ou de representações teatrais, bailes, etc., na medida em que lhe competia zelar pelos “bons costumes” e evitar desregramentos e práticas “licenciosas”. Numa nota informativa enviada a 5 de Outubro de 1815 ao juiz do crime do Bairro Alto, informava-se de que, tendo sido indeferido o requerimento de Feliciano António, sapateiro, morador na Rua de S. João dos Bemcasados nº 57, que pretendia “fazer em sua Casa hum Entremez, ou Farça com algumas Pessoas da sua vizinhança”, deveriam ser tomadas providências para o caso do requerente intentar “insistir no pertendido divertimento.”⁹⁷⁰

Mas o zelo, muitas vezes levado a extremos, para evitar ou reduzir as desordens e os crimes não tiveram (e poderiam ter tido?) resultados imediatos. A 14 de Novembro de 1781, Pina Manique informava o Visconde de Vila Nova da Cerveira, de alguns roubos à mão armada que tinham ocorrido nos últimos dias, “entre outros a hum Chirurgião, no sítio de Val escuro, a quem roubarão o cavallo em que hia montado, e mais trastes que levava, e depois de lhe darem muitas pancadas, o deixarão attado de pez e maons, lançando-o dentro de hum valado; a hum Moleiro, junto do Portão da Ajuda, a quem da mesma forma attarão de pez e mãos; a hum soladado do Caes, a quem atravessarão com huma estocada mortal de necessidade, na Calssada de Agostinho Carvalho, alem de outros muitos mais” ordenara aos Ministros Criminaes desta Corte”.⁹⁷¹

As práticas criminosas – os homicídios, os roubos com armas, as agressões físicas, os raptos, a prostituição, etc. – assim como as práticas delituosas - a difamação,

⁹⁶⁹ ANTT, IGP, livro 11, fl.s 82vº-83

⁹⁷⁰ ANTT, IGP, livro 29, fl. 1

⁹⁷¹ ANTT, IGP, livro 1 da Secretaria, fl.s 251-253

os insultos, o adultério, a falsificação de remédios e a venda de alimentos degradados, contrabando, atropelamentos, abertura de lojas de bebidas fora dos horário legal, os jogos ilícitos, etc. –, evidenciavam um generalizado desrespeito pelas leis, pelas normas regulamentadoras da (con)vivência urbana e pelos “bons costumes” que, embora predominasse nos estratos populares (considerados “rústicos, incivilizados e bárbaros”), não deixava de se revelar, por vezes, nos estratos burgueses e nobres e, até, nos estratos religiosos.

Para impedir ou punir essas práticas irregulares, a Intendência exercia uma contínua vigilância sobre todo o espaço urbano e sobre todos os seus residentes, permanentes ou esporádicos – migrantes, vadios, estrangeiros – e, para facilitar tais tarefas, impôs a numeração a todos os prédios urbanos, através dos Editais de 27 de Outubro de 1807 e de 2 de Abril de 1811⁹⁷² A vigilância policial permitia conhecer todos os aspectos da vida dos cidadãos, não sendo por isso difícil detectar irregularidades ou desvios nos seus comportamentos (segundo os valores morais da época), susceptíveis de serem punidos.

Os relatórios sobre as vigilâncias e sobre as ocorrências diárias – desacatos, acidentes, crimes, etc. - elaborados pelos comissários da polícia eram enviados ao Intendente, que determinava as medidas deviam ser aplicadas a seguir – prisão preventiva, averiguação dos factos de que eram acusados, julgamento e punição (multa, prisão, degredo e morte) dos que eram dados como culpados.

A partir dos relatórios e da correspondência havida entre os Intendentes e os sucessivos Secretários de Estado, compreendemos não só o clima de desregramento e ou de *desordem* existente na *Corte* até às primeiras décadas do século XIX, mas também o conceito de *ordem* prevalecente que decorria, obviamente, do sistema político-jurídico vigente e dos valores morais e culturais dominantes.

Como mera nota de curiosidade, apontamos seguidamente e de forma sumária, alguns (outros já foram referidos atrás) dos muitos “casos de polícia”, ou seja, algumas das práticas delituosas e criminais – umas pouco relevantes e outras muito graves - detectadas, averiguadas e punidas pela Intendência Geral da Polícia, entre as últimas décadas do século XVIII e as duas primeiras do século XIX:

⁹⁷² Cláudio Monteiro, opus cit., p. 311

10 de Setembro de 1780 - interceptação de indivíduo na posse de “ hum grande numero de relógios, dos quaes se não haviam pago os Direitos a Sua Magestade, como elle mesmo confessou no Acto da Aprehenção”⁹⁷³

11 de Abril de 1781 - prisão de dois indivíduos que a 22 de Fevereiro tinham interceptado uma “Saloya” no sítio da Anunciada para lhe pregaram uma partida de Carnaval, mas que acabaram por desencaminhar “hum Besta menor em que a mesma Saloya levava alguns effeitos do seo pequeno tratto, e hum capote.”⁹⁷⁴

16 de Outubro de 1782 - prisão de indivíduos por homicídio, num caso o de um aprendiz de latoeiro, de quinze anos, na sequência de uma discussão com os companheiros por causa de um jogo e noutro caso, de um sueco em resultado de uma violenta discussão entre uns marinheiros portugueses e um contramestre sueco.⁹⁷⁵

3 de Novembro de 1787 - detecção da prática de jogos ilícitos na portaria do Convento de Santa Mónica, cujas freiras estavam “pela sua mão dando sortes de cinco reyes, e os prémios que [saíam]”, o que gerava um “grande concurso da Plebe a tirar as mesmas sortes”, e dava azo a “mil desordens e furtos (...) chegando ao excesso o mesmo Povo de insultar com palavras indecentes as mesmas Religiosas”⁹⁷⁶.

27 de Novembro de 1787 – envio para o Limoeiro de um mulato chamado Filipe, “Reo de duas Mortes aleivosas, e cruelmente feitas” que se encontrava em tratamento no Hospital de S. José.⁹⁷⁷

19 de Agosto de 1788 - prisão de dois padres que alguns meses antes tinham raptado uma rapariga e que vivendo numas casas da Rua dos Canos, não a deixavam “sahir fora nem satisfazer os preceitos da Religião”, o que fora comprovado pela averiguação levada a cabo pelo juiz do crime do Bairro do Limoeiro, que os encontrou com a rapariga raptada, tendo-se depois descoberto que um deles já tinha raptado outra rapariga em Castelo Branco e roubado a Igreja de Santa Iria, tinha determinado a sua prisão.⁹⁷⁸

21 de Janeiro de 1781 – identificação de um religioso que deu facadas num indivíduo na Rua de S.Bento.⁹⁷⁹

⁹⁷³ ANTT, I GP, livro 1 da Secretaria, fl. 21

⁹⁷⁴ ANTT, Idem, fl. 131-132

⁹⁷⁵ ANTT, Idem, fl. 464

⁹⁷⁶ ANTT: IGP, livro 3, fl. 5 vº

⁹⁷⁷ ANTT, Idem, fl. 8vº

⁹⁷⁸ ANTT: Idem, fl.s 29, 29 vº e 30

⁹⁷⁹ ANTT, IGP, livro 1 da Secretaria, fl. 95

8 de Fevereiro de 1795 - perseguição ao irmão do Conde de S. Miguel, D. Manuel Botelho e à quadrilha que organizou com “os Criados da Caza de seo Irmão e outros”, pelas desordens e delitos provocados na Mouraria.⁹⁸⁰

1815 - prisão de dois ingleses acusados de assassinares uma compatriota, atirando-a “de huma janella no Sítio do Caes do Sodré”⁹⁸¹

8 de Outubro de 1815 - prisão de um casal de amantes encontrados “a bordo de huma Embarcação que se dirigia ao Porto de Caminha, sem que fossem munidos de Passaportes”, em virtude da queixa apresentada pelo marido da mulher em fuga.⁹⁸²

18 de Outubro de 1815 - prisão de um soldado da 4ª Companhia do Regimento de Cavallaria, “porque passando junto à Igreja de Santos montado em hum Cavallo galizianno, atropelou Manoel dos Reis, de idade de 6 annos”⁹⁸³

31 de Outubro de 1815 – ordem de prisão para uns cabreiros de Campo de Ourique por introduzirem os seus rebanhos nas terras contíguas à quinta do Marquês da Fronteira, consumindo tudo o que produziam e chegando a entrar na referida quinta, “depois de haverem consomido hum nabal”⁹⁸⁴

11 de Novembro de 1815 - intimação ao dono de um Bilhar localizado no nº 33 da Calçada da Ajuda, para o fechar “a horas competentes, sob pena de lhe ser cassada a Licença”⁹⁸⁵

18 de Novembro de 1815 - averiguação para apuramento de culpa das circunstâncias em que ocorrera o acidente provocado por um “bolieiro” que, conduzindo uma sege em “excesso de velocidade” na Rua do Príncipe e não respeitando a ordem para parar da “Guarda estacionada no Passeio Público do lado sul”, acabara por atropelar um soldado que “ficou maltratado em huma das mãos, e em huma perna” e um dos indivíduos que seguiam na referida sege.⁹⁸⁶

27 de Novembro de 1815 - prisão de um indivíduo que correndo a cavalo “em excesso de velocidade”, atropelara gravemente uma senhora ⁹⁸⁷

30 de Dezembro de 1815 – apreensão de 30 cabras por estarem, indevidamente, a pastar numa “terra semeada de Sevada, e Nabos, no sítio dos Prazeres”⁹⁸⁸

⁹⁸⁰ ANTT, IGP, livro IV, fl.s 243 vº-245vº)

⁹⁸¹ ANTT, IGP, livro 29, fl.1

⁹⁸² ANTT, Idem, fl. 101

⁹⁸³ ANTT, IGP, livro 30, fl. 205

⁹⁸⁴ ANTT, IGP, livro 29, fl. 79

⁹⁸⁵ ANTT, Idem, fl. 80

⁹⁸⁶ ANTT : IGP, livro 30, fl. 153 vº

⁹⁸⁷ ANTT, Idem, fl. 154 vº

20. Janeiro, 1816 - condução ao Recolhimento de Santa Margarida de Cortona (na Real Fábrica da Cordoaria) de seis meretrizes e notificação dos dois indivíduos que lhes tinham alugado casas.⁹⁸⁹

29 de Janeiro de 1816 – arrombamento no dia anterior, “pelas seis horas da noute” da porta do 5º andar do nº 253 da Rua Áurea e roubo de “quinze pacotes com doze camisas cada hum”⁹⁹⁰.

2 de Fevereiro de 1816 - prisão de duas meretrizes por terem sido encontradas no dia anterior “pelas trez horas da tarde em huma taberna no Largo do Conde Barão”⁹⁹¹.

Julho de 1816 - averiguação (para se tomarem providências) acerca do modo de vida de um alferes de Cavalaria regressado “do serviço francez”, que tinha um comportamento “muito irregular”, embriagando-se diariamente, tratando muito mal a mulher e saindo com a filha *de 15 anos* “*por todo o dia, não se recolhendo se não depois da meia noite*”⁹⁹².

13 de Janeiro de 1817 – prisão de indivíduo que passando a cavalo na Barreira de S. Sebastião da Pedreira, pelas 11h 30m, não obedeceu à ordem de parar dada pela Guarda Real da Polícia.⁹⁹³

23 de Janeiro de 1817 - entrega de “galinhas e pombos ao Doutor Félix Avelar Brotero”, que lhe haviam sido roubadas e que a polícia “tinha apprehendido aos Roubadores”⁹⁹⁴.

15 de Janeiro de 1821 – interrogatórios e averiguações de três indivíduos suspeitos do “furto de hu relógio do Consul geral de França”⁹⁹⁵.

10 de Julho de 1821 – fecho de armazém de vinhos localizado entre a Calçada do Duque e a Rua do Príncipe, por o dono se recusar a acatar a ordem policial de não permitir a entrada de “Individuos sospeitos e causadores de desordens”⁹⁹⁶.

⁹⁸⁸ ANTT, IGP, livro 29, fl.4vº

⁹⁸⁹ ANTT, IGP, livro 30, fl. 1 vº

⁹⁹⁰ ANTT, IGP, livro 29, fl. 106vº

⁹⁹¹ ANTT: IGP, livro 30, fl. 210

⁹⁹² ANTT, Idem, fl. 2 vº

⁹⁹³ ANTT, Idem, fl. 22 vº

⁹⁹⁴ ANTT : Idem, fl. 23

⁹⁹⁵ ANTT, IGP, maço 214, doc. 63

⁹⁹⁶ ANTT, IGP, maço 214, doc. 139

12 de Outubro de 1821 – averiguações sobre um caixeiro de uma taberna na Rua dos Douradores que admitia “jogos de dados” e “pessoas suspeitas, e vadios”⁹⁹⁷.

Pelos dados acima apontados, concluímos que os delitos, os crimes e as desordens continuaram a fazer parte do quotidiano da cidade até às primeiras décadas do século XIX, o que decorreu de múltiplos factores de ordem política, económica, social e mental. Por um lado, o agravamento das finanças do Estado que se repercutiu, entre outras coisas, na redução das verbas destinadas à Intendência o que lhe condicionou os meios de acção. Por outro lado, o agravamento do custo de vida da população e a desmoralização geral provocada pela saída da família real para o Brasil, a ocupação da cidade pelos franceses e, alguns anos mais tarde, a indisciplina das guarnições que participaram e foram derrotadas na Guerra Peninsular.

Os estrangeiros presentes na capital portuguesa nos últimos anos do século XVIII e inícios do século XIX, correspondentes aos últimos anos de chefia de Pina Manique na Intendência Geral da Polícia, queixaram-se da insegurança e culparam-no de ser incapaz de controlar os criminosos. Na opinião de Carrère, Lisboa era a “mais mal policiada de todas as cidades”⁹⁹⁸ e Link constatando a grande quantidade de delitos e crimes no quotidiano da cidade, entendeu que esses “índices de criminalidade eram reveladores do mau policiamento.” Mas, se atendermos às medidas que o Intendente implementou ou tentou implementar e não nos alhearmos das circunstâncias em que exerceu o seu mandato, não podemos pôr em causa o seu empenho em prol da segurança pública e da *Ordem* na cidade.

Foi ainda por razões de segurança pública que Pina Manique regulamentou o serviço de combate aos incêndios, tendo estabelecido para cada bairro um corpo de intervenção formado por pedreiros e carpinteiros, com as respectivas ferramentas, para intervirem, sempre que necessário, sob as ordens do respectivo ministro do bairro. E, para tornar mais eficaz o serviço de incêndios, importou baldes de couro da Holanda e bombas de água da Inglaterra, devendo estas últimas estar nas casas “de cada Ministro do Bairro respectivo”.⁹⁹⁹

O combate da Intendência em prol da *ordem* urbana e do bem-estar dos seus residentes intensificou-se no decorrer do tempo, aumentando não só o número dos

⁹⁹⁷ ANTT, IGP, maço 214, doc. 182

⁹⁹⁸ J.B.F. Carrère, opus cit., pp. 63-65

⁹⁹⁹ ANTT, MR, maço 454, cx. 569

presos preventivos mas também dos que já tinham sido julgados e cumpriam as respectivas penas. Naturalmente, com o aumento do número de presos, agravaram-se as já bastante precárias condições das prisões da *Corte*.

5.1.1.2.1. A questão das Prisões

A maior prisão de Lisboa no século XVIII era a do Limoeiro, cuja criação e instalação no antigo Paço real “a-par-de-S.Martinho” tinham sido decididas por D. João II. Alguns anos mais tarde, D. Manuel I mandou realizar obras de melhoramento no edifício, ficando então instaladas no piso superior a Casa da Suplicação e do Cível (os tribunais) e no piso térreo as prisões.

Mas, devido ao estado de degradação que apresentava no início do século XVIII, D. João V determinou uma nova campanha de obras. Porém, com a ocorrência do Sismo de 1755, o edifício ficou de novo arruinado e teve de passar por obras de restauro no reinado de D. Maria I.¹⁰⁰⁰

A prisão do Limoeiro, além de receber presos de delito comum, também recebeu presos políticos, ou seja, indivíduos acusados de questionarem o poder político e (ou) os seus representantes. No reinado de D. José, um dos presos políticos mais famosos foi Correia Garção¹⁰⁰¹, membro da Arcádia Lusitana e redactor da *Gazeta de Lisboa*, entre Julho de 1760 e Junho de 1762, altura em que foi suspensa por ordem do Marquês de Pombal. Por motivos pouco conhecidos – talvez por ser demasiado *livre e moderno* para o gosto de Carvalho e Melo -, o poeta foi preso na sua residência a 9 de Abril de 1771 por ordem emanada da Secretaria de Estado e foi enviado para o Limoeiro, onde acabou por falecer a 29 de Novembro de 1772.¹⁰⁰²

Contudo, a principal prisão política no período pombalino, foi a do Forte de S. João ou da Junqueira¹⁰⁰³, que se localizava na zona ribeirinha ocidental, próximo do sítio em que foi construída a Coor道光, em 1771. No forte da Junqueira foram encarcerados membros do clero e da nobreza, alguns de grande notabilidade como o conde de Óbidos, o conde da Ribeira, o conde de S. Lourenço e o 2º Marquês de Alorna, e outros, a maioria dos quais foram considerados culpados de terem pactuado

¹⁰⁰⁰ Mesquita, Alfredo, *Lisboa*, Lisboa, ed. Arquimedes Livros, 1903, p. 343

¹⁰⁰¹ Pedro António Joaquim Correia Garção (1724-1772), poeta “árcade”, fez a sua estreia literária numa sessão da Academia dos Ocultos em 1754 e, em 1756, tornou-se presidente da Arcádia Ulissiponense ou Arcádia Lusitana (1756).

¹⁰⁰² Vide França, José Augusto, “Mutações Pombalinas ou o Pombalino como mutação” in *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 2007, p. 15

¹⁰⁰³ A prisão da Junqueira foi instalada no forte de S. João (localizado na linha costeira), que foi construído em 1660 e derrubado em 1939, a fim de permitir a abertura da Avenida da Índia.

com os responsáveis do regicídio (em 1758) e outros por, de alguma forma, terem desagradado ao Marquês de Pombal.

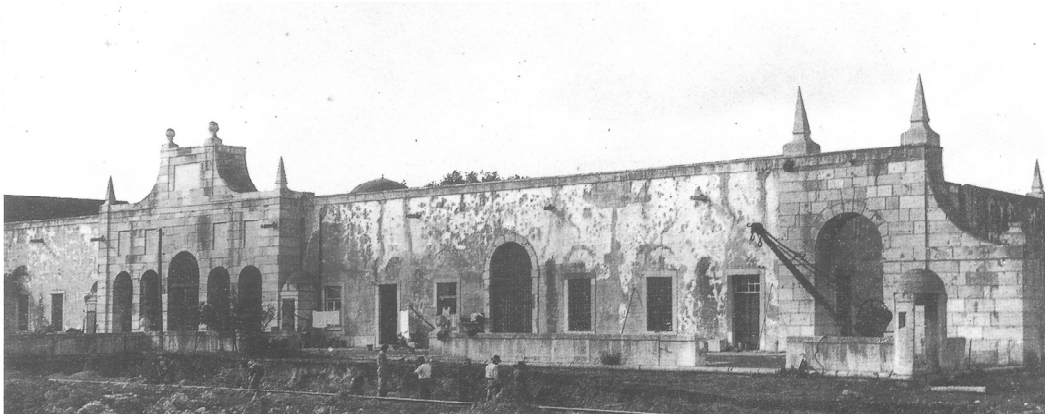


Figura 82. Fachada principal do antigo Forte da Junqueira

Durante os seus dezanove anos de cárcere na Junqueira, D. João de Almeida Portugal, 2º Marquês de Alorna, (recuperou a liberdade a 17 de Maio de 1777, por decisão D. Maria I) anotou as suas impressões sobre as condições da prisão, sobre as atitudes dos guardas, sobre a alimentação, sobre os seus companheiros de infortúnio, etc.

Nesse manuscrito (publicado pela 1ª vez em 1857 com o título de *As prisões da Junqueira*, o Marquês de Alorna descreveu sumariamente a prisão, dizendo que tinha dezanove cárceres dos quais destacava dois “quase de todo escuros” e outros dois tidos como os piores “pela sua pequenez, e por estarem perto de um cano por onde [despejavam] as imundícies”. Referia ainda que todos os cárceres tinham três portas, “duas de pau e uma de ferro” e, por cima da porta, ficavam as “janelas com duas grades, distantes dez palmos uma da outra, por ser essa a largura da parede”¹⁰⁰⁴.

Quanto às condições em que viviam os presos, dizia que lhes competia “varrerem as suas casas, fazerem as camas e limparem os seus candeeiros e talheres” e, quanto à roupa, afirmou que todos foram rompendo a que tinham vestido porque, não

¹⁰⁰⁴ Portugal, D. João de Almeida, marquês de Alorna, Lisboa, ed. Frenesi, 2005, p. 15

esperando ficar tanto tempo, “quase ninguém se proveu bastantemente do que lhe era necessário” e, por isso, muitos “padeceram grandes misérias”¹⁰⁰⁵.

Quanto à alimentação, que qualificava de muito má, consistia, normalmente, em “água quente, ou chá, ou leite” de manhã, ao jantar (almoço), por vezes, “sopa mal feita, vaca sofrível, arroz mau, um guisado de carneiro grosseiríssimo, um pão pequeno mal feito” e, à ceia, “outro pão, e dois pratos, um de ervas, ordinariamente mal feitas, e outro de carne”. Mas, acrescentava, o pior de tudo, era a “porcaria”, visto que os “os pratos da casa (...) de estanho” só eram areados três ou quatro vezes por ano e as caçarolas e panelas da cozinha nunca se limpavam, sendo o comer “sempre asqueroso e fedorento”¹⁰⁰⁶.

Com a ascensão ao trono de D. Maria I, os presos que ainda se encontravam na Junqueira foram libertados e, alguns anos mais tarde, em 1796, o regente D. João (futuro D. João VI) ordenou o fecho da prisão e a adaptação do edifício em “Armazem para o novo estabelecimento do Porto Franco”, segundo o “risco assignado pelo Architecto Francisco Xavier Fabri.”¹⁰⁰⁷

Uma grande percentagem dos presos que enchiam as cadeias da capital (e do resto do país) em Setecentos, eram presos preventivos que aguardavam durante meses e anos o julgamento, devendo-se o atraso dos processos ao mau funcionamento do sistema judicial e à incompetência ou desleixo dos funcionários judiciais, incluindo os próprios juízes.

James Murphy teceu considerações pouco elogiosas ao sistema judicial português, afirmando que era “muito defeituosa a aplicação das leis criminais” e que era particularmente grave o facto de os presos se conservarem “muitos anos detidos antes de serem julgados [estando] na contingência de irem para a sepultura cobertos de infâmia, sendo alguns inocentes” mas, à época, o sistema judicial e penal inglês (e o da maioria dos países europeus) não era muito melhor.

Carrère, por sua vez, afirmou que muitos crimes ficavam impunes e só eram punidos “os pequenos delitos, muitas vezes apenas suspeitos, com uma atrocidade revoltante”, mostrando-se os juízes negligentes relativamente aos crimes graves enquanto julgavam de forma “precipitada, leviana e severamente” os delitos menores.

¹⁰⁰⁵ Idem, p. 24

¹⁰⁰⁶ Idem, p. 30

¹⁰⁰⁷ Carvalho, Ayres de, opus cit., p. 138

Na sua opinião, a “negligência dos tribunais, a lentidão dos processos, a consequente amortização das provas, a facilidade com que se [consequia] a absolvição dos criminosos”, concorriam para a impunidade dos crimes mais horríveis.¹⁰⁰⁸

Ainda segundo Carrère, todos os indivíduos que entravam nas prisões, ficavam “sequestrados da sociedade, privados de toda a comunicação com os seus advogados [e] à mercê de um carceiro, sempre impiedoso” e, por não existirem quaisquer directrizes respeitantes à alimentação dos detidos, a maioria, por serem muito pobres, passavam “dois ou três dias sem comer, não tendo outros recursos que algumas esmolas, sempre incertas, sempre insuficientes na sua maioria”¹⁰⁰⁹.

Sobre as prisões da capital, das quais apenas destacou a do Aljube - “prisão privativa para o Clero (...) situada perto da Igreja Patriarcal (...) sob a jurisdição do Patriarca” - observou que nada existia de mais horroroso e que aí se encontravam amontoados todo o tipo de indivíduos, desde o “homem honesto, mas infortunado” aos bandidos de pior espécie, num “mesmo compartimento, num lugar que muitas vezes não [tinham] outro respiradouro que não [fosse] a porta (...) Quando o [tinha], esse respiradouro não [ia] além de uma janela pequeníssima e mais restringida ainda pela grade dupla que a [defendia], e isto num lugar onde o ar já [era] viciado pelas emanções dos corpos ali encerrados, pelos corpúsculos pútridos que [emanavam] das camas e pelo ar que se não [renovava]”.

As observações de Carrère, confirmadas por outros seus contemporâneos, revelavam bem o estado de degradação a que tinham chegado as prisões da capital – com espaços exíguos, mal ventilados e muito sujos – e onde faltavam ou eram muito escassos os alimentos, devido não só ao elevado número de presos que aí se encontravam, mas também ao generalizado desinteresse das autoridades judiciais.

Alguns anos antes, Ribeiro Sanches debruçara-se sobre a questão das prisões no cap. XIX do seu Tratado e observara que os presos viviam “*sepultados no Ar corrupto, fétido*”, sendo castigados com “a perda da Saúde, e muitas vezes, com a vida”. E, a propósito das “febres pestilentas nascidas no Limoeiro (...) que causaram a morte a muitos habitantes vizinhos daquela prisão”, afirmara que “não tiveram outra causa que o Ar podre, encerrado, cheio das exalações daqueles cadáveres viventes”.

¹⁰⁰⁸ Carrère, J.B.F., opus cit., pp. 92-93

¹⁰⁰⁹ Carrère, J.B.F., opus cit. p.91

Apesar dos alertas lançados por Ribeiro Sanches e por outros médicos *higienistas*, a reforma das prisões e, simultaneamente, a do sistema judicial, continuou a ser adiada e, até finais do século XVIII, a situação dos presos foi-se agravando cada vez mais. Contudo, nas últimas décadas desse século, começaram a ouvir-se as vozes dos filantropos que, condoídos com a miserável vida miserável dos presos, apelavam por uma justiça mais rápida e mais eficiente e pela melhoria das condições nas cadeias.

Movido por princípios humanitários e filantropos, D. Francisco Gomes de Avelar, o Bispo Tutelar dos Algarves (Parte II, cap. 4.3.3.), dirigiu-se ao Intendente Pina Manique questionando-o sobre as condições das cadeias da *Corte* e sobre os meios necessários para as melhorar “nas commodidades precisas para conservação da saúde e limpeza das mesmas”.

Na resposta enviada ao prelado a 6 de Janeiro de 1790, Pina Manique começava por explicar que “ordineramente [paravam] nas prisões desta Corte de seicentos a setecentos presos pouco mais ou menos: muitos delles [eram] de *summario*; outros [corriam] seus livramentos, os quaes [eram] prolongados humas vezes por falta de meios, que [tinham] os presos para poderem fazer as despesas: outros por estarem dependentes das inquirições para esta, ou aquella terra deste Reino (...) outros pelas partes, que os [acusavam], procurassem todos os meios e estratagemas, com que [iludiam] muitas vezes os Ministros, e lhes [atavam] as mãos, buscando meios de agravo (...) outros pelos Escrivães das culpas na inferior, e superior Instancia lhes não satisfazerem os selários”.

Afirmava, mais à frente, que, na sua opinião, o meio mais adequado para salvar a saúde dos presos era garantir a sua ocupação, era o “po-los em trabalho enquanto [corriam] os seus livramentos, e os outros, que se [achavam] a *summario* enquanto não [eram] chamados para ouvirem as suas sentenças, [deviam], igualmente ter o mesmo exercício na Cordoaria Real e fabricas de lonas, desfiando amarras e cordas velhas para calafetar, e fiando linhos, ou estopas para tecidos das grossarias (?) dos Arsenais, onde [conseguiriam] ganhar para se sustentarem, e cubrirem a sua nudês, e [interessava] ao Estado esta mão de obra”¹⁰¹⁰.

Em Agosto de 1794, na sequência de um novo surto epidémico no Limoeiro, o mordomo-mor questionou o Intendente sobre as medidas a aplicar para melhorar as

¹⁰¹⁰ ANTT, IGP, livro 3, fl. 103, 103 vº

condições existentes nas prisões e, este último, na resposta dada a 16 desse mês e ano, reafirmou o que já dissera ao bispo do Algarve, ou seja, que uma das medidas mais importantes era a de reduzir o tempo de permanência dos acusados na prisão - devendo o desembargador promotor da justiça tomar medidas nesse sentido – e a outra era a de garantir uma ocupação útil a todos os presos.¹⁰¹¹

Na óptica de Pina Manique, o trabalho surgia não só como um meio de garantir a saúde física dos detidos, mas também como uma via “redentora”, ou seja, um meio de prevenir “desvios” e de recuperar para a sociedade os que, por determinadas circunstâncias, tinham sido “desviados” e tinham cometido transgressões ou delitos. Foram estas mesmas ideias que o levaram a criar primeiramente os recolhimentos para mulheres “de vida libertina” e para “homens ociosos”, a que já nos referimos (Parte II, cap. 5.2.).

As opiniões do Intendente nesta matéria, revelavam um bom conhecimento das reformas da legislação penal, iniciadas nas duas últimas décadas de Setecentos nalguns países europeus – Inglaterra, França - e nos Estados Unidos da América. Essas reformas propostas pelos filósofos iluministas e por muitos teóricos do Direito, visaram acabar definitivamente com as penas de suplícios, ainda em prática na 1ª metade do século XVIII e que os juristas clássicos continuaram a defender até ao século seguinte.

Recusando a aplicação de suplícios (entendida como sinónimo de barbárie) e limitando a pena de morte para os assassínios, os grandes reformadores franceses de finais de Setecentos¹⁰¹², propuseram penas mais “humanizadas”, proporcionais aos crimes cometidos e, tanto quanto possível, “com variáveis individuais”¹⁰¹³. A reforma penitenciária setecentista destacou a importância do trabalho na prisão como o método mais eficaz para a corrigir os delinquentes e criminosos e viabilizar a sua reintegração na sociedade, o que também contribuiria para evitar futuros crimes.¹⁰¹⁴

Em resultado dos esforços despendidos por Pina Manique junto do governo para que os presos fossem ocupados com trabalho útil, a 25 de Agosto de 1802 foi publicado

¹⁰¹¹ Carvalho, Augusto da Silva, opus cit., p. 61

¹⁰¹² Foucault, Michel, *Surveiller et punir*, pp. 76-77

¹⁰¹³ Idem, p. 130

¹⁰¹⁴ Idem, pp. 124-132

um Decreto autorizando a comutação das penas de trabalhos forçados na limpeza dos canos da cidade.¹⁰¹⁵

A reforma das cadeias continuou adiada até meados do século XIX, apesar de ter sido aventada a hipótese da construção de um novo edifício prisional no reinado de D. Maria I. Os planos para esse edifício foram encomendados aos arquitectos Francisco António Cangalhas e Cyrillo Volkmar Machado. O projecto deste último arquitecto, chegou a ser aprovado, previa a construção de um edifício rectangular de “270 palmos de frente por 507 de fundo, dividido em duas metades – uma para palácio, outra para cadeia”, comportando a primeira parte do lado da frente “o tribunal da Casa da Suplicação, as salas de respeito, o archivo, os gabinetes” e do lado traseiro, um grande átrio para o qual abririam as “sete casas para as audiências (...) as residências do guarda-mor, carcereiro, guarda-livros”. A parte da cadeia era constituída por “largas galerias muito arejadas, em volta de um pateo quasi quadrado de mais de 200 palmos de lanço.”¹⁰¹⁶

Depois da vitória do Liberalismo, verificaram-se profundas remodelações no sistema jurídico português o que proporcionou grandes alterações ao nível do direito penal que culminaria na abolição da pena de morte e das penas de prisão perpétuas, em 1867. Na sequência destas alterações, tornou-se cada vez mais premente a construção de uma nova prisão que se pautasse pelas regras aplicadas nas mais modernas penitenciárias da Europa e dos Estados Unidos.

Finalmente, com a publicação do Decreto de 24 de Abril de 1873, foi determinada a construção da Cadeia Penitenciária. Para a implantação do edifício, escolheram-se “as terras do Seabra, entre o reservatório do Pombal e a estrada da circunvalação” e requisitaram-se os necessários projectos para a Penitenciária de Lisboa.

Dos três projectos apresentados, foi escolhido o do engenheiro Ricardo Júlio Ferraz que, inspirado nas modernas prisões de Birmingham e de Leeds¹⁰¹⁷, propôs uma planta de forma estrelada e estruturada a partir de um corpo central (a torre panóptica) e com uma fachada de características neo-góticas. A construção do edifício da Penitenciária decorreu entre 1874 e 1885.

¹⁰¹⁵ Cláudio Monteiro, opus cit., p. 309

¹⁰¹⁶ Alfredo Mesquita, opus cit., p. 343

¹⁰¹⁷ Sequeira, Gustavo de, opus cit., vol. IV, p. 505

5.1.2. A Intendência Geral da Polícia, de 1805 a 1833

Em 1805, ano da morte de Pina Manique, o casal Junot instalou-se na capital portuguesa, tendo Andoche Junot permanecido até Setembro de 1806 e Laura Perman até Dezembro desse mesmo ano.

Quando anos mais tarde Laura Perman, Duquesa de Abrantes (1784-1838), escreveu as suas memórias¹⁰¹⁸, recordou com simpatia o que tinha visto e vivido durante a sua estada em Lisboa. A vista cidade a partir do Tejo, como afirmou logo no início, impressionara-a tanto que não tinha dúvida em afirmar que não existia “nada mais belo que a vista de Lisboa.”¹⁰¹⁹

Algumas zonas urbanas mereceram os seus elogios como foi o caso da “bela praça do Comércio” e dos edifícios que a ladeavam, particularmente o que fechava o seu lado oriental que era “um grande e belo edifício com arcadas, encimado por um pavilhão que [era] a Bolsa.”¹⁰²⁰

A Duquesa elogiou também a segurança pública da capital, afirmando que a cidade se tornara “sossegada, habitável [bem] iluminada por candeeiros desde Belém até ao Grilo” e, por todos esses aspectos, era fácil perceber “que se estava na Europa.”¹⁰²¹

Contudo, a Duquesa de Abrantes não deixou de comentar que a *ordem* reinante se devia exclusivamente à acção do Conde de Novion¹⁰²², comandante da Guarda Real da Polícia, uma vez que “antes dele, as ruas de Lisboa eram apenas iluminadas por umas pequenas lanternas penduradas diante das imagens da Virgem existentes a cada esquina

¹⁰¹⁸ As memórias da Duquesa de Abrantes, foram intituladas de *Souvenirs et séjours* de 1808 a 1811 mas, como advertiu José Augusto França, as datas indicadas revelam “grande impropriedade na parte que diz respeito a Lisboa, onde o casal Junot só viveu de fins de Abril de 1805 a Setembro de 1806”. Por tal razão, quando o mesmo autor traduziu a obra para português (a parte concernente à estada em Portugal), intitulou-a *Recordações de uma estada em Portugal 1805-1806*.

¹⁰¹⁹ Abrantes, Duquesa de, *Recordações de uma estada em Portugal 1805-1806*, Lisboa, ed. BN, 2008, p.

21

¹⁰²⁰ Idem, p. 43

¹⁰²¹ Abrantes, Duquesa de, opus cit., p. 37

¹⁰²² Jean-Victor, Conde de Novion, chegou a Portugal como emigrante em 1797 e, graças às diligências do Marquês da Fronteira e do Conde da Torre, ingressou no exército português, chegando algum tempo depois ao posto de coronel. Criada a Guarda Real da Polícia (Dezembro de 1801), o Conde de Novion assumiu o seu comando até 1808, ano em que regressou a França com o exército de Junot.

(...) [e] eram mais perigosas de percorrer a pé em 1797 (...) do que uma das nossas estradas principais”.¹⁰²³

Os exagerados elogios feitos ao Conde de Novion, tendiam a fazer esquecer que todas as suas acções enquanto comandante da Guarda Real da Polícia, obedeciam às ordens recebidas dos Intendentes Gerais, aos quais estava subordinado, não podendo, por isso, dissociar-se o seu mérito das capacidades de chefia destes últimos, em especial de Pina Manique. Aliás, fora o próprio Pina Manique que sugerira aos Secretários de Estado, mais do que uma vez, a criação da Guarda Real, sugestões que só foram atendidas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1801.

O clima de segurança pública constatado pela Duquesa de Abrantes nos anos de 1805-1806, resultante, sem dúvida, dos esforços despendidos por Pina Manique e do seu imediato sucessor na chefia da Intendência Geral da Polícia, ficou seriamente comprometido a partir de 30 de Novembro de 1807, ou seja, a partir do início da ocupação da capital pelo exército de Junot.

Após a saída dos franceses no Verão de 1808 e durante o período de domínio político-militar inglês, Beresford determinou o reforço dos efectivos da Guarda Real da Polícia - em 1810, chegaram aos 1300 homens – para restabelecer a *ordem* na capital. Contudo, a criminalidade não baixou e a insegurança manteve-se, o que contribuiu para o crescente descrédito da Intendência Geral da Polícia.

Na sequência da Revolução Liberal de 1820, as Cortes debateram o futuro da instituição e da respectiva Guarda Real da Polícia que eram olhados pela maioria dos deputados como órgãos repressivos e ao serviço de um regime autoritário e obsoleto. Surgiram, assim, diversas propostas, umas exigindo a sua imediata extinção e outras a repartição das suas funções pelo Senado da Câmara e pelas secretarias de Estado da Justiça e dos Negócios do Reino. Para os deputados mais radicais, como Soares Franco, a Intendência Geral da Polícia era “um monstro (...) criado no tempo do Marquês de Pombal para incutir aos povos um grande terror”¹⁰²⁴ e, tal como a Inquisição, estava em absoluta contradição com o sistema de governo constitucional sendo, por isso, inconstitucional.

¹⁰²³ Abrantes, Duquesa de, opus cit., p. 30

¹⁰²⁴ Lousada, Maria Alexandra, “A cidade vigiada. A Polícia e a Cidade de Lisboa no início do século XIX” in *Cadernos de Geografia*, nº 17, 1998, Coimbra, FLUC, p. 230

Nos primeiros meses de 1822 (de Janeiro a Março) os deputados discutiram a extinção da Intendência Geral da Polícia e da respectiva Guarda Real mas, cerca de um ano depois, em sessão de 10 de Março de 1823, surgiu uma nova proposta, que previa a formação de uma guarda nacional e a manutenção das Guardas Reais no Porto e Lisboa e que confirmava a extinção da instituição, o que foi confirmado na sessão do dia 29 do mesmo mês.

A 7 de Abril de 1823, o monarca assinou o decreto de abolição da Intendência Geral da Polícia mas, em resultado do golpe da Vila-Francada e da guerra civil que se seguiu, essa decisão (como muitas outras) só viria a concretizar-se depois da vitória decisiva dos Liberais sobre os Absolutistas, com a publicação do decreto de 8 de Novembro de 1833.¹⁰²⁵

Porém, a extinção da Intendência Geral da Polícia, não implicou o desaparecimento das forças policiais mas sim a sua reorganização e (ou) a criação de novos corpos policiais, uma vez que os liberais, por muito que amassem a(s) liberdade(s), também amavam a ordem e sabiam que esta não podia ser mantida sem o recurso a tais forças.

A Lisboa liberal e romântica dos anos 30 do século XIX, era uma cidade fortemente policiada devido à presença dos “14 batalhões de guardas nacionais” e das “10 companhias de guardas municipais” sustentadas pela Câmara, o que muito contribuiu para o decréscimo dos “roubos, [dos] assassinatos e toda a qualidade de crimes (...) [que tinham sido] tão frequentes”¹⁰²⁶.

Num clima de maior tranquilidade e de segurança, a cidade iniciaria em breve um novo ciclo de desenvolvimento demográfico e económico, que implicaria, entre outras coisas, a acentuada urbanização das, até então, zonas limítrofes - a leste, a zona definida entre os Barbadinhos e o vale de Chelas, a oeste, entre a zona de Alcântara e de Belém e a norte, entre Arroios e o Campo Pequeno -, caracterizadas pela presença de casas conventuais, também elas condenadas ao desaparecimento pela força dos “ventos da liberdade”.

¹⁰²⁵ José Subtil in História de Portugal, dir. José Mattoso, Lx., ed. Círculo de Leitores, 1992, 4º vol., p. 175

¹⁰²⁶ Câmara, P. P., *Descrição Geral de Lisboa em 1839*, Lisboa, ed. Typographia da Academia das Bellas Artes, 1839, p. 62

CONCLUSÃO

Pretendemos, com o nosso estudo, demonstrar a influência exercida pelo discurso *higienista* junto das elites urbanas lisboetas e junto do poder real, conducente a várias decisões régias que proporcionaram importantes intervenções urbanísticas na cidade, entre 1731 e 1833.

De acordo com os objectivos a que nos propusemos, encarámos esse longo período da evolução urbana de Lisboa, atendendo fundamentalmente à criação e (ou) reposição (por decisão régia, do Senado camarário ou de outras instituições), de normas regulamentadoras da limpeza urbana e às intervenções urbanísticas e arquitectónicas destinadas (ou que contribuíram) a proteger a saúde pública e a garantir a segurança e o bem-estar social.

Esse período secular da história de Lisboa, correspondente aos reinados de D. João V, D. José I, D. Maria I e D. João VI, foi caracterizado pelas sucessivas transformações urbanísticas e arquitectónicas, destinadas a embelezar e *modernizar* a urbe, em honra do(s) monarca(s) e em prol do bem-estar e da *felicidade* do povo.

Distinguimos os momentos mais significativos desse percurso de *modernização*, que foi também um percurso conducente da *desordem* à *ordem*, evidenciado muito mais nas intenções do que nos resultados.

O primeiro momento, correspondente ao reinado de D. João V (e aos primeiros anos do reinado seguinte), foi marcado pela implementação de normas destinadas a melhorar o saneamento urbano – novo sistema de limpeza das ruas, definição de locais de despejo dos lixos mais afastados do centro da cidade, cobertura dos *canos reais* – e por diversas intervenções urbanísticas e arquitectónicas - alargamento e regularização de ruas, construção do Aqueduto das Águas Livres e chafarizes – destinadas a proporcionar o bem-estar dos súbditos.

As intervenções arquitectónico-urbanísticas do período joanino, embora pontuais e dissociadas entre si e, portanto, sem clara planificação prévia¹⁰²⁷, evidenciaram uma

¹⁰²⁷ Walter Rossa, “A cidade portuguesa”, in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1995, vol. III, pp. 293-295

nova *conceptualização* espacial - a da cidade racional, *limpa e ordenada* -, na qual se reflectiam os valores culturais iluministas e as preocupações dos médicos *higienistas*.

O processo de modernização joanino foi interrompido, de forma inesperada e violenta, pelo Terramoto de 1755 e só a rápida reacção de Sebastião José de Carvalho e Melo (Secretário de Estado do Reino em 1756) impediu o agravamento da *desordem* que se generalizou a todo espaço urbano nos tempos subsequentes ao cataclismo. Por iniciativa do futuro marquês de Pombal foram, então, implementadas várias *Providências*, umas visando o saneamento - dar sepultura aos mortos, garantir a assistência hospitalar e medicamentosa aos feridos e enfermos, reparar os esgotos e drenar as águas estagnadas, remover entulhos e lixos, etc. - e outras visando a segurança - perseguição e castigo dos criminosos, vinda de regimentos militares, proibição da construção de barracas, etc.

O segundo momento do processo de ordenação e modernização da cidade, associou-se ao programa de reconstrução/renovação da cidade após o Terramoto de 1755, cuja iniciativa pertenceu ao futuro marquês de Pombal e cuja concepção e planeamento pertenceu a uma plêiade de distintos engenheiros-militares, culturalmente ligados à cultura das Luzes e ao pensamento *higienista*, dentre os quais, Manuel da Maia, Eugénio dos Santos, Carlos Mardel, Reinaldo Manuel e José Monteiro de Carvalho.

O Plano da Baixa Pombalina, estruturado numa malha ortogonal e racional - caracterizada por quarteirões uniformizados e por ruas rectilíneas, largas e calcetadas - foi acompanhado pela publicação de um conjunto de regulamentos visando o saneamento urbano – construção de cloacas sob a rede viária, obrigação de criação de esgotos nos novos prédios, construção de novos chafarizes, etc.

Mas, para além da Baixa pombalina, racionalmente *ordenada*, a nova capital portuguesa apresentava outras áreas urbanas, a norte e a ocidente do perímetro urbano, menos *ordenadas* (a começar pela sua génese “ilegal” ou contrária à regulação pombalina) mas de acentuado crescimento demográfico onde, a par das barracas, se foram construindo novos prédios de rendimento e até alguns palacetes.

A cidade josefina foi dotada não só de novos edifícios públicos, de novas igrejas e de novos palácios, mas também de novos hospitais reconstruídos de acordo com os novos parâmetros *higienistas* - o Hospital de S. José e o de N^a Sr^a da Luz - ou seja,

dotados de enfermarias mais espaçosas, limpas e bem arejadas e com adequadas infra-estruturas sanitárias.

Embora dotada de uma malha racionalmente ordenada, a nova cidade continuava suja, doente, insegura, *desordenada* e, por isso, o poder central determinou a criação de uma instituição que impusesse a *ordem*, em prol da saúde pública e do bem-estar social: a Intendência Geral da Polícia.

O terceiro momento do já referido percurso de modernização urbana, cada vez mais indissociável das questões *higienistas* (e *aeristas*) e do estabelecimento da *ordem*, correspondeu ao período mariano (englobando a regência do futuro D. João VI).

Paralelamente ao programa de reconstrução da Baixa - continuado num ritmo lento e conhecendo mesmo algumas interrupções por razões financeiras -, acentuou-se o desenvolvimento dos bairros a norte e a ocidente - Lapa, Santa Isabel e S. Mamede -, favorecido com a edificação das grandes obras régias da Basílica da Estrela e do Palácio da Ajuda.¹⁰²⁸

Mas a cidade conheceu nessa altura um novo modelo de gestão sob a acção do Intendente Geral da Polícia Pina Manique, a quem a rainha reforçou os poderes com o intuito de aumentar a eficácia da instituição policial e de assim solucionar os problemas de *desordem* urbana.

Através da vigilância e controlo do espaço urbano, Pina Manique visava *disciplinar* os seus residentes, sujeitando-os à *ordem* imposta em nome da segurança e do bem-estar colectivo. Para (re)estabelecer a *ordem* urbana nas suas diversas vertentes - sanitária, económica, social, cultural, fiscal, judicial, etc. - implementou um amplo conjunto de medidas, de que destacamos as de cariz sanitário - remoção de entulhos e lixos dos espaços públicos, construção de chafarizes, etc. - as destinadas a melhorar a segurança pública - eliminação das barracas, iluminação das ruas, abertura e regularização de ruas, perseguição aos criminosos, etc. - e as destinadas a garantir melhor assistência médica e hospitalar aos enfermos pobres - perseguição aos charlatães e reforço das competências dos médicos, das parteiras e dos cirurgiões, aquisição de novos aparelhos para os hospitais, entrega de medicamentos gratuitos, etc.

Para conseguir resultados mais rápidos e eficazes no combate à criminalidade, Pina Manique solicitou junto do poder central a criação do corpo da Guarda Real da

¹⁰²⁸ Silva, Raquel Henriques da, opus cit., p. 539

Polícia, conseguindo o apoio do secretário de estado da Marinha, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para esse efeito.

Graças às iniciativas do referido secretário de estado, a cidade foi beneficiada com a criação do passeio público do Campo Grande e com a edificação do Hospital da Marinha, obra projectada pelo arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri, a quem se ficaram a dever diversos projectos, públicos e privados, na capital, um dos foi o do Palácio da Ajuda (em parceria com José da Costa e Silva).

A partir dos primeiros anos do século XIX, o processo de *ordenação* da cidade voltou a ficar comprometido, quer pelas dificuldades financeiras, quer pelas perturbações geradas pelas invasões francesas, pela ocupação inglesa e pelo desencadear da revolução liberal (1807-1820).

Com a vitória dos Liberais surgiu uma nova Lisboa - a *Lisboa Romântica* segundo a designação que lhe foi atribuída por Raquel Henriques da Silva - que de imediato se libertou da “tutela” da Intendência Geral da Polícia (encarada, acima de tudo, como um aparelho repressivo), passando a ser gerida, em todas as suas vertentes, pela Câmara Municipal.

Tutelada por novos valores político-culturais, Lisboa tornou-se cada vez mais mais ordenada, higiénica, saudável e segura mas, não deixou de ser uma cidade vigiada e, se necessário, disciplinada por meios coersivos. Na cidade liberal, os direitos e a(s) liberdade(s) de uns eram defendidos, paradoxalmente, com o constrangimento ou a eliminação da(s) liberdade(s) dos outros.¹⁰²⁹

Na Lisboa oitocentista (como em todas as cidades contemporâneas), as questões relativas à saúde pública passaram a ser encaradas como problemas urbanos o que levou as autoridades e os urbanistas a preocuparem-se, cada vez mais, com a melhoria da higiene, pública e privada (graças à criação e gradual ampliação das redes de circulação de água e de esgotos) e com a preservação da qualidade do ar (graças à abertura de novos espaços ajardinados). Aliás, a obsessão *higienista*, ou o princípio de que a saúde

¹⁰²⁹ Ansay, Pierre, Schoonbrodt, René, *Penser la Ville. Choix des textes philosophiques*, Bruxelles, ed. AAM, 1989, p. 75: “*Le paradoxe de la liberté est qu’elle peut librement conduire à son contraire, et que la ville, par des stratégies fines ou grossières, devient le théâtre de la terreur, ou le pointillé de la répression discrète.*”

dependia quase exclusivamente do ar *puro*, só desapareceu no final do século XIX, graças às descobertas microbianas de Pasteur.¹⁰³⁰

Como afirmou Françoise Choay, os urbanistas da segunda metade do século XIX, passaram a observar a cidade com um “olhar clínico” (como se fossem fisiologistas ou médicos) e passaram a propor terapias (intervenções) para tratar as “doenças” diagnosticadas. De facto, os tratados de urbanismo, a começar pela *Teoria General de la Urbanization* de Cerdà¹⁰³¹, encararam a cidade como “um organismo doente” e, tal como os médicos, “diagnosticavam” as causas das “doenças urbanas” e apontavam a “terapia” adequada para o seu tratamento.¹⁰³²

Face ao que acabámos de afirmar, entendemos que o objecto do nosso estudo continua a ser bastante pertinente e poderá abrir novas vias para o estudo da cidade setecentista e oitocentista.

Julgamos que o nosso estudo tem algum mérito porque, de acordo com o objecto em vista, apresenta uma nova perspectiva da história da cidade de Lisboa que pode, e deve, ser explorada por outros investigadores.

Fazendo um balanço do trabalho realizado, apontamos os resultados obtidos, embora estejamos cientes de que talvez pudéssemos ter explorado e (ou) aprofundado alguns dos assuntos tratados.

Explicámos os graves problemas de saúde vividos pela população de Lisboa ao longo do século XVIII, devido à multiplicação dos surtos pestíferos esporádicos ou sazonais e à propagação de doenças contagiosas, a mais grave das quais era o *morbus gallico*.

Demonstrámos como, devido à ignorância dos *físicos* e dos *boticários* e à acção dos *curiosos* e dos charlatães, as terapias usadas para o tratamento de quaisquer doenças - sangrias, purgas e caldos de galinha – eram de pouca ou nenhuma eficácia e como os pretensos remédios “miraculosos” ou “segredos” eram, não só ineficazes, como absurdos e perigosos.

¹⁰³⁰ Miguel, Julio Arrechea, *Arquitectura y Romanticismo. O pensamiento arquitectónico en la España del XIX*, ed. Universidad de Valladolid, 1989, p. 235

¹⁰³¹ Ildefonso Cerdà (1815-1876), engenheiro civil e urbanista, elaborou em 1859 o projecto de expansão e de modernização da cidade de Barcelona, *Proyecto de Ensanche de Barcelona* e, em 1863, a *Teoria General de la Urbanización*.

¹⁰³² Choay, Françoise, *La règle et le modèle. Sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*, Paris, ed. Du Seuil, 1980, pp. 297-298

Comprovámos, com base nos dados obtidos nas fontes manuscritas e impressas - documentos do Senado camarário, da Provedoria da Saúde, da Intendência Geral da Polícia, livros de viagens e descrições da cidade -, a ligação entre os repetidos surtos pestíferos ocorridos na capital portuguesa, a sujidade dos espaços públicos e os ares *corrompidos* ou *pestilentos*.

Explicámos como os médicos europeus pré-modernos e modernos (os que acompanhavam as novas concepções filosóficas e as recentes descobertas científicas e técnicas), apostaram na prevenção e, através da publicação de diversos escritos e tratados *higienistas*, informaram o público sobre os factores que contribuíam para a salvaguarda da saúde, ao mesmo tempo que exigiram aos poderes constituídos que implementassem medidas para melhorar a limpeza e o arejamento dos espaços e edifícios públicos.

Demonstrámos o carácter inovador do primeiro tratado português de medicina preventiva, a *Anchora Medicinal para preservar a vida com saúde* e ampliámos as informações existentes sobre a vida e actividade profissional do conceituado médico pessoal de D. João V, o dr. Fonseca Henriques ou “dr. Mirandela”.

Explicámos o papel que as academias privadas desempenharam, enquanto espaços de sociabilidade frequentadas pelos membros da aristocracia progressista e pelos representantes das elites *emergentes* (médicos, engenheiros-militares e burocratas), na divulgação das novas correntes de pensamento e dos novos saberes (nomeadamente os de carácter *higienista*).

Comprovámos a receptividade de D. João V às novas ideias e saberes, não só pelas relações de amizade que mantinha com alguns destacados académicos (o conde de Ericeira, entre outros), mas também pelo facto de, para a tomada de decisões quanto a certas intervenções urbanístico-arquitectónicas, recorrer à opinião dos médicos *higienistas* e dos engenheiros-militares, também eles académicos.

Relacionámos o discurso *higienista* com o estabelecimento de novo sistema de limpeza urbana e com várias intervenções urbanísticas do período joanino - a cobertura dos esgotos, a regularização, alargamento e calcetamento das ruas, a construção do Aqueduto das Águas Livres e outras - destinadas a melhorar a limpeza urbana e a garantir a qualidade do ar ambiente.

Estabelecemos a relação entre o pensamento *higienista* e algumas das *Providências* implementadas pelo Conde de Oeiras nos tempos subsequentes ao Sismo de 1755 e verificámos ainda a crescente influência daquele pensamento na cultura Iluminista europeia.

Verificámos a influência dos escritos de Ribeiro Sanches e, em particular, do seu *Tratado da conservação da Saúde dos Povos*, em Espanha, quer nas medidas de saneamento urbano quer na construção do primeiro cemitério de Madrid. Constatámos igualmente a influência dos seus escritos na reforma da Universidade Portuguesa mas, acima de tudo, no programa de reconstrução/renovação de Lisboa após 1755.

Destacámos o desempenho dos engenheiros Manuel da Maia e Eugénio dos Santos na concepção e na implementação desse programa de reconstrução/renovação e verificámos como as suas opções urbanísticas e arquitectónicas se conjugavam com os princípios iluministas e as ideias *higienistas*.

Completámos as informações respeitantes à formação profissional e cultural de outros intervenientes na reconstrução de Lisboa (e na construção e reconstrução de vários edifícios públicos) entre outros, Caetano Tomás de Sousa, Manuel Caetano de Sousa e o José Monteiro de Carvalho.

O nosso estudo contribuiu para um conhecimento mais alargado e aprofundado dos hospitais de Lisboa – Hospital de Todos os Santos, Hospital de S. José, Hospital de N^a Sr^a da Luz e Hospital da Marinha – e para divulgar alguns documentos inéditos, escritos e iconográficos, relativos a esses edifícios.

Comprovámos que o Hospital Real de Todos os Santos passou, após a catástrofe de 1755, por diversas obras de reconstrução - às quais esteve associado o arquitecto Carlos Mardel - e se manteve em funcionamento até 1775, ou seja, até à inauguração do Hospital de S. José, o que contraria informações veiculadas em diversas obras dos séculos XIX e XX, referindo a sua imediata desactivação em 1755.

Verificámos a intervenção do engenheiro-militar José Monteiro de Carvalho na adaptação do antigo Colégio Jesuíta de Santo Antão-o-Novo em hospital, o Hospital Real de S. José e comprovámos as intervenções de Caetano Tomás de Sousa e de Manuel Caetano de Sousa na reconstrução do Hospital de N^a Sr^a da Luz.

Relativamente à construção do Hospital da Marinha confirmámos, com documentos inéditos, a intervenção do arquitecto Francisco Xavier Fabri e as opções tomadas quanto às dimensões e às características morfológicas e técnicas desse edifício.

Demonstrámos como a criação da Intendência Geral da Polícia, em 1760, se coadunou com a necessidade de impôr a *ordem* na cidade ou de *ordenar* a cidade, em prol não só da segurança dos seus residentes, mas também da saúde pública.

Relacionámos a acção desenvolvida pela Intendência Geral da Polícia com as ideias *higienistas*, porque as medidas implementadas por essa instituição contribuíram, indubitavelmente, para melhorar o saneamento urbano e para controlar a propagação das doenças epidémicas.

Demonstrámos como a acção da Intendência Geral da Polícia, particularmente sob a chefia de Pina Manique, visava “disciplinar” os comportamentos irregulares ou perniciosos dos habitantes da *Corte* (que indiciavam falta de civismo e de civilidade), o que contribuiria para a manutenção da *ordem*, indispensável para a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Clarificámos alguns aspectos da acção do Intendente Geral Pina Manique e demonstrámos o carácter progressista de muitas das suas decisões destinadas a melhorar o saneamento urbano e a qualidade do ar - a construção de cemitérios -, a reforçar as competências dos agentes de saúde – médicos e cirurgiões em especial - e a garantir melhor assistência médica e hospitalar aos enfermos.

Julgamos ter aberto caminho a futuras investigações conducentes a aprofundar não só os objectos do nosso estudo mas de muito outros que daí decorrerão, porque a história da cidade de Lisboa (e de todas as cidades) é sempre um estudo inacabado, uma “obra aberta”, susceptível de novas interpretações.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico da Marinha (ACM)

Caixa 1158/5, doc. 632

Caixas 342 : reg. de Alvarás: n.ºs 749 e 847; doc. 65; doc. 388;; doc. 408

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Conselho Ultramarino, Ministério do Reino:

Caixas n.ºs 21, 22, 393

Cart. m.076. D 19

Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa (AML)

- Histórico

cod 211-A Pombalina

livros de Consultas, Decretos e Avisos de D. João V : n.ºs 5, 6, 9, 14, 15, 23

livros de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I : n.ºs 1, 3, 4, 12, 18

livros dos assentos do Senado: n.º 7

livros de cartas do Senado : n.º 6

- Arco do Cego

Planta do Passeio Público: SB-UROB-PU-11-512

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

- Armário Jesuítico

Livro 16, doc. 117

- Chancelarias régias/ CR

D. João V, livros 28, 32, 38, 74, 86, 112, 131

- Condes de Linhares/ CL

Maços : 17 – doc. 21; 31 – doc. 21; 71 – doc. 54; 90 – doc. 50; 93 – doc. 45

- Hospital de S. José/ HSJosé

livros 358, 937, 939, 942, 943, 944, 945, 946, 1055, 1056, 1106, 1116, 1151, 1215, 1367, 1368, 4776

caixas n.ºs 274, 390, 397, 429

- Intendência Geral da Polícia/ IGP

livros n.ºs 1, 3, 4, 5, 6, 11, 15, 29, 30

maços: 214 – caixa 356; 224 – caixa 372; 454 – caixa 569; 462 – caixas 782 e 783

- Junta do Comércio/ JC

livros 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 127, 149, 153, 172

- Mesa da Consciência e Ordens/ MCO

maço 12, doc.s 1, 2, 3, 13, 23, 24, 25, 27, 29, 35, 44,

- Ministério das Finanças/ MF

Conventos, caixa 1983

- Ministério do Reino/ MR

maços: 453 – caixa 567; 454, caixa 569

caixas 5260, 5273 e 5274: plantas IV/C/104 (19); IV/C/104 (27); IV/C104 (20); IV/C/104 (30); IV/C/117 (22); IV/C/118(108)

Tribunal de Contas. Arquivo (TC)

Livros da Décima da freguesia de Santa Engrácia: anos de 1797, 1803 e 1810:

DC 446 P; DC 450 PP; DC 454 AR.

Biblioteca da Faculdade de Medicina (BFM)

Res. 192

Res. 735 B

Biblioteca Nacional (BN)

- Reservados

Cod.s 1566, 2562, 735B

- Iconografia:

Plantas e alçados do Hospital de S. José:

D 29 R; D 30 R; D 31 R; D 32 R; D 33 R; D 34 R; D 109 R; D 129 A

Planta da cidade: CDU 725.5

II. FONTES IMPRESSAS

ABRANTES, Duquesa de, *Recordações de uma estada em Portugal 1805-1806*, Lisboa, ed. BN, 2008

BAILLIE, Marianne, *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 2002

BARBOSA, António Maria, *Memória sobre as principais causas da mortalidade do Hospital de São José e meios de a atenuar*, Lisboa, 1856

BECKFORD, William, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 2ª ed., 1983

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario Portuguez e Latino (...)*, Coimbra, ed. Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, vol. VI

BOMBELLES, Marquis de, *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*, Paris, ed. PUF, 1979

BRANDÃO, João, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, col. "Cidade de Lisboa", 1990

CARRÈRE, J.B.F., *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 1981

CÂMARA, P.P.da, *Descrição geral de Lisboa em 1839*, Lisboa, ed. Typografia da Academia de Belas-Artes, 1839

CARDOSO, Luiz, *Diccionario geografico ou noticia histórica de todas as cidades (...) dos Reynos de Portugal (...)*, Lisboa, ed. Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1747-1751

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, Lisboa, ed. Oficina Patriarcal de Francisco Luís Amado, 1763

Colecção de Leis, decretos e alvarás, ordens régias e editais que se publicarão desde o anno de 1776 até 1787; 1802 até 1803

Collecção dos Regimentos por que se governa a repartição da Saúde do Reino e portarias, avisos e resoluções relativas à criação da Junta da Saúde Publica, Lisboa, ed. Impressão Regia, 1819

COSTA, P.e António Carvalho da, *Corografia Portugueza e descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal, com as notícias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares que contem (...)*, 3 vol.s, Braga, ed. Typografia de Domingos Gonçalves Gouvea, 2ª ed., 1868 (1ª ed. 1706-1712)

COSTIGAN, Arthur William, *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal, 1778-1779*, Lisboa, ed. Lisóptima, 2 vol.s

COX, Thomas, MACRO, Cox, *Relação do Reino de Portugal, 1701*, Lisboa, ed. BN, 2007.

De LA MARE, Nicolas, *Traité de la police (...)*, Paris, ed. J. et P. Cot, 1705

DENIS, Ferdinand, *Portugal Pitoresco ou Descrição Historica d'este Reino*, Lisboa, ed. Thypographia de L.C. da Cunha, 1847

D. João V e o abastecimento de Água a Lisboa, Lisboa, ed. CML, 1990, 2 vol.s

DUMOURIEZ, *État présent du Royaume de Portugal en l'année de MDCCLXVI*, Lausanne, 1775

Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers. Paris, 1851, vol. 8

Estatutos da Real Academia Medico-Portopolitana, Porto, ed. Lito of. Artistas Unidos, s/data

FONSECA, Rodrigo, *Del conservare la Sanita*, Florença, 1603

GORANI, Giuseppe, *Portugal, a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1992

HENRIQUES, Francisco Fonseca, *Anchora Medicinal para preservar a vida com saúde*, Lisboa, ed. Officina da Musica, 1ª ed. 1721 (2ª ed.1731; 3ª ed. 1749 ; 4ª ed. 1754).

Aquilégio Medicinal, Lisboa, ed. Officina da Musica, 1726

Medicina Lusitana, Socorro Delphico aos clamores da Natureza humana para total prosligação de seus males, Amsterdam, 1ª ed., 1710 (2ª ed.,1731).

Madeyra Illustrado, methodo de conhecer, e curar o morbo gallico, Lisboa, ed. Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1715

Histoire de l'Académie Royale des Sciences de Paris, Année M.DCCLXXXV

Itinerário Lisbonense ou Direcção geral de todas as ruas, travessas, becos e etc, Lisboa, ed. Imprensa Régia, 1804

LINK, Heinrich Friedrich, *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, Lisboa, ed. BN, 2005

Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII (Plantas e descrições das suas freguesias), recolha e índices de Francisco Santana, Lisboa, ed. CML, s/d

Lisbon before the 1755 earthquake. Panoramic view of the city, Lisboa, ed. Gótica, 2004

MERSON, Olivier, *Guide du Voyageur a Lisbonne*, Paris, ed. Librairie Hachette & C.e, 1857

MURPHY, James Cavanah, *Viagens em Portugal*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1998 (1ª ed. 1795)

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 19 vol.s, ed. CML, 1887-1943

OLIVEIRA, Frei Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, ed. Vega, col. *Conhecer Lisboa*, 1991

PORTUGAL, D. João de Almeida, *As prisões da Junqueira*, Lisboa, ed. Frenesi, 2005 (1ª ed. 1857)

RATTON, Jacques, *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa, ed. Fenda, 3ª ed., 1992 (1ª ed. 1813)

Regulação para o estabelecimento da pequena posta, caxas, e portadores de cartas em Lisboa, Lisboa, ed. oficina António Rodrigues Carvalho, 1801

Relação das propriedades de casas que nesta cidade de Lisboa, se tem edificado e reedificado, pela nova regulação determinada por S.Magestade desde o anno de 1755 até ao prezente de 1776. Parte 2ª de Abril de 1766 até ao prezente anno de 1778, em o qual tempo tem sido Inspector das Obras da Cidade o sargento Mor Engenh.º Joseph Monteiro de Carvalho.

SANCHES, António Nunes Ribeiro, *Tratado da conservação da Saúde dos Povos: Obra útil, e igualmente necessária aos Magistrados, Capitaens Gerais, Capitaens de Mar e Guerra, Prelados, Abadessas, Medicos, e Pays de famílias (...)*, Paris, MDCCLVI

RUDERS, Carl Isrel, *Viagem em Portugal, 1798-1802*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 1981

TWISS, Richard, *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*, London, 1775

Periódicos:

Almanaque de Lisboa, Lisboa, ed. Academia Real das Ciências, anos de 1797, 1799, 1802

Archivo Pittoresco, vol I a VI: anos de 1843 a 1863

Gazeta de Lisboa: anos de 1715, 1716, 1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1734, 1755, 1760, 1761, 1780, 1795, 1800

Hebdomadário Lisbonense: anos de 1764, 1765, 1766, 1767

Universo Pitoresco: anos de 1840 e 1841

BIBLIOGRAFIA GERAL

AAVV, *Catálogo da Exposição “Lisboa e o Marquês de Pombal”*, Lisboa, Museu da Cidade/CML, 1982, 3 vol.s

AAVV, *Catálogo da Exposição dos 500 anos do Hospital Real de Todos os Santos*, Lisboa, ed. Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993

AAVV, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, dir. José Fernandes Pereira, ed. Presença, 1989

AAVV, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, 4 vol.s, Lisboa, ed. Iniciativas Editoriais, 1971

AAVV, *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Gráfica Europam, 1994

AAVV, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa-Rio de Janeiro, ed. Enciclopédia, 1945

AAVV, *História da Arte em Portugal*, Lisboa, ed. Alfa, 12 vol.s, 1986

AAVV, *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, ed. Círculo dos Leitores, 3 vol.s, 1995

AAVV, *História da vida privada*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 5 vol.s, 1989

AAVV, *Histoire Générale des Civilisations*, Paris, ed. PUF, 1967, tome V, “Le XVIIIe Siècle”.

AAVV, *Teoria da arquitectura*, ed. Taschen, 2003

AAVV, *O Terramoto de 1755. Impactos Históricos*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 2007

AAVV, *1755*. Lisboa, ed. Público-Fundação Luso-Americana, 2005, 4 vols.

ABREU, Rui Rodrigues “O hospital da Marinha: a sua origem e primeiros anos” in actas do XVI Colóquio de História Militar (6-10 Novembro 2006), Lisboa, ed. Comissão Portuguesa da História Militar, 2 vols

ANDRADE, José Sérgio Veloso de, *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém, e muitos logares do Termo*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1851

ANSAY, Pierre, Schoonbrodt, René, *Penser la Ville. Choix de texts philosophiques*, Bruxelles, ed. AAM, 1989

ARAÚJO, Ana Cristina, *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 2003

A morte em Lisboa. Atitudes e representações, 1700-1830, Lisboa, Editorial Notícias, 1997

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, ed. Vega, 16 vol.s, 1992 (1ª ed. 1942)

ARAÚJO, Renata Malcher de, “A Relação das Propriedades e o processo de edificação e de reedificação de Lisboa”, in *Lisboa setecentista: a ordem nascida do caos. Uma viagem em torno da Relação das propriedades de Cazas, que nesta cidade de Lisboa, se tem edificado e reedificado*, Lisboa, ed. C.M.L. 2011

ARGAN, Giulio Carlo, *L'Europe des Capitales (1600-1700)*, Paris, ed. SKira, 1964
História da Arte como História da Cidade, S. Paulo, ed. Martins Fontes, 2005

AYMONINO, Carlo, *O significado das Cidades*, Lisboa, Editorial Presença, 1984

AYRES, Cristovam, *Manuel da Maia e os Engenheiros Militares Portugueses*, Lisboa, 1910

AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses – introdução ao estudo da casa nobre*, Lisboa, 1988

BARREIROS, Bruno, “O discurso higienista no Portugal do Século XVIII: tradição e modernidade” in *A Arte Médica e Imagem do Corpo*, catálogo, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional de Portugal, 2010

BELMAS, Elisabeth, MICHEL, Marie-José, dir., *Corps, Santé, Société*, Paris, ed. Nolin, 2005

BENEVOLO, Leonardo, *A Cidade na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1994

BERNARDO, Luís Manuel, *O projecto cultural de Manuel de Azevedo Fortes*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005

BILÉU, Maria Margarida Correia, *Diogo Inácio de Pina Manique. Intendente Geral da Polícia: inovações e persistências*, (Dissertação de Mestrado em História da Cultura e Política apresentada à Universidade Nova, FSCH, policopiado), 1995

BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia (M.E.), 2003

CAETANO, Joaquim Oliveira, *Chafarizes de Lisboa*, Lisboa, ed. Distri, 1991

CALATRAVA, Juan, *Arquitectura y Cultura en el siglo de las Luces*, Granada, ed. Universidad de Granada, 1999

CALDAS, João Vieira, *A casa nobre nos arredores de Lisboa no século XVIII* (Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH da UN de Lisboa, policopiada), 1980

CARITA, Helder, *O Bairro Alto – tipologia e modos arquitectónicos*, Lisboa, ed. CMA, 1994

CARITA, Helder, CARDOSO, Homem, *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires dessa arte*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1990

CARMONA, Mário, *O Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1954

CARREIRA, Adélia Maria Caldas, *Leiria cidade episcopal. O urbanismo leiriense do séc. XVI ao séc. XVIII* (Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à FCSH da UN, policopiada), Lisboa, 1989

“Lisboa ribeirinha no século XVIII: ares e águas” in *Actas do Colóquio temático Lisboa ribeirinha*”, Lisboa, ed. CM., 1997

CARVALHO, Augusto da Silva, *Médicos e curandeiros*, Lisboa, ed. Tipog. Adolpho de Mendonça, 1917

“Pina Manique: o ditador sanitário”, separata do *Arquivo de Medicina Legal*, vol. 8, nºs1- 4, Março-Dezembro de 1935, Lisboa, ed. Imprensa Nova, 1939

CARVALHO, Ayres, *Os três arquitectos da Ajuda: do “Rocaille” ao Neoclássico*, ed. Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1979

Catálogo da colecção de desenhos da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 1977

CASTILHO, Júlio, *Lisboa Antiga – o Bairro Alto*, 5 vol.s, Lisboa, ed. CML, 3ª ed., 1966 (1ª ed. 1879)

Lisboa Antiga – Bairros Orientais, 12 vol.s, Lisboa, ed. CML, 1938 (1ª ed. 1884/90)

A Ribeira de Lisboa, 5 vol.s, Lisboa, ed. CML, 1968 (1ª ed. 1893)

CHANTAL, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*, Lisboa, ed. Livros do Brasil, s/d

CHOAY, Françoise, *La règle et le modele. Sur la théorie de l’architecture et de l’urbanisme*, Paris, éditions du Seuil, 1980

L’Urbanisme – utopies et réalités, Paris, éditions du Seuil, 1965

CORRAL, José del, *El Madrid de los Borbones*, Madrid, ed. Avapiés, 1ª ed., 1985

CORREA, Antonio Bonet, *Morfologia y ciudad. Urbanismo y arquitectura durante el Antiguo Régimen en Espana*, Barcelon, Editorial Gustavo Gili, 1978

CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António, urbanismo e poder na política pombalina* (Dissertação de Doutoramento apresentada na FCSH da UN, policopiada), Lisboa, 1984

“O significado do Mecenato do Bispo do Algarve D. Francisco Gomes de Avelar”, Faro, *Anais do Município de Faro*, nº XXVI, 1996, separata

COSTA, Américo, *Diccionario Corographico de Portugal, Continental e Insular*, Vila do Conde, ed. autor, 1940

COSTA, Fernando da, *Memória histórica e descritiva do Real Colégio Militar*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1903

CULLEN, Gordon, *Paisagem urbana*, Lisboa, Edições 70, 1984

DELFANTE, Charles, *Grande Histpoire de la Ville de la Mésopotamie aux États-Unis*, Paris, ed. Armand Colin, 1997

DIAS, J.S. da Silva, *O ecletismo em Portugal no século XVIII – génese e destino de uma atitude filosófica*, Coimbra, ed. Instituto de estudos Psicológicos e pedagógicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972

DUARTE, Eduardo Manuel Alves, *Carlos Amarante e o final do classicismo*, Lisboa (Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentado na FCSH da UN, policopiada), Lisboa, 1996.

DUBY, Georges, *Amor e sexualidade no Ocidente*, Lisboa, ed. Terramar, s/d.

FARIA, Ana Maria Homem Leal de, “O Terramoto de 1755 visto por um diplomata holandês em Lisboa” in *Clio*, Lisboa, ed. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, nova série, vol. 2, 1997

FAVIER, Jean, *Paris. Deux mille ans d’histoire*, Paris, ed. Fayard, 1997

FERRÃO, Leonor, *Eugénio dos Santos, Arquitecto e Engenheiro Militar (1711-1766): cultura e prática arquitectónica*, Lisboa (Dissertação de Doutoramento apresentada na FCSH da UN, policopiada), Lisboa, 2007.

FLORES, Francisco Moita, *Cemitérios de Lisboa*, Lisboa, ed. CML, 1993

FORTUNATO, Almeida de, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, ed. Imprensa Académica, 1917

FOUCAULT, M, *Naissance de la Clinique*, Paris, ed. PUF, 1963
Surveiller et punir, Paris, ed. Galimard, 1975

FRAILE, Pedro, *La otra ciudad del Rey. Ciencia de Policia y organization urbana en Espana*, Madrid, ed. Celeste, 1997

FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, ed. Livraria Bertrand, 2ª ed., 1977

A reconstrução de Lisboa e a arquitectura Pombalina, Lisboa, ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1989

A Arte em Portugal no século XIX, Lisboa, ed. Livria Bertrand, 1966, 2 vol.s

FREIRE, João Paulo, *Minudências lisboetas. Rápidos aspectos da Lisboa Antiga*, Porto, ed. Livraria Simões Lopes, 1937

- FRIAS, Hilda Moreira de, *A arquitectura régia em Carnide/Luz*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1994
- GAUDIN, Jean-Pierre, Paris, ed. L'Harmattan, 1991
- GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1989
- GOMES, António Luiz, *Centro Cultural de Belém, o sítio, a obra*, Lisboa, ed. Sociedade de Gestão e de Investimento Imobiliário, S.A., 1993.
- GOMES, Paulo Varela, *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*, Lisboa, ed. Caminho, 1988
- GOUBERT, Jean-Pierre, "L'art de guérir. Médecine savant et médecine populaire dans la France de 1790" in *Annales. Économies, Sociétés Civilizations*, Paris, ed. Armand Colin, nº 5-6, Set.-Dec. 1977
- HAZARD, Paul, *O Pensamento Europeu no século XVIII*, 2 vol.s, Lisboa, ed. Presença, 1974
- HAUSER, Arnold, *A Arte e a sociedade*, Lisboa, Editorial Presença, 1973
História Social da Arte e da Cultura, Lisboa, ed. Veja e Estante, 1989, 4 vol.s
- IMPELLUSO, Lucia, *Gardens in Art*, Los Angeles, ed. Paul Getty Museum, 2007
- LADURIE, Emmanuel Le Roy, *Montaillou. Cátaros e Católicos numa aldeia Occitana, 1294-1324*, Lisboa, edições 70, 2008
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Comp.^a, 1874
- LEBIAGE, Arlette "Et saigner et purger!", *L'Histoire*, nº 74, 1985
- LEITE, Ana Cristina T., *O jardim em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, (Dissertação de Tese de Mestrado em História da Arte, apresentada à FCSH da UN, policopiada), Lisboa, 1988
- LE MOS, Maximiano, *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, 2 vol.s, Lisboa, ed. D. Quixote-Ordem dos Médicos, 1991
- Lisboa e o Aqueduto*, Lisboa, ed. CML, 1997
- Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII (Plantas e descrições das suas freguesias)*, recolha e índices por Francisco Santana, Lisboa, ed. CML, s/d
- Lisbon before the 1755 earthquake*, Lisboa, ed. Gótica, 2004

- LOUSADA, Maria Alexandre Lopes Campanhã, *Espaços e Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834* (Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentado na F.de Letras da U L), Lisboa, 1995
- “A cidade vigiada. A Polícia e a cidade de Lisboa no início do século XIX” in *Cadernos de Geografia*, nº 17, Coimbra, ed. FLUC, 1998
- “The police and the uses of urban space. Lisbon, 1780-1830”, Lisboa, ed. Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade, Lisboa, 2003
- LOYD, David, *The making of English Towns*, London, ed. Victor Gollancz Ltd, 1992
- KANT, Immanuel, *Escritos sobre o Terramoto de Lisboa*, Lisboa, ed. Almedina, 2005
- MACEDO, Luís Pastor de, *Lisboa de lés-a-lés. Subsídio para a história das vias públicas da cidade*, 5 vol.s, Lisboa, ed. CML, 2ª ed., 1955
- MADUREIRA, Nuno Luís, *Lisboa 1740-1830. Cidade: espaço e quotidiano*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1992
- MAGALHÃES, Francisco José, *Lisboa 1809. John Cam Hobhouse, diário de viagem*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1993
- MARTINS, F.A. Oliveira, *Pina Manique. O político, o amigo de Lisboa*, Lisboa, ed. Sociedade Ind. De Tipografia, 1948
- MATOS, José Sarmiento de, *Uma Casa na Lapa*, Lisboa, ed. Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento e Quetzal, 1994
- MAUZI, Charles, *L'idée de bonheur au XVIIIème siècle*, Lisboa, ed. Slakine Reprints, 1979
- MAYA, Fernando da Costa, *Memoria histórica e descritiva do Real Collegio Militar*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional, 1905
- MECO, José, *O azulejo em Portugal*, Lisboa, ed. Alfa, 1989
- MESQUITA, Alfredo, *Lisboa*, Lisboa, ed. Empreza da História de Portugal, 1903
- MIGUEL, Julio Arrechea, *Arquitectura y Romanticismo*, Salamanca, ed. Universidad de Valladolid, 1989
- MIRA, M. Ferreira de, *História da Medicina em Portugal*, Lisboa, ed. Empresa Nacional de Publicidade, 1947
- MOITA, Irisalva, “Hospital Real de Todos os Santos. Enfermarias – Aposentadorias – Serviços” in *Catálogo da Exposição dos 500 anos do Hospital Real de Todos os Santos*, Lisboa, ed. Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993
- MONTEIRO, Cláudio, *Escrever Direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755 – 1883)*, Lisboa, ed. AAFDL, 2010

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998

Monumentos e edifícios notáveis de Lisboa, e vol.s, Lisboa, ed. Junta Distrital, 1973-1988

MUMFORD, Lewis, *A cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas*, S. Paulo, ed. Livraria Martins Fontes Editora Lda, 1991

MURTEIRA, Helena, *Lisboa da Restauração às Luzes*, Lisboa, ed. Presença, 1999

NORTON, José, *Pina Manique, fundador da Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, ed. Bertrand, 2002

PEREIRA, Luís Gonzaga, *Monumentos sacros de Lisboa*, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 1927

PEREIRA, José Esteves, “Manuel de Azevedo Fortes – Ética, estética e técnica”, Actas do Congresso *Portugal no século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, ed. Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, 1991

PIASENZA, Paolo, “Juges, lieutenants de police et bourgeois a Paris aux XVIIe et XVIIIe siècles” in *Annales. Économies, Sociétés, Civilizations*, nº 5 (1990), Paris.

PORTUGAL, Fernando e MATOS, Alfredo, *Lisboa em 1758 – Memórias paroquiais de Lisboa*, Lisboa, ed. CML, 1974

PROVIDÊNCIA, Paulo, *A cabana do higienista*, Coimbra, ed. Departamento de Arquitectura da FCT da Universidade de Coimbra, 2000

QUEIROZ, José Francisco Ferreira, *Os cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal*, (Dissertação de Doutoramento em História da Arte à F.de Letras da U. do Porto, policopiado), 2002

RIBEIRO, Jorge Martins “O Anglicanismo em Portugal do século XVII ao século XIX”, 2º vol. dos *Estudo em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, ed. Fc. Letras da U. Porto, 2001

RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, 19 vol.s, Lisboa, ed. Tip. Da Academia Real das Ciências, 1871-1914

RIBEIRO, Victor, *A Infanta D. Maria e o seu Hospital da Luz*, Typografia da Casa da Moeda, Lx. 1907

RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Lisboa, ed. Cosmos, 1995

RONCAYOLO, Marcel, PAQUOT, Thierry, *Villes et Civilisation Urbaine XVIIIe-XXe siècle*, Paris, ed. Larousse, 1992

ROSENAU, Helen, *A Cidade Ideal. Evolução arquitectónica na Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª ed., 1988

ROSSA, Walter, *Além da Baixa. Indícios do Planeamento urbano na Lisboa Setecentista*, Lisboa, ed. IPPAR, 1998

“Dissertação sobre *reforma e renovação* na cultura do território do Pombalismo” in *O Terramoto de 1755: impactos históricos*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 2007

SALDANHA, Nuno, *Tesouro das Imagens*, Lisboa, ed. Fundação Ricardo Espírito Santo, 1996

SANTANA, Francisco, *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa*, Lisboa, 2 vol.s, 1976

SANTOS, Juliá, Ringrose, David e Segura, Cristina, *Madrid. Historia de una capital*, Madrid, Alianza Editorial, 1ª ed., 1995

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos, *A Baixa Pombalina. Passado e futuro*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1999

SANTOS, Piedade Braga, Rodrigues S. Teresa, Nogueira, Margarida Sá, *Lisboa Setecentista*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1987

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Depois do terremoto. Subsídios para a história dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, 4 vol.s, Lisboa, ed. Academia das Ciências de Lisboa, 1917

SILVA, Augusto Vieira da, *Plantas topográficas de Lisboa*, Lisboa, ed. CML, 1950
As freguesias de Lisboa, Lisboa, 1943

A cerca moura de Lisboa, Lisboa, ed. CML, 1987

A cerca Fernandina de Lisboa, Lisboa, ed. CML, 1987

SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa romântica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1879* (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História da Arte, apresentada na FCSH da UN, policopiada), Lisboa, 1997

As Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930, Lisboa (Dissertação de Mestrado na Universidade Nova de Lisboa, FCSH, policopiada), 1984

“*Lisboa de 1787 em imagens de William Beckford*” in *O Estudo da História*, II S., nº 3-4, 1987

“Do Passeio Público às Avenidas Novas. Percurso, imagens e factos da Lisboa oitocentista” in *Revista de História Económica e Social*, nº 23, Lisboa, 1988

“*Lisboa de Frederico Ressano Garcia*” in *Lisboa de Frederico Ressano Garcia (1874-1909)*, Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989

STOOP, Anne de, *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*, Lisboa, ed. Livraria Civilização, 1986

TAFURI, Manfredo, *Teorias e História da Arquitectura*, Lisboa, ed. Presença, 1979

TEIXEIRA, C. Manuel, VALLA, Margarida, *O urbanismo Português, séculos XIII-XVIII. Portugal e Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999

THOMPSON, John D., Goldin, Grace, *The Hospital: a social and architectural history*, New Haven and London, ed. Yale University, 1975

TOJAL, Alexandre Maia, *Malaquias Ferreira Alves, arquitecto da cidade na primeira metade de Oitocentos: o exercício do poder regulador sobre a arquitectura privada em Lisboa*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, UUniversidade Lusíada, 2002

TUBIANA, Maurice, *História da Medicina e do pensamento médico*, Lisboa, ed. Teorema, 2000

VALE, Teresa Leonor M., *Um Português em Roma. Um Italiano em Lisboa. Os escultores setecentistas José de Almeida, João António Bellini*, Lisboa, ed. Horizonte, 2008

VIEIRA, Paula Cristina André dos Ramos Pinto, *Os cemitérios de Lisboa no século XIX. Pensar e construir o novo palco da memória* (Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentado à FCSH da UN, policopiado), Lisboa, 1999

“Modos de pensar e construir os cemitérios públicos oitocentistas em Lisboa: o caso do cemitério dos Prazeres” in *Revista de História da Arte*, nº 2, Lisboa, ed. Instituto de História da Arte – FCSH – UNL, 2006

VIGARELLO, Georges, *Histoire des pratiques de santé. Le sain et le malsain depuis le Moyen Âge*, Paris, ed. Seuil, 1993

O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média, Lisboa, Editorial Fragmentos, Lda, 1988

VITERBO, Francisco M. de Sousa, *Diccionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portuguezes ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, ed. Imprensa Nacional-CML, 3 vol.s, 2ª ed., 1988-1989

ZORZI, Andrea, “Contrôle social, ordre public et répression judiciaire à Florence à l’époque communale: éléments et problèmes” in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, ed. Armand Colin, nº5, Septembre-Octobre 1990

ZUYLEN, Gabrielle Van, *Tous les jardins du monde*, Paris, ed. Gallimard, 2000

Índice onomástico

A

Academia das Fortificações · 224
Academia de Alvestaria · 97
Academia dos Generosos · 99
Academia Portuguesa · 100 - 104
Academia Protótipo Lusitânica Portuense · 98
Academia Real de História · 216
Amoreiras · 145 - 146, 148 - 149, 222 - 223, 239
Anchora Medicinal · 86, 88, 90, 92, 96, 197, 216, 427
Andoche Junot · 418
António Canevari · 144
Aqueduto das Águas Livres · 9 - 10, 16, 141, 143, 182, 215, 422, 428
Aquilégio Medicinal · 86, 88, 101
Aula da Esfera · 110, 220 - 221, 224
Aula Régia de Cirurgia · 309

B

Baixa · 4 - 5
Baltazar Álvares · 63
Basílica da Estrela · 424
Bernardo Santucci · 72

C

Caetano Tomás de Sousa · 290 - 291, 294 - 295, 319 - 320, 429, 446
Câmara · 239, 244, 248, 264 - 266, 268, 309, 325, 357, 362, 381, 394, 419 - 420, 425
Cardeal Cunha · 40
Carlos Cruz Amarante · 283
Carlos Mardel · 4 - 5, 55, 139, 145, 149, 150, 153 - 154, 195, 220, 222 - 224, 230, 233, 238 - 239, 244 - 245, 250, 423, 429, 461
Casa do Risco · 221 - 224, 228, 233, 240, 292
Casa Pia · 365 - 366, 377
Catânia · 192 - 193
Cemitério da Graça · 384, 394
Cemitério das Mercês · 384
Cemitério de Campo de Ourique · 335, 385, 392, 393
Cemitério de Santa Ana · 390
Cemitério do Alto de S. João · 395
Cemitério do Alto do Casal de Pedro Teixeira · 385
Cemitério dos Prazeres · 385, 394 - 395
Cemitério Inglês · 388 - 389
Chafariz da Bica do Sapato · 29 - 30
Chafariz da Bola · 33 - 34
Chafariz de Andaluz · 33, 186
Chafariz de Apolo · 31
Chafariz de Artibelo · 33 - 34
Chafariz de Neptuno · 31 - 32
Chafariz de S. Pedro de Alcântara · 150 - 151
Chafariz del-Rei · 26, 29 - 30
Chafariz do Loreto · 154 - 155
Chafariz do Rato · 150, 152
Chafariz dos Cavalos · 29 - 31
Chateaudun · 192
Colégio de S. Francisco Xavier · 331
Colégio Militar · 321 - 324
Conde de Ericeira · 100, 103, 106, 131 - 132, 134, 428
Conde de Lippe · 224, 308, 324
Conde de Novion · 418 - 419
Conde de Oeiras · 5, 184, 229, 428
Conde de Povolide · 446, 450
Condes de Almada · 54, 118 - 120
Convento/Colégio de Santo Antão · 58, 220, 226, 244, 285 - 286, 289 - 290

Copenhaga · 192, 278
Cotovia · 41, 135, 137, 139, 149, 166 - 167, 189, 222, 249
Custódio Vieira · 145

D

D. Benito Bails · 200 - 201
D. Filipe II · 29
D. Francisco de Almeida de Mello e Castro · 300, 306 - 307
D. Francisco Gomes de Avelar · 334, 414
D. João III · 29, 36
D. João IV · 388
D. João V · 1, 3, 10, 12, 15 - 16, 72 - 73, 86 - 87, 111, 122 - 123, 131 - 133, 139 - 141, 143, 153, 166 - 169, 174, 183, 216, 222, 410, 422, 428, 446, 448
D. João VI · 1, 12, 301, 347, 412, 422, 424
D. Jorge de Mendonça Castro Vasconcelos e Magalhães · 55 - 58, 73
D. José I · 88, 175, 183 - 184, 195, 422, 448
D. Manuel de Aguiar · 283, 388
D. Manuel I · 29, 36, 44, 62, 410
D. Maria I · 10, 15, 17, 225, 228, 251 - 252, 292, 330, 338, 362 - 364, 366, 378, 385, 390, 400, 410 - 412, 416, 422, 450, 463
D. Pedro II · 27, 175, 215
D. Rodrigo de Sousa Coutinho · 268, 327, 328, 329, 331, 332, 339, 419, 425
D. Sebastião · 29
Diogo Inácio de Pina Manique · 7- 8, 12, 304, 322, 324, 352 - 355, 365, 367 - 370, 373 - 375, 380 - 382, 385, 387, 389 - 393, 398, 404 - 405, 407 - 408, 412, 417
Diogo Mendonça Corte Real · 172
Domingos Parente da Silva · 395
dr. Mirandela · 85 - 86, 88 - 89, 101, 133, 216, 428

E

Edimburgo · 281, 308 - 309
Encyclopédie · 112, 206
Eugénio dos Santos · 4 - 5, 110, 172, 195, 199 - 224, 226, 229 - 230, 232 - 233, 236, 238 - 240, 243 - 244, 250, 428

F

Filipe Juvara · 3, 133
Forte de S. João · 410
Francisco António Ferreira Cangalhas · 154, 157
Francisco da Fonseca Henriques · 197, 446
Francisco Sabatini · 111, 201, 279
Francisco Xavier Fabri · 17, 126, 333, 348, 392 - 393, 412, 425, 429

G

Gazeta de Lisboa · 1, 14, 79 - 80, 102, 177, 375, 410, 448
Giovanni Antinori · 250
Guilherme Elsdén · 282

H

Hebdomadário Lisbonense · 1, 14, 84, 448
Henrique Guilherme de Oliveira · 159
Honorato José Correia · 159, 161
Hospício do Paraíso · 331
Hospital da Marinha · 17 - 18, 325, 327 - 329, 331 - 333, 335, 337 - 339, 341 - 343, 348, 425, 429
Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco · 81
Hospital de Bethlehem · 271
Hospital de Leiria · 283
Hospital de Nossa Senhora da Luz · 7, 62, 65, 67
Hospital de S. José · 282, 291, 297, 299, 304, 307 - 308, 310 - 312, 366, 377, 405, 424, 429

Hospital de S. Lázaro · 299
Hospital de S. Marcos · 283
Hospital de Santo António · 282
Hospital dos Soldados · 39, 61, 81, 325
Hospital Militar de Lisboa · 326 - 327
Hospital Real de Todos os Santos · 6 - 7, 17, 43, 46, 51, 58, 60 - 61, 68, 72, 81, 97, 244, 283 - 285, 314
Hôtel-Dieu · 211, 273 - 276, 278, 284

I

Igreja Patriarcal · 3, 133, 183, 413
Infanta D. Maria · 62, 64
Intendência Geral da Polícia · 8 - 10, 13, 17, 199, 356 - 357, 359, 362, 364, 367 - 368, 373 - 374, 379 - 380, 384, 394, 397, 399, 402, 404, 408, 418 - 420, 424 - 425, 427, 429 - 430

J

Jerónimo de Ruão · 62
João António de Pádua · 287
João Antunes · 288
João Inácio Ferreira Souto · 359
Joaquim de Oliveira · 283
Joaquim Machado de Castro · 155, 241
John Carr · 282
José da Costa e Silva · 242, 339, 425
José Manuel de Carvalho Negreiros · 243
José Monteiro de Carvalho · 17, 224, 423, 429, 447, 459
Junta do Comércio · 16 - 17, 30, 55, 227 - 228, 241, 250 - 251, 255, 295, 324, 330, 374, 398
Junta do Proto-Medicato · 110, 377

L

Lapa · 382, 424, 454
Leonardo Turriano · 29
Londres · 1, 23, 183, 191 - 193, 203, 205 - 206, 237, 253, 260, 271 - 272, 281, 308, 349, 370
Luís António Verney · 71, 83, 100, 108
Luís Chalberto · 72
Luís Serrão Pimentel · 110

M

Madrid · 1, 23, 111, 200 - 201, 225, 235, 262, 279, 354 - 355, 387, 428
Malaquias Ferreira Leal · 159, 265
Manuel Caetano de Sousa · 132, 134, 290 - 292, 294 - 295, 320 - 321, 333, 335, 337, 429
Manuel Constâncio · 74, 308 - 309
Manuel da Maia · 3 - 6, 143 - 144, 189 - 190, 193, 195 - 196, 215 - 224, 226, 229, 232, 235 - 236, 238 - 239, 244, 250, 284 - 285, 423, 428, 448
Manuel de Azevedo Fortes · 103, 110, 143, 215, 292
Marquês de Angeja · 128 - 129, 251, 371, 382, 397, 401
Marquês de Marialva · 35, 120
Marquês de Pombal · 184, 196, 218, 222, 226, 228, 239, 251, 258, 260, 314, 324, 359, 410 - 411, 419, 423
Medicina Lusitana · 74, 86 - 87, 104
Miguel Ângelo Blasco · 154 - 155, 158
Monrava y Roca · 72

N

Nicolas Delamare · 352

P

Paço da Ribeira · 125, 132
Palácio Castelo Melhor · 126, 257
Palácio da Ajuda · 292, 337, 424 - 425
Palácio da Inquisição · 18, 223, 227, 245, 247, 266
Palácio Real · 21, 31, 115, 217, 243, 250, 261, 292
Paris · 1, 23, 77, 101, 197, 203, 205 - 206, 237, 262, 271, 273, 277, 278, 350 - 351, 354 - 355, 370, 386
Passeio Público · 158, 224, 227, 255, 257 - 260, 262, 264 - 266, 268, 335, 406, 425, 455
Pedro Dufau · 73
Pedro Franco · 67, 314 - 318
Penitenciária de Lisboa · 416
Plano da Baixa Pombalina · 190, 193, 231, 242, 423
Praça da Figueira · 43, 125, 245, 248, 456
Praça do Comércio · 222, 239 - 240, 242 - 244, 247, 253, 330, 360, 374, 418
Prisão da Junqueira · 410 - 412
Prisão do Aljube · 413
Prisão do Limoeiro · 405, 410, 413, 415

R

Reinaldo Manuel · 5, 145, 154, 156 - 157, 224, 239, 255 - 256, 324, 423
Rennes · 192 - 193
Ribeiro Sanches · 13, 15, 77, 84, 96, 100, 108 - 109, 197 - 213, 216, 221, 229, 279, 281 - 282, 284, 295 - 296, 298, 309, 314, 350, 355, 387 - 388, 413 - 414, 428
Rocio/Rossio · 26, 31 - 32, 40, 43, 46 - 48, 51 - 54, 59, 102, 117 - 118, 125, 165, 167, 177, 186 - 187, 218, 223, 231, 244 - 247, 249, 253 - 254, 264, 284, 383, 400, 402
Rua das Portas de Santo Antão · 101 - 102, 167 - 168, 447
Rua do Príncipe · 186, 264, 373, 407
Rua Nova do Almada · 81, 172 - 173, 175, 232, 447

S

Santa Isabel · 223, 250, 360, 383, 389, 395, 461
Sebastião José de Carvalho e Melo · 55, 183 - 184, 195, 225, 423
Senado · 2, 8, 10, 12, 24 - 25, 27, 39 - 40, 53, 131, 135, 137 - 141, 143, 154, 164 - 173, 175, 186, 221, 239, 245, 247 - 248, 264 - 265, 361 - 362, 364, 369, 370, 422, 427

T

Terreiro do Paço · 26, 31 - 32, 115 - 117, 133 - 134, 139 - 140, 165, 177, 186 - 187, 190, 231, 239, 253
Tratado da conservação da Saúde dos Povos · 96, 198 - 202, 207, 212, 216, 221, 387, 428
Tratado da Polícia · 352
Tratado de Higiene Militar · 325
Turim · 193, 327

U

Universidade de Coimbra · 69, 74, 132, 327, 363
Universidade de Leyde · 203, 205
Universidade de Montpellier · 202

V

Visconde de Vila Nova da Cerveira · 369 - 370, 371 - 372, 378, 381, 400, 403

Apêndice A: Residências de membros da nobreza e da burguesia do reinado de D. João V ao reinado de D. José I.

Localização	Pessoa	Cat. Social	Profissão
Anunciada	D. Luís Carlos Inácio Xavier de Menezes (I marquês do Lourçal, V conde da Ericeira)	Fidalgo	–
Anunciada	Tristão da Cunha de Ataíde e Melo (I conde de Povolide)	Fidalgo	–
Arco dos Sete cotovelos	Baltazar Gisbert	Burguês	médico
Beco da Rocha	João Francisco Caramon	Burguês	médico
Beco das Agulheiras	António Gonçalves	Burguês	médico
Caetanos	Caetano Tomás de Sousa	Burguês	“arquitecto”
Calçada de Arroios	D. Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (I conde de Linhares)	Fidalgo	–
Calçada do Jogo da Pela	Francisco da Fonseca Henriques	Burguês	médico
Campo de Santa Clara	D. António José de Castro (I conde de Resende)	Fidalgo	–
Campo de Santa Clara	D. António de Almeida (marquês do Lavradio)	Fidalgo	–
Cordoaria Velha	Pedro Paula de Miranda	Burguês	cirurgião
Cruz de Cata-que-farás	Manuel da Silva Vilela	Burguês	boticário
Cruzes da Sé	Bartolomeu Dias	Burguês	cirurgião
Mouraria	D. Fernando Teles da Silva (II marquês de Alegrete)	Fidalgo	–
Rua da Rosa das partilhas	Manuel Jorge de Faria	Burguês	boticário
Rua da Rosa das partilhas	António Fernandes Carneyro	Burguês	boticário
Rua da Rosa das partilhas	Ignacio de Oliveira	Burguês	boticário

Localização	Pessoa	Cat. Social	Profissão
Rua de N ^a Sr ^a da Penha	Luís da Costa Portugal	burguês	médico
Rua Nova do Almada	Pedro Nobre	burguês	boticário
Rocio	D. Lourenço José Boaventura de Almada (I conde de Almada)	fidalgo	–
Rua d’metade	João Pinheiro Pereira Coutinho	burguês	médico
Rua da Atalaia	Manuel José da Fonseca	burguês	cirurgião
Rua da Caldeira	Domingos Ribeiro do Passo	burguês	cirurgião
Rua da Lista	Luís Morette	burguês	médico
Rua da Oliveira	Clemente Vaz Bélo Cidade	burguês	médico
Rua da Oliveira	Pedro dos Reis da Fonseca	burguês	cirurgião
Rua da Oliveira	D. Joaquim Mascarenhas (IV conde de Coculim)	fidalgo	–
Rua das Portas de Santo Antão	António José de Mello e Torres (conde da Ponte)	fidalgo	–
Rua das Portas de Santo Antão	José Monteiro de Carvalho	burguês	eng ^o militar
Rua direita das Portas de Santa Catarina	Luís de Maya Pinto	burguês	boticário
Rua direita de S. José	Manuel Duarte	burguês	médico
Rua do Norte	Francisco do Valle Cordeiro	burguês	médico
Rua do Sacramento	D. Pedro Henrique de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas da Silva (III marquês de Arronches e I duque de Lafões)	fidalgo	–
Rua dos Arcos	José Gomes Ferreira	burguês	boticário

Localização	Pessoa	Cat. Social	Profissão
Sacramento	D. José de Noronha (conde de Valadares)	Fidalgo	–
Santos-o-Velho	Marquês de Abrantes	Fidalgo	–
São Pedro de Alcântara	D. Leonor Tomásia de Távora (condessa de Lumiares)	fidalg	–
São Pedro de Alcântara	Frederico Ludovice	burguês	arquitecto
São Vicente de Fora	D. Lourenço Filipe de Mendonça e Moura (V conde de Vale de Reis)	fidalg	–
Terreirinho de Santa Catarina do Monte Sinai	José da Silva	burguês	boticário
Travessa do Salema	Manuel da Maia	burguês	engºmilitar
Xabregas	D. Rodrigo Xavier Telles (conde de Unhão)	fidalg	–

Os dados presentes neste quadro, respeitantes à residência de diversos membros da nobreza, a médicos, a boticários, a arquitectos e a engenheiros militares, correspondentes ao reinado de D. João V e o início do reinado de D. José I, foram recolhidos nos dois periódicos setecentistas de maior divulgação na época, a *Gazeta de Lisboa* e o *Hebdomadário Lisbonense*.

Recolhemos informações importantes (que completaram as obtidas naqueles periódicos) nas *Memórias Paroquiais de Lisboa* (1758), nos *Elementos para a História do Município de Lisboa* de Eduardo Freire de Oliveira e nas obras de alguns destacados olisipógrafos, como Júlio de Castilho e Vieira da Silva.

Apêndice B: Residências de membros da nobreza e burguesia do reinado de D. Maria I.

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Ajuda	Luiz José Francisco Julião (conde de Robien)	Fidalgo	eng ^o militar
Alcântara	Jacob Chrisostomo Praetorius	Burguês	eng ^o militar
Alcolena	José de Carvalho Nazareth	Burguês	cirurgião
Alto da Ajuda	Francisco Tavares	Burguês	médico
Anjos	Bernardo Ramires Esquível (I barão de Arruda)	Fidalgo	—
Anjos	João Diogo Camacho de Brito Aboim	Burguês	jurista
Anjos	José de Moraes Antas Machado	Burguês	eng ^o militar
Anjos	Miguel Carlos da Cunha (VII conde de São Vicente)	Fidalgo	—
Anjos	Pedro António de Pina Manique Nogueira Matos de Andrade (I barão de Manique)	Fidalgo	—
Anunciada	António de Freitas e Azevedo	Burguês	jurista
Anunciada	Luiz José da Cunha de Ataíde (V conde de Povolide)	Fidalgo	—
Anunciada	Norberto António Chalbert	Burguês	cirurgião
Arco da Graça	José Ferreira	Burguês	cirurgião
Arroios	Álvaro José Botelho	Fidalgo	—
Arroios	D. Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (I conde de Linhares)	Fidalgo	—
Arroios	João de Almada e Mello (II visconde de Vila Nova de Souto d'El-Rei)	Fidalgo	—
Arsenal	Jeronymo de Sousa Pinto	Burguês	médico

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Belém	D. Diogo José Vito de Menezes Coutinho (V marquês de Marialva)	Fidalgo	–
Belém	D. Luiz Eusébio Maria de Menezes (IV marquês de Louriçal)	Fidalgo	–
Belém	José Joaquim de S. Thomaz	Burguês	médico
Belém	Luiz Pinto de Sousa (I visconde de Balsemão)	Fidalgo	–
Belém	Manoel Ignacio	Burguês	cirurgião
Belém	Manuel Joaquim do Cabo	Burguês	médico
Belém	Pedro Gualter da Fonseca	Burguês	engºmilitar
Bica Grande	João Cardoso Nunes	Burguês	médico
Bica Grande	Manoel Dias Baptista	Burguês	médico
Boa Vista	António de Sampaio Mello e Castro Torres e Lusignano (I conde de Sampaio)	Fidalgo	–
Boa Vista	Manoel António de Sampaio (II conde de Sampaio)	Fidalgo	–
Boa-Morte	José Rodrigues de Andrade	Burguês	médico
Bom Sucesso	D. José Plácido Lobo da Silveira Quaresma (III marquês de Alvito)	Fidalgo	–
Buenos Aires	Edmundo More	Burguês	médico
Buenos Aires	Francisco José e Sousa	Burguês	médico
Buenos Aires	Manoel José da Gama	Burguês	médico
Caetanos	Luiz José de Figueiredo	Burguês	médico

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Cais de Santarém	Bento José da Moita Vaz	Burguês	médico
Calçada da Ajuda	Domingos de Almeida	Burguês	cirurgião
Calçada da Glória	Affonso de Vasconcellos e Sousa (III marquês de Castelo Melhor)	Fidalgo	—
Calçada de Sant'Ana	António Joaquim Cristóvão e Cardosa	Burguês	jurista
Calçada de Sant'Ana	João Borges	Burguês	médico
Calçada de Sant'Ana	João Borges de Goês	Burguês	médico
Calçada de Sant'Ana	Marcello António Leal Arnaut	Burguês	jurista
Calçada do Carmo	Manoel António Pessoa Osório	Burguês	jurista
Calçada do Combro	Domingos Félix dos Santos	Burguês	médico
Calçada do Combro	Miguel Filipe Neri	Burguês	médico
Calçada do Combro	Miguel Filipe Neri de Bulhões	Burguês	médico
Caldas	Lourenço Justiniano de Moraes Calado	Burguês	médico
Calhariz	João Carlos Portelli	Burguês	engºmilitar
Calhariz	Joaquim José Portelli	Burguês	engºmilitar
Calhariz	Sebastião António da Cruz Sobral	Burguês	jurista
Campo de Santa Ana	José de Almeida Vasconcellos de Sobral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria (I barão de Mossâmedes)	Fidalgo	—
Campo de Santa Clara	D. António de Almeida Soares e Portugal (III marquês de Lavradio)	Fidalgo	—

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Campo de Santa Clara	Luiz António Furtado de Mendonça (VI visconde de Barbacena)	Fidalgo	–
Campo de Santa Clara	D. António José de Castro (I conde de Resende)	Fidalgo	–
Campo Grande	D. Affonso Miguel de Portugal e Castro (IV marquês de Valença)	Fidalgo	–
Caracol da Graça	Ignacio Xavier	Burguês	médico
Cardaes de Jesus	Francisco de Mello e Vasconcelos	Burguês	médico
Castelo	João António do Couto	Burguês	médico
Castelo	João da Silva	Burguês	médico
Castelo Picão	Pedro Celestino Soares	Burguês	engºmilitar
Chagas	D. José Vasques da Cunha (II conde da Cunha)	Fidalgo	–
Chiado	João Bulk	Burguês	médico
Chiado	Luís André Du Puy	Burguês	engºmilitar
Colégio d' Nobres	Francisco de Mello Franco	Burguês	médico
Colégio d' Nobres	Pedro Joaquim Xavier	Burguês	engºmilitar
Convento das Bernardas	António Joaquim de Matos	Burguês	médico
Convento das Bernardas	Francisco Marques dos Santos	Burguês	médico
Convento de Jesus	Anastasio José Barbosa	Burguês	médico
Costa do Castelo	D. Domingas Manoel (III marquesa de Tancos)	Fidalgo	–

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Cruz da Pedra	João Jacques de Magalhães (III visconde de Fonte-Arcada)	Fidalgo	—
Cruz de Pau	D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro (I conde de Caparica)	Fidalgo	—
Cunhal das Bollas	Manoel de Abreu Rosado	Burguês	médico
Erário Novo	D. Luiz António de Lencastre Basto Baharem (II conde da Lousã)	Fidalgo	—
Fieís de Deus	Alexandre José Montanha	Burguês	eng ^o militar
Graça	Agostinho Domingos José de Mendonça (VII conde de Vale de Reis)	Fidalgo	—
Graça	Caetano José de Figueiredo	Burguês	médico
Grilo	D. João Carlos de Bragança (II duque de Lafões)	Fidalgo	—
Janelas Verdes	D. António Maria G. Mello e Silva (VII conde de S. Lourenço)	Fidalgo	—
Janelas Verdes	D. José de Mello e Silva Cefar e Menezes (VIII conde de S. Lourenço)	Fidalgo	—
Janelas Verdes	Henrique José de Carvalho e Mello (II marquês de Pombal)	Fidalgo	—
Junqueira	D. José de Noronha Camões e Albuquerque (IV marquês de Angeja)	Fidalgo	—
Junqueira	D. Luiz da Câmara (V conde da Ribeira Grande)	Fidalgo	—
Junqueira	D. Pedro José de Noronha (V marquês de Angeja)	Fidalgo	—
Junqueira	José da Mata	Burguês	médico
Junqueira	José Libânio Corrêa da Silva	Burguês	médico
Lapa	Francisco José de Sousa	Burguês	médico

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Loreto	Carlos Newman	Burguês	médico
Loreto	Eleutério Manoel de Barros	Burguês	professor
Loreto	Germano António Xavier	Burguês	professor
Loreto	José da Costa Silva	Burguês	professor
Loreto	Manoel Constâncio	Burguês	cirurgião
Luz	D. Luiz da Costa de Sousa Macedo (III visconde de Mesquitela)	Fidalgo	—
Madre de Deus	D. Eugénia Telles de Menezes da Gama Castro Noronha Ataíde e Sousa (VII marquesa de Niza)	Fidalgo	—
Menino-Deus	Joaquim Xavier da Silva	Burguês	médico
Mercês	Francisco Pujol	Burguês	médico
Paço	D. Maria Ana Xavier Botelho (I marquesa de S. Miguel)	Fidalgo	—
Paço	Francisco Tavares	Burguês	médico
Paço	Januário José Dantas	Burguês	sangrador
Paço da Rainha	D. José de Vasconcellos e Sousa (I marquês de Belas)	Fidalgo	—
Paço da Rainha	João José Lobo	Burguês	eng ^o militar
Pampulha	D. José de Assis Mascarenhas (IV conde de Óbidos)	Fidalgo	—
Pampulha	D. Luiz de Sousa Coutinho Monteiro Paym (II conde de Alva)	Fidalgo	—
Passeio Público	D. Maria do Resgate Portugal e Gama Carneiro de Sousa e Faro (III condessa de Lumiares)	Fidalgo	—

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Páteo do Saldanha	Ayres de Saldanha e Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha (II conde de Ega)	Fidalgo	–
Páteo do Saldanha	Francisco da Silva Tello e Menezes (VI conde de Aveiras)	Fidalgo	–
Páteo do Saldanha	Nuno da Silva (VII conde de Aveiras)	Fidalgo	–
Pombal	Diogo Luiz Brandão	Burguês	médico
Pombal	José Ignacioda Costa Freire	Burguês	médico
Pombal	José Manoel Corrêa Monteiro	Burguês	médico
Pombal	Manoel de Moraes Soares	Burguês	médico
Pombal	Pedro Joaquim Xavier	Burguês	engºmilitar
Postigo de Santo André	Fillipe Neri Gomes	Burguês	médico
Praça da Alegria	Mattias José Dias	Burguês	engºmilitar
Praça da Figueira	José António de Sepulveda Gomes	Burguês	jurista
Praça da Figueira	José Martins da Cunha Pessoa	Burguês	médico
Praça da Figueira	Manoel Luiz Alvares de Carvalho	Burguês	médico
Praça da Figueira	Manoel Luiz Álvares de Carvalho	Burguês	médico
Quelhas	D. João de Almeida Portugal (II marquês de Alorna)	Fidalgo	–
Quelhas	D. José Maria da Piedade e Lencastre	Fidalgo	–
Quelhas	D. Pedro de Almeida (III marquês de Alorna)	Fidalgo	–

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Rato	José Vicente Borjão	Burguês	médico
Rato	Manoel Caetano de Sousa	Burguês	eng ^o militar
Rocio	D. Miguel Caetano Álvares Pereira de Mello (V duque de Cadaval)	Fidalgo	–
Rocio	José Manoel Luíz Alves de Carvalho	Burguês	médico
Rocio	José Manuel Joaquim Henriques Paixão	Burguês	médico
Rocio	Manoel Evaristo Villaça da Gama	Burguês	jurista
Rua Augusta	Bernardo José da Mota	Burguês	médico
Rua Augusta	Francisco António de Quim	Burguês	médico
Rua Augusta	Francisco António Quina	Burguês	médico
Rua Augusta	Francisco José de Almeida	Burguês	médico
Rua Augusta	Francisco José Pereira	Burguês	médico
Rua Augusta	Joaquim Xavier da Silva	Burguês	médico
Rua Augusta	Manoel José de Novaes	Burguês	médico
Rua Augusta	Manoel José de Novaes	Burguês	médico
Rua Áurea	Angelo Custódio Gomes da Cruz	Burguês	médico
Rua Áurea	Antonio Mendes Franco	Burguês	médico
Rua Áurea	José António Pereira Ortega Malavares	Burguês	jurista

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Rua Áurea	Pedro Gerardo de Almeida	Burguês	eng ^o militar
Rua da Atalaia	Nuno José Columbino	Burguês	médico
Rua da Bitesga	Domingos Rodrigues Correia	Burguês	jurista
Rua da Bitesga	Manoel Joaquim de Oliveira	Burguês	jurista
Rua da Cruz	José Francisco de Carvalho e Daun (I conde da Redinha)	Fidalgo	—
Rua da Encarnação	Angelo José de Almeida da Silva Amado	Burguês	jurista
Rua da Fé	Maurício José Alvares de Sá	Burguês	médico
Rua da Madalena	Manoel José da Gamma	Burguês	médico
Rua da Oliveira	Amaro Luís de Lima	Burguês	jurista
Rua da Oliveira	José Alexandre Cardoso Soeiro	Burguês	jurista
Rua da Palma	Amaro José de Mendonça	Burguês	jurista
Rua da Paz	Agostinho José Martins Vidigal	Burguês	médico
Rua da Prata	Gregório Thaumaturgo dos Santos	Burguês	jurista
Rua da Princesa	Joaquim José de Sousa Baiense	Burguês	médico
Rua da Rosa	Félix José Delgado	Burguês	médico
Rua da Rosa	Francisco de Sales	Burguês	professor
Rua da Rosa	Jerónimo de Sousa Pinto	Burguês	médico

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Rua da Rosa	Paulo de Faria	Burguês	cirurgião
Rua das Farinhas	Francisco José Pereira	Burguês	médico
Rua das Flores	Francisco Xavier de Bastos	Burguês	jurista
Rua das Gaivotas	Francisco António Casimiro Costa Caetano	Burguês	médico
Rua das Pedras Negras	Francisco José de Almeida	Burguês	médico
Rua das Pedras Negras	Joaquim de Barros e Almeida	Burguês	jurista
Rua das Pedras Negras	Manoel José da Maternidade da Mata de Sousa Coutinho (I conde de Penafiel)	Fidalgo	—
Rua de São Bento	Agostinho José Martins Vidigal	Burguês	médico
Rua de São Bento	Joaquim Vicente Cabral	Burguês	médico
Rua de São Bento	José da Costa Alvarenga	Burguês	médico
Rua de São Bento	José da Costa Alvarenga	Burguês	médico
Rua de São Bento	José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão	Burguês	médico
Rua de São Boaventura	Cornélio Quim	Burguês	médico
Rua de São Domingos à Lapa	António Ribeiro dos Santos	Burguês	jurista
Rua de São Domingos à Lapa	José Monteiro de Carvalho	Burguês	engºmilitar
Rua de São Francisco	José Alves da Silva	Burguês	médico
Rua de São José	Estêvão Manoel Raposo de Castro	Burguês	médico

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Rua de São José	João Lourenço Nunes Léger	Burguês	médico
Rua de São Roque	Cornélio Quim	Burguês	médico
Rua de São Roque	Fillipe Corrêa Picanço	Burguês	médico
Rua de São Roque	Ignácio Tamagnini	Burguês	médico
Rua de São Roque	José Corrêa Picanço	Burguês	cirurgião
Rua de São Roque	Manoel Corrêa Picanço	Burguês	médico
Rua do Arco da Bandeira	José Pereira da Cruz	Burguês	médico
Rua do Arco da Bandeira	Manoel Joaquim Henriques de Paiva	Burguês	médico
Rua do Carvalho	João Cajo	Burguês	médico
Rua do Carvalho	José Manuel de Carvalho Negreiros	Burguês	eng ^o militar
Rua do Machadinho	D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho	Clérigo	–
Rua do Telhal	José da Cunha	Burguês	médico
Rua dos Algibebes	Bento José Pereira de Carvalho	Burguês	médico
Rua dos Algibebes	Lourenço Justiniano de Moraes Calado	Burguês	médico
Rua dos Condes	Estêvão Manoel Raposo	Burguês	médico
Rua dos Fanqueiros	Agostinho José da Fonseca	Burguês	jurista
Rua dos Mouros	D. Álvaro António de Noronha (VII conde de Valadares)	Fidalgo	–

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Rua dos Navegantes	Caetano Trove	Burguês	médico
Rua dos Retroseiros	Agostinho José da Costa de Macedo	Burguês	Professor
Rua dos Retroseiros	Bartholomeu Ignacio Gorge	Burguês	professor
Rua Nova de São Francisco	Francisco Damião Cosme	Burguês	médico
Rua Nova del Rei	Fortunato Rafael Amado	Burguês	médico
Rua Penha de França	José Candino	Burguês	médico
Rua Portas de Santo Antão	Fellipe Henri Gomes	Burguês	médico
Rua São José	Maurício José Alves de Sá	Burguês	médico
Salitre	António Soares de Macedo	Burguês	médico
Salitre	António Soares de Macedo Lobo	Burguês	médico
Salitre	Cypriano José da Silva	Burguês	engºmilitar
Salitre	João Maria Barreto Falcão	Burguês	médico
Santa Apolónia	Fernando Telles da Silva e Menezes (III marquês de Penalva)	Fidalgo	—
Santa Isabel	Carlos Mardel	Burguês	engºmilitar
Santa Luzia	António Joaquim Rodrigues	Burguês	engºmilitar
Santa Marinha	Caetano José Rodrigues	Burguês	médico
Santa Marta	Thome José de Sousa Coutinho Castello-Branco e Menezes (III conde de Redondo)	Fidalgo	—

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Santo Amaro	D. João José Alberto de Noronha (VI conde de S. Lourenço)	Fidalgo	–
Santos Velhos	D. Pedro de Lencastre e Silveira Castello Branco Almeida Sá e Menezes III marquês de Abrantes)	Fidalgo	–
Santos Velhos	Francisco António	Burguês	médico
São Cristóvão	Balthasar Santana	Burguês	médico
São Cristóvão	D. Francisco da Silva Telo e Menezes (I marquês de Vagos, VI conde de Aveiras)	Fidalgo	–
São Domingos de Benfica	D. João de Mascarenhas (VI marquês de Fronteira)	Fidalgo	–
São João da Praça	António José de Sousa de Menezes (VI Conde de Villa-Flor)	Fidalgo	–
São João de Nepomuceno	José Joaquim Vidigal de Medeiros	Burguês	médico
São João dos Bem Casados	João Rodrigues de Sá e Mello Menezes e Souto-Maior (visconde de Anadia)	Fidalgo	–
São Lourenço	D. Thomaz José Xavier de Lima Vasconcellos Telles Nogueira da Silva (II marquês de Ponte de Lima)	Fidalgo	–
São Sebastião da Pedreira	Manoel Constâncio	Burguês	cirurgião
São Sebastião da Pedreira	Manoel Luiz Álvares de Carvalho	Burguês	médico
São Sebastião da Pedreira	Manuel Maria Coutinho Pereira de Seabra e Silva (I visconde da Baía)	Fidalgo	–
Socorro	Adrião dos Santos	Burguês	professor
Terreirinho de Santa Catarina	Francisco Rodrigues Portella	Burguês	médico
Terreirinho de Santa Catarina	José Line	Burguês	engºmilitar
Trav. das recolhidas/Rilhafoles	José Alves	Burguês	médico

Localização	Pessoa	Categ. Social	Profissão
Travessa de Santo Amaro	Francisco de Mello Franco	Burguês	médico
Travessa de Santo Amaro	José Cardimj	Burguês	médico
Travessa do Açougue	Fellipe de Carvalho Soutomaior	Burguês	médico
Travessa do Guerreiro	António Martins Vidigal	Burguês	cirurgião
Xabregas	Feliciano António de Almeida Araújo	Burguês	médico

Os dados para a elaboração deste quadro, correspondente ao reinado de D. Maria I, foram obtidos a partir do *Almanaque de Lisboa* (anos de 1796 a 1802) e completados com as informações recolhidas nos *Elementos para a História do Município de Lisboa*.

As informações relativas às moradas são, nalguns casos, imprecisas, limitando-se a referir que a proximidade a um convento ou a uma igreja conhecida (a S. Pedro de Alcântara ou ao Sacramento, por exemplo). Não são indicados números de portas porque, na sua maioria, os prédios ainda não estavam numerados.

Apêndice C: Escritos e Tratados médicos e farmacêuticos divulgados pela *Gazeta de Lisboa* no século XVIII

- 1704 - *Farmacopeia Lusitana***, D. Caetano de Santo António (boticário de Santa Cruz de Coimbra)
- 1715 - *Madeyra Illustrado. Methodo de conhecer, e curar o Morbo Gallico*** composto pelo Dr. Duarte Madeyra Arraes, physico Mor Del Rey Dom Joam IV. Reformado ao sentir dos modernos por Fonseca Henriques.
- 1716 - *Polianthea Medicinal***, dr. João Curvo Semedo
Pharmacopea Ulyssiponense João Vigier
- 1719 - *A Apologia & discernida explicação do verdadeiro methodo com que se deve usar da Aguardente*** do licenciado Fr. Correa do Amaral (cirurgião da vila de Povos)
Pratica de Sangradores, dr. Leonardo de Prito da Barreyra (médico)
- 1721 - *Cirurgia Methodica & Chimica***, dr. Francisco Soares da Ribeira
Anchora Medicinal, dr. Francisco da Fonseca Henriques
- 1722 - *Fasciculus Medicus Praticus***, dr. António Soares de Faria
- 1723 - *Epitome Cirúrgico Medicinal e observante questionado***, Joseph Fr. Ferreira de Sá
- 1725 - *Pharmacopea Lusitana*** (3ª ed.)
Luz de Comadres ou Parteiras
- 1726 - *Breve curso de nueva Cirurgia***, dr. D. António de Monrava y Roca
Aquilégio Medicinal, dr. Francisco Fonseca Henriques
Luz da Medicina dr. Francisco Morato Roma
- 1727 - *Poyanthea Medicinal***, dr. João Curvo Semedo
“*Oração para as mulheres prenhas*”
- 1728 - *Breve Curso de la Nueva Cirurgia*** (2º tomo), dr. António de Monrava y Roca
- 1729 - *Discurso Apologético Cirúrgico-Medico***, Joseph da Sylva Fernandes (cirurgião)
- 1730 - *Luz de Comadres ou Parteiras***
- 1731 - *Epilogo de várias Observações Aureas***, Joseph Custodio e Costa (cirurgião)
Portugal Médico ou Monarquia Medico-Lusitana, dr. Braz Luís de Abreu
Ribeira impugnado, dr. D. António Monrava y Roca

- Anchora Medicinal* (2ª edição), dr. Francisco Fonseca Henriques
- 1732 -** *Académicas Oraçoens Physicts e Feijó defendido e Ribera cõvencido, em abatimento da Medicina de Hypocrates e Galeno*, dr. António de Monrava y Roca
- 1733 -** *Ennea, ou Applicação do Entendimento sobre a Pedra Filosofal*, dr. Anselmo Caetano
- 1734 -** *Historiologia Medica*, dr. José Rodrigues de Abreu
- 1735 -** *Anacephaleusis Medico Theologica Magica Jurídica Moral e Política sobre a cura das doenças dos feitiços e seu conhecimento*, dr. Bernardo Pereira (médico do partido.Sardoal)
- Observaçam Cirúrgica*, Lourenço da Rocha (cirurgião)
- Dissertaçam Medica, em defesa da sangria da salvatella direita*, dr. Bernardo da Silva de Moura (médico da Câmara do Infante D. António)
- Apologia Medico-Racional, dos remédios do syncope estomatico (...)*, dr. António Dias Inchado
- 1736 -** *Collectaneo Pharmaceutico*
- Tratado Physiologico, Medico-Physico e Anatómico da Circulaçam do Sangue*, Joam Marques Correa (médico formado e graduado em Artes)
- Exposiçam Delphica e Apologética-Crítica*, dr. José da Silva de Azevedo
- 1737 -** *Matéria Medica Physico-Historico-Mechanica, Reyno Mineral (parte I), a que se juntam os principaes Remédios do presente estado da Medicina*, dr. J.Castro Sarmiento
- Uso, y abuso de el agua Dulce potable, interna y externamente particada em estado sano y enfermo*, D. Joseph Ortez Barroso (médico da família del Rey Catholico).
- Cirurgia Completa, e Anatómica e Pharmacopea Ulyssiponense*, Joam Vigier
- 1740 -** *Dissertatio Physico Mechanico-Medico de usu & abusu sanguinis Missiones*, D. Miguel Rodrigues
- 1746 -** *Breve Exame de Sangradores extraído da Arte Phlebotomanica*, António Gomes Lourenço (aprovado em Cirurgia e Anatomias)
- Anticrisis Apologética à verdade de Feijó*, dr. António Isidoro da Nóbrega (médico na Corte e Académico das Academias e familiar do Santo Officio)

1748 - *Relaçam chirurgica e Medica*, Joam Cardoso de Miranda

***Ensayo sobre a Electricidad de los cuerpos* Abade Nolet**

1756 - *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, dr. António Ribeiro Sanches

1763 - *Metodo para aprender e estudar medicina*, dr. António Ribeiro Sanches

1772 - *Farmacopeia Dogmática*, Frei João de Jesus Maria (beneditino do Porto)

1785 - *Discurso crítico em que se mostra o damno que tem feito aos doentes, e ao progresso da Medicina, a introdução e uso de remédios de segredo e composições occultas, não só pelos charlatães* (...), dr. José Henriques Ferreira

1794 - *Farmacopeia Geral do Reino*, Francisco Tavares (prof. Matéria Médica em Coimbra)

